

Universidade de São Paulo
Museu de Arqueologia e Etnologia

Rafael de Abreu e Souza

**A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no
Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia**

São Paulo

2019

Rafael de Abreu e Souza

**A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no
Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e
Etnologia da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Doutor em Arqueologia.

Linha de pesquisa: Arqueologia e Sociedade

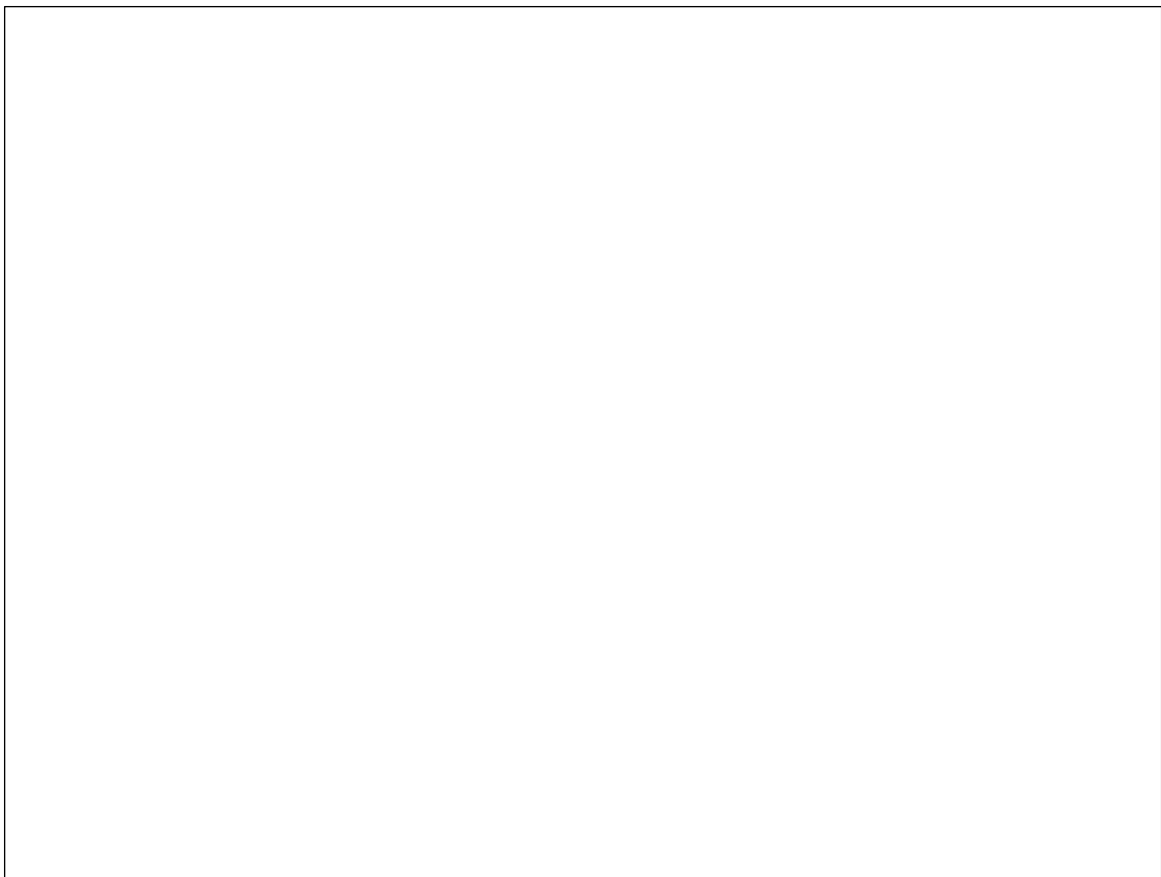
Orientadora: Verônica Wesolowski Aguiar dos
Santos

São Paulo

2019

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo



Nome: Souza, Rafael de Abreu e

Título: A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia

Tese apresentada ao Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Arqueologia

Aprovado em: 11/07/2019

Banca Examinadora

Prof. Dr.: Verônica Wesolowski Aguiar dos Santos

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: Alfredo González-Ruibal

Instituição: Instituto de Ciências do Patrimônio, Espanha

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: Luis Claudio Pereira Symanski

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: Marcos André Torres Souza

Instituição: Universidade Federal do Rio de Janeiro

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr.: Fabíola Andrea Silva

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Agradecimentos

Esta pesquisa tem muito do convívio e influência de pessoas com as quais pude coexistir em diferentes etapas de minha formação e cujos impactos auxiliaram na construção de uma oscilante trajetória de questionamentos. Meus agradecimentos:

À Valéria Silva, Patrícia Fischer, Jocyane Baretta, Priscila Sousa, Anne Py-Daniel, Louise Alfonso, Juliana Santi, Eclésia Nascimento, Márcia Hattori, Adriano Santos, Rafael Stabile e Pedro Macguire por conformarem a equipe que trabalhou nas etapas de campo.

À Verônica Wesolowski por ter topado orientar a pesquisa em seu sísmico percurso.

À Andrea Lessa pelas inestimáveis contribuições na qualificação.

Ao Alfredo Gonzalez-Ruibal, Fabiola Silva, Luis Symanski e Marcos Torres por lerem a versão final e discutirem a tese na banca de defesa.

Ao José Pablo Baraybar pela disponibilidade, atenção e suporte a todo o momento.

Ao Derek Congram pelos longos e-mails sobre desaparecidos e pensamento espacial.

Ao Tiago Atorre e Renato Manguieira pela ajuda com o SIG.

À Aline Carvalho pela saudável relação com a universidade.

À Nami Amenomori pelas assertivas em torno da necessidade de arqueologia no Araguaia.

À Valeska Martinez e Roxana Enriquez pelo suporte à antropologia forense no Brasil.

À Renata Xavier pelo trabalho na correção do texto.

À Pato Bernardi e Luís Fondebrider pelo carinho com que sempre ouviram.

À Ana Maria Arlotti pela liberdade a refinar métodos para pesquisa preliminar.

À Olga Barragán pela sensibilidade e pelas longas conversas sobre o mundo forense.

À Ute Hofmeister pelo apoio já desde muito tempo.

À Camila Couto pelo suporte à curadoria.

À Altair Vasconcelos pela energia.

À Cristina Schein e Magda Fernandes como representantes das iniciativas do Estado.

À Odile Schurch pela dedicação e profissionalismo a todas as famílias.

À Leila Abreu pela dose familiar revolucionária.

À Roberta Calábria pela prática feminista.

Aos meus pais pelas possibilidades de não aceitar, não se submeter e se rebelar.

À Berenice Alessandra e José Leopoldo por simplesmente serem e estarem.

À Patrícia Fischer, por tudo e muito mais, nessa, na próxima e na mesma.

A todos os familiares e militantes que tive a honra de conhecer durante estes anos.

Fortune, fame
Mirror vain,
Gone insane
But the memory remains
(Metallica, *The Memory Remains*, Album: Reload, 1997)

Resumo

Souza, R. A. (2019). *A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e nevoeiro na Amazônia* (Tese de Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta tese debruça-se sobre a materialidade e a materialização das estratégias repressivas à guerrilha do Araguaia e sua relação com o terrorismo de Estado orquestrado na região do Bico do Papagaio, Amazônia Oriental, entre os estados do Pará e Tocantins, entre 1972 e 1975 com consequências duradouras. A pesquisa ressalta a importância da arqueologia nas investigações sobre violência política, forense ou não, através da avaliação da formação do campo da antropologia forense no Brasil ressaltando as consequências de sua ausência para a arqueologia forense e para desdobramentos da arqueologia do passado contemporâneo. Dá foco ao uso da cultura material e da paisagem como fontes alternativas que permitem diferentes olhares à repressão à guerrilha do Araguaia com foco em análises contextuais dos artefatos que compunham duas bases militares na região, Xambioá e Morro do Urutu. Explora a relação entre bases e militantes do movimento guerrilheiro explorando as práticas materializadas para implantação do terror, fundamentadas em uma infraestrutura de repressão que construiu assimetrias de poder a fim de limitar a mobilidade e o abastecimento da resistência. A abordagem arqueológica potencializa versões de histórias silenciadas trazendo ricas contribuições às discussões sobre as graves violações aos direitos humanos durante a ditadura cívico-militar, auxiliando na construção de uma memória material da repressão e opondo-se epistemologicamente às desmaterializações perpetradas pelas estratégias militares orientadas ao desaparecer por meio da solidificação de narrativas por meio da materialidade. O caso da guerrilha do Araguaia foi o primeiro a contar sistematicamente com uma equipe de arqueologia entre 2012 e 2015 após liminar da Justiça Federal decorrente da condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia. Arqueologia do Passado Contemporâneo. Arqueologia Forense. Ditadura. Repressão.

Abstract

Souza, R. A. (2019). *The materiality of repression against the Araguaia guerrilla and State terrorism in the Parrot's Beak: night and fog in Amazonia* (Tese de Doutorado). Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This thesis focuses on the materiality and the materialization of strategies of repression against the Araguaia Guerrilla movement and its relation to the State terrorism orchestrated in the Parrot Beak region, Easter Amazon, between Pará and Tocantins States, from 1972 to 1975 with long-term consequences. The research highlights the importance of archaeology in investigations on political violence, forensic or not, through an assessment of the field in Brazil while analyzing the scientific literature and giving attention to the nefarious consequences of its absence. It also highlights the use of the material culture and the landscape as alternative sources allowing different insights on the repression of the Araguaia Guerrilla through the contextual analysis of artifacts excavated from two military bases, Xambioá and Urutu, and their relationship with other basis and the guerrilla's movement within a terrorscape built by the Armed Forces. It is shown how archaeology potentialize versions of silenced stories bringing rich contributions to discussion on human rights violations during the civic-military dictatorship, supporting the making of material memories of the repression and epistemologically opposing statements on absence of evidence and making possible narratives bases on materiality. The Araguaia Guerrilla's case was the first case systematic counting with a team of archaeologists from 2012 to 2015 thanks to a Federal Justice's injunction resulting from the conviction of Brazil by the Inter-American Commission on Human Rights of the Organization of American States (OAS).

Keywords: Araguaia Guerrilla. Archaeology of the Contemporary Past. Forensic Archaeology. Dictatorship. Repression.

Índice de ilustrações

Figura 1. Mapa com localização (quadrado vermelho) da região do Bico do Papagaio (Criado usando <i>Natural Earth data</i> no QGIS)	26
Figura 2. Municípios declarados área de segurança nacional no Pará (laranja) em relação a São Geraldo do Araguaia/PA e Xambioá/TO (verde). (Criado usando <i>Natural Earth data</i> no QGIS).	62
Figura 3. Diagrama da pesquisa preliminar.....	88
Figura 4. Fluxos dos trabalhos de curadoria e análise no laboratório.	141
Figura 5. Etiquetas utilizadas para organização do material coletado.	142
Figura 6. Planilha de curadoria para quantificação do material coletado	144
Figura 7. Planilha para análise do material coletado.....	152
Figura 8. Planilha para análise e quantificação de pilhas e baterias.....	152
Figura 9. Gráfico de barra com quantidade de publicações por ano.	164
Figura 10. Distribuição dos artigos científicos nos periódicos segundo a lei de Bradford-Zipf	166
Figura 11. Gráfico de barra com autores por área de formação nos artigos científicos.	167
Figura 12. Gráfico de barras com autores por área de formação nas teses e dissertações.	168
Figura 13. Gráfico de barras com quantidade de autores por cada artigo científico.....	169
Figura 14. Gráfico de linha com os coeficientes de colaboração dos autores (1962-2014)...	170
Figura 15. Gráfico de barras com quantidade de instituições e universidades dos autores das dissertações e teses.	171
Figura 16. Gráfico de barras com quantidade de instituições por artigo científico com coautoria.	171
Figura 17. Gráfico de barras com quantidade de tipos de temas nos artigos científicos.....	173
Figura 18. Gráfico de barras com quantidade de tipos de temas nas teses e dissertações.	174
Figura 19. Plano de prospecção e escavação na área da base de Xambioá (quadras rosas – incidência sobre confirmadas ou possíveis cavidades; quadras amarelas – positivas para materiais em superfície).	191
Figura 20. Plantas topográficas da área da base de Xambioá (equipe de cartografia, Ministério da Defesa, 2014).....	192

Figura 21. Dendrograma com agrupamento das cavidades baseadas nos universos de ação e uso de seus conteúdos (produzido com PAST 3.23).	222
Figura 22. Dendrograma com agrupamento das cavidades baseadas nos universos de ação e uso e em suas morfologias (produzido com PAST 3.23).	223
Figura 23. Proposta de espaços que formariam a base de Xambioá (quadras rosas – incidência sobre confirmadas ou possíveis cavidades; quadras amarelas – positivas para materiais em superfície).	225
Figura 24. Plano de prospecção e escavação da área da base do morro do Urutu (quadras amarelas marcam quadras positivas, quadras rosas marcam quadras no interior das quais incidiram cavidades).	228
Figura 25. Perfil da cavidade 2 na base do Morro do Urutu.	233
Figura 26. Distribuição espacial do total de peças em superfície, ressaltando duas áreas de concentração na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material). ...	234
Figura 27. Distribuição espacial em superfície de pilhas e células de bateria (à esquerda) e de vidros (à direita) na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).	235
Figura 28. Distribuição espacial em superfície de plásticos (à esquerda) e de metais (à direita) na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).	235
Figura 29. Distribuição espacial em superfície dos artefatos ligados ao universo da Alimentação (à esquerda) e da Higiene e Farmácia (à direita) na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).	236
Figura 30. Distribuição espacial em superfície dos cartuchos deflagrados (estojos e projéteis) na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).	236
Figura 31. Proposta de espaços que formariam a base do Morro do Urutu (quadras amarelas marcam quadras positivas, quadras rosas marcam quadras no interior das quais incidiram cavidades).	238
Figura 32. Etiquetas rotuladoras com inscrição encontradas nas cavidades 8, 13 e 14 da base de Xambioá.	242
Figura 33. Pente masculino encontrado na cavidade 11 da base de Xambioá com a inscrição “Adelmo”.	243
Figura 34. Pontos ocupados por militares e guerrilha (Produzido no QGIS).	250

Figura 35. Gráfico de pontos com linhas de tendência que expressam a relação da constância nas distâncias lineares (em km) entre guerrilha e militares.	254
Figura 36. Topologia em malha das conexões entre as bases militares (feito no QGIS).....	255
Figura 37. Topologia em malha das conexões entre as ocupações guerrilheiras (feito no QGIS 2.23).....	256
Figura 38. Paisagem guerrilheira e os conjuntos espaciais de suas ocupações (feito no QGIS 2.23).....	257
Figura 39. Grafo de Delaunay para as bases militares (feito no QGIS 2.23).....	258
Figura 40. Grafo de Delaunay para as bases da guerrilha (feito no QGIS 2.23).....	258
Figura 41. Comparação da triangulação formada pelos extremos da paisagem militar e da guerrilheira	259
Figura 42. Conectividade mostrando o papel central da base de São Raimundo (feito no QGIS)	260
Figura 43. Conectividade mostrando o papel central da base do Morro do Urutu (feito no QGIS)	260
Figura 44. Diagrama que indica as relações de retaguarda e vanguarda das bases militares.	261
Figura 45. Conectividade mostrando a centralidade da Comissão Militar (feito no QGIS). .	261
Figura 46. Conectividade mostrando a centralidade da Esperancinha (feito no QGIS).....	262
Figura 47. Conectividade mostrando a centralidade da Abóbora (feito no QGIS).	262
Figura 48. Diagrama que indica as relações de retaguarda e vanguarda dos guerrilheiros....	263
Figura 49. Árvores de extensão mínima das paisagens guerrilheira (à esquerda) e militar (à direita).	264
Figura 50. Sobreposição dos grafos com árvores de extensão mínimas para guerrilheiros e militares (cinza: guerrilha; preto: militares).	264
Figura 51. Sobreposição da paisagem das bases militares e de guerrilheiros (feito no QGIS) com referência a seus destacamentos.	265
Figura 52. Polígonos de Voronoi para representar áreas de influência das bases militares em relação aos guerrilheiros (feito no QGIS).	266
Figura 53. Diagrama com a proposta de relação entre área de influência de bases militares, guerrilha e destacamentos guerrilheiros.	266
Figura 54. Sobreposição das áreas de influência estabelecidas a partir dos polígonos de Voronoi para militares e guerrilha (feito no QGIS).	267

Figura 55. Diagrama com áreas de influência e responsabilidade do controle e vigilância por pontos ocupados pela guerrilha.	268
Figura 56. Croqui dos arquivos militares da repressão sobre a guerrilha do Araguaia (AMI, 2013).	277
Figura 57. Planta dos arquivos militares da repressão sobre a guerrilha do Araguaia (AMI, 2013).	278
Figura 58. Momentos de crescimento da cidade de Xambioá (roxo – primeiro momento; rosa – segundo momento; amarelo – quarto momento; verde – quinto momento).	284
Figura 59. Análise da coordenada principal de crescimento da cidade de Xambioá (feito no PAST).	285
Figura 60. Trama urbana da cidade de Xambioá, 1967.	286
Figura 61. Trama urbana da cidade de Xambioá, 1978.	286
Figura 62. Mapa axial da cidade de Xambioá, 1967.	286
Figura 63. Mapa de integração da cidade de Xambioá, 1967 (cores frias menos integrado, cores quentes mais integrado).	287
Figura 64. Matriz de ruas da cidade de Xambioá em 1967 (Harris Matrix Composer).	288
Figura 65. Matriz de ruas da cidade de Xambioá em 1978 (Harris Matrix Composer).	289
Figura 66. Gráfico de linha indicando a comparação entre o crescimento das áreas urbanas de Xambioá e São Geraldo do Araguaia (1967-2018).	291
Figura 67. Gráfico de linha com a comparação das taxas percentuais de crescimento entre as áreas urbanas de Xambioá e São Geraldo do Araguaia (1967-2018).	292
Figura 68. Base radial com a composição da Comissão Militar.	294
Figura 69. Base radial com a composição do destacamento A.	294
Figura 70. Base radial com a composição do destacamento B.	295
Figura 71. Base radial com a composição do destacamento C.	296
Figura 72. Análise de componente principal comparando nomes e codinomes a partir da distância de Levenshtein. Grupo 1 - preto, 2 - verde, 3 - azul, 4 – rosa, 5 - vermelho e 6 – roxo (PAST).	300
Figura 73. Análise de componente principal comparando codinomes a partir da distância de Levenshtein. Grupo 1 - cinza, 2 - roxo, 3 - laranja, 4 – verde, 5 - amarelo e 6 – rosa (PAST)	301

Figura 74. Diagrama com proposta dos padrões de desaparecimento relacionados à guerrilha do Araguaia.	306
Figura 75. Organograma com os passos em sua dimensão espacial da estratégia para desaparecer usada contra a guerrilha do Araguaia.	307
Figura 76. Gráfico de barras com a recorrência de eventos levando ao desaparecimento no âmbito da estratégia repressiva no Araguaia.	308
Figura 77. Espacialização de eventos relacionados ao guerrilheiro Duda (estrela amarela) sobrepondo as hipotéticas áreas de influência de casa base militar (polígonos Voronoi). (Produzido no QGIS)	310
Figura 78. Espacialização de eventos relacionados ao guerrilheiro Simão (estrela rosa) sobrepondo as hipotéticas áreas de influência de casa base militar (polígonos Voronoi). (Produzido no QGIS)	311
Figura 79. Espacialização de eventos relacionados à guerrilheira Elisa (estrela roxa) sobrepondo as hipotéticas áreas de influência de casa base militar (polígonos Voronoi). (Produzido no QGIS)	312
Figura 80. Comparação entre imagem de 1984 e de 2017 ressaltando a preservação da floresta na TI Suruí (polígono amarelo) (Google Earth; delimitação oficial da FUNAI).	340
Figura 81. Sequência de eventos relacionados a relato sobre morte e desaparecimento do guerrilheiro Osvaldão.	352
Figura 82. Barra cronológica com base nas marcas, inscrições, tecnologia e tipos de vestígios encontrados nas bases militares escavadas (intervalo cronológico entre as linhas verticais pontilhadas).	363

Índice de tabelas

Tabela 1. Operações e intervenções militares relacionadas à repressão a guerrilha do Araguaia.	66
Tabela 2. Planilha com categorias para coleta de dados da literatura acadêmica.	137
Tabela 3. Chaves de análise.	151
Tabela 4. Explicação dos universos de ação e uso	153
Tabela 5. Classificação de periódicos contribuintes (com base na lei de Bradford para a distribuição dos ensaios).	165
Tabela 6. Temas por sexo dos autores nos artigos científicos.....	173
Tabela 7. Temas por sexo dos autores nas teses e dissertações	174
Tabela 8. Percentual da natureza das pesquisas nos artigos científicos e teses e dissertações.	175
Tabela 9. Percentual de objetivos das pesquisas nos artigos científicos e teses e dissertações.	176
Tabela 10. Percentual de procedimentos das pesquisas nos artigos científicos e teses e dissertações.....	176
Tabela 11. Percentual de temas em pesquisas básicas e aplicadas nos artigos científicos.....	177
Tabela 12. Percentual de temas em pesquisas básicas e aplicadas nas teses e dissertações. .	177
Tabela 13. Percentual de temas em pesquisas descritivas e exploratórias nos artigos científicos.	178
Tabela 14. Percentual de temas em pesquisas descritivas, explicativas e exploratórias nas teses e dissertações.....	179
Tabela 15. Definições de antropologia e antropologia forense nas teses e dissertações.....	182
Tabela 16. Definições de antropologia e antropologia forense nas teses e dissertações com citações de referência.	185
Tabela 17. Frequência de formas dos objetos em metal coletados em superfície na base de Xambioá.	194
Tabela 18. Frequência de formas dos objetos em vidro coletados em superfície na base de Xambioá.	194
Tabela 19. Frequência de formas dos objetos em plástico coletados em superfície na base de Xambioá.	195

Tabela 20. Frequência de formas dos objetos em louça coletados em superfície na base de Xambioá.	195
Tabela 21. Frequência de formas dos objetos em borracha coletados em superfície na base de Xambioá.	195
Tabela 22. Frequência de formas dos objetos têxteis coletados em superfície na base de Xambioá.	195
Tabela 23. Frequência de formas de pilhas e células de bateria coletados em superfície na base de Xambioá.	196
Tabela 24. Frequência de formas do universo da Alimentação coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.	197
Tabela 25. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.	198
Tabela 26. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.....	198
Tabela 27. Frequência de formas do universo do Vestuário coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.	199
Tabela 28. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.....	199
Tabela 29. Frequência de formas do universo da Documentação coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.	199
Tabela 30. Frequência de formas do universo da Alimentação coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.	200
Tabela 31. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.	200
Tabela 32. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.....	200
Tabela 33. Frequência de formas do universo do Vestuário coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.	201
Tabela 34. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.....	201
Tabela 35. Frequência de formas do universo do Lazer coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.	201
Tabela 36. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.	202

Tabela 37. Frequência de formas do universo do Vestuário coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.	202
Tabela 38. Frequência de formas do universo da Alimentação coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.	202
Tabela 39. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.....	202
Tabela 40. Frequência de formas do universo da Documentação coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.	203
Tabela 41. Frequência de formas do universo do Transporte coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.	203
Tabela 42. Frequência de formas do universo do Higiene e Farmácia coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.....	204
Tabela 43. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.	205
Tabela 44. Frequência de formas do universo da Alimentação coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.	206
Tabela 45. Frequência de formas do universo da Numismática coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.	206
Tabela 46. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.....	206
Tabela 47. Frequência de formas do universo da Documentação coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.	206
Tabela 48. Frequência de formas do universo do Lazer coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.	207
Tabela 49. Frequência de formas do universo do Higiene e Farmácia coletados na cavidade 9 na base de Xambioá.....	208
Tabela 50. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 9 na base de Xambioá.	208
Tabela 51. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 9 na base de Xambioá.	208
Tabela 52. Frequência de formas do universo do Lazer coletados na cavidade 9 na base de Xambioá.	208
Tabela 53. Frequência de formas do universo da Manutenção na cavidade 10 na base de Xambioá.	209

Tabela 54. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 10 na base de Xambioá.	210
Tabela 55. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 10 na base de Xambioá.	210
Tabela 56. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 10 na base de Xambioá.	210
Tabela 57. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 10 na base de Xambioá.	210
Tabela 58. Frequência de formas do universo de Lazer na cavidade 10 na base de Xambioá.	211
Tabela 59. Frequência de formas do universo do Transporte na cavidade 10 na base de Xambioá.	211
Tabela 60. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 11 na base de Xambioá.	211
Tabela 61. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho na cavidade 11 na base de Xambioá.	212
Tabela 62. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 11 na base de Xambioá.	212
Tabela 63. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 11 na base de Xambioá.	213
Tabela 64. Frequência de formas do universo da Documentação na cavidade 11 na base de Xambioá.	213
Tabela 65. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 11 na base de Xambioá.	213
Tabela 66. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 12 na base de Xambioá.	214
Tabela 67. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho na cavidade 12 na base de Xambioá.	214
Tabela 68. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 12 na base de Xambioá.	214
Tabela 69. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 12 na base de Xambioá.	214
Tabela 70. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 12 na base de Xambioá.	214

Tabela 71. Frequência de formas do universo do Lazer na cavidade 12 na base de Xambioá.	215
Tabela 72. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho na cavidade 13 na base de Xambioá.	215
Tabela 73. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 13 na base de Xambioá.	216
Tabela 74. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 13 na base de Xambioá.	216
Tabela 75. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 13 na base de Xambioá.	216
Tabela 76. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 13 na base de Xambioá.	216
Tabela 77. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 14 na base de Xambioá.	217
Tabela 78. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 14 na base de Xambioá.	217
Tabela 79. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 14 na base de Xambioá.	218
Tabela 80. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 14 na base de Xambioá.	218
Tabela 81. Frequência de formas do universo da Documentação na cavidade 14 na base de Xambioá.	218
Tabela 82. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 14 na base de Xambioá.	218
Tabela 83. Comparação dos percentuais de frequência de cada universo por cavidade.	219
Tabela 84. Comparação dos percentuais de frequência dentro de cada universo.	219
Tabela 85. Comparação dos percentuais de frequência de todos os universos entre todas as cavidades.	220
Tabela 86. Comparação e agrupamento com base na proporção de formas por cavidade e nos universos de ação e uso predominantes.	220
Tabela 87. Distribuição de pilhas e baterias por cavidade na base de Xambioá.	221
Tabela 88. Frequência de formas dos objetos em metal coletados em superfície na base do Morro do Urutu.	230

Tabela 89. Frequência de formas dos objetos em vidro coletados em superfície na base do Morro do Urutu.	230
Tabela 90. Frequência de formas dos objetos em plástico coletados em superfície na base do Morro do Urutu.	230
Tabela 91. Frequência de formas dos objetos em borracha coletados em superfície na base do Morro do Urutu.	230
Tabela 92. Formas dos artefatos coletados na cavidade 2 da base do Morro do Urutu.	232
Tabela 93. Formas dos artefatos coletados na cavidade 4 da base do Morro do Urutu.	233
Tabela 94. Tabela com cartuchos com inscrições da base de Xambioá.....	246
Tabela 95. Tabela com cartuchos com inscrições da base do morro do Urutu	246
Tabela 96. Distâncias aproximadas entre povoações mais próximas e ocupações da guerrilha.	251
Tabela 97. Distâncias aproximadas entre povoações mais próximas e bases militares.	252
Tabela 98. Distâncias aproximadas (km) entre bases militares (células cinza indicam os maiores e menores valores).	253
Tabela 99. Distâncias aproximadas (km) entre lugares da guerrilha (células cinza indicam os maiores e menores valores).	253
Tabela 100. Imagens de satélite da cidade de Xambioá e adjacências (incluindo a pista de pouso).	272
Tabela 101. Mudanças na ocupação e uso do terreno da base de Xambioá em desenhos produzidos a partir das imagens de satélites da tabela 100.	275
Tabela 102. Cartas topográficas da região de Xambioá, com destaque para a dupla pista de pouso.	279
Tabela 103. Guerrilheiros e militares em relação às sedes de fazenda presentes na carta topográfica de 1978 (feito no QGIS).	281
Tabela 104. Quadrantes formados por conjuntos de ruas e traçados que indica momentos de crescimento da cidade.	284
Tabela 105. Nomes e codinomes de guerrilheiros e membros do PCdoB relacionados à guerrilha.	299
Tabela 106. Alimentos dos guerrilheiros mencionados no Diário de Maurício Grabois	324
Tabela 107. Alimentos das bases militares escavadas segundo os vestígios coletados.	325

Tabela 108. Nome de mercado, composição e classificação farmacoterapêutica dos remédios das bases militares escavadas segundo os vestígios coletados.....	328
Tabela 109. Comparação entre elementos que compunham a paisagem da guerrilha e a paisagem repressiva.....	347
Tabela 110. Indicadores cronológicos para a base de Xambioá com intervalos de produção.	362

Sumário

Agradecimentos.....	5
Resumo.....	7
Abstract	8
Índice de ilustrações	9
Índice de tabelas	14
Sumário	21
Apresentação	23
Prefácio.....	25
Introdução.....	33
1.1. Pergunta	46
1.2. Objetivo geral	46
1.3. Objetivos específicos	46
1.4. Autorização.....	47
2. Contexto.....	48
2.1. O caso da guerrilha do Araguaia	48
2.1.1. Terror de Estado e desaparecer	48
2.1.2. Literatura sobre a guerrilha e suas fontes.....	55
2.1.3. A guerrilha e depois	59
2.2. Antropologia (contra)forense latino americana.....	77
2.2.1. 1984-1991: Nascimento	92
2.2.2. 1992-2002: Consolidação.....	96
2.2.3. 2003-2012: Oficialização	99
2.2.4. 2013-atual: Reconhecimento.....	101
2.3. Arqueologia forense.....	103
2.4. Arqueologia do passado contemporâneo	119
3. Métodos.....	132
3.1. Para a análise da literatura acadêmica	133
3.2. Para a análise da cultura material	138
3.3. Para a análise da paisagem	154
4. Análise.....	162
4.1. O campo científico.....	162
4.2. O conteúdo das bases militares.....	190
4.2.1. Base de Xambioá	190
4.2.2. Base do Morro do Urutu	225
4.2.3. Documentação e arquivos	238
4.2.4. Armamento e munições	244
4.3. Análise espacial da repressão	247
4.3.1. Militares e guerrilheiros	247
4.3.2. Base e cidade.....	268
4.3.2. Nomes e eventos	292
5. Discussão.....	314
5.1. Mobilidade espacial.....	314
5.2. Sistemas de abastecimento	320

5.3. Paisagens de terror.....	337
5.4. Infraestruturas de repressão.....	348
5.5. A falta que a arqueologia faz.....	355
Conclusão.....	365
Bibliografia.....	373

Apresentação

Esta tese é composta por um volume único dividido em cinco capítulos, iniciada com uma apresentação e encerrada por uma conclusão, além de contar com listagem de referências bibliográficas. Esta estrutura foi escolhida para facilitar a concatenação de ideias e a complexidade e entrecruzamento de assuntos.

Denominei de "Prefácio" uma breve narrativa, em tom pessoalizado, na qual esclareço a trajetória ligada à temática, explorada aqui em sua conexão com a prática profissional que alimentou a pergunta posta. Introduzo a atuação do time de arqueólogos nas investigações relacionadas à guerrilha do Araguaia e a opção por trabalhar com os vestígios materiais associados às prospecções em duas bases militares localizadas uma no Pará e outra no atual Tocantins, parte da paisagem repressiva montada na região. É um convite à leitura do texto, dando ciência do que será encontrado nas páginas seguintes, expondo preocupações profissionais e pessoais, motivações e as condições em que a pesquisa foi desenvolvida.

No Capítulo de número 1 ("Introdução"), busquei tocar nos principais pontos a serem discutidos na tese, explicitando os motivos e a importância da mesma em concomitância aos movimentos e perspectivas que possibilitaram sua emergência. Contém uma breve crítica à questão da cultura material em contextos forenses e a distinção necessária de trabalhos que também trabalham com cultura material de contextos repressivos, mas não-forenses, inserindo e ressaltando a relevância de estudos arqueológicos sobre a violência política dos séculos XX e XXI. Os propósitos da tese são apresentados a partir de uma pergunta norteadora e dos objetivos, gerais e específicos, que o trabalho pretende alcançar.

O Capítulo 2 ("Contexto") busca ressaltar aspectos teóricos e dados históricos utilizados como pano de fundo e referência à pesquisa, não apenas situando o trabalho no universo das buscas pelos desaparecidos da ditadura cívico-militar como ressaltando algumas das especificidades do período e das estratégias de repressão utilizadas contra a população do Bico do Papagaio. Seguem explicações sobre os campos com os quais a pesquisa busca dialogar e quer relacionar, a arqueologia do passado contemporâneo e arqueologia forense, no âmbito do marco de uma antropologia forense latino-americana. O capítulo ressalta as diferenças e semelhanças entre estas áreas e a importância de uma perspectiva em investigações forenses que deem espaço para reflexões fora do escopo forense, em especial em contextos de aplicação de mecanismos de justiça de transição nos quais memória, história e verdade são pilares importantes para a construção de narrativas sobre o período.

O Capítulo 3 ("Métodos") dá foco aos métodos de pesquisa que buscam garantir a validade dos dados obtidos, seja literatura, cultura material ou paisagem. São explicados os métodos empregados e os materiais selecionados para estudo, esclarecendo-se os procedimentos de coleta e os recursos utilizados para alcançar os objetivos propostos. São pontuados os métodos para a análise da bibliografia, que permitiu melhor diagnóstico das questões e vazios por onde esta pesquisa esgueirou-se, para a cultura material, procurando dar conta do que foi encontrado durante as prospecções e escavações em duas bases militares e, por fim, para entendimento da escala da paisagem, já que este estudo foca-se no aparato montado para reprimir e aterrorizar desaparecendo com pessoas, coisas e histórias.

Quanto ao Capítulo 4 ("Análise"), apresenta o conjunto de informações obtidas através dos materiais e fontes empregados para a coleta de dados (literatura, materialidade na escala dos objetos e na escala da paisagem). Os resultados foram organizados por meio de distintas categoriais empíricas diagnosticadas a partir dos próprios materiais. Aqui, busco mostrar como a arqueologia (não) está presente na literatura que versa sobre antropologia forense no Brasil ao mesmo tempo em que mergulho na materialidade das bases militares abordadas pela arqueologia no Araguaia. Finalizo trazendo elementos que permitem pensar a paisagem da região como parte de uma constelação de bases que se materializavam sem serem necessariamente vistas, com o uso da indução ao medo conformando uma cultura de terror. Por fim, relaciono este cenário à expansão urbana da cidade de Xambioá e em como a repressão afetou o próprio crescimento do tecido da cidade até com efeitos duradouros.

No último capítulo, de número 5 ("Discussão"), apresento uma discussão das informações obtidas e apresentadas no capítulo anterior, retomando pontos apresentados ao longo da tese em termos da contribuição da arqueologia para a construção de narrativas em torno da existência das bases militares, oposta à suposta ausência ou apagamento de vestígios sobre o período em sua relação com estratégias pensadas pela repressão no combate à guerrilha. Dou foco à construção de uma infraestrutura de repressão que minou a guerrilha a partir do estrangulamento de seu sistema de abastecimento, acesso à saúde, mobilidade e alimentação.

Finalmente, a tese encerra-se com a sistematização das principais considerações, em resposta aos objetivos propostos, ao que denominei "Conclusão". Com base na análise dos dados, resalto o papel das bases e a relação entre elas no escopo da sobreposição da paisagem militar sobre a paisagem guerrilheira. Chamo atenção para os efeitos negativos da ausência da arqueologia em contextos semelhantes e para as possibilidades abertas pela antropologia forense latino-americana à arqueologia do passado contemporâneo.

Prefácio

Um grupo de colegas e eu, todos por volta dos 20 e 30 anos de idade, formamos um time de arqueólogos que, entre 2012 e 2015, fez parte do denominado Grupo de Trabalho Araguaia, sob os auspícios do Ministério da Justiça, da Defesa, da então Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, e supervisão do Ministério Público Federal. A Comissão tem a obrigação de dar respostas à Justiça Federal após a sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos que condenou o Estado Brasileiro por crimes cometidos durante sua ditadura cívico-militar (1964-1985) em um dos mais sangrentos e violentos episódios da história do país, a guerrilha do Araguaia.

Graças a pressões de familiares, de movimentos sociais e da presença de uma arqueóloga dentro do Ministério Público Federal, foi possível realizar algumas prospecções e escavações no que foram duas bases militares localizadas às margens do rio Araguaia, na borda leste da bacia Amazônica, região entre os estados do Pará e do Tocantins (então Goiás), conhecida como Bico do Papagaio. Relatos sobre cativo, tortura, assassinato, inumação e exumação moradores da região e de integrantes do Partido Comunista do Brasil, entre 1972 e 1974, convergiam para aqueles locais. Em um cenário difícil, aplicamos métodos, perspectivas e teorias da antropologia e da arqueologia para dar início ao que foi o primeiro envolvimento sistemático (outros arqueólogos tiveram participações esporádicas) de um grupo formado por profissionais brasileiros provenientes destas áreas de conhecimento nas investigações em torno de desaparecimentos forçados em um contexto de violência política no país.

As primeiras etapas do trabalho de escavação contaram com apenas uma arqueóloga, Valéria Silva. Sozinha, ela foi capaz de expandir o campo e dar o primeiro passo em direção à sensibilização de que boas práticas na busca por desaparecidos pedem a presença de profissionais para além do nicho médico-legal. Estas primeiras idas à região foram áridas, contando com uma equipe mínima (dois arqueólogos sem qualquer outra ajuda, crescendo aos poucos), recursos materiais poucos (falta de ferramentas e materiais para coleta, sacos plásticos e papel) e pouca abertura por parte do corpo pericial do Estado (horas e dias sem trabalho, já que não havia ideia do que fazer com um arqueólogo).



Figura 1. Mapa com localização (quadrado vermelho) da região do Bico do Papagaio (Criado usando *Natural Earth data* no QGIS)

Mesmo assim, a conjuntura possibilitou o início tímido de prospecções sistemáticas na chamada base militar de Xambioá, no Tocantins, atualmente um vasto pasto às margens do Araguaia, local que já havia sido alvo de intervenções prévias por equipes não especializadas. Afirmava-se que a Arqueologia poderia não só auxiliar na localização de possíveis enterramentos como na obtenção de informações que apenas o olhar arqueológico poderia acessar. Apesar das opressões e oposições, a equipe foi expandida e foi possível realizar intervenções também em uma base clandestina de comunicações situada em um topo de morro no interior da Serra das Andorinhas, o Morro do Urutu, já no Pará. São estas bases alvo da presente tese.

As prospecções nas bases, com vistas à localização de enterramentos, e a proposta de um olhar para as materialidades não esqueléticas de tais contextos surgiram como alternativas a impossibilidade de envolvimento direto com os remanescentes humanos nas áreas cemiteriais, quase que sob exclusiva intervenção do aparato forense policial e médico-legal do Estado. Como resultado, foram muitos os artefatos e informações circunstanciais obtidas das intervenções, mas o destino destes materiais, uma vez coletados, era pouco claro, assim como

não estava claro o destino de outros materiais assistematicamente coletados em etapas anteriores. Este doutorado nasce da preocupação em salvar as coisas encontradas no âmbito das investigações, para que não se perdessem pelos corredores de instituições pouco acessíveis, como testemunhos materiais da repressão, esse o ato de subjugar pela força física ou institucional (deMeritt, 2016: 1), e como rica fonte de dados para olhares especializados. O Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo surgiu como o lugar mais viável para abraçar, mesmo que temporariamente, este conjunto, e o doutorado como o caminho para possibilitar sua análise pormenorizada e a sua salvaguarda.

Os desafios foram imensos. A total inexistência da arqueologia em contextos forenses no Brasil e a diferença das perspectivas de uma formação em ciências sociais e abordagens bioculturais frente ao de uma medicina forense tradicional e policial focada no corpo como ente biológico, que advogava para si o termo antropologia forense e que enfrenta a ausência de patólogos forenses no campo, são exemplos. O excessivo academicismo da arqueologia brasileira, e a ausência de profissionais relacionados ao tema também traziam problemas à participação das universidades nas buscas, frente às particularidades únicas dos contextos forenses e certa falta de clareza entre a diferença entre arqueologia e antropologia forense e arqueologia do passado contemporâneo.

O legado de impunidade da ditadura na região, o medo e a repercussão do terror fez-se presente a cada minuto. O contexto de violência envolvendo terras, garimpos e a política no Bico do Papagaio foi palpável. O formato assumido pelas investigações em torno da violência política (“forma particular de repressão que envolve o uso ou a ameaça do uso da força para atingir fins políticos” [deMeritt, 2016: 1]), centrado na atuação de grupos de trabalho, aumentava o clima de insegurança, pois não garantia a sustentabilidade e a durabilidade de ações que deveriam ser sistemáticas na forma de mecanismos centralizados.

O significado das buscas organizadas pelo Estado, com vistas a encontrar o “povo da mata” trazia, para os moradores da região, práticas que repetiam, no presente, a memória de práticas do passado e atualizavam (no sentido ritualístico do termo) toda uma série de traumas (a imagem dos mesmos militares e agentes do governo chegando à mesma região, com aparato semelhante, perguntando sobre as mesmas pessoas), causava dúvida, angústia e reativava o medo e o silêncio: havia uma incômoda semelhança material entre a repressão dos anos de 1970 e as iniciativas do Estado nos 2000, que contava com densa presença do Exército. Disputas e conflitos em torno da memória e da narrativa, em sua relação com os usos do passado na construção de uma memória individual e coletiva (Hering, 2002; Silva, 2005), ficavam claros a cada avanço ou descoberta.

A presença majoritária de antropólogas e arqueólogas em um mundo pericial e político massivamente masculino, branco, machista, heteronormativo, cisgênero e militarizado, acirrava as diferenças entre a equipe de arqueologia e a dita perícia oficial médica e odontológica, inclusive no que concerne a visões de mundo. A opressão de gênero também era notável na representação majoritariamente feminina dos familiares das vítimas, nas historiadoras envolvidas e nas representantes dos ministérios e comissões: enquanto a perícia era masculina, a militância era feminina. A clara força de um campo medicalizado que repele (a medicina como o lugar do corpo) ou fagocita (os médicos como antropólogos e arqueólogos) outras disciplinas materializava-se nos antagonismos criados em um período em que a própria área médica no Brasil sofria severas críticas por seu papel regulador na vida social – ao que Michel Foucault (2010) outrora chamou de “crise da medicina”: fosse na humanização do parto, nos limites do ato médico, na luta antimanicomial, na vinda dos médicos cubanos e, timidamente, no âmbito forense.

A pouca clareza entre gestores, advogados e o judiciário sobre como abordagens integrativas e multidisciplinares poderiam ser aplicadas às investigações forenses (Fondebrider, 2005) nas buscas pelos desaparecidos no Brasil, levou à criação de grupos que entendem este tipo de atividade como composta unicamente pelo trinômio corpo + enterramento + testemunho. Deste modo, o senso comum prevalente e o desconhecimento sobre boas práticas forenses aceitavam os médicos como responsáveis únicos pelo corpo, os enterramentos no solo como especialidade única de geólogos, e os testemunhos orais como campo de psicólogos, jornalistas e talvez alguns poucos historiadores. Pouco ou nenhum espaço restava para as disciplinas que em outros países latino-americanos, para não falar na Europa e nos vizinhos da América do Norte, têm sido cada vez mais aceitas como parte indispensável nas buscas por desaparecidos e nas investigações de contextos de violência política.

De fato, os arqueólogos são cada vez mais peças-chave na coleta de dados, localização, escavação, análises de remanescentes humanos e permeabilidade para abordagens multidisciplinares, ao manejarem conhecimentos da antropologia social e biológica, história oral, tafonomia e geologia, além de suas próprias técnicas de prospecção e escavação de detalhe, capazes de propor e interpretar sequências de eventos com profundo conhecimento sobre processos de formação e estratigrafia. Para entender por que este universo não se assemelhava ao de nossos vizinhos latino-americanos e afastava-se de protocolos de organismos internacionais, incluindo o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e as Nações

Unidas, era preciso entender a conformação da antropologia forense e da própria antropologia e arqueologia no país e de suas possibilidades.

Em meio a tudo isto, ficou claro, durante as buscas, que se os remanescentes do corpo não fossem localizados, toda e qualquer outra fonte de informação que se apresentasse, em sua forma material, seria descartada, sem atentar-se para o fato de que exumações, escavações e técnicas prospectivas interventivas são absolutamente destrutivas e não repetíveis, e que dados não coletados ou mal registrados estarão para sempre perdidos e desaparecidos.

É inquestionável o papel do corpo como prova cabal de uma série de ações que transformam o local em cena de crime, além de sua potência como materialização de narrativas renegadas e chave para o difícil início dos processos de luto das famílias. Mas não estando presente o corpo-em-si, entendido apenas em sua anátomo-fisiologia (focada na patologia que causa a morte) e não em seu contexto (que amplia esse foco também às circunstâncias da morte e à sequência de eventos que a gerou), tudo o mais era descartado, incluindo as materialidades dos locais – evidentemente relacionados à repressão. Negados, apagados, desmaterializados e silenciados no passado, eram-no novamente, por iniciativas cuja intenção era relevar mais sobre um período nebuloso. Faltavam perspectivas que associassem o corpo a um lugar e a um contexto e abordagens forenses que reconhecessem a importância do profundo conhecimento das circunstâncias sociopolíticas e das estratégias de desaparecimentos e mortes, não apenas para a predição de locais potenciais de encontro do corpo, mas também como parte das responsabilidades das investigações, atividade mandatória em outros países latino-americanos (ligadas à chamada investigação ou pesquisa preliminar).

Meu próprio envolvimento com o caso teve início quando o Ministério Público Federal consultou-me, devido a algumas pesquisas que realizei com materiais arqueológicos "recentes", majoritariamente no âmbito da arqueologia preventiva¹ que tem aberto espaço a muitas destas abordagens [González-Ruibal, 2014]), sobre a possibilidade da aplicação de ferramentas para estimar intervalos cronológicos relativos a materiais encontrados em superfície e que estavam sem critério sendo classificados como “lixo recente” ou “de caçadores de alguns anos atrás” e que, portanto, não teriam qualquer relação com o contexto da guerrilha do Araguaia, não justificando intervenções em subsuperfície para a busca de remanescentes humanos enterrados. Apesar disso, testemunhos orais apontavam o local como uma antiga ocupação militar e os desfiladeiros do entorno como locais de eliminação de corpos (a semelhança dos “voos da morte” argentinos).

¹ A isto devo muito ao arqueólogo Paulo Zanettini.

Não foi surpresa quando o uso simples de princípios básicos como o *terminus ante e post quem*² expressos em uma barra South (South, 1977) – velhos conhecidos da arqueologia histórica – apontaram para a ocorrência de objetos que tinham como ano em comum de produção o de 1972. Se objetos tinham alguma importância enquanto componentes do “lugar do corpo” (como evidências associadas ou pertences pessoais), eles não possuíam nenhuma importância quando o corpo não estava presente, mesmo considerando-se a possibilidade de sua remoção, situação descrita na literatura como “operação limpeza”.

A pergunta desta tese partiu, portanto, do mundo empírico: o que acontece aos materiais não esqueléticos encontrados durante as buscas forenses por pessoas mortas e desaparecidas no período ditatorial quando os contextos onde as buscas ocorrem são bases militares ou centros de tortura e detenção? Se muitos destes locais são ainda negados e obscurecidos, por que a materialidade ali encontrada não é utilizada para ampliar o pouco conhecimento que temos sobre eles, incluindo provar sua própria existência e melhor compreender alguns dos eventos ali ocorridos? Os contextos materiais encontrados durante as investigações sobre a violência política no Bico do Papagaio são não apenas testemunhos de uma série de ações e práticas repressoras como também permitem assegurar, discordar ou somar informações aos esparsos relatos orais e aos poucos documentos escritos em torno de um episódio da história do Brasil marcado por não-narrativas e silêncios, construindo memórias sobre a repressão à guerrilha do Araguaia que inclui o corpo, mas também o lugar do corpo ou o lugar da ausência do corpo. Olhando para estes objetos, seria possível encontrar novos dados, materializar discussões já levantadas pela literatura ou mesmo discordar de algumas afirmações?

Daí nasceu a temática explorada nessa pesquisa – a da necessidade de problematizar perguntas do dia a dia do trabalho forense em diálogo com práticas de investigação em contextos de desaparecimento e violência política aprendidas com bem-sucedidos grupos de antropologia forense na América Latina, as quais implicavam em abordagens distintas daquelas médico-legais reproduzidas no país. Esta distinção crescia, pois se orientava pelas tentativas de aplicação do modelo latino-americano de práticas contra-forenses (Weizman, 2017) no seio do próprio aparato forense do Estado, ele mesmo utilizado pela repressão por meio de um sistema construído durante a ditadura e ainda em voga. A isto se somava um toque pessoal que mesclava conhecimentos de arqueologia histórica e abordagens da

² O *terminus post quem* consiste em considerar a data inicial do artefato de produção mais antigo presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do registro arqueológico; o *terminus ante quem* é seu oposto (Deetz, 1996).

arqueologia do passado contemporâneo para pensar o papel da arqueologia nas discussões sobre justiça, memória e história. A ausência de narrativas sobre determinados episódios da ditadura cívico-militar brasileira, incluindo a triste descrença de parte da população em sua própria existência e efeitos perversos, é reflexo do poder intenso, duradouro e profundo das estratégias de terror e dos mecanismos para fazer desaparecer, presentes nos arranjos institucionais da nossa pouco sólida democracia.

O desaparecimento é físico e social, apagando ambas as esferas da existência de uma pessoa (Baraybar, 2012: 134), e as instâncias de suas consequências vão para muito além do que um primeiro olhar pode indicar. Ele afeta a memória social, apaga documentos, some com informações, perpetua a incerteza, a falta de clareza, a insegurança e o medo em distintos níveis: ele desmaterializa. Logo, a arqueologia e seu potencial materializador posicionam-se quase que diametralmente opostos às estratégias repressivas essencialmente desmaterializadoras da ditadura cívico-militar, como a do desaparecer, permitindo a construção de narrativas sobre fatos silenciados e pouco conhecidos. Por isso este trabalho também é um mergulho nos efeitos do silêncio, do desaparecer e da repressão e nas consequências do regime militar em suas dimensões diversas, dado o contínuo uso de procedimentos burocráticos, instituições e abordagens que são a infraestrutura de um regime de exceção, cujos repertórios são correntes nas investigações lideradas pelo Estado e que perpetuam dúvidas, versões, o não-saber, o vazio, o não ter a quem perguntar e o não ter fontes. Frente a isso, práticas contra forenses, aquelas que se debruçam sobre o próprio aparato forense (médico-legal) e investigativo (policial) governamental, sugerem, como saída, perguntas a outras fontes ou o olhar diferenciado para fontes conhecidas por óticas diversas.

Poucas fotos, escassas fontes, raras falas. Este é o contexto que encontra o arqueólogo quando trabalha, no Brasil, com contextos ligados a ditadura cívico-militar, não apenas com objetivo de localizar pessoas desaparecidas, mas para entender o contexto e o processo de seu desaparecimento (o que e como aconteceu) enquanto participa da construção de novas versões de histórias silenciadas, seja em contextos forenses ou não. O papel fundamental da arqueologia contra as não-narrativas e a possibilidade de incrementar estas histórias a partir da materialidade como fonte alternativa dialógica à oralidade, ainda marcada pelo medo, e à uma documentação, escrita, pouco acessível (se é que existente em sua integridade física), é claro. Por isso, a relação íntima desta tese com a arqueologia do passado contemporâneo, ao possibilitar a construção de "memórias materiais" da repressão, aquelas que carregam fundamental papel na memória coletiva com profunda dimensão espacial (Halbwachs, 2004:

139; Zarankin & Niro, 2010), em disputa com os regimes de verdade instituídos no âmbito do terrorismo de Estado no Brasil e do entrelaçamento entre política e pesquisa acadêmica.

Finalmente, vale ressaltar que esta pesquisa foi escrita enquanto crescia meu envolvimento e minha formação como arqueólogo atuando não apenas nos contextos das ditaduras latino-americanas, mas também no de guerras e pós-guerras, genocídios, limpezas étnicas, atentados, violência urbana e conflitos armados, acompanhados de deslocamentos forçados, migrações e desaparecimentos, em diferentes partes do mundo. O impacto direto do dia-a-dia desse trabalho, seja em seus moldes judiciais ou humanitários, ligado a instituições estatais, à sociedade civil ou a organismos de direito internacional, influenciou em muito seu andamento, desde as perguntas levantadas até a real relevância e necessidade de se ter um doutorado em mundos que se desintegram. Estas idas e vindas, se no começo abriram muitas possibilidades, também me ajudaram a escolher um corredor mais estreito por onde quis caminhar. O produto final é apresentado aqui.

Introdução

A exposição *Ausências*, projeto do fotógrafo argentino Gustavo Germano, iniciado em 2009, ficou bastante conhecida ao mostrar a reprodução de fotos de pessoas desaparecidas em seus contextos familiares antes e depois dos desaparecimentos. É interessante perceber como a ausência do ente querido tornava-se "presença a partir do momento em que é para ele que olhamos", já que o olhar se detém justamente para o vazio e a falta, para a materialidade da ausência, "vestígios que não se podem apagar" (Fam, 2012).

A metáfora é eloquente quanto ao que busca esta tese. Ao tratar da reconstrução de crimes por vestígios materiais e da compreensão de contextos repressivos a partir da materialidade que tais situações geraram e das ações que as originaram, a arqueologia permite caminhos distintos daqueles fornecidos por outros aportes científicos ao tema dos desaparecimentos políticos e da repressão durante a ditadura cívico-militar, trazendo luz a feitos silenciados relacionados a processos sociais violentos (Gassiot, 2010: 109). No entanto, no Brasil, a presença da arqueologia nestas realidades tem sido tímida, se não inexistente, distinto do que ocorre em outros países da América Latina e Europa, onde é comum o debruçar-se sobre os vestígios materiais, incluindo o corpo, de episódios como guerras e holocaustos.

Processos sociais violentos que levam, frequentemente, a rupturas na ordem jurídica, destruição de instituições e privação de liberdades de expressão, têm efeitos catastróficos para as famílias das vítimas e para a sociedade que os gerou e a eles foi submetida. Para as famílias de pessoas desaparecidas, no entanto, o sofrimento é agravado pela incerteza e a crescente angústia de não saber o destino do ente querido, as circunstâncias de seu desaparecimento ou morte e o contexto que cercou estes eventos (Fondebrider, 2004: 6).

Mas, quando um período violento como as ditaduras do Cone Sul chega ao fim, a substituição das autoridades possibilita às famílias de vítimas pedirem a investigação sobre mortes e desaparecimento, e o julgamento dos responsáveis. Isto desenrola mecanismos, como comissões da verdade ou comissões sobre pessoas desaparecidas, que podem, todavia, demorar anos para serem implementados ou tornarem-se verdadeiramente operacionais, como aconteceu no Brasil, com consequências incertas. É no contexto do estabelecimento e desenrolar desses processos que as ciências forenses e outros aportes científicos têm um papel chave, tanto na identificação e repatriação dos remanescentes humanos às famílias e comunidades, como no suporte à necessidade de saber o que aconteceu (Fondebrider, 2004: 6).

Ao longo das últimas quatro décadas, arqueólogos têm sido cada vez mais chamados a participar de comissões e tribunais, organizações em prol dos direitos humanos e associações de familiares, a fim de auxiliarem nas investigações sobre graves violações aos direitos humanos e na localização de pessoas desaparecidos em diversos países do mundo. Neste âmbito, a arqueologia, através de uma série de contribuições, focadas, em geral, no trânsito de bioarqueólogos e antropólogos biológicos para a antropologia forense, tem ganhado destaque ao desempenhar um papel central na reconstrução de sociedades pós-conflito, participando ativamente de processos ligados à verdade, memória e justiça (Juhl & Olsen, 2006: 412). Entretanto, isto só foi possível a partir de uma arqueologia cada vez mais aberta a seu entendimento como o estudo das expressões materiais humanas e menos como o estudo de um passado profundo, que alienava arqueólogos de questões sociopolíticas contemporâneas (Schofield, 2010; González-Ruibal, 2006; Zarankin, Funari, & Reis, 2008; Lucas, 2004; Rathje, 1996; Gould & Schiffer, 1981).

Essa mudança permitiu a ampliação de nossa área de atuação por todo o mundo. Vale lembrar, todavia, que este movimento também trouxe fricções, dificuldades e novas frentes de luta. Reivindicando a materialidade (Olsen, 2003), as contribuições da arqueologia passam a ser vastas, se as possibilidades de leitura da cultura material (incluindo o próprio corpo), em sua ampla acepção, vierem ligadas à produção de narrativas outras que complementam, sobrepõem ou contradizem aquelas pautadas pela história oral, etnografia, documentos escritos ou imagéticos (González-Ruibal, 2008; Lima, 2011). Explorando fontes de outra natureza e trazendo olhares pouco correntes, alguns arqueólogos engajaram-se na luta em prol de tratativas contra discursivas (Said, 2007) aos discursos e histórias hegemônicas (Wolf, 2005) na luta contra a solidificação de uma única verdade e dos discursos dominantes sobre determinados eventos e processos (Adichie, 2009), como críticas a violências sociais (Kojan & Angelo, 2005), epistêmicas (Gnecco, 2009) e cognitivas (Santos, 2010).

Com as transformações epistêmicas ocorridas nas ciências ocidentais nos anos 1970 e 1980, também a arqueologia se inscreveu no conjunto de práticas sociais dos regimes democráticos em prol da revisão do passado, restituindo memórias, reivindicando direitos políticos e desvelando paisagens de terror relacionadas a episódios repressivos pouco conhecidos (Mullins, 2012; Maguire & Carvalho, 2013). Desde então, pesquisas em locais de manifesta materialidade da herança de políticas de terrorismo de Estado ampliaram o escopo de ação dos arqueólogos, primeiramente focados na escavação e recuperação de remanescentes humanos das vítimas diretas destas formas de violência e, num segundo momento, cravando seu olhar sobre os contextos repressivos que davam sentido a aparatos

estratégicos formados por campos de concentração, acampamentos, bases militares, centros clandestinos de tortura, etc.

O primeiro momento destas pesquisas, ao qual corresponde também o grosso da literatura disponível, tem ocorrido dentro da chamada arqueologia forense, termo que, destarte recuar ao menos aos anos 1970 (Hunter & Cox, 2005), ganha características específicas dentro da antropologia forense latino-americana a partir dos finais dos anos de 1980. Já o segundo momento, tem ocorrido no escopo da arqueologia do passado contemporâneo, que, por sua vez, se relaciona de modo ainda assistemático ao mundo forense. Ambas as abordagens, se possuem características, caminhos e perspectivas específicas, têm se encontrado aqui e acolá, e cada vez mais, nos últimos anos, com exemplos ligados às ditaduras latino-americanas e aos holocaustos europeus.

De fato, os anos 1980 marcaram uma nova arqueologia para a América Latina (Politis, 2003; Zarankin & Salerno, 2008). O fim dos regimes ditatoriais acarretou movimentos de abertura que propiciaram a recuperação de informações sobre direitos usurpados durante os anos de repressão, e a arqueologia passou a dialogar de forma mais intensa com questões que produzissem um melhor conhecimento sobre tais períodos e para que se encontrassem mecanismos de reparação jurídica (Carvalho & Funari, 2009).

De ontologia pouco clara, recente e de uma distinção da antropologia em constante debate (Fahlander, 2017), o fato é que o papel da arqueologia e a presença de arqueólogos em questões relacionadas à violência política do mundo contemporâneo têm crescido, não sem tensões. Diferentes perspectivas convergem no solidificar da contribuição da arqueologia ao estudo do passado recente, seja na recuperação das vítimas de desastre de massa e cenas de crime complexas, seja de remanescentes humanos enterrados em valas clandestinas, e, nos últimos anos, no debruçar-se sobre a escala material de estratégias repressivas e práticas de resistência ocorridas durante episódios de opressão e abuso aos direitos humanos.

Esta tese busca tecer diálogos entre a arqueologia forense, que ocorre em um contexto legal com vistas à persecução de crimes e à localização de pessoas desaparecidas junto a um melhor entendimento das circunstâncias que levaram a seu desaparecimento, e a arqueologia do passado contemporâneo que, destarte sobrepõe-se a primeira em termos de espaço e tema, nem sempre dialoga com a esfera médico-judicial, mas vem pensando a materialidade de locais ligados a desaparecimentos, prisões, torturas e execuções, não necessariamente incluindo remanescentes humanos. Muito da primeira abordagem têm ocorrido no que vêm sendo chamado de antropologia forense latino-americana, nas buscas por desaparecidos, e muito da segunda pode ocorrer nos contextos da primeira graças às sementes plantadas por

esta antropologia forense a qual abre possibilidades para, através dela, construírem-se memórias materiais das práticas repressivas e de resistências aos Estados de terror.

Com base nisso, as questões pesquisadas aqui emergiram de dois pontos: o primeiro relacionado às experiências acumuladas, como arqueólogo, em investigações criminais, sobre abusos aos direitos humanos e causas humanitárias em diversos países³, junto de uma gama de outros especialistas de diversas nacionalidades, o que impulsionou a problematização do estado da arte desta área no Brasil. Parecia que a mesma era não só pouco conhecida, não praticada, não ensinada, mas que basicamente inexisiam publicações científicas nacionais a respeito (incluindo teses), ausentes reflexões e lutas por sua implantação e esclarecimentos sobre sua relevância, e que imperava certa confusão do profissional forense com áreas que lidam com temas, tempos e espaços semelhantes, mas que não tem dimensão forense na prática.

O segundo relaciona-se a um quadro que parecia ainda mais grave – a total inexistência de preocupações com a materialidade não-esquelética encontrada durante buscas por pessoas desaparecidas e que não resultava na localização de remanescentes humanos, afetando, de certo modo, considerações judiciais sobre o contexto e, definitivamente, ignorando a função memorial de artefatos e feições (Hawkes, 2014: 68). A experiência mostrou que contextos e objetos, se muito, só ganhavam relevância se associados ao corpo, como itens pessoais ou evidenciários (evidências associadas).

Como de praxe, busquei por respostas na literatura disponível sobre o tema que, se não basicamente internacional e em inglês, também apresentava suas lacunas no que concerne ao mundo material das investigações forenses. Algum alento foi encontrado, de certo modo, em pesquisas arqueológicas interessadas no passado contemporâneo, fora do escopo forense, ao mergulharem na materialidade das guerras, conflitos armados e estratégias repressivas dos séculos XX e XXI, incluindo as aberturas de valas como forma de dar visibilidade e pressionar os Estados, a exemplo da Espanha (Congram, 2015: 207; González-Ruibal, Ayán, & Caesar, 2015: 116). Nestes contextos, o remanescente humano materializa o desaparecido e a violação ocorrida, chama atenção para a negação de certos feitos, pode tornar o local uma cena de crime e potencializa implicações legais variadas; ele permite a certificação da morte, o fim da incerteza e o desenrolar dos rituais de luto dos familiares.

³ A mencionar alguns, trabalhei como especialista forense no Peru, Equador, Somalilândia, Geórgia, Sri Lanka, Nepal e Afeganistão.

No entanto, e especialmente em contextos enterrados, poucos se lembram que prospecções interventivas, escavações e malfadadas exumações têm caráter fundamentalmente destrutivo. À prática forense no Brasil falta clareza nas decisões para intervenções em subsuperfície (desafio que não é único), também pela falta de boas investigações preliminares e de conhecimento em torno das informações que podem ser obtidas com as propostas de reconstrução de sequências de eventos. Estas intervenções ganham em qualidade com o uso de paradigmas arqueológicos (paisagem, contexto, espaço, tafonomia, estratigrafia), associados a conhecimentos específicos para a análise da cultura material moderna presente nestas realidades, além do conhecimento bioarqueológico que a área domina.

Sabendo da inerente destruição como passo para acessar a materialidade de contextos repressivos em investigações sobre violência política, têm sido crescentes as discussões em torno da ética profissional, em especial quando o próprio contexto de violência no qual estão imbuídas as pesquisas impactam práticas, agravam o sentido e as consequências de certas decisões e tornam problemáticos aspectos que em outras realidades seriam dados como rotineiros (Blau, 2009; Moshenska & González-Ruibal, 2015). Há, por exemplo, uma enorme responsabilidade subjacente ao registrar e coletar dados, mesmo quando não há localização de remanescentes humanos, mas que nem sempre é possível devido a insegurança do meio ou velocidade na qual algumas decisões devem ser tomadas. Só há, afinal de contas, uma chance para fazer ou não fazer direito.

É evidente que no campo da antropologia forense, onde a arqueologia forense está inserida ora como irmã, em um mesmo nível disciplinar (como na Europa), ora como filha, entendida como vinda da antropologia (como nos EUA), ora como mãe (como na América Latina), onde a sobrevivência da antropologia biológica esteve muito relacionada à bioarqueologia e onde vários antropólogos forenses têm arqueologia como primeira formação, existe uma grande disparidade entre literatura científica e atuação profissional. Enquanto a literatura é dominada pela língua inglesa e provém dos países anglófonos do norte geopolítico, a prática da disciplina ocorre geralmente no sul geopolítico, mormente na América Latina, Ásia, Oriente Médio e África, especialmente em se tratando de contextos de graves violações aos direitos humanos. A América Latina é um dos únicos contextos (junto da Espanha) nos quais são os próprios “nativos”, os latino-americanos, que encabeçam programas em antropologia e arqueologia forense em seus próprios países ou em países vizinhos, enquanto que na África, Oriente Médio e Ásia ainda é bastante comum que grupos estrangeiros, com intensa presença de europeus, norte-americanos e australianos, conduzam

projetos. Este fazer “em casa” diminui as cargas coloniais e etnocêntricas que a disciplina carrega.

É importante ressaltar que muitos dos países do norte geopolítico não possuem boas relações diplomáticas com muitos dos países do sul geopolítico, onde projetos de arqueologia e antropologia (forense ou não) são necessários. Desafortunadamente, a presença de tropas militares estadunidenses, francesas, inglesas e belgas em conflitos contemporâneos e seus legados coloniais acabam dificultando a presença de pesquisadores destas nacionalidades em muitas regiões do mundo. Assim, apesar da literatura e da formação acadêmica serem tradicionalmente dominadas pelos EUA, o contexto político onde os trabalhos ocorrem abre inúmeras possibilidades para os latino-americanos, europeus orientais e de países que não são potências militares mundiais, como Portugal e Espanha, haja vista a maciça presença de latino-americanos na unidade forense do Comitê Internacional da Cruz Vermelha, por exemplo.

A literatura internacional sugere que, enquanto o norte geopolítico possui uma antropologia forense ligada a investigações criminais em contextos médico-legais com forte base acadêmica e envolvendo as universidades, o Sul criou práticas ligadas aos movimentos sociais em suas lutas contra violações de direitos humanos e o desaparecimento de pessoas, estruturando campos de formação que escapam das universidades, ao fim e ao cabo também instituições da infraestrutura de um Estado perpetrador. Na América Latina, e em especial no Cone Sul, a antropologia forense nasceu próxima da sociedade civil e dos aparatos não estatais, como organizações não governamentais, em seus questionamentos sobre os silêncios, as incertezas e a impunidade dos crimes de suas ditaduras (Fondebrider, 2008: 68).

Perguntas, abordagens e maneiras de perceber a aplicação da antropologia forense refletem-se, portanto, na própria relação de alteridade dos profissionais com os contextos trabalhados e com os crimes em apreço. Enquanto a produção científica de língua inglesa traz muitas observações sobre paisagens exóticas, contextos estranhos, ausência de equipamentos e falta de verbas (Skinner, 2007; Hoshower, 1998), os autores latino-americanos nascidos e crescidos no que se consideraria exótico para estadunidenses e australianos, e acostumados com problemas estruturais semelhantes, raramente fazem este tipo de observação em suas publicações.

Apesar da forte carga generalista e universalista da produção do Norte, mea-culpa seja feita aos latino-americanos quando generalizam a arqueologia como o estudo de sítios recuados no tempo ou monumentais. Existe certo estranhamento quando se ouve de colegas que a antropologia forense se opõe a uma “arqueologia tradicional” (ALAF, 2013: 38; Salerno

& Zarankin, 2012: 79), o que quer que ela seja, na qual há menos perigo, os contextos estão descolados do arqueólogo e são sempre muito antigos, sem preocupações legais. Ora, no Brasil, onde proliferam discussões etnoarqueológicas com consequência às demarcações de territórios tradicionais, projetos envolvendo arqueologias comunitárias e sua socialização e descolonização, esta é justamente a realidade de muitos arqueólogos. Fazemos prospecções em áreas de denso tráfico de drogas ou monitoramento em contextos de violência urbana, além de atuarmos em quadros legais bastante restritos e estarmos envolvidos frequentemente com o poder judiciário, como no caso dos licenciamentos.

Devem ser reconhecidas as diferenças entre arqueologias que atuam fora de quadros forenses, mas ressalva seja feita à pouca acurácia do termo “arqueologia tradicional”, que muitas vezes não inclui a arqueologia histórica, já deveras sedimentada. De qualquer maneira, a experiência abre aos arqueólogos latino-americanos oportunidades ímpares em termos de abordagens (e empatia) ao compartilharmos de muitos dos pesares e dos aspectos socioeconômicas e políticos dos contextos em que a arqueologia é aplicada na investigação de graves violações aos direitos humanos. Daí a fundamental importância de contribuições sul-sul (Fondebrider, 2017). Esse quando tem permitido que se delineie uma antropologia forense latino-americana que não mais é devedora das metodologias ou das teorias apenas vindas dos EUA, por exemplo, a exemplo do arcabouço teórico que vem se construído sobre desaparecimentos e o aniquilamento de corpos (Rojas-Perez, 2008; Castillejo-Cuéllar, 2014).

Apesar da relevância da antropologia forense latino-americana, é comum sua paulatina ausência da literatura de língua inglesa, quando não para ressaltar a América Latina como pano de fundo de crimes hediondos e o papel dos EUA na formação de grupos locais, ignorando o desenvolvimento, a transformação e a criação de um modo de fazer próprio que caracteriza a área na região. O antropólogo forense estadunidense Clyde Snow, tido como o pai da antropologia forense latino-americana, afirmava, há muito, que a disciplina não poderia ser aplicada aqui tal como era nos EUA (Weizman & Snow, 2011). Esta sensibilidade impulsionou o estabelecimento de uma forma de praticar a arqueologia forense em projetos que ressaltam a importância das relações com as famílias e sobreviventes da violência política, a importância do questionamento histórico dos eventos ocorridos e a relevância em problematizar e abordar a memória, incluindo o aporte de fontes escritas e orais, durante e depois dos trabalhos de campo (Crossland, 2013: 124).

Apesar da contribuição latino-americana ao campo da antropologia forense e a aplicação da arqueologia na investigação das consequências dos regimes de exceção e repressão, o Brasil permaneceu (e permanece) muito distante do que aconteceu em países

como México, Peru, Chile, Uruguai, Guatemala e especialmente Colômbia e Argentina, resguardando as diferenças políticas, as polifonias e os processos que ocorreram em cada um. O Brasil entrou tarde (se é que é possível afirmar que entrou) neste processo. A difícil redemocratização do país foi determinante para conformações de dinâmicas de justiça de transição específicas (devido às marcas profundas na memória histórica de todo o Cone Sul), acompanhada de alguns acertos de contas com o passado autoritário. Isto culminou em processos democráticos pouco consolidados e na pouca ou nenhuma reflexão pública sobre os traumas decorridos (Moraes, 2001).

No caso brasileiro, produção científica e práticas apontam claramente para o problema da sobreposição entre antropologia forense, medicina e odontologia forense. As últimas parecem entender a primeira enquanto técnica para estudo do corpo humano, este puramente em sua forma anátomo-fisiológica e não como resultado de um processo biocultural. Essas perspectivas assemelham-se à antropologia criminal de começos do século que, na busca por explicações médicas sobre comportamentos, focar-se-ia no indivíduo (criminoso) mais do que no contexto ou nas circunstâncias (crime), adotando um vocabulário mais próximo do policial e do jurídico (Schwarcz, 1993: 274). Sedimenta-se uma medicina-legal que foca no organismo biológico muito mais do que nos eventos que causaram a morte e que estão relacionadas ao direito de saber das famílias e ao esclarecimento dos crimes passados.

Nessa mesma literatura, ao focarmos no termo arqueologia forense, o mesmo aparece em raras publicações de medicina legal, as quais pouco ou nada dialogam com a arqueologia como área do conhecimento. Ela é muitas vezes apresentada apenas como técnica para bem retirar esqueletos enterrados. Os problemas da percepção de antropólogos e arqueólogos em meio forense como técnicos que visam a aplicação de uma prática “objetiva” em um vaco de teoria têm sido questionados por profissionais da área (Saul & Tuller, 2015), mas ainda prevalecem em muitos meios, como no Brasil. O termo, por sua vez, também recorre dentro da literatura arqueológica e antropológica mais recente, no entanto de modo confuso. “Forense”, algumas vezes, é empregado ligado a temáticas envolvendo qualquer remanescente humano esqueletizado, independente de contexto, longe do que realmente é e sobrepondo-se a bioarqueologia, arqueologia da violência, antropologia de terreno e antropologia biológica.

Recentemente, vem surgindo, no Brasil, iniciativas que dialogam com a arqueologia do passado contemporâneo em seu debruçar sobre a materialidade de contextos repressivos, mas na maior parte das vezes as reflexões têm cunho apenas teórico, os dados empíricos faltam e/ou estão baseados na escala material da arquitetura, com raros exemplos em torno de

sua aplicabilidade para pensar a materialidade dos objetos cotidianos ligados a violências políticas, ditaduras, repressões e demais crimes contra a população civil, e certamente quase nada que associe estas questões aos resultados ou procedimentos de investigações forenses, como o papel da arqueologia na etapa de pesquisas preliminares. A produção estrangeira é mais uma vez muito mais intensa em termos de estudos materiais de contextos repressivos, e vale ressaltar o papel de países que não os de fala inglesa, como a Espanha (González-Ruibal, 2008), com projetos sobre o regime franquista, a Alemanha (Colls, 2015), com o debruçar doloroso sobre os campos de concentração nazistas, e a Argentina (Salerno & Zarankin, 2012), com diversos exemplos e abordagens em torno dos centros clandestinos de detenção e tortura, contextos estes que contam ou não com a presença de remanescentes humanos.

Por outro lado, fora dos contextos forenses e não associados a remanescentes humanos, alguns poucos arqueólogos tem pensado a materialidade da violência política, da repressão e da resistência a ela através de olhares para espaços, paisagens e objetos que são causa e consequência destas dimensões materiais, a exemplo dos bonecos feitos por presos políticos a seus filhos (Mazz, 2008), grafites em centros clandestinos de detenção (Navarrete & López, 2008), as roupas e o vestir-se como parte dos aparatos repressivos nas prisões (Salerno, 2009), a arquitetura como ferramenta de reprodução de ideologias opressoras (Zarankin & Niro, 201; Baretta, 2014) e paisagens esquecidas como patrimônio do conflito (González-Ruibal, 2009; Breithoff, 2013; Teixeira, Symonds, & Funari, 2018;).

Ausentes nas publicações no Brasil e raros na literatura estrangeira, não é claro o que ocorre aos materiais que provêm de intervenções forenses que não resultam na localização de remanescentes humanos daqueles que foram vítimas das atrocidades. Neste âmbito, os poucos estudos existentes dão foco às roupas e aos projéteis de arma de fogo. Quanto às roupas, aparecem especialmente em seu papel no suporte às identificações – enquanto elementos particulares, individualizantes e inclusivos –, enquanto contribuintes às investigações sobre as circunstâncias da morte – no estudo das relações entre marcas nos tecidos e lesões no corpo/esqueleto para estudo das trajetórias dos projéteis e sua relação com as violações cometidas (Baraybar, 2017) –, e quanto a seu impacto nos processos diagenéticos e decompositores (Tibbett & Carter, 2008).

Quanto aos projéteis, resíduos (projétil ou estojo) são frequentemente foco de estudos balísticos, na interação entre as lesões por arma de fogo e os traumatismos ósseos, com vistas à interpretação da direção e distância dos disparos, trajetória, número de lesões, sequências de disparo, tipo de arma e munição, considerando contexto, localização dos remanescentes, disposição do corpo, intenção do perpetrador e arma utilizada contribuem na variação dos

traumatismos e, assim, na interpretação dos eventos ocorridos (Kimmerle & Baraybar, 2011: 337-338). A simples identificação de calibres e determinadas munições em contextos de repressão, desaparecimento e morte, já é suficiente para levantar suspeitas de violações às convenções internacionais, leis do direito internacional humanitário consuetudinário e dos direitos humanos, em relação aos tipos de armamentos utilizados, e a intenção de causar dano e sofrimento desnecessário, em situações de conflito armado e guerra.

Também os objetos pessoais que acompanham os remanescentes humanos (joias, roupas, óculos, documentos, etc.) são os tipos de evidência mais comumente usados para corroboração de processos de identificação humana forense junto da análise das características distintivas do corpo, somados, algumas vezes e quando possível, a análises genéticas, datiloscópicas e aos raros registros médicos e odontológicos, especialmente no sul geopolítico (Sledzik & Kauffman, 2008: 108; Byers, 2017: 402; Chesson, Brett, Ehleringer, Park, & Bartelink, 2018: 127). Tais itens pessoais, contudo, devem ser abordados com parcimônia se não claramente associados aos remanescentes humanos e ao contexto (por isso a necessidade de métodos que permitam esta inferência), como em situações de desastres de massa, para que não induzam a falsas identificações (Steyn, 2017: 137).

Estes objetos são especialmente importantes em regiões como a América Latina, onde documentos que suportem dados *antemortem* (como registros médicos e odontológicos, e mesmas fotografias) são escassos ou inexistentes para a maioria da população (Flavel & Barker, 2009: 435). No entanto, se a materialidade dos contextos e as evidências não-esqueléticas podem ser abordadas para além de seus valores periciais essenciais, como evidência física considerada prova tangível e irrefutável - à diferença da prova testemunhal, muitas vezes refutada (Baraybar, 2015: 8) -, a realidade é que elas são pouco trabalhadas e exploradas pelas equipes forenses, incluindo as latino-americanas, no sentido de possibilitar narrativas, compreensões de eventos e aquisição de novo dados e informações sobre o contexto.

Objetos também ganham alguma relevância não apenas no que concerne às possibilidades de identificação (como as chapas de identificação para soldados, por exemplo), mas também por seu papel simbólico relacionado à memória de um ente querido, sendo constantes alvos de discussão no âmbito do direito internacional humanitário que proíbe o roubo dos itens pessoais de uma pessoa falecida (Wels, 2016: 1).

De qualquer modo, vale lembrar que roupas e projéteis são os materiais mais comumente encontrados em contextos que envolvem antropologia e arqueologia forenses, já que pessoas, em geral vestidas, foram muitas vezes mortas à tiro. No caso da arqueologia

forense, dando foco aos remanescentes humanos, esses materiais ganham importância enquanto evidências associadas ao corpo ou relacionados à estratigrafia das valas comuns, contribuindo à interpretação das sequências de eventos que permitem a composição de narrativas sobre enterramentos clandestinos e aferições cronológicas (Dupras, Schultz, Wheeler, & Williams, 2012: 70). A noção de sequência de eventos, relacionada aos princípios de associação, recorrência e sobreposição no contexto arqueológico, é importante ao considerarmos que a interpretação dos achados possibilitará a construção e compreensão de uma história apresentada como narrativa (Veyne, 1998: 18).

Algumas iniciativas têm expandido este potencial, somando elementos importantes aos processos de identificação de remanescentes humanos ao materializar e registrar os impactos traumáticos do cotidiano das situações e circunstâncias a eles relacionados. A arqueóloga Melissa Salerno (2009) foi uma das poucas que ultrapassou a divisão entre o sentido evidenciário e as possibilidades outras do estudo de materialidades encontradas em contextos relacionados a mortos e desaparecidos debruçando-se sobre a destruição da identidade das vítimas ao retirarem-se as roupas dos detidos, facilitando algumas torturas e mesmo impedindo que a indumentária fosse utilizada para suicídios. A arqueóloga Laylah Renshaw (2011) estudou os artefatos e a arquitetura associada a mortes militares no século XX e objetos vindos de contextos de vala comuns associados a guerra civil espanhola.

Vale ressaltar o *Book of Belongings*, publicado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha entre 2000 e 2002, com fotografias de objetos encontrados nas valas comuns da ex-Iugoslávia, como aquelas relacionadas ao massacre de Srebrenica e o debate que se seguiu à destruição destes objetos pelo Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia (ICTY) sob a justificativa de que já tinham servido a seu propósito identificatório, oferecendo riscos à saúde, em postura que ignorou seu papel enquanto materializador das continuidades do desaparecimento, conectando tempos pré e pós-morte, e sua existência como testemunhos da experiência da perda (Hawkes, 2014: 77).

Outras iniciativas que utilizaram a materialidade não-esquelética de contextos forenses e de violência política relacionam-se, por exemplo, às arqueologias do holocausto e os estudos, em especial, de campos de concentração e extermínio nazistas, que mesclam aportes da arqueologia forense, industrial, pública e histórica. Estas abordagens buscaram reconstruir e preservar estruturas arruinadas e estudar os artefatos encontrados, na relação destes conjuntos com a paisagem, com políticas públicas e com discussões humanitárias sobre a localização e repatriação de remanescentes humanos em contextos religiosos nos quais intervir nas valas nem sempre é possível (Gilead, Haimi, & Mazurek, 2010; Colls, 2015).

A cultura material também tem sido alvo da abordagem inglesa conhecida como arquitetura forense, que utiliza a arquitetura como um suporte visível para investigar conflitos armados e ambientes de destruição, cruzando fontes que incluem a análise material, fotografias, cartografia e sensoriamento remoto para mapear locais onde o poder hegemônico escondeu sua violência e diagnosticar patologias em edifícios tipicamente ligadas a bombardeios negados, por exemplo (Weizman, 2017). Parcimônia deve ser dada a este aporte deveras original, uma vez que destarte utilizar-se do termo arquitetura, parte, no fim, de pressupostos já utilizados pela arqueologia. O destaque que a arquitetura forense ganhou a partir do caso de Ayotzinapa, no México, por exemplo, não deve ofuscar o que arqueólogos já tem feito antes.

Vale ressaltar, finalmente, que a cultura material pouco ou jamais foi alvo de estudos, sistemáticos ou não, sobre o período ditatorial no Brasil, nem sob a ótica dos historiadores (buscando sua presença na documentação escrita) nem dos antropólogos sociais (buscando sua presença nas práticas contemporâneas). Nas pesquisas sobre a ditadura cívico-militar de 1964 a 1985 prevalece, massivamente, o uso de fontes escritas e relatos orais, do audiovisual e do imagético. Espaços de repressão foram mapeados a partir de alguns projetos, como o “Cartografias da Ditadura”, iniciativa do Instituto de Estudos da Religião, no Rio de Janeiro que, desde 2011, promove o mapeamento colaborativo de lugares da memória associados à repressão e à resistência à ditadura no estado, evidenciando cartograficamente práticas a eles relacionadas (ISER, 2011). A sociomuseologia também tem tido algum papel na musealização de espaços prisionais, no intuito de dar função social a lugares de memória da repressão e da resistência, como no caso do Memorial da Resistência na cidade de São Paulo, antiga sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social - DEPOS (Neves, 2011).

É assim que essa tese se insere em um hiato em termos de abordagem científica, diagnosticado na prática profissional e na literatura sobre o tema. O papel da análise arqueológica de vestígios não-esqueléticos contemporâneos como potenciais articuladores das discussões sobre graves violações aos direitos humanos, auxiliando na construção de memória materiais da repressão e de narrativas alternativas pautadas na materialidade, como fonte alternativa, colore a bandeira hasteada aqui. Portanto, a pesquisa também dialoga com a tese da destruição total de documentos (Carvalhedeo, 2012; Corrêa, 2013) ou da ausência de vestígios (Morais, 2008) relacionados à guerrilha do Araguaia. A premissa assumida é a do axioma básico arqueológico: ações humanas deixam marcas físicas e práticas tem dimensão concreta (Lucas, 2012; Barrett, 2005). Axioma similar está presente nas próprias narrativas sobre a repressão, com guerrilheiros e militares usando procedimentos de rastreamento e

apagamento de traços para esconder a presença e, assim, padrões de mobilidade e posicionamento relativo. O uso dos mateiros pelas Forças Armadas, especialistas na leitura dos registros de atividades na floresta, também é exemplo. Tal perspectiva é importante em contextos de violência política, nem que seja para justificar e materializar as próprias ausências: uma arqueologia do que não está, mas também uma arqueologia da presença.

É claro, no entanto, que nem sempre as marcas localizadas são as que se quer encontrar, e que a ausência de especialistas pode ter como consequência a sensação de que não há vestígios quando, na verdade, vestígios não faltam. O que não há é um olhar profissional capaz de encontrá-los e decodificá-los, o que, no mundo forense, pode inclusive ser entendido como destruição de evidência ou obstrução de justiça, e no mundo não-forense, como mais um dos mecanismos de apagamento e ocultamento de feitos negados. A falta da arqueologia em todo este universo é dialógica ao impacto da ausência de boas práticas no escopo das buscas oficiais levadas a cabo pelo próprio Estado e por suas instituições.

O terror que modelou o aparato repressivo orquestrado pelo Estado brasileiro contra guerrilheiros, camponeses e indígenas, nos anos de 1970, com uso indiscriminado de torturas, sequestros e desaparecimentos materializou o medo e é parte do tom que construiu a paisagem atual da região. As consequências do uso da paisagem do Bico do Papagaio como parte do terror, incluindo o papel da própria floresta no conflito, perpetua-se até os dias atuais, indicando a potência da materialidade relacionada à repressão à guerrilha, a buscas pelos desaparecidos, suas reapropriações pautadas em narrativas fantásticas e a possibilidade do estudo dos materiais encontrados para contar histórias que foram ditas como nunca acontecidas (Padrós et al., 2009: 29). A reflexão sobre a dimensão material das bases escavadas em Xambioá, no Tocantins, e São Geraldo do Araguaia, no Pará, deixa claro que a construção de narrativas a partir delas permite pensar historicamente o contemporâneo da violência política, relacionando presente, passado e futuro (Brockmeier, 2002).

Materiais não-esqueléticos e não associados ao lugar do corpo são, portanto, o foco de atenção da pesquisa, em especial quando expressam materialmente o próprio contexto repressivo em foco e auxiliam na construção de narrativas e em contra discursos sobre eventos ocultados e negados. Entretanto, a pesquisa tem também implicações mais amplas, as quais podem auxiliar na explicação do que ocorreu com os corpos não encontrados e trazer luz às estratégias iniciadas e perpetuadas para mantê-los desaparecidos enquanto ausências presentes ou presentes ausentes (Buchli, Lucas, 2001).

1.1. Pergunta

A partir do pano de fundo oferecido anteriormente, considerando os meios pelos quais o terrorismo de Estado se materializa e a responsabilidade dos arqueólogos (forenses) na luta contra o silenciamento das consequências da violência política, a questão central que esta pesquisa se coloca é: qual o potencial informativo e o que acontece aos materiais não-esqueléticos encontrados em contextos de repressão nos quais investigações forenses ocorrem, mas os corpos não são localizados?

1.2. Objetivo geral

O objetivo principal desta tese é demonstrar a importância e o potencial de abordagens arqueológicas na investigação do passado contemporâneo quando buscas em contextos forenses e médico-legais localizam artefatos associados ao contexto de repressão, mas não ligados ao corpo, não sendo assim considerados “evidências” e em geral descartados.

1.3. Objetivos específicos

- Estabelecer novos dados sobre o episódio da guerrilha do Araguaia de forma transescalar (objetos e paisagem) e com perspectivas sincrônicas (através da análise da cultura material de duas bases militares) e diacrônicas (através da análise destas bases como parte da repressão que se materializou na paisagem da região e suas consequências na morfologia urbana de Xambioá) em diálogo com a literatura produzida sobre o tema.
- Analisar o estado da arte da arqueologia forense no Brasil através de exaustiva revisão bibliográfica e análise bibliométrica a partir de bases de dados relacionadas à antropologia forense, arqueologia e medicina-legal a fim de compreender a formação do campo no país;
- Demonstrar as possibilidades abertas à arqueologia do passado contemporâneo e à análise da cultura material não-esquelética pelo modo de fazer introduzido pela antropologia forense latino-americana em investigações de violência política e na busca por pessoas desaparecidas durante regimes de exceção;
- Exemplificar a importância de aportes multidisciplinares ao estudo da ditadura cívico-militar brasileira durante os anos de 1970 através do uso da arqueologia na construção de narrativas baseadas na dimensão material de aparatos repressivos;

1.4. Autorização

O uso dos materiais não-esqueléticos resultantes das prospecções e escavações arqueológicas levadas à cabo em etapas de campo realizadas entre os anos de 2012 e 2015 em dois locais apontados como antigas bases militares utilizadas pelo Exército Brasileiro como parte do sistema repressivo orquestrado contra a guerrilha do Araguaia, nos anos de 1970, em São Geraldo do Araguaia (PA) e Xambioá (TO), foi devidamente autorizado pelo Grupo de Trabalho Araguaia e pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos para pesquisa e salvaguarda temporária dos materiais na reserva do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo. Os trabalhos arqueológicos ocorreram no âmbito do cumprimento da sentença resultante do julgamento do *Caso Gomes Lund e Outros (“Guerrilha do Araguaia”) vs. Brasil* em 24 de novembro de 2010 pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos.

2. Contexto

2.1. O caso da guerrilha do Araguaia

2.1.1. Terror de Estado e desaparecer

O terrorismo de Estado organizou grande parte das ditaduras do Cone Sul. Ele pode ser entendido, de modo muito simples, enquanto um regime de violência, manifesto de distintas formas, instaurado pelo governo no qual o grupo político que detém o poder se utiliza do terror, e, por conseguinte, do medo, como instrumento de governabilidade (Bauer, 2011). Medo e terror paralisam e silenciam, gerando "culturas de medo", expressão cunhada pelo historiador argentino Guillermo O'Donnell (1982: 277). Estas culturas podem ser observadas em diversas regiões do interior do país, onde repressão e violação aos direitos humanos deram as mãos, introjetando sentimento de culpa nas vítimas ("meu pai não devia ter andado ali, naquela hora da noite...") e tirando do Estado perpetrador a responsabilidade pelas consequências do uso extremo da violência física e psicológica para depositá-la no indivíduo que, por iniciativa própria, teria abandonado conhecidos, rompido laços de amizade, negado solidariedade e delatado companheiros.

O caráter clandestino do sistema repressivo no Brasil contribuiu para a neutralização de respostas e de uma resistência imediata, aumentando os efeitos psicológicos da violência estatal ao torná-la anônima e onipresente: velhos caminhos tornaram-se perigosos, não se podia mais caminhar por ali ou acolá, e como resultado disso um mapa cognitivo do território, do significado de lugares e paisagens, teve de ser bruscamente alterado. Adensava-se uma atmosfera de insegurança e medo que gerava imobilismo e inércia por meio da aplicação de uma "pedagogia do medo" por meio de práticas que visavam submeter e dominar (Maestri, 2004: 192). Esta pedagogia também se deu através da construção de paisagens que contêm a memória e os vestígios materiais de antigos locais de repressão, como bases militares, e do estabelecimento de uma cultura de medo que segue na região até hoje. Esses medos manifestam-se tanto física como simbolicamente, como fantasmas que assombram lugares: é o exemplo da antiga base militar de Xambioá, um dos focos deste projeto, cujo local, atualmente um pasto, é ainda referenciado como "casa de judiaria" por moradores da cidade, na qual camponeses e guerrilheiros foram submetidos a trabalhos forçados, torturas e morte (Peixoto, 2011).

A impunidade, garantida por um sistema judiciário deficiente, um corpo investigativo sem autonomia e um aparato forense ele mesmo parte do sistema repressivo, alimentou a cultura do medo, enraizando sentimento de impotência e servindo como base a

comportamentos arbitrários e ostensivos de um terror que se perpetua por retroalimentação. O quadro ditatorial e as estratégias repressivas organizadas no Brasil têm claras consequências pós-1985, mesmo frente às tímidas iniciativas de justiça transicional e, recentemente, ao *boom* de comissões da verdade e à condenação do país pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Para pensá-las, adotarei a perspectiva, popularizada nos anos de 1990, de historiadores que interpretam o regime militar no país a partir do modelo da doutrina de segurança nacional e do uso do terrorismo de Estado como mecanismo para a coerção e eliminação do chamado “inimigo interno” (Bauer, 2005; Padrós, 2007b). Esta doutrina foi implementada por meio do desenvolvimento de uma ampla e multifacetada estratégia repressiva cuja dimensão material pouco foi explorada e cujo impacto abrangente, prolongado, indiscriminado, retroflexivo e trans-territorial, perturbou regras de convivência e afetou consideravelmente as relações entre as pessoas por meio da banalização rotineira de formas de controle.

Os projetos de mudança estrutural que ameaçavam a ordem interna na América Latina desde os anos de 1950, com a Revolução Cubana e o impacto da Guerra no Vietnã, impulsionaram iniciativas, apoiadas, em especial, pelos EUA, para implementar instrumentos à desmobilização e despolitização da população, impondo uma ordem interna disciplinadora de segurança e estabilidade, interrompendo a dinâmica eleitoral e destruindo organizações revolucionárias, dando solidez aos chamados regimes de segurança nacional (Padrós, 2007b: 44). Estes regimes criaram estruturas paralelas àquelas estatais legais, oficiais e visíveis, ao utilizarem-se de métodos como sequestro, detenção, tortura e desaparecimento enquanto parte de seus terrorismos de Estado, entendidos como “imposição sistemática do terror sobre a população de um Estado como estratégia política” (Bauer, 2005: 1). Todo este aparato deu início a uma cultura do medo cujos efeitos persuasivos, dissuasivos e duradouros, apoiaram-se em órgãos pré-existentes, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criado em 1924, e novos, como o Departamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), criado em 1969 (Reznik, 2004).

Os anos de 1970 e 1980 assolaram a América Latina com uma série de sistemas repressivos implantados a partir de golpes militares baseados na doutrina de segurança nacional e no inimigo interno como forma de controle e opressão. Tal doutrina baseou-se em mecanismos que defendiam o interesse dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro, destruindo a tendência ao questionamento social e às exigências de mudanças estruturais das organizações populares, partindo de duas condições: a) patrulhamento ideológico, proibição explícita e autocensura com base no uso ilimitado da força como parte do terror para geração

de medo e da aceitação da violência estatal, e b) ações paramilitares como legítimas contra um inimigo interno que estava em todos os lugares, adaptava-se a qualquer ambiente e camuflava-se em variados contextos (Coimbra, 2012: 8; Padrós, 2007b: 43).

Conceitos básicos para esta doutrina foram os do “inimigo interno”, da “guerra interna”, da “subversão” e da “contra insurgência”, relacionados ao uso da incerteza e da ansiedade como parte fundamental da angústia causada pelas estratégias de fazer desaparecer e para a eliminação daqueles considerados inimigos – absolutamente os comunistas, mas também aqueles que não se encaixavam no que a ditadura entendia como cidadão-modelo, ou seja, aqueles que não se queria porque importunavam, atrapalhavam e atrapalhavam: indígenas, camponeses, pobres, negros, mulheres, homossexuais, órfãos, deficientes mentais. São muitas as linhas de corte e poucos os estudos sobre como a repressão e o desaparecer afetaram grupos sociais marginalizados, também por meio de instituições coercitivas totais, como os hospitais psiquiátricos (CEVRP, 2014; Moreira, 2015; Sakaguchi & Marcolan, 2016).

Hoje temos melhores, mas pontuais e ainda incompletas, pistas em torno da repressão aos trabalhadores e às intimidações sofridas devido à suas participações em atividades políticas e sindicais (Kallás, 2017) ou do massacre indígena (CNV, 2014), do aumento dos hospitais psiquiátricos na esteira do estabelecimento de uma relação entre repressão e patologias da normalidade (Arbex, 2013) ou dos esquadrões da morte que, apesar de conhecidos em suas matanças, não têm listas de vítimas a eles associados, mesmo com os números de corpos de desconhecidos que passaram pelos institutos médico legais e/ou entraram em cemitérios (nem sempre), alguns inclusive com assinaturas dos esquadrões escritas em sua pele (Barcellos, 2003; CEVRP, 2014). As graves violações aos direitos humanos e as estratégias que utilizaram (e utilizam) o desaparecimento, em suas dimensões físicas e sociais, forçadamente ou de modos mais indiretos, mas não menos perversos, deram espaço à eliminação daquilo considerado “anormal”. Com base em um entendimento hegemônico e biopolítico de cidadão (Foucault, 2003) propagado pela ditadura, aqueles que subvertiam a ordem imposta sofriam consequências nefastas que se estendiam mesmo após sua morte, em estratégias de necropolítica (Franco, 2018).

O Brasil serviu como grande laboratório para as demais ditaduras do Cone Sul com a inauguração, em 1964, de uma sequência de intervenções apoiadas por um poder discricionário, pelo silêncio e pelo binômio terror-medo, através de ditaduras de segurança nacional, terrorismo de Estado, desaparecimentos e colaborações transfronteiriças de caça àqueles considerados subversivos. Tais intervenções foram caracterizadas pelo

anticomunismo, pelo papel preponderante das Forças Armadas e pelas demarcações de fronteiras ideológicas (Bauer, 2006: 8; Padrós, 2009: 52). Foi assim que ao Brasil (1964), seguiram a Argentina (1966 e 1976), a Bolívia (1966 e 1971), o Uruguai (1973) e o Chile (1973), sem mencionar as revoluções, golpes e invasões estrangeiras na América Central. O Cone Sul implantou e refinou muitas das estratégias de repressão, consolidando o modelo detenção-tortura-execução-desaparecimento, desenvolvido e aprimorado pelas mesmas democracias ocidentais, como a França, que promoveram os julgamentos de Nuremberg.

Condenou-se o método utilizado pelos nazistas, conhecido como “Noite e Nevoeiro” (*Nacht und Nebel Erlass*), aceito como um dos primeiros usos sistemáticos do desaparecimento forçado como política de Estado explícita e que serviu de inspiração para repressões posteriores em diversos países (Finucane, 2010; Oliveira, 2011). Estabelecido por decreto em 1941, o método objetivava deixar família e população na incerteza do destino daqueles considerados transgressores e criminosos (Linghammar, 2008: 8) e materializou-se na paisagem através de toda uma infraestrutura preparada para destruir (Colls, 2015). Alguns autores, no entanto, ressaltam o regime stalinista soviético como tendo servido de inspiração ao decreto da Noite e Nevoeiro quando, nos anos de 1930, milhares de pessoas foram mortas sem que informações fossem entregues sobre seus destinos, no que ficou conhecido como o Grande Terror (Dulitzky, 2019: 430).

O desafio da repressão ao inimigo interno que se esgueirava, escondido, no seio da população, e que era preciso a todo custo descobrir, levou à adoção de estratégias semelhantes (tortura, destruição do corpo) àquelas utilizadas pelos franceses, primeiro na Indochina (1946-1954) e depois na Argélia (1954-1962), e pelos estadunidenses no Vietnã (1955-1975). Como postulou a historiadora Maria Helena Alves (1987), se a doutrina de segurança nacional nos EUA manifestou-se enquanto preparação para uma guerra total baseada em estratégias nucleares e na França como guerra limitada de resposta à ameaça anticomunista, na América Latina ela preocupou-se com os movimentos sociais e enfatizou as ameaças de subversão interna cuja guerra revolucionária não prescinde da força. Nosso aparato foi montado em diálogo internacional com o desenvolvimento do *forest warfare* (ou *jungle warfare*), as operações de selva, doutrina militar de combate pensada a partir do fracasso de operações dos EUA em áreas florestadas da Ásia durante a 2ª Guerra Mundial, e tornada aprendizado mandatório com a proliferação de guerrilhas integradas à florestas e das sucessivas derrotas de tropas regulares em regiões florestadas, a exemplo do próprio Vietnã, Camboja, Mianmar, Nicarágua e Guatemala, para nomear alguns (Cross, 2008: 11).

Os EUA deram fundamental apoio militar, econômico e doutrinário ao Brasil e países vizinhos através de ensinamentos advindos da Escola das Américas (no Panamá) e do treinamento de pessoal militar nos Fort Benning, Bragg e Leavenworth, com especial foco a técnicas de luta antiguerrilha, interrogatórios e estratégias da inteligência para obtenção de informação. Também facilitaram a vinda dos franceses ao Brasil, representados por militares envolvidos nos conflitos na Argélia e acompanhados por especialistas para a organização de treinamentos em escolas militares com vistas ao ensinamento de estratégias baseadas no aterrorizar e na indução, pelo medo, da colaboração dos oponentes através do estabelecimento de práticas repressivas e de negação de solidariedade (Martins Filho, 2012).

Neste escopo, vale ressaltar a vinda do General Paul Aussaresses, adido militar no Brasil entre 1973 e 1975 e ministrante de curso a oficiais brasileiros tanto nos EUA como aqui, sabidamente na Escola Nacional de Informação, em Brasília, e no Centro de Instrução de Guerra na Selva, em Manaus (Padrós, 2010: 54; Santos, 2014). Não por um acaso, a mudança nas estratégias militares entre 1972 e 1973 coincide com a presença de Aussaresses no país, momento em que a repressão no Bico do Papagaio apresenta aspectos semelhantes a planos operacionais até então desconhecidos na história militar do país - e similares àqueles implantados na Argélia (Martins Filho, 2012: 534) - e dialoga com especificidades do combate contra guerrilhas que usavam florestas como parte de sua organicidade.

Ao longo da especialização e refinamento dos aparatos repressivos no Brasil, o desaparecer alcança tal escala e eficácia que sua própria exatidão e dimensão é desconhecida. Ele conjuga clandestinidade e distintas formas de instituições e políticas do Estado que resultam no desaparecimento, como nos casos de pessoas cujas identidades são perdidas ou apagadas no interior do próprio sistema. Para além dos desaparecimentos forçados, as técnicas de fazer desaparecer dependem de um sistema interinstitucional relacionado às instituições investigativas e médico-legais *pari passu* a universidades, hospitais, cemitérios e centros de detenção. Mecanismos que deveriam ser utilizados para localizar e rastrear eram facilmente utilizados para desaparecer com pessoas, corpos, documentos e objetos. Estes mecanismos dependem de toda uma sequência de passos, conscientemente estabelecidos e/ou já parte intrínseca do funcionamento de instituições que, ao final, conformam dispositivos para que o fazer desaparecer torne-se política de Estado (Araújo, 2014; Franco, 2018). Incerteza, ansiedade, vazio e alienação alimentam essa máquina, a qual visava não apenas o corpo das pessoas, mas suas mentes, ideias e o espaço físico e social que ocupavam no seio de uma comunidade (Padrós, 2007b: 46).

Este aparato repressor, que permite perder e visa desaparecer, utilizava métodos de coerção psicológica, física e econômica, baseados na tortura, detenção, sequestro, execução, saque, humilhação, ameaça, expurgo e cassação também para o desaparecimento de iniciativas, documentos, informações e evidências em um processo diametral de desmaterialização e materialização de ausências que arquitetaram e deram fisicalidade ao terror retroalimentado, continuamente, pelo medo (Bauer, 2005: 5).

No caso dos desaparecimentos forçados de pessoas, dos quais o Estado foi o maior perpetrador, a sequência de passos, a intenção e os objetivos, os envolvidos, os métodos e o aparato material necessário, inserido em uma infraestrutura, deram origem a padrões, de certa forma, compartilhados no Cone Sul e encontrados em outros contextos latino-americanos. Segundo o antropólogo forense argentino Luis Fondebrider (2008: 69), este *modus operandi* apresenta três sequências de ações: a) detenção ilegal, assassinato extrajudicial e desaparecimento; b) sequestro, centro de detenção oficial/clandestino, tortura, assassinato extrajudicial e desaparecimento; e c) confrontação entre Exército e guerrilha, roubo e desaparecimento do corpo. Quanto aos corpos, poderiam ser enterrados em cemitérios como desconhecidos, em áreas verdes, bases militares, jogados em ravinas, poços, no mar, montanhas, abandonados em superfícies de áreas florestadas ou baldias, ou queimados e destruídos (Fondebrider, 2008: 69). A manifestação material destes procedimentos é inerente.

A compreensão do aparato repressivo no Brasil e as fórmulas empregadas aos desaparecimentos forçados devem ser profundamente conhecidas e alvo de estudos das investigações de qualquer equipe forense ou de outros profissionais envolvidos em contextos de violência política, uma vez que o local dos corpos, ou sua ausência, e a dimensão material dos eventos a eles relacionados, estão diretamente interligados, inclusive para predições e estabelecimento de suas possibilidades fenomenológicas. Entender o desaparecer, dialógico ao esquecer, aos silêncios e aos não-ditos, que restringe fatos ao essencial e está relacionado a ações deliberadas e ocultamentos (Padrós, Barbosa, et al. 2010: 27) permite melhores compreensões dos processos de formação que dão origem ao que se encontra, ao que não se encontra e/ou ao que pode ser encontrado, em termos de evidências, das e nas bases militares (e outros locais de repressão), atualmente.

O desaparecer, como estratégia, é amplo e inteligente. Mantém-se vivo por mecanismos de auto-ativação, permitindo a reprodução longa e duradoura de suas consequências e, portanto, de seus próprios mecanismos. Ele afeta o lembrar, desaparece com documentos, perde dados e apaga caminhos. No Brasil e em diversos países latino-americanos, as estratégias de desaparecimento e o desaparecimento forçado dialogam com a

existência de um Estado tecnocrata e hiper-burocratizado (Rezende 2001: 137) que abre brechas ao sumiço de informações, por simples falta de traceabilidade, ao longo de extensas cadeias manejadas por distintas instituições que pouco se comunicam, afetando fontes, discursos e memória. Isto leva ao que Pauline Boss (Boss 1999) chamou, nos anos de 1970, de perda ambígua (*ambiguous loss*) ao estudar famílias de soldados desaparecidos em ação. Estas são perdas que ocorrem sem fechamento e entendimento, deixando as pessoas na busca eterna por respostas que impossibilitam processos de luto entre a presença e a ausência do ente querido.

Os chamados desaparecimentos administrativos (Franco, 2018: 107), que deram base a toda uma gama de desaparecimentos posteriores ao período específico da ditadura cívico-militar brasileira, e cujas consequências ainda colhemos hoje, são aqueles criados pelo comprometimento da traceabilidade de uma pessoa/corpo e da informação associada a ela, a partir de sua entrada em um sistema interinstitucional que deveria zelar por sua integridade. Ele não permite claramente afirmar o que foi proposital ou premeditado, já que a responsabilidade recai sobre um "sistema" composto por distintas instituições e profissionais e seus mecanismos burocráticos, que colaboraram com o desaparecimento dando pequenos passos que, somados, resultam na impossibilidade de seguir o percurso de um corpo ou associar informação e pessoa. Os desaparecimentos administrativos são comuns em muitos países e podem ocorrer sem distinção, frequentemente resultando da desorganização das estruturas responsáveis sendo causados pela falta de registros, de arquivos atualizados, etc. (CICV, 2016: 31).

Tais lacunas são, em geral, difíceis ou mesmo impossíveis de serem preenchidas e permitem o uso do sistema para o desaparecimento físico e, conseqüentemente, social, dos corpos/pessoas postos ali (por exemplo, os corpos que entram como desconhecidos nos cemitérios brasileiros). Parte deste sistema é formado pelo aparato investigativo forense ligado à polícia, utilizada durante a ditadura para a localização daqueles que estavam vivendo na clandestinidade ou em constante fuga da repressão, usando métodos relacionados à busca de evidências materiais da presença de comunistas após a obtenção de informações por meio de interrogatórios. Outra parte deste aparato é constituída pelos institutos médico-legais, pelo serviço funerário, pelos cemitérios, dentre outros.

É neste contexto de terror e de estratégias repressivas baseadas no desaparecer, apagar, ocultar, esconder e aniquilar e que usam a infraestrutura do Estado, que o episódio conhecido como guerrilha do Araguaia teve palco.

2.1.2. Literatura sobre a guerrilha e suas fontes

É senso comum entre pesquisadores que a produção sobre a guerrilha do Araguaia é deveras escassa, incluindo a luta pela própria justificativa de debruçar-se sobre o tema frente ao argumento de que não há nada de novo a acrescentar (Nascimento, 2000). Grande parte dessa produção não está publicada, mas pode ser facilmente acessada graças à internet, na forma de livros, dissertações, teses, relatórios, documentos, entrevistas e artigos. Para além da documentação produzida no seio das discussões do PCdoB após o episódio (Portela, 1979; Clóvis 1979; Pomar 1980) e de fontes primárias como o diário de Maurício Grabois (1972-1973) (Grabois, 1979), confiscado pelas Forças Armadas e divulgado em 2011, o relatório de Ângelo Arroyo (1974) (Pomar 1980), escritos biográficos de e entrevistas com ex-guerrilheiros (Sá 1990; Costa 2018) e escritos militares (Cabral 1993; Maciel 2011), estudos sistemáticos sobre a guerrilha provém basicamente de historiadores e jornalistas, com relativa diferença em termos de abordagens e tratamento de fontes. A guerrilha também é alvo de diversos estudos da área do direito, em geral focando nas questões legais relacionadas aos desaparecimentos, mas não abordarei esta produção aqui.

Apesar do tema da memória ser uma constante e o uso de relatos orais ser uma forma predominante de obtenção de dados e construção de narrativas, de modo geral, essa produção tem em comum o predomínio de aspectos políticos em detrimento dos socioculturais, diferentemente do que ocorreu com o restante da produção historiográfica sobre a ditadura, bastante influenciada pelo enfoque da Nova História (Fico 2004; Fico, 2017; Silva 2008). É verdade, todavia, que a segunda década do século XX assistiu certa proliferação de estudos menos totalizantes sobre a guerrilha e as consequências da violência na região do Bico do Papagaio, trazendo novos temas, abordagens e recortes.

Esta literatura compartilha o reconhecimento do combate ao movimento como um dos conflitos internos de maior mobilização das Forças Armadas desde a Segunda Guerra Mundial (Hur 2009: 58), da fundamental ligação entre campesinato, frentes de expansão e guerrilha rural, e das diversas representações, discursos e visões sobre o episódio na memória de camponeses, militantes e militares. De fato, o desproporcional uso da violência pelo Estado contra moradores e guerrilheiros fica claro ao compararmos o número oficial de 69 militantes contra os quase 10 mil soldados que teriam sido enviados em diferentes campanhas (Campos Filho, 1997).

Dentre os jornalistas, prevalece o jornalismo denunciatório e investigativo, com foco em descobrir segredos e na busca pelo ineditismo das fontes, ressaltando as operações planejadas para a repressão (Gaspari 2002; Morais & Silva 2005), sua inserção no quadro

maior do que ocorria na ditadura (Amorim 2014), trajetórias de vida de militares e suas versões sobre o ocorrido (Carvalho, 2004; Morais 2008; Nossa 2012), relação entre pistolagem e repressão à guerrilha (Cavalcante 2006), além do recorte que ressalta o papel das mulheres na resistência (Maia, Dantas & Savignano 2005). Em geral, as obras dos jornalistas são aquelas que ganham publicação em papel, também pelo apelo da escrita e das narrativas romanceadas.

Dentre os cientistas sociais (historiadores, arquivistas, cientistas políticos, sociólogos, geógrafos, antropólogos sociais, linguistas e psicólogos sociais), se as abordagens à guerrilha tiveram início com temáticas mais “clássicas”, que versavam sobre seus aspectos políticos e a organização das estratégias militares e de combate à guerrilha, buscando relatar a totalidade do movimento frente ao total desconhecimento do mesmo pelo público, ao longo do tempo novos recortes foram dados. Eles referem-se a problemáticas que abarcam noções de território, representação, imaginário, cotidiano, discurso, mito, religiosidade, memória, trauma e gênero. Os sujeitos também foram expandidos. Familiares, camponeses e indígenas deixaram a passividade do vitimismo para serem protagonistas, empoderados pela possibilidade de suas narrativas serem consideradas para além dos aspectos investigativos e enquanto testemunhos dos desaparecimentos e mortes presumidas. Muitas em quantidades, são estas as obras menos divulgadas porque mais especializadas, raramente publicadas, mas disponíveis em versões eletrônicas nos bancos de tese e periódicos científicos.

No que concerne às temáticas, nesta produção podem ser diagnosticados, grosso modo, temas mais duros e outros menos. Quanto aos primeiros, ligam-se à uma história política e econômica da guerrilha, a exemplo de sua conformação e do combate contra a mesma enquanto resistência armada no campo (Felipe 1993; Campos Filho 1997), as diferenças e semelhanças entre os projetos políticos estratégicos de guerrilheiros e militares nesta porção do território amazônico (Nascimento 2000), a relação da repressão com as políticas desenvolvimentistas de injeção de capital estrangeiro na Amazônia (Almeida 2015), as estratégias discursivas produzidas pela esquerda e seus efeitos de espetacularização (Sá, 2011) e as do PCdoB em relação à guerrilha através da imprensa clandestina (Mourão 2007; Mourão, 2009), os efeitos do episódio na própria trajetória do partido (Sales 2007), o mapeamento dos documentos disponíveis sobre a guerrilha à luz da crítica aos arquivos de regimes repressivos (Carvalho 2012) e a luta camponesa através do estabelecimento da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia – ATGA (Nascimento, Mundoco & Santos 2017).

Quanto aos segundos, ligados a uma história social e cultural da guerrilha, dão foco aos discursos e disputas em torno da construção das histórias sobre ela (Rocha Junior 1995), a relação da repressão com as populações indígenas e camponesas da região e suas consequências para o quadro continuado de violência (Peixoto 2011; Peixoto, 2013; Calheiros 2015; Mechi 2012; Reiher & Neves, 2011; Campos Filho, 2013; Conglilio & Ikeda 2014), as táticas camponesas de silenciamento e negação (Silva, 2008), as análises do arquivo discursivo que envolve o relato dos guerrilheiros (Luna, 2013), os imaginários construídos sobre os mesmos a partir dos militares (Corrêa, 2005; Corrêa, 2006), os mitos camponesinos nascidos da tentativa de explicar um cotidiano de morte e repressão (Sader, 1990; Teles, 2014; Petta, 2011), as perspectivas dos camponeses sobre o evento (Silva, 2002; Silva, 2008) e as consequências da negação da guerrilha pelas Forças Armadas com seu impacto no imaginário das resistências no campo (Kappes, 2017), a relação entre guerrilha e religiões de matriz africana (Luiz, 2017), a reconstrução da memória sobre os guerrilheiros (Corrêa, 2013), as transformações pessoais ocorridas nas vidas dos familiares após os desaparecimentos (Sousa, 2011), o protagonismo dos militantes sobreviventes do Araguaia na luta contra a ditadura e a construção de suas memórias sobre a mesma (Teles, 2011), os processos de elaboração do luto a partir das buscas e esclarecimentos sobre as mortes (Ribeiro, 2015), a apropriação e representação da história da guerrilha pelo cinema (Guerra, 2008), o recorte de gênero problematizando a posição e o papel das mulheres (Guerra, 2006; Rago, 2010), biografias dos guerrilheiros em suas trajetórias políticas individuais (Ribeiro, 2007; Sousa, 2008; Joffily, 2008), a guerrilha nos livros didáticos e no ensino em sala de aula (Barbosa, 2016) e a patrimonialização e musealização dos lugares de memória da guerrilha (Thiesen & Cabral, 2015).

A importância e relevância destas obras não diminuem, de modo algum, quando afirmo que se pautaram por fontes clássicas para o estudo da ditadura cívico-militar, as escritas e orais, além do audiovisual. Pouco ou nada fora feito a partir de fotografias e cartografias - usadas mais enquanto ilustração e menos como fonte -, aerofotogrametrias e muito menos a partir da cultura material. Pensar a ditadura deve ser um exercício holístico de complementação de fontes cuja natureza não deve ser hierarquizada, uma vez que as informações são fragmentárias e de difícil acesso, quando existem. Mesmo com as mudanças nos modos de lidar com as fontes e incentivo a busca por novas, iniciado com os trabalhos nas ciências sociais sobre a ditadura militar nos anos 1970 (D'Araújo, 2007: 115), estudos sobre aspectos do período baseiam-se maciçamente em documentos escritos e orais.

A dimensão material da repressão não é reconhecida como potencialmente construtora de narrativas sobre a ditadura, nem em seus aspectos mais explícitos, nem fornecendo dados que escapam da oralidade e, algumas vezes, da consciência. De fato, a cultura material pouco ou jamais foi abordada como fonte de estudo da ditadura no país, apesar de sua importância estar expressa por todos os lados: corpos, paisagens, bases e pontos de apoio entrelaçavam-se em um contexto de extrema mobilidade. Pistas eram seguidas, marcas eram apagadas, latas eram usadas para a tortura, faltavam sacos plásticos para proteção contra a chuva, mencionam-se armas, coturnos, buracos, aviões, facões, diários, remédios etc., em um mundo material bastante vasto e pouco explorado. Sua materialização ou inexistência material está no próprio cerne das discussões sobre busca, história e memória da guerrilha, e como potencial evidência desta ou daquela prática.

A literatura sobre a guerrilha e a repressão na região permite vetorizar tópicos e caminhos que estreitam o diálogo com a arqueologia e a pesquisa preliminar das investigações forenses para uma melhor compreensão de como a estratégia de destruição foi organizada e como se manifesta por meio de marcas materiais na paisagem contemporânea: são as menções a tópicos relacionados às problemáticas sobre abastecimento, mobilidade, tecnologia e paisagem como parte do aparato material utilizado para reprimir guerrilheiros e moradores. Voltarei a estes temas nos capítulos que seguem.

Vale ainda ressaltar que a repressão à guerrilha do Araguaia insere-se em um quadro mais amplo de medo, ansiedade e terror na Amazônia, emergido das e utilizado pelas estratégias militares para a ocupação da região. Entendida sob a ótica da *terra nullis* (Balée, 2008), a bacia Amazônica era vista como uma região de vazio demográfico, com baixa diversidade fisiografia, ecológica e social, que justificou os planos de ocupação do regime militar por meio do reassentamento de pequenos proprietários e camponeses que visavam sua integração ao território nacional. Este foi um passo fundamental para materializar o projeto do “Brasil grande potência” marcado por obras faraônicas e por um planejamento remoto a partir dos centros de poder do Sudeste e da capital (Ab’Sáber, 1992: 1; Nascimento, 2000: 36). Esta não era necessariamente a visão do PCdoB, que olhava para a região como potencialmente revolucionária, já que reunia diversos grupos sociais ligados ao campo e em constante contradição com os latifúndios (Nascimento, 2000: 169). Certamente, também não era a visão que possuíam os diversos grupos indígenas que habitam a região em suas terras tradicionais nem os camponeses que migraram maciçamente do Nordeste em busca de outras opções de vida.

A região do Bico do Papagaio e o sudeste do Pará são centrais ao debate da literatura sociológica brasileira sobre as “frentes de expansão capitalista” (Martins, 1996; Cardoso & Müller, 2008). Estas frentes de ocupação ocorreram através de projetos desenvolvimentistas nos anos de 1950 e a partir de projetos de colonização dos anos de 1970. A abertura da rodovia Belém-Brasília (BR-153) nos anos de 1960 estabeleceu condições definitivas para materializar, em larga escala, estes projetos de ocupação, oferecendo ao campesinato possibilidades de ascensão social e aos militares novos modos de manter um controle mais acirrado sobre elas (Velho, 2009: 148). Estas frentes estabeleciam fronteiras, aquelas da expansão do capitalismo, estabelecendo na região, como em outros contextos (Sahlins, 1997), um desencontro de temporalidades históricas (algumas delas discutidas no capítulo 5.3) que se manifestavam enquanto heterocronias, a existência de tempos diversos em um só tempo e a emergência de agências resultantes de seus contraditórios efeitos sociais (Fabian, 1983; Bear, 2014), exacerbadas pelas noções de vazio, risco à segurança, mitos de Eldorado e exploração de recursos (Rabello, 2013: 228).

Os projetos de colonização, assentamentos e incentivos à migração que trouxeram do Maranhão, Piauí e Ceará um número significativo de moradores para o Araguaia, fazia parte das políticas de integração deste território em um contexto de internacionalização do capital que impulsionou, muitas vezes à força, novas configurações materiais (Costa & Rosa, 2017: 81; Conglilio & Ikeda, 2014: 79). A ditadura se utilizou das tensões sociais da região Nordeste, explorando a força de trabalho das populações do semiárido, ao mesmo tempo em que justificava um desmatamento desenfreado a partir da abertura de espaços para os excedentes populacionais em necessidade (Conglilio & Ikeda, 2014: 82). A intensa mudança demográfica que Xambioá assistiu no período deve ter abalado em muito o cotidiano da cidade, já que não apenas o percentual de homens sobre o de mulheres mais que duplicou, mas também as faixas etárias, segundo as informações do censo de 1970 e 1980, que, aliás, não contaram os efetivos militares deslocados para a região, essencialmente masculinos (IBGE, 1970; IBGE, 1980). A introdução de munições automáticas em regiões com predomínio de espingardas e outras armas de caça como polivalente e multifuncional “facão” é apenas uma das diversas imposições materiais que misturam temporalidades e conflito no Bico do Papagaio.

2.1.3. A guerrilha e depois

A chamada guerrilha do Araguaia foi um movimento armado de militantes do já clandestino PCdoB (Partido Comunista do Brasil) que, ao menos desde que apostou no Bico

do Papagaio para a implementação de um plano de resistência contra a ditadura cívico-militar, a partir de uma guerrilha rural (guerra de guerrilha) e com maciça sublevação campesina, visava uma revolução prolongada baseada em um levante popular, modelo de inspiração chinesa maoísta (destarte discussões sobre os aspectos foquistas castro-guevarista em suas ações [Gorender, 1987: 240]). Opunha-se à linha do PCB (Partido Comunista Brasileiro, o "PCzão"), de quem cindiu, em especial por este pregar a coexistência pacífica como forma de implantação do socialismo, sem a via revolucionária da guerra popular prolongada (Morais & Silva, 2005: 34). Vale lembrar que projetos de esquerda voltados à luta armada não fora exclusividade do PCdoB, a exemplo do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VPR) e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR8) (Silva, 2008: 12).

A escolha do Bico do Papagaio, na confluência dos rios Araguaia e Tocantins, entre os estados do Pará, Maranhão e do então Goiás, como local para dar início ao projeto, pautou-se pelo contexto de marginalização e violência de Estado para com a população camponesa da região, composta basicamente por grupos indígenas e migrantes vindos do Centro-Oeste e dos estados do Nordeste e vista, pelo partido, como potencialmente revolucionária, contando com considerável distância das capitais e maiores centros urbanos, onde as perseguições intensificavam-se, além do difícil acesso que a resguardava, em parte, do raio repressor do regime (Sousa, 2011: 27). A região possuía um longo histórico de conflitos de terra entre posseiros e grileiros e já havia sido palco de escolha de outros movimentos que buscavam implantar uma guerrilha amazônica, como a ALN e a VPR (Gaspari, 2002: 432). O mesmo fora percebido pelas Forças Armadas, que passaram a ver os camponeses e sua situação como potencialmente perigosa.

Vista como espaço vazio, demográfico e civilizatório, fronteira para onde confluíam distintos projetos e visões de mundo, seja por militares, seja por militantes, em contraponto a um Nordeste povoado e faminto, a Amazônia fazia parte dos planos estatais de desenvolvimento voltados para a exportação, atendendo ao capital internacional enquanto chave para a integração nacional a partir do Programa de Metas e Bases do governo, desenrolado nos anos de 1970, e que via no Araguaia uma das portas de entrada para a região (Nascimento, 2000: 46; Silva, 2008: 24; Mechi, 2012: 19). Além disso, a própria densidade e o dossel da floresta ali foram vistos como aspectos do terreno a serem usados pela guerrilha na possibilidade de camuflagem e proteção contra-ataques aéreos (dificultando a visibilidade e o rastreamento). A manutenção de sua extrema mobilidade e dispersão seria possível por meio do uso e abertura de uma série de caminhos não mapeados e pelo engajamento dos

militantes com o ambiente, características conceituais importantes para a guerrilha que se queria (Pomar, 1980: 27).

A convergência destes aspectos e sua percepção enquanto fatores atratores e impulsionadores de comportamentos subversivos ou de difícil controle e opressão, imbuíram forte carga simbólica a este território, somada a representações, percepções e imaginários que incluíam o sobrenatural, tornando-o ainda mais significativo no sentido da interação entre pessoas, meio e memórias partilhadas (Zedeño & Bowser, 2009: 12). Tamanha foi esta significância que o Decreto-Lei 1131 de 30 de Outubro de 1970 (Presidência da República, 1970), exarado como medida preventiva, declarou os municípios de Marabá, Altamira e Itaituba como “de interesse da segurança nacional”, com prefeitos nomeados pelo governador do estado do Pará, segundo aprovação do Conselho de Segurança Nacional, exonerados se “decaírem da confiança” do presidente da República e do próprio governador. Esta intervenção só acabaria em 1984, com o Decreto-Lei 2183 (Presidência da República, 1984; Mattos, 2004: 135). Outros decretos-lei incluíram Almeirim, Óbidos, Oriximiná e Santarém (Presidência da República, 1968; Presidência da República, 1969). Vale ressaltar que áreas de interesse de segurança nacional faziam parte de um “conjunto de determinações políticas e econômicas que, aos poucos, foram abolindo os direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros em nome da ordem e da segurança nacional” usando os municípios sob seu jugo para “impor suas políticas e perpetuar-se no poder através da nomeação de prefeitos” (Palmar, 2011).

O mapa da figura 2 mostra os municípios sede das áreas de interesse da segurança nacional no Pará em relação aos municípios de Xambioá (TO) e São Geraldo do Araguaia (PA). Eles compõem um polígono bastante estratégico sobreposto a rotas de chegada e saída para Belém e próximo a grandes rios navegáveis (Amazonas, Tapajós, Altamira, Xingu, Araguaia e Tocantins), formando uma triangulação a partir das capitais dos municípios que apontam para a região da guerrilha.

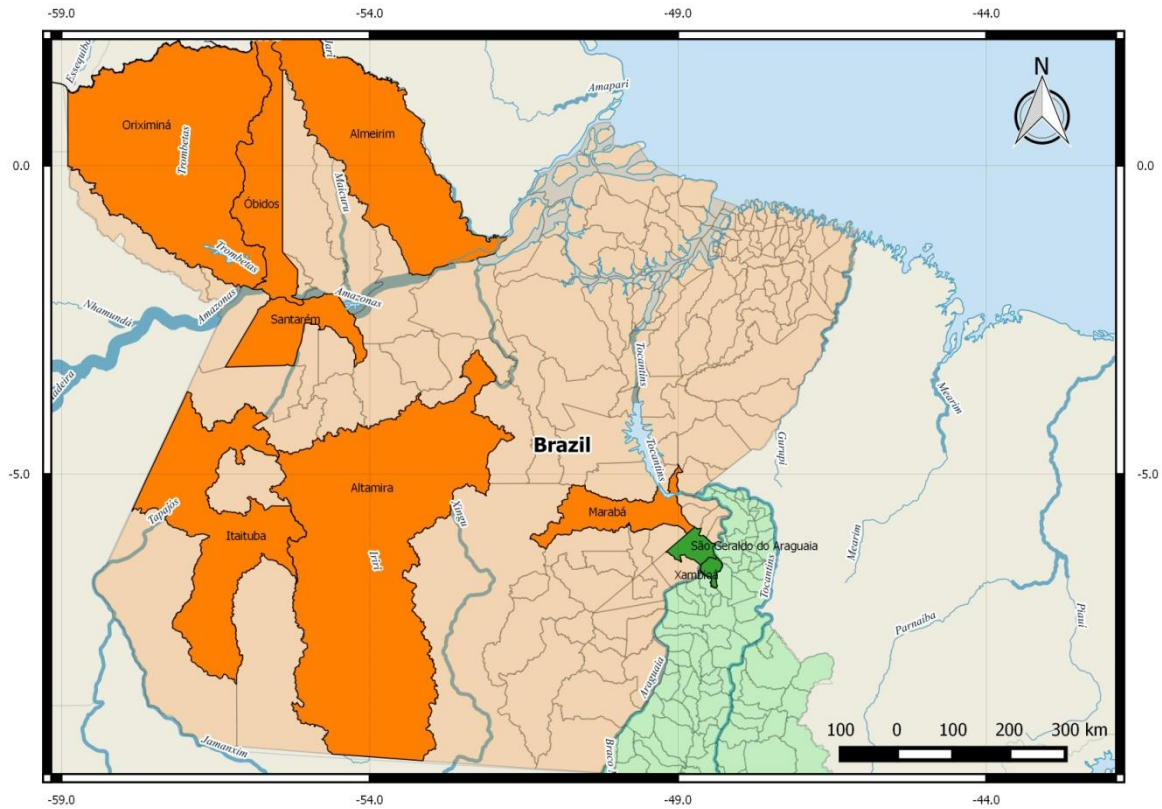


Figura 2. Municípios declarados área de segurança nacional no Pará (laranja) em relação a São Geraldo do Araguaia/PA e Xambioá/TO (verde). (Criado usando *Natural Earth data* no QGIS).

Após a seleção do cenário ideal e a escolha dos membros, alguns com treinamento militar internacional (Gorender, 1987), os futuros guerrilheiros começaram a chegar à área em 1966. Ali, o PCdoB organizou todo um programa regrado de capacitação, investindo na adaptação ao ambiente da floresta, em especial o caminhar em trilhas, orientação, reconhecimento de recursos e a interação com a paisagem através da implantação de uma série de lugares interconectados e com diferentes funções e significados, como os chamados pontos de apoio (os PA), locais discretos que continham estoques de alimento, remédios, tecidos, livros e munição (Mechi, 2012: 196). Após a descoberta dos planos do PCdoB pelo governo, por volta de 1971, a guerrilha organizou-se em três destacamentos conhecidos como A, na região da Faveira, B, na região da Gameleira, e C, na região de Caianos, além de possuir um Comando Militar (Arroyo, 1980: 249; Morais, Silva, 2005; Campos Filho, 1997).

É consenso na literatura que a descoberta do movimento foi prematura e que os membros não estavam prontos em termos de treinamento e tática, e nem bem estabelecida estava a interação com as “massas” (Arroyo, 1980). A partir do momento em que as Forças Armadas descobriram os militantes na região, organizaram fortes investidas repressoras,

mobilizando um enorme contingente militar e investindo em inteligência para destruir, eliminar e varrer da história local sua existência. Estas campanhas ocorreram sistematicamente entre 1972 e 1974, orquestradas por meio de uma sequência de operações militares com grau crescente de violência e violações aos direitos humanos que atingiram militantes, camponeses e indígenas, indiscriminadamente. De modo algum a paz se instalou na região após 1974, como mostram as diversas pesquisas sobre a continuada repressão e suas consequências (Peixoto 2011; Campos Filho, 2013).

Os militantes interagiram com a população local de modo amistoso, interação que tinha como elemento central o trabalho com a terra, ressaltando o flagrante conflito fundiário e a presença pouco efetiva do Estado (CNV, 2014: 684). Participavam do dia a dia da região com a comercialização e troca de bens produzidos em suas roças e oferecendo serviços sociais ligados à saúde, alfabetização, escolas, partos, tratamento dentário, diagnóstico médico, farmácias (orientação contra malária e leishmaniose que assolavam a região), chegando a intervir na truculência latifundiária, policial e das autoridades locais contra os camponeses. Estas relações passavam pelos planos do PCdoB para angariar participantes, mas há que se dar crédito ao peso das práticas de sociabilidade camponesa na construção desta interação (Morais, Silva, 2005; Mechi, 2012: 16). Para quebrar estes laços, as Forças Armadas lançaram mão de diversos mecanismos. São inúmeros os exemplos da campanha difamatória iniciada pelo Exército à época, a fim de transformar os “paulistas” (apelidados assim pelas distintas características físicas e origem sudestina de muitos guerrilheiros), como eram conhecidos localmente, em “terroristas”, como se queria que fossem percebidos (Nascimento, 2000; Peixoto, 2011).

Com a descoberta dos militantes, as Forças Armadas deram início a sucessivas investidas coordenadas segundo um plano militar (ou seja, com recursos humanos e objetivos claros a atingir): as chamadas Operações. A primeira delas teria ocorrido em 1972, a qual teve como marco o ataque dos militares ao ponto de apoio (PA) guerrilheiro conhecido como Peazão. O ataque ao Peazão desencadeou novas diretrizes entre os militantes, os quais redobram e passam a dar privilégio ao caminhar pela mata e não tanto pelas estradas, investiram em ações de esclarecimento dos motivos de sua presença na região, abandonando pontos de apoio vigiados ou já descobertos, realizando pequenos ataques à repressão e procurando divulgar os ocorridos rompendo com o cerco criado pela censura. Quando este primeiro ataque aconteceu, o movimento ainda estava em sua fase embrionária, sem propaganda ideológica direta e “trabalho de massas” que resultasse em adesões ao projeto (CNV, 2014: 686). Este é também o momento em que os militantes passam a ser efetivamente

guerrilheiros e a se autodeclararem Forças da Guerrilha do Araguaia (FOGUERA), na transição de “paulistas” para “povo da mata”, na medida em que iam deixando as áreas mais urbanizadas para esconderem-se nas áreas florestadas, alimentando o imaginário camponês (Nascimento, 2000; Mechi, 2012: 210).

Na visão dos guerrilheiros, a ofensiva militar ocorreu em três campanhas, seu um terço final separado por um período de “trégua”: as duas primeiras sem grande êxito, já que pouca informação sobre o movimento possuíam os militares, incluindo locais, recursos e efetivos, e a terceira e última organizada a partir de informações mais precisas e amplo investimento em inteligência, contando com militares à paisana, atividades assistencialistas – a fim de ganhar o apoio da população –, reformulação de estratégias de combate e amplo uso do terror (Arroyo, 1980).

Para as Forças Armadas, estas campanhas eram a parte visível de uma sucessão de operações pensadas para combater e destruir o “inimigo”. Apesar de que confrontos diretos com os guerrilheiros tenham ocorrido apenas em 1972, a Comissão Nacional da Verdade (2014: 686) insere as operações militares de 1972 a 1974 em um quadro mais amplo de ações investigativas e movimentações em nível regional relacionadas com a repressão: a construção do Batalhão de Infantaria de Selva, em Marabá (janeiro de 1970) e a classificação de Marabá como área de segurança nacional (outubro de 1970), além de operações prévias como a Operação Carajás (novembro de 1970), que levantou informações sobre possíveis atividades guerrilheiras na região, travestida de treinamento militar de selva, e a Operação Mesopotâmia (agosto de 1971), que colheu informações e prendeu pessoas consideradas subversivas, detectando a presença do guerrilheiro Juca (João Carlos Haas Sobrinho) na região de Porto Franco, Maranhão, amplamente sob vigília do Exército desde o conflito entre forças sindicais e militares no ano de 1968 (SEDH/CEMDP, 2007: 196; CNV, 2014: 687).

A produção sobre o Araguaia enumera diversas destas operações, com diferentes graus de informação e ocorridas em distintos momentos, nem sempre mencionadas em todos os trabalhos (Stuart, 2013; SEDH/CEMDP, 2007: 196; Campos Filho, 2013: 140; CNV, 2014: 712; CEV-AP, 2017: 58). A trégua entre outubro de 1972 e outubro de 1973 que fora, na realidade, o momento de mudança estratégica militar e início de operações focadas em inteligência para investigação e levantamento de dados, serviram, em grande medida, para redimensionar o tamanho do “inimigo” e o perigo que representava, traçando mais clara estratégia de repressão. Na tabela 1, uni as referências encontradas sobre as operações, com datas e descrições (nem sempre exatas):

Evento	Data	Descrição	Referência
Batalhão de Infantaria de Selva, em Marabá	Janeiro 1970	Construção, inauguração e implementação do batalhão em Marabá	CNV, 2014
Decreto-Lei 1131	Outubro 1970	Marabá decretada como área de interesse da segurança nacional.	CEV-AP, 2017
Operações ACISO (Ação Cívico Social)	-	Ações assistencialistas envolvendo instituições e serviço do estado que continham agentes disfarçados de funcionários para obtenção de informações junto a população também com vistas a difamação dos guerrilheiros.	Peixoto, 201; Morais, Silva, 2005; Corrêa, 2013
Operação Carajás	Novembro 1970	Levantamento de informações sobre possíveis atividades guerrilheiras na região, travestida de treinamento militar de selva.	CNV, 2014
Operação Mesopotâmia	Agosto 1971	Coleta de informações, detectando a presença do guerrilheiro Juca (João Carlos Haas Sobrinho) na região de Porto Franco, Maranhão.	SEDH/CEMDP, 2007
Operação Presença	1972	Encabeçada pelo 36º Batalhão de Infantaria de Uberlândia, foi estabelecida para dar cobertura, a coleta de informações através do estabelecimento de infraestrutura assistencialista e angariamento da simpatia da população. São enviadas à região tropas de paraquedistas do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, profissionais de saúde e agrimensores.	Corrêa, 2013
Operação Ouriço	1972	Equipes de inteligência da Brigada de Infantaria de Brasília e do CIE organizaram-se para obter informações.	Corrêa, 2013
Operação Axixá	Fevereiro 1972	Resultante da descoberta da estrutura do PCdoB na região e destinada a mapear guerrilheiros.	Corrêa, 2013
Operações Peixe	Março 1972	Implantadas pelas tropas da 8ª Região Militar de Belém, e divididas em cinco fases, com o objetivo de levantar dados sobre as atividades subversivas, capturar e destruir. Descobrem-se os militantes conhecidos como "paulistas" e tem início a montagem de bases militares como aparato repressivo.	Corrêa, 2013; Morais, Silva, 2005
Operação Manobrão	Abril 1972	Primeira investida contra a guerrilha com o ataque ao ponto de apoio do Peazão.	Campos Filho 2012: 140
Operação Cigana	Abril 1972	Obtenção de informações sobre a localização dos destacamentos da guerrilha e treinamento de militares usando roupas civis para levantamento de área de teste de equipamento na floresta	Almeida 2015: 41
Operação Papagaio	Setembro 1972	Montagem de postos de controle na Transamazônica e na rodovia Belém-Brasília e da base de Xambioá. Serviu como treinamento das Forças Armadas em situação real de guerrilha rural.	Corrêa, 2013; Morais, Silva, 2005
Operação Olho Vivo	Setembro 1972	Operação de inteligência com vistas a reconhecimento e coleta de informações	Corrêa, 2013
Operação Sucuri	Outubro 1972	Militares e civis disfarçados de funcionários do INCRA, DNER e Campanha de Erradicação da Malária. Sem engajamento em ofensivas para não arriscar o trabalho de inteligência.	Corrêa, 2013; Morais, Silva, 2005
Operação Marajoara	Outubro 1973	Exército, Aeronáutica e CISA concentram-se na destruição das redes e pontos de apoio, sendo o prazo de término até extermínio total dos guerrilheiros e da resistência.	Corrêa, 2013; Morais, Silva, 2005; SEDH/CEMDP, 2007
Operação Limpeza	1975	Esconder e destruir evidências, indícios, corpos	SEDH/CEMDP,

		e documentos que atestavam os atos de exceção cometidos durante a Operação Marajoara.	2007: 196; Campos Filho, 2012: 140; CNV, 2014: 712; CEV-AP 2017: 58
Massacre da Lapa	Dezembro 1976	Perseguição e morte de membros do Comitê Central do PCdoB que escaparam com vida do Araguaia.	SEDH/CEMDP, 2007

Tabela 1. Operações e intervenções militares relacionadas à repressão a guerrilha do Araguaia.

O fim oficial do movimento esteve associado à chamada Operação Limpeza, em torno do ano de 1975, que destruiu evidências ligadas aos episódios da repressão à guerrilha, incluindo exumação de corpos, e o Massacre da Lapa, em dezembro de 1976, quando lideranças do PCdoB, em reunião no Comitê Central do partido, no bairro da Lapa, em São Paulo, incluindo alguns sobreviventes do extermínio no Araguaia, como Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, foram mortos ou presos e torturados.

A supressão do movimento do PCdoB não pôs fim à violência na região: pelo contrário, desencadeou toda uma banalização do terror e do medo (que continua até hoje), conhecida como “a guerra que veio depois” (Peixoto, 2011; Campos Filho, 2013). O impacto da repressão na vida de camponeses e indígenas da região foi imenso. O medo perpetuado, a presença contínua das Forças Armadas até recentemente e a prevalência de militares na região envolvidos em questões latifundiárias e mineradoras consolidaram o silêncio que afeta o acesso à oralidade.

O cotidiano camponês construiu toda a uma memória sobre a “guerra” e o “povo da mata” que se interpolam com mitos e lendas locais e reafirmam as características sobre-humanas de alguns guerrilheiros. Estes mitos nasceram paralelamente a uma estratégia repressiva orientada à destruição material de corpos e identidades (Joffily, 2010 (Salerno, 2009; Baretta, 2017), através de atos, alguns públicos, planejados para quebrar a crença na invencibilidade dos mesmos (como os helicópteros que sobrevoaram povoados e cidades com corpos de guerrilheiros à tiracolo [Morais, Silva, 2005]). As mitologias mais conhecidas são aquelas relacionadas aos guerrilheiros Osvaldão (Osvaldo Orlando da Costa) e Dina (Dinalva Conceição Oliveira Teixeira), mas também há todo um imaginário que cerca o perpetrador Major Curió (Sebastião Rodrigues de Moura).

Quanto aos primeiros, o imaginário cresceu à medida que suas habilidades guerrilheiras e pessoais os preservaram como últimos sobreviventes, autores de manobras que, em certo sentido, humilhavam o brio militar. Osvaldão, para além de sua força física e habilidades no combate, aparece associado ao terecô (vertente do candomblé maranhense) e à

noção de corpo fechado, imune aos tiros, imortal, com capacidade de transformar-se em animais (macaco e cachorro) ou seres híbridos (lobisomem), protegido pela entidade Mãe D'Água; quanto à Dina, desfazia-se em borboletas e, como outros, flutuava sem deixar marcas onde pisava (Cabral, 1993; Sader, 1990: 117; Studart, 2013: 328). A relação entre guerrilha e imaginário, marcado pela sociabilidade camponesa e pelas lendas amazônicas, tem sido tema crescente nas publicações mais recentes, que dão maior espaço às dimensões do simbólico, como o estudo de odes, representações (como Jana Moroni Barroso, a Cristina, conhecida localmente como “Flor da Mata”) e inclusive produções literárias (como os cordéis do guerrilheiro Rosalindo de Sousa, o Mundico) (ATGA, 2010).

O terror instalado na região associava-se não apenas às torturas, mortes e desaparecimentos, mas à insegurança, constante vigilância, controle por meio de ameaças, fiscalizações, invasões e expulsões de propriedades que impactaram, sobremaneira, todas as formas de sociabilidade e mobilidade na vida da região. A mitificação dos guerrilheiros levou os militares a utilizarem práticas de teatralização do terror (a política como teatro do poder conforme entende Edward Thompson [2001: 224]), como a mutilação e exibição pública dos corpos daqueles que outrora foram considerados invencíveis (Morais, Silva, 2005). Paradoxalmente, a forma de repressão à guerrilha, aliada ao silêncio que se seguiu sobre o modo como foi gestada, colaborou para a solidificação e perpetuação desses mitos (Teles, 2014).

A própria estratégia de desaparecimento, que desmaterializa a pessoa e cria a incerteza da morte, deu espaço a mitos de imortalidade, fuga e invencibilidade, já que também os camponeses não possuíam as evidências materiais das mortes, representadas pelo corpo. A solução encontrada fora a da exibição de alguns corpos, dando a eles visibilidade, destarte intangíveis pela distância garantida pelo teatro dos sobrevoos. A barbárie das decapitações, as narrativas de massacre e a preocupação das Forças Armadas em deslocar corpos para evitar romarias da população (considerando as sepulturas como objetos de culto [Vecchi, 2014: 137]), ainda são elementos pouco explorados em torno do legado simbólico e sociocultural da guerrilha na região.

O período pós-1975 focou a repressão e as violações aos direitos humanos em posseiros, sindicalistas, indígenas e religiosos, alguns também mortos e desaparecidos (Peixoto, 2013: 233). A implantação dos garimpos na região, neste momento, também teve direta relação com a repressão. Um dos exemplos mais clássicos é o do próprio Major Curió, dono de áreas exploradas em Serra Pelada, município de Eldorado dos Carajás (PA). Vale ressaltar que o mito do Major, que chegou a região sob a alcunha de Dr. Luchini, também lhe

rendeu características sobre-humanas, de tudo ouvir e saber, de estar sempre presente e por todas as partes, fundamento sedimentado pela rede de capatazes e informantes sob seu controle, organizados para construir uma espécie de poder expandido (Nossa, 2012).

Sem dúvida, a região está fortemente marcada pela violência dos anos 1970 (Hur, 2009: 58) e a isto se relaciona uma “lei do silêncio” (diferente do suposto pacto de silêncio estabelecido entre perpetradores [Nossa, 2012]) que impera como consequência da transformação da vida dos moradores com a repressão intensa e estendida pelo medo reproduzido por constantes ameaças (Silva, 2008: 72). O monitoramento de atividades que pudessem ter significado político foi marca na região, ao menos até 1989, e a presença de religiosos dominicanos considerados aliados da esquerda, desde 1968, junto dos constantes conflitos agrários, levou o governo a criar, em fevereiro de 1980, o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins, com objetivo de dirimir as tensões sociais acarretadas pelas políticas fundiárias e acusado de ter servido à inteligência (CNV, 2014: 713).

Este quadro relaciona-se a outros conflitos como o da guerra dos Perdidos (também conhecido como Segunda Guerra ou Segunda Guerrilha do Araguaia), conforme a história camponesa local, enfrentamento entre posseiros, latifundiários e o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), com envolvimento do Exército e da Polícia Militar do Pará, entre 1976 e 1980, na cidade de Piçarra (CNV, 2014: 125; Mechi, 2011: 9). Ex-soldados que permaneceram na região após o fim da guerrilha tornaram-se parte de milícias em fazendas e garimpos. Militares entraram na política, alguns tornando-se prefeitos de cidades fundadas com seus próprios nomes, como Curionópolis. Não é sem relação que, atualmente, o estado do Pará congrega, segundo a Comissão Pastoral da Terra, 40% dos assassinatos do país (CPT, 2012).

Entre outubro e novembro de 1980, buscando respostas aos pouco conhecidos acontecimentos no Bico do Papagaio, partem, do Rio de Janeiro, familiares de desaparecidos organizados na primeira caravana do tipo à região, acompanhados de jornalistas e militantes em prol dos direitos humanos, incluindo representantes da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Comissão Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e a Comissão Brasileira da Anistia (CBA). A caravana dos familiares esteve por 15 dias na região, ocorrendo logo após o lançamento do *Manifesto dos Familiares dos Mortos e Desaparecidos do Araguaia*, no 2º Congresso Nacional pela Anistia, realizado em novembro de 1979, em Salvador (BA) (Peixoto, 2011: 484). A caravana foi monitorada pelas Forças Armadas que vigiou os familiares mesmo quando não estavam mais na região, onde ameaçou os moradores a manter silêncio (CNV, 2014: 714). Com os dados coletados, 22 famílias instauraram, em 1982, uma

ação civil contra o Estado, pedindo que a Justiça exigisse das Forças Armadas documentos comprobatórios das mortes e providência de atestados de óbito. A ação foi impetrada por 16 recursos do Governo Brasileiro, o qual apenas em 1996 faria sua primeira incursão oficial à região para investigação dos crimes (Grabois, 2010).

O final da ditadura no Brasil, já em 1985, tornando-a a mais longa da América do Sul, deu início a um contexto político que pouco ou nada fez para confrontar legalmente as “injustiças do passado”. Algumas iniciativas ocorreram com décadas de diferença em comparação a processos deflagrados em outros países latino-americanos. Uma das razões está na lei da Anistia, impiedosa desde 1979, sancionada pelo General Figueiredo. Baseada na noção de anistia recíproca, favorecendo vítimas e algozes, a lei realçou o argumento da guerra, com os dois lados cometendo excessos e eximindo os militares das responsabilidades quanto à repressão (Teles, 2010: 76; Fico, 2013: 8).

Mesmo com o legado dos julgamentos de Nuremberg e pós-Guerra Fria (Teitel, 2003), foi somente no final dos anos de 1990 que a chamada “justiça de transição” expressou-se em algumas ações práticas no Brasil, ancorada nos processos de globalização que a tornaram paradigma do Estado de direito, sob influência da criação dos tribunais para julgamentos dos crimes de genocídio nos Bálcãs (ICTY) e em Ruanda (ICTR) (Oliveira & Silva Filho, 2014). Tivemos uma transição para a democracia bastante *sui generis*, baseada na “ideologia da reconciliação” que equiparou a violência do Estado com a dos grupos de esquerda. A própria noção de democratização ou redemocratização é deveras criticada pelo fato de que a cidadania plena, um dos princípios básicos da democracia, é incompleta no Brasil e acompanha a desativação parcial das estratégias de terror e das instituições que as propagaram (Bauer, 2014: 150).

Com a longa demora no processo iniciado em 1982, o Centro pela Justiça e Direito Internacional (CEJIL) foi procurado por familiares e, em agosto de 1995, levou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos com suporte do *Human Rights Watch*. Os peticionários eram o Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Violência do Estado (CEVRP, 2015).

Neste meio tempo, em setembro de 1990, ocorreu a abertura da vala clandestina de Perus, no cemitério Dom Bosco, em São Paulo, onde estavam milhares de remanescentes humanos de vítimas de diversas formas de repressão e negligência do Estado, cujas identidades lhes foram retiradas, perdidas ou apagadas, seja como corpos desconhecidos, seja devido à perda da traceabilidade de sua localização física dentro da estrutura municipal,

abrindo brechas a seu uso nas estratégias de desaparecimentos forçados (Teles & Lisboa, 2012).

Apesar do significado da abertura desta vala estar na importância de, pela primeira vez, ter-se dado uma dimensão material aos crimes da ditadura e ao potencial das estratégias de desaparecimento e negação de identidades pelo Estado contra sua população civil, é verdade também que a ausência de profissionais qualificados para as escavações levou a exumações que acarretaram não só na perda significativa de informações contextuais, como também no aumento considerável do número de misturas de partes ósseas de diferentes indivíduos, na falta de cadeia de custódia que garante a integridade do caso, na contagem precisa do número mínimo de indivíduos, no armazenamento e conservação apropriados e no registro das intervenções realizadas. Isto comprometeu, de modo insolúvel, possibilidades de identificação e o esclarecimento da sequência de eventos e do processo de formação da própria vala. Além disso, o uso de técnicas questionáveis (sobreposição crânio-foto⁴) para algumas identificações abre, infelizmente, espaço para questionar todos os resultados obtidos.

Aproveitando o impacto simbólico de Perus, em abril de 1991, com apoio da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e de representantes da Câmara dos Deputados, familiares impulsionam exumações no cemitério de Xambioá, contando com a participação de médicos-legistas da Universidade Estadual de Campinas. O trabalho de campo resultaria na exumação de diversos remanescentes humanos do cemitério, os quais foram transferidos do Tocantins para análise em Campinas, SP (SEDH/CEMDP, 2007: 201).

Concomitantemente, a convite do grupo Tortura Nunca Mais, dois membros da Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF) foram ao Rio de Janeiro, entre novembro e dezembro de 1991, para fornecer suporte técnico à exumação e identificação de 14 desaparecidos, supostamente mortos entre 1970 e 1974 e enterrados no cemitério de Ricardo de Albuquerque, parte do universo de vítimas dentre os mais de dois mil conjuntos ósseos retirados de uma vala (Funari & Oliveira, 2008). Esta foi uma das primeiras tentativas da EAAF de buscar capacitar um grupo no país, contando com médicos legistas, um antropólogo físico, um arqueólogo e um antropólogo social (EAAF, 1991-1992: 10-11). Apesar do esforço para aplicar aqui o bem-sucedido modelo latino-americano, a semente não rendeu frutos, porém marcou, entre 1991 e 1992, a participação de uma arqueóloga, Nanci Vieira, em

⁴ Técnica que sobrepõem e compara medidas e morfologias obtidas do crânio com aquelas de rostos em fotografias. Não é uma técnica de identificação e poderia servir apenas para a exclusão de hipóteses.

investigações de violência política para busca por desaparecidos, também pela primeira vez (Funari, Oliveira, 2008).

Em janeiro de 1993, um grupo de familiares voltou à região, focando as buscas na fazenda Oito Barracas, local do suposto enterramento da guerrilheira Helenira Resende de Souza Nazareth, sem resultados (SEDH/CEMDP, 2007: 201). Em 1995, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, finalmente os desaparecidos políticos foram reconhecidos como responsabilidade do Estado brasileiro, através da criação da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), com base na lei 9140/95, a qual, inicialmente, reconheceu 136 dos 152 nomes elencados em um dossiê prévio organizado por famílias. O projeto da Comissão orientou-se por três pontos: o Estado assumiria a responsabilidade pelos mortos (mas não a instituição militar), reconheceria oficialmente os mortos e os desaparecidos, e pagaria indenizações às famílias, com autoridade para realizar buscas pelos corpos. Todavia, caía sobre os familiares o ônus de apresentar indícios e justificar as buscas, incluindo atestados de óbito para as indenizações, o que, claro, se provou complicado, se não impossível e criou mais um obstáculo circular (Bauer, 2014: 159; D'Araújo, 2007: 131).

A Comissão seguiria o modelo de instituições reativas, como os institutos médico-legais. Esta organização não só comprometeria a qualidade das buscas pelos desaparecidos no Brasil, ao não incluir as etapas de pesquisa preliminar (com a coleta dos dados antemortem das vítimas) como de sua responsabilidade, como deixou de fora a análises dos remanescentes ósseos, focando apenas em sua localização e retirada, como se a busca prescindisse de um processo de identificação. Isto afastou a Comissão do modelo latino-americano de antropologia forense que vinha se desenvolvendo e a aproximou do modelo médico-legal, atuando por demanda e focando-se na causa da morte sem considerar as circunstâncias.

Mas a descrença de familiares nas instituições do Estado sobre as quais recairia a especialidade técnica das buscas, tais quais os institutos médico-legais, levaram-nos a contatar equipes forenses de países vizinhos, como a Argentina. Assim, entre maio e julho de 1996, a convite da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do Instituto de Violência do Estado e financiada pela Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, a EAAF realizou trabalhos de prospecção, escavação e análise em oito áreas diferentes, entre o Pará e o Tocantins (no DNER, cemitério de Xambioá, Fazenda Fortaleza, São Geraldo, Serra das Andorinhas, Fazenda Oito Barracas, Reserva Indígena Sororó e Fazenda Brasil-Espanha). As etapas resultaram na localização de quatro esqueletos, dentre os quais dois deveriam ir a Brasília para análises mais aprofundadas (trauma e perfil biológico) (EAAF, 1996). Naquele momento, um dos esqueletos retirados pela Unicamp, em 1991, do cemitério de Xambioá, foi

identificado como Maria Lucia Petit, com base em evidências circunstanciais a partir de uma foto publicada pelo *O Globo*, em abril de 1996 (SEDH/CEMDP, 2007: 201).

A EAAF voltaria à região em julho de 2001, a pedido do Ministério Público Federal e sob a sugestão da Comissão de Familiares para prospecções em quatro locais (Fazenda Caribe e na Fazenda Tabocão Tossível, em Brejo Grande do Araguaia, Fazenda São Sebastião, em Xambioá, e em um local em São Domingos do Araguaia), não localizando remanescentes humanos (EAAF, 2001). Neste mesmo ano, são abertos três inquéritos civis públicos sobre o Araguaia, a cargo do Ministério Público Federal de São Paulo, do Pará e do Distrito Federal, a fim de reunir informações de eventuais locais de sepultamento (SEDH/CEMDP, 2007: 203).

Em julho de 2003, a causa iniciada em 1982 fora sentenciada pela 1ª Vara da Justiça Federal, que determinou quebra de sigilo de todas as informações relativas ao Araguaia. A decisão fora recorrida pela Advocacia Geral da União (AGU), levando o Governo a criar uma comissão interministerial (Ministérios da Justiça, Direitos Humanos, Defesa, Casa Civil e AGU) para lidar com a questão. Tal comissão teve relatório publicado em 2007 (SEDH/CEMDP, 2007: 202). Internacionalmente, o arrastar do processo de 1982 fez com que a pauta fosse levada, em 2005, pelo CEJIL e pelo *Human Rights Watch - America*, ao sistema interamericano de direitos humanos. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos propôs, então, ação à corte diante da falta de respostas satisfatórias por parte do Estado brasileiro (Quinalha, 2012: 18). Em 2006, ano em que a ONU adotou unanimemente uma convenção internacional que protege todas as pessoas do desaparecimento forçado – não ratificada pelo Brasil! –, a Polícia Federal realizou duas etapas (em setembro e dezembro) na região, com a participação da SEDH, por determinação da Comissão Interministerial formada em 2003. Os trabalhos foram malfadados e recomendou-se que futuras expedições ocorressem apenas se justificadas por novas declarações (SEDH/CEMDP, 2007: 202).

A partir de 2008, as pautas relacionadas à justiça de transição ganham excepcional visibilidade no Brasil. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançou, em outubro de 2008, junto ao Supremo Tribunal Federal, ação para interpretação da lei da Anistia – julgada, diga-se de passagem, improcedente em 2010. Em dezembro, foi lançado o 3º Plano Nacional de Direitos Humanos com maior participação popular e eixos transversais interministeriais (Quinalha, 2012: 17). Em 26 de Março de 2009, a Comissão de Direitos Humanos encaminhou o caso *Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil* à Corte Interamericana de Direitos Humanos solicitando apreciação sobre o desaparecimento forçado de 70 pessoas e a execução extrajudicial de uma, entre os anos de 1972 e 1975 (CIDH, 2014).

À Corte foi pedido que se responsabilizasse o Brasil pela violação de uma série de direitos civis e políticos previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos, conhecida como Pacto de San José da Costa Rica (assinada e ratificada pelo Brasil durante a Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos no país em 1969 e em vigor a partir de julho de 1978), pela detenção arbitrária, tortura e desaparecimento de membros do PCdoB e camponeses, pedindo também a publicização de documentos relacionados à guerrilha do Araguaia, reparação das famílias, celebração de atos simbólicos e a implementação de programas de educação em direitos humanos para as Forças Armadas (Perruso, 2010: 124). A sentença proferida em novembro de 2010 foi a primeira sentença internacional a reconhecer que, para vítimas e famílias, o direito à informação deveria ser considerado, por si mesmo, um dos direitos humanos a serem reconhecidos (Pinto, 2011; Vecchi, 2014: 146).

Em 2009, familiares enfrentaram mais uma das relações tortuosas entre modernidade e política desenvolvimentistas, que se somam aos efeitos perversos das estratégias de desaparecimento: a Usina Hidrelétrica Santa Isabel. Planejada ainda durante a ditadura, a hidroelétrica teve seu primeiro EIA - estudo de impacto ambiental (seguindo a legislação para licenciamentos no país) finalizado em 2000, porém indeferido. O estudo contou com componente arqueológico que chamou a atenção, de passagem, para a “possibilidade de identificação de vestígios da guerrilha” (Fortes, 2009). O impacto da usina incluiria seis dos municípios nos quais a guerrilha atuou, diretamente a Serra das Andorinhas e outras duas áreas de proteção ambiental, além de cinco terras indígenas, o que acarretaria em enorme deslocamento populacional forçado (Paz, 2006). A concessão à construção da usina foi aprovada em novembro de 2001, a partir de consórcio envolvendo empresas como Vale do Rio Doce, Votorantim e Camargo Corrêa, cuja relação com o governo, vale ressaltar, data do casamento entre empreiteiras e regime militar (Campos, 2012).

Vetada sua instalação em 2002 pelo IBAMA, a política de revisão de pedidos de licenciamento ambiental iniciada pelo governo possibilitou a retomada da UHE apenas em setembro de 2008. Em outubro do mesmo ano, o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) do IPHAN recomenda a construção de um memorial às vítimas da guerrilha, concomitante às manifestações de membros da CEMDP, da Comissão da Anistia e familiares. Novos estudos de impacto ambiental e seus respectivos relatórios foram entregues entre 2010 e 2012, e graças à demora no processo de licenciamento a obra tornou-se inviável do ponto de vista econômico e financeiro e uma rescisão contratual foi assinada em janeiro de 2014 (Fortes, 2009).

Finalmente, para atender a sentença da Justiça Federal que acatou a ação movida pelos familiares em 1982 e a condenação do país pela Corte Interamericana, é criado, em abril de 2009, o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), sob coordenação do Ministério da Defesa e intensa participação militar. O GTT protagonizou “operações”, contando com a colaboração da Polícia Federal (Ministério da Justiça), do Museu Emilio Goeldi (Ministério da Ciência e Tecnologia) e de geólogos do Instituto de Geociências, da Universidade de Brasília, realizando inúmeras incursões e entrevistas no Bico do Papagaio até 2011. O grupo atuou nas regiões de Pimenteira, Castanhal de Zé Alexandre, Oito Barracas, Fazenda Pai e Filho, cemitério de Xambioá e cemitério de Marabá.

O GTT era composto por uma Equipe de Entrevistas e Contextualização dos fatos (ouvidoria) (MD, 2011), geólogos (para prospecções) e médico e odonto-legistas referidos como “antropólogos”. A organização baseava-se no trinômio testemunho + enterramentos + corpo exposto na presença dos geólogos como detentores do conhecimento sobre o solo e o corpo como área essencial dos legistas. Em setembro de 2010, o Ministério da Defesa lançaria, autorizado extraordinariamente pelo Tribunal Superior Eleitoral, um serviço que tornou disponível uma linha telefônica para receber ligações gratuitas de pessoas interessadas em fornecer informação sobre os desaparecidos no Araguaia (MD, 2010). O Ministério Público Federal (MPF, 2013: 113), no entanto, acusou o GTT de não possuir metodologia de trabalho, ressaltando a falta de confronto de informações para aferir confiabilidade aos indícios e da sistematização de dados já coletados. Também ressaltou a alta presença de militares nas “expedições”, as quais contavam com média de aproximadamente quatro civis para cinco militares. O desconhecimento, por parte do Ministério Público, de noções mais técnicas de mecanismos para buscas por desaparecidos e investigações sobre violência de Estado nunca resultou no questionamento do conhecimento científico aplicado.

O óbvio comprometimento da idoneidade das buscas tendo à frente a própria instituição perpetradora resultou na reformulação do grupo, em 2011, após decisão judicial que advogou pela coordenação tripartite composta pelo Ministério da Justiça, Secretaria Especial de Direitos Humanos e o Ministério da Defesa, passando o grupo a ser denominado de Grupo de Trabalho do Araguaia (GTA). Uma das grandes diferenças entre o GTT e o GTA foi a permissão da participação dos familiares além da publicação dos relatórios e presença sistemática de arqueólogos e antropólogos.

Na transição do GTT para o GTA, em 2011, o Estado, através do Ministério Público Federal do Pará, inicia ações judiciais acusando de terem cometido crimes contra a humanidade, sequestro e ocultação de cadáveres, os oficiais da reserva Sebastião Rodrigues

de Moura, o Major Curió, e Lício Augusto Maciel (MPF, 2013: 113). Durante este período, vêm à tona informações sobre práticas de sequestro e troca de crianças, à semelhança da ditadura Argentina, a partir do exemplo do desaparecimento de filhos de camponeses e filhos de guerrilheiros nascidos em cativeiro, apropriados por militares e dados a moradores locais. Quanto aos guerrilheiros, ao menos dois casos são conhecidos: os dos filhos dos guerrilheiros Osvaldão e Raul (Antônio Teodoro Luís Castro) (Nossa, 2012: 97; Teles, 2014: 466).

Os grupos de trabalho foram concomitantes ao estabelecimento das comissões municipais, estaduais e nacionais da verdade que se debruçaram na averiguação, sistematização e consolidação de dados em torno dos crimes relacionados à repressão à guerrilha do Araguaia. É verdade, entretanto, que o Brasil entrou bastante tarde no processo das comissões da verdade se comparado a demais países latino-americanos como Bolívia (1982), Argentina (1983), Uruguai (1985), Chile (1986), El Salvador (1992), Equador (1996), Guatemala (1999), Panamá (2001) e Peru (2001).

No Brasil, as discussões foram mais ou menos iniciadas em 2007, com a constituição de um grupo de trabalho, em Brasília, em 2009, para elaborar o projeto de lei que criaria uma comissão nacional da verdade. O projeto de lei ficou pronto em 2010, foi implementado em 2012 e encerrado em 2014. A Comissão Nacional da Verdade resultou em um relatório que contém 29 recomendações e um capítulo dedicado à guerrilha do Araguaia (CNV, 2014). Importa sublinhar que a guerrilha também foi foco das Comissões Estaduais da Verdade de São Paulo (2012-2015), Rio de Janeiro (2013-2015), Bahia (2012-2014), Amapá (2013-2015, 2015-2017) e Pará (2014-2017). Todos estes relatórios reafirmaram o desaparecimento e morte de 61 militantes e 27 camponeses, e a sistemática ocultação de corpos e destruições de evidências. Concomitantemente, a Comissão de Anistia recebeu 187 processos de outras prováveis vítimas da repressão militar na região à época da guerrilha (CEVAP, 2017; CVERJ, 2015; CEVBA, 2014; Sorrentino, 2015).

Comissões e grupos de trabalho adensaram informações coletadas, em especial a partir dos moradores e sobreviventes que permitiram a ampliação do conhecimento sobre as estratégias de repressão e desaparecimento de pessoas (pelo menos quanto aos guerrilheiros) para melhor compreensão dos dispositivos de destruição de seus corpos. Não há esforços sistemáticos ou metodologicamente embasados, por parte do governo, para cruzar eventos e hipóteses de identificação e estabelecer os potenciais universos de vítimas através de variáveis consolidadas com auxílio de modelos preditivos, algoritmos ou usando sistemas de informação geográfica. Além disso, não há prospecção buscando diagnosticar alterações e feições em superfície, para refinar, no espaço, possíveis áreas que conteriam enterramentos.

Quanto aos indígenas, ainda há muito a ser feito. A temática ganhou alguma luz com as investigações sobre a repressão contra os Aikewara (Suruí) e os Kinja (Uaimiri-Atroari), os últimos massacrados durante a abertura da rodovia BR-174 (Manaus-Boa Vista). A divulgação do chamado relatório Figueiredo, produzido em 1967 e supostamente perdido até ser redescoberto em 2012, descreve e dá materialidade às violências contra essas populações ao menos desde os anos de 1940 no âmbito das frentes de expansão e da história das lutas étnicas na região (Martins, 1996: 26). Estes poucos dados permitiram, ao menos, que finalmente se mencionassem cerca de outras 8.350 pessoas reconhecidamente mortas ou desaparecidas pela ditadura. Certamente, este número deve ser exponencialmente maior, já que a CNV trabalhou com apenas uma parcela restrita dos povos indígenas afetados (CNV, 2014).

No caso específico dos Aikewara, a pesquisa da CNV resultou na anistia política e indenização de 13 pessoas, mas os efeitos da exploração de seus conhecimentos tradicionais para auxílio das Forças Armadas na localização dos guerrilheiros na floresta, o fato de que todos os homens adultos na aldeia teriam sido forçados a guiar os militares nas expedições de captura, enquanto mulheres e crianças eram mantidas reféns em suas próprias casas, e o fato de que duas aldeias foram transformadas em campos de prisioneiros de guerra, precisam ser ainda aprofundados (CNV, 2014: 247).

As representações sobre o passado são alvos de disputa e territórios de conflito, e a isto não escapa o número de vítimas e o direito de certas pessoas e grupos de serem reconhecidos como tal. Isto dificulta a construção das hipóteses de identificação e dos universos de vítimas relacionados a eventos no tempo e espaço, bem como a consolidação de propostas de áreas potenciais. Quem lida com investigações forenses sabe bem que o número de remanescentes humanos pode ser, como foi no Brasil, maior que a lista de vítimas reconhecidas pelo Estado. Isso está no cerne dos debates sobre quem e o que é ser vítima da violência de Estado, as especificidades da noção de desaparecido político e de violência política, os usos políticos da categoria vítima e familiar de vítima, noções de corpo e violação de direitos (Araújo, 2014: 35). De fato, estas representações estão relacionadas à latente exclusão de camponeses, indígenas e setores pobres da população urbana das investigações sobre os crimes da ditadura que é, ela mesma, resultado também da exclusão da diversidade e das distintas temporalidades contemporâneas nos espaços de alteridade que são regiões de fronteira, como a do Bico do Papagaio (Martins, 1996: 29).

Quando a CNV reconheceu 434 mortos ou desaparecidos como vítimas da repressão militar e não 8.934, por exemplo, ela deixou o flanco aberto para questionamentos e dúvidas

do porquê os mais de oito mil indígenas mencionados permanecem sem direito à identidade pessoal e política e o porquê de não terem sido listados individualmente, mas agregados como um todo homogêneo sobre a designação de “mortos e desaparecidos indígenas” (Brasil & Farias, 2014). O mesmo vale para as vítimas (sem nome, apesar de reconhecida, ao menos, a existência de sua possibilidade) dos esquadrões da morte nos contextos urbanos: quem são eles? (Barcellos, 1992; CEVRP, 2014).

Quanto aos camponeses, a ampla e longa repressão ao campo, que desarticulou sindicatos, ligas camponesas e diversas outras formas associativas, teve uma primeira escala dimensionada em 2013 com a publicação de uma lista, em separado, com o nome individualizado de cada um dos mortos e desaparecidos, aferidos no âmbito do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH, 2013). A marginalização dos camponeses no escopo das investigações sobre a repressão no Araguaia levou à fundação, em dezembro de 2005, da Associação dos Torturados na Guerrilha do Araguaia, focada na defesa de seus direitos.

Em um Estado acostumado a desaparecer com qualquer indício de seus crimes, é quase que previsível que o número de vítimas oficiais da ditadura e reconhecidas pelo Estado perpetrador seja superior ao que se sabe hoje. Ainda há muito o que fazer para consolidar estes universos e listas.

2.2. Antropologia (contra)forense latino americana

O papel da arqueologia nas investigações sobre violência política e terrorismo de Estado remonta às experiências na América Latina e, posteriormente, na ex-Iugoslávia e em Ruanda, nas décadas de 1980 e 1990. Os latino-americanos tiveram papel preponderante nos modos como a disciplina foi construída, como evoluiu no continente e em âmbito internacional. É frequente a desvalorização deste processo nas produções de língua inglesa baseadas em um olhar ainda etnocêntrico sobre o sul geopolítico.

O desenvolvimento da antropologia forense como campo, na América Latina, ao qual se liga o papel fundamental da arqueologia em sua capacidade de congrega e dialogar com uma ampla variável de disciplinas e do enterramento como forma privilegiada, das ditaduras, para ocultação de cadáveres, só pode ser compreendido ao ser considerado uma série de fatores: a) a emergência da antropologia forense como resposta ao terrorismo de Estado e às formas das estratégias repressivas dos países, tendo no desaparecimento de pessoas uma de suas maiores tecnologias; b) o desenvolvimento da antropologia como disciplina nos EUA e

as formas como a academia alienou-se da realidade vivida pós-conflitos; e c) aspecto que lhe deu características únicas, a pressão da sociedade civil, tendo como frente as próprias vítimas, e a relação dos praticantes (forenses) com o contexto de violência política e seus desenlaces, eles mesmo parte da sociedade que investigam.

Essa antropologia forense nasce com o objetivo principal de debruçar-se sobre a desaparecimento e morte de pessoas, amigos, conhecidas, companheiros, vizinhos, filhas e irmãos, enquanto consequência dos processos políticos e das demandas dos setores sociais atingidos pela violência do Estado. Isto marca a diferença estrutural entre o que se desenvolveu na América Latina, onde as famílias são protagonistas e o trabalho com estas é parte do trabalho forense, daquele da Europa (a exceção da Espanha) e da América Anglo-Saxã, onde as famílias, em geral, estão presentes no início (coleta de dados) e no fim (repatriação) do processo. Outra diferença está no fato de que, aqui, o campo não nasceu de uma decisão acadêmica ou de um departamento universitário (Fondebrider, 2005: 127; Fondebrider, 2008b). A relação dos pesquisadores com o contexto alterou as relações de alteridade e ditou perspectivas críticas devido a própria condição histórica de co-cidadania entre sujeito e objeto, impulsionando a criação de enfoques cuja particularidade é uma abordagem preocupada com as consequências sociais das investigações realizadas (Jimeno, 2004: 33).

Neste sentido, as investigações sobre violência política e terrorismo de Estado e que tem como pano de fundo a antropologia forense latino-americana, caracterizam-se por um lugar de fala distinto daquele das disciplinas clássicas forenses por carregarem preocupações com os contextos sociais que acarretaram a violência, ressaltam sua relação com a memória histórica e com a produção de novas narrativas a serem contadas, e se relacionam com impactos psicológicos dos trabalhos e da violência do contexto. Desta forma, esta antropologia rompe com discursos hegemônicos ao menos três vezes: 1) ao diminuir o fosso entre os forenses e as vítimas, já que estes atuam como investigadores em seus próprios países; 2) ao partir de diversos paradigmas das ciências sociais em sua aplicação a contextos forenses, rompendo com a hegemonia de um único discurso (o médico); e 3) ao contrapor-se aos discursos oficiais ou a ausência de narrativas por parte dos perpetradores.

A ruptura proporcionada por esta antropologia forense foi chamada por Eyal Weizman (2017: 68) de contra-forense, no sentido de que, ao investigar crimes do Estado, muitos deles envolvendo à própria estrutura policial e médico-legal do país, a sociedade civil passou a também usar das ciências forenses a seu favor na tentativa de dar desfecho e investigar tais crimes. É comum notar que, na América Latina, enquanto o Estado é médico-odontológico, a sociedade civil é antropológico-arqueológica. É frequente, portanto, que o movimento contra-

forense pós-ditaduras investigue e proponha revisões dos serviços médicos legais e das abordagens forenses do próprio Estado. Esta possibilidade complica-se, claro, quando forense e contra-forense se encontram e tem que coexistir, para responder a objetivos semelhantes: esclarecer os desaparecimentos políticos. Isto, muitas vezes, envolve instituições estatais, atualmente responsáveis por oferecer respostas a famílias, como a médico-legal, mas que fizeram parte da infraestrutura de repressão que participou dos desaparecimentos e que ainda não foi desmontada.

A literatura sobre investigações em torno da violência política na América Latina não é farta e poucos antropólogos forenses escreveram sobre ela, seja em inglês ou espanhol. Com exceção da literatura anglo-saxã, que toca de modo leve no que ocorreu aqui e seu impacto no desenrolar do campo globalmente (considerando sua relação com os grandes tribunais internacionais e sua conjunção com o direito internacional humanitário), pouco há disponível para que uma análise mais profunda seja desenvolvida, ressaltando suas teorias, métodos, perspectivas e características únicas, que não sejam apenas um desenrolar cronológico no estilo “quem fez primeiro”.

Nesta tese, a expressão “antropologia forense latino-americana” designa todo um modo, uma prática e um modelo de busca por mortos e desaparecidos em contextos de violência política, pensado, desenvolvido e implementado em alguns países latino-americanos, marcadamente sul-americanos, dialógico aos contextos de suas ditaduras cívico-militares e aos movimentos sociais emergentes. Tem à frente antropólogos e arqueólogos e foi encabeçada, em especial, a partir da Argentina, Chile e Guatemala. Se diferencia do modo de fazer antropologia forense ou de buscar por desaparecidos em outras partes do mundo por assumir o protagonismo das famílias das vítimas e reconhecê-las como parte do trabalho forense e como passo absolutamente necessário para o sucesso das investigações, além de dialogar com questões de memória e história de modo bastante integrado. Organiza-se em três etapas (pesquisa preliminar, escavação arqueológica, análise antropológica) orquestradas de forma holística, prezando a colaboração multidisciplinar.

O modelo latino-americano de antropologia forense se expressa por meio de uma metodologia regional baseada em experiências únicas e aplicações locais (ALAF, 2013: 12) para procurar por pessoas desaparecidas em contexto de violência política e terror de Estado. Apesar de datado, foi testado para ser utilizado em outras realidades, pois envolve uma série de habilidades que vão desde o conhecimento histórico e etnológico até o ativismo e o engajamento político, frisando a necessidade da arqueologia e da antropologia em seu diálogo com a medicina forense (Doretti & Burrell, 2007: 54). A soma de experiências o definiu como

a aplicação de métodos, teorias e técnicas de antropologia social, antropologia biológica e arqueologia em processos de busca e recuperação de corpos com fins de identificação, com o esclarecimento dos feitos e apoio ao sistema de justiça e trabalho humanitário, destinado à restauração da dignidade, confiança e respeito às pessoas que sofreram abusos (ALAF, 2013: 24; Doretti & Burrell, 2007: 51). Em capítulos à frente, ver-se-á, todavia, que a literatura odonto-médico-legal brasileira sobre antropologia forense entende o campo de modos bem distintos.

A antropologia forense latino-americana tem muito da relação dos profissionais e de suas experiências enquanto cidadãos nos contextos de repressão militar ou pós-autoritários em que nasceram e no qual atuam profissionalmente, o que deu ao modelo um quê de aprendizado prático “em casa”, uma maior empatia com as vítimas e diferentes relações de alteridade com os próprios eventos e contextos investigados (conhecimento da língua, da história, da paisagem). Isso acarretou na crescente importância das entrevistas com familiares e na adaptabilidade destes profissionais ao complexo navegar pelas dimensões políticas das próprias pesquisas. Tudo isso tornou seus praticantes bastante conscientes das consequências psicológicas das buscas e do reconhecimento de que o impacto deste trabalho está muito além do técnico-científico (Fondebrider, 2015a: 41; Doretti & Burrell, 2007: 48).

Com o tempo, foi possível notar que o modelo latino-americano se orienta claramente ao reconhecimento do protagonismo das famílias nas buscas, marcando o modo de fazer das etapas sequenciais de investigação preliminar, escavação arqueológica e análise antropológica em relação aos processos de luto e a sensibilidade da repatriação e, mais recentemente, do envolvimento da genética e seu alcance. Também preza, quando possível, pela independência dos especialistas, em especial quando os Estados são aqueles implicados nos crimes investigados, garantindo a transparência do processo, assim como as relações de confiança com as famílias, tentando manter o trabalho longe de pressões políticas que poderiam levar a um enviesamento dos resultados (Fondebrider, 2004: 11).

“Latino-americana” adjetiva essa antropologia forense como elemento de linguagem e categoria ao sugerir que o estabelecimento de modos de busca por desaparecidos em razão da violência política é dialógico à realidade social e aos contextos geopolíticos na qual esses processos ocorreram (Barros & Tavolaro, 2017). A expressão remete a uma região que compartilhou, a partir dos anos de 1980, a “tragédia dos desaparecidos”. Tristemente, foi esta a força propulsora que reinventou as ciências forenses a nível mundial, com uma antropologia forense de sólida base empírica e a serviço das vítimas, da justiça e dos direitos humanos (ALAF, 2013: 12). É claro que a expressão carrega alguns problemas, afinal, congrega mais

de 20 nacionalidades, tem conotações coloniais (em oposições que ressaltariam as demais raízes do continente que não apenas a latina e a europeia, como "amef리카ana" [Gonzalez, 1988]) e subentende extrema polifonia.

Neste quadro, é interessante pensar que o afastamento do Brasil do modelo latino-americano não só tem a ver com sua não inclusão na unidade linguística hispanófono, mas também com as circunstâncias dos processos deflagrados pós-ditadura. Um deles remete ao combate ao uso da expressão “América Latina” e da construção identitária dos brasileiros como latino-americanos dentro e fora do país, um longo processo histórico que se solidificou, apenas, com as mudanças na política e economia brasileiras durante os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2011) (Bethell, 2009). Essa complexidade é expressa, inclusive, dentro da Associação Latino-americana de Antropologia Forense, a ALAF, que tinha o espanhol como língua oficial até a entrada dos primeiros sócios plenos brasileiros em 2015, doze anos após sua fundação, e a realização de seu 14º Congresso na cidade de São Paulo, em outubro de 2017.

A antropologia forense latino-americana não apenas originou-se e desenvolveu-se na América Latina, como ocorre e foi aplicada, em outros países, por latino-americanos. Assim, as próprias categorias do campo são categorias nativas, como o termo *desaparecido* (Dulitzky, 2019: 426). De fato, as ditaduras do Cone Sul “deram macabra contribuição para as figuras do direito internacional, criando a categoria dos desaparecidos políticos” (Pinheiro, 2010: 23). As experiências ocorridas na Argentina, Chile, Guatemala e Peru também impactaram e permitiram o renovar da antropologia forense estadunidense, que ainda era, à época, a aplicação da antropologia física em casos de morte violenta ou suspeita, mostrando que o foco único na estimativa de perfis biológicos para propósitos identificatórios não seria suficiente aqui. Esta diferença manifesta-se nas percepções do campo forense no Norte geopolítico como área exata encaixotada em uma necessidade extrema de objetividade científica que, muitas vezes, exclui as famílias, não encaradas como parte do processo porque “não-científicas”.

O modelo construiu uma prática ampla, prezando a ligação com as famílias, para além das coletas de dados *antemortem* e (mais tarde) das amostras biológicas de referência, interessada no contexto social em que ocorreram as mortes e buscando compreender as circunstâncias dos desaparecimentos e suas consequências para os vivos. Isto ocorreria, apenas, com o investimento na construção de relações baseadas no respeito mútuo e onde os parentes das vítimas fossem protagonistas — o que não é reconhecido por uma grande maioria de cientistas (Fondebrider, 2009: 70; Parra & Palma, 2005: 5). Esta abordagem

reforçaria a diferença com o que se professava nos EUA e nas abordagens médico-legais em geral, já que injetaria ao processo enorme ênfase no desenvolvimento de relações com os familiares e sobreviventes da violência política, acompanhada da importância crucial ao questionamento histórico, incluindo fontes orais e documentais sobre contexto e eventos, antes, durante e depois de qualquer busca ou intervenção (Crossland, 2013: 124).

O contexto do desenvolvimento e aplicação da antropologia forense latino-americana dialoga com certos padrões que dão o tom dos desafios que seus pioneiros tiveram que enfrentar, não só em relação aos próprios processos pós-regimes de exceção, como aos serviços oferecidos pelas instituições estatais em relação aos crimes e aos mortos. Casos envolvendo remanescentes esqueléticos permaneciam relegados nos serviços médico-legais, os quais contavam com profissionais sem formação, utilizando técnicas desatualizadas e inapropriadas, exumações que empregavam pessoal não-treinado (em geral policiais), causando a perda sistemática de informações, mistura de peças ósseas de diferentes indivíduos, redução das possibilidades de identificação, além de ausência de cadeia de custódia, péssimas condições de armazenamento, não aplicação de protocolos padronizados, relatórios falhos e incompletos, e falta generalizada de metodologia tanto em campo como em laboratório. O uso indiscriminado das sobreposições crâneo-foto como técnica para identificações positivas é exemplo que resultou (e ainda resulta) em inúmeros erros, com graves sequelas (Mazz & Luisardo, 2015: 499; Quinn, 2014: 39).

Em alguns países da América Latina, no entanto, e já durante os anos 1980, assistia-se a algum reconhecimento do papel dos antropólogos físicos nos serviços médico-legais, em sua colaboração em processos de identificação (e reconhecimento de patologias ósseas traumáticas). Contudo, o avanço da participação dos arqueólogos nas exumações foi consideravelmente mais lento, já que a tarefa estava nas mãos de profissionais que não reconheciam a necessidade de conhecimentos específicos para trabalho de campo, em geral desvalorizado do ponto de vista científico, que o entende frequentemente como trabalho físico de retirada de corpos realizado por “trabalhadores braçais” que entregam os achados ao cientista no laboratório.

O uso da arqueologia dependeria da boa vontade das autoridades mais do que era fruto de uma sistemática (Fondebrider, 2005: 128). Os primeiros países a contar com antropólogos como parte de seus serviços periciais e médico-legais foram Cuba, México e Venezuela, acompanhados pela Colômbia, Chile e Uruguai (Fondebrider, 2005: 133). Absolutamente diferente dos EUA e do Canadá, ainda hoje há enorme resistência de Estados em incorporar antropólogos e arqueólogos forenses em sua estrutura. Mesmo em países como a Argentina,

que conta com o sucesso da EAAF, a entrada da primeira antropóloga (uma ex-membro) como parte oficial de um instituto médico legal ocorreria apenas em 2015, em Córdoba, trinta e um anos depois da fundação da equipe (La Voz, 2015).

A relação com o serviço médico-odontológico legal foi, e ainda é, em muitos países, tensa e oscilante. É bastante comum, em casos de direitos humanos, que os médicos-legistas sejam aqueles indicados pela justiça para lidar com todo o escopo de ações necessárias às investigações, o que, em geral, vai além de sua experiência, capacidade e formação (Fondebrider, 2002: 890). Luís Fondebrider (2005: 130) mapeou três contextos distintos desta relação na América Latina: a) aqueles onde os médicos se apresentam como antropólogos, o mais complicado de todos pela dificuldade de mudança; b) aquele onde os médicos reconhecem a necessidade de saber mais e buscam antropólogos em museus e universidades, mas ainda realizam eles mesmos os trabalhos; e c) aquele onde os antropólogos/arqueólogos são os antropólogos forenses.

A estas variáveis subjaz o desafio dos antropólogos forenses em fazer parte dos sistemas forenses nacionais e de advogados, juízes e gestores entenderem não só a utilidade de seu conhecimento, mas o que é antropologia forense, processo de identificação e busca por pessoas desaparecidas em contextos de violência de Estado. No Brasil é também problemática a própria formação dos legistas. O termo remete muito mais a um posto do que a uma especialidade, fazendo com que não haja obrigatoriedade de formação em medicina forense ou patologia forense como pré-requisito para o trabalho. Assim, muitos médicos-legistas são, na verdade, especializados em ginecologia, oftalmologia, cirurgia plástica, dermatologia etc.

No Brasil, o contexto de investigações forenses ou de graves violações de direitos humanos é historicamente um nicho médico-odontológico (Silva, Souza, Fuzinato, Fontes, & Yamashita, 2009). A sobrevivência de traços da antropologia criminal e, antes, da frenologia, justificam o surgimento de algumas normas penais ainda em vigor e a edificação de instituições jurídicas e administrativas, algumas ainda em funcionamento, que se encaixaram perfeitamente nas estratégias do fazer desaparecer utilizadas pela ditadura cívico-militar. Esse quadro finca suas raízes no século XIX, quando da formação de um aparato médico-jurídico que buscava o reconhecimento da autoridade médica para além dos limites legítimos de sua atividade, em movimento conhecido como “medicalização” (Mérida, 2009; Corrêa, 2013).

Neste quadro, o termo “antropologia” tem sido reapropriado, ou nunca deixou de ser utilizado em alguns espaços, para designar um subcampo da Medicina Legal, no qual perduram rastros da antropologia criminal lambrosiana e no qual a antropologia é técnica, sinônimo de antropometria (“fazer a antropologia” ou “a antropologia foi feita”), com fins de

identificação legal e instrumento do trabalho policial (Arbenz, 1988; Duarte, 2000; Fuzinato, Fontes, & Silva, 2009; Soares & Guimarães, 2008; Francisco, Velloso, Silveira, Secchier, & Guimarães, 2011; Dirkmaat, Cabo, Ousley, & Symes, 2008: 34). Isto tem acarretado na redução da antropologia e da arqueologia forenses no país à mera aplicação de algumas técnicas morfovisuais mal utilizadas e quando muito de arqueologia, de modo bastante enviesado, a corpos esqueletizados e enterrados, com objetivos limitados de identificação do falecido e estabelecimento de causa e hora de mortes não-naturais (Arbenz, 1988; Woelfert, 2003; Soares, 2008). Essa prática deu início, no Brasil, a um processo de separação entre o cerne teórico-metodológico da busca por desaparecidos e as relações políticas das práxis científica e da dimensão social destes trabalhos, semelhante ao que ressaltou o antropólogo forense peruano José Pablo Baraybar para outros contextos (Baraybar & Blackwell, 2014).

Fica claro que a prevalência de concepções meramente anátomo-fisiológica do corpo, paradigmáticas de seus processos orgânicos, como a que prevalece na medicina legal (Le Breton, 2016: 16), não tem trazido sucesso às investigações sobre violência política, enquanto que as equipes de antropologia e arqueologia forense latino-americanas, seguindo os paradigmas postos pela concepção biocultural do corpo, têm trazido melhores resultados.

No Brasil, o descolamento entre teoria e prática promovido pelos agentes que usualmente operam a antropologia em contexto forense tem causado imbróglio nas definições do que é antropologia forense e o que é identificação de pessoas desaparecidas, confusão que se expressa, em especial, entre autoridades, certas vezes quase que opondo antropologia à arqueologia, distante de como essas disciplinas estão completamente relacionadas (Hicks, 2013). Fica marcada a diferença do modelo latino-americano quando aqui predominam policiais realizando entrevistas utilizando técnicas de interrogatório em contraponto ao uso da história oral e da etnografia por antropólogos e arqueólogos, abordando temas relacionados à memória e traumas, ou quando geólogos realizam prospecções no lugar de arqueólogos, ou quando médicos, especializados em corpos frescos e na determinação da causa de morte, bem como os odontólogos, substituem antropólogos e arqueólogos, formados para entender os aspectos bioculturais do corpo, em especial de remanescentes humanos esqueletizados.

A vinda do antropólogo forense estadunidense Clyde Snow para o Cone Sul altera este quadro. Presente, primeiro, no Brasil e, depois, na Argentina, foi apenas nesta que uma proposta foi desenvolvida localmente a partir de sua presença. O impacto disso foram ondas de desenvolvimento local, consolidação regional e reconhecimento internacional de um modo de buscar por pessoas desaparecidas que está no cerne do modelo latino-americano. Este modelo forjou-se frente à complexidade das situações que demandavam uma perspectiva

integral e abordagem holística envolvendo profissionais de distintas disciplinas. Assim, ele preza pela multidisciplinaridade mais do que pela interdisciplinaridade, quando de um mesmo profissional, em geral o médico, acumulando funções e se torna um “super cientista”.

O primeiro passo para a antropologia forense latino-americana é, como mencionado anteriormente, reconhecer as famílias como protagonistas. É comum a resistência de forenses em interagir com as famílias, alegando quebra de objetividade e reafirmando o costume de trabalhar em isolamento, sem a presença de sua bagagem emocional. Isso faz com que as famílias sejam vistas como meros provedores de informações *antemortem* ou fontes para amostras de referência genética e que o *antemortem* seja um interrogatório mais do que aborde o fluxo de lembranças sensíveis sobre uma pessoa. A relação com as famílias deriva da construção de uma atmosfera de confiança, um processo pouco simples para as equipes envolvidas, com intuito de interagir para entender suas dúvidas e incertezas e respeitar seus tempos. O contato com elas deve começar antes de qualquer processo e é imprescindível para esclarecer procedimentos, tirar dúvidas e considerar expectativas, preocupações e objeções (Doretti & Burrell, 2007: 52). Como estes, as entrevistas podem ser rápidas ou durar horas, já que ali as histórias são contadas e o fluxo de memória ativado, imprescindível para a compreensão do desaparecimento do ente querido e de como isso os afetou (Pauline, 1999; Fondebrider, 2009: 70). Marcado por uma importante dose de empatia, é importante ressaltar que este momento deve estar metodologicamente embasado.

A relação com as famílias dá-se no âmbito da pesquisa preliminar, ou investigação preliminar forense, parte fundamental de cada caso, mas que sofre de total falta de suporte do Estado, não sendo, em geral, de interesse do judiciário e lidando com a relutância dos perpetradores em providenciar informação. Essa etapa coleta e estabelece informações aos casos em análise, com as circunstâncias dos eventos, informação social e biológica da pessoa em vida, dados sobre a eventual localização do corpo envolvendo número e hipóteses de identificação de quem pode estar aonde, assim como a coleta de dados biológicos dos familiares (Doretti & Burrell, 2008: 182; ALAF, 2013: 25). É o primeiro passo para entender o universo dos desaparecidos, estabelecer probabilidades de quem desapareceu por lugar e data e construir hipóteses da localização física dos remanescentes (Baraybar, 2008: 534; Fondebrider, 2009: 70). A investigação preliminar é muitas vezes realizada por arqueólogos e antropólogos (Fondebrider 2005), convergindo conhecimentos de história, etnografia e biologia, e partindo de conceitos socioculturais de saúde, doença e estética da pessoa desaparecida, para entender as informações *antemortem* coletadas e a relação entre paisagem e memória quando os dados apontam para possíveis locais de enterramento.

O papel dos arqueólogos é imprescindível em sua formação interdisciplinar e capacidade de interação multidisciplinar para entender que os perpetradores, em especial quando são o próprio Estado, deixam traços de suas ações em diferentes suportes, podendo ser acessadas por meio de registros escritos – como arquivos estatais, judiciais, policiais e militares, cemiteriais, registros oficiais, jornalísticos, audiovisuais, diários, cartas, mapas, croquis, desenhos, etc. –, orais – advindos de entrevistas com testemunhas e familiares–, e, claro, materiais. É comum, aliás, que informações históricas não sejam coletadas por serviços forenses e/ou que muitos dos dados coletados não sejam suficientes e negligenciem questões relacionadas às identificações (Doretti & Burrell, 2008: 52).

É através da investigação preliminar que se tem acesso aos dados *antemortem* (o perfil biocultural e social do desaparecido – quem é e o que aconteceu), informações para localização dos possíveis locais de enterramento (onde aconteceu), traumas psicossociais (o que se passou com familiares e comunidades) e informações ligadas à memória histórica (a dimensão sociopolítica e econômica). Quanto à natureza das fontes às quais se pode recorrer neste momento, elas podem ser escritas, orais, pictóricas e materiais, contando com diferentes tipos para cada uma delas, a saber, documentos oficiais, relatórios, diários, formulários, trabalhos acadêmicos, livros de sepultamento (escritas), testemunhos e narrativas (orais), mapas, plantas, croquis, fotos, desenhos (pictóricas) e as próprias marcas físicas deixadas na paisagem como alterações na topografia, coloração e textura do solo, crescimento da vegetação, objetos etc. (materiais). Cada uma destas fontes requer cuidados e tratamentos específicos em termos de método, como a leitura crítica e a bibliometria (escritas), a etnografia, análise do discurso e história oral (orais), a etnocartografia, geoprocessamento, arquitetura e geografia (pictóricas) e os arqueológicos e geofísicos (materiais). Todas estas informações precisam ser entendidas como regimes de verdade e que se respeitem suas subjetividades, apesar da busca pela objetividade do regime evidenciário forense.

Para a investigação preliminar é importante reconhecer a existência de discursos êmicos e éticos (Lévi-Strauss, 1983), especialmente em relação aos chamados dados *antemortem*, mas também em como as pessoas lembram e rememoram outras pessoas, paisagens e coisas. A coleta de dados *antemortem* é pensada pelo modelo latino-americano sob três dimensões: a) a da memória, trauma e discurso; b) a da materialização da pessoa e da importância de passos que não desmaterializem, causem mais insegurança e desapareçam com informações; e c) a das informações bioculturais relevantes para o *match* com o perfil biológico resultante da análise dos remanescentes humanos, incluindo patologias e outras características individualizantes e únicas provenientes da história e do estilo de vida. É

importante perceber que estas três dimensões ocorrem juntas e que a figura da pessoa desaparecida será frequentemente mitificada, expressa na linguagem usada para se referir a ela, ressaltando, num crescente, aspectos positivos (Vega & Mora, 2008).

Estes passos também dão atenção à necessidade de serem reconhecidos os perigos da repetição, os efeitos e consequências das estratégias repressivas do passado ativas na atualidade e que remetem ao desaparecer de pessoas, coisas e informações. A perda de dados, a falta de clareza em explicações, o uso de uniformes militares, coletar fotografias originais dos familiares, tudo isso pode incorrer em violência simbólica na medida em que os próprios procedimentos de busca por desaparecidos sob responsabilidade do Estado repetem aspectos das estratégias repressivas. Por isso, as equipes latino-americanas, por exemplo, entregam às famílias toda a ficha *antemortem*, como forma de materialização da memória do desaparecido, evitando a coleta sem retorno e a vaporização de informações, fazem cópia de todos os documentos e jamais retiram dos parentes os originais (Baraybar, 2008: 534).

Esta tese se relaciona, mas extrapola uma pesquisa preliminar. O quadro da figura 3 sintetiza a etapa:

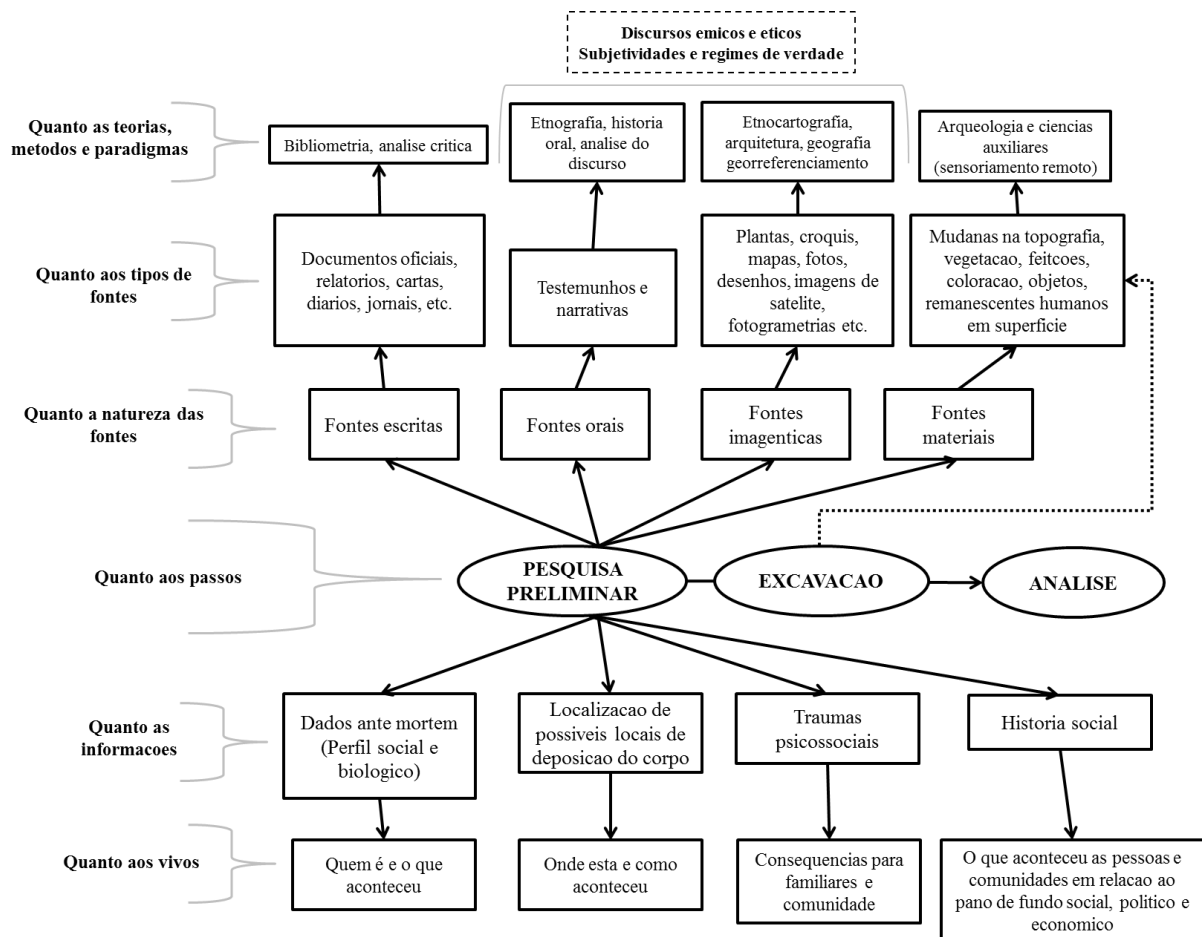


Figura 3. Diagrama da pesquisa preliminar

Ainda durante a pesquisa preliminar, os arqueólogos irão conduzir etapas de cruzamento de informação, realizando diagnósticos nos possíveis locais de inumação para levantamento de dados físicos (alterações na topografia, objetos, remanescentes em superfície, alterações em coloração, textura e compactação de solo, vegetação etc.) a fim de precisar áreas a serem submetidas a prospecções e escavações. As prospecções e escavações arqueológicas buscam documentar e recuperar remanescentes humanos e evidências associadas e criar interpretações a respeito das condições do que se encontrou depositado, através de técnicas, muitas delas processos destrutivos, únicos e não repetíveis, contando com o arqueólogo para a coordenação, planejamento, exposição das evidências, cadeia de custódia, transporte, armazenamento e relatório de campo (ALAF, 2013: 25). Maior atenção à arqueologia forense será dada no tópico seguinte.

Nesse sentido, a análise antropológica, fora do escopo desta pesquisa, é, grosso modo, o exame dos remanescentes humanos partindo de abordagens culturais e biológicas dos estudos antropológicos para populações humanas em relação a seus meios bióticos e físicos e cruzamento com a informação de campo, que para remanescentes esqueléticos pode representar uma boa parte dos dados que serão obtidos (Khongsdier, 2007: 40). Com isto obtêm-se dados por meio de técnicas específicas, cientificamente testadas, validadas e reconhecidas, estabelecidas em protocolos prévios. Ela é fundamental para o cruzamento de informações *antemortem-post-mortem* (conhecido como *match*), e reconciliação de dados (ALAF, 2013).

Identificados, os remanescentes devem ser repatriados. É importante a atenção que o modelo latino-americano dá não só à relação com os familiares durante todo o processo, mas muitas vezes aos ritos funerários e enterros, como respeito aos costumes religiosos que se manifestam durante o processo, e não apenas no fim. Contar com as famílias próximas também se deve ao fato de que precisam estar preparadas para o estado de preservação e de conservação em que se encontra o corpo de seu ente querido, já que às vezes o que se identifica é um esqueleto, ou uma parte, uma perna, que não se parece fisicamente em nada com a pessoa que antes costumava ser e que não se encaixa nas expectativas por um corpo inteiro, em geral materialidade de onde partem os rituais funerários. Nesse aspecto, o direito de saber e o engajamento da família em todo o processo tornam o luto um pouco mais fluido do que quando não há envolvimento e as famílias devem acreditar e confiar cegamente que a caixa de ossos recebida, no fim de tudo, é seu parente.

Finalmente, é importante ressaltar que a cultura material e os objetos ganham particular importância neste modelo em relação aos demais modos de aplicação da antropologia forense. Para o modelo latino-americano, a materialidade manifesta-se inclusive nos próprios procedimentos tomados e é utilizada como ferramenta contra a “desmaterialidade” que é fruto do desaparecer. Como mencionado anteriormente, os próprios formulários preenchidos funcionam como uma espécie de materialização das memórias do parente morto ou desaparecido e como tal devem ser validados e devolvidos às famílias.

Neste escopo, a cultura material está relacionada às possibilidades de impulsionar as identificações, considerada gatilho de mecanismos de lembrança e por isso bastante sensível. Mais que os remanescentes esqueléticos, que não são reconhecíveis necessariamente pelas famílias (o crânio não é o rosto), os objetos são imediatamente reconhecidos, reapropriados e ressignificados nestes contextos traumáticos. Roupas, por exemplo, ganham fundamental papel e junto de outros artefatos são parte do escopo da pesquisa preliminar e *antemortem* como objetos possivelmente associados à pessoa querida. A investigação preliminar orienta-se para entender de que materiais foram feitos estes objetos, se comprados ou feitos à mão em casa, e os eventos, histórias e memórias associados a eles (Baraybar, 2008: 5).

Todos os objetos devem ser cuidadosamente recolhidos e registrados durante a escavação e atenção deve ser dada para não separar a roupa dos remanescentes humanos antes das análises. É muito comum nos cenários forenses que os objetos sejam alvo da polícia e os remanescentes humanos dos médicos o que, feito inadvertidamente, destrói importantes associações. Somente depois de findas as análises, roupas e objetos são separados de seus remanescentes humanos e exibidos às famílias. Este é um momento catártico para os familiares e tem impacto direto em sua sensação de pró-atividade e envolvimento no processo de identificação (Baraybar, 2008: 535). É comum, por vezes, ocorrerem reconhecimentos imediatos de objetos pessoais dados em aniversários ou roupas tecidas à mão, mas também é comum mais de uma família reconhecer um mesmo par de roupas relacionado a distintas pessoas. Por isso as roupas permitem incluir suspeitas, mas jamais excluir possibilidades de identidade.

Por outro lado, não é claro, e pouco ou nada há na literatura, o que acontece com os objetos não associados aos corpos, mas componentes dos contextos repressivos, de desaparecimento e ocultação de cadáveres, para além de serem descartados. Ao advogar pela arqueologia para além de técnica de cavar, o modelo latino-americano permite a entrada de teorias, métodos e paradigmas para a compreensão de contexto e sequência de eventos que abrem portas para outros caminhos interpretativos a partir dos objetos não associados

necessariamente aos remanescentes, mas aos eventos e ao contexto, já que abordados cuidadosamente quando escavados. Isto não quer dizer que as equipes latino-americanas assim o façam. Quer dizer que, diferente de outras abordagens, essas possibilidades não são eliminadas pelo modelo.

O modelo também tem envolvido cada vez mais a cultura material no que vem sendo chamado de repatriação simbólica, como na Colômbia. Ela difere-se da repatriação dos remanescentes esqueléticos por referir-se a objetos ou informações sobre o destino das vítimas sem a necessária localização dos corpos. Consiste na entrega, através de cerimônias, de informações e coisas obtidas/encontradas no curso de uma investigação/busca e que, como parte dos resultados das pesquisas, permite aferir a morte do ente querido ante a impossibilidade quase absoluta de encontro do corpo (FGN, 2015: 12). Isto permite a mudança de status de desaparecido para morto e a entrega de dados materiais, como objetos pessoais (como fotos encontradas nos recônditos dos institutos médico-legais ou arquivos ditatoriais), apreendidos durante as operações de repressão e ainda desconhecidos pelas famílias.

Sem dúvida, fotografias encontradas durante investigações preliminares tem enorme importância em sua dimensão material e ganham discursividade quase própria ao materializarem o corpo do desaparecido. O corpo ausente faz-se presente pela foto. Mais uma vez, a responsabilidade do pesquisador é enorme, pois perder ou reter estas imagens tem consequências traumáticas ao repetirem-se os modos utilizados pelas estratégias de desaparecimento no que concerne a destruir a existência social de alguém. Fotos e objetos pessoais sempre estarão ligados à construção de identidade e, nestes contextos, serão elemento políticos de denúncia social, parte da memória individual e coletiva relacionados aos significados sociais da ausência, de legitimação do desaparecimento, da visualização de traumas e do não esquecer e lembrar (Troncoso, 2017).

Finalmente, o modelo latino-americano relaciona-se profundamente aos movimentos sociais, em especial por ter sedimentando-se a partir da sociedade civil e não do Estado, com raras exceções. Sua proximidade com as ciências sociais permite uma relação direta com outros campos do conhecimento, como a psicologia e as artes. Quanto à primeira, é frequente sua associação a grupos psicossociais para suporte não apenas das famílias, se necessário, mas também dos próprios profissionais, com dicas para lidar com dimensões relacionadas à saúde mental e traumas, e com o próprio peso das investigações e contextos trabalhados, já que os pesquisadores não são imunes às consequências da violência de Estado, sendo comuns pesadelos e patologias psicossomáticas (Ocariz, Trindade, & Gonçalves, 2015). Não é à toa

que uma das equipes não-governamentais colombianas se chama Equipe Colombiana Interdisciplinar de Trabalho Forense e Assistência Psicossocial, contando com psicólogos como parte integral do time.

Quanto à segunda, há alguns exemplos de equipes trabalhando com audiovisual, seja pelas artes plásticas seja por filmes e documentários. Claudia Bernardi, artista plástica que tem acompanhado a equipe argentina, durante o projeto da equipe em El Salvador para investigações sobre o massacre de Mozote, em 1992, momento de assinatura dos acordos de paz no país (Fondebrider, 2004: 8), foi responsável pela produção dos croquis de campo das valas. Voltou ao país em 2005 para iniciar uma escola de arte e oficina aberta no âmbito de um projeto de muralismo chamado “Paredes da Esperança”. Similar experiência fora realizada em 2014 quando um mural foi pintado no local da Escola Superior de Mecânica da Armada (ESMA), antigo centro de detenção clandestino e de extermínio (Chapman, 2016).

Finalmente, o modelo latino-americano manifesta-se nos acrônimos das equipes, dialógicos entre si e padronizados, marcados pela partícula "AF". Nomes e abreviaturas são utilizados como signos da abordagem, sem maiores explicações necessárias (EAAF, EPAF, GAF, EAFG, GIAF, ECI AF, EMAF), já que indicam uma forma de fazer vinculada aos processos políticos de esclarecimento de violações aos direitos humanos e ações da justiça para a localização de desaparecidos (Dutrénit, 2012: 30). Inscrita nos acrônimos, de fácil pronuncia e lembrança, indicam sua difusão e adaptação pelo continente, e sua relação com a união dos AFs a partir de uma associação que compartilha experiências regionais, respeitando as diferenças socioculturais e político-econômicas, a ALAF, Associação Latino-Americana de Antropologia Forense, cujo guia de boas práticas segue a mesma linha, o GLAF – Guia Latino-Americano de boas práticas em Antropologia Forense.

O quadro apresentado permite, agora, periodizar o desenvolvimento dessa antropologia e qual a genealogia necessária para que a presente tese existisse. Quatro momentos podem ser delineados: 1º) 1984 a 1991 - quando os primeiros passos são dados a partir do envolvimento de profissionais estadunidenses e da pressão de familiares organizados logo após o fim dos regimes de exceção; 2º) 1992 a 2002 - quando um modo de fazer pode ser mais claramente definido, independente da iniciativa de profissionais estrangeiros; 3º) 2003 a 2012 - caracterizado pela oficialização do modelo com a criação da Associação Latino-Americana de Antropologia Forense (ALAF) e seu efetivo espriar pelo mundo ligado à fundação da Unidade Forense do Comitê Internacional da Cruz Vermelha; e 4º) iniciado em 2013 com o reconhecimento acadêmico e científico internacional, inclusão dos sócios fundadores da ALAF na Academia Americana de Ciências Forenses (AAFS), o início do

processo de certificação em antropologia forense na própria América Latina e o envolvimento das equipes em casos emblemáticos, para além dos ditatoriais do passado, como o de Ayotzinapa no México, em 2014, com ampla repercussão internacional e que marca a aplicação do modelo a casos de violência urbana contemporânea.

2.2.1. 1984-1991: Nascimento

Este primeiro período é marcado pelo fim das ditaduras e a relativa abertura dos regimes autoritários, com mecanismos de justiça transicional que se debruçariam na busca pelos desaparecidos ao investigar os crimes cometidos e dedicar-se-iam à reescrita da memória histórica a partir de fatos ocultos e silenciados. O período, no entanto, ainda estava profundamente marcado pelo medo perpetuado após o fim dos terrorismos de Estado e influenciou a adesão à causa da antropologia forense nos países onde foi primeiro gestada, a Argentina, sob a égide dos antropólogos forenses estadunidenses (Fondebrider, 2009: 70).

Caracteriza-se pela fundação de equipes de antropologia forense enquanto organizações não-governamentais na Argentina, Guatemala e Chile frente à falta de confiança dos familiares nas instituições do Estado, elas mesmo frequentemente envolvidas ou responsáveis pelos crimes cometidos. A essa falta de confiança uniu-se à falta de interesse dos Estados em remexer no passado e revelar crimes configurados como graves violações aos direitos humanos. Essas equipes originam-se a partir de investidas estadunidenses via treinamentos e garantia de alguma verba inicial. Certa inserção internacional permitirá, em parte, sua sustentabilidade. Essas equipes organizaram investigações em âmbito nacional e estiveram focadas em processos relacionados a abusos aos direitos humanos, voltando-se, com o tempo, à identificação dos mortos e à contribuição para a memória histórica (Crossland, 2013: 122).

Vale ressaltar que este movimento é quase concomitante ao momento de profissionalização do campo da antropologia forense nos EUA, ainda aplicada a casos de violência “comum” nos serviços médico-legais e entendida como o uso de técnicas de antropologia física a casos judiciais. Esta era uma antropologia de clara influência boasiana que advogava pela antropologia composta por quatro campos: antropologia cultural, antropologia biológica, arqueologia e linguística. Nos anos de 1970, a antropologia estadunidense já defendia a necessidade de informação contextual providenciada pela arqueologia quando da recuperação de remanescentes humanos, a fim de somar dados às suas identidades pessoais. A necessidade de escavações controladas e realizadas por profissionais especializados tornou-se óbvia quando da proliferação no número de casos que não foram a

juízo por má coleta de evidências (Blau & Skinner, 2005: 450). Em 1972, este reconhecimento ampliou possibilidades para o fortalecimento da área quando a AAFS abriu uma subseção em antropologia forense e iniciou uma certificação em 1977 (Sinfield, 2014).

Sem dúvida, o papel do antropólogo forense estadunidense Clyde Snow foi fundamental como “pai da antropologia forense latino-americana”, como muitos dos grupos do continente o chamam, em seu legado na criação de um modelo hoje praticado em diversas partes do planeta, focando na aplicação das ciências antropológicas em contextos judiciais e humanitários. Sua maior contribuição talvez tenha sido perceber que a antropologia forense que se desenrolava nos EUA, de caráter policial e criminal, não poderia ser aplicada nua e crua aos desaparecimentos acarretados pela violência política na América Latina. A isso se somou sua sensibilidade em ressaltar a importância da arqueologia e da antropologia física em abordagens multidisciplinares (Sinfield, 2014: 21).

Ironicamente, o Brasil foi um dos primeiros locais para os quais Clyde Snow veio, apesar de um dos países com maior distância do modelo antropológico forense que obtém sucesso em países vizinhos, e talvez um dos países com maior predomínio de elementos da antropologia criminal nos serviços médico-legais e, portanto, nas buscas do Estado pelos desaparecidos. Em 1985, Snow fez parte do processo de identificação do fugitivo nazista Josef Mengele, o qual escapou das consequências do julgamento de Eichmann e cujo corpo, morto em 1979, foi exumado do cemitério de Embu das Artes, na região da grande São Paulo. A chegada de Snow é marcada por polêmica, já que logo antes de vir ao Brasil proferiu a famosa frase: “ter um policial escavando um esqueleto é como colocar um chimpanzé para fazer uma cirurgia cardíaca” (*having a policeman to excavate a skeleton [...] was a bit like having a chimpanzee performing a heart transplant* [Haglund, 2002]).

Snow compunha uma equipe internacional formada por profissionais da Alemanha, Israel e EUA, com o antropólogo forense Eric Stover, ativista em direitos humanos, o radiólogo forense John Fitzpatric e um time liderado pelo odontólogo forense Lowell Levine. Reuniram-se em São Paulo com legistas do Instituto Médico Legal, da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo e da Universidade Estadual de Campinas, que haviam exumado o local, mas deixado partes ósseas para trás. Apoiados em abordagem multidisciplinar, analisaram o perfil biológico dos remanescentes, cruzando registros odontológicos da SS com testemunhos de pessoas que conviveram com Mengele em seus anos no Brasil. O resultado fora confirmado em 1992 em análise pioneira de DNA, a cargo de Alec Jeffreys, em comparação por meio de amostra de sangue de um parente na Alemanha. O trabalho, exemplar para a época, criou precedentes para o estabelecimento de protocolos

posteriormente utilizados em investigações de crimes de guerra e contra a humanidade. Abriu caminho para novas possibilidades narrativas e para o nascimento de uma perspectiva não mais baseada apenas nos documentos escritos e testemunhos orais, mas no corpo e nos objetos como materialidade de ações condenáveis, submetidos a um crivo forense (Weizman 1971; Keenan & Weizman, 2012: 13).

Concomitante, e com a repercussão do caso Mengele, Snow e Stover, a pedido das Avós da Praça de Maio, viajam à Argentina, com um time de forenses da Academia Americana para Avanço da Ciência (AAAS), para escavar sepultamentos cujos corpos, originados dos institutos médico-legais, foram enterrados como desconhecidos (os NN – abreviatura do latim *nomen nescio* ou “não sei seu nome”) nos cemitérios municipais (Snow, Peccerelli, Susanávar, Robinson, & Ochoa, 2008). Neste momento, o grupo organizou um seminário sobre ciências forenses e investigações de abusos aos direitos humanos encabeçados por Clyde Snow. Carente de um tradutor, o estudante de medicina Morris Tidball-Binz ofereceu-se para ajudar, iniciando uma relação que reuniu os então estudantes Douglas Cairns, Mercedes Doretti, Luís Fondebrider, Patrícia Bernardi e Sergio Aleksandrovic, mais tarde componentes daquele que seria o primeiro time treinado em antropologia e arqueologia forense do mundo, a EAAF (Sinfield, 2014: 21).

Em junho de 1984, uma segunda temporada na Argentina foi planejada, com um curso que englobava treinamento em escavação e identificação, ao longo de cinco semanas, incluindo dentística forense, radiologia forense, fotografia forense, balística e outros, começando pela arqueologia e seguido pelo restante do espectro das ciências forenses (Weizman 2017; Fondebrider, 2005). Acompanhando Snow na escavação do cemitério de San Isidro, em Buenos Aires, os estudantes acima mencionados formaram a Equipe Argentina de Antropologia Forense (EAAF), fundada oficialmente em 1986, e que nos anos subsequentes seria alvo constante de ameaças acompanhadas do questionamento de seus reais motivos e capacidades (Fondebrider, 2009: 151; Stover & Ryan, 2001, 2001: 9).

Foi a vez, então, do Chile. Snow e três membros da EAAF organizam um treinamento entre agosto e setembro de 1989, com profissionais que já exerciam a prática no país. Vindos ao Chile a convite do Agrupamento de Familiares de Detidos-Desaparecidos e da Comissão de Direitos Humanos do Colégio de Antropólogos do país, resultam na fundação do Grupo de Antropologia Forense do Chile, o GAFC. Como na Argentina, o trabalho que deu início à equipe foi um curso prático, atendido primariamente por antropólogos sociais e arqueólogos, aos quais se juntaram mais tarde um odontólogo e uma bioquímica, a partir do caso do Pátio 29 e escavações ocorridas em setembro de 1991 (Quinn, 2014: 43).

Finalmente, foi a vez da Guatemala. O mesmo módulo desenvolvido por Snow e Stover no Chile e na Argentina, contando com forenses da AAAS, foi aplicado na Guatemala em 1991, dando origem a Equipe de Antropologia Forense da Guatemala (EAFG) (que em 1997 tornar-se-ia Fundação de Antropologia Forense da Guatemala - FAFG). A EAFG iniciou seus trabalhos com o caso do massacre no Cantón San Jose Pancho Lemoa, em Quiche (Möller, 1994: 2). Primariamente, estudantes de arqueologia e antropologia atenderam ao seminário que se encerrou com a decisão de formar a equipe independente, em 1992 (Stover, Ryan, 2001: 17).

Obviamente, estas ações tiveram consequências distintas se comparamos o conjunto Argentina-Chile-Guatemala com o Brasil. Se nos primeiros, os frutos da vinda de Snow e dos antropólogos da AAAS foram a expansão da área e o engajamentos de jovens locais na criação de equipes independentes, não-governamentais e sem relações com a universidade, no Brasil o envolvimento do grupo com peritos do Estado e sua interação basicamente com os legistas não rendeu frutos à antropologia forense, muito menos à arqueologia, para além da abertura de departamentos de antropologia, sem antropólogos, nos institutos médico-legais, a apropriação do termo e confusão da função com a dos médicos, além da vitória inquestionável da aplicação da sobreposição crânio-foto como técnica primeira para identificações, destarte seu questionamento contínuo pela comunidade antropológica em termos de validade científica. Entre o Chile e a Guatemala, vale lembrar que Snow e a EAAF vieram ao Brasil acompanhar os primeiros passos da abertura da vala de Perus (EAAF, 1991-1992).

Coincidentemente, antropólogos e arqueólogos que jamais foram contatados ou mantiveram contato com Snow e a equipe argentina, estavam sendo treinados por Douglas Uberlaker e Jane Buikstra, expoentes da bioarqueologia e da antropologia forense estadunidense, no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Escola Nacional de Saúde Pública da FIOCRUZ. A empreitada visava formar os primeiros bioarqueólogos e iniciar toda uma linha de bioarqueologia no país sob os auspícios de Sheila Mendonça de Souza quando ainda professora do antigo curso de arqueologia da Universidade Estácio de Sá, aberto nos anos de 1970, em pleno regime militar.

A primeira leva de seus alunos, formados em 1989 a partir de uma especialização em Paleopatologia, tentaria adentrar a antropologia forense, tendo como principal expoente Andrea Lessa, que, apesar de seu interesse na área e coordenação, anos mais tarde, de um amplo levantamento para melhoria da qualidade dos serviços médico-legais no país, financiado pela SENASP e Ministério da Justiça, enfrentou tamanha resistência que optou por abandonar o caminho após a publicação de importantes trabalhos (Lessa, 2005).

Formava-se e aprimorava-se o modelo, desenvolvido em um contexto de luta social, terror, impunidade e investigações que requeriam toda uma interpretação dos processos sociais que causam a violência política (Crossland, 2013: 129). Por outro lado, um impacto inverso ocorrera no Brasil, o qual alienou antropólogos/arqueólogos, envolvidos muito tarde no processo: quase trinta anos depois. Neste primeiro momento, as equipes, apesar das trocas entre os países, focavam-se em investigações em nível nacional, o que mudaria nos anos seguintes.

2.2.2. 1992-2002: Consolidação

O modelo desenvolvido na América Latina começou a ser testado em casos de violência política em outros países, fora do continente, através da presença de membros das equipes, no começo ainda dependentes dos antropólogos forenses estadunidenses, mas aos poucos independentes. Assim, em 1992, Snow, com dois membros da EAAF e um membro da EAFG, compõe um time para investigar as violações ocorridas no Curdistão iraquiano (Stover, Ryan, 2001: 17). São realizadas investigações em Koreme – uma pequena vila curda que teve seus homens e meninos massacrados pelo Exército iraquiano em 1988 –, onde interagiram estadunidenses, chilenos, argentinos e guatemaltecos orientados por uma abordagem multidisciplinar com o intuito de acessar informações orais, escritas e materiais. Assim se consolida o modelo, validado em investigações de caráter internacional, como os assassinatos em massa ocorridos em El Salvador, Croácia, Bósnia e Ruanda (Stover, Ryan, 2001: 17; Fondebrider, 2002: 887).

O ano de 1993 é marcado por um ponto de inflexão importante – ao invés de convidados para compor equipes de antropólogos estadunidenses, os membros da EAAF são convidados diretamente pelo governo da Etiópia a coordenar os processos relativos aos graves abusos cometidos durante o regime Mengistu (1974-1991) (EAAF, 2002). Em 1994, o jogo se inverte e é a vez da EAAF convidar como consultor, para a Etiópia, Clyde Snow, agora membro do *Physician for Human Rights*, ao qual se juntou Jose Pablo Baraybar, do Peru (EAAF, 1994).

O ano de 1996 também seria um marco importante para a solidificação e definição do modelo latino-americano de antropologia forense e seu sucesso através da experiência nos Bálcãs e de casos famosos, como o da localização e identificação de Che Guevara, na Bolívia (Rodriguez, 2008). O Tribunal Criminal Internacional para a ex-Iugoslávia (ICTY), pelas Nações Unidas, convoca antropólogos e arqueólogos dos EUA, Inglaterra e países da América Latina para unirem-se às investigações dos crimes ali ocorridos entre 1990 e 1995. Graças à

Jose Pablo Baraybar, à frente como chefe da equipe para as investigações do ICTY, e da futura Oficina de Pessoas Desaparecidas e Forense (OMPF), formalizada em 2002, no âmbito da Missão das Nações Unidas no Kosovo (UNMIK), as “equipes latinas”, como foram chamados guatemaltecos, argentinos, peruanos, costa-riquenhos e colombianos, foram convidadas a participar ativamente, primeiro na Bósnia e depois em Kosovo (Baraybar, Brasey, & Zadei, 2007: 265; Fondebrider, 2005: 132; Fondebrider, 2009: 153; Reyes, 2010: 313).

A experiência deixou clara a diferença entre esse modo de fazer e aquele dos representantes dos países do Norte geopolítico anglófono. Discórdias entre os latino-americanos e os europeus/norte-americanos nas investigações ocorreram em especial pela crítica dos primeiros à ausência das famílias antes e durante as etapas de escavação. Para as “equipes latinas”, a aproximação e participação das famílias ao longo de todo o processo eram fundamentais para que as vítimas pudessem iniciar, em seu próprio ritmo, seus processos de luto, esclarecer falsas esperanças e evitar que a própria investigação se tornasse fonte de incerteza (Stover, Ryan, 2001: 21). A diferença também estava na densa experiência empírica dos latino-americanos, principalmente em escavações e análises de remanescentes ósseos, em comparação aos colegas ingleses com uma sólida formação acadêmica, mas sem experiência (Fondebrider, 2005: 133). Enquanto os anglo-saxões viam a investigação como uma tarefa científica, os latino-americanos chamavam atenção para a importância de pensar o contexto sociopolítico dos trabalhos e, em especial, envolver-se com as famílias das vítimas.

Entre 1996 e 1997, Baraybar foi também o antropólogo forense responsável pelas investigações do Tribunal Criminal Internacional para Ruanda (ICTR). O envolvimento de outros peruanos com os tribunais internacionais possibilitou a aplicação do modelo latino-americano de antropologia forense também no Peru, a partir de um primeiro grupo forense formado no âmbito da Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos. Com o estabelecimento da Comissão da Verdade e Reconciliação no país, em 2001, fez-se evidente a necessidade de uma equipe independente que representasse a sociedade civil nas investigações sobre o conflito armado interno (1980-2000) – estava fundada a EPAF, Equipe Peruana de Antropologia Forense. Distinta das equipes da fase anterior, a EPAF nascia independente do padrão que iniciou equipes por meio de cursos coordenados por estadunidenses. A equipe teve papel fundamental na definição de um modelo latino-americano de antropologia forense ao trazer de forma clara aspectos da arqueologia social latino-americana professada no Peru para as investigações (retornarei a isto no tópico seguinte).

Em 1999, a Guatemala assistiu à fundação de outras equipes não governamentais, como é o caso da CAFCA - Centro de Antropologia Forense e Ciências Aplicadas, grupo forense que declara publicamente sua filiação às pedagogias do “Nunca Mais”, considerando como etapas de seu trabalho a investigação sócio histórica ao lado da investigação forense, bastante em linha com o pano de fundo das questões latino-americanas relacionadas à violência política com aporte das ciências sociais (CAFCA, 2018). Hoje, o país contém mais de uma dezena de equipes dedicadas ao assunto.

Aquele período também marca a entrada do modelo com seus antropólogos e arqueólogos, em instituições reformadas do Estado, pela primeira vez. Exceções na América Latina, isto ocorreu no Chile e na Colômbia (ALAF, 2013: 20; Chapeton, 2015: 17). O fim do GAFC, em 1994, é concomitante a abertura da Unidade Especial para Identificação dentro do sistema médico-legal chileno (SML), que propõe uma unidade focada na investigação dos desaparecimentos do regime Pinochet. Uma das fundadoras do GAFC, Isabel Reveco, seria a primeira antropóloga a trabalhar para o serviço médico-legal do país. Se antes possuíam certa independência, já que estavam em uma ONG, agora antropólogos e arqueólogos teriam que trabalhar sob o jugo do Estado, em um sistema judicial com propósitos legais (Quinn, 2014).

O caso da Colômbia também é bastante emblemático enquanto o único dos países com conflito armado reconhecido e ativo quando do desenvolvimento desta antropologia forense. Mesmo com iniciativas tímidas desde 1985 e da criação de laboratórios de antropologia forense com a criação de seu ministério público (Fiscalía General de la Nación) e do Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses no país, foi apenas em 1998 que se conformou um grupo interdisciplinar forense no interior da Fiscalía, que contava com antropólogos da Universidade Nacional da Colômbia, e que participaram dos trabalhos na ex-Iugoslávia com José Pablo Baraybar e receberam treinamento da EAAF (Chapeton, 2015: 22).

Paralelamente, o Brasil assistia à continuidade dos trabalhos com os remanescentes ósseos coletados na vala clandestina de Perus, em 1991, e o estabelecimento da Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, em 1995. A EAAF participaria, em 1996, de etapas no Araguaia como equipe independente, mas com relação direta com as famílias e sem o envolvimento de profissionais brasileiros. O período marca uma série de contatos inconstantes entre o serviço médico-legal do Brasil e algumas das equipes latino-americanas, mas nunca com arqueólogos e antropólogos brasileiros, o que viria a ocorrer muito mais tarde com a presença sistemática desses profissionais nas buscas no âmbito da guerrilha do Araguaia a partir de 2011 e para a vala de Perus a partir de 2014.

2.2.3. 2003-2012: Oficialização

O período marca a reunião das equipes latino-americanas para fortalecimento do campo em nível regional através de um fórum de discussões que se tornaria a Associação Latino Americana de Antropologia Forense (ALAF), em fevereiro de 2003, enquanto “consolidação de todas estas experiências” e de um modo de fazer (Fondebrider, 2009: 153). A associação teria como objetivo promover a antropologia e a arqueologia forenses em trabalhos judiciais ou humanitários na América Latina, estabelecendo critérios éticos para o exercício da profissão, impulsionando o desenvolvimento de normas forenses específicas ao contexto latino-americano e a certificação de profissionais. A fundação da ALAF ocorreu a partir do encontro de antropólogos e arqueólogos forenses, e outros profissionais de áreas afins, no Austin College, em Sherman, no Texas, com mesa redonda coordenada, claro, por Clyde Snow. Contou com a participação de dezessete membros de sete países (Guatemala, Peru, Colômbia, México, Argentina, Chile e Venezuela) (Fondebrider, 2015: 646).

O ano de 2003 também marca a internacionalização definitiva do modelo quando o argentino Morris Tidball-Binz, um dos membros fundadores da EAAF, é chamado para dirigir a Unidade Forense do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV), na Suíça, seguindo o primeiro diretor (com mandato de curta duração, Stephen Cordner, do australiano *Victorian Institute of Forensic Medicine*), a fim de disseminar e implementar recomendações para a busca por pessoas desaparecidas a partir de uma primeira conferência ocorrida em Genebra, em fevereiro, e outra, em dezembro, em Lima (Drawdy & Katzmarzyk, 2016).

Desde 2002, o CICV reflete sobre modos de aumentar a assistência à temática dos desaparecidos e suas famílias, prevenindo desaparecimentos, investigando casos e apoiando os parentes em um esforço coletivo de revisão de métodos para chegar a práticas comuns e a uma agenda internacional (Drawdy & Katzmarzyk, 2016: 61). Esse movimento deu início ao que foi cunhado de ação humanitária forense, definida basicamente como a aplicação do conhecimento e habilidades das ciências forenses para ação humanitária a fim de aliviar o sofrimento humano e proteger a dignidade das vítimas, de uma maneira imparcial e independente e com base nos princípios do Direito Internacional Humanitário (Convenções de Genebra), especialmente em contextos de conflito e desastres (Cordner & Tidball-Binz, 2017).

As raízes da ação humanitária forense remontam à própria fundação do modelo latino-americano de antropologia forense, especialmente convergindo no reconhecimento da importância do protagonismo das famílias, o que se encaixou nas premissas humanitárias do CICV. Ao longo dos anos, a organização contou com um grande número de latino-

americanos, com destaque para o alto número de colombianos. Enquanto especialistas forenses, representam alguns destes princípios e desenvolvem atividades pelo mundo. Vista como vertente do humanitarismo, a ação humanitária forense faz a ligação entre práticas de investigação e propostas humanitárias, para saber quem eram os mortos, onde estão e como morreram. Seus resultados têm impacto direto na revisão histórica, na consolidação de leis e instituições legais, no aprofundamento dos objetivos humanitários, na pressão por mudanças políticas e, sobretudo, bate na tecla do direito e necessidade de saber das famílias (Moon, 2017).

O CICV teve um papel fundamental em espalhar o modelo latino-americano não só para outros países do continente como do planeta, ao tornar seus membros e equipes parte do pessoal contratado para investigações em contextos de violência política, como no Cáucaso e no Chipre, e/ou trazendo profissionais latino-americanos para apoiar discussões sobre boas práticas. A internacionalidade do CICV conseguiu romper algumas barreiras, inclusive a que isolava o Brasil, abrindo uma pequenina porta para a entrada destes profissionais, apesar de que o peso e as ações da organização no Cone Sul são bastante limitados.

Na primeira década do século XXI, há uma nova proliferação de equipes, em especial na Colômbia e na Guatemala, seguindo e inspirando-se no modelo em apreço. Em 2004 e 2005, são fundadas a EQUITAS, Equipe Colombiana Interdisciplinar de Trabalho Forense e Assistência Social, e a ECIAF, Equipe Colombiana de Investigação Antropológica Forense. A Colômbia assiste à necessidade de grupos não-governamentais e fora do serviço médico-legal, destarte o sistema colombiano ser um dos melhores do mundo, na toada da lei que permitia investigações judiciais independentes, com os chamados peritos de parte.

No mesmo ano, o Uruguai funda o Grupo de Investigação em Arqueologia Forense do Uruguai (GIAF), único dos grupos com foco em arqueologia devido a própria formação e experiência de seu fundador, José Lopez Mazz, que trabalhou em conjunto com a EAAF, até a mudança na direção, com Alicia Luisardo e a ampliação do foco acompanhado por uma mudança no nome, passando a ser chamado de Grupo de Investigação em Antropologia Forense do Uruguai. Aliás, a GIAF foi a única a manter laços estreitos com uma universidade (Universidade de la República em Montevideú), o que se alterou apenas em 2017, quando ligou-se à presidência da República. A GIAF também é *sui generis* por nunca ter sido completamente independente e ligada apenas à sociedade civil.

Alguns acontecimentos neste período são dignos de nota, como o início do treinamento, pela EAAF a convite do CICV, de uma equipe forense no Chipre, a Equipe Bicomunal Forense (BCFT), mais tarde integrada à Comissão de Pessoas Desaparecidas do

Chipre, que seria a primeira equipe europeia a aplicar o modelo latino-americano de antropologia forense, adaptando-o à formação inglesa da maioria dos arqueólogos-membro (Mikellide, 2017: 36). Dois anos depois, em 2008, a justiça usa as evidências estabelecidas pela EPAF no julgamento que condenou o ditador peruano Alberto Fujimori à prisão perpétua, a partir do caso Cantuta, de 1992 (AdvocacyNet, 2009).

Enquanto isso, no Brasil, a EAAF volta ao Araguaia em 2001, ainda sem se envolver com profissionais brasileiros. Anos mais tarde, alguns arqueólogos estiveram à frente da proposta de consolidação de uma Unidade de Antropologia e Arqueologia Forense (UNAAF) junto do Ministério da Justiça, com portaria publicada em fevereiro de 2009. A iniciativa, todavia, foi completamente abandonada.

2.2.4. 2013-atual: Reconhecimento

A fase atual da antropologia forense latino-americana tem início com o estabelecimento do processo de certificação da ALAF. Este foi fruto de uma certificação interna, já que alguns dos sócios deveriam primeiro ser certificados para implementar o processo. Assim, tem início, nos EUA, um processo especial de certificação para quatro dos sócios fundadores. Com isso, inaugura-se o comitê certificador da ALAF, com vistas à adesão ao DLAF, o diretório latino-americano de antropologia forense. A certificação da ALAF busca atuar na difusão dos padrões internacionais e recomendações de boas práticas para a recuperação e análise de remanescentes esqueléticos em investigações forenses, fortalecendo sua atuação e assegurando a aplicação desta abordagem como critério orientador de resoluções judiciais (ALAF, 2013). Os primeiros certificados, Alicia Luisardo (GIAF), Jose Pablo Baraybar (EPAF), Mercedes Salado (EAAF) e Luís Fondebrider (EAAF), formaram o primeiro comitê examinador.

Neste momento, o México assiste à fundação da Equipe Mexicana de Antropologia Forense (EMAF), a partir de treinamento oferecido pela EPAF, primeiro via suporte do CICV e depois a partir do estabelecimento de relações diretas entre ambas as equipes, em 2013. A partir de 2006, quando os conflitos entre a polícia federal mexicana e o crime organizado aumentaram consideravelmente, há uma crescente preocupação em visibilizar a questão dos desaparecidos, exposta com maior sistematicidade a partir de 2011, com a confirmação de diversas violações aos direitos humanos por parte do Estado e pelo crime organizado, e suas tentativas de ocultação. Organizam-se os coletivos de mães buscando seus filhos e a necessidade de encontrar profissionais qualificados para iniciar as buscas. Frente ao total descrédito das instituições estatais, cresce a necessidade de uma associação civil com apoio

internacional, desprendida de qualquer instituição nacional, seja acadêmica seja governamental. A peritagem conjunta EPAF-EMAF no caso Rosando Radilla Pacheco, com sentença da Corte Interamericana, foi bastante emblemático à tipificação da desapareição forçada no país (Roxana Enriquez, comunicação pessoal).

O caso da EMAF é peculiar já que o México possuía antropólogos e arqueólogos forenses em seu quadro médico-legal. Todavia, a dura, insegura e violenta realidade dos crimes do narcotráfico e o envolvimento direto das instituições públicas na morte e desaparecimento de centenas de pessoas, incluindo ameaças à integridade física dos próprios peritos, impulsionou a saída de alguns jovens funcionários para formar a equipe enquanto ONG. Ameaças também caíram sob a GIAF, em 2016, que teve seus laboratórios invadidos, arquivos roubados e um mapa marcando a residência de cada um de seus membros afixado a uma parede, após o sucesso de uma campanha de coleta anônima de informações sobre crimes da ditadura uruguaia (Rojas, 2017). É claro que as ameaças às equipes de antropólogos forenses não vêm de hoje: a EAAF, EPAF e a FAFG colecionam várias delas (Fondebrider, 2004: 11).

O México também é emblemático porque marca a aplicação do modelo latino-americano, via equipes como a EAAF, EPAF e EMAF, ou via CICV, em casos de violência urbana e nas questões de migração. Destarte o envolvimento da EAAF com a investigação de feminicídios massivos em Ciudad Juarez desde 2004, foi certamente o caso Ayotzinapa o de maior repercussão internacional e que resultou no fortalecimento da própria EMAF à luz da exposição dos desaparecimentos por parte do Estado e da necessidade de uma equipe nacional composta por membros da sociedade civil. Por outro lado, a ampliação da antropologia forense aos casos de migração e narcotráfico, desde 2008, com o trabalho de equipes estadunidenses e latino-americanas, também impulsiona o CICV, a partir de 2010, a incluir os migrantes mortos em sua agenda (Drawdy & Katzmarzyk, 2016: 61).

A ALAF passa a agregar sócios de países fora do circuito tradicional, como o Brasil (2015) e a Bolívia (2018). O reconhecimento do modelo também vem com o prêmio Clyde Snow oferecido pela AAFS à EAAF em 2017.

Enquanto isso, no Brasil, arqueólogos são chamados, em 2012, a participar sistematicamente como peritos do Grupo de Trabalho do Araguaia e, em 2013, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República exara portaria criando o Grupo de Arqueologia e Antropologia Forense (GAAF) para casos de desaparecidos políticos associados ao período da ditadura civil-militar entre 1964 e 1985, que nunca saiu do papel. Como no México, a Cruz Vermelha traz a EPAF para um treinamento em antropologia

forense e graças à José Pablo Baraybar se fortalece um primeiro grupo, com participação à duras penas, e enfrentando forte oposição do serviço médico-legal, de cinco arqueólogos que estiveram no Araguaia. Eu e Patrícia Fischer, no final de 2013, iniciamos nosso envolvimento com o caso da vala de Perus, incluindo mais tarde a arqueóloga Márcia Hattori, para coordenar a equipe de antropólogos e arqueólogos responsáveis pela etapa de investigação preliminar e análise dos remanescentes esqueléticos exumados nos anos de 1990 a partir do GTP, Grupo de Trabalho Perus, na tentativa de aplicar o modelo latino-americano de antropologia forense ao caso. Para isso são chamados a participar e acompanhar o caso membros da EAAF, da EPAF e da EMAF, além do CICV como observador internacional.

Um desacordo referente à forma como o trabalho vinha sendo conduzido acarretou na saída da EAAF no final de 2014 e da EPAF e EMAF oficialmente em 2018. Razões semelhantes levaram a saída de diversos componentes do grupo original entre 2016 e 2017. No ano seguinte, foi organizada a 14ª Reunião da ALAF, em São Paulo, cuja participação de inscitos brasileiros foi menor que a de estrangeiros dos demais países latino-americanos. Ainda é digna de nota, no período, a exumação do ex-presidente João Goulart que contou com equipe multinacional de antropólogos forenses da EAAF e da GIAF, enquanto que o Brasil foi representado apenas por médico-legistas e odonto-legistas da polícia federal (Portal Brasil, 2014).

2.3. Arqueologia forense

A vinda de Clyde Snow marcou o início de uma arqueologia aplicada ao estudo das ditaduras na América Latina, focada no corpo como alvo do terrorismo de Estado e nas circunstâncias de desaparecimento e morte. Esta possibilidade fora aberta no final da década de 1970 com o início da estruturação da arqueologia forense. Essencialmente interdisciplinar, ela está no fulcro dos diálogos das ciências humanas e sociais com as ciências médicas e jurídicas, no escopo das discussões sobre direitos humanos, memórias e justiça (Malgosa, et al., 2010). Ganhou a forma atual com a formação da EAAF e a participação da arqueologia nos embates que envolviam os “direitos de saber” (Fondebrider, 2005).

Dez anos antes de sua aplicação na América Latina, Snow advogava, nos EUA, pelo emprego da arqueologia na recuperação de corpos em casos médico-legais, aspecto que, mais tarde, influenciaria o modelo latino-americano no qual a arqueologia tornou-se fundamental para compreensão do passado recente e preservação da memória do que se sucedeu (Fondebrider, 2009: 155). Com a AAAS, vêm para a América Latina discussões recém-nascidas entre os antropólogos nos EUA em torno da necessidade de informação contextual

relacionada ao local e à forma como remanescentes humanos foram recuperados, o que só poderia ser providenciado pela arqueologia, com o intuito de aumentar e melhorar os elementos circunstanciais utilizados nos processos de identificação. Com esta pressão, consolida-se a necessidade de profissionais especializados em escavação, ainda mais óbvia em seu suporte aos casos que envolviam peças ósseas de diferentes indivíduos misturadas devido às péssimas exumações (Blau, 2005: 20). Com os anos de 1990, um número significativo de arqueólogos passou a envolver-se em investigações de contextos pós-conflito (Blau, 2015: 216; Congram, 2015: 202).

A arqueologia forense surge, deste modo, nos contextos anglo-saxões como reflexo da necessidade de melhorar identificações encaradas como processos resultantes de múltiplos fatores e dependentes de evidências contextuais que pudessem suportar sua validade junto de, e não à revelia de, uma série de características dos remanescentes humanos: informações do local onde o corpo fora encontrado, objetos pessoais associados e dados advindos das análises antropológicas ou *post-mortem* (Hurst, Soler, & Fenton, 2017: 278). Vale ressaltar que “arqueologia forense” é um termo mais amplo do que antropologia forense, no sentido de que enquanto esta foca-se em contextos médico-legais, a primeira pode ser entendida em sua ocorrência em contextos legais, como a investigação em torno da destruição de sítios arqueológicos tombados ou protegidos, faceta em nada discutida pela literatura especializada (Congram, 2008: 793; Blau, 2015: 217; Dupras, Schultz, Wheeler, & Williams, 2012: 197).

No contexto da América Latina, entrando através das equipes de antropologia forense não-governamentais que estavam desenvolvendo modos específicos de investigar desaparecidos pela violência política, a prospecção, a escavação e o papel da arqueologia fora ampliado e potencializado em suas repercussões sociopolíticas, nos processos de luto e trauma dos familiares e em sua contribuição para explicar “o que aconteceu” através da sequência de eventos observáveis. Orientada por um caráter social, a arqueologia, dialógica a tais discussões, tem sido fundamental na compreensão de práticas como a do desaparecimento forçado, usual política de regimes ditatoriais, a partir de abordagens reflexivas e apostando nas categoriais êmicas dos atores envolvidos para fornecer elementos à construção de histórias alternativas às metas-narrativas e não-narrativas dominantes. Tal preocupação falta a muitas das ciências forenses, as quais pouco ultrapassam a esfera científica e a rigidez acadêmica na luta contra a impunidade e a exclusão (Baraybar, Blackwell, 2014).

Investigações e estudos sobre desaparecimento devem partir do pressuposto de que o desaparecer é uma estratégia planejada e desenhada para provocar angústia na população e nos parentes da vítima, alimentando um senso de processo contínuo. Entender como as

pessoas desaparecem requer abordagens que não podem ser as mesmas utilizadas para crimes de violência urbana cotidiana (Baraybar, 2014: 534).

Outra característica comum às equipes latino-americanas é a fluidez das informações e etapas ao longo do processo: enquanto no contexto anglófono a arqueologia forense é uma etapa em separado, com equipe diversa (equipes especializadas para cada etapa ou sub etapa), aqui os profissionais são muitas vezes os mesmos (também por falta de mão de obra e verba), os que escavam, os que analisam e os que contatam os familiares, o que certamente fortalece as performances e sucessos obtidos com base no fato de que há menor quebra na comunicação, já que há um acúmulo positivo de conhecimento sobre o caso e maior sensibilização dos membros da equipe com as histórias pessoais de cada parente. Pode-se dizer que o arqueólogo, no modelo latino-americano, ainda detém o conhecimento de toda a cadeia operatória que conforma a investigação de desaparecidos pela violência política, em um fluxo de trabalho menos compartimentado e fragmentado, como parece ocorrer no mundo anglo-saxão.

É importante ressaltar que as investigações em torno dos direitos humanos de desaparecidos são entendidas, hoje, como contextos forenses, ou seja, contextos que envolvem crime, apesar do desaparecimento ser crime previsto no código penal de raros países e estar cercado por uma aura nebulosa relacionado a fatos marcados por questionamentos e incertezas envolvidas em “complexas tramas de significados voláteis e imprecisos” (Ferreira, 2011: 3). Apesar da maior parte das demandas para localização de desaparecidos recaírem sobre médicos e policiais, os contextos dos desaparecidos políticos nas ditaduras latino-americanas estão além de sua expertise, pois necessitam de abordagens multidisciplinares (Fondebrider, 2005).

Para além do fato de que na América Latina o quase total banimento da antropologia física dos cursos de antropologia (que é basicamente antropologia social na maior parte do tempo) impulsionou sua aproximação da arqueologia através da bioarqueologia, muitos são os arqueólogos de formação nas equipes latino-americanas, o que vem ao encontro da necessidade de sua expertise frente à recorrência de contextos enterrados como modo preferencial de ocultação de corpos. É aceito, mundo a fora, que o arqueólogo atua como um facilitador das abordagens multidisciplinares para investigações forenses devido à própria natureza interdisciplinar da área (Fondebrider, 2004: 7; Cheetham & Hanson, 2008: 17).

A questão da presença da arqueologia nas investigações forenses vai para muito além de sua função imediata na recuperação de corpos. Esta inserção acontece no encontro de epistemologias distintas provindas das ciências forenses “clássicas” e das ciências sociais

aplicadas aos contextos forenses. As últimas carregam, sem sombra de dúvidas, modos de produção de conhecimento marcados por posturas críticas a regimes de verdade, questionamento de sistemas vigentes e quebra de histórias únicas. É claro que isso não apenas incomoda como abala a dominância do discurso médico oficial sobre o corpo e algumas vezes o médico-legal das investigações. Muito frequentemente, assiste-se à admissão da arqueologia por atores forenses tradicionais (polícia, advogados e legistas), porém tornada, como a antropologia, mera técnica, reduzindo sobremaneira sua capacidade de gerar conhecimento e adensar, com novos dados, as narrativas vigentes. Assim, é bastante comum, no Brasil, frases como “fazer antropologia” (significando a análise do perfil biológico de remanescentes humanos esqueletizados) ou “fazer arqueologia” (significando cavar), como se atender um paciente no hospital fosse “fazer medicina”.

Mea-culpa seja feita dado que os arqueólogos parecem pouco afeitos a diálogos com a medicina e o direito (Carvalho & Funari, 2009). Desafios estão postos no sentido de enfrentar os debates inerentes à própria disciplina, interna e externamente, e adaptar-se à rigidez e às demandas específicas dos contextos forenses. Internamente, porque os meios clássicos de formação de arqueólogos pouco têm trazido discussões sobre as possibilidades de sua atuação em contextos forenses e repressivos. Externamente, porque um senso comum e uma excessiva resistência, e desconfiança, relacionada a rupturas epistêmicas e a ameaças a nichos de atuação têm impedido os arqueólogos de contribuir, na prática, com investigações e pesquisas forenses.

Prevalecem as abordagens derivadas dos olhares estritamente biológicos e anátomo-fisiológicos do humano através da medicina, a qual fagocita o termo “antropologia forense”, como parte da área da saúde, pouco aberta à multidisciplinaridade que implica o fazer antropológico (ou arqueológico). Essa antropologia forense no seio da medicina resume-se à informação que o osso pode contar em laboratório, sem contexto. A narrativa é individual no sentido de indicar a *causa mortis* de um indivíduo, sem buscar por elementos que indiquem recorrência e possam alimentar políticas públicas, desconectando o corpo da noção de pessoa e de sua inserção em um todo social (Medeiros, 2012). Essa antropologia forense biomédica, por assim dizer, também se limita à identificação de pessoas desconhecidas, sem reconhecer a identificação humana como processo e não como ponto, ignorando-se elementos que poderiam trazer respostas positivas em casos nos quais os peritos chegam a respostas negativas.

Diferente dos EUA, em que a popularização da arqueologia e antropologia forenses cresceu concomitante ao seu reconhecimento pelos serviços médico-legais (representando,

portanto, o Estado) (Golda, 2010), a natureza do que ocorreu na América Latina ligou a arqueologia e a antropologia à sociedade civil e, por isso, aos movimentos sociais, contando com presença mais próxima de famílias e organizações que lutam pelos direitos civis. Certa distinção ocorreu, por isso, entre o aparato estatal que busca por desaparecidos (a exceção de países como a Colômbia e o Chile, sem mencionar a situação complicada do México), composto maciçamente por médicos e odontólogos, e as organizações não-governamentais que buscam por desaparecidos, compostas majoritariamente por arqueólogos e antropólogos. Na América Latina, assim como na Espanha, essa arqueologia é pensada em conjunto com as questões de memória e esquecimento, e também se diferencia por sua inserção como parte de uma investigação histórica que coexiste com as escavações e busca estabelecer padrões de operações usados pelas forças de segurança, incluindo centros clandestinos e cemitérios, para a proposição de predições e recorrências nas formas de disposição de corpos para chegar aonde as pessoas poderiam estar enterradas (Crossland, 2013: 128).

Por isso, essa arqueologia é, e deve ser entendida, para muito além de uma técnica para “bem cavar”, visto que os dados obtidos das abordagens arqueológicas têm impacto direto nas consequências perpetuadas pela violência política, o terror e o desaparecer. A capacidade da arqueologia em dar materialidade a uma série de ações humanas vai diretamente de encontro ao desmaterializar característico das estratégias de desaparecimento. Em diálogo com fontes textuais e orais, revelam perseguições, destruições e silenciamentos. Levando em conta as consequências traumáticas, emocionais, políticas e jurídicas devastadoras do ocultamento de um passado trazido à tona em sua forma palpável e manifesto na paisagem dos locais pesquisados, a arqueologia transita de modo transescalar na relação entre estrutura e agência dos familiares e suas histórias, tanto dos desaparecidos quanto do aparato que os desapareceu (Bille, Hastrup, & Sorensen, 2010: 13; Fondebrider, 2002: 889).

A abertura de valas clandestinas, por exemplo, é um processo importante para os familiares, os quais devem, sempre que possível, acompanhar as intervenções, se assim o desejarem, também para tornar o processo mais transparente. Este foi um dos tópicos de maior discussão entre as “equipes latinas” e os ingleses e estadunidenses nos Bálcãs, quando às famílias não foi permitido aproximar-se das escavações (Fondebrider, 2009: 70). Os modos arqueológicos de escavar, diferentemente do que ocorre nas exumações, transmitem segurança e cuidado no manejo da morte e dos mortos, influenciando os processos de luto. Mas é a possibilidade de construir narrativas alternativas que está no cerne da contribuição arqueológica como uma das únicas que pode trazer novos dados para silêncios e incertezas. Atualmente, a materialidade é a fonte de informação menos explorada sobre o período

ditatorial brasileiro, referente ao corpo, mas também ao lugar do corpo, a trajetória do corpo e aos resíduos, feições, marcas, objetos, camadas e todo um universo de evidências relacionada a lugares conectados a desaparecimentos.

Quando presente, a arqueologia forense é condutora das buscas e recuperações (escavações) das vítimas de violência política, sendo nesses casos entendida enquanto um conjunto articulado de teorias, paradigmas, metodologias, técnicas específicas, operada por profissionais especializados, e aplicada a contextos legais ou médico-legais, de modo a promover o entendimento, reconhecimento e interpretação do espaço, das condições e dos eventos, recuperando e preservando remanescentes materiais físicos, sejam eles humanos ou não (Blau, 2005; ALAF, 2016: 37). Daí a possibilidade de convergência da arqueologia com as ciências forenses, as investigações de cena de crime e seus princípios lógico-científicos (Dirkmaat, Cabo, Ousley, & Symes, 2008).

É verdade, como já mencionado, que o termo arqueologia é utilizado por não-especialistas como sinônimo de cavar ou exumar, sem atentar para o fato de que qualquer pessoa pode cavar, mas que isso não faz dela um arqueólogo (Tuller, 2012: 158). Por isso a arqueologia forense deve ser realizada por arqueólogos, já que as experiências de campo em diversos contextos socioculturais e geoambientais têm peso na qualidade dos dados coletados e analisados, nas abordagens usadas e nos resultados atingidos. É claro que, como campo relativamente novo, ela carrega o ônus de provar às demais disciplinas forenses que pode trazer novas vias e revelar novos dados através de outras narrativas, as quais nem sempre terão seu valor reconhecido por outros profissionais (Cheetham, Hanson, 2008: 8).

As contribuições dos arqueólogos às investigações da violência política são, de fato, diversas, passando por planejamento, investigação preliminar, busca, localização e confirmação, prospecção, recuperação, documentação, registro e escavação, controle, coleta, empacotamento e armazenamento, conservação e proteção de evidências em cadeias de custódia, análise de evidências, e identificação. As equipes latino-americanas recomendam que a etapa de arqueologia inclua avaliação, planificação, prospecção, exposição, documentação, recuperação/embalagem, cadeia de custódia, transporte/armazenamento, relatórios (ALAF, 2013).

Internacionalmente, a inclusão dos arqueólogos cresceu à medida em que houve óbvia necessidade de aumentar e melhorar a qualidade da coleta e recuperação de evidências, em suas capacidades de pesquisa, prospecção, escavação, registro, relato e análise (Blau, 2005). Durante as investigações forenses, os arqueólogos são os profissionais que detêm o conhecimento específico para auxiliar na compreensão de estruturas enterradas,

aparentemente caóticas, com seus artefatos e camadas, melhorando as estratégias de mapeamento e compreensão da ordenação espacial, oferecendo técnicas para controle temporal e análises de contextos complexos, abordando eventos com dimensões na escala da paisagem, colaborando com a formulação de hipóteses interpretativas de evidências fragmentárias, determinando sequências de evento e mudanças observadas após as deposições (Cheetham, Hanson, 2008: 3).

Os arqueólogos contribuem, nesse sentido, para demonstrar crimes, auxiliar nas causas de morte, reconstrução de eventos ligados às ações de perpetradores e suas evidências, entendendo os fatores que afetaram (tafonomicamente) suas histórias deposicionais; participam da análise dos remanescentes humanos, da persecução dos culpados, na identificação e repatriação dos mortos, nos processos de luto das famílias. Mergulham em ações que garantem direitos humanos, evitando futuras atrocidades, ao que se somam suas contribuições à análise dos artefatos como evidências materiais e enquanto registros históricos (Hochrein, Dirkmaat, & Adovasio, 2000: 3; Hanson, 2008: 3).

No que concerne ao seu papel no planejamento dos trabalhos, os arqueólogos estão acostumados a organizar etapas de escavação em locais isolados e com grande número de pessoas e, frequentemente, complexa logística, considerando custo, gestão e dados prévios necessários que podem determinar o sucesso ou fracasso do campo. É preciso também pensar em equipamentos, refeições, acomodações, comunicação, contato com mídia, segurança, itinerário, transporte, na necessidade de especialistas (palinólogos, geofísicos, químicos, etc.) e na composição da equipe (Hochrein, Dirkmaat, Adovasio, 2000: 3). Têm experiência na interação com comunidades, reconhecimento de solos perturbados, dominam o uso apropriado de maquinário pesado, o registro e locação de objetos em planos 2 e 3D (Hanson, 2008: 7).

Durante e após a pesquisa preliminar, o arqueólogo amplia a gama de informações sobre o que aconteceu em relação a um local, antes, durante e depois de sua criação, através de entrevistas a testemunhas e levantamento de fontes, procedimentos esses que exigem formação (Tuller, 2012: 163), o que é corrente na América Latina devido aos limites fluidos entre antropologia, arqueologia e história. Esta etapa permite ao arqueólogo compreender as agendas históricas, culturais, sociais, políticas e legais de seu trabalho, o que é facilitado pelo próprio questionamento das subjetividades do passado que vem da formação em arqueologia (Cheetham & Hanson, 2008: 3).

Pesquisas preliminares destacam-se, igualmente, como processos de produção de conhecimento histórico em contextos marcados por silêncios, desinformações e incertezas. Somadas aos resultados e ao processo das prospecções e escavações, permitem a

materialização de experiências individuais e coletivas relacionadas à violência política, com novas evidências que levem ao entendimento dos complexos procedimentos da repressão autoritária e uma melhor sistematização dos mecanismos usados para injetar o medo na vida das pessoas (Douglas, 2014: 4). Isto abre possibilidades para o estabelecimento de modelos preditivos baseados em métodos geo-arqueológicos (ou geo-antropológicos) que permitem priorizar áreas de busca, em especial quando há pouca informação oral, e que relacionam estratégias de repressão, desaparecimento, deposição de corpos e potenciais locais onde os remanescentes de algumas pessoas poderiam ser encontrados na paisagem (Congram & Tuller, 2015).

Informações que permitem apontar locais na paisagem como potencialmente relacionados à violência política e a ocultação de cadáveres (dos testemunhos orais à espacialização de memórias, e às fotogrametrias e imagens de satélite) convergem para uma etapa de campo de diagnóstico. Os dados obtidos, analisados e sintetizados, uma vez cruzados, apontarão para áreas mais bem delimitadas (afinal, neste caso de estudo, por exemplo, ter como área todo o Bico do Papagaio é demasiado vago), onde os arqueólogos usarão, à princípio, parâmetros visuais para identificar interferências antrópicas relacionadas a certos eventos e ações específicas que engrossarão hipóteses.

É necessário fundir os dados das diversas fontes levantadas e seus indicadores espaciais para, a partir daí, iniciar uma série de perguntas a respeito do lugar, para que se planejem intervenções, usando, sobretudo, caminhamentos sistemáticos e assistemáticos. O arqueólogo também coletará informações relacionadas à segurança (presença possível de explosivos ou minas), técnicas e métodos prospectivos possíveis (e se há sentido em usar geofísica ou geoquímica), a marcas de feições em superfície, indicadores de ação humana (alterando a cobertura vegetal, o fluxo hidrológico, a topografia, ossos expostos, objetos etc.) e a outros agentes tafonômicos (água, gelo, gravidade, fogo, animais, plantas, rios, etc.) (Skinner, Alemdijevic, Djuric-Srejic, 2003: 88).

O limite entre este diagnóstico e uma prospecção não-interventiva nem sempre é claro, dependendo do lugar apontado. A isso podem se somar o uso de sensoriamento remoto através de prospecções geofísicas não-invasivas (o que com frequência é utilizado de maneira pouco correta e indiscriminadamente), ou mesmo (quando há verba) prospecções geoquímicas (Dent, Forbes, & Start, 2004). Tudo isso permite ao arqueólogo definir perímetros espaço-temporais em amplas áreas na paisagem, refinar as buscas e aumentar as possibilidades de localização de remanescentes humanos e a compreensão de eventos passados.

Quanto às buscas e localização, é sua capacidade de cruzar fontes e utilizar técnicas para prospecções interventivas e não-interventivas, intensivas e extensivas, com conhecimentos de geologia, paisagem e ambiente, e identificação de contextos enterrados a partir de variações topográficas, mudanças na vegetação e anomalias, que faz do arqueólogo peça chave na investigação de valas comuns, com a ampliação de suas técnicas para contextos subaquáticos e de superfície (Blau, 2005: 21). Quando um buraco é cavado, há uma série de mudanças que são diagnosticadas pela arqueologia. Com o uso de cortes na sequência estratigráfica prévia, remoção de camadas que resultam em alteração de cor, textura, composição química, compactação, volume, retenção de água, odor, quantidade de material orgânico e nível de pH quando comparada a área “perturbada” com aquela anterior/natural, isso permitirá precisar pontos potenciais para intervenções (Evis, Hanson, Cheetham, 2016: 177).

Mesmo com a intensificação do uso da geofísica, da geoquímica e do sensoriamento remoto, estas técnicas não atuam sozinhas e só têm sentido quando utilizadas junto da arqueologia e com arqueólogos. A escavação ainda continua sendo a melhor maneira de confirmar a presença e extensão de evidências enterradas, devendo ocorrer após a compreensão das características socioculturais, sensibilidades religiosas das comunidades afetadas em torno da questão da morte e dos remanescentes humanos e sua inserção no quadro legal, arqueológico e criminal local (Congram & Sterenberg, 2009: 17).

Quanto à escavação e recuperação, o papel do arqueólogo está relacionado ao conduzir de uma prática que deve certificar que o máximo de evidências será recuperado do local, respeitando associações, compreendendo relações crono-espaciais, reconstruindo eventos *peri* e *post mortem* que podem ajudar na identificação da vítima e do que ocorreu com ela naquele local, evitando danos aos remanescentes (correntes em exumações) e a mistura de partes ósseas de diferentes indivíduos.

É interessante ressaltar a influência da arqueologia social latino-americana na arqueologia do modelo latino-americano de antropologia forense, bastante óbvio no caso da EPAF e demais equipes treinadas por ela (como a EMAF) e em casos onde seus representantes estiveram à frente dos procedimentos e protocolos adotados, como José Pablo Baraybar na Bósnia. A contribuição latino-americana para a arqueologia forense e investigações de violência política vêm sendo, infelizmente, cada vez mais esquecida pela literatura anglo-saxã, acompanhada da negligência sistemática da própria arqueologia social latino-americana no contexto internacional e da importância de perspectivas arqueológicas

nas quais o arqueólogo comparte idiossincrasias culturais com o local pesquisado (Politis, 1999; Politis & Alberti, 2011).

Os arqueólogos peruanos aplicaram à antropologia forense os ensinamentos da arqueologia professada por Luís Lumbreras (1974) com base em parâmetros que passaram a ser largamente compartilhados entre alguns países latino-americanos e que divergiam da arqueologia histórico-cultural estadunidense. Os peruanos deram foco à utilização de três princípios com impacto direto na interpretação e recuperação de dados empíricos de campo, dialógicos às escavações estratigráficas: a superposição, a recorrência e a associação. Os princípios baseiam-se na premissa de que as atividades humanas estão articuladas umas com as outras por relações sincrônicas e/ou diacrônicas no espaço e que por isso podem ser isoladas no espaço-tempo (Shimada & Vega-Centeno, 2011: 588).

Princípios estratigráficos aplicados às escavações forenses ganham espaço cada vez maior em seu papel na compreensão das sequências de eventos, do tempo relativo entre eles (*terminus ante e post quem*) e em seu impacto no processo de identificação através da recuperação acurada e completa de partes esqueléticas e informações sobre suas associações com objetos (Blau, 2005: 22). Arqueólogos forenses, em especial aqueles ligados ao contexto da ex-Iugoslávia, têm insistido que, apesar da imprescindível flexibilidade dos métodos arqueológicos, e a necessidade de sua contextualização e conjugação, as escavações estratigráficas são de fato aquelas que têm melhor resultado em termos de maior número de evidências, dados coletados e melhores interpretações (Hanson, 2008; Evis, 2016; Tuller, 2012: 160).

O exame morfológico e estrutural de um contexto humano que é a escavação (Lumbreras, 1974), oportunidade de criação de um “espaço físico e intelectual para construção e refinamento de entendimentos sobre o passado” (Darvill, 2015: 107), é um processo destrutivo não repetível como as análises laboratoriais (para análises de traumas e perfis biológicos), as quais podem ser refeitas. Uma vez feita a intervenção, ela acarreta na destruição de muitas evidências associadas e contextuais, e por isso a preocupação da arqueologia com procedimentos sistemáticos e olhares metódicos (Hunter & Dockrill, 1996: 47; Shimana, Vega-Centeno, 2011: 588). Enquanto condutor de um processo destrutivo, o arqueólogo tem uma única chance de reconhecer, definir, extrair e registrar evidências através de métodos que garantam um maior grau de recuperação e que sejam aceitos pela comunidade científica (Evis, Hanson, & Cheetham, 2016: 177). A ambiguidade do processo, necessário, produtor de evidência, mas destrutivo, confere ao escavador e a todos os profissionais envolvidos enorme responsabilidade, uma vez que tudo o que será removido jamais poderá

ser recolocado. É preciso, portanto, que se realizem interpretações acuradas, a compreensão, o registro e a proteção de basicamente tudo (Hanson, 2008).

O olhar metódico arqueológico para os trabalhos de campo em contextos de graves violações aos direitos humanos justifica-se pelo fato de que muito do que é visto em campo nunca chegará ao laboratório e que, além da importância das relações entre os elementos que formam um contexto, muito do que se encontra não é “móvel” e não pode ser removido dos locais das intervenções (associações, marcas, feições, colorações, etc.). Esse olhar metódico é fundamental para compreender a ordenação e a relação espacial entre as materialidades indicativas de gesto e movimento, e para a integração de estruturas, feições e estratigrafia, no âmbito das inferências possíveis sobre a arquitetura intencionalmente associada aos corpos, ou aos objetos, e para propor sequências de eventos. Torna possível também considerar os efeitos pós-deposicionais e os elementos imperceptíveis, mas fundamentais à composição de qualquer estrutura, ainda mais daquelas enterradas (Mendonça de Souza & Rodrigues-Carvalho, 2013: 554).

A arqueologia forense, incluindo prospecções e escavações, não deve entender o local de uma intervenção apenas como o “lugar onde estava o morto”, mas como testemunho de cenas e gestos importantes à interpretação contextual (Mendonça de Souza, Carvalho, 2013: 555). É bastante claro que trabalhos sem arqueólogos forenses geralmente negligenciam a importância dos lugares de deposição de corpos e de outras evidências, ignorando as atividades relacionadas à preparação do terreno para recebê-los e sua relação com a sequência de gestos e atos realizados em momentos distintos, os quais conformam os eventos que poderão dar origem às narrativas sobre os desaparecimentos e ocultações. Remanescentes humanos são testemunhos absolutos e relativos que precisam ser interpretados antes de serem removidos de sua localização original – o mesmo pode-se dizer das materialidades presentes nestes lugares. Quando se considera a tafonomia, estruturas e gestos, a arqueologia forense enriquece interpretações e inferências relacionadas aos indícios encontrados em prol de um melhor entendimento do (possível) lugar do corpo e das circunstâncias ligadas à sua deposição ali, levando a compreensão das ações que lhe deram origem (Nawrocki, 1991; Buikstra & Ubelaker, 1994; Mendonça de Souza, 2009; Mendonça de Souza, Wesolowski, Lessa, & Rodrigues-Carvalho, 2013; Mendonça de Souza & Carvalho-Rodrigues, 2013; Duday, Cipriani, & Pearce, 2009).

É interessante notar que, na América Latina, e em espanhol e português, é comum a polarização de dois termos usados na prática de campo: a exumação, sendo recorrente no vocabulário médico-legal e cemiterial, e a escavação, utilizada por antropólogos e

arqueólogos. A diferença é clara entre uma intervenção não-estruturada e desorganizada, a exumação, e uma abordagem sistemática baseada em pressupostos científicos, a escavação. A primeira é um processo comum aos casos criminais e na abordagem médico-legal no Brasil, no qual os remanescentes humanos são removidos do solo para serem analisados pelo médico em laboratório, a etapa de campo vista quase como um mal necessário que não requer conhecimentos específicos. É em geral caótica, não-estruturada, com frequência danifica os remanescentes ósseos e perde importante informação contextual pela destruição, não observação e não registro sistemático do que se encontra.

A exumação é um processo de coleta e negligencia os contextos enterrados onde os remanescentes humanos estão. Ela complica posteriores identificações, atrasa as repatriações, invalida o uso de algumas evidências em corte e encarece projetos, muitas vezes tornando-se imprescindível o uso do DNA em larga escala, em especial quando resulta na mistura de peças ósseas de diferentes indivíduos só resolvida por análises genéticas intra-esqueléticas. A exumação, em geral, separa as evidências associadas (para a polícia) do corpo (para a medicina-legal), destruindo associações ou criando novas no processo (Quinn, 2014: 38).

A escavação, por sua vez, é sistemática e guiada por metodologias científicas que registram contextos e preservam evidências, aumentando consideravelmente o número de informações obtidas sobre os eventos ocorridos e sobre o corpo (quando esqueletizado e muitas vezes impossível de ser removido por avançado grau de diagênese e decomposição dos ossos) (Quinn, 2014: 39; Scott & Connor, 2001; Crossland, 2011: 292; Mendonça de Souza, 2010). É preciso reconhecer, todavia, que a arqueologia forense enfatiza maciçamente contextos enterrados e grande quantidade das publicações dá atenção às valas comuns (*mass graves*), o que denota mais uma vez uma redução de seu potencial, pouco se considerando sua aplicação em contextos de superfície e de seu uso em perspectivas transescalares.

A introdução de noções como associação, sucessões no plano vertical (superposição) e contexto, para estes cenários, vem rendendo frutos, com a confluência de perspectivas das geociências, em geral via arqueologia, e o estabelecimento de novas análises, como a inclusão da paisagem no âmbito forense. A arqueologia traz ao cenário forense conceitos como o de visibilidade para mostrar que enterramentos ou valas comuns são apenas as mais óbvias, íntactas, complexas e culturalmente significantes manifestações de toda uma sequência de ações muito mais ampla, que levou às mortes, desaparecimentos e ocultamentos, expressa materialmente no espaço para além das valas (epicentros), no entanto rara e sistematicamente procuradas ou investigadas (Hanson, 2006).

Apesar de tímidas, a abordagem das paisagens nestes contextos vem debruçando-se sobre os conjuntos inter-relacionado de lugares importantes para a investigação e o entendimento da sequência de eventos, considerando que nenhuma cena é isolada. As investigações do ICTY na Bósnia e o caso clássico de Srebrenica mostraram os elos entre valas, veículos, vítimas, armas e perpetradores (Hanson, 2008: 8), para além de abordagens que veem a paisagem apenas como ambiente natural e pano de fundo das violações (Hunter, Cox, 2005; Rufell & McKinley, 2008). A noção de “paisagem forense” tem sido usada para explicar a necessidade do cruzamento da arqueologia, e de seu conhecimento sobre o ambiente, com as ciências naturais, enquanto imprescindível à compreensão da sequência de acontecimentos, no tempo e no espaço, que levou ao que se vê (Hanson, 2004: 41). O pensamento espacial tem sido usado também para entender a deposição de corpos, locais de último avistamento de pessoas desaparecidas e tecer inferências sobre as circunstâncias dos desaparecimentos (Congram, Kenyhercz, & Green, 2017: 260). A paisagem forense é a paisagem do terror, mas o inverso depende de como são conduzidas as investigações e o contexto legal.

Uma nova iniciativa tem sido chamada de arquitetura forense e tem amplamente utilizado o conceito de paisagem para propor o uso sistemático de ferramentas e metodologias para inferências crono-espaciais como forma de detectar e confrontar violências de Estado e de examinar as diferentes narrativas sobre os eventos, propondo a reconstrução da totalidade dos acontecimentos conhecidos. O grupo inglês Forensic Architecture considera a paisagem como testemunho material fulcral na mobilização de lutas por justiça, na detecção da violência sistemática e das transformações ambientais resultantes dos conflitos contemporâneos, entendendo, ademais, os atos de desaparecimento como ações prolongados e persistentes por meio da contínua ausência dos desaparecidos. Apesar de abordagens sobre violência e repressão utilizarem a paisagem como forma de testemunho e escala de investigação, como apontarei mais à frente (a exemplo da arquitetura dos centros clandestinos na Argentina, por exemplo), esta é uma das poucas iniciativas de seu uso durante processos forenses (Weizman, 2017).

Outro ponto a tocar é o fato de que, em investigações que demandam extenso trabalho de campo, o arqueólogo acaba sendo visto como o rosto do projeto, a materialização de uma instituição ou processo, tendo em vista o grau de exposição do trabalho e sua própria natureza durante a pesquisa preliminar, incluindo entrevistas e prospecções/escavações. Forense ou não, não se pode desvincular a profunda dimensão etnográfica privilegiada do campo, onde os arqueólogos são observadores diretos dos saberes e práticas da vida social, ações e

representações coletivas dos eventos investigados, ao mesmo tempo em que são, eles mesmos, objeto de observação, cujos comportamentos e atividades impactarão todas as sucessivas relações estabelecidas com familiares e comunidades (Eckert & Rocha, 2008; Wylie, 2007). A importância se dá porque em contextos de desaparecimento, onde prevalece a incerteza e a desmaterialização, a constância física de um mesmo rosto permite a familiares e comunidades o estabelecimento de relações mais contínuas e a mútua construção de confiança e transparência imprescindíveis ao sucesso dos projetos e à redução de suas violências simbólicas.

Como rosto, o arqueólogo torna-se o primeiro a receber ondas de impactos, incluindo riscos diretos a sua integridade física, bem como pode influenciar no desempenho de todas as etapas subsequentes, incluindo a própria escavação e o modo como o trabalho de campo será executado do ponto de vista metodológico. A exposição posta pelo trabalho de campo, pela visita aos arquivos, pela interação com as famílias, possibilita ao arqueólogo, com a formação e o preparo certo, e adequada dose de cuidado e empatia, o acesso a traumas psicossociais, situações socioeconômicas decorrentes e outras consequências do terror e do desaparecimento, importantes à compreensão mais holística do processo e da relação das vítimas com as buscas. Daí ser ainda mais fundamental a característica inerente da arqueologia de colaboração com outros profissionais.

Nenhum trabalho de campo, e especialmente aquele em arqueologia forense, ocorre num vácuo social, político, econômico, cultural e emocional. Seria ingênuo achar o contrário. Todas estas dimensões precisam ser consideradas também em seus efeitos no subconsciente dos arqueólogos e na necessidade de acompanhamento psicossocial para encarar os horrores do inenarrável (Blau, 2015: 222; Ocariz, 2015; Hanson, 2007b).

Além disso, estes trabalhos precisam ser relacionados às questões éticas trazidas pela arqueologia forense, não apenas quanto às problemáticas do escavar remanescentes humanos em si, mas no que significa, em termos de memórias dolorosas, o viés das investigações e o questionamento a respeito do engajamento em determinados trabalhos, considerando seus aspectos conjunturais. O recorrente apoio logístico militar a investigações, em países nos quais as Forças Armadas foram os perpetradores, e o grau de dependência do arqueólogo de instituições perpetradoras, vem sendo alvo de debates éticos, explorando o impacto no resultado das pesquisas, em seus efeitos colaterais e no desconfortável adotar do linguajar militares pelos próprios pesquisadores durante o processo, como “interrogatório”, “campanha” ou “operação” (Congram, 2015: 207).

Por fim, questões éticas e psicossociais da arqueologia em contextos forenses ainda são bastante novas, se não quase inexistentes, nos debates profissionais e acadêmicos. Os desafios e a amplificação dos riscos já corridos, normalmente, por arqueólogos, multiplicados em contextos de violência física e estrutural, são subestimados. A repercussão de nossas ações e nosso papel como materializadores de evidências palpáveis, mostrando corpos e provas do horror que não podiam ser vistas ou que não se quis ver e eram somente imaginadas, tem consequências longas. Por isso, as visões sobre as escavações não são sempre unânimes e, em diversos contextos, seja por razões políticas, culturais ou sociais, familiares e comunidades se opõem às intervenções (Crossland, 2000: 146; Moshenska & González-Ruibal, 2015: 8).

É preciso reconhecer que, com exceção de algumas poucas iniciativas individuais, parece faltar aos arqueólogos forenses preocupação com materialidades que não a dos remanescentes humanos e de algumas evidências a eles associadas (roupas particularmente ganham certo status [Groen, Marquez-Grant, & Janaway, 2016; Salerno, 2009]). Mas, e quanto à prospecção e busca por locais de enterramento, quando se deparam com marcas e artefatos das próprias estratégias repressivas que levaram aos crimes? Lançando mão de métodos destrutivos, é parte da responsabilidade profissional do arqueólogo forense coletar, registrar e oferecer interpretações sobre todas as evidências disponíveis ou garantir que possam ser acessadas por outros (Blau, 2015: 217).

Todavia, isto parece não ocorrer quando estas não estão em associação direta com os remanescentes humanos. Algumas vezes, mesmo quando estão, as evidências contextuais não são registradas, pois não se atenta para seu potencial em promover a identificação e esclarecer o histórico do processo observado (por exemplo, escavações em que não se preservam as paredes das valas). A própria noção de evidência é bastante fluida e não pode ser pressuposta e pré-determinada, já que depende dos contextos e das experiências de cada profissional, a fim de que não seja reduzida em seu papel à memória histórica e à possibilidade de construção de narrativas alternativas (Hanson, 2007: 2; Crossland, 2013: 128; Lawless, 2016: 5). A ética da profissão deve prezar por abordagens holísticas que assegurem possibilidades futuras que não foram exploradas no momento da investigação, esteja ela ocorrendo no escopo humanitário ou legal, claramente contestando, ou não, interpretações dominantes da história.

Finalmente, vale chamar atenção às diferenças entre a arqueologia forense e outras arqueologias que se debruçam sobre contextos de violência e repressão, mas não tem direta implicação forense, isto é, criminal ou humanitária. Arqueologias que estudam remanescentes humanos e contextos funerários, trabalhando com violência, traumas e patologias, porém fora

de contextos judiciais, não são arqueologia forense. Estudos de paisagens repressivas também não, apesar das relações óbvias. Se, de modo amplo, a arqueologia forense tem como consequência e objetivo o repensar eventos silenciados e não-falados, sua contribuição varia na medida em que o contexto legal que a cerca é uma investigação. Isto liga a arqueologia forense ao contemporâneo, sendo uma contradição aplicar o termo ao estudo de sambaquis ou a estudos com remanescentes do século XIX, ou mesmo a remanescentes humanos contemporâneos, sem uma restrição legal, uma esfera criminal ou humanitária. É claro que há possibilidade de conjugação, como o proposto nesta tese, quando em um contexto de arqueologia forense são encontrados itens não considerados evidências, importantes para a produção de narrativas e para a compreensão das circunstâncias de desaparecimento. Exemplos onde estes olhares se cruzam e de arqueologias mais livres de amarras serão discutidos no capítulo 2.4. a seguir.

A arqueologia forense jamais será uma aplicação nua e crua de metodologias arqueológicas, mas a aplicação de teorias e métodos arqueológicos a circunstâncias forenses, acompanhada de protocolos claros e reconhecidos, cadeias de custódia, parâmetros de trabalho e limitações judiciais (Hunter, 2002). Desafortunadamente, ainda é realidade que a maioria das investigações forenses se preocupa em apenas tirar da terra os remanescentes humanos das vítimas, perdendo ou destruindo informação contextual e evidências associadas à morte, ao enterramento e aos eventos passados ali. É constante a pergunta das famílias quando repatriadas: onde ela/ele estava e o que aconteceu? (Congram 2008: 793). Em muitos dos trabalhos, em especial aqueles sem arqueólogos, artefatos e evidências são vistos fora de contexto, como que depositados em um vácuo e desrespeitando suas histórias deposicionais (Hochrei, Dirkmaat, Adovasio, 2000: 7). Isso se relaciona, mais uma vez, à ética arqueológica e a nosso compromisso e cuidado com todas as coisas e objetos (Olsen, Shanks, Webmoor, & Witmore, 2012: 200; Moshenska, Ruibal, 2015: 13).

As lutas pelo direito de não esquecer, ou não deixar esquecer, têm sido norteadoras da presença dessa arqueologia e de seu auxílio na construção de outras narrativas sobre os eventos das ditaduras cívico-militares, em especial aquelas que envolvem violações de direitos humanos na produção de memórias materiais (Zarankin & Niro, 2010). Por isso, um dos papéis dos arqueólogos forenses, talvez ainda não tão claro para os mesmos, esteja justamente relacionado às reflexões sobre a memória, possibilidades de pluralizá-la e de converter o oculto em público, para, a partir daí, torná-lo objeto de deliberação judicial (Gassiot, 2010). Sob esta perspectiva, e tendo como pano de fundo a relação que os mecanismos de justiça de transição têm com a “verdade” e o direito à memória, alguns

autores (Carvalho, Funari, 2009) têm aproximado a arqueologia forense da arqueologia pública na toada das mudanças no campo, preocupada com os direitos humanos, incluindo segmentos sociais outrora negligenciados e mergulhando na crítica ao racismo, à xenofobia e às desigualdades. Vale lembrar que a etimologia da palavra latina forense é *foro*, um dos sentidos para público e manifesto (Gassiot, 2010).

É triste que ainda haja necessidade de justificar a arqueologia como essencial elemento nas investigações médico-legais (Bernardi & Fondebrider, 2007: 205). No Brasil, é visível a falta de espaço para a arqueologia em contextos forenses, para além das poucas vezes em que ocorreu, mesmo aí ainda encarada ou reduzida a uma técnica para cavar bem (Evis, 2016; Hunter, 2002: 22). Por outro lado, também há necessidade de maior autocrítica por parte dos próprios arqueólogos em torno de sua responsabilidade ao encontrarem contextos que, ausentes remanescentes ósseos, ainda têm papel fundamental na compreensão da própria realidade estudada, considerando que só eles terão acesso ao lugar, justamente por estarem em uma investigação forense. A materialidade dos casos forenses pode ser lida para além de seu valor pericial? Afinal, o que acontece ao trazermos abordagens de uma arqueologia do passado contemporâneo para uma realidade forense?

Os materiais encontrados no âmbito das investigações em torno dos desaparecimentos da guerrilha do Araguaia foram resgatados no marco teórico da antropologia forense latino-americana e do papel de arqueologias mais diversas e criativas. Isto permitiu escavações e coletas controladas e a ampliação do valor pericial dos objetos de contextos forenses em sua contribuição a levantamento de dados não obtidos pelos relatos orais e nem presentes na pouca documentação textual, abrindo espaço para abordagem mais críticas.

2.4. Arqueologia do passado contemporâneo

No começo do século XXI, uma série de arqueólogos, em especial do norte geopolítico anglo-saxão, passou a chamar de arqueologia do passado contemporâneo um conjunto de abordagens, perspectivas e temáticas que converge propostas dos anos de 1970, 1980 e 1990 vindas dos estudos de cultura material, etnoarqueologia, arqueologia comportamental, arqueologia forense, arqueologia da guerra, arqueologia histórica e *garbology*, além, claro, da etnologia, sociologia, história, que têm, em comum, a aplicação da arqueologia ao estudo de materialidades pouco comuns de contextos considerados recentes ou cronologicamente contemporâneos aos próprios autores (Gould & Schiffer, 1981; Hodder, 1987; Shanks & Tilley, 1992; Rathje 1996; Douglas & Isherwood, 2004; Miller, 2005; Buchli

& Lucas, 2001). Enriquecendo a área, esta heterogeneidade também dificulta ver à arqueologia do passado contemporâneo como um todo.

O termo tem, todavia, se tornado recorrente e é fato que o campo está razoavelmente estabelecido no sentido de que nenhum arqueólogo atualmente, em sã consciência e atualizado das discussões teóricas da área, dirá que a arqueologia não pode trabalhar com materiais de produção dos séculos XX e XXI (Burström, 2009; Harrison, 2011). Por outro lado, o que tem de certa forma definido a arqueologia do passado contemporâneo, expressão que é mais apropriadamente escrita com todos os seus componentes no plural, está relacionado às suas próprias diferenças internas, abordagens diversas e temáticas, as quais têm criado, de certo modo, nichos que se diferenciam regionalmente, a exemplo dos debates teóricos sobre as “coisas” entre os arqueólogos nórdicos e os temas ligados aos direitos humanos na América Latina.

Além da ausência de, e talvez em oposição a, um claro corte definidor, é comum ler que esta é uma arqueologia que estimula pensar “fora da caixinha” (*open-mindedness*) e que tem papel de auxiliar a sociedade no engajar-se e no compreender do mundo ao seu redor, usando métodos arqueológicos que exploram fenômenos sociais contemporâneos e realizando intervenções em debates públicos ao expor pontos de vistas alternativos (Burström, Gustafsson, Karlsson, 2006: 8; Harrison & Schofield, 2010: 1; Schofield, 2010: 326; Schofield, 2009).

A expressão arqueologia do passado contemporâneo é fruto, parte e estopim de uma série de mudanças ocorridas no campo arqueológico desde o começo do século XXI as quais, segundo Alfredo Gonzalez-Ruibal (2012a) buscaram solidificar posturas em defesa de uma arqueologia como ciência multi-temporal, participativa, pública, autenticamente política, criativa, com retórica própria, que reivindica a materialidade, que é teórica no sentido reflexivo e crítico, que é relevante social e cientificamente, que se põem em pé de igualdade com outras ciências, e que é global, frente a uma arqueologia internacional que é hegemonicamente anglo-saxã.

Estas mudanças também clamaram por uma arqueologia que prega pelo retorno às coisas e critica o antropocentrismo das ciências sociais e a cultura material como reflexo do humano, daí introduzindo o termo materialidade. Ele passa a coexistir com “cultura material”, “artefatos”, “objetos”, “materiais” e “coisas”, para acionar uma nova série de debates em torno da necessidade de substantivar dinâmicas, processos e as relações entre humanos e artefatos, ressaltando a dependência, co-dependência, independência e interdependência das coisas, incluindo definitivamente o mundo material não-humano (ou não apenas humano

como o das plantas, que parecia não estar incluído nas expressões anteriores) (Olsen, 2003; Fahlander, 2017; Knappett, 2014).

Com um ponto de partida mais ou menos claro com a publicação de *Archaeologies of Contemporary Past* em 2001, as pesquisas arqueológicas associadas ao passado contemporâneo têm levantado diversos questionamentos, seja de forma mais direta em publicações que enveredam pela epistemologia da arqueologia, ou indireta, com temas diferentes e materiais que incomodam – a exemplo do plástico e o “nojo” a ele associado, tema a ser explorado em sua relação à estética moderna e concepções contemporâneas de higiene e lixo. Reafirmando o axioma postulado nos anos 1980 por Michael Schiffer (1987), o de que toda arqueologia é contemporânea, deste se diferencia pelas possibilidades desconstrutivas às narrativas oficiais, ao dar luz a aspectos não produzidos pelas fontes escritas e a sujeitos subalternizados e suas histórias, advindas de um mundo material de coisas convencionalmente consideradas recentes, repulsivas ou mundanas, como vestígios de regimes modernos, em sua relação com políticas de desmemória, esquecimento, descontinuidade e silêncio (Pétursdóttir, 2012: 585).

Uma das questões desta arqueologia está nas problemáticas ligadas ao tempo presente, expressas pelas partículas “passado” e “contemporâneo”, e nas noções universalizantes construídas pela literatura de língua inglesa. No Brasil, por exemplo, os currículos das disciplinas de história contemporânea abordam, em especial, os séculos XIX e XX, enquanto que na arqueologia, o século XIX é, em geral, alvo da arqueologia histórica e não seria considerado, portanto, contemporâneo, como o XX e XXI. Esta arqueologia tem cada vez mais entendido que o período contemporâneo é fluido e define-se inversamente, do presente para um tempo em que o passado parece subjetivamente não mais ser recente (Harrison, Schoefield, 2010: 4).

A arqueologia do passado contemporâneo converge iniciativas e posturas anteriores e congrega abordagens concomitantes a ela para a efetividade de um campo essencialmente crítico, ao ocultamento da natureza negativa dos discursos ideológicos da modernidade em sua ordinariedade, e abertamente político, ciente das consequências da exposição sistemática dos lados obscuros do capitalismo (McGuire, 2008: 20; González-Ruibal, Fernández, Ayán, & Paz, 2010: 233; González-Ruibal, Sahle, & Ayán, 2011). O efeito desta arqueologia, no arqueólogo e no contexto que o cerca, seria o da desalienação de posturas (Harrison, 2011) ao refletir sobre o mundo em que estamos, do qual somos parte, que construímos e que, portanto, podemos, ao menos, tentar mudar, se não estivermos de acordo.

Consumo e globalização são temáticas bastante comuns dentre os temas pesquisados pela arqueologia do passado contemporâneo (Majewski & Schiffer, 2001; Mullins, 2011), vistas, por Alfredo Gonzalez-Ruibal (2006b: 176), como pautadas por perspectivas neoliberais de consenso e individualismo que despolitizam a disciplina. Concomitantemente, também têm se fortalecido temáticas que penetram nos recônditos obscuros de fatos silenciados relacionados à violência dos Estados, às economias políticas que deixam nenhum ou pouco traço no registro textual, a mecanismos de biopoder, genealogias e a sequência de predação capitalista, violações de direitos humanos, estratégias repressivas, genocídios e demais aspectos do caráter destrutivo de uma modernidade que deu errado e cujos efeitos colaterais sombrios se expressam materialmente (Gonzalez-Ruibal 2012: 159). Esta temática tem tido maior apelo entre arqueólogos latino-americanos, espanhóis e alemães no estudo de suas ditaduras, guerras civis e holocaustos. As “genealogias da destruição” (González-Ruibal, Hernando, 2010: 7) têm dado foco aos efeitos perversos, e ainda presentes, das forças de opressão e desigualdade e à reconstrução da memória coletiva para além da arqueologia como técnica de recuperar vestígios do passado, mas como forma de conhecer a história a partir dos vestígios materiais conservados no presente (González-Ruibal, 2011: 103).

Cada vez mais, essa arqueologia tem sido entendida como uma forma de engajamento em casos de experiências recentes não resolvidas, traumatizantes e obscurecidas pelos discursos dominantes (Buchli, 2002: 133). A arqueologia atuaria, assim, como gatilho a processos de lembrança e uma espécie de terapêutica, como na Espanha (Gonzalez-Ruibal, 2009), explicitando a materialidade das estratégias de terror, como na América Latina (Zarankin, Funari, & Reis, 2008), enquanto investigação forense a crimes de guerra e julgamentos, como no Iraque (Congram & Sterenberg, 2009), dando luz à invisível questão dos moradores de rua (Zimmerman & Welch, 2006) e a recuperação e preservação de culturas contemporânea em perigo e em risco de desaparecimentos em contextos pós-desastres (Bagwell, 2009: 281), como nos EUA.

Aspecto importante para esta tese é o da relação entre arqueologia forense e arqueologia do passado contemporâneo. Enquanto a segunda por vezes menciona, refere-se e tenta englobar a primeira, entendendo-a como mais uma aplicação da arqueologia em um contexto contemporâneo, a primeira, mais antiga que a segunda, não tem se referido à arqueologia do passado contemporâneo como um termo guarda-chuva. Por mais que alguns autores que se identificam com a arqueologia do passado contemporâneo, não ligados a prática forense, mas analíticos de suas consequências (Buchli, Lucas, 2001; González-Ruibal, Moshenska, 2015) estejam organizando publicações nas quais arqueólogos e antropólogos

forenses têm publicado reflexões, a maioria destes não inclui seus estudos no campo da arqueologia do passado contemporâneo.

Esse cabo de guerra também pode ser justificado pelo apelo público e pela impulsão que os arqueólogos forenses propiciam aos arqueólogos trabalhando com o passado contemporâneo na substanciação de justificativas indelévels do papel dos arqueólogos aos problemas da contemporaneidade. “Forense” é usado, em especial, naquilo que se refere à arqueologia e a cultura material enquanto gatilho para memórias apagadas, cuja necessária lembrança é importante para o não esquecimento de eventos traumáticos do passado e o não silenciamento de feitos inenarráveis. Por outro lado, a inclusão dos arqueólogos forense na arqueologia do passado contemporâneo faz parte da tentativa de dar aos trabalhos forenses um sentido mais amplo e trazer os arqueólogos forenses para mais próximo da arqueologia, afeitos, por anos, a um diálogo muito mais intenso com o campo das ciências forenses.

Há uma conexão óbvia entre arqueologia do passado contemporâneo e arqueologia forense, encontrando-se, por exemplo, sob o guarda-chuva de termos mais genéricos, como o estudo da violência em termos arqueológicos, etnográfico, sociológicos e patrimoniais (Moshenka, Ruibal, 2015; Panizo, 2016). O próprio crescimento da antropologia forense tem encorajado novas perspectivas no estudo do passado recente, e por isso há proliferantes exemplos de antropólogos e arqueólogos forenses chamados a contribuir em publicações sobre arqueologias do passado contemporâneo, no entendimento de seu papel amplo na investigação e reflexão sobre as violências do passado recente e sua extensão material, seja o próprio corpo, seja o mundo material que o cerca e sua relação com estratégias de terror e repressão (Buchli, Lucas, 2001; Ruibal, Moshenka, 2015).

Esta abordagem relaciona-se, diretamente, à pergunta desta pesquisa: se o modelo latino-americano de antropologia forense abre espaço para a importância dos objetos associados e não associados (dados menor valor) encontrados durante prospecções e escavações arqueológicas forenses, já que o cuidado introduzido pelos procedimentos de coleta permite a conservação destes materiais (normalmente negligenciados), a arqueologia do passado contemporâneo, ao se debruçar também sobre os artefatos não-esqueléticos, soma conhecimento por proporcionar que se adensem narrativas sobre os contextos nos quais violações aos direitos humanos ocorreram. É preciso percorrer, arqueologicamente, o que são recônditos, abafados, negligenciados e ocultados para trazê-los de volta ao consciente da memória através de narrativas. Lembrar e rememorar como ações políticas fazem dessa arqueologia uma ferramenta crítica pautada por suas formas de atuar no mundo.

A maior parte da escrita sobre as consequências, responsabilidade e o impacto da arqueologia forense não vem sendo, desafortunadamente, feita pelos próprios praticantes, mas por outros arqueólogos que, mesmo pouco expostos ao que é o forense, a têm avaliado dentro de um escopo maior de estudos sobre o passado contemporâneo e a violência, incluindo nas linhas de investigação as identificações, a análise dos espaços e a análise dos objetos recuperados (para compreensão do que aconteceu em determinados lugares, a exemplo de antigos centros de detenção e tortura) (Salerno & Zarankin, 2012: 50).

A associação entre arqueologia forense e do passado contemporâneo, todavia, deve ser feita com parcimônia para não diluir a importância da primeira e para não deixar o extremo academicismo da segunda e seu desconhecimento do dia a dia da prática forense transformar arqueólogos do passado contemporâneos em peritos forenses. As linhas de pesquisa apontadas no parágrafo anterior, apesar de estarem ligadas no que se refere ao contexto, ainda acontecem separadamente e mesmo que arqueólogos que trabalhem com temáticas ligadas ao espaço e aos objetos se comuniquem, é raro que os profissionais dedicados aos processos de identificações se debrucem de alguma forma sobre estes.

Vale mencionar que, dentre as perspectivas e temáticas internacionais, talvez as arqueologias que mais se aproximem das questões postas aqui sejam as do holocausto nazista, a da guerra civil espanhola e certamente da ditadura argentina, em termos de abordagens holísticas, engajamentos políticos e investigações de cunho contra forense. Nos três países têm crescido exemplos de investigações e pesquisas que se debruçam sobre evidências físicas que permitem revelar histórias individuais e coletivas e compreender alguns eventos a partir dos testemunhos materiais dos crimes, ressaltando paisagens, lugares e topografias do terror concomitante a análise dos remanescentes humanos, revelando as atrocidades cometidas (Gonzalez-Ruibal, 2009; Colls, 2015).

Na Espanha, é bastante interessante o fenômeno impulsionado pelo questionamento da sociedade civil aos acontecimentos passados, pressionando e expondo as falhas do próprio governo em promover investigações forenses (Congram, 2015). A arqueologia da guerra civil espanhola tem reverberado com bastante força na América Latina ao ser exemplo do uso de testemunhos materiais como meio para repensar a própria forma de como fazemos arqueologia e suas fronteiras (Gonzalez-Ruibal, 2008: 19). A longa tradição argentina, focada na busca pelos corpos dos desaparecidos, nas circunstâncias de suas mortes e na investigação da materialidade dos centros clandestinos de detenção, deveria ter tido maior impacto em seu vizinho brasileiro, mas a verdade é que, por diversas razões algumas exploradas aqui, isso não ocorreu.

Como exemplo de quebra da hegemonia do Norte geopolítico, o termo arqueologia da repressão e resistência nasce, na América Latina, cunhado no Brasil, a partir do volume organizado por Pedro Funari, Andrés Zarankin e José Reis, em 2008, *Arqueologia da Repressão e da Resistência na América Latina*. Ele converge uma série de iniciativas pré-existentes em outros países (Argentina, Uruguai), permitindo a coexistência, pelo menos no papel, de forenses e não-forenses em seu pensar sobre as relações entre ditadura e arqueologia e, de modo mais amplo, entre a dimensão material (para além do forense e do corpo) das estratégias repressivas, das táticas de resistência e dos regimes de exceção.

O termo foi originalmente criado com o intuito de impulsionar uma arqueologia política que desse foco aos estudos de processos de violência política na América Latina, entre as décadas de 1960 e 1980, pautados pelos conceitos de repressão – como uma política sistemática – e de resistência – sistemática a esta política (Menezes & Oliveira, 2014: 255). O termo pretendeu unir direitos humanos e antropologia da ciência para, através da arqueologia, abarcar pesquisas relacionadas a contextos diretamente associados a ações de repressão e resistência e a investigação das relações entre políticas científicas e arqueologia, durante a ditadura, ressaltando os contextos sociopolíticos da produção de conhecimento e o risco de reprodução de ideologias devido à ausência do exame da natureza política do próprio conhecimento (Poloni, 2014: 249; Soares, 2014).

Como a arqueologia do passado contemporâneo, a arqueologia da repressão e da resistência não é arqueologia forense (mas o vice-versa é uma verdade), apesar de publicações sobre a primeira englobarem a segunda. Esta arqueologia ainda é demasiado acadêmica, batendo de frente com os cerceamentos dos contextos judiciais onde a arqueologia forense acontece. A arqueologia da repressão e da resistência também ainda carece de estudos arqueológicos, para além de artigos de cunho mais teórico, e os exemplos no Brasil tendem a focar-se em reflexões sobre as pesquisas arqueológicas ocorridas durante o regime de exceção e a relação das estruturas de poder e da censura contra intelectuais e universidades, e muito menos no papel da arqueologia nas investigações das violações aos direitos humanos durante os regimes de exceção em si. Finalmente, o termo ainda é pouco utilizado em pesquisas sobre o tema e não foi adotado por arqueólogos e antropólogos forenses latino-americanos (ALAF, 2013).

Na toada das reflexões sobre a relação entre intelectuais e poder, a bem da verdade a temática pouco foi explorada no que concerne aos diálogos entre arqueólogos e a ditadura civil-militar no Brasil, assim como as consequências do regime sobre a arqueologia. Existe uma relação, por exemplo, entre o não desenvolvimento da antropologia e da arqueologia

forense e a ditadura militar? Discussões sobre arqueólogos/arqueologia e ditadura foram publicadas, todavia, antes da cunhagem do termo arqueologia da repressão e da resistência. Vale lembrar dos aparentemente pouco conhecidos debates ocorridos em 2002 e 2003 com a publicação, em forte tom acusatório, de Pedro Paulo Funari em crítica a alguns arqueólogos e instituições, incluindo o Instituto Smithsonian, o Pronapa e profissionais ligados ao bacharelado em arqueologia da universidade privada carioca Estácio de Sá, nos anos 1970 e 1980. A crítica toma como base a trajetória de Paulo Duarte no Instituto de Pré-História e o impacto da criação do Museu de Artes e Arqueologia, futuro Museu de Arqueologia e Etnologia, da USP, no próprio ano do golpe militar.

A posição de Pedro Funari no *International Journal of Historical Archaeology*, deu origem a um interessante debate relacionado a trajetórias pessoais, a partir das respostas publicadas, em 2003, e pela mesma revista, no volume *On Collaboration, Class Conflict, and Archaeology in Brazil*. Tania Andrade Lima, Betty Meggers, Igor Chmyz e Ondemar Dias, sob editoração do arqueólogo estadunidense James A. Delle (2003), organizador do volume (que incluiu um pedido de desculpas à primeira), escrevem em resposta ao artigo publicado em 2002.

Nesta, e em outras publicações, Funari ressalta a ligação entre o Pronapa, o Smithsonian e o mapeamento de áreas estratégicas que contribuíram para o controle do território brasileiro no contexto da Guerra Fria, chamando atenção para como “uma rede de arqueólogos criada nessas circunstâncias nefastas moldou o campo, dificultando a liberdade e o humanismo” (Funari, 2013: 24). Esta rede teria envolvido profissionais que atuaram no Pronapa, mas também aqueles que tinham relação com a arqueóloga Maria Conceição Beltrão, devido a seu papel no interior do CNPq, sendo esposa do três vezes ministro do regime militar, Hélio Beltrão, um dos signatários do AI-5 (Funari, 2002). Para o autor, 1985 marcaria um novo período para a arqueologia no país, com perspectivas acadêmicas que permitiram reflexões sobre uma série de estudos relacionados ao papel do Instituto de Pré-História (IPH), da USP e de Paulo Duarte, cassado pelo regime (Funari, 2013).

É verdade que as relações entre ditadura e algumas instituições e pesquisadores são demasiado diretas (participação no Pronapa igual à apologia à ditadura) e que faltam evidências para algumas das acusações (Lima, 2013: 224), proliferando incompreensões (Chmyz, 2003: 229) e erros (Dias, 2003: 228). Mas também é considerável o mérito do debate em levantar espinhentas e difíceis discussões sobre a história da arqueologia no país, a relação complexa entre poder e instituição, o papel ambíguo que tiveram as universidades durante o regime e a relação entre financiamentos e pesquisas arqueológicas durante a ditadura - afinal,

quão autônomo é o pesquisador sob estas circunstâncias? (Funari, 2003; Delle, 2003; Hamilakis, 2007).

É interessante, de fato, pensar nos caminhos que autorizaram, por exemplo, pesquisas arqueológicas na região do Bico do Papagaio e em seu entorno nos anos de 1970, área controlada pelo regime e declarada região de segurança nacional. O papel de Mario Simões, diretor da seção de arqueologia do Museu Emílio Goeldi entre 1968 e 1976, membro das Forças Armadas e pioneiro na arqueologia amazônica (Dias, 1987: 6) ainda está por ser mais explorado, para além do óbvio. Três anos após o encerramento das atividades do Pronapa, em 1970, durante congresso em Washington, surge a ideia do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica, o Pronapaba, iniciado em 1976. Coincidência ou não, o projeto mapeou 21 áreas da bacia amazônica, dentre as quais o Bico do Papagaio era a área de número 1 – "Rio Tocantins, entre Marabá e Imperatriz, incluindo sua junção com o rio Araguaia, no limite dos Estados do Maranhão e Pará" (Simões, 1977: 298).

Outro ponto a ser melhor problematizado relaciona-se à presença das universidades na Amazônia através do programa Campus Avançado, do Projeto Rondon, exemplo do papel ambíguo destas instituições e seus membros durante a ditadura. Iniciativa para extensão universitária em áreas estratégicas do país, e sob influência dos acordos do Ministério da Educação e Cultura (MEC) com a United States Agency for International Development, a Fundação Rockfeller e a Fundação Ford, os campi avançados estavam em consonância com as operações assistencialistas (o programa Ação Cívico-Social) difundidas pela Escola Superior de Guerra em seu auxílio aos problemas das comunidades e a segurança nacional, por meio de seu uso para reafirmar a necessidade do espírito cívico e comunitário dos cidadãos, auxiliando na manutenção e legitimação do poder das Forças Armadas na região, conquistando apoio da população local e desmantelando ações guerrilheiras, como contraparte (Guimarães, 2015; Gonçalves & Silva, 2015: 281).

A USP abriu um campus avançado em Marabá em outubro de 1971, com prazo de instalação até janeiro de 1973, conveniando-se, para tal, com outras instituições governamentais, como o Governo do Estado do Pará, a Prefeitura Municipal de Marabá, o INCRA e a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia). O campus debruçar-se-ia sobre temas de saúde, educação, socioeconomia e agropecuária, por meio de cursos de arquitetura, agronomia, urbanismo, pedagogia, economia e medicina, dedicados à formação sócio profissional de estudantes universitários (MEC, 1980: 53).

À época, o campus de Marabá desempenharia as funções de escritório de assessoria técnica para projetos relacionados aos principais problemas da região, atraindo empresários

que desejassem desenvolver atividades industriais e agroindustriais no local, parte das conhecidas relações entre o empresariado e a ditadura militar (MEC, 1980). O ministro do interior, Costa Cavalcanti, destacou o papel do projeto Rondon à integração nacional e o do campus da USP como fundamental para a conquista da Amazônia, conforme as metas ditadas pelo General Médici (DOSP, 1971: 2). Interessante ressaltar que, para a cerimônia de fundação do campus, estiveram presentes, além do coronel Costa Cavalcanti, o coronel Jarbas Passarinho, então Ministro da Educação, o superintendente da SUDAM, General Ernesto Bandeira Coelho, o prefeito de Marabá, capitão Elmano de Moura Mello, o coordenador-geral do projeto Rondon, coronel Sergio Pasquale e o reitor da USP, Miguel Reale, quem, vale lembrar, promulgou o Regimento Disciplinar de 1972 que proibiu toda e qualquer manifestação política no interior da universidade (GESp, 1972).

Se, por um lado, a autorização para a instalação da USP em Marabá tem óbvias repercussões em termos de aval, já que muito dos comunistas eram estudantes universitários e a universidade estava sob intenso controle da repressão, por outro lado, o diário de Maurício Grabois (1985) cita o campus de Marabá como possibilidade para o envio de propaganda e notícias sobre a guerrilha, através dos estudantes universitários, os quais costumavam ficar na cidade ao menos por um mês. Ao mesmo tempo, Grabois chama atenção para infiltrados entre os agentes do INCRA, FUNAI (Fundação Nacional do Índio) e SUDAM. A instalação do campus ocorreu em um momento no qual a guerrilha no Araguaia estava com sérios problemas de comunicação e era difícil romper o isolamento imposto pelas Forças Armadas à área para divulgar o massacre que vinha ocorrendo.

Também seria interessante maior investigação sobre a presença das assessorias de segurança e informação (ASI e AESI), braços avançados da comunidade de informação (SNI) nos campi universitários (Motta, 2008: 43) e na USP em Marabá. Sabe-se, por exemplo, que as pesquisas geológicas à região não só tinham que ser aprovadas pelo campus como também passavam pelo crivo do Capitão do Exército Elmano Vieira de Mello, primeiro prefeito nomeado pela ditadura em Marabá (1971-1972), seguido pelo Capitão da Polícia Militar José Barbosa de Vasconcelos (Ranzani, 1978: 333; Mattos, 2004: 138).

A chegada de profissionais, em 1976, para coordenar o campus e criar o que mais tarde seria a Casa de Cultura de Marabá, em 1984, contando com as áreas de antropologia, arqueologia, botânica, geologia e zoologia, também é outro caminho interessante para uma arqueologia da repressão e resistência na compreensão dos movimentos, descaminhos, hierarquias, burocracias e complexidades para a arqueologia na região. A escavação arqueológica, no âmbito do Pronapaba, do primeiro sítio oficialmente pesquisado em Marabá,

o sítio Espírito Santo (PA-AT-10) ocorreu em 1978 (Prado & Mesquita, 2012: 31; (Prado, 2014: 16).

Pouco ou nada foi explorado das consequências da ditadura cívico-militar na institucionalização da arqueologia e a relação de seu desenvolvimento com a repressão aos cursos de antropologia, termo visto com reservas pelo regime. Pouco se sabe da censura e modificação do conteúdo dos módulos de arqueologia e museologia como condição para a abertura de faculdade de arqueologia, junto ao Ministério da Educação nos anos de 1970, no âmbito da Faculdade Getúlio Vargas, sob auspícios de Alfredo Mendonça de Souza e Sheila Mendonça de Souza, e sob a égide de Maria Beltrão. Dentro do curso, a disciplina de antropologia biológica deixou de existir como tal devido à “antropologia” em seu nome (Gaspar Neto, 2012: 147), o que certamente afetou o futuro engajamento de arqueólogos e antropólogos em círculos forenses.

Finalmente, vale ressaltar que a importante ênfase na atuação política de Paulo Duarte (Barreto, 1999; Alcântara, 2007; Funari & Robrahn-González, 2008; Funari & Carvalho, 2012) tem indiretamente levado à marginalização de alguns outros profissionais de igual importância, como Ettore Biocca, biomédico e arqueólogo italiano radicado no Brasil, formado ainda no âmbito dos cientistas que debruçavam-se sobre a história natural. Biocca foi pioneiro no reconhecimento de instrumentos em concha nos sambaquis paulistas e impulsionou novas técnicas de escavação, análises químicas e espectrográficas de ossos humanos e animais, bem como de artefatos e sedimentos, além de utilizar abordagens bacteriológicas em arqueologia, sem falar em seu importante serviço prestado à etnologia (Biocca, Hoge, & Schreiber, 1947; Lima, 1999/2000: 295; Clastres, 2011: 39-40). Membro do Partido Comunista Italiano, envolveu-se em diversas causas humanitárias na Amazônia, como a da violência e da saúde indígena, colaborou com o Crescente Vermelho Palestino, visitou e avaliou a situação dos presos políticos nas prisões da ditadura chilena e foi um ativo denunciador das torturas ocorridas no Brasil para o Tribunal Internacional Bertrand Russell, em Roma, já no ano de 1978. Sua militância aqui resultou no relatório que deu origem ao livro *Estratégias do Terror no Brasil* (Biocca, 1975; Teles, 2014).

A segunda linha proposta pela arqueologia da repressão e da resistência, muito mais tímida em termos de publicação do que a primeira, porém mais dialógica a trabalhos importantes de arqueologia do passado contemporâneo envolvendo guerra, conflito e suas consequências, busca compreender a dimensão material das estratégias da repressão e das táticas de resistências aos regimes de exceção. Algumas publicações recentes têm levantado a bandeira de sua importância (Mechi, Justamand, 2014; Justamand, Mechi, 2015).

Neste escopo, a maior parte das publicações no Brasil tem dado especial foco à paisagem, ao espaço e às estruturas arquitetônicas como locus do poder disciplinador dos corpos pelos regimes repressivos, em suas relações com questões de memória, chamando a atenção para a capacidade da materialidade na construção de memórias materiais (Zarankin, Salerno, 2009). Com forte viés da arqueologia da arquitetura, as leituras do significado social do espaço e de seu papel nos sistemas repressivos, orientando-se especialmente pelas perspectivas dos filósofos Michel Foucault e Maurice Halbwachs, deram origem a pesquisas focadas nos prédios do DOPS e outros centros de detenção entendidos como dispositivos para a destruição de identidades por meio de ações diretas sobre corpo e mentes dos detidos, materializando ideologias, portanto, na forma espacial (Baretta, 2015; Zarankin, Nero, 2010: 20).

Algumas publicações também versam sobre a guerra, ressaltando a materialidade presente em documentos escritos, mas igualmente o significado de objetos relacionados à episódios como a Guerra do Contestado (1912-1916), coletados por não-arqueólogos interessados nos resíduos materiais do conflito (Lino, 2012; Lino, Symonds, & Funari, 2018: 86). Situação semelhante à do Contestado, e certamente de outros tantos episódios como este no Brasil, também se observa no Araguaia com a formação do Museu Histórico da Guerrilha do Araguaia, em São Geraldo do Araguaia. Envolto em nebulosas histórias, composto por acervo documental, arqueológico, etnológico e material relacionado à repressão e a resistência da guerrilha, incluindo objetos supostamente pessoais de guerrilheiros, alvo de incêndio criminoso, o Museu teve seu acervo recolhido pela Comissão Estadual da Verdade do Pará, a qual organizou diligência ao local em 2015, junto da ATGA e da Universidade Federal do Sul e Sudoeste do Pará (Unifesspa). Ali foram encontradas referências de que o museu teria servido, por mais de 20 anos, como fachada para ações do CENIMAR e instrumento de monitoramento da luta camponesa na região (Fonteles Filho, 2017).

Seja como arqueologia do passado contemporâneo, arqueologia da repressão e da resistência ou arqueologia forense, o fato é que as pesquisas na área são pouco correntes no país, contando com poucas publicações e focando-se geralmente mais em uma arqueologia do saber do que na aplicação da arqueologia a casos materiais concretos. Isto se soma ao fato de que a produção escrita sobre a guerrilha do Araguaia e sobre a ditadura no Brasil pouco ou nada se utilizou da cultura material como fonte. Isto pode ter ocorrido seja pelo difícil acesso a certos locais de violência política por não-forenses, seja pela ausência de especialistas, seja pela inexistência de arqueólogos e antropólogos nas equipes forenses envolvidas nas buscas por desaparecidos políticos, os quais poderiam, ao mergulharem nestes contextos, aumentar a

qualidade dos trabalhos e implementar boas práticas às investigações, possibilitando a entrada de novas abordagens para a construção de novas narrativas.

Os capítulos seguintes buscarão enveredar por estas possibilidades.

3. Métodos

Os primeiros três objetivos desta tese estão relacionados à importância das abordagens arqueológicas na investigação do passado contemporâneo quando buscas forenses localizam artefatos associados a contexto de repressão, mas não ao corpo, não sendo considerados evidência ou mesmo potencialmente informativos. Frestas para esta possibilidade foram asseguradas quando a antropologia forense latino-americana, em sua aplicação multidisciplinar, introduziu a arqueologia como elemento fundamental às investigações sobre violência política e a questão dos desaparecidos, ressaltando a importância da compreensão das estratégias de repressão e das circunstâncias de desaparecimento para a localização dos remanescentes humanos a partir da construção de universos de vítimas/hipóteses de identificação relacionadas a eventos e lugares.

Para atingir os objetivos postos, a pesquisa dá foco à cultura material e a paisagem relacionada com duas bases militares, a Base de Xambioá, no Tocantins, e a Base do Morro do Urutu, no Pará, elementos de uma constelação de bases militares materializadas como parte da estratégia repressiva militar, baseada no terror e no medo, contra os movimentos que vinham se desenrolando na região do Bico do Papagaio. Apesar de a literatura referir-se a diversos postos militares funcional e hierarquicamente distintos, incluindo 22 bases (Morais, Silva, 2005: 318), foco será dado às dez bases militares que recorrem na literatura, cartografias e memórias.

Os demais objetivos da tese buscam ressaltar a importância da arqueologia forense no Brasil e seu papel junto às demais disciplinas que atuam em contextos forenses, maciçamente a médico-odontológica, explicitando seu estado d'arte. Para atingi-los, a pesquisa debruçou-se na coleta e revisão da literatura acadêmica publicada, o que permitiu a consolidação de um conjunto de dados cujas questões diagnosticadas retroalimentaram a pesquisa e deram base às diversas discussões levantadas.

Este capítulo enumera os métodos de pesquisa escolhidos e os procedimentos estabelecidos para a análise das fontes utilizadas (literatura, cultura material e paisagem) com base nos objetivos colocados. Dados da cultura material e da literatura similarmente foram submetidos a análises através do uso de planilhas eletrônicas para realização de cálculos e apresentação de dados. As planilhas permitiram a coleta e tratamento sistemático e uniforme dos dados para apreciações qualitativas e quantitativas em comparação a uma série de critérios analíticos. Estes critérios foram selecionados, no caso da literatura, lendo-a e identificando os temas trabalhados e as abordagens correntes. Cada critério foi desenvolvido

para responder a uma lista fixa de variáveis – flexíveis o suficiente para serem aumentadas frente ao encontro de alguma nova variação que não se encaixava nos critérios anteriores. Em alguns casos, a análise proposta fora binária (presença/ausência).

No caso da cultura material, um sistema semelhante guiou a opção dos métodos de análise, com planilhas organizadas a partir de categorias pré-estabelecidas baseadas na literatura científica arqueológica relacionada a sistemas de classificação e materiais arqueológicos históricos, especialmente dando foco a classificações funcionais mais do que por matéria-prima (Miller, 1980; Dunnell, 2006; Majewski & O'Brien, 1987; Adams, 2003; Tocchetto, Symanski, Ozório, Oliveira, & Cappelletti, 2001). Diferentemente das abordagens que prevalecem tanto no campo forense como na arqueologia do passado contemporâneo, a tese trabalha com materiais móveis em abordagem não apenas focadas em sua presença/ausência, mas também na recorrência e associação destes artefatos no espaço-tempo (South, 1971). Para isso, as planilhas de análise da cultura material basearam-se exclusivamente em um sistema numérico de chaves para cada categoria, com variáveis fixas que poderiam aumentar frente à descoberta de exceções ao que havia sido estabelecido. As categoriais foram desenvolvidas para responder a presença/ausência (os dados coletados em sistema binário [sim/não]) e a qualidade do que se analisava (com o uso de chaves ou variações inerentes a uma mesma categoria).

Finalmente, a análise da paisagem somou as planilhas e seus dados estatísticos, com abordagens qualitativas que usaram ferramentas do sensoriamento remoto para tecer considerações relativas entre dados históricos, cultura material e crono-espacialidade dos contextos trabalhados em diálogo com dados ambientais e topográficos. A escala da paisagem demanda mudanças nas perspectivas de observação e por isso mapas, croquis, imagens aéreas e de satélite foram utilizados como fontes para obtenção e apresentação dos dados.

Literatura, cultura material e paisagem têm metodologias explicitadas em maior detalhe a seguir e nesta ordem. Importa reconhecer que todos os métodos utilizados aqui possuem limitações e são ângulos que possibilitam recortes à realidade social observada com vistas à responder aos objetivos propostos por esta tese em específico.

3.1. Para a análise da literatura acadêmica

A compreensão do campo no qual se insere a presente pesquisa demanda necessariamente um mergulho na literatura acadêmica científica brasileira, para buscar pela arqueologia em realidades forenses e buscar entender o que ocorre com a cultura material

encontrada em contextos investigativos. Num primeiro momento, ela seria o foco dos levantamentos, mas o número de trabalhos publicados localizados foi tão pequeno que uma ampliação se fez necessária e o termo antropologia forense acabou provendo melhores resultados. É importante notar que esta análise não inclui outros campos da arqueologia que lidam com temática semelhante, como a Arqueologia da Repressão e da Resistência. Isto porque o interesse da tese está em compreender o uso da arqueologia no âmbito forense e de suas responsabilidades durante investigações sobre desaparecimentos pela violência de Estado, e não em avaliar reflexões arqueológicas sobre questões da ditadura militar e dos sistemas repressivos em geral, algo feito nos capítulos 1 e 2.4.

Com isso, buscou-se compreender a formação do campo no Brasil e seu diálogo com a antropologia forense latino-americana. Para realizar este caminho, foi feita uma revisão bibliográfica sistemática na literatura científica da área, e em seguida uma análise bibliométrica, que se pautou pelo cruzamento de dados qualitativos e quantitativos recuperados em artigos, teses e dissertações cadastradas em bases de dados bibliográficos. Esta literatura foi escavada à semelhança do que Foucault (1987) chamou de “arqueologia do saber”, buscando por dados referentes a saberes presentes em regulamentos institucionais, reflexões, ficções e narrativas. Deste modo, a literatura foi abordada por meio de uma “revisão sistemática”, estabelecendo um diagnóstico crítico por meio de critérios para inclusão e exclusão das publicações coletadas (Oliveira & Boente, 2012: 201; Depaepe, Verschaffel, & Kelchtermans, 2013; Vosgerau & Romanowski, 2014: 175).

Para tal revisão, utilizei uma abordagem métrica, a bibliometria, que permitiu a síntese de informações baseadas em estatísticas descritivas realizadas com auxílio de planilhas organizadas como tabelas no programa Microsoft Excel 2003-2007 (Mugnaini, 2003: 49; Araújo, 2006: 12). A bibliometria permitiu o recenseamento das atividades científicas ligadas à antropologia forense, utilizando métodos estatísticos e matemáticos para o mapeamento da produção científica, analisando dados que apresentam as mesmas particularidades, levantando a quantidade de trabalhos e suas variações no tempo em relação a autores, instituição e temas (Café & Bräscher, 2008: 54; Kobashi & Santos, 2008: 109).

Análises bibliométricas pedem a descrição de elementos constitutivos de bases de dados para o estabelecimento de conjuntos centrados na descrição física das produções (títulos de periódicos, nomes de autor, formação e instituição dos autores) e de seu conteúdo (representações de temas, definições, materiais e métodos) (Café, Bräscher, 2008: 54). Por isso, a escolha das bases de dado para as pesquisas foi o primeiro passo a ser dado, sabendo que cada base tem peculiaridades características das diversas áreas de concentração. Foram

selecionadas, para os artigos científicos, as bases Bireme, Jstor, Pubmed, Scielo, Scopus, Web of science, Google Scholar, BVS e Lilacs. Para as teses e dissertações, foram utilizados os bancos da USP, UNICAMP, UFPE, UERJ, UFRJ, UNESP e o Google Scholar. Para que houvesse tempo de lê-las e analisá-las, as bases foram consultadas com limite em 2017.

A escolha destas bases deu-se por serem as que possuem o maior escopo de produções, conjugando as áreas da saúde e das ciências sociais. No que concerne às teses e dissertações, nem sempre publicadas, foram incluídas para melhorar a compreensão do que está sendo estudado academicamente enquanto o mais atual para cada época, pois pressupõem ineditismo e literatura atualizada. Já os artigos foram escolhidos por sua repercussão e circulação, maior que as de teses e dissertações. A Plataforma Lattes foi utilizada em paralelo para coletar e confirmar dados sobre a trajetória acadêmica e profissional dos autores analisados.

Para a coleta dos dados, os critérios escolhidos deram atenção a entender quais periódicos publicam o tema, as características dos pesquisadores e suas contribuições, e a frequência de palavras nos textos, de maneira a definir representatividades por contexto (ao que a bibliometria chamou, respectivamente, lei de Bradford, lei de Lotka e lei de Zipf [Café, Bräscher, 2008: 54]). Para ultrapassar abordagens demasiado métricas, os dados coletados também foram relacionados ao conjunto de discursos efetivamente enunciados nessa produção, por meio de leituras críticas (Azevedo Netto, 2008: 8; Salzano, 2009; Gaspar Neto, 2012). Com isto, foi possível analisar a produtividade dos autores que constituem as frentes de pesquisa, e suas fontes discursivas, observando as regularidades que fazem emergir processos históricos, quantificando e mapeando as redes de relações em que estão inseridos, a fim de evidenciar ângulos do processo de produção do conhecimento em antropologia e arqueologia forenses (Alvarenga, 1998).

Para o levantamento da literatura, foi definida uma estratégia de busca, a partir da escolha de termos-chave relacionados ao tema de pesquisa ("antropologia forense" e "arqueologia forense"), sendo estes termos buscados dentre as palavras-chave, resumos e títulos, entre aspas e como sentença. Encontradas as publicações, aquelas disponíveis para baixar foram salvas utilizando-se o Windows Explorer e ali ordenadas por data de publicação e título, como no exemplo: "1999 Estudo de cinco dimensões esqueléticas lineares em indivíduos da raça negra através de análise cefalométrica computadorizada.pdf".

Para o estabelecimento das variáveis categóricas que comporiam a planilha de análise, foram utilizados critérios sugeridos pela literatura especializada em modalidades de pesquisa científica, analisando as publicações segundo sua natureza, objetivos e procedimentos – a

pesquisa científica como um exame (natureza) realizado com o objetivo de resolver um problema (objetivos), recorrendo a métodos (procedimentos) (Silveira & Córdova, 2009: 31). Assim, quanto à variável “natureza”, a literatura foi classificada em pesquisa básica (aquela que gera novos conhecimentos sem aplicação prática prevista) ou aplicada (aquela que gera novos conhecimentos para aplicação prática em problemas específicos). Quanto às variáveis “objetivos”, foi dividida em experimental (seleção de variáveis que influenciam fenômenos), bibliográfica (levantamento de referências sobre o fenômeno), documental (uso de fontes dispersas sem tratamento analítico, como relatórios e laudos) ou levantamento (censo de uma amostra ou população). Já quanto à variável “procedimentos”, foram classificadas em exploratórios (produção de maior familiaridade com problema), descritivos (descrição de fatos e fenômenos de uma realidade que se deseja pesquisar) ou explicativos (identificação de fatores que contribuem à ocorrência de fenômenos) (Silveira, Córdova, 2009; Gil, 2007). Estas e as demais variáveis coletadas e seus valores possíveis ou suas definições encontram-se na planilha apresentada na tabela 2.

Categoria	Descrição
1. Ano	Ano de publicação
2. Autor	Nome do autor ou autores
3. Orientador	Nome do orientador em caso de tese/dissertação
4. Sexo	Sexo biológico dos autores com base no nome
5. Departamento	-
6. Faculdade/Instituto	-
7. Universidade/Centro	-
8. 1ª formação acadêmica	Graduação realizada pelo autor
9. 2ª formação acadêmica	Segunda graduação realizada pelo autor
10. 3ª formação acadêmica	Terceira graduação realizada pelo autor
11. Título do trabalho	-
12. Periódico	Título do período em caso de artigo
13. Natureza	Básica ou Aplicada
14. Objetivos	Explicativa Descritiva Exploratória Levantamento
15. Procedimentos	Documental Experimental Bibliográfica
16. Material Utilizado	Evidência documental (escrito ou imagético) Evidência biológica (materiais ósseos humanos)
17. Tema Principal	Ancestralidade Desastres Entomologia Demografia ⁵ Escavação/Exumação Estatura Ética Genética História

⁵ Chamei de demografia as pesquisas que se caracterizam por dados demográficos sobre pessoas que passaram pelos IML, por exemplo, com base nos laudos necroscópicos dentro um intervalo de tempo.

	Idade
	Identificação
	Informatização
	Osteologia
	Patologia/Lesão
	Protocolos
	Reconstrução facial
	Tafonomia
	Taxonomia
18. Amostra	Quantificação do material utilizado
19. Definição de Antropologia Forense	Excerto da publicação com descrição do campo
20. Definição de Arqueologia Forense	Excerto da publicação com descrição do campo

Tabela 2. Planilha com categorias para coleta de dados da literatura acadêmica.

A partir da planilha preenchida, sínteses foram obtidas por meio do uso de tabelas dinâmicas e filtros para a produção de gráficos baseados em estatística descritiva. Além das estatísticas, foram cruzados dados no intuito de observar comportamentos e expor padrões para ilustrar a construção do campo no país, ressaltando detalhes relacionados a autores, colaborações e instituições (os mesmos autores estão juntos e nas mesmas instituições ou há maior diversidade?). Partiu dos estudos de colaboração científica para calcular o coeficiente de colaboração com vistas a entender como se dá à produtividade na área. O resultado do cálculo do coeficiente de colaboração é sempre um número entre 0 e 1, sendo que os valores mais próximos ou iguais a 1 indicam maior colaboração (Garg & Padhi, 2001; Maio, Caregnato, 2008).

Por fim, vale pontuar algumas das dificuldades relacionadas ao uso deste método, inerente ao uso de base de dados para este tipo de trabalho. No que concerne à descrição física, falta padronização entre as bases quanto às citações bibliográficas e às formas de abreviação dos títulos dos periódicos e nomes dos autores, aumentando possibilidades de exclusão de alguns trabalhos por isso. Alguns artigos não mostravam as referências dos vínculos institucionais e o nome de alguns autores, relativamente comuns, acarretaram milhares de homônimos nos *sites* de busca, dificultando a localização de quem é a pessoa e de seu nome completo para que fosse possível, então, buscá-la na Plataforma Lattes a fim de entender seu percurso e formação acadêmicos.

Quanto às descrições de conteúdo, também existe variação entre as palavras-chaves nas diferentes bases. Alguns artigos que não apareciam relacionados à “antropologia forense” em uma base, apareciam em outra. Isso tem relação direta com a especificidade (apresentação de assuntos “representados da forma mais específica possível”) e a exaustividade (“nível de profundidade dado à descrição de conteúdo de um documento”) cujo cruzamento é necessário à descrição do conteúdo das publicações em apreço (Café e Bräscher, 2008: 60).

3.2. Para a análise da cultura material

Para esta pesquisa, a cultura material das bases militares é entendida como materialidade e materialização do cotidiano de estratégias repressivas e, de modo mais amplo, como relacionada ao poder e a efetividade deste mundo material modelando dinâmicas sociais. Assim, este trabalho utiliza perspectivas advindas da arqueologia histórica para realizar a análise de artefatos (Lima, 1997); Tocchetto, Symanski, Ozório, Oliveira, & Cappelletti, 2001; Symanski, 1998; Schávelzon, 2001; Stelle, 2001; Hume, 1970; Zanettini, 1986) e, com isso, assume seus pontos positivos e suas limitações, como a inerente união.

No caso da arqueologia histórica, grosso modo, os termos para classificar artefatos provêm de três realidades: termos criados pelos próprios arqueólogos para artefatos não conhecidos (tipos), termos tirados da documentação escrita, dialógicos a terminologias sincrônicas, e os termos êmicos, em geral analogias etnográficas diretas, algumas resultantes da própria familiaridade do arqueólogo com a cultura material moderna (South, 1971; Adams, 2003). Estas realidades são parte inerente da própria arqueologia histórica, fundamentais e fulcrais a sua delimitação, mas que tornam mais complexas terminologias e categorias, algo que não ocorre com a materialidade do mundo pré-colonial.

Vale ainda ressaltar que o mundo contemporâneo, como o abordado, aqui, difere daquele mundo clássico da arqueologia histórica no qual a cada objeto corresponde uma matéria-prima: muitos dos artefatos analisados aqui são compostos por mais de uma matéria-prima, encaixando-se, portanto, em mais de uma categoria. O século XX vê aumentar a frequência de partes compondo um único objeto: cada uma destas partes é, de fato, uma forma em si, produzidas independentemente, em distintos locais e momentos, e por distintos fabricantes. Muitos destes objetos são finalizados em "montadoras", como um carro, recebendo produtos em separado para compor o artefato em seu todo. Exemplo bastante ilustrativo é o do frasco de remédio, composto por lacre de metal, tampa de borracha e corpo de vidro. Nestes casos, a matéria-prima predominante foi determinante para a inclusão dos frascos na categoria vidros. Os lacres de metal foram classificados como parte do frasco de remédio, não sendo descritos como forma pura em si, já que o que se estava consumindo conscientemente era o remédio no frasco e não o lacre. Isto torna a amostra material oriunda das bases complicada de analisar, pois alguns componentes são de difícil reconhecimento quando não associados ao todo que é o objeto (a exemplo das partes internas de mecanismos, como um fio metálico solto que pertenceu ao interior de um bulbo de lâmpada).

O material das bases militares foi submetido a etapas de curadoria e análise visando abordagens qualitativas e quantitativas padronizadas por meio da coleta de dados específicos em planilhas de cálculo, como mencionado anteriormente, que variaram entre categorias binárias e variações no interior de cada categoria. Para tal, a análise do conjunto artefactual envolveu as etapas:

1. Separação entre itens construtivos e utensílios;
2. Triagem preliminar por matéria-prima (categoriais);
3. Triagem amostral de artefatos para análise pormenorizada (peças diagnósticas);
4. Estabelecimento das funções presumidas dos artefatos, quando possível;
5. Análise das formas e categorias orientadas a universos de ação e uso;
6. Construção de barras cronológicas com base em indicadores temporais;
7. Integração dos dados.

Os primeiros passos consistiram no tratamento quantitativo dos acervos de acordo com as matérias-primas das peças coletadas, o que foi realizado no âmbito da curadoria. Como resultado, obteve-se a quantificação dos itens, assim como das categoriais de materiais identificados. De posse desse conhecimento, passou-se às análises voltadas ao universo das práticas cotidianas que resultaram no contexto arqueológico estudado. Para tal, a cultura material foi examinada a partir das esferas que caracterizam o universo das práticas cotidianas com o intuito de ultrapassar tipologias estereis e fundamentar sólidas quantificações com base em critérios tecnológicos, estilísticos e funcionais (Lima, 1985: 11). Questões econômicas não foram consideradas para a análise do conjunto, tendo em vista a complexidade das formas de aquisição, produção e consumo dos objetos em sistemas de abastecimento, especialmente o militar no Bico do Papagaio, e a chegada de produtos industrializados (Monks, 1999; Therrien, 2004).

A análise amostral foi escolhida devido à alta densidade de artefatos coletados. Optou-se por uma pré-seleção que possibilitasse maior qualidade de dados e informações na compreensão da dinâmica da ocupação, tendo em vista o caráter amostral da arqueologia e as subjetividades que influenciam o resultado dos trabalhos de campo (Graesch, 2009). Entende-se que a amostragem forneceu as informações necessárias para sugerir interpretações sobre o local. Perceber-se-á, porém, que, dentro dos limites impostos aqui, a interpretação dos dados das planilhas procurou ir além da identificação das matérias-primas que conformam os artefatos (cerâmica, louças, metais, vidros, etc.), enfocando nos meios nos quais estes objetos

circularam e agiram (Lucas, 2001; Zanettini, 2005; Appadurai, 2001) ao que chamei universos de ação e uso.

O conjunto artefactual coletado nas bases de Xambioá e Morro do Urutu contém dois principais atributos potencialmente informativos das atividades ali ocorridas: as *categorias*, os materiais dos quais são feitos os objetos (e que podem indicar procedência, métodos de manufatura e cronologias), e as *formas*, que caminham junto dos tratamentos/marcas observados em suas superfícies e que podem auxiliar na compreensão de como foram usados e em que universo de ação e uso cotidiano circularam. A interpretação desse conjunto baseou-se na caracterização das categoriais e subcategorias de cada grupo artefactual concomitante a quantificação e abordagem sistemática para comparações. Isso permitiu melhor entendimento dos padrões de distribuição e uso bem como de processos deposicionais. A partir desse procedimento, foram produzidos dados sobre práticas levadas a cabo no local, modos de interação com os objetos e a paisagem, cronologia, atividades e funções desempenhadas pelo e no local (SGRP, 2015).

Sabe-se da grande variedade de categoriais que caracterizam os materiais contemporâneos e o que isso representa em termos da dificuldade para proceder coletas sistemáticas de dados e otimização do tempo para curadoria e análise. Para isso, um protocolo foi pré-estabelecido no sentido de assegurar um método de análise para que os materiais recuperados fossem abordados consistentemente, gerando melhores de informação e reduzindo-se os erros humanos. O protocolo deu conta do fluxo do trabalho nos espaços disponíveis para limpeza, secagem, análise e armazenamento, além de esclarecer cuidados específicos em cada etapa e para cada categoria. Também abordou como deveriam ser feitas as numerações e o empacotamento, além da documentação (quantificação e análise). As planilhas foram estabelecidas para coletar apenas e somente dados que seriam utilizados.

Assim, um fluxo de trabalho foi estabelecido de acordo com o espaço disponível nos laboratórios do Museu de Arqueologia e Etnologia da USP. O primeiro procedimento foi a organização do material e a separação do conteúdo das caixas de campo provenientes das bases e a ordenação dos sacos com materiais por proveniência, tipo de intervenção e nível. Temporariamente postas sob as mesas da sala de análise, as caixas contendo os sacos de campo foram abertas e os sacos levados à sala de limpeza. Lá, os materiais foram triados e divididos entre aqueles destinados à limpeza molhada, transportados até a pia em uma peneira, e aqueles destinados à limpeza seca, postos em bandejas nas bancadas e limpos (quando necessário) com escovas de cerdas macias. O resultado de ambas as limpezas foi posto em bandejas forradas com papel absorvente para melhor secagem por meio da absorção

da umidade e evaporação da água. Quando secos, foram transportados para a sala de análise. Ali, seguiram duas trajetórias: imediatamente analisados ou armazenados para análise posterior (no caso de o espaço para análise na mesa não ser suficiente para a quantidade de materiais limpos). Seja como for, foram empacotados em sacos plásticos transparentes com fechamento (tipo zip) e organizados em novos engradados que seguiam as normas de curadoria estipuladas pelo Museu. Por fim, eram novamente postos embaixo das mesas, para eventual nova consulta, antes de serem armazenados em definitivo na reserva técnica.

O fluxo estabelecido pode ser expresso da seguinte forma:

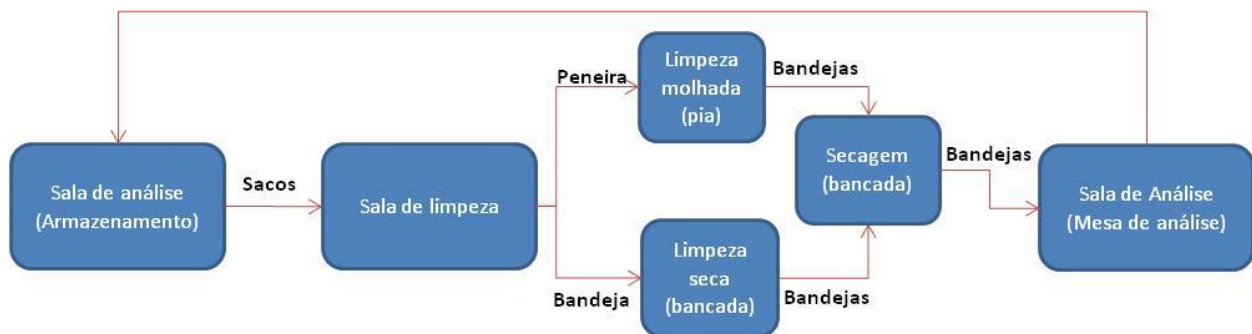


Figura 4. Fluxos dos trabalhos de curadoria e análise no laboratório.

Durante a etapa de limpeza, cada saco foi transportado para a sala de limpeza e aberto sobre uma peneira. Em uma bandeja, foram postos os materiais que não seriam submetidos à limpeza molhada (metais, papéis, vegetais). Todas as bandejas foram devidamente identificadas com sua proveniência, mantendo as etiquetas de campo no interior das bandejas ou, quando necessário, replicando-as nas demais bandejas que continham materiais de um mesmo nível. Máxima atenção foi dada para não misturar ou perder a referência entre materiais provenientes do mesmo nível que ocupavam mais de uma bandeja devido ao volume.

A limpeza ocorreu de duas formas: a) limpeza molhada para cerâmica, vidros, louça, osteodontomalacológicos e tecidos. Cerâmicas, vidros e louças foram delicadamente escovados apenas para a retirada da terra aderida em suas superfícies e na quebra. Os tecidos foram limpos com água apenas passando-se os dedos em sua superfície; b) limpeza seca para madeiras, papéis e metais (incluindo pilhas e baterias). Quando necessário, pois às vezes havia muita terra acumulada impedindo a identificação do objeto, uma escova seca de cerdas macias foi usada. Quanto aos metais, exceções para limpeza molhada ocorreram quando não

continham ferro, como no caso dos objetos de alumínio e flandres e dos projéteis de arma de fogo.

Alguns cuidados especiais foram tomados nesta etapa, a saber: qualquer objeto que estivesse em grau avançado de degradação não deveria ser limpo (nem com água nem a seco); todas as superfícies deveriam ser cuidadosamente limpas, incluindo as quebras; se recipientes de vidro ainda continham líquido, não deveriam ser abertos; não foram usados consolidantes nem os fragmentos foram colados para a reconstrução de objetos (números mínimos não foram calculados a partir de paredes simples; além disso, a fabricação industrial dos objetos associados a sua grande padronização dificulta e torna lento o processo de colagem); somente os objetos secos entrariam na sala de análise; todos os objetos deveriam ser secos ao ar livre antes de serem empacotados.

O cálculo do número mínimo de recipientes (NMR) – abordagem que permite a descrição do número mínimo original de itens que podem ser contados a partir de um conjunto fragmentado (Voss & Allen, 2010: 1) – foi realizado apenas para peças diagnósticas (tudo aquilo que não era parede simples). O processo de análise teve início com a contagem de fragmentos por categoriais e coleta, determinados os atributos relacionados à morfologia, tecnologia e decorações após a quantificação de todos os fragmentos (diagnósticos e não-diagnósticos). Esta escolha deveu-se ao grau de fragmentação da amostra e a dificuldade em calcular números mínimos para artefatos industrializados (Ellis, 2006), por exemplo, como no caso dos fragmentos de sacos plásticos.

A numeração de controle foi atribuída sequencialmente apenas para lotes (o conjunto de peças de um nível), sem numerar as peças individualmente. O número do lote foi escrito em uma etiqueta, substituta da etiqueta suja de campo, junto a informações pertinentes relacionadas à proveniência, a fim de manter a rastreabilidade contextual. A figura 5 abaixo é exemplo do preenchimento das etiquetas:

GTA – Grupo de Trabalho Araguaia Base de Xambioá (BX)	GTA – Grupo de Trabalho Araguaia Base do Morro do Urutu (BU)
Proveniência: Cavidade 01 Nível: 20-45cm Lote: 02 Data: 15/07/2017 Obs.:	Proveniência: Quadra 1 Nível: Sup. Lote: 01 Data: 02/12/2017 Obs.:
Saco 2/3	Saco 1/4

Figura 5. Etiquetas utilizadas para organização do material coletado.

Devido à velocidade dos trabalhos e à grande quantidade de membros na equipe de campo, a troca das etiquetas foi importante para padronização de grafias e correção de eventuais equívocos de registro provenientes dos trabalhos de campo (material interno descrito inadequadamente por exemplo). Cuidados especiais foram tomados neste momento: o preenchimento das etiquetas foi feito a lápis, sempre, pois o grafite sobrevive à umidade e a água, em caso de acidente; as etiquetas foram trocadas apenas quando os materiais estavam secos e prontos para serem guardados; todas as etiquetas foram isoladas do contato físico com os materiais por meio de sua inserção em embalagens apropriadas.

Quanto ao empacotamento, cada categoria de material (vidros, louças, cerâmicas, metais, papéis, madeira, tecidos) foi ensacada separadamente em sacos plásticos transparentes, de tamanho apropriado. Apenas os projéteis de arma de fogo foram separados mais ainda assim no interior dos sacos de seus respectivos níveis. O material de cada nível, quando possível, foi contido em apenas um saco, no interior do qual todos os sacos das categorias correspondentes a ele estavam presentes. Um saco maior foi usado para conter todos os sacos menores, dentro do qual a etiqueta era posta, com a parte escrita voltada ao exterior do saco, a fim de facilitar a visualização. Quando necessário, devido à quantidade de materiais, mais de um saco para cada nível foi usado, replicando-se a etiqueta e acrescentando-se a seu canto inferior direito o número do saco em comparação ao total de sacos daquele lote (exemplo, "Saco 1/4"). Os engradados com os sacos dos níveis (lotes) foram também etiquetados no exterior com a proveniência do material que continham, de modo a serem facilmente localizados e agrupados na reserva técnica.

No que concerne à coleta de dados, a documentação do material foi dividida em duas etapas: quantificação e análise. A primeira etapa fora realizada com o intuito de determinar o tamanho, nível e qualidade do conjunto artefactual a ser analisado. Isto se deu a partir de uma planilha de curadoria que continha as categorias a seguir.

1. Metais
2. Vidro
3. Louças
4. Cerâmicas Utilitárias
5. Têxteis
6. Osteodontomalacológicos (ODM)
7. Vegetal
8. Papel
9. Lítico
10. Borracha
11. Plástico

12. Material Construtivo

As planilhas foram usadas frente à necessidade de obtenção de dados quantitativos expressos em números absolutos. No que concerne aos metais, quando não houve forma visível, ou seja, quando fossem fragmentos outrora parte de recipientes (e que não claramente bordas e bases), também completamente enferrujados, foram pesados e não contados individualmente. Portanto, sua quantidade foi expressa em quilos.

A planilha de curadoria tem a aparência da figura 6 e foi produzida a partir de uma tabela disposta no programa Microsoft Excel.

Procedência				Quantificação das categorias										Fragmentos metal não identificados	Obs.
Proveniência	Nível	Número de Lote	Número do saco	Metal	Vidro	Louça	Cerâmica	Têxtil	Osteodontomalacológicos	Vegetal	Papel	Lítico	Borracha	Plástico	

Figura 6. Planilha de curadoria para quantificação do material coletado

Alguns cuidados especiais foram tomados neste momento: todo conjunto artefactual foi documentado, incluindo materiais que por equívoco durante o trabalho de campo não tinham procedência; extensos comentários na coluna “Obs.” foram evitados, já que não seriam expressões que permitiriam abordagens-padrão para somas.

Uma segunda etapa, a de análise, foi realizada com intuito de serem registrados dados em maior nível de detalhe para permitir as interpretações necessárias às conclusões que o projeto pretendeu atingir. Nem todos os materiais, no entanto, receberam o mesmo nível de atenção. A planilha de análise, portanto, abordou dois níveis de registro: um registro básico, com o mínimo requerido para produzir dados interpretativos, e um registro detalhado, que englobou o registro básico, mas incluiu outros aspectos para mergulhos mais profundos em categorias e subcategorias (SGRP, 2015). Só foram submetidos aos procedimentos de análise: metais e vidros (que compõem o grosso de todo o conjunto), plásticos e borrachas (que se estimou serem, respectivamente, as terceiras e quartas categoriais mais representadas), louças, cerâmicas, tecidos e osteodontomalacológicos (com baixa representatividade).

A tabela 3 explica como foram classificadas as peças, contendo sucinta explicação das opções da planilha (definidas para esta tese e que permitiram otimizar a coleta de dados usando apenas uma planilha para todas as categoriais, e não uma planilha para cada uma). A planilha de análise foi organizada por meio de chaves, com poucos campos descritivos (usados apenas quando necessário, como no caso das inscrições). As opções foram alimentadas ao longo do trabalho, à medida que exceções e novos objetos, não sabidos previamente, foram encontrados.

Categoria	Chaves		
Amplas divisões baseadas em matéria-prima	1. Metais		
	2. Vidro		
	3. Louças		
	4. Cerâmicas Utilitárias		
	5. Têxteis		
	6. Osteodontomalacológicos (ODM)		
	7. Vegetal		
	8. Papel		
	9. Lítico		
	10. Borracha		
	11. Plástico		
	12. Material Construtivo		
Subcategoria	Chaves	Chaves	Número
Subdivisões importantes a determinadas categoriais	Metal	Alumínio	1
		Flandres	2
		Ferro	3
		Cobre	4
		Chumbo	5
		Aço	6
		Latão	7
		Ágate	8
	Vidro	Âmbar	1
		Verde	2
		Incolor	3
		Azul	4
Branco (Opalina)		5	
Louça	Faiança Fina	1	
	Porcelanas	2	
Cerâmica Utilitária	Roleta	1	
	Torno	2	
Têxteis	Algodão	1	
	Sintético	2	

	Fibra Vegetal	3	
	Corino	4	
	Couro Natural	5	
Osteodontomalacológicos (ODM)*	Humano	1	
	Fauna	2	
	Vegetal	Semente	1
		Sulfite	1
	Papel	Laminado	2
		Jornal	3
		Papelão	4
	Lítico	Quartzo	1
		Hialino	
	Borrachas		
Plásticos			

Tratamento de superfície	Chaves	Número
Alterações na superfície do recipiente, relacionadas a decoração	Trigal	1
	Decalque	2
	Pintura (Desenho na embalagem)	3
	Relevo	4
	Rótulo	5
	Pontilhado	6
	Impresso	7
	Transferência	8
	Faixa/Friso	9
	Incisão	10

Forma do fragmento	Chave	Número
A que parte da forma inteira corresponde o fragmento	Base	1
	Borda	2
	Alça/Asa	3
	Parede diagnóstica	4
	Gargalo	5
	Cabo	6
	Tampa	7
	Parte de apertar do spray	8
	Ombro	9
	Bico para Dosador	10

Formas formas PRESUMIDAS	Chaves	Número
	Prato	1

dos objetos

Pires	2
Xícara	3
Copo	4
Panela	5
Moeda	6
Garrafa Térmica	7
Garrafa de Bebida	8
Frasco 1 de Remédio Pequeno (D=2 cm; H=4,5 cm)	9
Ampola de Remédio Pequena (Corpo: H=3 a 3,5 cm; D= 2 a 3 cm)	10
Seringa	11
Agulha	12
Cartela de Remédio	13
Frasco 2 de Remédio Grande (D=4cm/ H=10,5 cm)	14
Tubo de Pasta de Dente	15
Vassoura	16
Spray (Aerossol)	17
Lâmpada	18
Braçadeira (Engasga Gato)	19
Fio Elétrico	20
Saco de Ki-suco	21
Esparadrapo	22
Frasco de Desodorante	23
Conector de Cano de PVC	24
Embalagem de Margarina	25
Recipiente de Tempero	26
Forma Não Identificada	27
Garrafa/Frasco	28
Vidro Plano	29
Frasco de Alimento	30
Frasco de Cosmético	31
Ampola 2 de Remédio Média (Dbase = 1.3cm, H =5cm)	32
Ampola 3 de Remédio Grande (Dbase = 1.5cm, H=6.5cm)	33
Estojo de Projétil	34
Tira do Chinelo havaiana	35
Prego	36
Meia	37
Fita Isolante	38
Viés de Tecido	39
Tela de Tecido	40
Fivela	41
Anel (para abrir lata de cerveja)	42
Insígnia	43
Chuveirinho	44

Tubo de Pomada	45
Arame	46
Chapa	47
Bocal	48
Lata de Sardinha	49
Haste	50
Reboco	51
Tijolo	52
Tubo de Ensaio	53
Sola de Calçado	54
Elástico	55
Caneta	56
Bolso	57
Corda	58
Lata Média (D= 6 cm)	59
Lata Pequena (D= 4 cm)	60
Lata Quadrada	61
Lata de Molho de Tomate	62
Saco de Ráfia	63
Etiqueta	64
Lata 1 Grande (D=8 a 10 cm)	65
Anel (para abrir lata de sardinha)	66
Lata (S/ tamanho)	67
Lacre	68
Projétil	69
Aro Metálico	70
Gancho	71
Rolamento	72
Tubo ou Cano	73
Carretel de Linha	74
Sacola de Supermercado / Lixo	75
Rosca	76
Frasco de Remédio Tipo Xarope	77
Arame Farpado	78
Ráfia que cobre as baterias	79
Lasca	80
Frasco de Base Ovalada	81
Dosador de Remédio	82
Embalagem para Seringa (saco)	83
Enxada	84
Espuma	85
Grampo de Cerca	86
Chapa Metálica Retangular com Fixação e Espaço para Alguma Coisa Deslizar (Tipo Gaveta de Pasta Suspensa)	87
Rodela de Havaiana	88

Resíduo de Produção de Rodela de Havaiana	89
Embalagem genérica	90
Pneu	91
Fita Adesiva	92
Bobina (folhas de metal enrolada na forma de um cano)	93
Filtro da Bituca de Cigarro	94
Cadaço	95
Estopa de Pano	96
Calçado	97
Reforço de Alça de Bolsa	98
Disco de Vidro (Lente)	99
Zíper	100
Ilhós	101
Mola	102
Arruela	103
Lata de Conservas Finas	104
Parafuso (com duas arruelas, fio de cobre e porca)	105
Fio da Bateria	106
Presilha para o Fio da Bateria	107
Cama	108
Encaixe de Lâmpada Alógena	109
Tomada	110
Aro Metálico com Furos (D=10 cm)	111
Sachê de Remédio	112
Embalagem de Alimento (Saco)	113
Fragmento de Papel Alumínio	114
Lata de Tinta	115
Tonel	116
Rolo de Esparadrapo	117
Botão	118
Embalagem para Água - Tratamento	119
Escova de Dente	120
Etiqueta Rotex	121
Isopor	122
Band-Aid	123
Embalagem de Remédio (saco)	124
Cinto	125
Estaca de Madeira	126
Lata de Cerveja	127
Rebite de Bolso	128
Marmita	129
Interruptor	130
Materiais Elétricos Diversos	131
Lata de Material de Limpeza	132
Suporte para Prateleiras	133

Lata 2 Grande (D=12 a 14 cm)	134
Lata 3 Grande (D=16 cm)	135
Haste com pontas voltadas para dentro	136
Lanterna	137
Garfo	138
Vela	139
Embalagem de Fio de Sutura	140
Caixa Porta Munição (Casca de Ovo)	141
Pá	142
Pote Igual ao de Filme Fotográfico (D=3; H=4,6)	143
Canudo	144
Comprimido	145
Espelho	146
Embalagem de Soro Fisiológico	147
Isqueiro	148
Anzol	149
Peça de Mecanismo	150
Toalha de Mesa (Plástica)	151
Boneca	152
Vedação	153
Manilha	154
Ripa de Madeira	155
Garrafão	156
Tampa de Papel da Bateria	157
Suporte de Presilha da Bateria	158
Capa Plástica (Garrafão)	159
Bolinha de bico dosador de garrafa de bebida (cachaça)	160
Fita Crepe	161
Navalha	162
Madeira da Bateria	163
Tubo de Cola	164
Escova de Cabelo (Masculino)	165
Lâmina de Barbear	166
Escumadeira	167
Dobradiça	168
Carta de Baralho	169
Pente	170
Recipiente redondo com tampa com 4 furos (H = 9,7 cm; D = 5 cm)	171
Vidro de esmalte	172
Dosador de soro hospitalar	173
Faca	174
Peso para tirar balde do poço	175
Bolinha de gude	176

Facão	177
Grafite	178
Fita de arquear	179
Fusível	180
Cravo	181
Balde	182
Ampola 4 grande (Dbase = 2cm, H = 8.3 cm)	183
Tampa que cobre os bastões de células de baterias	184
Cano de descarga de veículo (não coletado)	185

Incrições	Descrição	
Informações escritas na superfície dos objetos, desde marcas a descrições sobre produto		
Efeitos Tafonômicos	Chaves	Número
	Fogo	1
Alterações tafonômicas ocorridas na sup. do objeto	Químico	2
	Ferrugem	3
	Esverdeado (cobre)	4
ODM*	Chaves	Número
	Epífise (Osso Longo)	1
	Diáfise (Osso Longo)	2
	Osso Plano	3
	Vértebra	4
Parte Anatômica (específico para análise de materiais osteodontomalacológico)	Dente	5
	Não identificado	6
	Falange	7
	Tarso ou Carpo	8
	Metacarpo ou Metatarso	9
	Costela	10
	Escápula	11
ODM*	Chaves	Número
Família/ Espécie/ Nome Popular	Bos Taurus	1
	Não identificado	2
	Ave	3

Tabela 3. Chaves de análise.

Na ficha de análise, cada linha correspondeu a uma peça. Apenas os materiais osteodontomalacológicos (ODM) utilizaram as colunas "parte anatômica" e "família".

Procedência										ODM		Obs.
Proveniência	Nível	Número de Lote	Categoria	Subcategoria	Parte do Recipiente	Tratamento de superfície	Forma específica	Inscrição/marca de fabricante	Efeitos tafonômicos	Parte anatômica	Família/Espécie/ Nome popular	

Figura 7. Planilha para análise do material coletado.

Informações mais detalhadas sobre pilhas e baterias foram coletadas durante esta etapa, em planilha à parte. Foram classificadas de acordo com dimensões predeterminadas, identificadas visualmente com base na sua forma externa (AA, C, D e baterias) ou através da medida da dimensão dos bastões de carbono (Aproximados AA: 5,3 cm h/0,5 cm esp.; C: 5 cm h/ 0,6 cm esp.; D: 6,2 cm h/ 0,8 esp.; Baterias: 5,2 cm h/ 0,5 cm esp. Quando degradadas, pilhas e baterias apresentaram-se representadas na amostra apenas por seus bastões de zinco-carbono, os quais eram medidos e as medidas somadas por tipo/nível para que fosse possível estimar um número mínimo para cada tipo (baseado na Σ de fragmentos ou bastões inteiros dividida pela medida de um bastão inteiro). Na figura 8, "quantidade" indica pilhas/baterias inteiras e Σ a soma da medida dos fragmentos/bastões em cm:

Procedência			PILHAS E BATERIAS								Obs.
Procedência	Número do lote	Nível	AA		C		D		Baterias		
						Quantidade	Σ grafites	Quantidade	Σ grafites	Quantidade	Σ grafites

Figura 8. Planilha para análise e quantificação de pilhas e baterias.

Apesar da análise partir das categoriais artefatuais enumeradas acima, mais relacionadas às matérias-primas, as planilhas respondem a perguntas sobre o universo de ação

e uso destes objetos em suas funções presumidas – daí a importância das formas. Assim, só foram analisadas peças cuja integridade permitia a identificação ou o reconhecimento dos contornos da forma e os fragmentos diagnósticos, porções das formas inteiras que atendiam aos seguintes requisitos: bordas, bases, asas/alças ou paredes com inscrição/ rótulos. Paredes simples e fragmentos diminutos (menores de um centímetro) não foram analisados, tendo sido previamente quantificados na planilha de curadoria. Todas as peças, ao final da análise, foram encaixadas nos seguintes universos:

Universo	Descrição
1. Alimentação (AL)	Artefatos associados à esfera do consumo, produção, armazenamento e transporte de alimentos e bebidas;
2. Higiene e Farmácia (HF)	Artefatos associados aos cuidados com o corpo, tanto em termos higienistas como estéticos, além de artefatos ligados a produção desses;
3. Manutenção e trabalho (MT)	Artefatos associados à manutenção do local de habitação, mobiliário e a esfera da produção e do trabalho;
4. Armamento e bélico (AB)	Artefatos associados ao universo armamentício;
5. Lazer (LA)	Artefatos associados ao lazer;
6. Numismática (NU)	Moedas e papéis moeda;
7. Transporte (TR)	Partes de veículos motorizados ou não;
8. Documentação (DO)	Artefatos associados à escrita e registro de informações;
9. Vestuário (VE)	Artefatos associados à vestimenta e indumentária.

Tabela 4. Explicação dos universos de ação e uso

Por serem produtos padronizados, que apresentam períodos de produção específicos, os materiais analisados podem atuar como indicadores cronológicos do espaço de tempo no qual um contexto foi ocupado (Symanski, 1998). O período de produção de um determinado artefato é indicado por atributos como pasta, forma, decoração, dureza, cor, vidrado, inscrições, fabricante, etc. (South, 1994: 68). Um dos artifícios utilizados para se obter uma datação aproximada do início da ocupação de uma área, com base nos artefatos nela encontrados, é o princípio do *terminus post quem*, que consiste em considerar a data inicial do artefato de produção mais antigo presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do depósito (Deetz, 1996). Visando determinar o provável intervalo de deposição do material constituinte do conjunto gerado pelas atividades arqueológicas, os objetos para as quais foi possível identificar as datas iniciais, e por vezes terminais, de produção, tiveram esta informação representada graficamente na barra cronológica de tipos com período de produção identificada proposta por Stanley South (1994).

A barra cronológica é parcialmente baseada nos princípios de *terminus post e ante quem*, consistindo na representação visual do intervalo de produção de todos os tipos datáveis de uma amostra. Essa representação permite uma aproximação dos prováveis intervalos de

maior intensidade ocupacional, pautada pelos princípios de que a maior/menor intensidade de ocupação é representada pela maior/ menor frequência e diversidade de tipos coexistindo em um mesmo período. Apesar de antiga, esta ferramenta é ainda pouco utilizada no âmbito forense, mas sua importância para a tese é grande como capaz de demonstrar que o contexto trabalhado corresponde ao período da repressão à guerrilha do Araguaia.

Tempo e espaço foram relacionados através da análise do material e de sua relação com as demais estruturas (cavidades) localizadas nas bases para interpretações envolvendo a distribuição espacial dos artefatos e especificidades de uso a partir a proposição de áreas particulares baseadas nos universos aos quais os artefatos se relacionam. O uso das planilhas permitiu análises espaciais de densidade para sugerir áreas com funções específicas. Com os dados, foram feitas plantas com base nos quadriculados sistemáticos de campo especializadas com o uso do próprio Excel através da formatação condicional para aplicar cores às células que correspondessem a condições específicas, construindo-se, assim, mapas de calor. Estes foram relacionados às estruturas georreferenciadas e localizadas a partir de uma prospecção por topografia fina do terreno escavado e expressa em plantas realizadas pela equipe de cartografia do Ministério da Defesa, a nosso pedido, e com o uso de uma estação total.

Os resultados das comparações de variáveis envolvendo cultura material e contextos foram analisados a partir de agrupamentos (*clusters*), expressos em dendrograma produzidos automaticamente pelo PAST 3.23 que considerou os objetos semelhantes segundo funções de distância estatística. A análise de agrupamento foi utilizada, em especial, para as cavidades da base de Xambioá, a fim de classificá-las em diferentes grupos com vistas a propor interpretações sobre seu uso no espaço.

3.3. Para a análise da paisagem

Análises da paisagem da guerrilha do Araguaia e os efeitos nefastos do terror ao longo do tempo nas estruturas, mobilidade e construção dos espaços a ela relacionados, em sua inter-relação com fazendas, mineração e floresta, ainda está por ser feita, apesar de ser muito comum a presença de croquis e mapas ilustrativos nas publicações sobre o tema. Enquanto fonte de informação ou como evidência forense, ferramentas de sensoriamento remoto, sintaxes espaciais e sistemas de informação geográfica foram pouco utilizados enquanto propulsoras de outras óticas sobre os eventos passados na região, incluindo suas possibilidades para o mapeamento de materialidades relacionadas a violações de direitos humanos.

Não é possível entender a guerrilha do Araguaia e as consequências da repressão sem o uso de um sistema de informações geográficas (SIG). As variáveis são diversas e as informações crono-espaciais são imprescindíveis para entender como e onde os eventos se passaram, além de seu uso para fazer proposições preditivas. Junto do SIG, esta tese utilizou o sensoriamento remoto, a sintaxe espacial e a morfologia urbana como métodos chaves para pensar a repressão em sua escala espacial.

Para refletir sobre a inserção das bases militares em uma paisagem mais ampla, integrando uma constelação de outras bases das quais eram dependentes, no escopo da estratégia repressiva montada para a região, foi produzido um SIG através do software QGIS 3.2.2, para comparações sincrônicas considerando-se altimetria, distâncias, ambiente, hidrografia, geomorfologia, dados de socioeconomia e elementos dos arredores (povoados e vias). Lançar mão do SIG na presente pesquisa permitiu inferências mais profundas em torno da paisagem de terror que se montou no Bico do Papagaio, onde a materialidade das coisas está relacionada diretamente aos eventos ocorridos ali, as mortes, torturas e desaparecimentos, pensados de forma espacial (Congram & Tuller, 2015; Congram, Kenyhercz, & Green, 2017: 260). A partir do SIG foram condensados dados e derivadas análises.

Parti da escala da paisagem para inserir as bases militares pesquisadas em um todo coerente de intervenções planejadas pela ditadura cívico-militar contra os moradores do Bico do Papagaio, na tentativa de mostrar como as estratégias de repressão se utilizaram da paisagem e se manifestaram na floresta, e quais algumas de suas consequências no uso e ocupação dos espaços. Nesta escala, a estratégia de repressão, por meio da instalação de bases e outras formas de ocupações, foi entendida como uma constelação, um agrupamento de locais (pontos: vértices) próximos (linhas: arestas) em determinada região (regiões: faces). Essa constelação expressa materialmente concepções a respeito da repressão militar que orientou, em parte, a construção da paisagem atual. O uso do sensoriamento remoto para acessar esta escala parte do pressuposto de que as ações humanas deixam marcas que podem ser vistas, como impactos no crescimento da vegetação, diferentes colorações de solo, sombras, topografias, expressando-se também em estruturas com geometria regular e padronizada (Madry, 2006: 303).

A mudança na escala do objeto pesquisado implica na inclusão da paisagem como categoria analítica para interpretação e consideração de suas experiências passadas na forma contemporânea (Parcak, 2015: 2). Cada base militar analisada aqui foi considerada, portanto, um lugar, local de comportamentos, materiais e memórias, uma localidade significativa e um produto da interação das pessoas com o meio e com o sobrenatural, parte da vida social

(Zedeño & Bowser, 2009). As bases são entendidas na longa duração de seu significado e no profundo impacto de sua existência na vida da região, apesar de seus curtos períodos de ocupação (dois, três anos?), bastante significativas enquanto lugares de trauma e memória. O conjunto da inter-relação entre esses lugares forma a paisagem da guerrilha do Araguaia.

Como nem todas as bases militares são georreferenciadas com exatidão, locadas na região a partir da bibliografia, as análises vetoriais e a topologia matemática foram importantes ferramentas. As duas bases militares em estudo foram locadas através de coordenadas (plotadas) em relação a outras bases e ocupações das Forças Armadas presentes na região, estas menos precisas, com base nos dados disponíveis na literatura e sobrepostas às informações sobre o movimento e organização da guerrilha quanto às áreas de atuação dos destacamentos A, B e C e suas bases (Chega com Jeito, Metade, Faveira, Gameleira, Couro D'Antas, Pau Preto, Abobora e Esperancinha). Para a localização desses lugares no espaço, foram utilizados o Google Earth Pro e o comando *place marks*, que georreferencia locais criando pontos legendados representados por ícones. O SIG no QGIS serviu, então, para a construção de mapas e análises de métrica e geometria espacial.

As análises vetoriais permitem que alguns atributos espaciais sejam representados por linhas ou planos, com medidas resultantes em dados angulares que consistem em azimutes no plano horizontal (Landim, 2003: 121). A topologia possibilita o uso de espaços topológicos como propriedades invariantes de espaços abstratos (Wu, 2006), ideal, portanto, para pensar a paisagem construída pelo posicionamento relativo das bases militares e dos guerrilheiros. Para esta tese foquei-me na característica de Euler (dada por $V - A + F$, respectivamente o número de vértices, arestas e faces de uma triangulação), número que descreve a topologia da forma e do espaço, não importando a métrica (Wu, 2006).

Com o SIG, além dos mapas produzidos, foram realizadas diversas análises vetoriais: de matriz de distância, de análise do vizinho mais próximo, de distância para o centro mais próximo, através da triangulação de Delaunay e do estabelecimento de polígonos Voronoi. A matriz de distância foi utilizada para estabelecer as relações entre militares e guerrilheiros e das ocupações no interior de cada um. Com as distâncias, foi possível enveredar por análises de agrupamento, usando o próprio Excel. O número de grupos foi determinado a partir da fórmula Sturges ($k = 1 + 3,322(\log_{10} n)$) e sua amplitude a partir do valor da diferença entre o maior e o menor valor (R) dividido pelo número de intervalos ($w = R/k$). Utilizei ferramentas de estatística descritiva, como funções de crescimento e previsão (por que os dados são descontínuos), com preferência por gráficos de linha e dispersão para visualmente estabelecer relações sincrônicas e diacrônicas (Piteri, Meneguette Junior, Santos, & Oliveira, 2007).

A análise do vizinho mais próximo serviu para estabelecer as distâncias entre cada ponto e considerar a relação de militares e guerrilheiros com as demais ocupações da região. As distâncias para o centro mais próximo possibilitam a geração de linhas que indicam a distância até tais centros, utilizada para propor diferentes funções entre os locais ocupados por militares e guerrilheiros de acordo com sua posição espacial. Isto também orientou análises de conectividade para pensar as redes estabelecidas pela estruturação desta paisagem.

Utilizei a triangulação de Delaunay, que expressa subconjuntos de grafos definindo regiões convexas que não se sobrepõem (Caruso, Hilal, & Thomas, 2017: 82), para criar sólidos que seriam a expressão material da ocupação guerrilheira e a materialização da estratégia repressiva na região. Estes grafos foram utilizados para pensar a paisagem em sua concretude, como um objeto com forma, proporção, tecnologia de produção, cadeia operatória, uso, função, biografia, agência e capital. A partir dos triângulos de Delaunay foi possível extrair a árvore de extensão mínima do grafo plano, expressando as relações mínimas percorridas/estabelecidas entre as bases militares e entre os locais guerrilheiros.

Já os diagramas Voronoi, frações do espaço baseadas na distância entre pontos em um conjunto, foram utilizados como propostas para pensar áreas de influência e relações entre as paisagens de repressão e da resistência, bastante úteis tendo em vista a inexatidão, em termos georreferenciados, de locais ligados a determinados eventos.

O sensoriamento remoto é um velho conhecido da arqueologia e sua importância dá-se por meio da contribuição em cobrir largas áreas, permitindo vistas únicas de processos de dinâmica espacial e temporal (Herold, Goldstein, & Clarke, 2003: 287). Pode ser entendido enquanto um amplo conjunto de ferramentas que permite, ao arqueólogo, a observação remota do mundo que o cerca e, de modo mais específico, a visualização de estruturas que de outro modo passariam despercebidas ou não seriam vistas já que revelam marcas observáveis apenas em altitude (Di Maggio & Ferrara, 2015; Parcak, 2017: 3).

Isto inclui imagens de satélite, aerofotogrametrias, cartas topográficas, radares de penetração no solo, magnetômetros, equipamentos de resistividade, etc. Nesta tese, recorro às três primeiras. Aerofotogrametrias e imagens de satélite vêm sendo usadas em investigações sobre violência política desde os anos de 1990, com o caso clássico das valas comuns de Srebrenica, em 1995, pelo ICTY, construindo dados únicos para eventos que cobriram amplas áreas em intervalos definidos de tempo (Raymond, Card, & Baker, 2014: 33). Exemplos têm proliferado, consideravelmente nos últimos anos, ressaltando a importância do método comparativo de imagens históricas para diagnosticar construção, destruição e modificação de cidades, vizinhanças, prédios, casas e valas ao longo do tempo, evidenciando operações

silenciosamente escondidas e apagadas, como explosões e bombardeios (SHRP, 2009; Weizman, 2017; Myers, 2010: 455).

É sabido, todavia, que um dos maiores obstáculos no uso de imagens aéreas está na resolução das próprias imagens, as quais, muitas vezes, não permitem a localização de estruturas, eventos e objetos em escala humana. O Google Earth, por exemplo, cobre a maior parte da superfície do planeta com imagens em resolução de 15m (Landstat 7 ETM). Outro obstáculo está na própria disponibilidade de fontes do tipo para a região do Bico do Papagaio: uma área rural e florestada na borda oriental da floresta amazônica que, além disso, era estratégica e onde não interessava registrar o que ali se passava. Assim, alguma dificuldade foi encontrada para identificar imagens (e que fossem gratuitas) que permitissem a cobertura da linha do tempo adequada para esta pesquisa.

A partir de imagens de satélite (Google Earth Plus, Google Earth Engine, USGS LandLook Viewer e UNAVCO SAR Archive, buscas também nos portais gratuitos Sentinel Scientific Data Hub, NOAA CLASS, INPE Image Catalog e NASA Reverb, ARQGIS GLS 2010 Enhanced), aerofotogrametrias (Projeto AST – 10 USAF 1964-1967), cartas topográficas (IBGE, Geoportal do Exército Brasileiro, Visualizador do INDE, Topographic Map), atlas históricos (FGV/CPDOC e Memórias Reveladas), mapas de rua (Open Street Map, Google Maps, USGS Landsat Look, Geoportal Analista, Via Michelin), croquis e mapas espacializando episódios da guerrilha do Araguaia (disponíveis na literatura), o método debruçou-se sobre duas relações: a da base militar de Xambioá com o plano urbano da cidade homônima (em diacronia) e a da relação entre as diversas bases militares montadas na região em relação à paisagem da resistência guerrilheira (em sincronia).

Quanto à primeira, a partir da perspectiva histórica de expansão da malha da cidade, o foco foi dado às assertivas sobre o processo de formação dessa paisagem, dialogal ao impacto das estratégias de terror orquestradas na região pela ditadura, em seus efeitos materiais profundos e continuados. Quanto à segunda, foi explorada a relação da base militar de Xambioá e da do morro do Urutu com as demais bases militares e pontos ocupados pelas Forças Armadas (Bacaba, Marabá, Araguatins, Santa Cruz, Araguanã, Palestina, Oito Barracas e Terra Indígena Suruí), em termos relativos de posicionamento, distância, topografia e cobertura vegetal, pressupondo que cada uma delas tinha papéis a desempenhar e eram dependentes. Estes lugares serão também relacionados às vias de circulação e deslocamento existentes a fim de serem exploradas as possibilidades de conexão e a problemática da mobilidade na região durante e após a guerrilha. De forma semelhante, a paisagem da guerrilha será analisada em relação a da repressão. O método, portanto, é

comparativo e analisa o espaço geográfico em suas “rugosidades”, as marcas materiais do passado social inscritas na paisagem, como definiu o geógrafo Milton Santos (2012: 140).

Para pensar a relação entre base militar e cidade utilizei métodos de análise da sintaxe espacial e dos estudos de morfologia urbana a fim de pensar os usos da dimensão material da cidade de Xambioá na repressão à guerrilha e à população. No caso das pesquisas que se utilizam de métodos em morfologia da forma urbana, elas são utilizadas para abordar os principais elementos físicos da cidade, como o tecido urbano, as ruas, os lotes, edifícios etc., incluindo atores e processos envolvidos em sua transformação, considerando, em especial, os modos como o traçado confere sentido a uma lógica geométrica subjacente e a relação entre edifícios, movimento e relações sociais (Oliveira, 2015: 16; Teixeira, 2015: 25; Smith, 2011: 176). A morfologia urbana é importante para ajudar a pensar em como a repressão manifestou-se fisicamente e favoreceu apreensões da paisagem urbana atual (Rego & Meneguetti, 2011: 12).

Por sintaxe espacial, entende-se um corpo de conceitos e métodos e um conjunto teórico e analítico de técnicas, desenvolvida nos anos de 1970, para identificar, comparar e interpretar padrões espaciais por meio de gráficos e mapas que descrevem conectividades e integrações relativas de forma quali e quantitativa (Hillier, 2001; Carmo, Raia, & Nogueira, 2012; Tencer, 2016: 3). Na arqueologia, em geral, a sintaxe espacial e a morfologia urbana são largamente aplicadas aos estudos de arqueologia urbana para compreensão de como diferentes tipos de configurações espaciais estão relacionados, em sua materialidade, a aspectos sociais expressos em padrões espaciais (Hillier & Vaughan, 2007; Smith 2011).

Na arqueologia brasileira os estudos de sintaxe espacial não são tão comuns (assim como os de arqueologia urbana em geral), a mencionar as análises das escolas argentinas por Andrés Zarankin (2002), das casas bandeiristas paulistas por Paulo Zanettini (2005) e das fortificações catarinenses por Fernanda Codevilla e Juliana Brandão (Soares & Moreira 2015) que utilizaram os chamados modelos alfa e gama. A diferença básica entre os modelos gira em torno das especificidades das estruturas espaciais do espaço urbano, contíguos (gama) e do interior dos edifícios (não necessariamente contíguos). Aqui utilizo elementos da análise alfa, pois é voltada à articulação dos elementos da cidade relacionados à sua permeabilidade e circulação (Heitor s.d) e ao trabalho com as malhas urbanas considerando o tamanho de quarteirões, a proporcionalidade de seus lados e a hierarquia de ruas, pensando espaços públicos mais que os privados e como se conectam, para além de suas dimensões métricas, daí a importância das características topológicas do espaço (Teixeira, 2015: 39).

A sintaxe espacial foi utilizada para análise do tecido urbano por meio de mapas axiais (aqueles formados por uma série de linhas com diferentes comprimentos e ângulos que se interseccionam em diferentes graus [Hillier, 2001: 6]) criando imagens abstratas focadas na topologia da cidade de Xambioá. Foram primeiramente utilizadas aerofotogrametrias e imagens de satélite, em sequência cronológica, a fim de aferir mudanças e continuidades neste cenário, olhando para a morfologia do plano urbano – em especial quanto à sua localização e inserção paisagística, barreiras urbanas, trama viária, tipologia do plano, polos e formas de crescimento – e o impacto da repressão em tudo isso.

As imagens da região de Xambioá foram sobrepostas, da mais recente à mais antiga, alterando-se sua transparência para que fosse possível comparar o que mudou, como e onde, através da busca por regiões morfológicas, aquelas que mantiveram traçados similares e uniformes, e por incongruências, aquelas partes onde havia menor conformidade morfológica (Cozen & Conzen, 2004; Rego, Menegutti, 2011).

Em seguida, e de modo muito simples, as diferenças na geometria das formas em cada imagem foram unidas em um mesmo plano (desenhado com o Power Point), no qual cada momento e forma foi decalcada inserindo-se linhas que cobriram traçados, destacados por meio do uso de distintas cores, para facilitar a observação do crescimento da cidade ao longo do tempo, e agrupados. O desenho construído, escalado e planimétrico, foi traçado com foco na materialidade das vias de circulação, representadas pela malha viária, para propor um histórico de crescimento urbano. A relação entre o nome das ruas e a morfologia do plano urbano permite inferências em torno do crescimento da cidade e os nomes podem indicar relações com a história do lugar. Vale ressaltar, todavia, que a qualidade da resolução das imagens trouxe dificuldades na observação de alguns aspectos do plano.

A trama viária foi analisada na relação entre sua forma e como ela pode ter sido usada pela repressão (seguindo os preceitos de Hillier, Vaughan, 2007; Hamaina, Leduc, & Moreau, 2011), considerando o papel da dimensão material da malha formada pelas ruas. Também foram consideradas segundo sua hodonímia, o conjunto dos nomes das ruas e praças e de todas as áreas de circulação do centro urbano da cidade (Caruso, Hilal, Thomas, 2017: 81), cujos significados, espacialidades e origens permitem inferir aspectos diacrônicos da dinâmica inerente à cidade de Xambioá, já que guardam relação com aspectos físicos que se manifestam na história do lugar. Xambioá também foi considerada segundo sua proposta urbanística, considerando-se seu papel em região de fronteira durante a ditadura (Martins, 1996; Velho, 2009; Trindade Junior, 2011), e sua inserção topográfica e interação com rede hidrográfica, concepção formal, simetria, variações na orientação dos traçados, hierarquia do

sistema viário e percepções de regularidade (Rosaneli, 2011). Para as análises gráficas da malha viária foram utilizados os programas Power Point, Excel, PAST 3.23, o Harris Matrix Composer e o Google Earth Pro.

Finalmente, para espacializar eventos que ocorreram na região associando-os a circunstâncias de desaparecimento, relacionei nomes, codinomes e a frequência de eventos (translado pós-exumação, enterro de partes de corpo, exumação, avistamento do corpo morto, enterramento, detenção, último avistamento vivo, encarceramento e morte) com informações espaciais para dar maior sistematicidade e solidez frente à dificuldade de precisar eventos, pessoas e onde aparecem/estão em determinado momento em meio a esta paisagem.

Como, por si só, este é um aspecto que ocuparia toda esta pesquisa, imprescindível para qualquer investigação sobre locais potenciais para busca por mortos e desaparecidos, aqui utilizei a distância de Levenshtein, que analisa a distância entre duas séries de caracteres (nomes ou codinomes), expressando o número mínimo de operações para que uma sequência se torne outra e, portanto, expressando a proximidade fonética e fonológica dos mesmos. Isto permite problematizar como nomes e codinomes da guerrilha foram não apenas usados para confundir a repressão como tem impacto em sua própria identificação. O resultado foi expresso através de análise de componente principal (no PAST), procedimento que converte um conjunto de variáveis, possivelmente correlacionadas, em um número menor de variáveis (os componentes principais).

4. Análise

4.1. O campo científico

A realização deste capítulo fez-se necessária pela busca da literatura e melhor compreensão da (não) inserção da arqueologia em contextos de violência política no país, apesar do uso corrente e pouco preocupado do termo “antropologia”. Para entender os vazios do campo científico da arqueologia forense no Brasil (e seu potencial para dialogar com outras arqueologias), ou melhor, sua idiossincrasia e ausência, foi preciso entender não apenas como ele não se manifestou no âmbito da arqueologia no país, mas fundamentalmente como se definiu um campo que é *sui generis* em relação a outros países da América Latina. Se existe uma antropologia forense no Brasil, que pouco ou nada dialoga com a Antropologia, ele sobrepõe-se à medicina forense, não abrindo espaço a nenhuma das contribuições próprias da Antropologia, da Arqueologia, este capítulo busca compreendê-la. Se a Antropologia e a Arqueologia no país não utilizam a expressão, quem a utiliza e como é entendida? Quais as consequências de uma antropologia forense distante do campo da Antropologia, como ocorre com o Brasil?

Existem, de fato, diferentes modos de abordar o problema, mas julgo importante o debruçar-se sobre o campo que advoga para si o nome da antropologia forense, muito mais rico em fontes, do que sobre os campos que não o fazem, ainda que seja destes que ela realmente deriva conforme constituída em outros países a própria Antropologia e a Arqueologia. Publicações sobre a história da Antropologia e sua relação com a Medicina não faltam (Corrêa, 2013), assim como alguns sobre o banimento e ausência de formação em Antropologia Biológica, não institucionalização da Antropologia Forense no país ou ainda sobre sua irmã mais nova, a Bioarqueologia (Gaspar Neto, 2017; Lessa, 2005; Lessa, 2010). Mas pouco ou nada existe sobre a atual relação que a Medicina Forense estabeleceu com a Antropologia Forense no âmbito dos serviços médicos legais no país ou sobre as consequências disso para a configuração da ausência da arqueologia na busca por desaparecidos, a perpetuação de más práticas devidas à distância entre o que se professa atualmente e as discussões no âmbito das ciências antropológicas contemporâneas (Feldman-Bianco, 2011) e o fato de que toda perícia antropológica no Brasil ainda é feita dentro de infraestruturas derivadas da ditadura.

O que denomina antropologia forense no Brasil tem viés específico, diferenciado de outros locais do mundo, em especial pela sobreposição que apresenta ao campo da medicina e da odontologia legal, além da tardia (ou ausente) implantação de mecanismos de investigação

de violações aos direitos humanos e pessoas desaparecidas, tendo como 1984 um ano fundamental para alguns países latino-americanos (Fondebrider, 2008: 156; Fondebrider, 2008: 156).

O Brasil tem uma trajetória bastante distinta, onde predominam na antropologia forense profissionais com trajetórias maciçamente advindas da área da saúde, o que levou à proliferação de literaturas basicamente relacionadas a aplicações e validações de técnicas relacionadas a construções de perfis biológicos. Uma rápida busca pela expressão "antropologia forense" nos acervos digitais dos jornais a *Folha de São Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo* mostra que o termo aparece nestes veículos pela primeira vez em publicações de 1989, popularizando-se com a investigação do caso Josef Mengele e a vinda de pessoas chave ao país, como Clyde Snow. Apesar disso, a abordagem que Snow construiu concomitante à experiência argentina não se reproduziu no país e o termo ganhou outro sentido. Como consequência, proliferaram "laboratórios de antropologia" dentro dos serviços médicos legais a partir do final dos anos de 1990, sem a contratação de antropólogos em seu quadro, como se viu nos processos de reestruturação dos serviços médicos legais do Chile e Colômbia. A avaliação amostral de Andrea Lessa (2009) nos institutos médico-legais de seis capitais brasileiras apontou preocupantes problemas relacionados à negligência da prática, à falta de capacitação dos profissionais e ausência de centralização de dados.

A despeito da tímida expansão das pesquisas brasileiras neste campo, é possível realizar levantamentos que apontam balanços, análises críticas e mapeamentos os quais evidenciam temas, assuntos, métodos e procedimentos (Vosgerau & Romanowski, 2014: 167), auxiliando na identificação das lacunas que estimularam a presente tese - onde está a arqueologia? - sendo a mais óbvia delas. Como resultado, foram encontrados 140 artigos científicos e 90 teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso, num total de 230 publicações. No que concerne aos anos de publicação, sem dúvida a literatura pertence ao século XXI, com claros picos de produção entre o final da década de 2000 e o começo da de 2010. A figura 9 mostra este movimento:

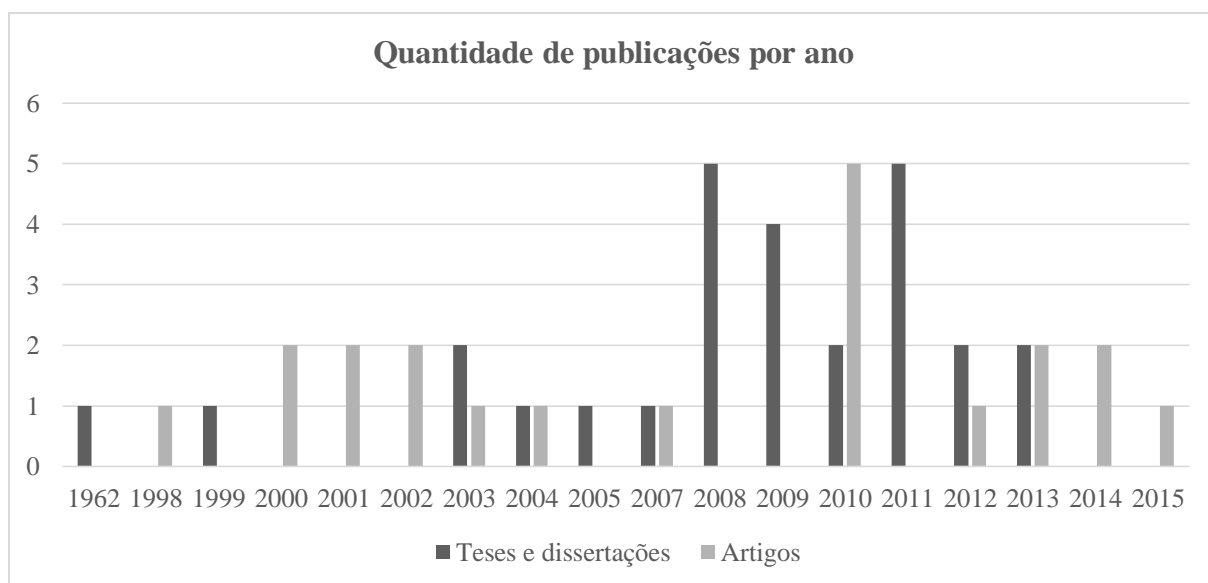


Figura 9. Gráfico de barra com quantidade de publicações por ano.

No que concerne aos artigos científicos, estão distribuídos em 56 periódicos, dos quais 39 em português, 18 em inglês, 3 em espanhol e 1 em francês, sendo que daqueles em inglês, 4 são periódicos brasileiros publicados em língua inglesa. Apesar de uma relativa diluição do tema em vários periódicos diferentes, pertencentes predominantemente à área da saúde (odontologia e medicina), quatro periódicos contém a maioria das publicações: o *Forensic Science International* (9%), *International Journal of Morphology* (7%) e o brasileiro *Saúde, Ética & Justiça* (7%). A tabela 5 lista a classificação de periódicos contribuintes (com base na lei de Bradford para a distribuição dos ensaios):

Ranking	Número de submissões publicadas	Submissões publicadas cumulativas	Título do periódico
1	13	13	Forensic Science International
2	10	23	International Journal of Morphology
3	9	32	Saúde, Ética & Justiça
4	6	38	Medicina (Ribeirão Preto)
5	6	44	Journal of Forensic Odonto-Stomatology
6	5	49	Odonto
7	5	54	Brazilian Journal of Oral Sciences
8	4	58	Revista Sul-Brasileira de Odontologia
9	4	62	Dental Press Journal of Orthodontics
10	4	66	Brazilian Journal of Oral Science
11	3	69	Revista de Odontologia UNESP
12	3	72	Revista da Associação Paulista de Cirurgiões Dentista
13	3	75	Radiologia Brasileira
14	3	78	Journal of Forensic and Legal Medicine
15	2	80	Revista da Faculdade de Odontologia da UPF
16	2	82	Revista Odonto Ciência
17	2	84	Revista do Hospital das Clínicas
18	2	86	Revista de Odontologia da USP
19	2	88	Revista de Ciências Médicas e Biológicas
20	2	90	Revista brasileira de otorrinolaringologia

21	2	92	Revista Brasileira de Odontologia Legal
22	2	94	Journal of Forensic Science
23	1	95	Segurança, Justiça & Cidadania
24	1	96	Saúde Coletiva
25	1	97	Revista Odontológica do Brasil Central
26	1	98	Revista Saúde Pública
27	1	99	Revista Imagem
28	1	100	Revista Gaúcha de Odontologia
29	1	101	Revista de Ciências da Saúde
30	1	102	Revista brasileira entomologia
31	1	103	Revista Brasileira de Ortopedia
32	1	104	Revista Brasileira de Odontologia
33	1	105	Revista Brasileira de Criminalística
34	1	106	Revista Baiana de Saúde Pública
35	1	107	Revista Asociación de Odontología Argentina
36	1	108	Pesquisa Odontologia Brasileira
37	1	109	Pesquisa brasileira odontopediatria clínica integrada
38	1	110	Odontologia
39	1	111	Medicina Legal de Costa Rica
40	1	112	Legal Medicine
41	1	113	Journal of Research in Dentistry
42	1	114	Journal of Forensic Radiology and Imaging
43	1	115	Journal of Applied Oral Sciences
44	1	116	Journal of Anthropological Science
45	1	117	Jornal Brasileiro de Clínica e Estética em Odontologia
46	1	118	Emerging Infectious Diseases Journal
47	1	119	Derecho y cambio social
48	1	120	Dentomaxillofac Radiology
49	1	121	Clio Arqueológica
50	1	122	Ciência & Saúde Coletiva
51	1	123	Bulletins et Mémoires de la Société d'anthropologie de Paris
52	1	124	Brazilian Journal of Morphological Sciences
53	1	125	Brazilian Journal of Biology
54	1	126	Revista Brasileira de Cirurgia e Implantodontia
55	1	127	Arquivo Centro de Estudo Curso de Odontologia da UFMG
56	1	128	Actas odontológica

Tabela 5. Classificação de periódicos contribuintes (com base na lei de Bradford para a distribuição dos ensaios).

A aplicação da lei de Bradford-Zipf (1948) para os autores dos artigos por ano, no que concerne às submissões, por periódicos, indica que a mesma está se disseminando e crescendo (Harande, 2011: 40).

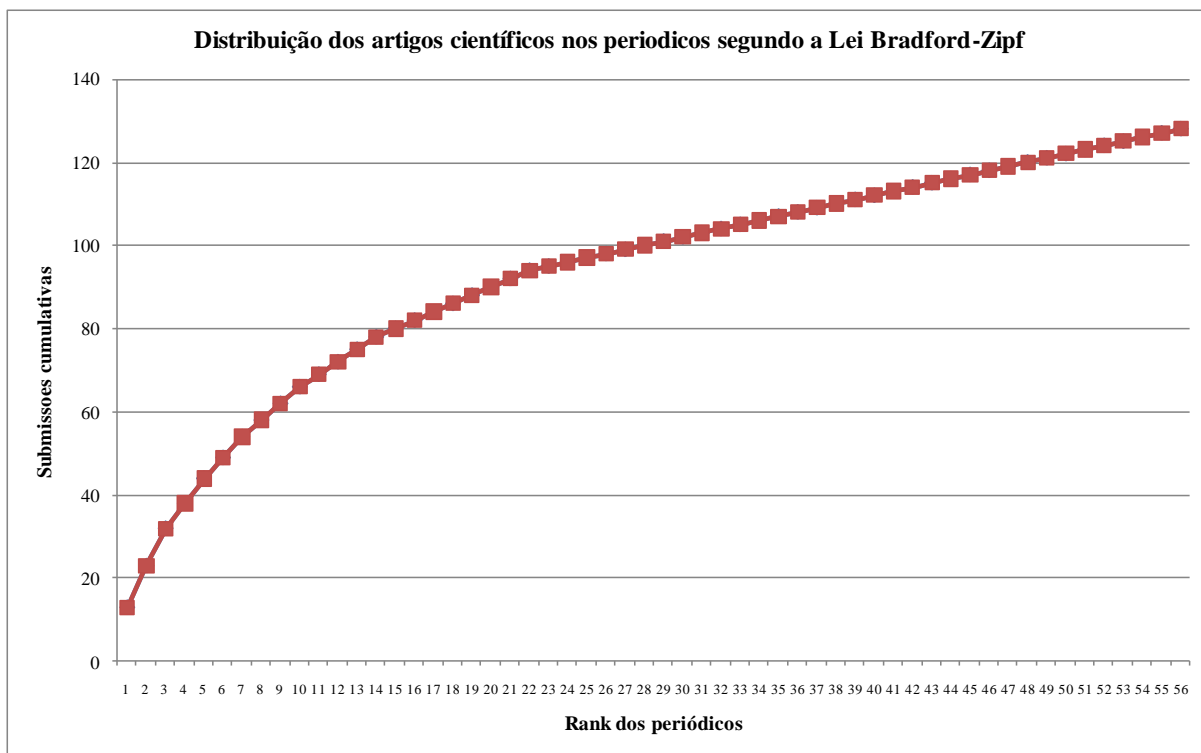


Figura 10. Distribuição dos artigos científicos nos periódicos segundo a lei de Bradford-Zipf

No que concerne aos autores, a antropologia forense é um campo de domínio predominantemente masculino. Os 140 artigos foram escritos por 143 autoras e 174 autores. A proximidade entre estes números, no entanto, é enganosa, já que as mulheres aparecem como autoras em apenas 36% das publicações, enquanto os homens dominam em 64%. O autor mais citado tem 31 entradas (Eduardo Daruge Júnior) enquanto a autora mais citada tem somente 8 (Daniela Alejandra Zavando Matamala). Dos 140 artigos, as mulheres são primeiras autoras em 42% deles, o que na lógica autoral das ciências médicas quer dizer que, apesar de primeiras redatoras, elas não são coordenadoras dos projetos.

Já no que concerne às teses, há um equilíbrio de 45 mulheres e 45 homens. Todavia, ao olharmos para orientadoras e orientadores, 13 mulheres orientaram 17 teses, enquanto 31 homens orientaram 71 trabalhos, em uma proporção em que cada orientador orienta o dobro de alunos e alunas que uma orientadora. Apesar disso, cada orientador, homem ou mulher, orientou uma proporção de 1:1 entre homens e mulheres. Isso reflete um círculo em que, depois de formados nos cursos de pós-graduações, mais homens entram nas vagas para docentes em universidade que mulheres, criando quadros predominantemente masculinos de orientadores. Por outro lado, também aponta para a formação dos corpos periciais no Brasil. Mas este quadro vai além: espelha a desigualdade de gênero nas universidades do país como um todo, o crescente aumento da presença feminina na pós-graduação que não se reflete no

acesso as altas posições de carreira docente no ensino superior. A Unicamp, por exemplo, de onde vêm a maior parte das teses e dissertações analisadas aqui, conta com um quadro de 36.7% de docentes do sexo feminino, enquanto que a área de Medicina é representada por 51.9% e de Odontologia por 35.4% apenas (Moschkovich & Almeida, 2015: 771).

Quanto às áreas de formação dos autores, apenas 11 artigos têm autoria de antropólogos e arqueólogos, comparados aos 186 odontólogos, os quais representam cerca de 67% do total de autores. O comportamento é semelhante no que concerne às teses e dissertações, cujos odontólogos representam 72% das pesquisas defendidas, nenhum antropólogo e apenas um arqueólogo. Os gráficos das figuras 11 e 12 nos auxiliam a visualizar como tem se dado a construção do campo científico da antropologia forense no Brasil dentro da odontologia, o que seguramente lhe dá características específicas.

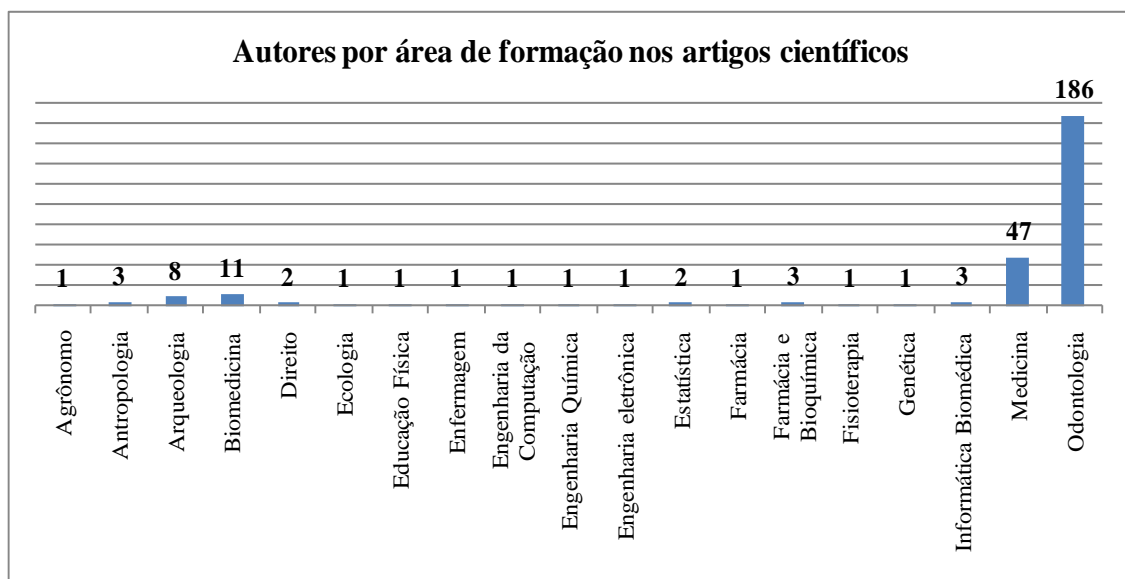


Figura 11. Gráfico de barra com autores por área de formação nos artigos científicos.

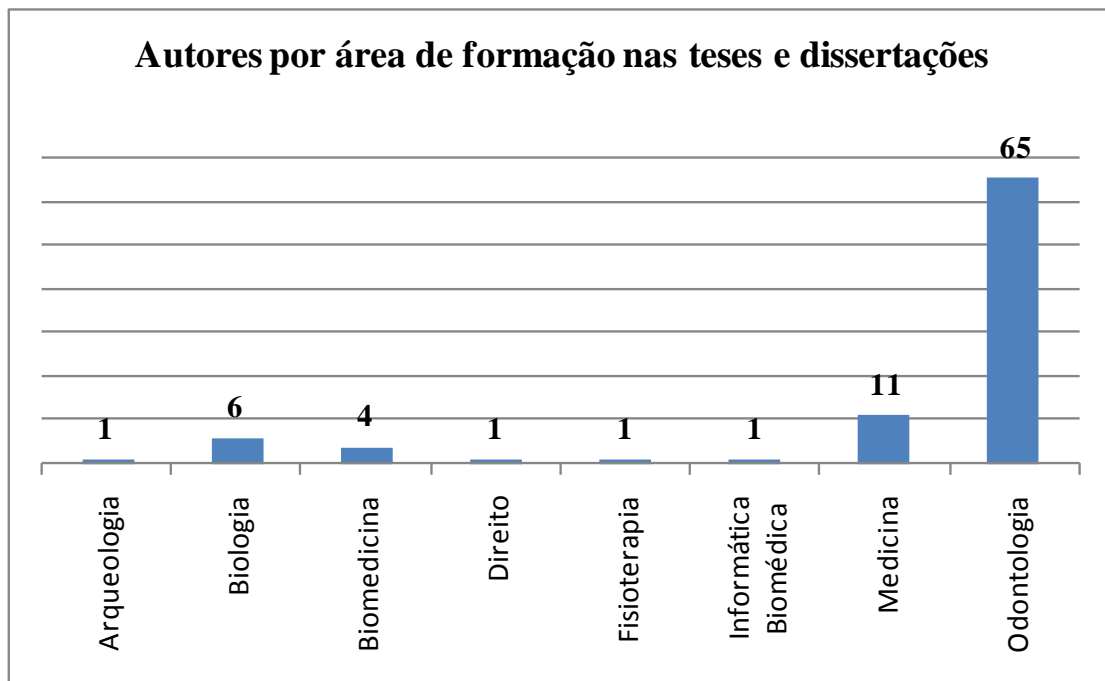


Figura 12. Gráfico de barras com autores por área de formação nas teses e dissertações.

Quanto à escrita, os artigos científicos seguem um modelo comum às áreas biomédicas: possuem uma enorme quantidade de autores. Este modelo foi chamado, por Luiz Antônio de Castro Santos (2014), do Instituto de Medicina Social da UERJ, de "epidemia das autorias múltiplas, em tudo idênticas, até no reduzido número das páginas dos artigos". O fenômeno das autorias múltiplas vem aumentando nas últimas décadas e ocorrendo em todas as áreas do conhecimento, inclusive nas ciências sociais, destarte com menor intensidade. Algumas justificativas para esse aumento têm girado em torno do crescimento das chamadas "autorias honorárias", autores que não teriam contribuído suficientemente para serem considerados autores, como os denominados "autores seniores" (Camargo Júnior & Coeli, 2012: 895).

A autoria múltipla domina as publicações (94%), concomitantemente a uma tímida representação de autorias únicas (6%). A maior parte dos artigos tem 5 (24% dos artigos) ou 4 autores (22% dos artigos), e distribuem-se conforme o gráfico da figura 13. Com 315 autores distribuídos entre os 140 artigos científicos, temos a média de 2,25 autores por artigo. Apenas 82 autores não têm formação em odontologia e medicina, o que cai para 71 se retirarmos os biomédicos. Do total, 54% dos artigos possuem autores com uma mesma formação, o restante deles apresentando interações múltiplas com autores com outra formação é, mormente, médica. Assim, as autorias que articulam grupos de autores provindos do binômio odontologia-medicina representam 70% dos artigos.

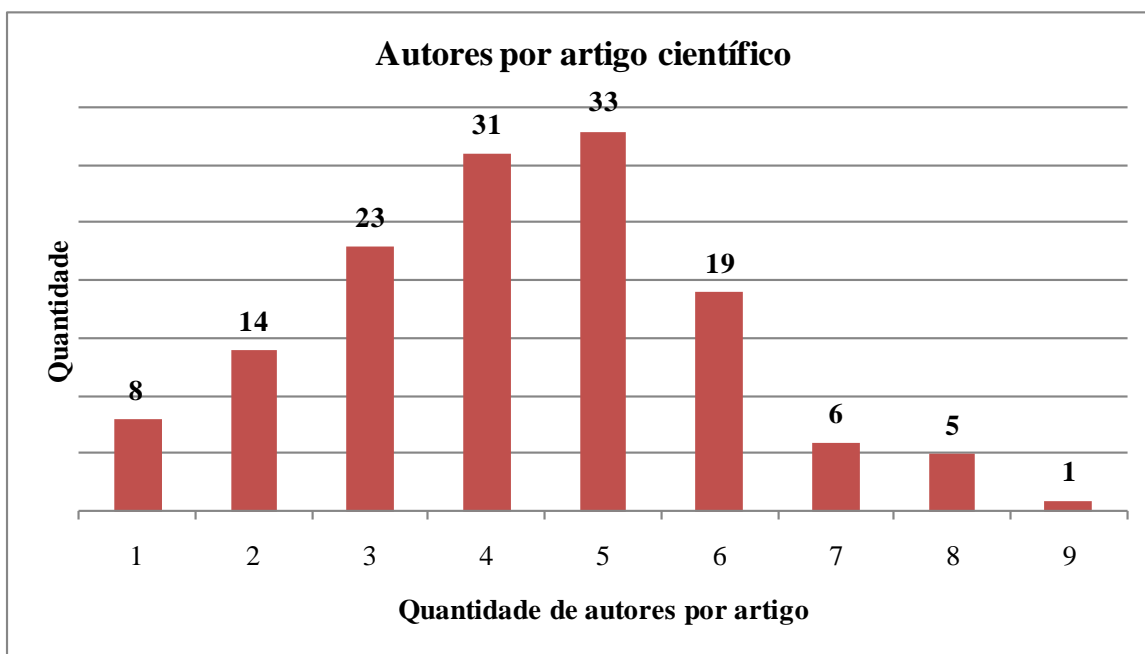


Figura 13. Gráfico de barras com quantidade de autores por cada artigo científico.

No que concerne à colaboração entre os autores, o gráfico da figura 14 apresenta os coeficientes de colaboração por ano e a tendência para o período (1962-2014). Observa-se uma constância na colaboração tendo em vista a proximidade do coeficiente a 1, com exceção dos anos de 1999, 2003, 2010 e 2013, quando ocorreu alguma queda. O ano de maior queda no coeficiente foi o de 1999, quando este chega a 0,67. Isto sugere que a quantidade de autores envolvidos na produção dos artigos não resultou no aumento da produção científica (Maia, Caregnato, 2008).

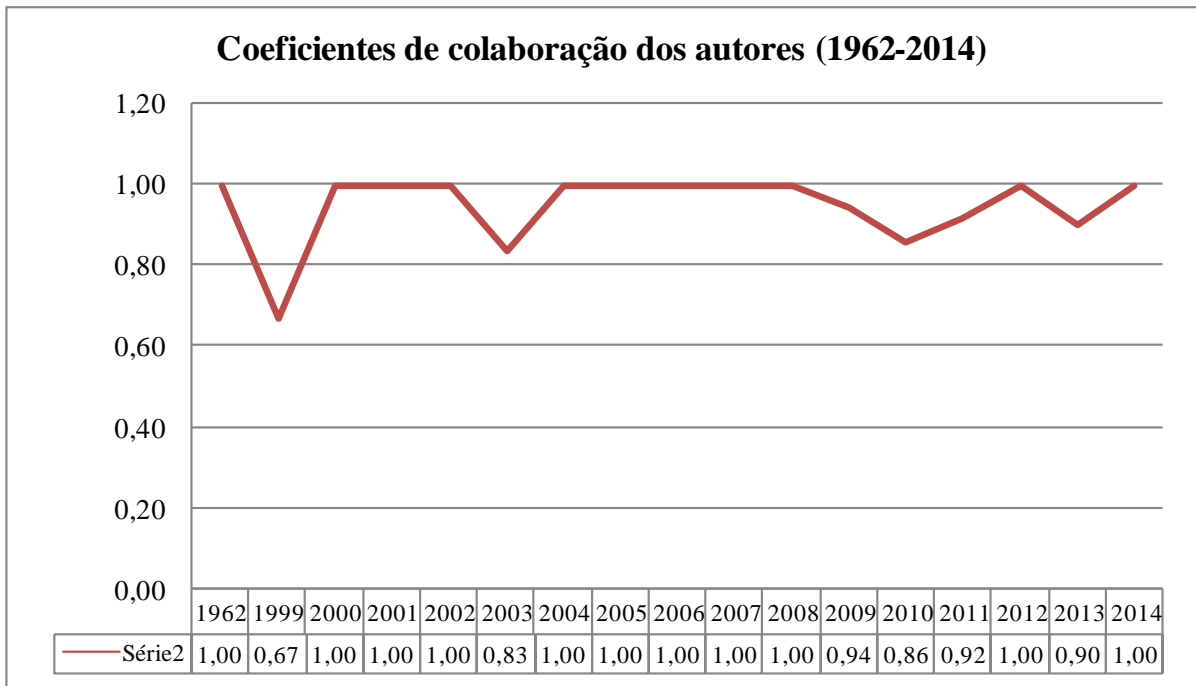


Figura 14. Gráfico de linha com os coeficientes de colaboração dos autores (1962-2014).

No que concerne às instituições onde são desenvolvidos os estudos e das quais escrevem os autores, 82% das teses e dissertações foram desenvolvidas em faculdades de odontologia enquanto 69% dos artigos foram escritos por autores ligados a faculdades de odontologia. As instituições de filiação dos autores mais frequentes são a USP e a UNICAMP. Os autores de teses e dissertações estão distribuídos entre estas duas instituições com cerca de 40% para cada uma. Já para os autores de artigos científicos, predominam as filiações a três instituições, sendo elas USP (26%), UNICAMP (22%) e IML (10%), lembrando que, no Brasil, é possível acumular cargos públicos em diferentes instâncias (municipal, estadual, federal).

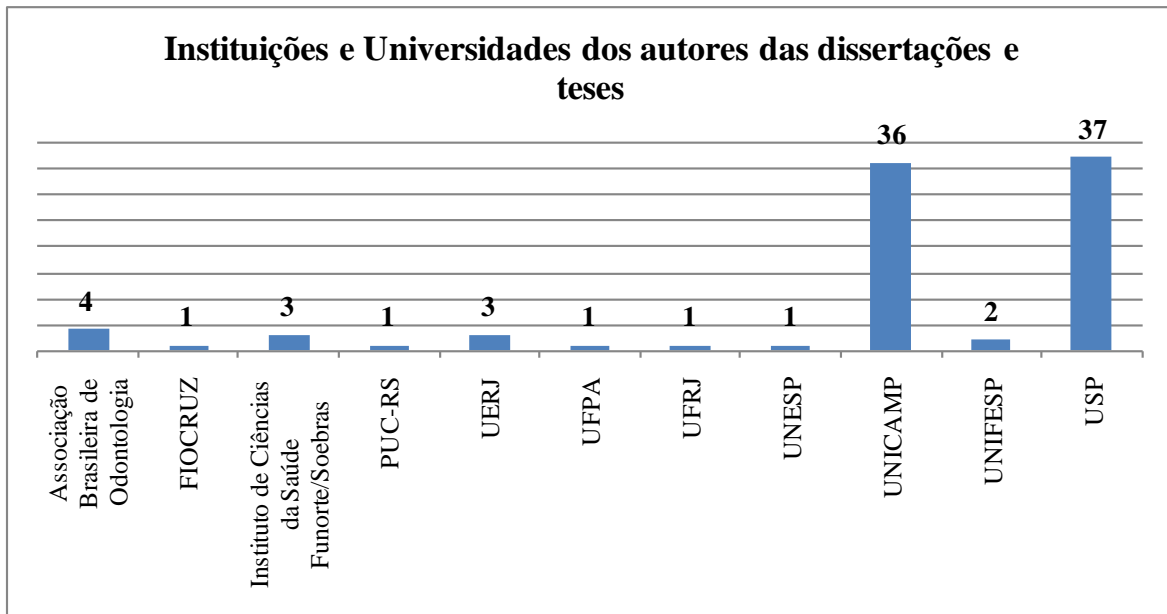


Figura 15. Gráfico de barras com quantidade de instituições e universidades dos autores das dissertações e teses.

Dos 132 artigos com autoria múltipla (quase a totalidade dos artigos em periódicos), em 36% os autores são todos de uma única e mesma instituição e em 32% os autores pertencem a duas instituições distintas.

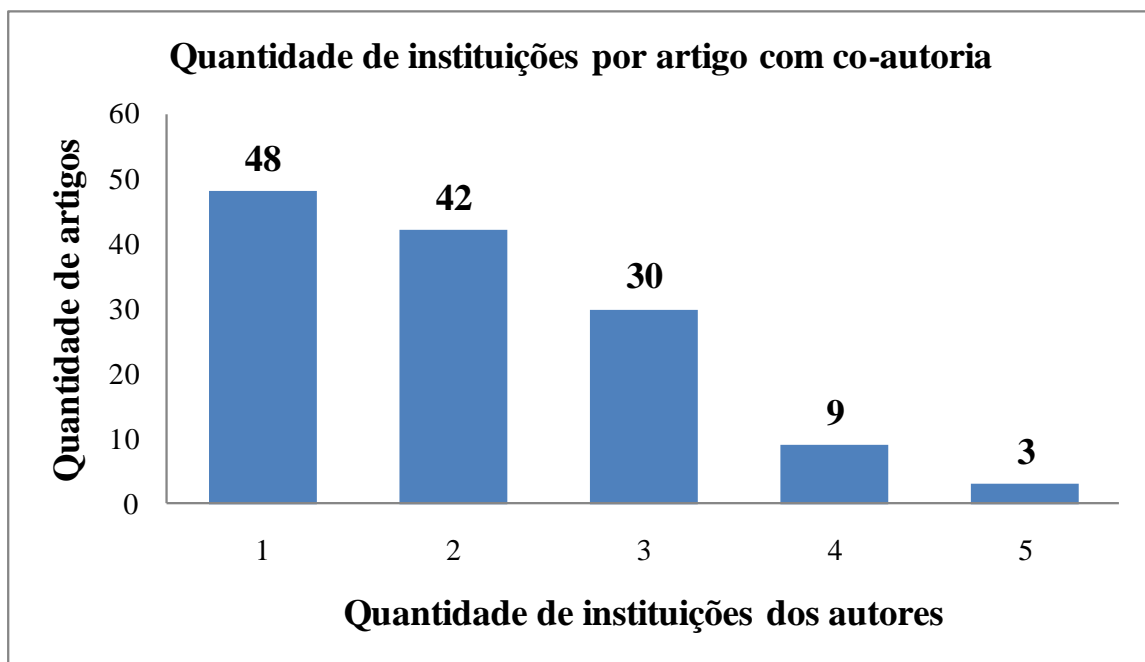


Figura 16. Gráfico de barras com quantidade de instituições por artigo científico com coautoria.

Quanto à quantidade de instituições representadas pelo vínculo dos autores dos artigos científicos, vale uma ressalva. A área de saúde, médica e odontológica, permite acúmulos de

cargos públicos excetuados na legislação brasileira (Constituição Federal, artigo 37) para cargos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, quando houver compatibilidade de horários. É comum, portanto, que não exijam dedicação exclusiva, como ocorre com outras áreas (como a Antropologia e a Arqueologia). Este aspecto torna mais complexas as redes e as instituições de fala de cada autor. Assim, alunos e professores podem ser legistas do serviço médico legal, trabalhar em hospitais, em universidades públicas e privadas, estaduais e federais, e possuírem consultórios particulares próprios, tudo ao mesmo tempo.

Isto dificulta à apreensão da constituição das redes sociais construídas, pois, apesar de estarem referenciados como de instituições diferentes, muitos autores ligam-se a outros por serem colegas de profissão em uma terceira instituição. Ao final, o capital científico e o prestígio no campo ficam circunscritos aos círculos que criam, eles mesmos, base para seu próprio poder via discurso científico. Isto também sugere a retroalimentação que torna perspectivas de mudança menos prováveis, já que universidade, serviço médico-legal e política estão completamente imbricados.

No que concerne às temáticas e conteúdo desta literatura em relação a característica de autores e instituições apresentadas acima, foi possível organizar artigos científicos e monografias acadêmicas ao redor de 23 temas – os assuntos principais sobre os quais as pesquisas se focam. No que concerne aos artigos científicos, o gráfico da figura 17 indica um intenso predomínio de debates sobre identificação humana (30%), seguidos da sexagem (20%).

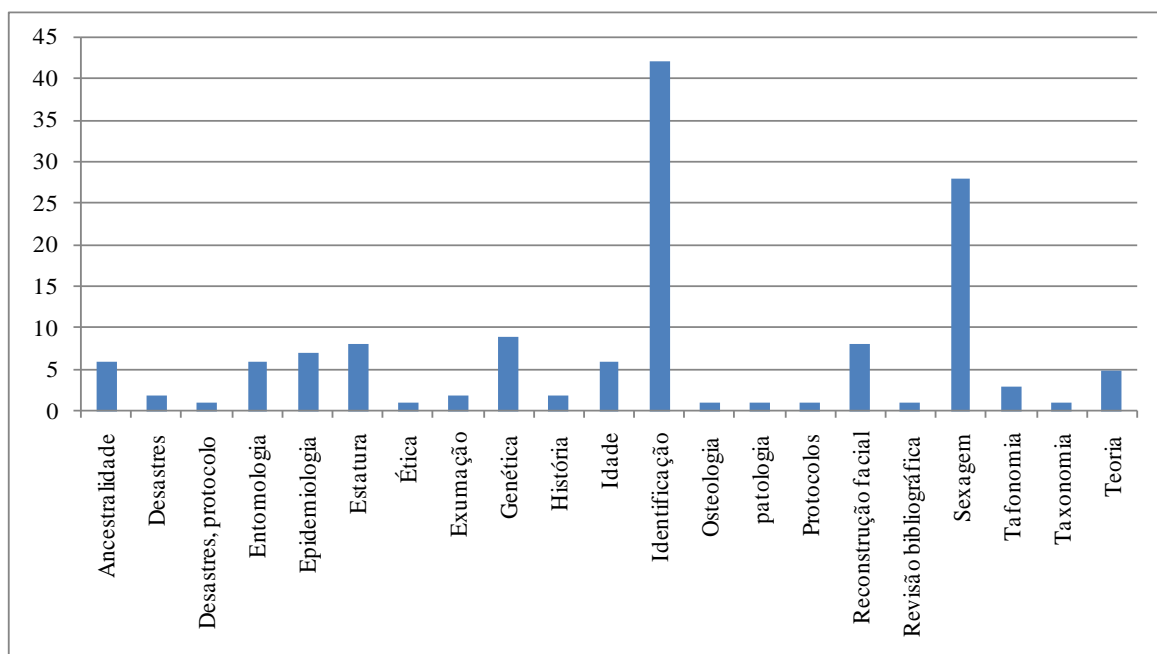


Figura 17. Gráfico de barras com quantidade de tipos de temas nos artigos científicos.

Apesar do predomínio da identificação humana e sexagem como temas entre autores homens e mulheres, no caso dos homens há uma recorrência de estudos sobre reconstrução facial enquanto no caso das mulheres, estudos sobre estatura predominaria.

Tema	Homens	Mulheres
Ancestralidade	14	11
Desastre	10	5
Entomologia	15	5
Demografia	8	13
Estatura	9	17
Ética	0	1
Exumação	3	2
Genética	15	10
História	2	4
Idade	15	10
Identificação	69	51
Osteologia	3	3
Patologia	1	3
Protocolos	5	1
Reconstrução facial	18	10
Sexagem	42	21
Tafonomia	9	6
Taxonomia	5	0
Teoria	6	3

Tabela 6. Temas por sexo dos autores nos artigos científicos

Já entre as teses e dissertações, a distribuição dos temas é um pouco mais equilibrada, com predomínio primeiro de estudos sobre sexagem (24%) e depois sobre identificação humana (19%):

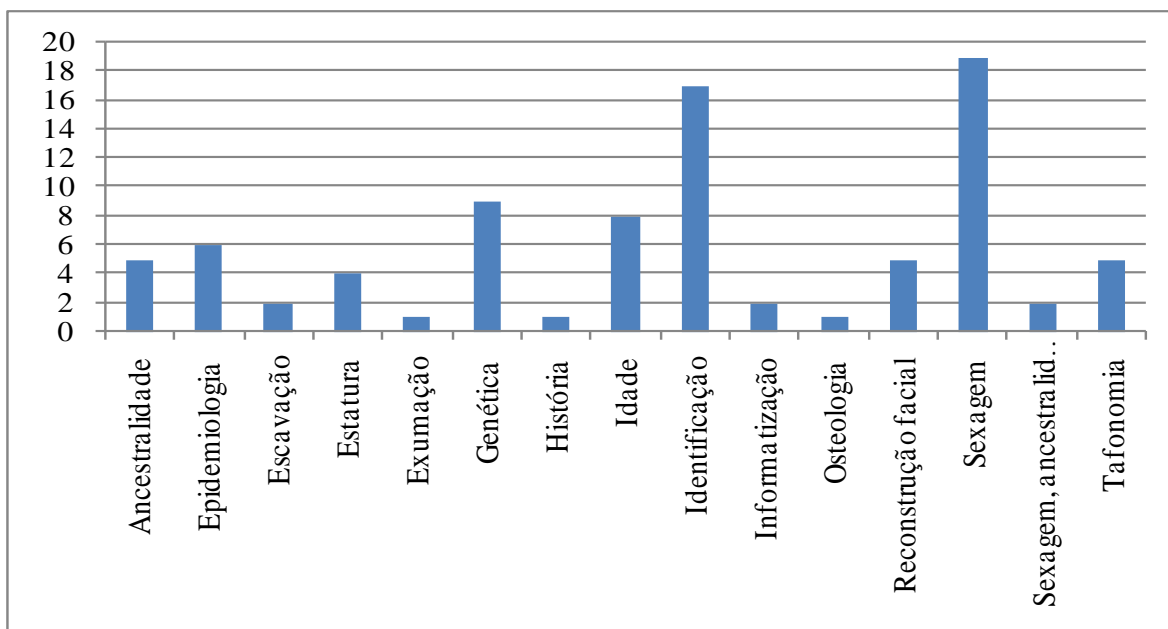


Figura 18. Gráfico de barras com quantidade de tipos de temas nas teses e dissertações.

Há nas monografias acadêmicas certos temas que não estão presentes dentre os artigos científicos, como desastres, protocolos, taxonomia e teoria. As mulheres pesquisadoras estão totalmente ausentes de alguns dos temas desenvolvidos na academia, como exumações, história e osteologia. Os pesquisadores tendem a focar-se em temas como sexagem, reconstrução facial e identificação humana, enquanto as pesquisadoras em identificação humana, genética, sexagem e reconstrução facial, conforme a tabela 7.

Tema	Homens	Mulheres
Ancestralidade	4	3
Demografia	3	3
Estatura	3	1
Exumação	0	2
Genética	1	8
História	1	0
Idade	6	2
Identificação	7	10
Osteologia	1	0
Reconstrução facial	2	3
Sexagem	13	8
Tafonomia	3	2

Tabela 7. Temas por sexo dos autores nas teses e dissertações

Quanto à relação entre instituição e tema pesquisado, há uma recorrência da UNICAMP em todos os temas. É interessante notar que a produção desta universidade não conta com artigos associados à história da ciência nem reflexões epistêmicas sobre o campo de atuação, algo presente na UFRJ, o que parece ser um reflexo de uma antropologia forense pensada no âmbito do departamento de antropologia e não de odontologia, como no caso da UNICAMP. Outro tema abordado apenas em artigos ligados à Fundação Osvaldo Cruz (FIOCRUZ) e ao IAB (Instituto Brasileiro de Arqueologia) é o das patologias ósseas (Jaeger, Mendonça de Souza, Dias, & Iñiques, 2013), no que parece ser mais uma vez uma consequência da antropologia forense pensada a partir da arqueologia e da antropologia.

No que concerne aos materiais utilizados, nos artigos há predominância de evidências documentais (52%) em relação a biológicas (48%), mas relativamente equilibrados. Quanto às teses e dissertações, a desproporção é maior, com predomínio dos estudos com evidências biológicas (61%) sobre as documentais (27%). Esta diferença pode estar relacionada ao fato de que estudos com coleções osteológicas humanas demandam tempo, local e certa dedicação que cabe na dinâmica e nas possibilidades de um estudo acadêmico, mas que, talvez, fora dos mestrados e doutorados sejam mais complicados de acontecer. Por isso proliferam-se nos artigos estudos de documentações odontológicas como dado *antemortem* para identificações, revisões bibliográficas e estudos epidemiológicos e de morbidade a partir de laudos necroscópicos, realizados por instituições com as quais os autores têm vínculos.

No que concerne à natureza das pesquisas, há um total predomínio de pesquisas aplicadas. As perspectivas que têm a ver com epistemologia da ciência, história, sociologia ou que forneçam uma visão crítica do campo, praticamente inexistem. Ou seja, pesquisas básicas, aquelas que objetivam gerar conhecimentos novos com base em interesses universais para o avanço da ciência (Silveira, Córdova, 2009: 31), são menos frequentes. No que concerne aos objetivos das pesquisas, predominam os descritivos, seguidos pelos explicativos e exploratórios. Quanto aos procedimentos adotados para as pesquisas, predominam pesquisas de levantamento, seguidas das documentais. As tabelas 8, 9 e 10 sintetizam o parágrafo:

Natureza das pesquisas	Artigos em periódicos	Teses e dissertações
Aplicada	72%	63%
Básica	28%	37%

Tabela 8. Percentual da natureza das pesquisas nos artigos científicos e teses e dissertações.

Objetivos das pesquisas	Artigos em periódicos	Teses e dissertações
Descritivos	56%	73%

Exploratórios	41%	11%
Explicativos	4%	16%

Tabela 9. Percentual de objetivos das pesquisas nos artigos científicos e teses e dissertações.

Procedimentos das pesquisas	Artigos em periódicos	Teses e dissertações
Levantamento	88%	63%
Documental	29%	27%
Bibliográfico	13%	6%
Experimental	10%	4%

Tabela 10. Percentual de procedimentos das pesquisas nos artigos científicos e teses e dissertações.

Basicamente, o objetivo da maior parte dos artigos é validar técnicas e métodos desenvolvidos por autores estrangeiros (mormente de língua inglesa) com base em populações específicas, seja utilizando abordagens morfométricas ou morfoscópicas ou cruzando a documentação antemortem com informações esqueléticas, como no caso da odontológica. A maioria das pesquisas parte de amostras muito reduzidas para estudos específicos de população, mas isso foge da tese e por isso não comentarei aqui.

Dentre os artigos científicos, no que concerne às pesquisas aplicadas, predominam temas relacionados à identificação humana seguidos da sexagem. Já quanto às pesquisas básicas, predomina também o interesse pela identificação humana, mas seguida da demografia, em especial porque elas baseiam-se em levantamentos documentais e ou na possibilidade do uso dessa documentação para identificação. A tabela 11 detalha os temas no âmbito de pesquisas básicas e aplicadas para os artigos científicos:

Pesquisas Básicas	
Tema	%
Identificação	26
Demografia	16
Genética	13
Teoria	13
Desastres	5
Estatura	5
História	5
Reconstrução facial	5
Ancestralidade	3
Desastres, protocolo	3
Ética	3
Revisão bibliográfica	3

Pesquisas aplicadas	
Tema	%
Identificação	31
Sexagem	26
Entomologia	6
Estatura	6
Idade	6
Reconstrução facial	6
Genética	4
Ancestralidade	3
Tafonomia	3
Exumação	2
Demografia	1
Osteologia	1
Patologia	1

Lesão	1
Protocolos	1
Taxonomia	1

Tabela 11. Percentual de temas em pesquisas básicas e aplicadas nos artigos científicos.

No que concerne a teses e dissertações, quanto às pesquisas aplicadas, predominam a sexagem, seguida da genética, e não da identificação como nos artigos. Isto talvez esteja relacionado ao fato de que a identificação humana é mais recorrente dentro das instituições de lidam com o problema diariamente, como os IML e os corpos de desconhecidos, do que na universidade, refletindo-se nos artigos e não nos estudos acadêmicos particulares de cada aluno. Novamente, o que se tem, em especial quanto à sexagem, são teses e dissertações cujo objetivo é validar técnicas e métodos desenvolvidos por autores estrangeiros. Já quanto às pesquisas básicas, também se nota estudos sobre identificação seguidos dos de demografia. A tabela 12 detalham os temas no âmbito de pesquisas básicas e aplicadas quanto aos artigos científicos:

Pesquisas aplicadas		Pesquisas básicas	
Tema	%	Tema	%
Sexagem	39	Identificação	39
Genética	17	Demografia	18
Idade	13	Tafonomia	12
Ancestralidade	9	Reconstrução facial	9
Estatuta	7	Ancestralidade	6
Identificação	7	Informatização	6
Exumação	4	Exumação	3
Reconstrução facial	4	História	3
Osteologia	2	Idade	3
Tafonomia	2		

Tabela 12. Percentual de temas em pesquisas básicas e aplicadas nas teses e dissertações.

Análises quanto aos objetivos desta produção acadêmica mostra que há predominância de pesquisas descritivas (56% para artigos científicos e 65% para teses e dissertações, seguidas das exploratórias (41% e 65%) e timidamente das explicativas (4% e 14%). Uma das razões pode estar relacionada ao fato de que pesquisas do tipo descritivas, baseadas em amostras para validar técnicas, parecem muito mais interessantes em sua dimensão aplicável à realidade de trabalho dos autores, grande parte peritos forenses, do que as pesquisas explicativas ou mesmo exploratórias, que, na verdade, exigiriam mergulhos epistemológicos e

reflexões críticas sobre o próprio fazer científico, que não é a preocupação da área do conhecimento que se quer construir.

Dentre os artigos, as pesquisas descritivas, todavia, apresentam uma menor variação de assuntos (9) do que as exploratórias (20). Predominam os temas da identificação humana (35%) e da sexagem (31%). No que concerne às pesquisas exploratórias, que em geral envolvem levantamentos bibliográficos, entrevistas e análises de exemplos (Gil, 2007; Silveira e Córdova, 2009: 31), predominam temas voltados à identificação humana (25%) e a demografia (12%). Aqui estão também os trabalhos teóricos, aqueles focados no levantamento de questões subjacentes ao status, ao campo e a existência de algo que se poderia chamar de antropologia forense no país – estes artigos, todavia, provêm todos de uma mesma autora (Andrea Lessa) e com formação em antropologia e arqueologia, áreas cujas abordagens estimulam este tipo de reflexão.

Pesquisas descritivas		Pesquisas exploratórias	
Tema	%	Tema	%
Identificação	35	Identificação	25
Sexagem	31	Demografia	12
Estatura	8	Genética	9
Reconstrução facial	8	Teoria	9
Idade	6	Entomologia	7
Genética	5	Desastres	4
Ancestralidade	4	Estatura	4
Entomologia	1	História	4
Osteologia	1	Reconstrução facial	4
		Sexagem	4
		Ancestralidade	2
		Desastres, protocolo	2
		Ética	2
		Exumação	2
		Idade	2
		Patologia	2
		Patologia/lesão	2
		Protocolos	2
		Revisão bibliográfica	2
		Taxonomia	2

Tabela 13. Percentual de temas em pesquisas descritivas e exploratórias nos artigos científicos.

Quanto às pesquisas explicativas, predominam, nos artigos, temas que versam sobre entomologia, exumação e tafonomia, sendo que as reflexões em torno dos processos

tafonômicos subjazem os trabalhos sobre exumação e entomologia. Isso não é surpresa. A experimentação é uma característica quase que inerente dos estudos tafonômicos (Buikstra, Uberlaker, 1994; Machado, 2006; Denys, 2002: 480).

No âmbito das teses e dissertações, as pesquisas descritivas apresentam muito mais variações de tema (11) em comparação às explicativas (7) e exploratórias (5). Isto provavelmente ocorre porque os objetivos de teses e dissertações dão foco à validação de técnicas em amostras populacionais locais com vistas à avaliação de sua reprodutibilidade. Diferente dos artigos, predominam nas monografias acadêmicas os temas da sexagem e da genética.

No que concerne às pesquisas explicativas, também diferentemente dos artigos científicos, os temas que predominam nas teses e dissertações incluem identificação humana, reconstrução facial e tafonomia. Isto pode ser explicado porque os pesquisadores estão buscando experimentar modos, em especial através de tecnologias digitais, de realizar as identificações com bastante ênfase no uso de propostas faciais e, portanto, no reconhecimento visual.

As pesquisas do tipo exploratório predominam, maciçamente, relacionadas ao tema da identificação humana, exploradas as possibilidades em especial a partir da documentação odontológica, como raios-x e odontogramas. Esta ênfase também tem a ver com a formação da grande maioria dos autores, a odontologia.

Pesquisas descritivas	
Tema	%
Sexagem	31
Genética	14
Identificação	12
Idade	11
Demografia	8
Estatutura	6
Ancestralidade	6
Exumação	3
Reconstrução facial	3
Osteologia	2
Tafonomia	2

Pesquisas explicativas	
Tema	%
Identificação	29
Reconstrução facial	21
Tafonomia	21
Ancestralidade	7
Demografia	7
Exumação	7
História	7

Pesquisas exploratórias	
Tema	%
Identificação	50
Informatização	20
Ancestralidade	10
Idade	10
Tafonomia	10

Tabela 14. Percentual de temas em pesquisas descritivas, explicativas e exploratórias nas teses e dissertações.

A bibliometria baseada na literatura permite notar que pouco ou nada existe sobre arqueologia; toda esta genealogia mostra que seria possível esperar que, à arqueologia, estivessem relacionados ao menos os temas ligados à exumação e à tafonomia, mas que nem nestes campos a arqueologia prevalece na literatura forense. Todavia, há conteúdo qualitativo na produção analisada que merece ser enumerado aqui para uma melhor compreensão de algumas entrelinhas. Isto é importante porque esta tese pensa a arqueologia não como “técnica de bem escavar”, como ocorre em muitos contextos forenses, mas como ciência cujo poder de materializar pode questionar muitas verdades estabelecidas e problemáticas cujas dimensões sociais e políticas estão presentes na construção do campo da antropologia forense no país.

Uma análise qualitativa do conteúdo da literatura permite o levantamento de dados que auxiliam na compreensão da formação do campo no Brasil e também das razões possíveis para a clara ausência da arqueologia nas discussões. Vale chamar atenção para três grandes vazios nesta produção, sintomáticos do que ocorre com o campo. Primeiramente, nenhuma publicação versa sobre lesões ou traumas, dado imprescindível às análises e interpretações em torno de mortes por causas violentas. Apenas uma publicação versa sobre marcas de mordidas, baseada em modelos de gesso (Marques, Barros, Musse, Cardoso, Silva, 2005). Não enveredarei por este caminho. Os outros dois pontos são contextos/escavações e materiais não-esqueléticos, todos basicamente ausentes.

Um olhar para as definições de antropologia forense deixa clara a distância que o país tem das discussões vigentes em centros europeus, anglo-saxões e latino-americanos, e explica um pouco do porquê destes vazios. É sabido que definições de áreas do conhecimento envolvem discussões vindas de comunidades científicas assim como de agências de fomento (Langridge, 1977). Aqui, abordo a antropologia forense como campo científico, como um espaço no qual os pesquisadores disputam a competência científica e onde os princípios do funcionamento são dominados pelos pesquisadores (Bourdieu, 1996). Por isso é interessante notar como os autores criam ou reproduzem enunciados que explicam os significados e sentidos do que estão fazendo.

Para a porção qualitativa desta análise, portanto, foco-me nas monografias acadêmicas nas quais as definições são explícitas devido à própria natureza dos trabalhos. Surpreende, por isso, perceber que de todas as teses e dissertações, apenas 26 (ou seja, cerca de 29% do total) contém definições sobre o que é antropologia forense. Neste escopo, parte das definições não apresenta qualquer referência bibliográfica que indique a fonte de origem das definições propostas, concluindo-se que sejam de responsabilidade do próprio autor e reflexo de como a área é entendida e acriticamente perpetuada nos círculos onde atuam. É interessante observar

que existe certa sobreposição entre os termos "antropologia" e "antropologia forense", enquanto que o termo arqueologia é raro ou mesmo não faz parte do que se entende ali.

Para quem tem formação em Antropologia ou Arqueologia, e para outros profissionais com formação nas ciências sociais e humanas, as definições presentes nesta literatura causam certo incômodo. Primeiramente, por um entendimento deveras anacrônico de antropologia como técnica antropométrica com fortes traços frenológicos que refletem contextos científicos, sociais, simbólicos e representacionais ainda do final do século XIX e começo do século XX. Por outro, pela distância tanto de abordagens clássicas como de abordagens contemporâneas dessas áreas, tanto aquelas da própria Antropologia Biológica, como as da Antropologia Social ou da Arqueologia. Os sinais mais óbvios desse anacronismo e do distanciamento da área da Antropologia/Arqueologia propriamente ditas se manifestam nas discussões estabelecidas nas teses e dissertações da antropologia forense sobre gênero e sexo ou o uso do conceito de raça e sua relação com etnia e etnicidade

Dos 26 trabalhos, 11 contém definições para "antropologia" enquanto 15 para "antropologia forense". A palavra arqueologia aparece em apenas 5 trabalhos. Dos que apresentam definições de antropologia, 12 não usam quaisquer citações bibliográficas. As demais monografias citam basicamente nove autores, com predominância absoluta de Guilherme Arbenz (1988), acompanhado de Fróes Fonseca e Roquete-Pinto (1929, 1953), Roquette-Pinto (1928), Croce e Croce-Junior (2004), Cristina Cattaneo (2007), Jorge Vanrell (2003), Martin Evison (2009) e Jean Poullette Vanrell (2009).

Algumas definições estão mais próximas da compreensão da antropologia como ferramenta para compreensão do ser humano apenas no âmbito de sua variabilidade biológica ou ainda como técnica para identificação. Como técnica, ela pode ser utilizada por uma ou outra área do conhecimento e não prescindiria de antropólogos e arqueólogos para sua aplicação. Apesar disso, a maioria entende haver um "sentido mais amplo" no termo no que concerne ao "estudo do homem", física e culturalmente. A tendência é também fragmentar a antropologia, reforçando a autonomia e pouca comunicação entre os campos, o que, discursivamente, justifica o aporte das monografias, mais "físicos", por assim dizer. A tabela 15 enumera as definições encontradas:

Definição	Autor
"A Antropologia que, na verdade, representa o estudo do homem nos seus aspectos morfológicos, funcionais e psíquico-sociais busca, até hoje, explicações para questões que se deparam com variáveis biotipológicas, alimentares, meteorológicas e sócio organizacionais"	Galvão, 1998: 6
"A palavra antropologia, no seu sentido mais amplo, representaria o estudo do homem na sua totalidade, física e socio-culturalmente, abrangendo o enfoque de outras ciências que têm	Freire, 2000: 5

como centro o ser humano. Entretanto, a história mostra que foi impossível a manutenção desta abrangência no sentido das práxis científica. Inúmeros trabalhos científicos acabaram por subdividir a antropologia, conforme o enfoque cultural, social, físico, econômico, político e das sociedades complexas".	
"A antropologia é parte integrante no processo de identificação, o qual visa estabelecer, estimar ou determinar a espécie animal, o peso, a raça, o gênero, a idade e a estatura. A estatura pode variar com o gênero, a raça, a idade e o biótipo, sendo um dado essencial unicamente para a espécie humana. A palavra Antropologia, no seu sentido mais amplo, representaria o estudo do homem na sua totalidade, físico e sócio culturalmente, abrangendo o enfoque de outras ciências que têm como centro o ser humano. Inúmeros trabalhos científicos acabaram por subdividir a Antropologia conforme o enfoque cultural, social, físico, econômico, político e das sociedades complexas"	Mellega, 2004: 5
"A Antropologia, que tem por objeto de estudo o homem – sob o ponto de vista físico e cultural – é um dos ramos que mais fornece subsídios ao legista envolvido em perícias de identificação"	Delwing, 2013: 6
"A fim de estudar sua própria origem, posição na escala zoológica, classificação dos grupos étnicos, o homem desenvolveu a Antropologia. Embora Aristóteles (300 AC) já chamasse de Antropólogos os filósofos que se preocupavam e estudavam os fatos sociais e a História Natural, o vocábulo “antropologia” surgiu por volta do ano de 1500, significando etimologicamente “a ciência do homem” (gr. Antro pus + Logus)".	Oliveira, 2005: 5
“Os estudos antropológicos podem ser baseados nas características físicas do homem (análise dos caracteres somáticos) ou, baseados nas suas características culturais (língua, religião, artes, costumes, etc.), surgindo daí uma divisão da ciência em Antropologia Física e Antropologia Cultural ou Social. (...) A identificação humana baseada nos critérios médico e odonto-legais é realizada por médicos legistas e odonto-legistas, que se utilizam de metodologias científicas tecnicamente comprovadas. Esta área de atuação pericial é conhecida como Antropologia Forense”.	Rabbi, 2000: 39, 44
“Antropologia Forense procede ao estudo da identidade e identificação, como a datiloscopia, papiloscopia, irologia, exame de DNA, etc., estabelecendo critérios para a determinação indubitável e individualizada da identidade, agregando métodos de antropologia física e arqueologia”.	Brondi, 2006: 2
“A antropologia forense tem como finalidade principal o estudo dos restos ósseos e esqueléticos com o objetivo de chegar a uma identificação pessoal, averiguar a causa da morte e o tempo de morte. O estudo da idade, da raça, do sexo, da estatura, de marcas profissionais, de antigas lesões ósseas, da cavidade bucal e dos dentes constitui-se em elemento de fundamental importância para que se atinjam os objetivos desejados”.	Costa, 2012: 1
“A antropologia forense é uma área de conhecimento que aplica os métodos da antropologia física e da arqueologia para coleta e análise de evidências legais, buscando estabelecer a identidade de um ser humano”.	Soares, 2008: 9
“A antropologia forense é a área dentro dos serviços de identificação humana que busca por meio da análise do esqueleto humano estabelecer determinadas características, tais como, estatura, sexo, idade, cor da pele, com o objetivo de determinar a identidade de indivíduos que já se encontram em adiantado estado de decomposição ou já esqueletizados”.	Vieira, 2010: v
“A Antropologia Forense (AF) representa uma área do conhecimento humano que tem se aprimorado e se redescoberto, ao passar por grandes transformações nas últimas décadas (...) A antropologia forense estabelece a identificação cadavérica quando, por exemplo, se depara com próteses ou placas de fixação ósseas numeradas, que possam levar a um prontuário médico ou odontológico; e, também, nos casos onde se pode comparar exames radiográficos antemortem e post-mortem dos ossos”.	Machado, 2015: 18

Tabela 15. Definições de antropologia e antropologia forense nas teses e dissertações.

No que concerne às definições com citações, a definição mais contemporânea da aplicação de antropologia vem do inglês Martin Evinson, geneticista com mestrado em arqueologia, ligado à Universidade de Sheffield. Não coincidentemente, Evinson não é brasileiro e sua publicação é recentíssima, focada na extração de DNA em contextos

arqueológicos. Apenas 3 trabalhos mencionam a palavra “arqueologia”. A tabela a 16 sintetiza as definições encontradas:

Definição	Autor	Referência utilizada
"A antropologia consiste na síntese de todos os conhecimentos relativos ao homem e, por ter tão amplo sentido, subdivide-se em cultural e física, sendo esta última o estudo dos aspectos físicos dos indivíduos, mensuráveis ou não"	Lima, 2011: 3	Arbenz, 1988
“O termo forense, por outro lado, implica em ciência aplicada à justiça. Contudo, pode-se inferir que a antropologia forense é a aplicação legal da ciência antropológica, com o objetivo de ajudar à identificação de cadáveres, sendo aplicada nas situações as quais existem danos consideráveis ao cadáver (Arbenz, 1988)”.	Lima, 2011: 3	Arbenz, 1988
“A Antropologia traduz-se, singelamente, na ciência do homem, podendo ser cultural ou física. Cabe a Antropologia Física, preocupar-se com o estudo das ocupações qualitativas e quantitativas dos caracteres humanos, macro e microscópicas (Bérzin, 1978; Silva, 1997; Miiajima et al., 2001). A Antropologia Forense por meio da identificação humana procura estudar qualitativa e quantitativamente diversos tipos caracteres que se diferenciam entre os indivíduos. Dentre esses, pesquisa-se a espécie animal, sexo, idade, cor da pele, estatura, biotipo e sinais particulares (Arbenz, 1988)”	Cornélio Neto, 2010: 1	Arbenz, 1988
“Montagu (1969) definiu Antropologia como “a ciência do homem”, deixando claro que, na realidade, esse vocábulo derivava de outros dois gregos: anthropos (homem) e logos (conhecimento ordenado). Em rápidas pinceladas, ela não seria mais que o metódico estudo da espécie humana em seus aspectos biológicos (gênese, evolução, características distintivas, distribuição de subgrupos e variedades) e comportamentais (notadamente os referentes a praxes e modos de vida de grupos e coletividades), que propõe e prioriza um enfoque integral e holístico do indivíduo, abrangendo e interagindo, ao mesmo tempo, com outros ramos do saber que o têm como centro. Desta maneira, está relevante e fascinante ciência pode ser dividida em Antropologia cultural ou social e Antropologia física, anatômica ou biológica. (...) antropologia forense, como ferramentas de auxílio nos processos de investigação ou identificação”.	Etchegoyen, 2011: 1, 13	Montagu, 1969
"A Antropologia, que tem por objeto de estudo o homem - sob o ponto de vista físico e cultural - é um dos ramos que mais fornece subsídios ao legista envolvido em perícias de identificação. Dessa ciência decorre a Antropometria que analisa as variações quantitativas e qualitativas dos elementos anatômicos humanos, tão útil às atividades periciais."	Abe, 2000: 30	Arbenz, 1988
“A Antropologia Forense é uma área do conhecimento que aplica os métodos da antropologia física e arqueologia para coleta e análise de evidências legais, buscando a identidade de um ser (p. 15). Uma área das ciências classicamente aceita como método de identificação de remanescentes ósseos é a antropologia; do grego, anthropos, que exprime a ideia de Homem; logos, que exprime a ideia de palavra, estudo (MICHAELIS, 1998). Esta área é dividida em três subáreas: antropologia cultural (ou social), arqueologia e antropologia física (ou biológica) (HERCULES, 2005). A antropologia forense é uma especialidade recente que aplica aos métodos da antropologia física e arqueologia para coleta e análise de evidências legais, buscando estabelecer a identidade do sujeito através da individualização de características intrínsecas aquela situação (BURNS, 1999; HERCULES, 2005) ”.	Soares, 2008: 36	Burns, 1999; Hercules, 2005; Michaelis, 1998

"Esta ciência apresenta diversas áreas de desenvolvimento e pesquisa, tanto para indivíduos vivos quanto mortos. No vivo, são de interesse a identificação humana por reconhecimento facial, estimativa de idade com fins de identificação humana por reconhecimento facial, estimativa de idade com fins de determinação da imputabilidade legal de indivíduos de idade incerta e estimativa de idade de crianças e adolescentes a partir de material fotográfico pedofílico. No morto, interessam aspectos como: a diferenciação de espécie humana e animal, estimativa de intervalo post-mortem, estudo tafonômico dos fenômenos que atingiram os restos mortais no período post-mortem e suas implicações periciais, estudo da causa mortis, estimativa do biótipo e outras características individualizantes e pôr fim a reconstrução facial, sendo as duas últimas, métodos auxiliares para a identificação humana"	Dias, 2013: 18-19	Cattaneo, 2007
"A antropologia forense, por meio da identificação humana, procura estudar qualitativa e quantitativamente diversas características que são diferenciadas entre as pessoas. Dentre esses, podemos citar: determinação do sexo, idade, cor da pele, estatura, biótipo e sinais particulares (Cornélio Neto, 2000; Nicodemo, 1967)"	Oliveira, 2010: 17	Cornélio Neto, 2000; Nicodemo, 1967
"Antropologia Forense, procede ao estudo da identidade e identificação, como a datiloscopia, papiloscopia, irologia, exame de DNA, etc., estabelecendo critérios para a determinação indubitável e individualizada da identidade, agregando métodos de antropologia física e arqueologia (Croce e Croce-Junior, 2004)".	Brondi, 2006	Croce E Croce-Junior, 2004
"A Antropologia Forense é a aplicação ao Direito de um conjunto de conhecimentos da Antropologia Geral visando, principalmente, a questões relativas à identidade médico-legal e à identidade judiciária ou policial (Croce; Croce-Junior, 2004)".	Carvalho, 2012	Croce; Croce-Junior, 2004
"Antropologia é o estudo do ser humano. Ela abrange práticas sociais, linguagem e comunicação, arqueologia e evolução humana, atributos físicos e biológicos de grupos humanos"	Deitos, 2014	Evison, 2009
"A Antropologia é a biologia comparativa dos grupos humanos, encarados do ponto de vista do sexo, da idade, da constituição e da raça".	Rodrigues, 2010	Fróes Da Fonseca e Roquette Pinto, 1929, 1953
"Na identificação de despojos humanos, principalmente de esqueletos, os conhecimentos de antropologia são de suma importância, pois uma das fases desse processo é a que se refere à estimativa da raça por constituir uma característica objetiva na busca da identidade (Miyajima et al., 2001)".	Oliveira, 2013	Miyajima Et Al., 2001
"A Antropologia Forense se preocupa com o estudo das características qualitativas e quantitativas inerentes aos seres humanos (p. 8). A antropologia traduz-se, singelamente, na ciência do homem, podendo ser cultural ou física. Cabe a antropologia física se preocupar com o estudo das ocupações qualitativas e quantitativas dos caracteres humanos, macro e microscópicas (MYAJIMA et al., 2001)".	Tiradentes, 2009: 14	Myajima Et Al., 2001.
"A Antropologia é a biologia comparativa dos grupos humanos, encarados dos pontos de vista do sexo, da idade e da raça. Dentre as diferentes divisões da Antropologia, a que melhor se presta para permitir a identidade médico legal é a Antropotipologia que estuda dentre outros itens o sexo e a idade dos indivíduos. Dentro da Antropotipologia, desponta-se um método de estudo chamado Antropometria que se baseia na tomada de medidas, ângulos e projeções das diferentes partes do corpo".	Gamba, 2013: 18-19: 6	Vanrell, 2003
"A antropologia forense tem como objetivo principal facilitar e permitir a identificação de indivíduos, quando a identificação pelo método dactiloscópico de Vucetich não for possível, o que pode acontecer nos casos de desastres em massa, afogados, ou em corpos que já se encontram esqueletizados (Vanrell, 2009)".	Oliveira, 2010	Vanrell, 2009.

Tabela 16. Definições de antropologia e antropologia forense nas teses e dissertações com citações de referência.

Ambas as tabelas apresentadas acima, independente da presença ou não de citações, contêm definições que sobrepõem "antropologia" e "antropologia forense". Isto é compreensível uma vez que a existência da antropologia no âmbito da trajetória acadêmica e profissional destes autores é basicamente sua aplicação ao estudo da biologia humana esquelética para fins de identificação de desconhecidos ou em perícias dos serviços médico-legais. A maior parte das definições também entende a antropologia como biologia ou anatomia comparada, partindo de citações como as de Roquette-Pinto e Ashlez Montagu, bastante antigas. Daí a compreensão, por esta comunidade científica, da antropologia também como antropotipologia, parte dos esforços biotipológicos da primeira metade do século XX que conjugava medidas morfológicas, fisiológicas e psicológicas para estabelecimento de classificações para um tipo físico brasileiro, surgida nos debates sobre "identidade nacional" do período, cujos resquícios sobrevivem como pano de fundo na compreensão tipologizada do que se convém chamar de antropologia forense no Brasil (Gomes, 2012). O uso inclusive de dicionários como o Michaelis também indica que a literatura antropológica básica, e facilmente disponível, não está sendo acessada por estes pesquisadores.

Se a maioria das obras busca relacionar a antropologia forense a outras áreas, a realidade é que na prática dos autores, antropologia forense, odontologia legal e medicina legal se fusionam, para desvantagem da primeira. A maior parte das obras citada contém odontologia ou medicina legal nos títulos e buscam mostrar à contribuição das áreas médicas e odontológicas para a antropologia forense. A realidade dos trabalhos que recorrem a elas é menos clara. É interessante notar que os autores ora separam medicina/odontologia da antropologia forense, dando foco a suas relações, ora apresentam a antropologia forense quase como subcampo da medicina legal, ora sobrepõe ambas, postura aparentemente mais recorrente, no Brasil, a partir dos anos de 1990.

Os títulos das obras de referência deixam claro o peso da odontologia legal/forense, justamente pela formação odontológica dos autores; também deixa clara a ausência de consulta à literatura estrangeira. Guilherme Oswaldo Arbenz foi professor da Universidade de São Paulo, formado em odontologia, autor de *Medicina Legal e Antropologia Forense*, de 1988. Jorge Paulete Vanrell, com formação em odontologia, medicina e pedagogia, é autor de *Odontologia Legal e Antropologia Forense*, de 2002. Dalton Croce, médico, e Dalton Croce Júnior, advogado, são autores do *Manual de Medicina Legal*, voltado a estudantes de direito.

Alguns outros autores são citados com menor frequência, como a tese do odontólogo Roberto Antônio Nicomedo, de 1967, sobre cronologia de mineralização de terceiros molares em leucodermas brasileiros do vale do Paraíba e o artigo *A importância da Odontologia na identificação humana: relato de um caso pericial* de 2001, com autoria múltipla dos odontólogos Fábio Miajyma, Eduardo Daruge e Eduardo Daruge Júnior. Literatura mais atual vem da antropóloga forense italiana, com formação em ciências biomédicas e mestrado em osteologia, paleopatologia e arqueologia funerária, Cristina Cattaneo, com *Antropologia e Odontologia Forense*, de 2004. Portanto, quase todas as definições de antropologia forense, aqui, vêm das áreas de direito, medicina ou odontologia (à exceção de Evinson e Cattaneo).

Isto difere o campo como compreendido no Brasil de sua compreensão internacional, no qual a antropologia forense é pensada como a aplicação das teorias e métodos da antropologia aos problemas forenses (Dirkmaat, Cabo, Ousley, & Symes, 2008; Hunter, Simpson, Colls, 2013). Apesar da frequente formação em antropologia de boa parte dos antropólogos forenses, ao menos desde os anos 1980 os arqueólogos (bioarqueólogos) estão envolvidos na área, em especial pelo reconhecimento dos dados contextuais, da importância da recuperação de remanescentes ósseos e da visão holística que une campo e laboratório (Ubelaker, 2016: 137). Pouco das ferramentas da antropologia social têm sido usadas nos contextos forenses, com exceção de trabalhos na América Latina (ALAF, 2013) sendo de especial importância durante as investigações preliminares.

A inclusão da arqueologia nas definições visivelmente independe da data de publicação dos trabalhos e não está relacionada necessariamente aos autores mais recentes e internacionais. A palavra arqueologia apareceu, por exemplo, nas definições que usam livros focados ao direito, por exemplo (Croce e Croce Junior, 2004). Não obstante, mesmo quando a Arqueologia está mencionada, ela é entendida mais como um fornecedor de técnicas para outra área de conhecimento e não, como se propõe nesta tese, a partir da experiência latino-americana, como a aplicação de seu conjunto epistemológico completo, de toda a arqueologia por assim dizer, a um contexto forense. Esta distinção é importante uma vez que justifica a necessidade de arqueólogos para fazer arqueologia forense, indicando que técnicas arqueológicas não deveriam apenas ser utilizadas por não arqueólogos em contextos forenses.

Talvez para alguém com formação em arqueologia, os modos de retirada dos remanescentes ósseos e corpos do solo, assim como a leitura e interpretação de contextos, seja o que mais chama atenção nos trabalhos de antropologia forense no Brasil. Aqui também fica clara a diferença entre exumações e escavações, como ressaltou Amanda Quinn (2014) para o Chile. De modo geral, há um grande vazio de publicações que acompanham a ausência de

abordagens metodológicas para os trabalhos de campo e a consequente perda e destruição de evidências e informações e, assim, do direito de saber das famílias, já que parte (ou muito) da narrativa que se pode contar liga-se ao contexto.

A própria origem de muitas das equipes de antropologia forense na América Latina tem seu pontapé inicial nos questionamentos das formas de recuperação de esqueletos por agentes do Estado. Foi como se formou a Equipe Argentina de Antropologia Forense, por exemplo, frente à inquietude do movimento das Mães da Plaza de Mayo, questionando os modos de exumação sem utilização de procedimentos científicos pelos serviços médicos legais, nos anos de 1980, resultando no dano, mistura e esquecimento de partes ósseas nas valas abertas (Turner & Aslan s.d.). Isto se assemelha ao que ocorreu com a exumação de Josef Mengele. A arqueologia, portanto, muito compreendida a partir da escavação, esteve no cerne do pontapé inicial à antropologia forense em diversos locais do Cone Sul.

No Brasil, a abordagem arqueológica não está de modo algum presente nos serviços médico-legais ou periciais, mesmo como uma arqueologia vista apenas como "bem cavar". No que concernem às exumações, basicamente, são realizadas sem qualquer aporte metodológico. Muitas vezes chamadas de "escavação", as exumações são desenterramentos, retiradas de peças do solo sem qualquer procedimento metódico (Quinn, 2014; Funari, 2001).

Dentre toda a literatura recuperada das bases de dados bibliográficas utilizadas e analisada nesta tese, somente quatro trabalhos possuem alguma relação com "exumação" ou a recuperação de remanescentes humanos. Dois artigos e duas teses, todos de autores com formação em medicina. O primeiro (Melki, Martins, Simões, 2001), versa sobre procedimentos de exumação de ossos para extrações de DNA e o segundo (Romeu, Morroni, 2008) versa sobre um estudo de caso de exumação de corpo no âmbito de um processo de canonização. Quanto a este, o artigo possui uma abordagem descritiva do que fora realizado, do ponto de vista do perito responsável e da legislação concernente, sem qualquer citação sobre métodos de campo. Quanto ao primeiro, igualmente, descreve-se um processo de retirada de ossos do solo, não havendo apresentação dos métodos utilizados.

Uma das monografias acadêmicas, uma tese (Zappa, 1994), defendida em 1994 no Departamento de Clínica Médica da UNICAMP, busca, através de estudos de caso específicos, descrever procedimentos de exumação e chamar atenção para as possibilidades de análise de remanescentes humanos que estiveram por certo tempo enterrados. Não faz referência, todavia, a nenhum trabalho de arqueologia ou com aporte arqueológico, destarte os anos 1990 assistirem à proliferação da literatura bioarqueológica, além dos arqueólogos passarem a fazer parte dos corpos forenses de grandes projetos, em especial na ex-Iugoslávia

e Argentina (Fondebrider, 2004: 6). O autor, ainda assim, afirmou que "de forma geral tanto a literatura estrangeira como a nacional relatam poucos casos estudados pós-exumação. São, a grande maioria, ligados principalmente às áreas de arqueologia, de identificação ou de envenenamento. São casos isolados e geralmente referem apenas orientações gerais, apesar de alguns relatarem aspectos extremamente práticos" (Zappa, 1994: 10).

A outra, uma dissertação (Ambiel, 2013), defendida no Museu de Arqueologia e Etnologia da USP, buscou comprovar a existência dos remanescentes ósseos dos imperadores do Brasil no interior da cripta onde supostamente estariam sepultados. A formação de uma equipe multidisciplinar é o forte do trabalho, destarte a alcunha forense utilizada no título causar certo estranhamento ao chamar de arqueologia forense o trabalho com remanescentes humanos de um século atrás sem implicações legais ou humanitárias.

Estes trabalhos incidem na ideia da exumação como um fim em si mesmo para obtenção de informação a partir dos ossos e não como um meio através do qual também se obtém dados *in situ* sobre o corpo e sobre o contexto do depósito, ou seja, aumentando o conhecimento sobre contexto e circunstâncias. Isto torna o campo um exercício de ensaio e erro, sem protocolos, procedimentos e técnicas teórico-metodologicamente embasadas. Sabe-se, no entanto, da importância da escavação para compreender o lugar do corpo e seu contexto, sanando os problemas causados pelos "sacos de ossos" entregues em laboratórios (Mendonça de Souza, Carvalho, 2013: 551).

O olhar metódico para os trabalhos de campo com remanescentes ósseos inseridos e ou não em contextos de graves violações aos direitos humanos justifica-se pelo fato de que muito do que é visto em campo não chega ao laboratório, somando-se o fato de que os achados são diminuídos em seu potencial enquanto testemunhos que iluminam eventos desconhecidos. Tal olhar metódico traz como ponto fundamental a possibilidade de compreender a ordenação e a relação espacial dos materiais indicativos de gestual na estrutura, baseada na observação dos remanescentes humanos *in situ*, de sua integração com feições e estratigrafia, nas inferências sobre a arquitetura intencionalmente associada aos mortos e nos efeitos pós-deposicionais naturais e antrópicos, considerando, por fim, também aqueles elementos quase imperceptíveis, mas fundamentais no entendimento da sequência de eventos (Mendonça de Souza, Carvalho, 2013: 554). Este olhar vem com quem domina paradigmas da ciência arqueológica. Exemplos correntes ligam-se a história do evento que levou à execução de uma pessoa quando a mesma fora amarrada, algo que se identifica, para remanescentes esqueletizado, apenas no campo, pela disposição espacial das partes anatômicas, e nunca ou raramente em laboratório, quando a estrutura foi desmontada.

Também é o caso de remanescentes humanos misturados em valas comuns (Tuller & Hofmeister, 2014).

É importante considerar que o lugar de deposição do morto foi construído e que os eventos de preparação do terreno têm a ver com a sequência de gestos e atos realizados em momentos distintos. Daí que os ossos humanos são não apenas testemunhos absolutos, mas testemunhos relativos que precisam ser lidos antes de removidos de sua localização original. Do mesmo modo, para além de encarar os processos tafonômicos como perda de informação, a posição dos corpos, deslocamentos, modificações e alterações no terreno têm de ser considerados em campo e complementados pelos estudos laboratoriais, já que podem indicar estruturas específicas dentro das quais apenas certos movimentos poderiam ocorrer, dando origem, assim, ao contexto observado (Mendonça de Souza et al, 2013; Mendonça de Souza e Carvalho-Rodrigues, 2013; Duday, 2009; Buikstra, Uberlaker, 1994; Nawrocki, 1991).

Posto isto, os arqueólogos buscam relacionar-se com os dados obtidos a partir das categorias aplicadas através de algumas abordagens científicas. A começar pela inferência, ela está relacionada a ações indutivas que possibilitam, como operação intelectual, afirmar uma tese/hipótese em decorrência de sua ligação com outras proposições reconhecidas como válidas, indicando que o registro arqueológico não é objetivo. Mesmo antes do domínio do paradigma contextual, a relação da cultura material com uma realidade ambiental, geológica, social e política, a interação é uma operação intelectual e metodológica fundamental para a arqueologia, pois permite que se tracem paralelos, oposições, complementações e diálogos entre estruturas, gestos e ações que compõe um contexto arqueológico, cujas inferências possibilitaram a construção de histórias e narrativas sobre o que se vê no momento de uma escavação (Mendonça de Souza, 2003; Mendonça de Souza et al 2013, Mendonça de Souza, Carvalho-Rodrigues, 2013).

Finalmente, na literatura ora analisada é total a ausência de trabalhos que versem sobre materiais não-ósseos, artefatos e contextos relacionados ao corpo ou aos locais de possíveis inumações, seja em perspectivas policiais para cenas de crime seja arqueológica em busca de narrativas sobre eventos ocorridos, seja quanto às circunstâncias de desaparecimentos em processos de identificação. Não há qualquer referência a objetos, nem mesmo a elementos balísticos ou roupas, e muito menos a abordagens contextuais que olhem a materialidade do local em que se está. É como se não existissem objetos ou como se a materialidade não trouxesse qualquer novo dado, restringindo a antropologia forense, e com ela a arqueologia (forense), ao estudo de ossos organizados em posição anatômica sobre a mesa e estudos de

validações de técnicas não baseadas em populações brasileiras à complexa e diversa característica demográfica nacional.

A arqueologia, forense ou não, é um dos campos que mais se preocupa com o registro e documentação de evidências (Davenport & Harrison, 2011), uma vez que parte do pressuposto de que toda escavação é uma destruição controlada e que todo contexto arqueológico é único (Balme, Paterson, 2006). Como exemplo disso, darei foco ao caso da guerrilha do Araguaia.

4.2. O conteúdo das bases militares

4.2.1. Base de Xambioá

O local apontado como antiga área da base militar de Xambioá é atualmente um pasto coberto por braquiárias e esparsas árvores, localizado na planície de inundação do rio Araguaia, em sua margem direita. Dista cerca de 1.5 km do núcleo urbano da cidade de Xambioá, aproximadamente 150m das margens do Araguaia e está alinhado à pista de pouso que também serve de ligação viária entre base e cidade. Os materiais encontravam-se dispersos em área de aproximadamente 150x200m, dividida em dois compartimentos: um mais elevado em nível semelhante ao da pista de pouso e, outro, após declive mais acentuado, em nível mais próximo ao do rio.

Esta implementação vai de encontro às prerrogativas militares de que regiões de estacionamento são escolhidas em locais altos e favoráveis para defesa e a uma distância média maior que 100m de um curso d'água, evitando doenças, insetos, elevação repentina de águas, permitindo ventilação e drenagem, conforme indicam os manuais de operações militares de selva (Brasil. Exército. Estado-Maior, 1999: 118).

Caminhamentos sistemáticos para observação de superfície foram realizados através do estabelecimento de um grid sistemático-geométrico que daria conta da dispersão superficial de materiais e da localização de feições que indicassem enterramentos ou modificações antrópicas resultantes do ato de enterrar. Além dos caminhamentos e observação visual da superfície, foram produzidas plantas de topografia fina, pela equipe de cartografia do Ministério da Defesa, que resultaram em novos dados que permitiram a aferição de diversas feições que poderiam indicar alterações causadas por enterramentos e pelo ato de cavar (depressões em superfície acarretadas pela compactação do solo usado para preenchimento de um buraco).

O plano de prospecções e escavação foi implementado ao longo de quatro etapas de campo, entre 2012 e 2015, que somaram apenas 28 dias de trabalho, não sendo possível, portanto, finalizar a proposta. Ele resultou na abertura de 39 quadras de coleta de superfície de 5x5m, em malha, uma trincheira de 30x0.5m e a localização de ao menos 33 destas feições das quais 15 foram escavadas no intuito de aferir se corresponde à sepultamentos, tendo em vista relatos orais e a bibliografia disponível que apontava para a base como local morte e enterramentos de corpos de pessoas desaparecidas. A ordem de escavação das feições, denominadas cavidades, foi aleatória, seguindo a expansão e implementação da malha estabelecida.

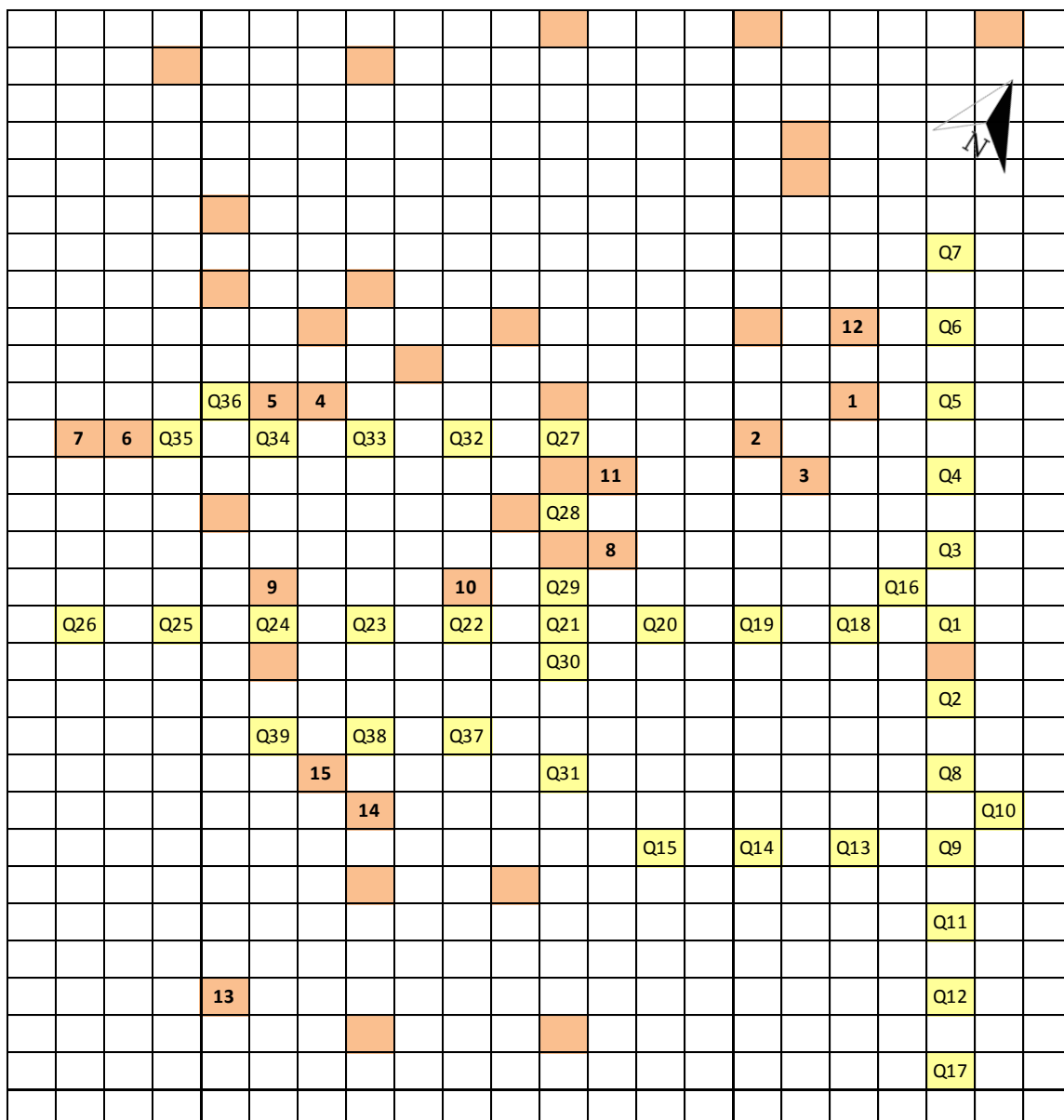


Figura 19. Plano de prospecção e escavação na área da base de Xambioá (quadras rosas – incidência sobre confirmadas ou possíveis cavidades; quadras amarelas – positivas para materiais em superfície).

Na figura 20, as plantas topográficas produzidas para a área indicam, por meio das linhas altimétricas para as curvas de nível, os desníveis e declividades do terreno prospectado, cuja área pequena permitiu maior detalhamento. Este detalhamento levou a aferição de pontos de maior declividade (onde as linhas estão mais próximas) e onde as curvas não são paralelas ou cruzam-se de certa forma, indicando algum tipo de acidente – comportaria que indicaria (como indicou) intervenções de origem antrópica em subsuperfície (isto é, cavidades). Para saber se estas continham ou não remanescentes humanos, a única forma possível é a escavação.

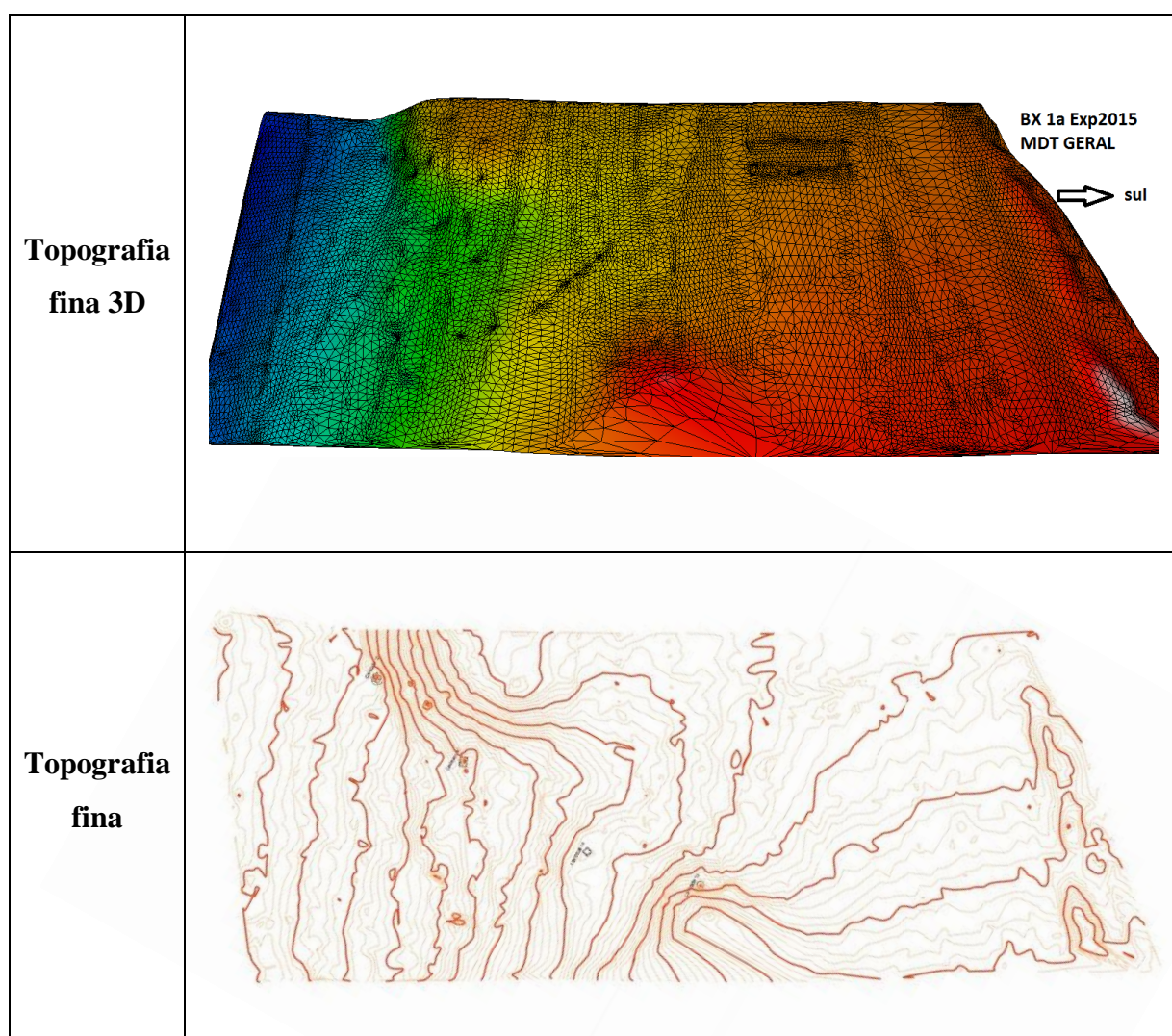


Figura 20. Plantas topográficas da área da base de Xambioá (equipe de cartografia, Ministério da Defesa, 2014).

As cavidades abertas não continham remanescentes humanos, mas toda uma série de materiais e informações que possibilitam não apenas entender a base e sua relação com

referenciais espaciais (cozinha, farmácia, poço, etc.) como entender processos de formação pós-deposicionais e, afinal, materializar memórias e eventos silenciados e ocultados. Os materiais e seu contexto deposicional também permitem indicar que ali, sim, estava uma base militar, pela recorrência de materiais militares e da alta frequência de categoriais que distanciam os depósitos de contextos domésticos.

O plano resultou em 17.186 peças + 2856 pilhas e baterias, das quais 9.619 (56% do total) foram analisadas pormenorizadamente uma vez consideradas peças diagnósticas.

Superfície

Das 39 quadras de coleta de superfície foram retiradas 1995 peças + 177 pilhas e células de bateria (cerca de 11% do total recuperado). Das quadras de superfície predominam absolutamente os vidros (75%), seguidos discretamente por cerâmicas (7%), metais (6%), plástico (4%), têxtil (2%), lítico (2%), borracha (2%) e materiais construtivos (1%).

Do total em superfície, 63% (1.255 peças) foi submetido a análises pormenorizadas para aferição de formas, universos e notações de indicadores de função e cronologia. As tabelas de 19 a 23 foram organizadas por categoria. Dentre os metais, predominam as latas e enlatados, estojos de cartuchos de arma de fogo e alta concentração de pregos (inferindo estruturas de madeira decompostas); dentre os vidros, garrafas de bebida e frascos de remédio; dentre os plásticos, embalagens de alimento e partes que compunham os frascos de remédio (lacres, tampas, etc.). O vestuário também recorre, em especial como meias.

METAIS			
Formas		Quantidade	%
36	Prego	39	33%
34	Estojo de projétil	11	10%
127	Lata de cerveja	10	9%
9	Frasco de remédio 1	8	7%
27	Forma não identificada	7	6%
15	Tubo de pasta de dente	4	3%
46	Arame	4	3%
68	Lacre	4	3%
12	Agulha	1	1%
13	Cartela de remédio	1	1%
17	Spray (aerossol)	1	1%
20	Fio elétrico	1	1%
41	Fivela	1	1%
45	Tubo de pomada	1	1%
47	Chapa	1	1%

48	Bocal	1	1%
50	Haste	1	1%
62	Lata de molho de tomate	1	1%
65	Lata 1	1	1%
70	Aro metálico	1	1%
78	Arame farpado	1	1%
86	Grampo de cerca	1	1%
101	Ilhós	1	1%
112	Sache de remédio	1	1%
116	Tonel	1	1%
118	Botão	1	1%
150	Peça de mecanismo não identificado	1	1%
174	Faca	1	1%
175	Peso para balde de poço	1	1%
177	Facão	1	1%
180	Fusível	1	1%
181	Cravo	1	1%
182	Balde	1	1%

Tabela 17. Frequência de formas dos objetos em metal coletados em superfície na base de Xambioá.

VIDROS			
Formas		Quantidade	%
27	Forma não identificada	852	83%
	Frascos de remédio	59	6%
9	Frasco de remédio 1	36	3%
14	Frasco de remédio 2	23	2%
8	Garrafa de bebida	31	3%
28	Garrafa/frasco	24	2%
30	Frasco de alimento	24	2%
	Ampolas de remédio	15	1%
10	Ampola de remédio 1	10	1%
32	Ampola de remédio 2	4	0%
58	Ampola de remédio 3	1	0%
4	Copo	13	1%
29	Vidro plano	6	1%
31	Frasco de cosmético	3	0%
1	Prato	2	0%
18	Lâmpada	1	0%

Tabela 18. Frequência de formas dos objetos em vidro coletados em superfície na base de Xambioá.

PLÁSTICOS			
Formas		Quantidade	%
7	Garrafa térmica	5	10%
8	Garrafa de bebida	1	2%
9	Frasco de remédio 1	4	8%
15	Tudo de pasta de dente	1	2%
20	Fio elétrico	1	2%

28	Garrafa/frasco	2	4%
31	Frasco de cosmético	1	2%
38	Fita isolante	5	10%
68	Lacre	1	2%
73	Tudo ou cano	3	6%
74	Carretel de linha	1	2%
75	Sacola de lixo/supermercado	11	22%
90	Embalagem genérica	2	4%
113	Embalagem de alimento (saco)	7	14%
117	Rolo de esparadrapo	1	2%
153	Vedação	1	2%
170	Pente	1	2%
179	Fita de arquear	1	2%

Tabela 19. Frequência de formas dos objetos em plástico coletados em superfície na base de Xambioá.

LOUÇAS		
Formas		Quantidade
2	Pires	2
3	Xicara	1
27	Forma não identificada	1
180	Fusível	1

Tabela 20. Frequência de formas dos objetos em louça coletados em superfície na base de Xambioá.

BORRACHAS		
Formas		Quantidade
9	Frasco de remédio 1	5
35	Tira de chinelo Havaiana	2
68	Lacre	1
91	Pneu	1
97	Calcado	2

Tabela 21. Frequência de formas dos objetos em borracha coletados em superfície na base de Xambioá.

TÊXTEIS		
Formas		Quantidade
37	Meia	9
39	Viés	3
58	Corda	1
95	Cadarço	1
98	Reforço de alça de bolsa	1
100	Zíper ⁶	1

Tabela 22. Frequência de formas dos objetos têxteis coletados em superfície na base de Xambioá.

PILHAS E BATERIAS		
Formas		Quantidade

⁶ Apesar do zíper ser feito de metal, como estava associado a tecido, foi incluído aqui (como vestuário).

	Pilha C	8
	Pilha D	6
	Célula de bateria	104

Tabela 23. Frequência de formas de pilhas e células de bateria coletados em superfície na base de Xambioá.

Apesar do alto grau de fragmentação do material, provavelmente por sua exposição ao pisoteio de gado e as intempéries, e a não finalização da malha regular, ainda assim foi possível perceber alguma especialização em sua distribuição, com itens relacionados a Higiene e Farmácia mais frequentes na área das quadras com numeradas entre as dezenas 20 e 30, enquanto mais resíduos ligados a Alimentação predominaram entre as quadras de 1 a 19.

Cavidades

Foram retirados das cavidades 14.480 peças. As cavidades apresentam grau de preservação maior em relação a superfície onde materiais estavam mais fragmentados já que mais expostos a pisoteamento e intempéries, característica típica dos ditos depósitos lacrados (Wheeler, 2001). Dos artefatos considerados diagnósticos, os vidros (36.1%), metais (30.6%) e plásticos (22.6%) são maioria absoluta, com formas padronizadas, repetidas e completamente industrializadas. Outras categoriais de materiais ocupam pouco espaço percentual, como têxteis (2.5%), vegetais (2.3%), papéis (2.1%), materiais construtivos (1.4%), borrachas (1.2%), osteodontomalacológicos (0.9%), louças (0.2%) e líticos e cerâmica (menos de 0.1%).

A seguir, cada cavidade é descrita em seu contexto, acompanhada de suas características materiais móveis e imóveis.

Cavidade 1

Esta cavidade media em superfície 2.5x2.25 m, constituindo uma das mais largas feições de formato cônico em perfil. Continha o negativo de uma estrutura provavelmente de madeira reconhecida no perfil pelo formato retangular e regular que marcava diferentes colorações no solo, que atravessava no sentido N-S, e por quatro feições circulares no fundo, com aproximadamente 16 cm de diâmetro e 30 cm de profundidade. Não está claro se a mesma era uma latrina que também fora utilizada para descarte de lixo ou o suporte para uma estrutura fora reaproveitada como lixeira. De fato, alguns de seus elementos lembram as estruturas de espaldões e tocas descritas nos manuais de fortificação de campanha do Exército, contemporâneos à repressão (C 5-15, 1975).

Do interior do local foram retirados parte de uma ripa de madeira não coletada, assim como 2.212 peças com cerca de 3.5 kg de fragmentos de metal não diagnóstico. Predominam vidro (38.7%) e metais (31.96%) seguidos de plásticos (18.13%), osteodontomalacológicos (4.84%), vegetal (2.22%), papel (0.99%), têxteis (0.68%) e borrachas (0.18%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas, 50% das peças acima. Como mostram as tabelas, é visível o predomínio absoluto dos resíduos ligados ao universo da Alimentação (80.3%), seguidos discretamente por objetos para Manutenção e Trabalho (8%), Higiene e Farmácia (5.5%), Armamento e Bélico (0.9%), Vestuário (0.7%) e Documentação (0.1%).

ALIMENTAÇÃO		80.3%	
Formas		Quantidade	%
67	Lata genérica	450	40.4%
8	Garra de bebida	98	8.8%
4	Copo	65	5.8%
30	Frasco de alimento	63	5.7%
59	Lata media	54	4.8%
	Osteodontomalacológicos	43	3.9%
62	Lata de molho de tomate	40	3.6%
61	Lata quadrada	23	2.1%
49	Lata de sardinha	11	1.0%
65	Lata grande 1	7	0.6%
3	Xicara	6	0.5%
60	Lata pequena	6	0.5%
63	Saco de rafia	5	0.4%
1	Prato	4	0.4%
7	Garrafa térmica	4	0.4%
21	Saco de ki-suco	4	0.4%
25	Embalagem de margarina	4	0.4%
26	Recipiente para tempero	3	0.3%
42	Anel para abrir lata	2	0.2%
5	Panela	1	0.1%
66	Anel para abrir lata de sardinha	1	0.1%

Tabela 24. Frequência de formas do universo da Alimentação coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.

MANUTENÇÃO E TRABALHO		8%	
Formas		Quantidade	%
36	Prego	27	2.4%
	Papel	9	0.8%
19	Braçadeira (engasga gato)	8	0.7%
51	Reboco	8	0.7%

52	Tijolo	8	0.7%
	Cerâmica utilitária	4	0.4%
20	Fio elétrico	3	0.3%
46	Arame	3	0.3%
58	Corda	2	0.2%
70	Aro metálico	2	0.2%
71	Gancho	2	0.2%
18	Lâmpada	1	0.1%
24	Conector de cano PVC	1	0.1%
29	Vidro plano	1	0.1%
38	Fita isolante	1	0.1%
40	Tela de tecido	1	0.1%
44	Chuveirinho	1	0.1%
47	Chapa	1	0.1%
48	Bocal	1	0.1%
55	Elástico	1	0.1%
72	Rolamento	1	0.1%
73	Tudo ou cano	1	0.1%
76	Rosca	1	0.1%
93	Bobina	1	0.1%

Tabela 25. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.

HIGIENE E FARMÁCIA		5.5%	
Formas		Quantidade	%
13	Cartela de remédio	13	1.2%
31	Frasco de cosmético	11	1.0%
9	Frasco de remédio 1	9	0.8%
23	Frasco de desodorante	9	0.8%
14	Frasco de remédio 2	6	0.5%
68	Lacre	3	0.3%
11	Seringa	2	0.2%
22	Esparadrapo	2	0.2%
10	Ampola de remédio 1	1	0.1%
15	Tudo de pasta de dente	1	0.1%
17	Spray (aerossol)	1	0.1%
45	Tudo de pomada	1	0.1%
53	Tubo de ensaio	1	0.1%
75	Sacola de lixo/supermercado	1	0.1%

Tabela 26. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.

VESTUÁRIO		0.7%	
Formas		Quantidade	%
64	Etiqueta de roupa	3	0.3%
41	Fivela	1	0.1%

43	Insígnia	1	0.1%
54	Sola de calçado	1	0.1%
57	Bolso	1	0.1%
74	Carretel de linha	1	0.1%

Tabela 27. Frequência de formas do universo do Vestuário coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.

ARMAMENTO E BÉLICO		0.9%	
Formas		Quantidades	%
34	Estojo de projétil	9	0.8%
69	Projétil	1	0.1%

Tabela 28. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.

DOCUMENTAÇÃO		0.1%	
Forma		Quantidade	%
56	Caneta	1	0.1%

Tabela 29. Frequência de formas do universo da Documentação coletados na cavidade 1 na base de Xambioá.

Cavidade 2

Esta cavidade media 1.60x1.60 m, com formato cônico. Seu formato e o acúmulo de sedimento entre os artefatos parecem indicar sua função asséptica enquanto lixeira para descarte de material cotidiano, em especial para materiais ligados a alimentação (também se localizaria próximo de onde teria sido o “rancho” ou cozinha). O nível 80 cm continha uma grande quantidade de garrafas (suco ou bebida) associadas a processos de queima. Ali uma tela verde e um emborrachado de vinil vermelho também estavam presentes (não tendo sido coletados). O nível mais profundo, quando foi encontrada a base da cavidade (matriz natural do solo), foi o de 93 cm.

Todavia, esta função parece ter sido modificada quando dos últimos momentos de seu uso, quando um evento de deposição única caracterizado pelo lançamento de uma série de baterias (para rádio) encerra seu uso. Dela foram retiradas 1.556 peças e 0.5 kg e fragmentos de metal não-diagnóstico. O vidro é absolutamente predominante (78.86%), seguido, claro, pelo metal (10.28%), plástico (4.56%), têxtil (2.57%), vegetal (2.44%), borracha (0.45%), louça (0.39%), líticos (0.19%) e papel (0.06%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas, 29% das peças. Como mostram as tabelas, é equilibrado o predomínio de resíduos ligados ao universo da Alimentação (36.1%) e Manutenção e Trabalho (31.4%), seguidos discretamente por objetos ligados a Higiene e Farmácia (9.6%), Vestuário (6%), Armamento e Bélico (0.4%) e Lazer (0.2%).

ALIMENTAÇÃO		36.1%	
Formas		Quantidade	%
8	Garrafa de bebida	59	13.1%
30	Frasco de alimento	31	6.9%
4	Copo	26	5.8%
67	Lata genérica	17	3.8%
63	Saco de rafia	8	1.8%
61	Lata quadrada	7	1.6%
1	Prato	6	1.3%
59	Lata media	3	0.7%
65	Lata grande 1	2	0.4%
134	Lata grande 2	2	0.4%
21	Saco de ki-suco	1	0.2%

Tabela 30. Frequência de formas do universo da Alimentação coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.

MANUTENÇÃO E TRABALHO		31.4%	
Formas		Quantidade	%
36	Prego	110	24.5%
75	Sacola de supermercado/lixo	23	5.1%
50	Haste	4	0.9%
52	Tijolo	2	0.4%
38	Fita isolante	1	0.2%
78	Arame farpado	1	0.2%

Tabela 31. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.

HIGIENE E FARMÁCIA		9.6%	
Formas		Quantidades	%
83	Embalagem para seringa	14	3.1%
9	Frasco de remédio 1	8	1.8%
77	Frasco de remédio tipo xaropa	6	1.3%
14	Frasco de remédio 2	4	0.9%
82	Dosador de remedia	4	0.9%
11	Seringa	2	0.4%
31	Frasco de cosmético	2	0.4%
12	Agulha	1	0.2%
13	Cartela de remédio	1	0.2%
15	Tubo de passa de dente	1	0.2%

Tabela 32. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.

VESTUÁRIO		6%	
Formas		Quantidades	%
37	Meia	2	0.4%

39	Véis	2	0.4%
40	Tela de tecido	3	0.7%
35	Tira de chinelo havaiana	3	0.7%
54	Sola de calçado	1	0.2%
57	Bolso	1	0.2%
95	Cadarço	1	0.2%
97	Calçado	7	1.6%
101	Ilhós	7	1.6%

Tabela 33. Frequência de formas do universo do Vestuário coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.

ARMAMENTO E BÉLICO		0.4%	
Formas		Quantidade	%
34	Estojo de projétil	2	0.4%

Tabela 34. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.

LAZER		0.2%	
Formas		Quantidade	%
176	Bolinha de gude	1	0.2%

Tabela 35. Frequência de formas do universo do Lazer coletados na cavidade 2 na base de Xambioá.

Cavidade 3

Esta cavidade media 1.60x1.70 m e era bastante rasa (com cerca de 60 cm de profundidade em relação as bordas). Sua morfologia cônica sugere que fora aberta para servir de área de descarte específica a uma estrutura de alvenaria, de pequenas dimensões, argamassa de barro e alguns tijolos maciços, desmontada (e não arruinada *in situ*), devido a concentração de materiais construtivos, em uma clara inversão do padrão geral dos conteúdos das outras cavidades. Acima desta camada, fechando o uso, alguns descartes associados a possível reocupação da área (chinelo infantil). Com apenas 410 peças e cerca de 0.2 kg de fragmentos de metal não-diagnostico, contem predominantemente material construtivo (40.24%), seguido de borrachas (17.07%), vidros (14.88%), metais (11.95%), plásticos (10.49%), têxteis (4.63%) e osteodontomalacológicos (0.73%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas 77% das peças acima. Como mostram as tabelas, é equilibrado o predomínio de resíduos ligados maciçamente ao universo da Manutenção e Trabalho (66%), seguido pelo Vestuário (14.3%) e discretamente pela Alimentação (7.9%), Higiene e Farmácia (5.1%), Documentação (1.3%) e Transporte (0.3%).

MANUTENÇÃO E TRABALHO	66.3%
-----------------------	-------

Formas		Quantidade	%
51	Reboco	149	47.3%
52	Tijolo	15	4.8%
55	Elástico	15	4.8%
36	Prego	12	3.8%
75	Sacola de lixo/supermercado	6	1.9%
20	Fio elétrico	4	1.3%
85	Espuma	2	0.6%
86	Grampo de cerca	2	0.6%
92	Fita adesiva	2	0.6%
84	Enxada	1	0.3%
87	Chapa metálica retangular	1	0.3%

Tabela 36. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.

Formas		Quantidade	%
		VESTUÁRIO	
		14.3%	
89	Resíduo de produção de rodela de havaiana	34	10.8%
35	Tira de chinelo Havaiana	6	1.9%
88	Rodela de Havaiana	4	1.3%
41	Fivela	1	0.3%

Tabela 37. Frequência de formas do universo do Vestuário coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.

Formas		Quantidade	%
		ALIMENTAÇÃO	
		7.9%	
67	Lata genérica	9	2.9%
8	Garrafa de bebida	7	2.2%
30	Frasco de alimento	4	1.3%
4	Copo	3	1.0%
42	Anel (para abrir lata)	1	0.3%
62	Lata de molho de tomate	1	0.3%

Tabela 38. Frequência de formas do universo da Alimentação coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.

Forma		Quantidade	%
		HIGIENE E FARMÁCIA	
		5.1%	
13	Cartela de remédio	7	2.2%
9	Frasco remédio 1	4	1.3%
68	Lacre	3	1.0%
14	Frasco de remédio 2	1	0.3%
31	Frasco de cosmético	1	0.3%

Tabela 39. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.

Formas		Quantidade	%
		DOCUMENTAÇÃO	
		1.3%	
56	Caneta	4	1.3%

Tabela 40. Frequência de formas do universo da Documentação coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.

		TRANSPORTE	
Formas		Quantidade	%
91	Pneu	1	0.3%

Tabela 41. Frequência de formas do universo do Transporte coletados na cavidade 3 na base de Xambioá.

Cavidade 4, 5, 6 e 7

As de 4 a 7 fazem parte de um conjunto de feições pareadas (4 e 5, 6 e 7) com diâmetro médio de 1,50m e bastante rasas, abertas e não preenchidas. O fundo das cavidades tinha declividade N-S indicando o modo como foram cavadas. A área incidia sobre possíveis locais de inumação e não se exclui a possibilidade de serem remanescentes de intervenções não registradas de modo sistemático realizadas pelo Estado durante outras etapas de busca.

Cavidade 8

A cavidade 8 media cerca de 1.80x1.80m e possui clara morfologia diferenciada, sendo quadrada e com quinas, aparentemente preenchida em um único episódio de descarte, tendo em vista o grau de integridade dos objetos, a ausência de sedimento entre os mesmos, a presença de diversos “vazios” acarretados pelo suporte de um objeto no outro. Fora fechada com adição de latossolos avermelhado e grandes blocos de quartzo. Não fora escavado integralmente, mas de modo amostral (metade do quadrado a partir de sua diagonal) devido ao o grau de compactação, densidade e dificuldade na escavação. Dela foram retiradas 5.170 peças e 14.3 kg de fragmentos de metais não diagnósticos, fazendo dela a mais densa das feições escavadas. Predomina o vidro (43.58%), seguido pelo metal (29.88%) e o plástico (17.13%), têxteis (4.34%), vegetais (3.49%) e borracha (1.26%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas as análises pormenorizadas 65% das peças. Como mostram as tabelas, é equilibrado o predomínio de resíduos ligados ao universo da Higiene e Farmácia (29.3%) e Manutenção e Trabalho (21.2%), seguidos da Alimentação (16.8%) e mais discretamente por Vestuário (8.3%), Numismática (0.8%), Armamento e Bélico (0.6%), Lazer (0.5%) e Documentação (0.3%).

Esta cavidade apresentou alta frequência de recipientes e demais objetos associados à farmácia, bitucas de cigarro e até partes de estruturas metálica que se assemelham a camas de campanha. A alta variação de tipos, somados a sua forma quadrada e densidade sugere um uso distinto, relacionado a um episódio quase único de deposição que não permitiu o acúmulo de

sedimento em seu interior, para além daquele utilizado para cobri-la quando de seu fechamento.

HIGIENE E FARMÁCIA		29.3%	
Formas		Quantidade	%
13	Cartela de remédio	285	8.52%
	Ampolas de remédio	219	6.55%
32	Ampola de remédio 2	106	3.17%
10	Ampola de remédio 1	69	2.06%
33	Ampola de remédio 3	44	1.32%
9	Frasco de remédio 1	87	2.60%
14	Frasco de remédio 2	70	2.09%
119	Embalagem para água (tratamento)	69	2.06%
11	Seringa	44	1.32%
12	Agulha	44	1.32%
22	Esparadrapo	37	1.11%
124	Embalagem de remédio (saco)	25	0.75%
68	Lacre	24	0.72%
15	Tudo de pasta de dente	15	0.45%
112	Sache de remédio	12	0.36%
77	Frasco de remédio tipo Xarope	9	0.27%
99	Disco de vidro (lente)	8	0.24%
140	Embalagem de fio de sutura	8	0.24%
123	Band-aid	6	0.18%
23	Frasco de desodorante	5	0.15%
45	Tudo de pomada	5	0.15%
117	Rolo de esparadrapo	3	0.09%
82	Dosador de remédio	2	0.06%
53	Tudo de ensaio	1	0.03%
81	Frasco de base ovalada	1	0.03%
145	Comprimido	1	0.03%
147	Embalagem de soro fisiológico	1	0.03%

Tabela 42. Frequência de formas do universo do Higiene e Farmácia coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.

MANUTENÇÃO E TRABALHO		21.2%	
Formas		Quantidade	%
18	Lâmpada	73	2.18%
20	Fio elétrico	10	0.30%
29	Vidro plano	33	0.12%
36	Prego	125	3.74%
38	Fita isolante	26	0.78%
46	Arame	6	0.18%
47	Chapa	1	0.03%

48	Bocal	14	0.42%
50	Haste	10	0.30%
58	Corda	22	0.66%
70	Aro metálico	4	0.12%
73	Tudo ou cano	9	0.27%
75	Sacola de lixo/supermercado	216	6.46%
85	Espuma	3	0.09%
86	Grampo de cerca	6	0.18%
92	Fita adesiva	16	0.48%
96	Estopa de pano	2	0.06%
103	Arruela	1	0.03%
105	Parafuso	6	0.18%
106	Fio de bateria	5	0.15%
107	Presilha para fio de bateria	10	0.30%
108	Cama	15	0.45%
109	Plug de lampa alógena	1	0.03%
110	Tomada	3	0.09%
111	Aro metálico com furos	8	0.24%
115	Lata de tinta	48	1.43%
130	Interruptor	1	0.03%
131	Materiais elétricos diversos	15	0.45%
132	Lata de material de limpeza	3	0.09%
133	Suporte de prateleiras	3	0.09%
136	Haste curva	1	0.03%
137	Lanterna	7	0.21%
139	Vela	1	0.03%
142	Pá	1	0.03%
146	Espelho	1	0.03%
149	Anzol	1	0.03%
150	Peça de mecanismo genérico	1	0.03%

Tabela 43. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.

		ALIMENTAÇÃO		16.8%
Formas		Quantidade	%	
8	Garra de bebida	416	12.43%	
30	Frasco de alimento	57	0.99%	
113	Embalagem de alimento (saco)	52	1.55%	
4	Copo	15	0.45%	
42	Anel (para abrir lata)	5	0.15%	
129	Marmita	5	0.15%	
21	Saco de Ki-suco	3	0.09%	
49	Lata de sardinha	2	0.06%	
1	Prato	1	0.03%	
2	Pires	1	0.03%	

5	Panela	1	0.03%
66	Anel para lata de sardinha	1	0.03%
104	Lata de conservas finas	1	0.03%
127	Lata de cerveja	1	0.03%
138	Garfo	1	0.03%
144	Canudo	1	0.03%

Tabela 44. Frequência de formas do universo da Alimentação coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.

		VESTUÁRIO		8.3%	
Formas		Quantidade	%		
101	Ilhós	98	2.93%		
95	Cadarço	51	1.52%		
97	Calcado	45	1.34%		
54	Sola de calcado	33	0.99%		
37	Meia	25	0.75%		
118	Botão	6	0.18%		
100	Zíper	5	0.15%		
41	Fivela	3	0.09%		
125	Cinto	3	0.09%		
35	Tira de chinelo havaiana	2	0.06%		
64	Etiqueta	2	0.06%		
98	Reforço de alça de bolsa	2	0.06%		
39	Vieis	1	0.03%		
40	Tela de tecido	1	0.03%		
128	Rebite de bolso	1	0.03%		

		NUMISMÁTICA		0.8%	
Formas		Quantidade	%		
6	Moeda	28	0.84%		

Tabela 45. Frequência de formas do universo da Numismática coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.

		ARMAMENTO E BÉLICO		0.6%	
Forma		Quantidade	%		
34	Estojo de projétil	17	0.51%		
141	Caixa porta-munição (casca de ovo)	4	0.12%		

Tabela 46. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.

		DOCUMENTAÇÃO		0.3%	
Forma		Quantidade	%		
56	Caneta	3	0.09%		
102	Mola	3	0.09%		
121	Etiqueta rotuladora	3	0.09%		

Tabela 47. Frequência de formas do universo da Documentação coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.

		LAZER		0.5%	
		Formas		Quantidade	%
94	Filtro de bitucas de cigarro	16		16	0.48%
148	Isqueiro	1		1	0.03%

Tabela 48. Frequência de formas do universo do Lazer coletados na cavidade 8 na base de Xambioá.

Cavidade 9

Cavidade com formato cônico e superfície com aproximadamente 2.20m de diâmetro, mas baixíssima densidade artefactual em relação a seu tamanho e profundidade. Fora escavada de modo, dividida na metade. Vale ressaltar que em quadra próxima (Q23) há grande quantidade de material médico em superfície que pode estar relacionado ao seu conteúdo e posterior esvaziamento em algum momento, dado que a integridade deste material não condiz com condições de preservação em superfície (pasto compacta e fragmenta vidros que, ali, estavam inteiros). De fato, até 50 cm de profundidade nada fora encontrado, quando se deparou com um alinhamento de blocos de quartzo, cujo significado não ficou claro.

Dela foram retiradas 311 peças e 0,02 kg de fragmentos de metais não diagnósticos, onde predomina o vidro (65%), seguido pelo plástico (20%), metal (13%), têxteis (2%) e borracha (1%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas 52% das peças. Como mostram as tabelas, nota-se o predomínio maciço de resíduos ligados ao universo da Higiene e Farmácia (76%), seguidos discretamente pela Manutenção e Trabalho (14%), Alimentação (3%) e Lazer (1%).

		HIGIENE E FARMÁCIA		76%	
		Forma		Quantidade	%
	Ampola de remédio	57		57	35.4%
32	Ampola de remédio 2	30		30	18.6%
10	Ampola de remédio 1	17		17	10.6%
33	Ampola de remédio 3	8		8	5.0%
183	Ampola de remedia 4	2		2	1.2%
9	Frasco de remédio	15		15	9.3%
112	Sache de remédio	14		14	8.7%
11	Seringa	10		10	6.2%
83	Embalagem para seringa (saco)	8		8	5.0%
68	Lacre	5		5	3.1%
173	Dosador soro hospitalar	5		5	3.1%
12	Agulha	3		3	1.9%
14	Frasco de remédio 2	2		2	1.2%

22	Esparadrapo	2	1.2%
90	Embalagem genérica	1	0.6%
162	Navalha	1	0.6%

Tabela 49. Frequência de formas do universo do Higiene e Farmácia coletados na cavidade 9 na base de Xambioá.

MANUTENÇÃO E TRABALHO		14%	
Formas		Quantidade	%
36	Prego	10	6.2%
20	Fio elétrico	3	1.9%
38	Fita isolante	2	1.2%
73	Tudo ou cano	2	1.2%
184	Tampa que cobre grafite das baterias	2	1.2%
18	Lâmpada	1	0.6%
58	Corda	1	0.6%
75	Sacola de supermercado/lixo	1	0.6%

Tabela 50. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho coletados na cavidade 9 na base de Xambioá.

ALIMENTAÇÃO		3%	
Formas		Quantidade	%
7	Garrafa térmica	1	0.6%
113	Embalagem de alimento (saco)	3	1.9%
127	Lata de cerveja	1	0.6%

Tabela 51. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 9 na base de Xambioá.

LAZER		1%	
Formas		Quantidade	%
94	Filtro de bitucas de cigarro	2	1.2%

Tabela 52. Frequência de formas do universo do Lazer coletados na cavidade 9 na base de Xambioá.

Cavidade 10

Cavidade que possuía formato ovalado em superfície e cilíndrico em profundidade que com a escavação mostrou ser uma cisterna ou poço. Como poço, não apenas é um importante marco paisagístico para referências orais de testemunhas, como fora tipicamente utilizada para descarte de alguns objetos durante sua função enquanto poço (Wheeler, 2001). Possuía diâmetro máximo de cerca de 1,80m, diâmetro da base com cerca de 1,20m e profundidade de aproximadamente 3,30m. Seu interior foi preenchido em ao menos três episódios: lixo jogado na base, predominantemente baterias e garrafas em grande quantidade, acima disso solo com madeiras de formato triangular e pontas para cima, e acima disso grandes tonéis de metal (quatro) e peça de carro (cano de descarga?), já muito próximos da boca. Possuía uma estrutura lateral talvez em madeira que se desfez. Dela foram retiradas

2.358 peças, com predominância do plástico (47%), seguido do vidro (39%), do metal (12%), têxteis (1%) e vegetais (1%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas 39% das peças. Como mostram as tabelas, há um equilíbrio entre resíduos ligados ao universo da Manutenção e Trabalho (25.2%) e Alimentação⁷ (17%), seguidos em frequência muito mais discreta por Higiene e Farmácia (3.5%), Vestuário (0.5%), Armamento e Bélico (0.4%), Lazer (0.2%) e Transporte (0.1%).

MANUTENÇÃO E TRABALHO		25.2%	
Formas		Quantidade	%
18	Lâmpada	2	0.2%
20	Fio elétrico	16	1.7%
36	Prego	101	10.9%
38	Fita isolante	1	0.1%
52	Tijolo	1	0.1%
58	Corda	2	0.2%
73	Tudo ou cano	6	0.6%
75	Sacola de supermercado/lixo	4	0.4%
88	Rodela	1	0.1%
103	Arruela	2	0.2%
106	Fio da bateria	18	1.9%
107	Presilha para fio da bateria	12	1.3%
116	Tonel	21	2.3%
132	Lata de material de limpeza	2	0.2%
153	Vedação	1	0.1%
154	Manilha	1	0.1%
155	Ripa de madeira	16	1.7%
157	Tampa de papel de bateria	1	0.1%
158	Suporte de presilha da bateria	13	1.4%
161	Fita crepe	1	0.1%
163	Madeira da bateria	11	1.2%

Tabela 53. Frequência de formas do universo da Manutenção na cavidade 10 na base de Xambioá.

ALIMENTAÇÃO		17%	
Formas		Quantidade	%
4	Copo	9	1.0%
8	Garrafa de bebida	101	10.9%
30	Frasco de alimento	12	1.3%

⁷ Os 595 fragmentos de uma mesma toalha de mesa plástica foram contabilizados como um objeto (em termos de NMR).

42	Anel para abrir lata	2	0.2%
59	Lata média	1	0.1%
61	Lata quadrada	6	0.6%
62	Lata de molho de tomate	3	0.3%
113	Embalagem de alimento (saco)	3	0.3%
127	Lata de cerveja	1	0.1%
151	Toalha de mesa (plástica)	1	0.1%
156	Garrafão	10	1.1%
159	Capa plástica (garrafão)	4	0.4%
160	Bolinha de bico dosador	2	0.2%
	Osteodontomalacológicos	2	0.2%

Tabela 54. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 10 na base de Xambioá.

HIGIENE E FARMÁCIA		3.5%	
Forma		Quantidade	%
9	Frasco de Remédio 1	6	0.6%
11	Seringa	1	0.1%
12	Agulha	1	0.1%
13	Cartela de remédio	8	0.9%
14	Frasco de remédio 2	7	0.8%
15	Tudo de pasta de dente	3	0.3%
23	Frasco de desodorante	1	0.1%
68	Lacre	2	0.2%
77	Frasco de remédio tipo Xarope	1	0.1%
117	Rolo de esparadrapo	1	0.1%
162	Navalha	1	0.1%

Tabela 55. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 10 na base de Xambioá.

VESTUÁRIO		0.5%	
Formas		Quantidade	%
37	Meia	1	0.1%
54	Sola de calcada	2	0.2%
97	Calçado	1	0.1%
125	Cinto	1	0.1%

Tabela 56. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 10 na base de Xambioá.

ARMAMENTO E BÉLICO		0.4%	
Forma		Quantidade	%
34	Estojo de projétil	3	0.3%
69	Projétil	1	0.1%

Tabela 57. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 10 na base de Xambioá.

LAZER		0.2%	
Forma		Quantidade	%
94	Filtro de bitucas de cigarro	1	0.1%

152	Boneca	2	0.2%
-----	--------	---	------

Tabela 58. Frequência de formas do universo de Lazer na cavidade 10 na base de Xambioá.

TRANSPORTE		0.1%	
Forma		Quantidade	%
185	Cano de descarga de veiculo	1	0.1%

Tabela 59. Frequência de formas do universo do Transporte na cavidade 10 na base de Xambioá.

Cavidade 11

Cavidade distinta das demais por seu formato alongado, cilíndrico, com cerca de 1m de largura e 1,60m de profundidade, pouca presença de materiais e preenchida após o abandono de sua função e uso. Dela foram retiradas 1.315 peças, onde predomina o metal (53%), seguido pelo plástico (33%), um número reduzido de vidros (5%), têxteis (3%), vegetais (2%) e borrachas (1%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas 79% das peças. Como mostram as tabelas, é equilibrado o predomínio de resíduos ligados ao universo da Alimentação (33.1%) e Manutenção e Trabalho (24.5%), seguidos da Higiene e Farmácia (10.4%) e mais discretamente por Vestuário (2%), Documentação (0.4%) e Armamento e Bélico (0.2%).

ALIMENTAÇÃO		33.1%	
Forma		Quantidade	%
8	Garrafa de bebida	124	12.0%
30	Frasco de alimento	78	7.5%
25	Embalagem de margarina	57	5.5%
42	Anel para abrir lata	22	2.1%
59	Lata média	22	2.1%
61	Lata quadrada	20	1.9%
113	Embalagem de alimento (saco)	9	0.9%
151	Toalha de mesa (plástica)	6	0.6%
60	Lata pequena	3	0.3%
4	Copo	1	0.1%
127	Lata de cerveja	1	0.1%

Tabela 60. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 11 na base de Xambioá.

MANUTENÇÃO E TRABALHO		24.5%	
Forma		Quantidade	%
50	Haste	53	5.1%
75	Sacola de supermercado/lixo	47	4.5%
36	Prego	41	4.0%

115	Lata de tinta	22	2.1%
116	Tonel	20	1.9%
63	Saco de rafia	18	1.7%
20	Fio elétrico	11	1.1%
18	Lâmpada	9	0.9%
71	Gancho	9	0.9%
58	Corda	7	0.7%
86	Grampo de cerca	5	0.5%
164	Tubo de cola	3	0.3%
70	Aro metálico	2	0.2%
73	Tudo ou cano	2	0.2%
38	Fita isolante	1	0.1%
46	Arame	1	0.1%
48	Bocal	1	0.1%
92	Fita adesiva	1	0.1%
153	Vedação	1	0.1%

Tabela 61. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho na cavidade 11 na base de Xambioá.

		HIGIENE E FARMÁCIA		10.4%
Forma		Quantidade	%	
13	Cartela de remédio	69	6.7%	
15	Tubo de pasta de dente	9	0.9%	
9	Frasco de remédio 1	8	0.8%	
83	Embalagem para seringa (saco)	3	0.3%	
112	Sache de remédio	3	0.3%	
12	Agulha	2	0.2%	
14	Frasco de remédio 2	2	0.2%	
123	Band-aid	2	0.2%	
11	Seringa	1	0.1%	
22	Esparadrapo	1	0.1%	
33	Ampola de remédio 3	1	0.1%	
68	Lacre	1	0.1%	
117	Rolo de esparadrapo	1	0.1%	
120	Escova de dente	1	0.1%	
146	Espelho	1	0.1%	
162	Navalha	1	0.1%	
165	Escova de cabelo (masculina)	1	0.1%	
166	Lâmina de barbear	1	0.1%	

Tabela 62. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 11 na base de Xambioá.

		VESTUÁRIO		2%
Forma		Quantidade	%	
37	Meia	7	0.7%	
41	Fivela	2	0.2%	

54	Sola de calçado	5	0.5%
95	Cadarço	3	0.3%
97	Calçado	2	0.2%
118	Botão	2	0.2%

Tabela 63. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 11 na base de Xambioá.

DOCUMENTAÇÃO		0.4%	
Forma		Quantidade	%
56	Caneta	3	0.3%
102	Mola	1	0.1%

Tabela 64. Frequência de formas do universo da Documentação na cavidade 11 na base de Xambioá.

ARMAMENTO E BÉLICO		0.2%	
Forma		Quantidade	%
34	Estojo de projétil	2	0.2%

Tabela 65. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 11 na base de Xambioá.

Cavidade 12

Cavidade com formato alongado em superfície de 2.50 m de diâmetro, escavada até 95 cm de profundidade, que se mostrou bastante rasa e formada por sedimento bastante escuro, orgânico, e apenas alguns artefatos, como vidros, metais e plástico, levantando a possibilidade de tratar-se de fossa para descarte de dejetos humanos. Dela foram retiradas 728 peças, onde predomina o vidro (55%), seguido pelo plástico (21%) e o metal (21%) e osteodontomalacológicos (2%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas 47% das peças. Como mostram as tabelas, há um predomínio equilibrado entre resíduos ligados ao universo da Alimentação (50%), Manutenção e Trabalho (27,6%), seguidos discretamente por Higiene e Farmácia (2.6%), Vestuário (0.6%), Lazer (0.3%) e Armamento e Bélico (0.3%).

ALIMENTAÇÃO		50%	
Formas		Quantidade	%
62	Lata de molho de tomate	43	12.5%
30	Frasco de alimento	30	8.7%
4	Copo	29	8.4%
8	Garrafa de bebida	25	7.3%
-	Osteodontomalacológicos	18	5.2%
61	Lata quadrada	12	3.5%
49	Lata de sardinha	3	0.9%
59	Lata media	3	0.9%
3	Xicara	2	0.6%

5	Panela	2	0.6%
113	Embalagem de alimento (saco)	2	0.6%
127	Lata de cerveja	2	0.6%
42	Anel para abrir lata	1	0.3%
66	Anel para abrir lata de sardinha	1	0.3%
129	Marmita	1	0.3%
167	Escumadeira	1	0.3%

Tabela 66. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 12 na base de Xambioá.

MANUTENÇÃO E TRABALHO		27,6%	
Formas		Quantidade	%
48	Bocal	1	0.3%
78	Arame farpado	1	0.3%
115	Lata de tinta	1	0.3%
137	Lanterna	1	0.3%
24	Conector de cano PVC	2	0.6%
50	Haste	2	0.6%
168	Dobradiça	2	0.6%
131	Materiais elétricos diversos	4	1.2%
151	Toalha de mesa (plástica)	4	1.2%
20	Fio elétrico	5	1.5%
36	Prego	23	6.7%
75	Sacola de supermercado/lixo	49	14.2%

Tabela 67. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho na cavidade 12 na base de Xambioá.

HIGIENE E FARMÁCIA		2.6%	
Formas		Quantidade	%
9	Frasco de remédio 1	1	0.3%
13	Cartela de remédio	1	0.3%
15	Tubo de pasta de dente	1	0.3%
170	Pente	1	0.3%
14	Frasco de remédio 2	2	0.6%
68	Lacre	3	0.9%

Tabela 68. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 12 na base de Xambioá.

VESTUÁRIO		0.6%	
Forma		Quantidade	%
37	Meia	1	0.3%
54	Sola de calçado	1	0.3%

Tabela 69. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 12 na base de Xambioá.

ARMAMENTO E BÉLICO		0.3%	
Formas		Quantidade	%
34	Estojo de projétil	1	0.3%

Tabela 70. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 12 na base de Xambioá.

		LAZER		0.3%	
		Formas		Quantidade	%
169	Carta de baralho			1	0.3%

Tabela 71. Frequência de formas do universo do Lazer na cavidade 12 na base de Xambioá.

Cavidade 13

Cavidade de formato cônico com 1.20m de diâmetro, próxima a região apontada como da existência do comando dos oficiais e próxima do afloramento onde estaria uma antena de transmissão e um estande de tiros, circular e com cerca de 50 cm de profundidade. Seu interior apresentou-se bastante denso, composto por 29 baterias, vidros com alto grau de preservação e fitas rotuladoras com inscrições referentes ao arquivamento de informações na base. Dela foram retiradas 269 peças, onde predomina metais (35%), plásticos (30%) e vidros (24%) estavam presentes em quantidades semelhantes, seguidos pelos vegetais (5%), papel (3%), têxteis (2%) e borrachas (1%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas 84% das peças. Como mostram as tabelas, há um predomínio de resíduos ligados ao universo da Manutenção e Trabalho (43.6%), seguidos pela Higiene e Farmácia (20%) e Alimentação (11.6%), e mais discretamente por Armamento e Bélico (5.8%), Documentação (5.3%) e Vestuário (0.9%).

		MANUTENÇÃO E TRABALHO		43.6%	
		Forma		Quantidade	%
18	Lâmpada			48	21.3%
106	Fio da bateria			14	6.2%
75	Sacola de supermercado/lixo			14	6.2%
157	Tampa de papel da bateria			11	4.9%
158	Suporte de presilha de bateria			4	1.8%
153	Vedação			1	0.4%
131	Materiais elétricos diversos			1	0.4%
107	Presilha para o fio da bateria			1	0.4%
96	Estopa de pano			1	0.4%
70	Aro metálico			1	0.4%
38	Fita isolante			1	0.4%
20	Fio elétrico			1	0.4%

Tabela 72. Frequência de formas do universo da Manutenção e Trabalho na cavidade 13 na base de Xambioá.

		HIGIENE E FARMÁCIA		20%	
		Forma		Quantidade	%
15	Tubo de pasta de dente			14	6.2%

13	Cartela de remédio	12	5.3%
120	Escova de dente	3	1.3%
83	Embalagem para seringa (saco)	3	1.3%
68	Lacre	3	1.3%
32	Ampola de remédio 2	3	1.3%
124	Embalagem de remédio (saco)	2	0.9%
45	Tudo de pomada	2	0.9%
33	Ampola de remédio 3	1	0.4%
11	Seringa	1	0.4%
10	Ampola de remédio 1	1	0.4%

Tabela 73. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 13 na base de Xambioá.

ALIMENTAÇÃO		11.6%	
Forma		Quantidade	%
113	Embalagem de alimento (saco)	10	4.4%
4	Copo	4	1.8%
127	Lata de cerveja	3	1.3%
151	Toalha de mesa (plástica)	2	0.9%
37	Meia	2	0.9%
8	Garrafa de bebida	2	0.9%
42	Anel para abrir lata	1	0.4%

Tabela 74. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 13 na base de Xambioá.

ARMAMENTO E BÉLICO		5.8%	
Forma		Quantidade	%
34	Estojo de projétil	12	5.3%
69	Projétil	1	0.4%

Tabela 75. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 13 na base de Xambioá

VESTUÁRIO		0.9%	
Forma		Quantidade	%
54	Sola de calçado	2	0.9%

Tabela 76. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 13 na base de Xambioá

Cavidade 14

A princípio esta feição assemelhava-se a cavidades como as outras, mas as escavações revelaram tratar-se de uma deposição mais complexa, com aparente remoção de algumas peças. Foi cortada pela trincheira aberta e incide sobre polígono trabalhado em etapas passadas pelo Estado. Foram encontrados vários conjuntos bem preservados de baterias além de fitas rotuladoras com inscrições. Dela foram retiradas 473 peças, onde predomina o papel (43%), seguido pelo plástico (25%), vidro (22%), reduzido número de metais (8%), têxteis (1%) e vegetais (1%).

Foram consideradas diagnósticas e submetidas a análises pormenorizadas 85% das peças. Como mostram as tabelas, há um predomínio de resíduos ligados ao universo da Manutenção e Trabalho (65.5%), seguidos pela Higiene e Farmácia (14.5%) e Alimentação (8%), e mais discretamente por Armamento e Bélico (1.8%), Documentação (0.8%) e Vestuário (0.8%).

MANUTENÇÃO E TRABALHO		65.5%	
Forma		Quantidade	%
20	Fio elétrico	3	0.8%
36	Prego	7	1.8%
50	Haste	1	0.3%
73	Tudo ou cano	1	0.3%
75	Sacola de supermercado/lixo	15	3.8%
92	Fita adesiva	19	4.8%
157	Tampa de papel da bateria	55	13.8%
158	Suporte da presilha da bateria	8	2.0%
163	Madeira da bateria	1	0.3%
164	Tudo de cola	3	0.8%
	Papel	149	37.3%

Tabela 77. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 14 na base de Xambioá.

HIGIENE E FARMÁCIA		14.5%	
Forma		Quantidade	%
9	Frasco de remédio 1	3	0.8%
10	Ampola de remédio 1	12	3.0%
11	Seringa	3	0.8%
12	Agulha	1	0.3%
13	Cartela de remédio	8	2.0%
14	Frasco de remédio 2	3	0.8%
15	Tubo de pasta de dente	1	0.3%
32	Ampola de remédio 2	14	3.5%
33	Ampola de remédio 3	3	0.8%
83	Embalagem para seringa (saco)	2	0.5%
172	Vidro de esmalte	1	0.3%
173	Dosador de soro hospitalar	7	1.8%

Tabela 78. Frequência de formas do universo da Higiene e Farmácia na cavidade 14 na base de Xambioá.

ALIMENTAÇÃO		8%	
Forma		Quantidade	%
4	Copo	10	2.5%
8	Garrafa de bebida	15	3.8%
21	Saco de ki-suco	1	0.3%

113	Embalagem de alimento (saco)	6	1.5%
-----	------------------------------	---	------

Tabela 79. Frequência de formas do universo da Alimentação na cavidade 14 na base de Xambioá.

ARMAMENTO E BÉLICO		1.8%	
Forma		Quantidade	%
34	Estojo de projétil	7	1.8%

Tabela 80. Frequência de formas do universo de Armamento e Bélico na cavidade 14 na base de Xambioá.

DOCUMENTAÇÃO		0.8%	
Forma		Quantidade	%
56	Caneta	2	0.5%
102	Mola	1	0.3%
	Fragments de jornal		

Tabela 81. Frequência de formas do universo da Documentação na cavidade 14 na base de Xambioá.

VESTUÁRIO		0.8%	
Forma		Quantidade	%
37	Meia	1	0.3%
95	Cadarço	1	0.3%
128	Rebite de bolsa	1	0.3%

Tabela 82. Frequência de formas do universo do Vestuário na cavidade 14 na base de Xambioá.

Cavidade 15

Cavidade com feição circular na superfície, com diâmetro de 1,20m e cerca de 20 cm de profundidade, situada próxima da cavidade 14. Em seu interior foi efetuada raspagem e chegou-se no solo natural do terreno, expostos seus limites. Seu aspecto final media cerca de 1,70m. Como as cavidades 4 a 7, era rasa, aparentemente aberta e não fechada, vazia.

Distribuição espacial por cavidade

Devido a impossibilidade de terminar as coletas sistemáticas com quadras de superfície, mapas de densidade para inferir usos do espaço não puderam ser realizadas propriamente. No entanto, análises com foco no conteúdo das cavidades ainda são possíveis. As tabelas 83, 84 e 85 sintetizam as porcentagens por universos de ação e uso para cada cavidade comparando percentuais de frequência entre elas. As cores indicam os maiores valores dentro de cada padrão comparativo (células brancas tem menor valor e celular vermelhas os maiores).

	AL	MT	HF	VE	NU	TR	LA	DO	AB
Cavidade 1	80.3	8	5.5	0.7	0	0	0	0.1	0.9
Cavidade 2	36.1	31.4	9.6	6	0	0	0.2	0	0.4

Cavidade 3	7.9	66	5.1	14.3	0	0.3	0	1.3	0
Cavidade 4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 8	16.8	21.2	29.3	8.3	0.8	0	0.5	0.3	0.6
Cavidade 9	3	14	76	0	0	0	1	0	0
Cavidade 10	17	25.2	3.5	0.5	0	0.1	0.2	0	0.4
Cavidade 11	33.1	24.5	10.4	2	0	0	0	0.4	0.2
Cavidade 12	50	27.6	2.6	0.3	0	0	0.6	0	0.3
Cavidade 13	11.6	43.6	20	0.9	0	0	0	5.3	5.8
Cavidade 14	8	65.5	14.5	0.8	0	0	0	0.8	1.8
Cavidade 15	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 83. Comparação dos percentuais de frequência de cada universo por cavidade.

	AL	MT	HF	VE	NU	TR	LA	DO	AB
Cavidade 1	80.3	8	5.5	0.7	0	0	0	0.1	0.9
Cavidade 2	36.1	31.4	9.6	6	0	0	0.2	0	0.4
Cavidade 3	7.9	66	5.1	14.3	0	0.3	0	1.3	0
Cavidade 4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 7	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 8	16.8	21.2	29.3	8.3	0.8	0	0.5	0.3	0.6
Cavidade 9	3	14	76	0	0	0	1	0	0
Cavidade 10	17	25.2	3.5	0.5	0	0.1	0.2	0	0.4
Cavidade 11	33.1	24.5	10.4	2	0	0	0	0.4	0.2
Cavidade 12	50	27.6	2.6	0.3	0	0	0.6	0	0.3
Cavidade 13	11.6	43.6	20	0.9	0	0	0	5.3	5.8
Cavidade 14	8	65.5	14.5	0.8	0	0	0	0.8	1.8
Cavidade 15	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 84. Comparação dos percentuais de frequência dentro de cada universo.

	AL	MT	HF	VE	NU	TR	LA	DO	AB
Cavidade 1	80.3	8	5.5	0.7	0	0	0	0.1	0.9
Cavidade 2	36.1	31.4	9.6	6	0	0	0.2	0	0.4
Cavidade 3	7.9	66	5.1	14.3	0	0.3	0	1.3	0
Cavidade 4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Cavidade 7	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Cavidade 8	16.8	21.2	29.3	8.3	0.8	0	0.5	0.3	0.6
Cavidade 9	3	14	76	0	0	0	1	0	0
Cavidade 10	17	25.2	3.5	0.5	0	0.1	0.2	0	0.4
Cavidade 11	33.1	24.5	10.4	2	0	0	0	0.4	0.2
Cavidade 12	50	27.6	2.6	0.3	0	0	0.6	0	0.3
Cavidade 13	11.6	43.6	20	0.9	0	0	0	5.3	5.8
Cavidade 14	8	65.5	14.5	0.8	0	0	0	0.8	1.8
Cavidade 15	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 85. Comparação dos percentuais de frequência de todos os universos entre todas as cavidades.

Com base nas comparações acima, é possível notar que as cavidades que apresentaram materiais coexistem em conjuntos cujos universos são quase que mutuamente excludentes, com base naqueles que mais predominam. Como pode ser visto na tabela 86, Alimentação e Higiene e Farmácia pouco coexistem, indicando, talvez, os usos dos espaços na base opostos ao máximo – não se come perto de onde estão os doentes e feridos. A tabela 86 também sugere outra tendência que se sobrepõem a distribuição dos universos: a variação de formas. Esta é menor nas cavidades com predominância dos universos da Higiene e Farmácia e Manutenção E Trabalho (amplitude 7) em relação ao da Alimentação e Manutenção (amplitude 16). A exceção é a cavidade 8, cuja amplitude em termos de formas difere da tendência e mais uma vez a específica (para além de sua forma quadrada e alta densidade).

Cavidade	Proporção	Universo
Cavidade 1	1 forma para cada 33 fragmentos	Alimentação Manutenção e Trabalho
Cavidade 2	1 forma para cada 37 fragmentos	
Cavidade 10	1 forma para cada 37 fragmentos	
Cavidade 11	1 forma para cada 20 fragmentos	
Cavidade 12	1 forma para cada 17 fragmentos	
Cavidade 8	1 forma para cada 42 fragmentos	Higiene e Farmácia Manutenção e Trabalho
Cavidade 9	1 forma para cada 10 fragmentos	
Cavidade 13	1 forma para cada 6 fragmentos	
Cavidade 14	1 forma para cada 13 fragmentos	
Cavidade 3	1 forma para cada 13 fragmentos	Manutenção e Trabalho Vestuário

Tabela 86. Comparação e agrupamento com base na proporção de formas por cavidade e nos universos de ação e uso predominantes.

Essa variação também deve estar relacionada aos modos como as Forças Armadas estruturaram seu sistema de abastecimento: enquanto que os itens de higiene e farmácia seriam mais difíceis de serem encontrados localmente, dependendo da logística para trazê-los,

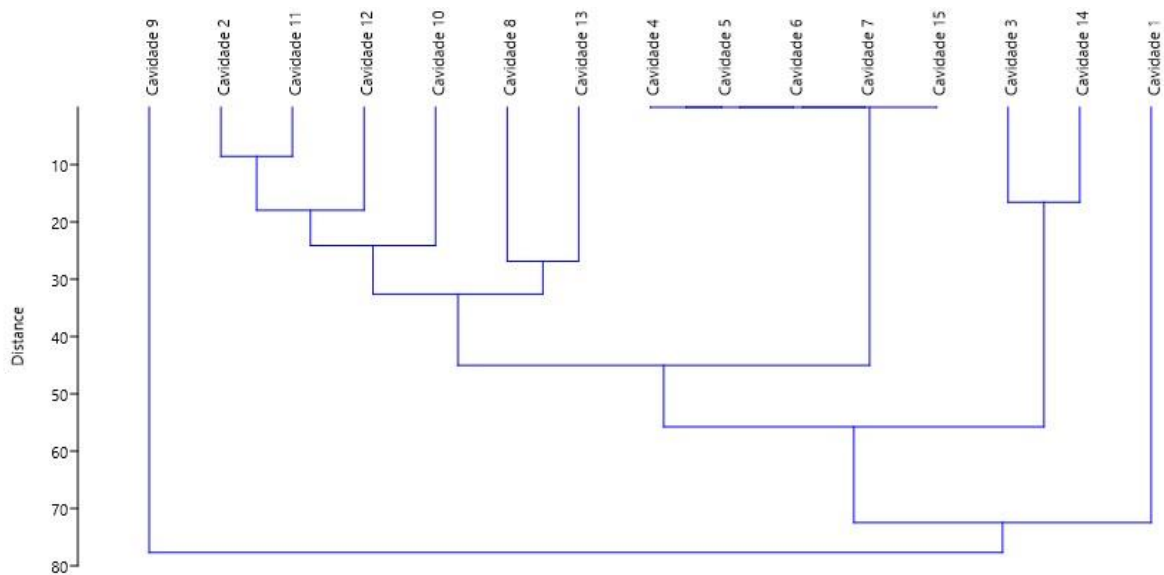


Figura 21. Dendrograma com agrupamento das cavidades baseadas nos universos de ação e uso de seus conteúdos (produzido com PAST 3.23).

É óbvia a semelhança entre as cavidades de 4 a 7 e 15, com seus formatos arredondados e ausência de materiais. As cavidades 9 e 1 são opostos pois são as únicas em que os universos da Alimentação e Higiene e Farmácia são bastante bem definidos e representam quase a totalidade das peças. As cavidades 3 e 14 tem predominância do universo da Manutenção e Trabalho, enquanto as cavidades 2 e 11 uma equilibrada proporção entre Alimentação e Manutenção e Trabalho, as cavidades 10 e 12 e 8 e 13 apresentam proporção semelhante entre Manutenção e Trabalho e Higiene e Farmácia em relação aos demais universos.

Se tomarmos as frequências artefatuais acima e consideramos a recorrência das pilhas e baterias e a morfologia do perfil das cavidades (cônicas [cavidades 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 11, 12, 13, 14, 15], cilíndricas [cavidades 9 e 10] e quadrada [cavidade 8]), os conjuntos se especificam como pode ser visto no dendrograma da figura 22 (algoritmo UPGMA, distância Euclidiana). Optou-se por um agrupamento final com 7 clusters pois foi obtido um salto considerável na distância do passo anterior para o seguinte. Cada grupo, então, passa a ser formado de uma a cinco cavidades.

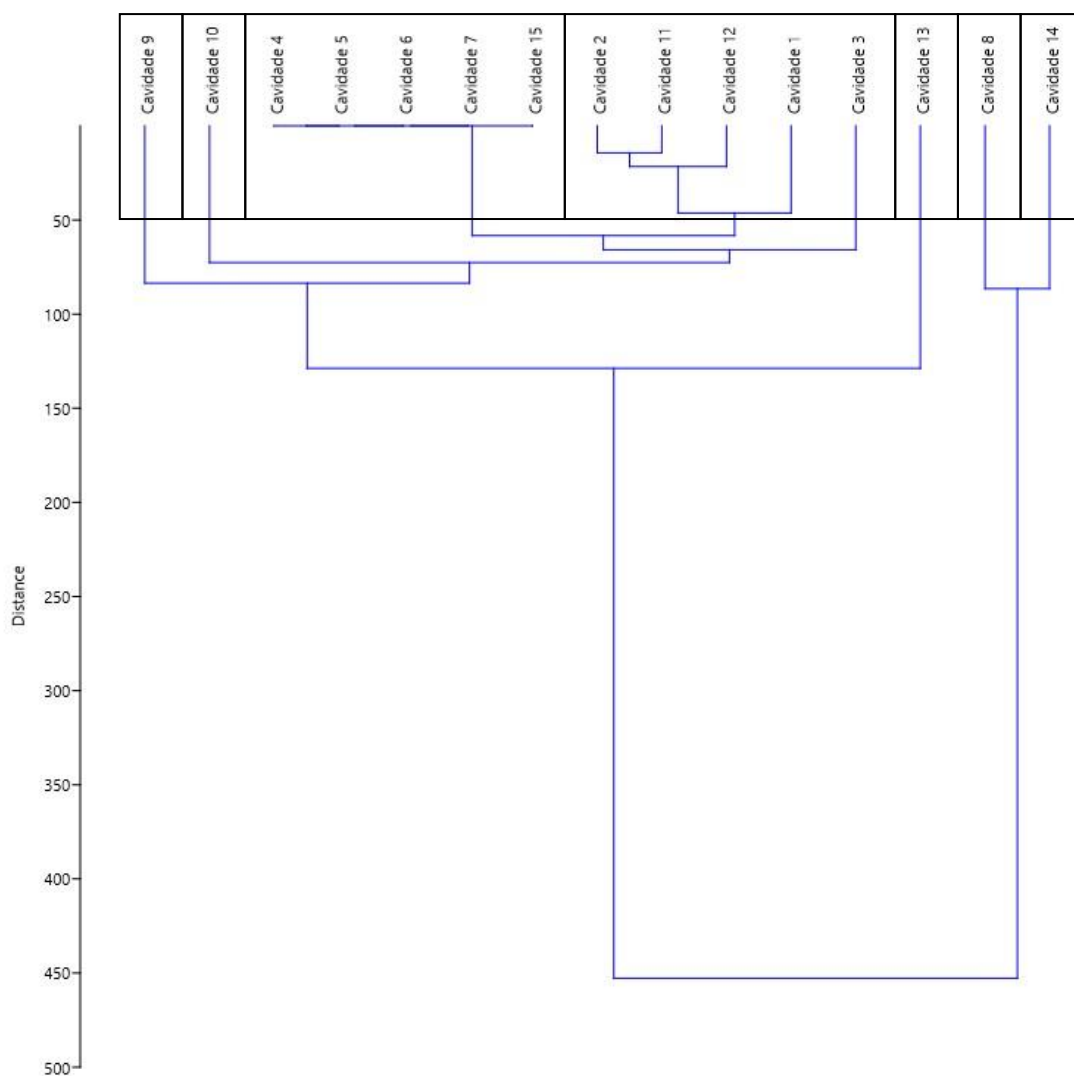


Figura 22. Dendrograma com agrupamento das cavidades baseadas nos universos de ação e uso e em suas morfologias (produzido com PAST 3.23).

As cavidades 1, 2, 11, 12 assemelham-se, como no dendrograma anterior, e somam a cavidade 3, devido a seus formatos e densidade. As cavidades de 4 a 7 ainda compõem o mesmo conjunto de cavidades rasas, cônicas e vazias. As cavidades 8 (quadrada e de altíssima densidade artefactual), 9 (cilíndrica, mas com conteúdo semelhante as outras cavidades), 10 (poço), 13 e 14 (alta densidade de baterias e artefatos ligados a documentação).

Todas estas variações, conjuntos e frequências permitem sugerir que a base de Xambioá era composta por ao menos quatro áreas distintas: alimentação (cozinha e local de alimentação), higiene e farmácia (farmácia), documentação (local de comunicação), vestuário (alojamentos) e área de circulação (onde não havia qualquer cavidade, considerando-se as cavidades como lixeiras abertas durante todo o uso da base). Claro que ao longo de 2 anos, a base pode ter modificado sua planta já que as construções eram certamente de material orgânico (“material da região” ou “material nativo para construção” como nos manuais de

campanha [IP 21-80, 1999: 105]), com exceções (algo próximo da cavidade 12), o que lhe deu certa organicidade. As cavidades não só podem ter acompanhado esta mudança como também terem um período de uso até serem preenchidas dando espaço a outro “buraco”. Assim, em termos de referências espaciais, é possível que as memórias sobre a base, quando distintas, na verdade apontem para espaços que mudaram um pouco de posição ao longo de sua existência.

A cavidade 10, o poço soterrado (cisterna), e o poço ainda aberta na área existência quando das escavações (entre as Q1 e Q2) estão nos limites de uma área de circulação mais central na qual não foram encontradas nenhuma feição que indiquem algo abaixo da superfície. Também por isso, a cavidade 8 parece uma exceção, em sua alta densidade e intensa variação de objetos de todos os tipos ligados a todos os universos encontrados, com ausência de sedimento interno que indica uma deposição única de objetos ao mesmo tempo. Ouso sugerir que esta é uma cavidade ligada ao abandono da base, podendo inclusive ser posterior a ela.

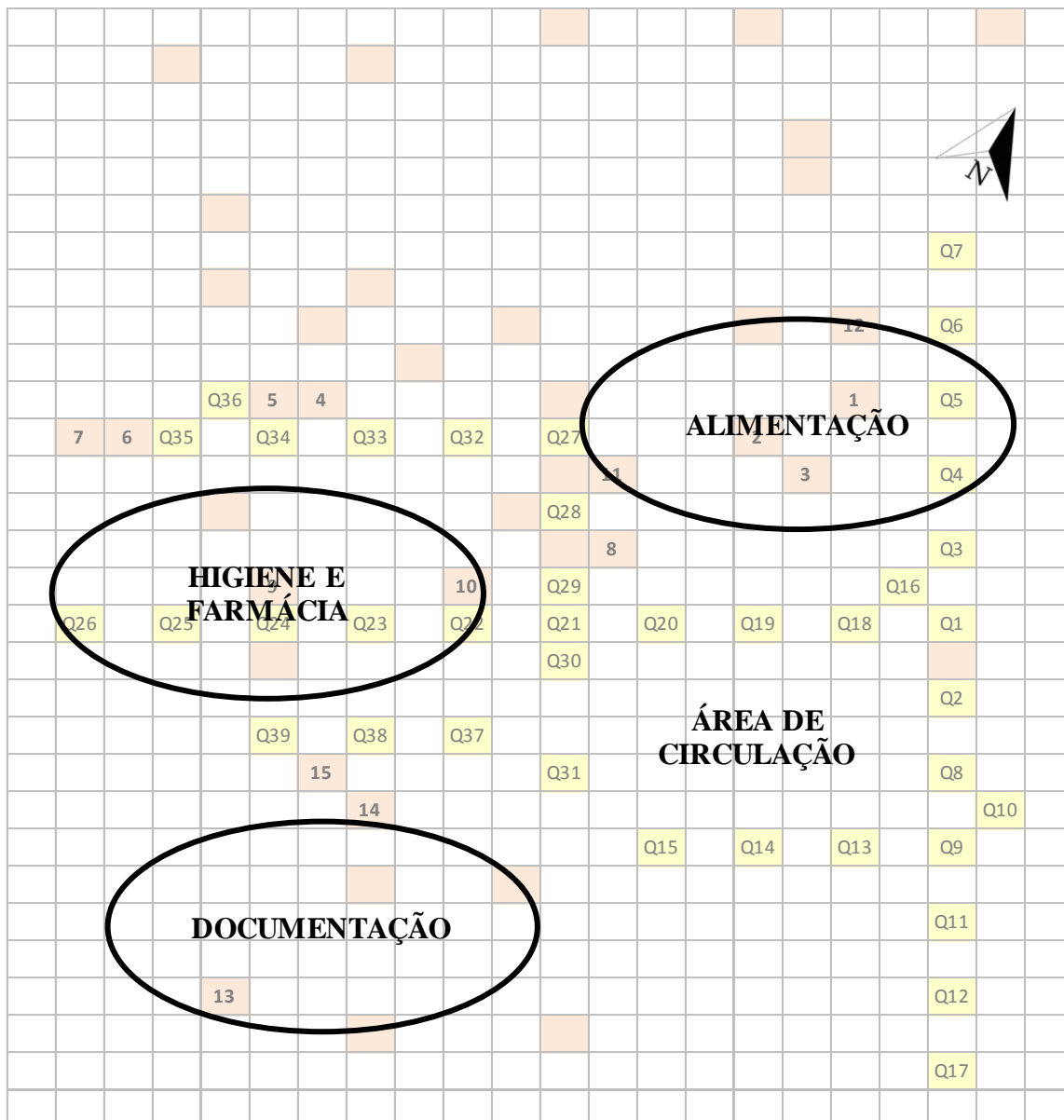


Figura 23. Proposta de espaços que formariam a base de Xambioá (quadras rosas – incidência sobre confirmadas ou possíveis cavidades; quadras amarelas – positivas para materiais em superfície).

4.2.2. Base do Morro do Urutu

A base do Urutu está localizada em topo de morro à beira de um desfiladeiro com queda bastante íngreme de um lado e mais suave de outro, pela qual é possível acessar a área a pé. Situa-se no interior da APA Serra das Andorinhas, antiga Serra dos Martírios, na margem direita do rio Araguaia, no estado do Pará. Incide sobre vegetação rala do tipo cerrado em área com solo raso, afloramentos de rocha e “piçarra” logo na superfície.

A serra funciona como uma barreira natural e dista aproximadamente 30 km do núcleo urbano da cidade de Xambioá e cerca de 9.5 km das margens do rio Araguaia. Os materiais encontrados se dispersavam em área de aproximadamente 65x70m.



1. Panorâmica das escavações no Morro do Urutu;
2. Caverna 4, base do Morro do Urutu;
3. Agulhas de seringa, base do Morro do Urutu;
4. Concentração de pregos, base do Morro do Urutu;
5. Fragmentos de baterias, base do Morro do Urutu;
6. Enlatados, base do Morro do Urutu;
7. Frasco de remédio, base do Morro do Urutu;
8. Sachê de vitaminas, base do Morro do Urutu;
9. Dosador de soro fisiológico, base do Morro do Urutu;
10. Estojos para fuzil FAL.

Tese de doutorado: A materialidade da repressão à guerrilha do Araguaia e do terrorismo de Estado no Bico do Papagaio, TO/PA: noite e neveiro na Amazônia

Aluno: Rafael de Abreu e Souza
Orientadora: Verônica Wesolowski Aguiar dos Santos
Museu de Arqueologia e Etnologia/USP

distanciam os depósitos de contextos domésticos e semelhança daqueles encontrados na base de Xambioá em termos de associação, recorrência e tipo.

Os materiais apresentados resultaram de escavações ocorridas em três etapas de campo entre 2012 e 2014, mas que somaram apenas 11 dias. Do total de 1.047 peças (304 das cavidades, 713 das quadras e 30 sem referência), além de 416 pilhas e baterias, 545 (52% do total) foram submetidas a análises pormenorizadas sendo consideradas peças diagnósticas.

Superfície

Das 100 quadras de coleta de superfície sistemáticas foram retiradas 713 peças (cerca de 70% do total recuperado) além de 416 pilhas e baterias, indicando relação inversa à base de Xambioá na qual a maior parte do material encontrado estava enterrado. Isto pode estar relacionado ao fato de que a base do Urutu estava localizada em área relativamente mais isolada do que a de Xambioá o que implicou em um esforço menor em ocultar as evidências deixadas em superfície. Das quadras predominam os metais (51%), seguidos dos vidros (33%), plásticos (13%) e timidamente dos fragmentos têxteis (1%) e osteodontomalacológicos (1%).

Do total em superfície, 60% (452 peças) foi submetido a análises pormenorizadas para aferição de formas, universos e notações de indicadores de função e cronológicos. Como indicam as tabelas, dentre os metais predominam as latas e os enlatados, estojos de cartuchos de arma de fogo e alta concentração de pregos; dentre os vidros, garrafas de bebida e frascos de remédio, e dentre os plásticos, embalagens de alimento e partes de frascos de remédio (lacs).

METAIS			
Formas		Quantidade	%
36	Prego	91	25%
65	Lata Grande 1	85	23%
61	Lata Quadrada	77	21%
67	Latas sem tamanho	31	8%
27	Não identificado	23	6%
34	Estojo de cartucho	17	5%
49	Lata de sardinha	8	2%
17	Spray (aerossol)	6	2%
66	Anel para lata de sardinha	4	1%
69	Projétil de arma de fogo	5	1%
107	Presilha do fio da bateria	3	1%
112	Sache de remédio	3	1%

124	Embalagem de remédio	3	1%
9	Frasco remédio 1	2	1%
30	Frasco de alimento	2	1%
134	Lata Grande 2	2	1%
46	Arame	2	1%
4	Copo	1	0%
50	Haste	1	0%
118	Botão	1	0%
129	Marmita	1	0%
20	Fio elétrico	1	0%

Tabela 88. Frequência de formas dos objetos em metal coletados em superfície na base do Morro do Urutu.

VIDROS			
Formas		Quantidade	%
8	Garrafa de bebidas	23	40%
30	Frasco de alimento	17	30%
9	Frasco remédio 1	8	14%
14	Frasco remédio 2	4	7%
27	Não identificado	2	4%
4	Copo	1	2%
31	Frasco de cosmético	1	2%
77	Frasco de remédio tipo xarope	1	2%

Tabela 89. Frequência de formas dos objetos em vidro coletados em superfície na base do Morro do Urutu.

PLÁSTICO			
Formas		Quantidade	%
113	Embalagem de alimento	6	32%
158	Suporte de presilha de bateria	4	21%
14	Frasco remédio 2	2	11%
56	Caneta	1	5%
58	Corda	1	5%
75	Sacola de supermercado/lixo	1	5%
83	Embalagem de seringa	1	5%
123	Band-aid	1	5%

Tabela 90. Frequência de formas dos objetos em plástico coletados em superfície na base do Morro do Urutu.

BORRACHA			
Formas		Quantidade	%
54	Sola de calçado	2	67%
9	Frasco remédio 1	1	33%

Tabela 91. Frequência de formas dos objetos em borracha coletados em superfície na base do Morro do Urutu.

A base do Morro do Urutu apresentou uma grande quantidade de baterias em superfície, em um total de 413 células de baterias, além de uma pilha D, uma C e uma AA. Foram também encontrados 6.53 cm de fragmentos de bastão de zinco-carbono de pilha D e 295.09 cm de fragmentos de bastão de carbono de células de bateria, o que corresponde, ao

menos, a 64 outras células. Este total corresponderia a, aproximadamente, 22 baterias (considerando 21 células cada).

A maior parte dos artefatos encontrados na base do morro do Urutu referem-se ao universo da Alimentação (46%), seguidos de materiais para Manutenção e Trabalho na própria base (36%), dos itens para Higiene e Farmácia (9%), Armamento e Bélico (8%), e pouco relacionado ao Vestuário (1%) e Documentação (não representativo).

Cavidades

Foram retirados das quatro cavidades 304 peças e 0,54 kg de fragmentos de metal. O conteúdo das cavidades apresentou grau de preservação similar aos materiais em superfície, talvez pela ausência de pisoteio e outros processos antropogênicos como os que ocorreram na base de Xambioá. Dos artefatos considerados diagnósticos, os metais (25%), os vidros (23%) e plásticos (22%) são maioria absoluta, com formas padronizadas, repetidas e completamente industrializadas. A alta densidade de papéis está relacionada a alta densidade de baterias, já que cada uma delas era envolta por papelão que se fragmentou (22%). Outras categoriais de materiais ocupam pouco espaço percentual, como vegetais (2%) e as borrachas (1%).

A seguir, cada cavidade é descrita em seu contexto acompanhada de suas características materiais móveis e imóveis.

Cavidade 1

A Cavidade 1 é uma feição com 1,50m de diâmetro máximo e profundidade máxima de 40 cm com formato cônico em perfil. No momento da escavação, a superfície do interior da cavidade continha uma grande tampa de tonel de metal. Seu interior não apresentou qualquer vestígio e em profundidade incidiu rapidamente sobre concreções ferruginosas difíceis de atravessar. À semelhança de algumas cavidades localizadas na base de Xambioá, a Cavidade 1 sugere ser um buraco aberto, abandonado e não fechado. Foi possível observar ao redor da cavidade o solo retirado de seu interior quando de sua abertura.

Cavidade 2

A Cavidade 2 é uma feição com 1,50m de diâmetro e profundidade máxima de 60 cm. Seu interior foi escavado até que se encontrou um grande bloco de pedra canga. Antes da escavação arqueológica, havia alguns artefatos no interior da cavidade, predominantemente metálicos (embalagens de alimentos, maciçamente, como sardinha), sem qualquer solo entre os mesmos. Após estes serem coletados, a cavidade não apresentou qualquer outro objeto.

Todavia, foi possível observar, de modo claro, a concentração de objetos ao redor da mesma, misturados a solo revolvido, resultante do interior da própria cavidade. A distribuição e posição dos vestígios sugere que a cavidade fora esvaziada, tendo sido solo e objetos dispostos ao seu redor quando do ato. Vale ressaltar que na etapa de 2012, a cavidade encontrava-se do mesmo modo, não sugerindo que este “esvaziamento” tenha ocorrido no último ano. Todavia, durante a etapa de 2014, esta mesma cavidade sofreu violenta alteração, quando uma cratera com quase 3 m de profundidade foi aberta sobre ela. As razões não foram esclarecidas.

Da cavidade 2 foram retirados apenas metais (13 fragmentos), vidros (5) e plástico (1), além de 3 células de bateria.

Formas		Quantidade	%
90	Embalagem genérica	4	24%
30	Frasco de alimento	3	18%
65	Lata Grande 1	3	18%
49	Lata de sardinha	2	12%
27	Não identificada	1	6%
61	Lata quadrada	1	6%
113	Embalagem de alimento	1	6%
114	Papel alumínio	1	6%
135	Lata Grande 3	1	6%

Tabela 92. Formas dos artefatos coletados na cavidade 2 da base do Morro do Urutu.

Cavidade 3

A Cavidade 3 é uma feição, em formato de L que aproveita a cota do terreno para um nivelamento, localizada entre o topo e o declive acentuado, como um pedestal. No interior da mesma, foi aberta uma pequena unidade de escavação (UE4), com 0,50x0,50m para averiguação de seu interior, não tendo sido nada localizado. A posição da feição e sua morfologia sugere ter sido utilizada, possivelmente, como ponto de observação, ao redor do topo.

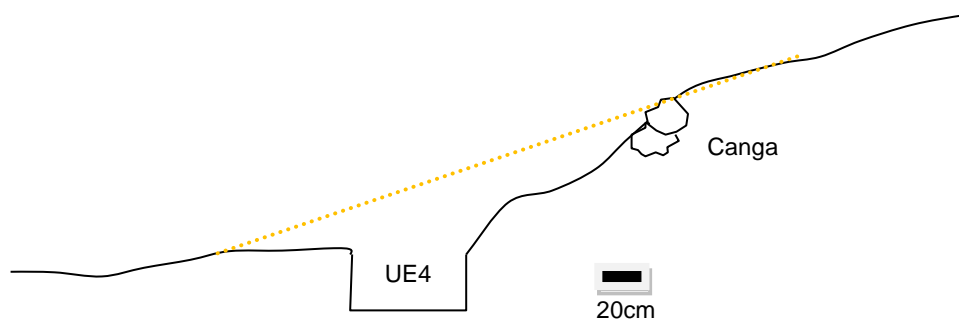


Figura 25. Perfil da cavidade 2 na base do Morro do Urutu.

Cavidade 4

A Cavidade 4 é, como as demais, caracterizada por uma depressão circular bastante discreta, quase invisível, e nela fora aberta uma unidade de escavação (UE3). A abertura dos primeiros níveis da cavidade indicou sua configuração como buraco para lixo. Tanto no interior como próximo da mesma foram localizados estojos (de cartuchos) .45 e alguns 7.62mm (FAL).

Da cavidade 4 foram retirados basicamente papéis (30%), plásticos (24%), vidros (23%), metais (21%), vegetais (1%) e borrachas (1%). Foram encontrados também uma pilha D e 122 células de bateria (116 + 23 cm de bastão) que corresponderiam a 5 baterias.

	Formas	Quantidade	%
67	Lata sem tamanho	17	27%
61	Lata quadrada	9	14%
65	Lata Grande 1	8	13%
27	Não identificada	4	6%
134	Lata Grande 2	4	6%
36	Prego	3	5%
49	Lata de sardinha	3	5%
50	Haste	3	5%
20	Fio elétrico	2	3%
73	Tubo ou cano	2	3%
124	Embalagem de seringa	2	3%
14	Frasco remédio 2	1	2%
34	Estojo de cartucho	1	2%
62	Lata de molho de tomate	1	2%
66	Anel para abrir lata de sardinha	1	2%
83	Embalagem de seringa	1	2%
118	Botão	1	2%

Tabela 93. Formas dos artefatos coletados na cavidade 4 da base do Morro do Urutu.

Distribuição espacial em superfície

Diferente da base de Xambioá, a base do Morro do Urutu não apresentou grande quantidade de materiais enterrados nem feições que indicassem a partir da superfície modificações antrópicas. As quatro cavidades identificadas diferem-se bastante entre si: a cavidade 1 era uma feição vazia, apenas com uma tampa de tonel dentro; a cavidade 2, parecia esvaziada, com lixo distribuído ao redor. O evento de seu preenchimento parece estar ligado ao funcionamento da base, mas seu esvaziamento é certamente pós-deposicional; a cavidade 3 é, na verdade, um corte na encosta talvez utilizado como ponto de observação; e finalmente a cavidade 4 que foi formada em episódio deposicional único no qual um saco de lixo enterrado com restos de alimento, cartuchos, caneta, baterias, sprays e roupas, próximo de uma encosta.

O plano de prospecção e escavação nesta base foi possível finalizado em a malha sistemática e geométrica de quadras de coleta de superfície completa. Com isso análises de distribuição espacial foram realizadas. Os mapas das figuras 26, 27 e 28 indicam as densidades baseadas nas frequências de materiais por categoria e por universos de ação e uso.

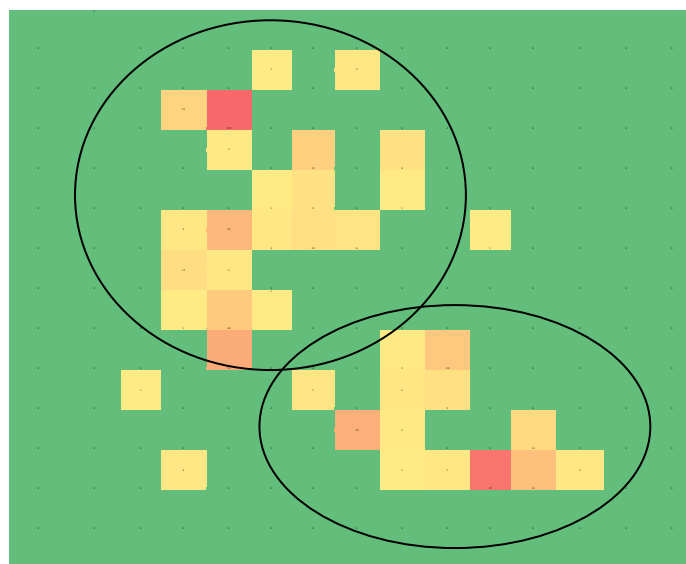


Figura 26. Distribuição espacial do total de peças em superfície, ressaltando duas áreas de concentração na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).

A dispersão do total dos materiais encontrados em superfície ocupa uma área de 55x55m, onde se podem notar duas áreas de concentração (quadras vermelhas) e duas manchas de dispersão (polígonos) como indiciado no mapa da figura 26. Os mapas da figura

27 apresentam distribuições espaciais por categoria artefactual. É interessante notar que muitos dos materiais são mais ou menos excludentes no espaço: baterias e plásticos por um lado, e metais e vidros por outro, distribuindo-se distintamente.

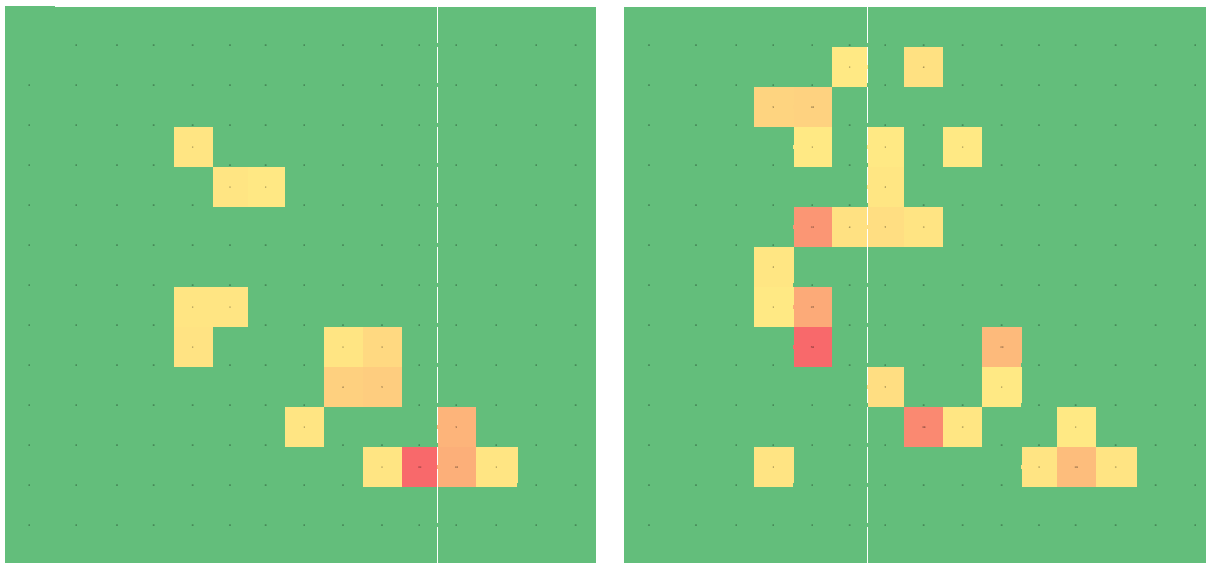


Figura 27. Distribuição espacial em superfície de pilhas e células de bateria (à esquerda) e de vidros (à direita) na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).

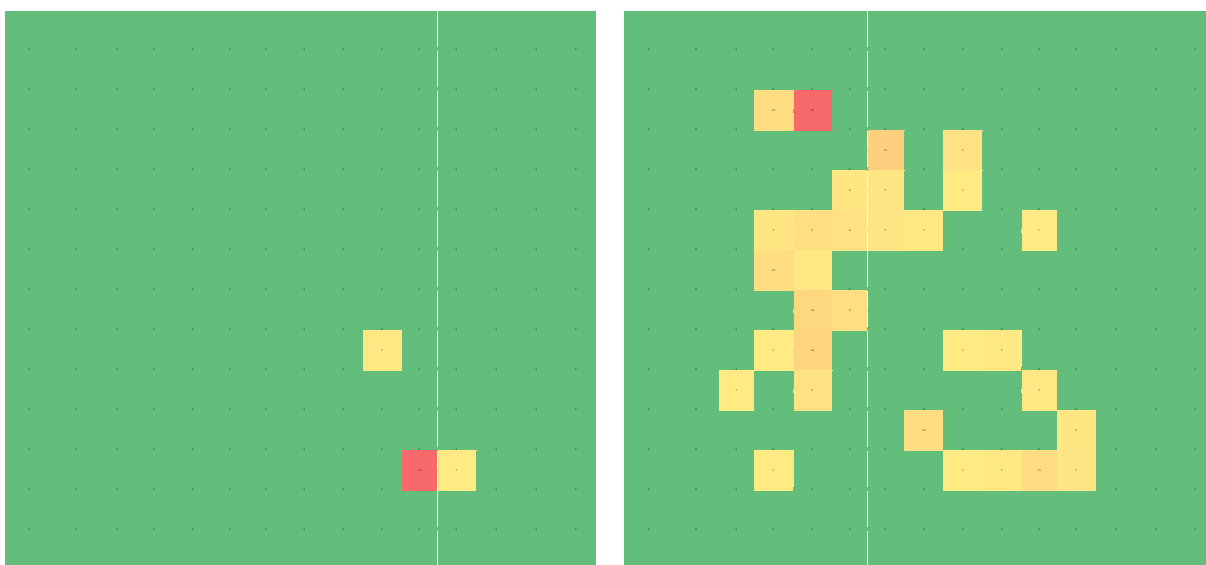


Figura 28. Distribuição espacial em superfície de plásticos (à esquerda) e de metais (à direita) na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).

Ao organizarmos os objetos com base nos universos de ação e uso mais significativos (Alimentação e Higiene e Farmácia), nota-se, de imediato, que resíduos relacionados a alimentação se concentram em área diametralmente oposta aos resíduos de higiene e farmácia, sugerindo usos distintos do espaço, como na base de Xambioá. No entanto, e diferente desta,

há poucas coisas ligadas a Manutenção e Trabalho as que existem foram encontradas de modo bastante concentrado fora do quadriculado, sugerindo ausência de construções e estruturas que demandassem manutenção. A distribuição dos cartuchos de munição de arma de fogo também é específica, quase todos a SO.

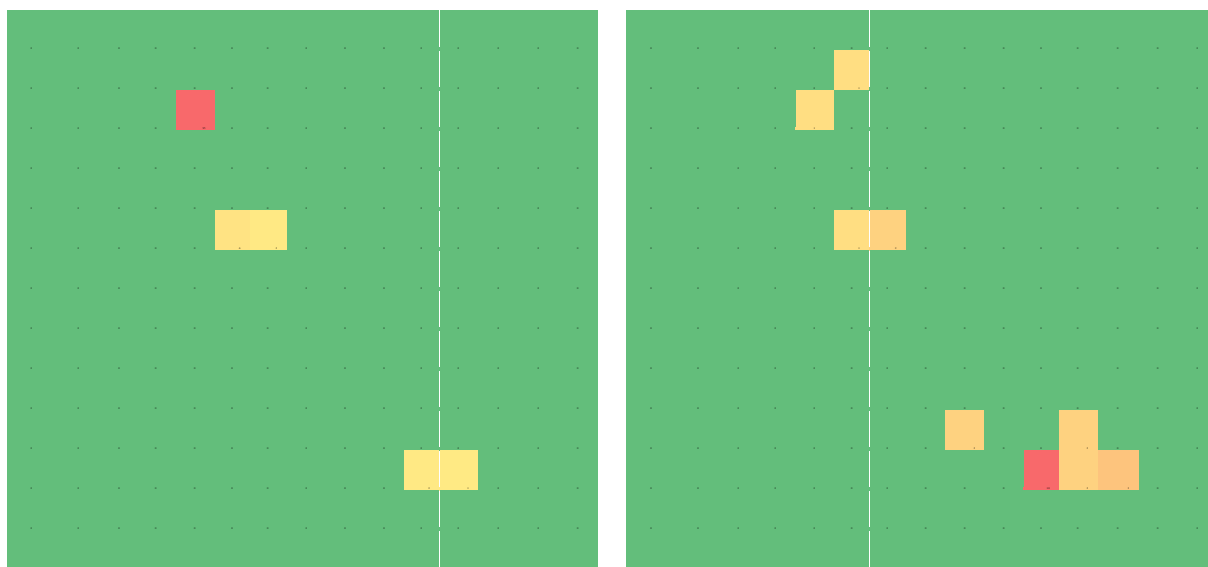


Figura 29. Distribuição espacial em superfície dos artefatos ligados ao universo da Alimentação (à esquerda) e da Higiene e Farmácia (à direita) na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).

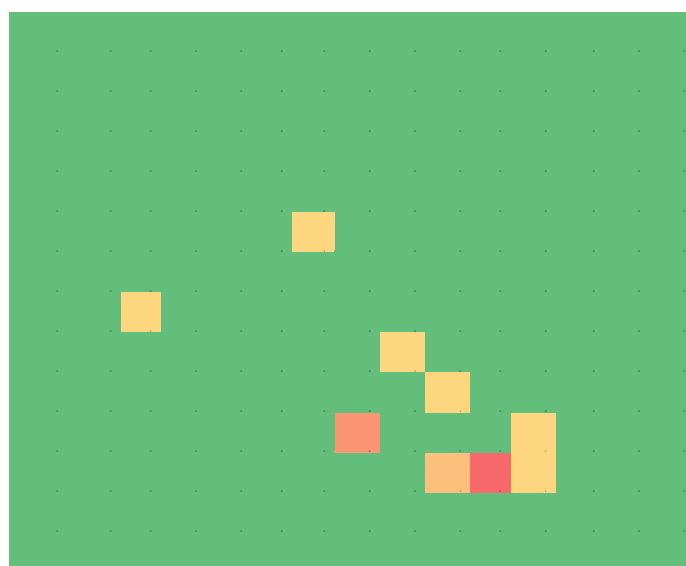


Figura 30. Distribuição espacial em superfície dos cartuchos deflagrados (estojos e projéteis) na base do Morro do Urutu (Legenda: vermelhos indicam maior densidade de material e amarelos menos densidade de material; verdes indicam ausência de material).

Se considerarmos as baterias como parte do instrumental destinado à comunicação (à rádio), poder-se-ia propor, então, quatro áreas distintas para a base do Morro do Urutu. Há um local para cuidados médicos e farmácia estaria longe do local de refeição, entre os quais (tendo em vista a alta concentração de pregos nas Q5, 6, 8, 7, 12 e 57, certamente ligados a madeira já decomposta) e outro relacionado a manutenção e trabalho, uma pequena construção ou algo para armazenagem. Como na base de Xambioá, talvez existisse um espaço de circulação entre as áreas de alimentação e higiene e farmácia, como talvez a área de manutenção correspondesse a local de alojamento. É interessante perceber que também no Morro do Urutu a maior densidade de resíduos ligados a Higiene e Farmácia está próxima dos ligados à comunicação.

De modo geral, há uma menor variabilidade de formas no Morro do Urutu (com 46 tipos se comparado a Xambioá), além de uma menor quantidade em termos absolutos, sugerindo um espaço menor, ocupado de modo menos intenso, por menos pessoas, mas com função mais específica. Sua implantação na paisagem e função geoestratégica estão claramente relacionados a visibilidade de sua posição, à cerca de 450m de altitude, um dos pontos mais altos da região. A base não ocupava toda a superfície deste topo, mas basicamente sua porção NO.

Há uma clara concentração de cartuchos deflagrados (com predomínio de estojos) a SO, podendo indicar posições de tiro. Junto da cavidade 3 é possível que houvessem postos de observação ao redor do topo. As análises acima permitem sugerir que o espaço da base do Morro do Urutu era composto da seguinte maneira:

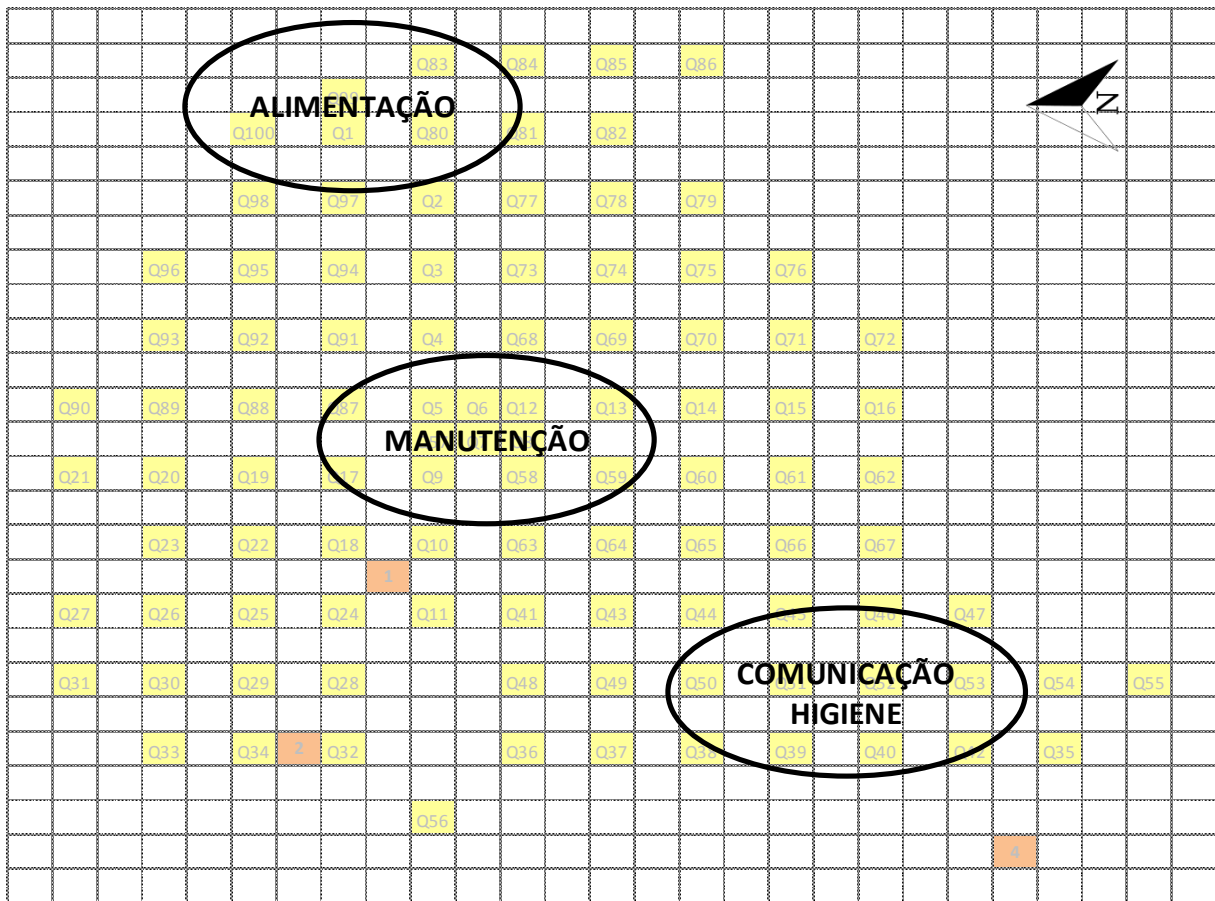


Figura 31. Proposta de espaços que formariam a base do Morro do Urutu (quadrados amarelos marcam quadrados positivos, quadrados rosas marcam quadrados no interior dos quais incidiram cavidades).

4.2.3. Documentação e arquivos

Existe uma pequena porcentagem, deveras importante, de objetos ligados ao universo da documentação, isto é, às práticas que identificam, organizam, registram e arquivam documentos escritos organizado a partir de nomes e outras classificações. A presença das etiquetas rotuladoras nas cavidades 8, 13 e 14 indica o uso de arquivos e informações em papel na base de Xambioá. As etiquetas rotuladoras cumpriam seu papel em manter a referência de informações enquanto fitas plásticas resistentes, que não rasgam, oxidam ou perdem a cor, com dados impressos em relevos (Malabarba, Reis, 1986: 8). Elas indicam, portanto, ações relacionadas ao planejamento da base (como nas etiquetas que mencionam equipamento, efetivo e senhas), mas também ao controle das estratégias e operações (como naquelas que mencionam controle operacional e missão). Como se observa na tabela 32:

Cavidade	Imagem	Inscrição	
Cavidade 13		MISSÃO	Missão
Cavidade 13		EQP	Equipamento
Cavidade 13		OPERA...	Operacional
Cavidade 13		...CIONAL	Operacional
Cavidade 13		GORRO PRETO	Gorro Preto
Cavidade 13		ATUALIZADO EM	Atualizado em
Cavidade 13		...PERACIONAL	Operacional

Cavidade 13		OPERAÇÕES	Operações
Cavidade 13		EFET	Efetivo
Cavidade 14		CONTROLE OPERACIONAL	Controle Operacional
Cavidade 14		PORTÃO	Portão
Cavidade 14		ACEGUA	Achegue
Cavidade 14		OPERAÇÃO GORRO PRE...	Operação Gorro Preto

Cavidade 14



ATUALH

Atualizado

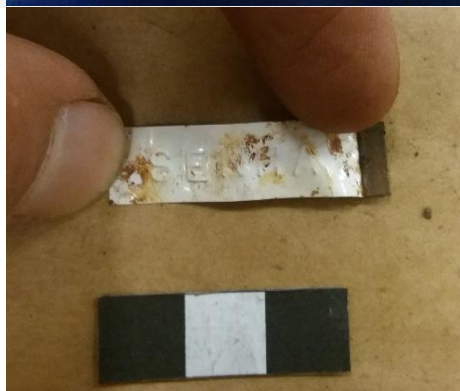
Cavidade 14



OBSERVAÇÕES

Observações

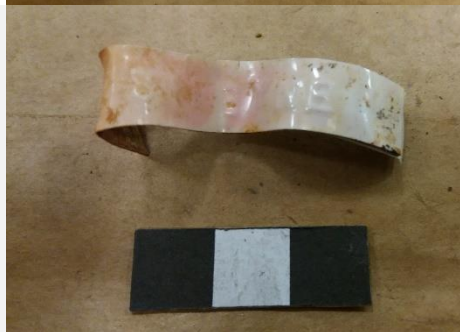
Cavidade 08



SENHA

Senha

Cavidade 08



SIREYNE

Sireyne

Cavidade 08



ELZA

Elza



Figura 32. Etiquetas rotuladoras com inscrição encontradas nas cavidades 8, 13 e 14 da base de Xambioá.

As expressões “controle operacional” e “operações” parecem referir-se a informações sobre os planos estratégicos militares que focavam objetivos e alvos específicos, como aquelas mencionadas no Capítulo 2.1. A etiqueta que menciona “Operação Gorro Preto” refere-se a uma operação cujo nome não está mencionado na literatura sobre a guerrilha até o momento. Vale ressaltar que “boina preta” e “boina verde” eram designações utilizadas para diferenciar os soldados rasos dos paraquedistas (Fontelles Filho, 2015), e que a base de Xambioá era formada basicamente pelos primeiros. Outros nomes podem ser de operações, como “Sireyne”, “Portão” e “Acegua”. O nome “Acegua” faz referência não apenas a uma das batalhas da Guerra do Paraguai, portanto parte importante da história do Exército Brasileiro, como também a uma cidade no Rio Grande do Sul relacionado à detenção de uruguaios fugindo do Brasil na época da ditadura (Bauer, 200: 27).

As etiquetas com as inscrições “Elza” e “Marinho” são claramente alusivas a nomes próprios. É difícil não relacionar “Elza” a única Elza presente na guerrilha, e parte daquela da Comissão Militar e da liderança do movimento, Elza Monnerat. A etiqueta também pode estar fragmentada e se referir a “Dinaelza”, como em Dinaelza Soares Santana Coqueiro, a Dina. Quanto à “Marinho”, é difícil inferir, mas um dos camponeses desaparecidos (em 1973) chamava-se Manuel Pereira Marinho ou Manoelinho (Corrêa, 2018). Estas pistas parecem indicar para a existência de arquivos nominiais na base de Xambioá, talvez fichas dos procurados e seu histórico. Obviamente, é difícil saber que documentos eram estes, se ainda existem e onde estariam.

Em relação a nomes próprios, outro nome, desta vez de um possível militar, foi encontrado entre os objetos. No intuito de separar os objetos pessoais daqueles de uso comum do contingente, alguém escreveu seu nome em um pente masculino de cabelo (encontrado na Cavidade 11), “Adelmo”, como observa-se na figura 33:


Imagem	Inscrição
	<p data-bbox="1091 456 1219 483">ADELMO</p>

Figura 33. Pente masculino encontrado na cavidade 11 da base de Xambioá com a inscrição “Adelmo”.

As canetas semelhantes ou do tipo BIC azul também aparecem tanto na base de Xambioá como na do Morro do Urutu e obviamente estão relacionadas ao ato de escrever e, portanto, de registrar. Elas recorreram nas cavidades 1, 3, 8, 11 e 14 na base de Xambioá e na Q40 na base do Morro do Urutu (num total de 14 peças).

Por fim, na cavidade 14 foram encontrados fragmentos de jornal de coluna intitulada “Artes plásticas” com referências a teatro (“Teatro Arte”).



Figure 1. Fragmentos de jornal, cavidade 14.

4.2.4. Armamento e munições

As armas de fogo não foram o foco desta análise e recomenda-se um estudo balístico para maiores e melhores conclusões. É muito provável que projéteis e estojos de cartuchos de armas de fogo ligados à repressão contra a guerrilha do Araguaia tenham sido coletados assistematicamente por anos a fio no âmbito do “fetiche” por artefatos representativos de universos bélicos. Por isso, sua distribuição em superfície certamente sofreu alteração, apesar de preservados no interior de cavidades.

De modo geral, as munições encontradas tanto na base de Xambioá como no Morro do Urutu provem maciçamente da Bélgica, da bastante conhecida Fabrique Nationale d'Herstal (FN), e de fábricas nacionais, como a Companhia Brasileira de Cartuchos (CBC), predominantemente, e da Fábrica de Cartuchos de Realengo (FR), menos corrente. No que concerne às proveniências reconhecidas, o morro do Urutu apresenta maior variação, incluindo a fábrica de Realengo. No entanto, a base de Xambioá apresentou um maior número de tipos de calibre.

Dos cartuchos cujo calibre é facilmente reconhecido devido as inscrições no culote, predominam os .38 (33%), seguido pelos 7.62mm (27%), .45 (15%), 9mm (14%), .44 (5%), .30 (3%), 7mm (2%), 5.56mm (2%). Com base na relação comprimento do estojo x diâmetro da base do culote (estojos variando entre 16 e 63mm enquanto culotes de 5 a 51 mm) foi possível notar três grandes grupos de armas de fogo sendo usadas: um primeiro onde encontram-se os mencionados anteriormente, mais as calibre .22; um segundo, com porcentagem pouco expressiva de calibres .12; e finalmente, um terceiro, representado por três estojos do que parecem ser granadas militares de calibre 40mm, auto explosivas, com capacidade de fragmentação e raio letal de até 5 metros (Huntington, 1978).

Abaixo, as tabelas 94 e 95 listam as inscrições.

Procedência	Inscrição
Cavidade 01	CBC * 50 * 30 - M *
Cavidade 01	C 45 (?)
Cavidade 01	SWL; 38
Cavidade 01	FN; SA;
Cavidade 01	CBC; 45; MA;
Cavidade 01	CBC; 45; MA;
Cavidade 01	CBC; 762;
Cavidade 01	-
Cavidade 01 (Ampliação Oeste)	FN; 64

Cavidade 02 / UE-03	-
Cavidade 02 / UE-03	-
Cavidade 08	-
Cavidade 08	FN; 65
Cavidade 08	CVC; 4.4W
Cavidade 08	CBC; 38; SW
Cavidade 08	-
Cavidade 08	CBC; 38;
Cavidade 08	CBC; 50; 30 ..MI
Cavidade 08	CBC; 38; SWL
Cavidade 08	CBC; 38; SWL
Cavidade 08	CBC; 38; SWL
Cavidade 08	CBC; 38; SWL
Cavidade 08	CBC; 38; SWL
Cavidade 08	CBC; 38; SWL
Cavidade 08	-
Cavidade 08	-
Cavidade 08	-
Cavidade 08	... W...
Cavidade 10	CBC; 9 mm;
Cavidade 10	-
Cavidade 10	-
Cavidade 11	CBC; 556;
Cavidade 11	-
Cavidade 12	-
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC; 38; SWL
Cavidade 13	CBC
Cavidade 14	CBC 9mm Luger
Cavidade 14	CBC 9mm Luger
Cavidade 14	CBC 9mm Luger

Cavidade 14	CBC 9mm Luger
Cavidade 14	CBC 9mm Luger
Cavidade 14	-
Cavidade 14	-
Cavidades sem referência	CBC LUGER
Q1	FN 64, 64, 64
Q1	FN 64, 64, 64
Q1	FN 64, 64, 64
Q16A	CBC 7.62
Q16A6
Q16B	-
Q21	FN 64
Q24	CBC 44W
Q7	FN 65
Q7	FN 64
Q9	FN 65
T21	CBC 44 W

Tabela 94. Tabela com cartuchos com inscrições da base de Xambioá

Procedência	Inscrição
Q7	CBC M G 45-48
Q8	CBC M G 45-48
Q8	CBC LUGER
Q20	FN 64
Q39	FR 7.62
Q39	FR 7.62
Q40	CBC 3.8?
Q40	FR 7mm
Q40	CBC M G 45-48
Q40	CBC M G 45-48
Q45	CBC M G 45-48
Q49	FN 64
Q49	FN 64
Q49	FN 64
Q49	CBC 38
Q65	CBC M G 45-48
Q68	CBC LUGER
CAV.4	CBC M G 45-48

Tabela 95. Tabela com cartuchos com inscrições da base do morro do Urutu

Quanto às armas de fogo utilizadas, fica claro, portanto, a plausibilidade do uso de armas curtas (revolveres e pistolas) e de armas longas (fuzis), como frequentemente mencionadas pela literatura, mas também de artilharia, como os lançadores de granada, o que

soma a resposta desproporcional do Exército Brasileiro à repressão na região (Corrêa, 2013; Moraes, Silva, 2005). Quanto aos fuzis, é já conhecido o uso do FAL (Fuzil Automático Leve), criado em 1953 pela Fabrique Nacional e cujo acordo com a Bélgica em 1964 autorizou o Brasil a fabricá-lo por intermédio da fábrica de armas de Itajubá, MG (Viana, 2016). O FAL chegou a ser um dos fuzis de batalha mais populares do mundo, fabricado por diversos países, e nos dias atuais é produzido apenas Brasil (pela IMBEL) e pelos EUA. A aquisição e produção do FAL no Brasil foi um substancial passo em termos tecnológicos militares uma vez que era uma arma bastante confiável, de simples manutenção e operação, a favorita entre os países membros da OTAN e a mais popularmente utilizada durante a Guerra Fria (Viglione, 2016).

Os estojos também apontam para outro dado: o do som. A maior parte das pessoas próximas da base de Xambioá não deve ter visto tiros, que devido a velocidade só são vistos quando do disparo ou quando da chegada ao alvo, mas ouvido. Esta também é uma estratégia de medo, consciente ou não. Uma vez que os tiros poderiam ser ouvidos seguramente pelos moradores, novamente, a base, num jogo de ver/não-ver ligado à ansiedade do porvir, materializava a estratégia repressiva de terror local.

Um debruçar mais profundo sobre a análise da cultura material acima será apresentado no capítulo 5 em sua integração com a paisagem para reflexões sobre como a infraestrutura repressiva foi montada contra uma infraestrutura de resistência.

4.3. Análise espacial da repressão

4.3.1. Militares e guerrilheiros

Para analisar a paisagem da região e tecer inferências em torno das estratégias repressivas militares na construção de uma paisagem de terror, parte do jogo entre materialidades ausentes/presentes, histórias e recursos naturais - à semelhança daquilo que Maria Zedeño (2008) chamou de “objetos agregados” ao pensar o território como constituído por terra, recursos naturais e objetos – utilizei sistema de informação geográficas, sensoriamento remoto e morfologia urbana com base em imagens de satélite, fotogrametrias e cartas topográficas para observar o terreno da base de Xambioá e sua relação com o plano urbano da cidade de Xambioá, incluindo as vias de circulação e seus hodônimos. Apesar de comuns na literatura sobre a guerrilha do Araguaia, mapas, croquis e cartas topográficas jamais foram utilizadas para além de seu uso ilustrativo e informativo quanto à localização de áreas mencionadas em textos.

Característica constantemente ressaltada nos relatos e pesquisas sobre a guerrilha é o fato de ter ocorrido no bioma amazônico em região majoritariamente coberta por floresta ombrófila aberta com algumas porções de cerrado em especial nas áreas elevadas da Serra das Andorinhas. A floresta é uma grande referência e parte material do que ocorreu no Bico do Papagaio em termos das possibilidades de usar o terror associado a mobilidade e visibilidade e ao diálogo dos militares com o *jungle warfare* ou operações de selva, além de sua relação com as fronteiras agrícolas, latifúndios e os conflitos agrários intensos que convergem uma série de razões para a escolha do lugar. Estas florestas pluviais caracterizam-se pelo alto potencial madeireiro que atraiu e ainda atrai a exploração predatória, estimulada pelas políticas de colonização e a expansão pecuária com a abertura de eixos rodoviários em especial nos anos de 1970, como a Transamazônica e a Belém-Pará (Menezes, 2007: 5).

Há dois domínios climáticos na região da guerrilha, um mais a leste com duas estações distintas, verão úmido (outubro a abril) e inverno seco (maio a setembro) e outro mais a oeste, com estação chuvosa mais prolongada (índice pluviométrico superior a 2000 mm) e uma curta estação seca (junho a agosto). Eventos importantes relacionados à guerrilha ocorreram no verão úmido (setembro, outubro, dezembro, fevereiro) podendo indicar escolhas da repressão por atuar nos momentos mais chuvosos que em parte reduziram a mobilidade a pé na Amazônia devido ao aumento do volume de água nos igarapés assim como impactariam estradas de terra e visibilidade. De qualquer modo, até os anos de 1970, 80% da área estava coberta por floresta tropical densa cujo desmatamento atual praticamente eliminou. Latossolos, areias quartzosas e uma superfície lateríticas dão o tom do solo que se cava, mais fácil próximo do rio Araguaia que longe dele. O rio Araguaia, claro, é o coletor hidrográfico principal, correndo de Sudoeste a Nordeste, enorme via de circulação, fonte de recursos e marco paisagístico.

Neste cenário o PCdoB implementou seu movimento e, baseadas nesta espacialização, as Forças Armadas materializaram suas estratégias repressivas. Se os espaços de ocupação da guerrilha dialogam com os sítios camponeses e, portanto, com os conflitos fundiários, as ocupações militares estão relacionadas mais às cidades e núcleos urbanos e à própria dispersão dos guerrilheiros. Para esta análise utilizo ocupações de maior vulto, as bases, algumas com localização mais exata, algumas aproximadas. Elas, claro, não refletem o todo da estrutura militar. Tais estruturas organizaram-se em conjuntos mais ou menos hierarquizados de lugares, como no uso dos sítios camponeses, fazendas, acampamentos temporários, pontos de apoio, cavernas e grotas pelos guerrilheiros e das zonas de afluência, áreas de combate, zonas de operação, eixos de progressão, base de combate, área de

retaguarda, faixas de infiltração pelos militares como descrevem os manuais de campanha (IP 72-1, 1997: 19).

Estes lugares e a conexão entre eles, englobando fluxos de informação e redes de conectividade, provavelmente deixaram diversas formas de vestígios materiais, dialógicos a sua forma, tempo e função e que afetam sua visibilidade, proporcionalidade e representatividade em termos arqueológicos (Beaudry, 2004: 256). Seu encontro é dificultado pela vegetação densa e por outras influências ambientais sobre o registro. Isto não elimina a possibilidade de abordagens regionais, alimentadas pelo uso da documentação disponível (oral, escrita, imagética e material) para entender dinâmicas espaciais e priorizar áreas.

A mobilidade inerente ao que ocorreu ali cria vestígios que só fazem sentido em um todo mais coerente construído na escala da paisagem, a paisagem regional, já que os locais utilizados por militares e guerrilha terão usos e funções distintas. Daí a importância de conjugar, nestes cenários, métodos de prospecção intensivos e extensivos adaptados à Amazônia. A mobilidade tanto da guerrilha como dos militares, produziu arranjos espaciais para a organização da ocupação da região e para o engajamento com pessoas e ambiente ao redor (Politis, 1996).

O mapa da figura 34 representa aquelas ocupações mais duradouras e mais altas na hierarquia dos lugares guerrilheiros e militares, todas com coordenadas aproximadas, à exceção das bases militares do Morro do Urutu e de Xambioá. Sua plotagem é resultado da sobreposição de diversos croquis, mapas e informações disponíveis na literatura (Corrêa, 2018; Morais, Silva, 2005).

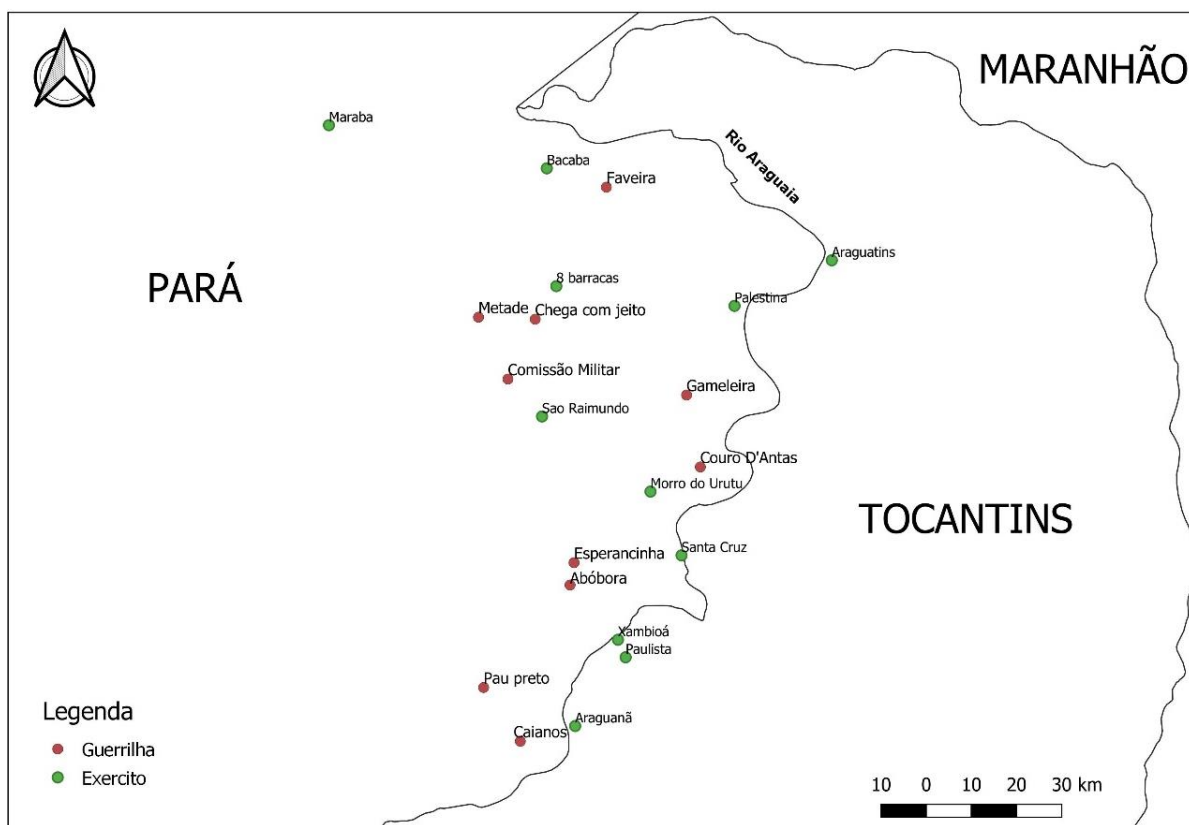


Figura 34. Pontos ocupados por militares e guerrilha (Produzido no QGIS).

A produção de um SIG para a repressão liga-se aos dados a seguir. Em termos geográficos, a característica mais óbvia é a de que todos os pontos guerrilheiros (conhecidos) estão no estado do Pará enquanto que os militares (conhecidos) dividem-se entre o Tocantins (então Goiás), com quatro deles adjacentes ao rio Araguaia – em uma espécie de resguardo de movimentos que cruzassem o rio –, e o Pará, com outros seis. A área é bem encaixada e domina basicamente todo o recuo que o rio Araguaia faz a leste antes da confluência com o rio Tocantins na altura de Apinajés (PA). Com exceção de duas bases militares (Aratuatins e Santa Cruz) que incidem sobre vegetação de cerrado, as demais bases e pontos de ocupação guerrilheira, foram implantadas em áreas de floresta. Enquanto as bases militares incidem maciçamente em áreas de argissolo vermelho-amarelo, os locais dos guerrilheiros ocupam maior diversidade de solos, implantadas sob argissolos, latossolos e neossolos em relativa igualdade. Isto indica, de antemão, solos com propensão a forte coesão, muito duros quando secos – portanto, difíceis de cavar.

As ocupações também dialogam de modos diversos com diferentes formas de classificação do espaço urbano e rural na região, assim como com diversos usos e ocupações do solo, permitindo o levantamento de dados espaciais de como guerrilheiros e militares relacionavam-se com moradores da região. A primeira impressão é a de que as bases militares

eram muito mais distantes das aglomerações camponesas do que as guerrilheiras, tendendo a localizar-se nas ou próximas às sedes dos municípios e aglomerações urbanas. Enquanto isso, os guerrilheiros estavam muito mais próximos de pequenos agrupamentos isolados (exemplo de Itaipavas, Santa Isabel do Araguaia e Vila Nova). Seus pontos de ocupação estão longe de grandes aglomerações urbanas e provavelmente próximos de sítios camponeses e florestas (como é o caso de Pau Preto, Faveira, Metade, Chega com Jeito e da Comissão Militar). A proximidade entre a materialidade do poder hegemônico, que é parte da cidade e do mundo urbano, foi, assim, característica militar, enquanto os guerrilheiros estavam espacialmente mais próximos daqueles com os quais planejaram interagir, os camponeses que existiam baixo o véu de opressão do Bico do Papagaio e materializavam contra hegemonias. As ocupações guerrilheiras contêm uma gama maior de variações em termos de distância dos locais povoados, sendo a militar mais regular quanto a isso.

As tabelas 94 e 95 contêm as distâncias entre os pontos de ocupação guerrilheiros e povoações mais próximas (segundo a classificação do IBGE). Nota-se que no caso da guerrilha, as distâncias variam entre 1.4-29.7 km (amplitude de 28.3) enquanto o Exército de 5.6-14.8km (amplitude de 9.2). Isto pode indicar que alguns pontos guerrilheiros foram propositalmente postos em locais profundos na mata, longe de tudo e todos, próximos de aglomerações rurais isoladas, enquanto que o Exército seguiu um comportamento padronizado que era parte de uma malha regular de distâncias e áreas de influência cobertas por cada base para controle, ruptura e repressão, em clara relações entre regularidade e controle no uso do espaço.

<i>Guerrilheiros</i>	Povoação mais próxima	km
<i>Caianos</i>	Itaipavas	1.4
<i>Gameleira</i>	Santa Isabel do Araguaia	2.2
<i>Abóbora</i>	Vila Nova	3.3
<i>Esperancinha</i>	Vila Nova	8.2
<i>Couro D'Antas</i>	Santa Isabel do Araguaia	8.4
<i>Pau preto</i>	Cachoeira	16.4
<i>Comissão Militar</i>	Dois Irmãos	17.6
<i>Faveira</i>	Nazaré	17.6
<i>Metade</i>	Santa Teresa	23.8
<i>Chega com jeito</i>	Dois Irmãos	29.7

Tabela 96. Distâncias aproximadas entre povoações mais próximas e ocupações da guerrilha.

<i>Militares</i>	Povoação mais próxima	km
<i>Bacaba</i>	Nazaré	5.6
<i>Xambioá</i>	Manchão do Meio	6.2
<i>Araguaína</i>	Boa Vista do Araguaia	6.6

<i>Araguatins</i>	Transaraguaia	7.9
<i>TI Suruí</i>	Dois Irmãos	8.1
<i>Morro do Urutu</i>	Santa Cruz	8.6
<i>Santa Cruz</i>	Chapada	9.5
<i>8 barracas</i>	Nazaré	10.1
<i>Palestina</i>	Santa Rita	14.4
<i>Santa Cruz</i>	Manchão do Meio	14.8

Tabela 97. Distâncias aproximadas entre povoações mais próximas e bases militares.

Também interessa pensar a relação deste cenário com as estradas e rodovias, obras de engenharia fundamentais nesta paisagem e que tem em Marabá um nó viário. As estradas e as rodovias são tecnologias trazidas pela repressão com vestes de modernidade que materializam o movimento e a dimensão material do mover-se, no âmbito do controle que orientava a estratégia repressiva que se montava no Bico do Papagaio. Abrir vias na floresta era uma forma de reduzir a mobilidade guerrilheira e facilitar a circulação militar, aumentando exposição, visibilidade e áreas contíguas. Diferentes de caminhos, trilhas e picadas cuja fluidez e conhecimento tornam difíceis de serem mapeadas, as estradas e rodovias são visíveis e marcam uma definitiva presença material. Estar próximo da elas, neste contexto, representaria perigo.

É interessante aferir distâncias entre os pontos de ocupação da guerrilha e as bases militares em relação a trama de rodovias, federais, estaduais e municipais abertas na região. Enquanto os pontos da guerrilha distam entre 8.6 e 95.5 km das principais rodovias (amplitude de 86.5) as bases militares distam entre 1.8 e 75.5 km (amplitude de 73.3). Isto mostra que as últimas estão mais próximas de rodovias do que as primeiras e apresentam maior regularidade quanto as distâncias das estradas em comparação a guerrilha, com valores mais diversos.

Ainda quanto às distâncias, é importante considerar as relações das bases militares com as áreas guerrilheiras e as constelações formadas por cada um destes conjuntos, tendo como pano de fundo o fato de que a distribuição das primeiras fora determinada pela posição das segundas. Conexões lineares foram estabelecidas no intuito de pensar a forma que a repressão ganhou no Bico do Papagaio mais que estipular os caminhos exatos que conectariam cada um dos pontos, uma vez que as reais rotas tomadas são difíceis de serem inferidas. Ao extrair as distâncias aproximadas entre lugares militares e guerrilheiros, temos o seguinte:

	8 barracas	Araguanã	Araguatins	Bacaba	Marabá	Morro do Urutu	Palestina	Paulista	Santa Cruz	São Raimundo	Xambioá
8 barracas		97.68	61.41	26.25	61.85	50.16	39.79	83.77	65.90	29.10	79.65
Araguanã			117.96	123.91	144.08	54.60	99.68	18.90	44.58	69.05	21.34
Araguatins				66.48	115.60	65.22	51.67	99.25	73.49	73.05	96.65
Bacaba					49.32	75.37	109.92	109.92	90.98	55.11	105.82
Marabá						108.21	98.57	135.20	123.46	80.12	130.98
Morro do Urutu							45.24	37.16	15.74	29.27	33.65
Palestina								81.62	56.60	49.26	99.68
Paulista									25.78	56.55	4.24
Santa Cruz										43.68	23.43
São Raimundo											52.32
Xambioá											

Tabela 98. Distâncias aproximadas (km) entre bases militares (células cinza indicam os maiores e menores valores).

	Abóbora	Caianos	Chega com jeito	Comissão Militar	Couro D'Antas	Esperancinha	Faveira	Gameleira	Metade	Pau preto
Abóbora		36.35	59.48	47.72	39.00	5.04	88.67	49.45	62.81	29.71
Caianos			93.68	80.38	72.75	41.35	124.42	85.18	94.53	14.43
Chega com jeito				14.60	49.18	54.70	33.31	37.58	12.58	82.49
Comissão Militar					46.92	43.29	47.89	39.79	15.22	68.62
Couro D'Antas						35.15	65.52	16.25	59.40	68.56
Esperancinha							83.65	44.79	58.45	34.17
Faveira								49.46	40.49	114.31
Gameleira									49.30	78.95
Metade										82.16
Pau preto										

Tabela 99. Distâncias aproximadas (km) entre lugares da guerrilha (células cinza indicam os maiores e menores valores).

No que concerne às distâncias entre as bases militares, as tabelas expressam que a maior distância entre estas se encontra entre Marabá e Araguaína, enquanto que a menor de Xambioá à base do Paulista. Para as guerrilhas, a maior distância está entre Faveira e Caianos e a menor entre Esperancinha e Abóbora. Apesar das maiores distâncias entre bases militares serem semelhantes ao valor das maiores distâncias entre as ocupações guerrilheiras, somadas as últimas elas representam 20% menos do que a somatória das distâncias dos deslocamentos dos militares, indicando que estes não só cobriam uma área maior, o que faz sentido se a ideia da repressão era encerrar os guerrilheiros em uma paisagem específica, um cerco, mas também pode sugerir que os militares dispusessem de outros pontos de apoio que não estão mapeados aqui. Também pode indicar que os guerrilheiros cobriam uma área menor que os militares ou que tinham que se deslocar mais sem ter apoios intermediários para cobrir um território mais extenso (daí a existência dos PA).

Os manuais de operações de selva militares indicam que o deslocamento na floresta é um grande desafio: em floresta primária, a taxa seria de 1 km por hora enquanto que na secundária, com a proliferação de trepadeiras, cipós e adensamento da vegetação dos sub-bosques, 500m por hora (Brasil. Exército. Estado-Maior, 1997: 30). Assumindo que os anos de 1970 ainda contavam com florestas primárias para a região, deslocar-se a pé entre Esperancinha e Abóbora levaria ao menos 50 horas de caminhada ininterrupta e entre Caianos e Faveira mais de 5 dias sem parar. Somando todos os riscos, e incluindo topografia e hidrografia, estes percursos não só seriam mais e mais perigosos aos guerrilheiros, como completamente exaustivos. Sem acesso a comida ou a medicamentos próprios, o resultado sobre seus corpos e mentes poderia ser devastador.

Análise de agrupamentos com base nas distâncias acima retorna sete conjuntos possíveis ($k=6,5$ com $w=23$ resultando nos intervalos 5-28, 29-51, 52-74, 75-97, 98-120, 121-143, 144-166 km). Eles indicam que as distâncias entre as bases militares são muito mais constantes (no gráfico seguinte, expressa pela linha de tendência do tipo média móvel, menos angulosa e suave) se comparada às guerrilheiras (no gráfico seguinte, expressa pela linha de tendência do tipo média móvel angulosa com mudanças abruptas). Isto sugere que as Forças Armadas, como dito anteriormente, se apropriaram do espaço de uma maneira muito mais regular que as forças guerrilheiras, seguindo o que era de se esperar de campanhas militares.

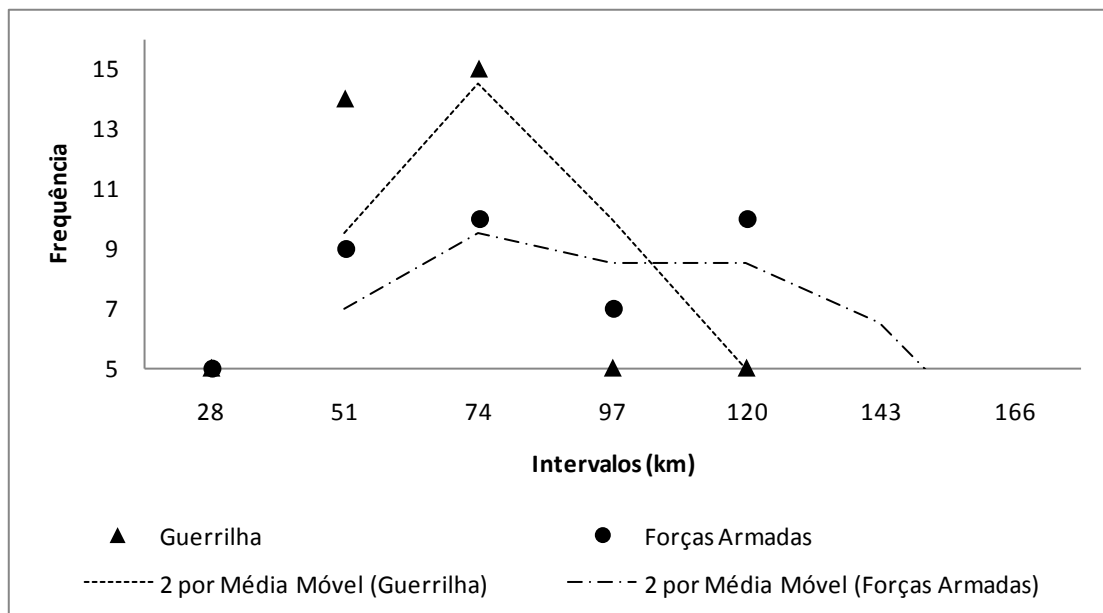


Figura 35. Gráfico de pontos com linhas de tendência que expressam a relação da constância nas distâncias lineares (em km) entre guerrilha e militares.

Pensar espacialmente a relação entre bases militares e guerrilha, nesta escala, permite notar as constelações orquestradas por ambos e como o uso do espaço materializou a forma como se engajaram com a paisagem. Ao representarmos visualmente as bases militares e os lugares guerrilheiros como topologia em malha - na qual os vetores simulam as bases (pontos) e as conexões entre estas (linhas) -, cada um dos grafos permite 10^8 árvores de extensão.

Percebe-se, pelos grafos formados, que apesar de ambos indicarem paisagens cujo uso tem longa cobertura longitudinal (N-S), o eixo latitudinal das Forças Armadas é maior do que o dos guerrilheiros. Para os guerrilheiros, a movimentação vetorial se dava majoritariamente no sentido NE-SO (34% maior que as conexões NO-SE) enquanto a das Forças Armadas é quase o oposto, com mais conexões NO-SE (33% mais conexões que NE-SO). As ligações entre as bases militares também são mais extensas no sentido L-O em comparação a dos guerrilheiros, mais concentrados em movimentos N-S com os vetores interceptando-se em ângulos concorrentes. A interceptação dos vetores, e conseguinte dos movimentos, coaduna o objetivo das bases militares em sobreporem-se transversalmente à mobilidade e à rede de comunicação intra-guerrilha como parte da estratégia de repressão.

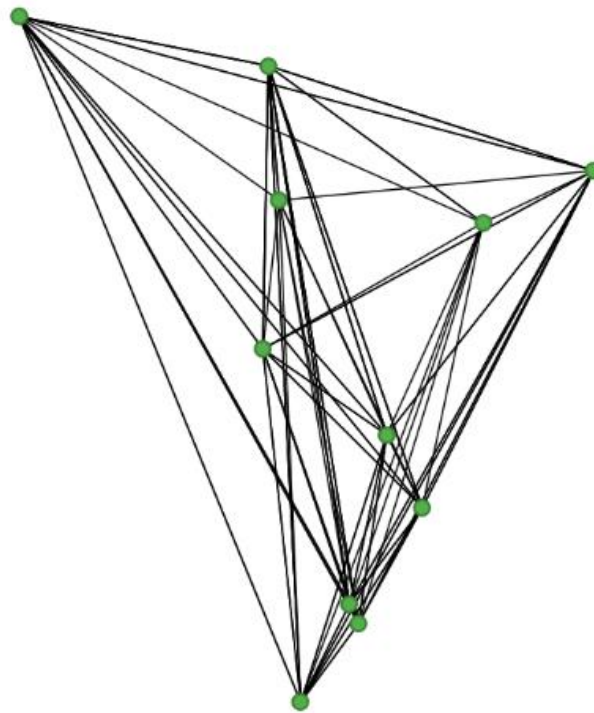


Figura 36. Topologia em malha das conexões entre as bases militares (feito no QGIS).

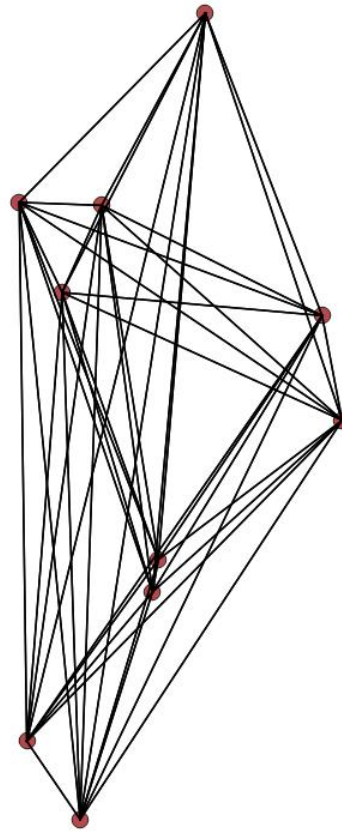


Figura 37. Topologia em malha das conexões entre as ocupações guerrilheiras (feito no QGIS 2.23).

Considerando conectividades, a área guerrilheira apresenta conectividade muito maior do que a das Forças Armadas, expressa pela quantidade de linhas que se sobrepõem umas às outras em ângulos oblíquos ou perpendiculares. Sugere que a mobilidade guerrilheira cruzava muito mais áreas comuns que a militar, possíveis pontos de apoio, por exemplo. Enquanto as Forças Armadas distribuíram-se de modo mais homogêneo no espaço, os guerrilheiros parecem ter organizado-se em agrupamentos: nestes, é menor a distância entre seus componentes e maior entre os conjuntos (Metade-Chega com Jeito-Comissão Militar, Gameleira-Couro D'Antas, Pau Preto-Caianos, Esperancinha-Abóbora).

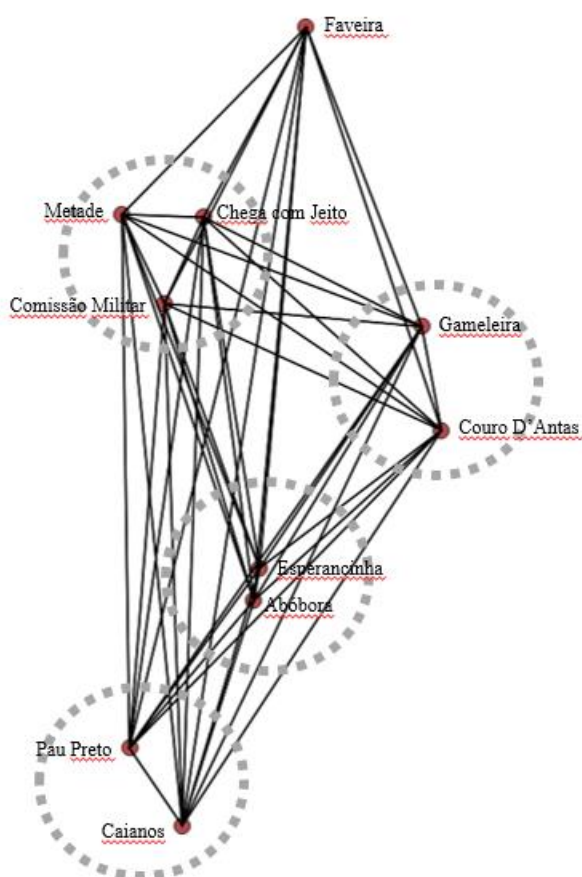


Figura 38. Paisagem guerrilheira e os conjuntos espaciais de suas ocupações (feito no QGIS 2.23).

Nos grafos de Delaunay das figuras 39 e 40, a característica de Euler ($V-A+F$) é igual para ambos os poliedros (contando arestas sem intersecção), ou seja, 10 vértices, 22 arestas e 13 faces, com número invariante igual a 1. Apesar de diferentes em forma, militares e guerrilheiros construíram paisagens homeomorfas: as estruturas formadas por guerrilheiros e militares são semelhantes, provavelmente como resultado de uma evolução convergente na qual os militares organizaram-se a partir do conhecimento dos movimentos e espaços ocupados pela guerrilha. Para tal, a escolha do local das bases militares seria, portanto, dependente de um conhecimento prévio dos locais ocupados pelos guerrilheiros, ao menos os principais.

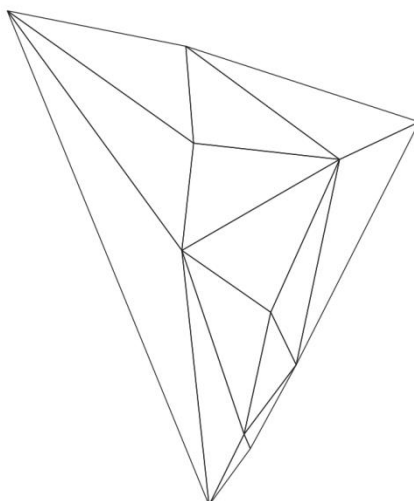


Figura 39. Grafo de Delaunay para as bases militares (feito no QGIS 2.23)..

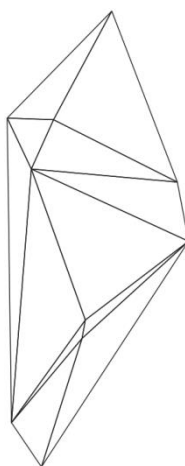


Figura 40. Grafo de Delaunay para as bases da guerrilha (feito no QGIS 2.23).

A triangulação entre os pontos mais extremos de cada uma das constelações também revela dados interessantes: enquanto a paisagem dos militares se aproxima de um triângulo isóscele, novamente mostrando maior regularidade, a guerrilha se expressa como um triângulo escaleno. A maior distância no que concerne aos militares é a conexão Marabá-Araguanã, enquanto para a guerrilha, Faveira-Caianos ambas a oeste. A conexão L-O da guerrilha é 50% menor do que a das Forças Armadas e a razão de proporcionalidade entre as duas áreas é 0,5. No entanto, ambos planos vetoriais mostram um flanco relativamente desprotegido a oeste, após a base de São Raimundo.

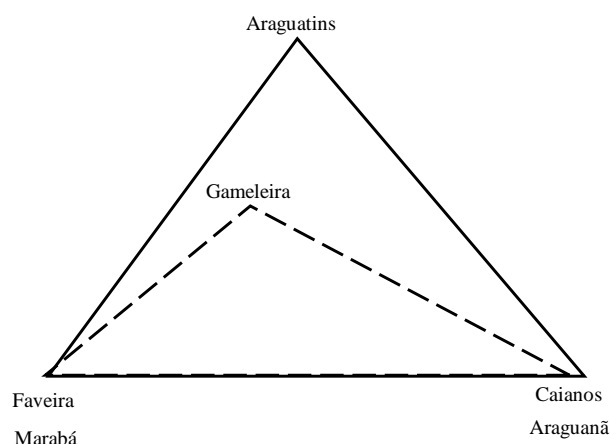


Figura 41. Comparação da triangulação formada pelos extremos da paisagem militar e da guerrilha

Grafos, triangulações e distribuições espaciais indicam a centralidade e a convergência de vetores e conexões tanto para o morro do Morro do Urutu como para a TI Suruí. Centralidade e extrema conectividade parecem sugerir papéis de suporte, fluxo de informação e, portanto, comunicação, providenciado também por características paisagísticas. A base do Morro do Urutu (com cerca de 245 m de altitude) é alta o suficiente para que o olhar siga na direção da guerrilha em Couro D’Antas, Gameleira, Esperancinha e Abóbora. Assim como a base de São Raimundo (TI Suruí), conforma uma estrutura panóptica que influencia planos de visão, acesso e controle, locada no “epicentro da guerrilha” (Corrêa, 2013: 66).

Seria possível aferir funções distintas de acordo com posicionamento espacial e conexões entre bases, relações entre bases e guerrilheiros, e entre lugares guerrilheiros? Nas figuras 42 e 43, a conectividade obtida a partir da análise vetorial (distância do centro mais próximo) indica a centralidade da base de São Raimundo e do Morro do Urutu.

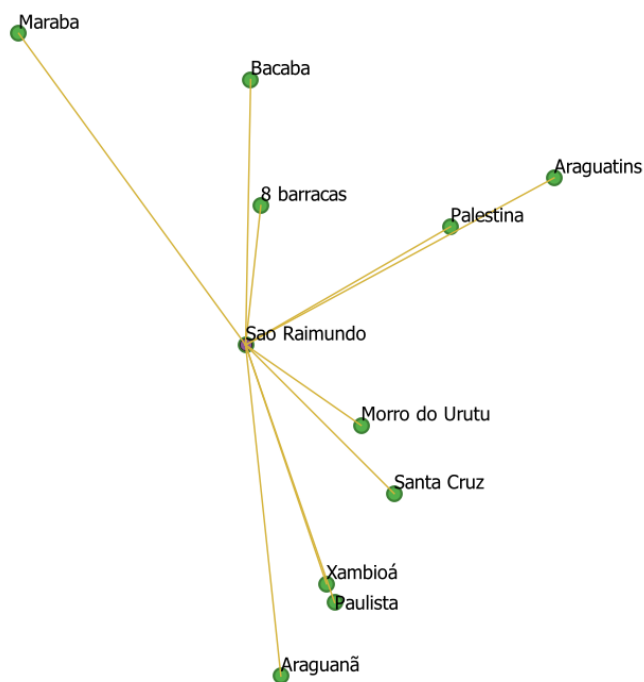


Figura 42. Conectividade mostrando o papel central da base de São Raimundo (feito no QGIS)

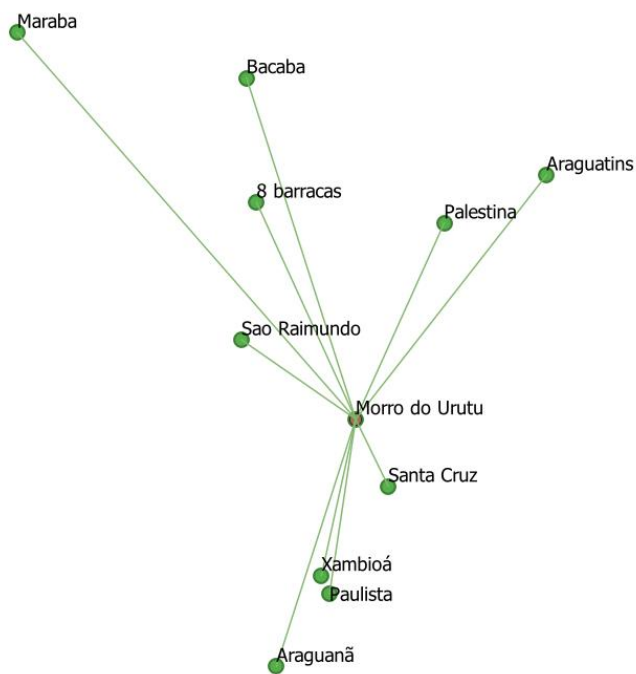


Figura 43. Conectividade mostrando o papel central da base do Morro do Urutu (feito no QGIS)

As conectividades também mostram as possíveis relações de vanguarda e retaguarda entre as bases. Pode-se dizer que existe uma relação de retaguarda a partir do centro desta

paisagem (Morro do Urutu e base de São Raimundo), como fosse garantida uma segunda camada contra ataques ou fugas. Esta relação poderia ser expressa da seguinte forma:

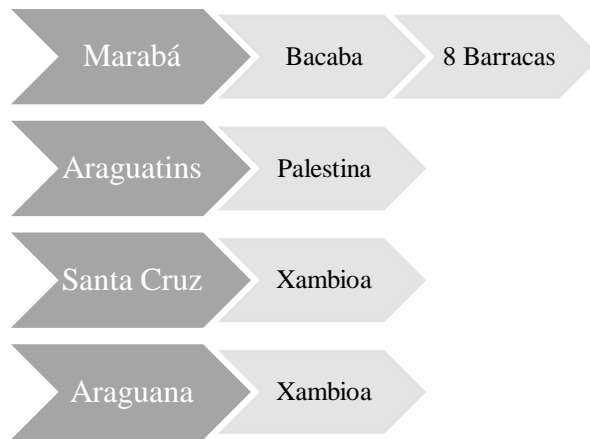


Figura 44. Diagrama que indica as relações de retaguarda e vanguarda das bases militares.

Nas figuras 45, 46 e 47, as conectividades obtidas pela análise vetorial para a guerrilha indicam a centralidade da Comissão Militar, Esperancinha e Abóbora, assim como as relações de vanguarda e retaguarda no caso da guerrilha.

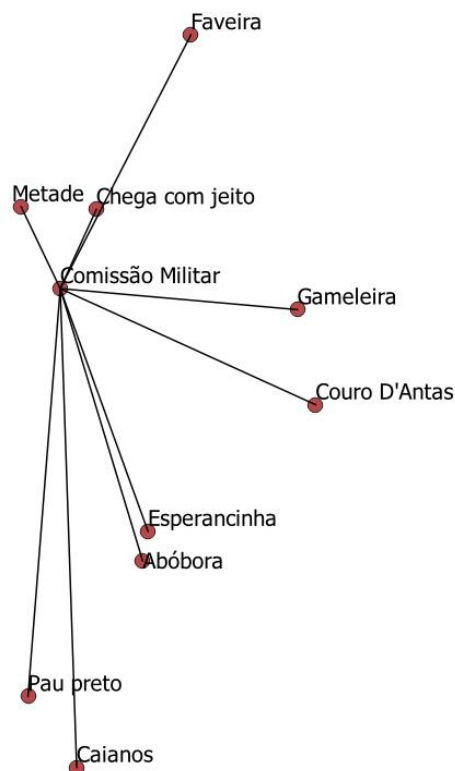


Figura 45. Conectividade mostrando a centralidade da Comissão Militar (feito no QGIS).

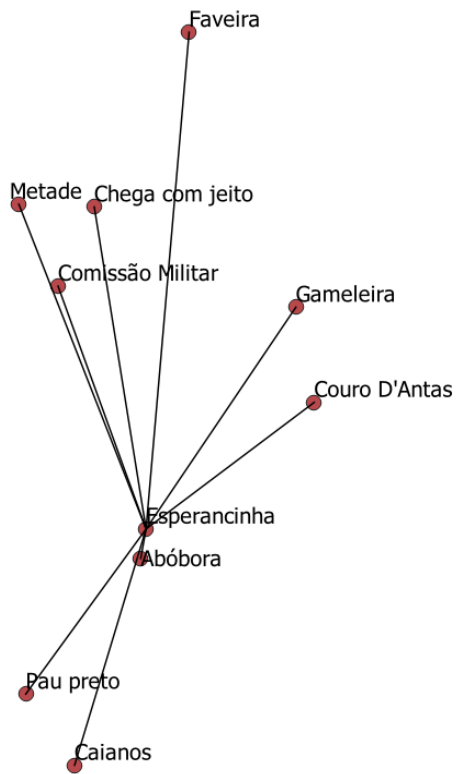


Figura 46. Conectividade mostrando a centralidade da Esperancinha (feito no QGIS).



Figura 47. Conectividade mostrando a centralidade da Abóbora (feito no QGIS).

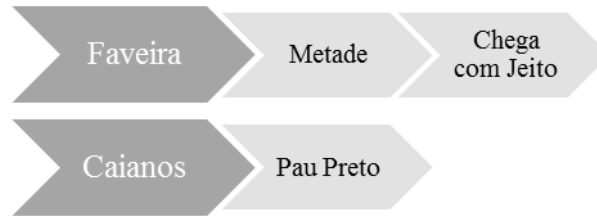


Figura 48. Diagrama que indica as relações de retaguarda e vanguarda dos guerrilheiros.

A sobreposição dos grafos de Delaunay mostra que enquanto havia bases militares bastante próximas ou mesmo interceptando conexões entre áreas guerrilheiras, Caianos estava bastante fora do circuito das Forças Armadas, assim como Marabá e Araguanã estavam mais distantes dos guerrilheiros. Devido à proximidade das áreas centrais da resistência, é de se pensar que bases militares próximas a embates diretos seriam mais operacionais enquanto aquelas mais distantes teriam funções mais táticas e estratégicas. A base de São Raimundo na TI Suruí aparece novamente como um ponto nevrálgico da ocupação militar, pois localizava basicamente no meio da triangulação dos conjuntos Metade-Chega com Jeito-Comissão Militar, Couro Dantas-Gameleira, Esperancinha-Abobora e Pau Preto-Caianos. Semelhante posição, destarte um pouco mais periférica, tem o Morro do Urutu.

Considerando custo/eficiência, para cobrir distâncias tendo em vista economia de energia física, as árvores de extensão mínimas mostram a importância do Morro do Urutu, na paisagem montada pelo Exército, e de Chega com Jeito, na paisagem construída pelos guerrilheiros. Para os guerrilheiros, nota-se que para conexões mínimas, mais rápidas e próximas, Chega com Jeito é o acesso à Comissão Militar, Metade e Faveira. A Gameleira também tem importância, pois dá acesso mais rápido a duas direções: ao norte (a partir de Couro D’Antas) e ao sul (a partir de Abóbora). Já para os militares, o Morro do Urutu aparece como importante conector à base de São Raimundo e à Santa Cruz, Xambioá e Araguanã, enquanto Palestina é ponto central a três outros eixos.

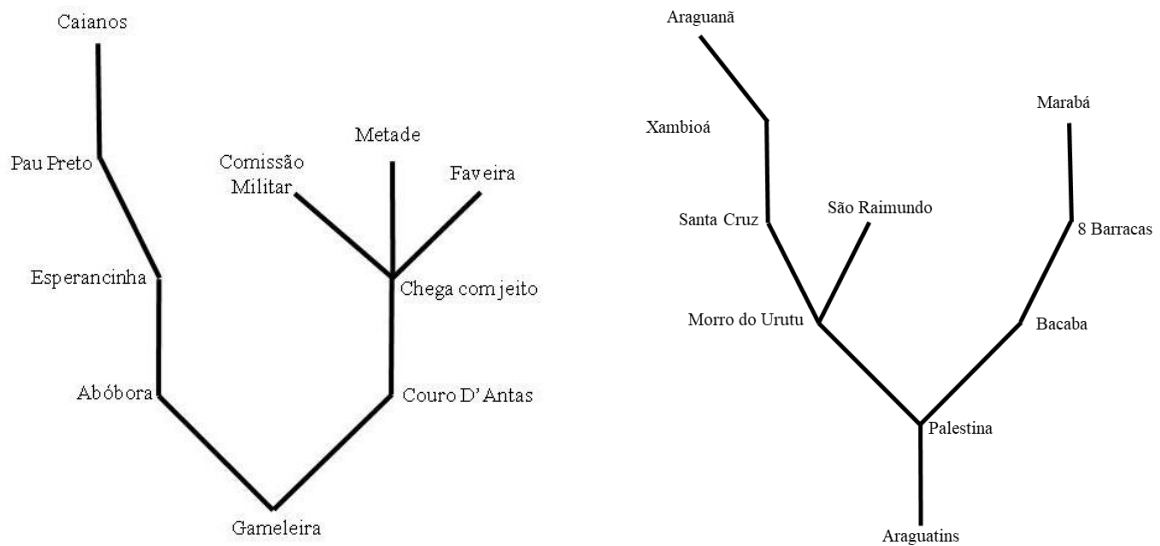


Figura 49. Árvores de extensão mínima das paisagens guerrilheira (à esquerda) e militar (à direita).

A sobreposição dos grafos com suas árvores de extensão mínimas mostra intersecções tanto a N, onde estava o Destacamento A, em especial na região da Faveira e Chega com Jeito, como mais a SO, onde estavam Gameleira, Esperancinha e Couro D'Antas, local do Destacamento B. Estas seriam, portanto, áreas nas quais os guerrilheiros estariam bastante expostos a rápidas manobras militares. Ao Sul, a árvore de extensão mínima corre as vezes paralela ou mesmo fora da paisagem militar. Explica porque o C sobreviveu mais tempo? Ou a união do destacamento B com o destacamento C?

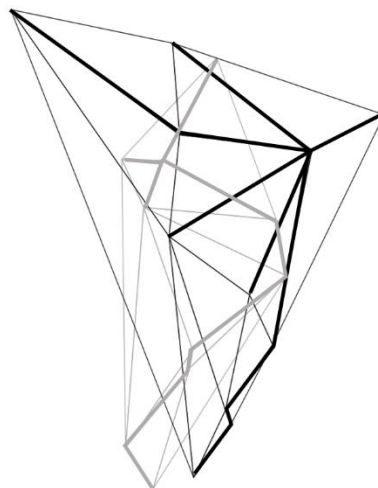


Figura 50. Sobreposição dos grafos com árvores de extensão mínimas para guerrilheiros e militares (cinza: guerrilha; preto: militares).

Sobrepondo os grafos das bases militares com a localização dos guerrilheiros em relação a seus destacamentos, áreas de extrema mobilidade, nota-se que algumas triangulações “cercam” os mesmos, como na figura 51. O diagrama sugere o jugo espacial de cada destacamento em relação as bases militares:

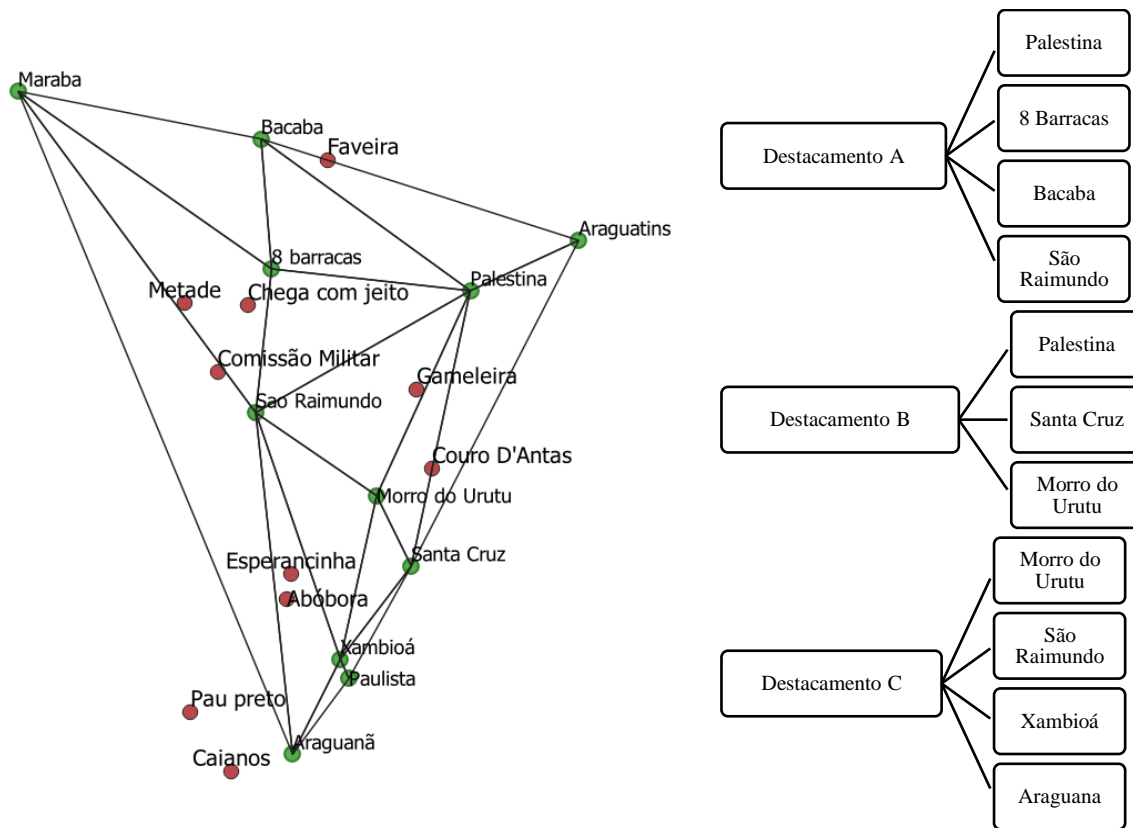


Figura 51. Sobreposição da paisagem das bases militares e de guerrilheiros (feito no QGIS) com referência a seus destacamentos.

Novamente, São Raimundo e o Morro do Urutu aparecem como pontos importantes e se repetem no cerco dos três destacamentos, o que pode se relacionar a funções semelhantes neste cenário. Palestina aparece como um ponto comum ao cerco do destacamento A, enquanto que Xambioá e Bacaba, assim como 8 Barracas e Araguanã, por sua pouca recorrência nestas relações podem indicar papéis específicos e únicos. Xambioá e Bacaba têm posições privilegiadas entre as bases: a primeira protegida entre Araguanã e Santa Cruz e a segunda entre Marabá e Araguatins/Palestina. Estas especificidades, se coadunadas aos inúmeros relatos correntes que denunciam passagens, cativeiros, torturas, assassinatos, enterramentos e desaparecimentos ligados a Xambioá e a Bacaba, leva a crer em um papel específico para estes dois locais: os de centros de terror.

Sob outra perspectiva, um exercício com os polígonos de Voronoi mostra como possíveis áreas de influência (controle) das bases dos militares tinham relação com os guerrilheiros. Segundo o mapa da figura 53, 10 áreas de influência potenciais englobam os pontos guerrilheiros. Observa-se a mesma abertura a L e a posição particular de Caianos em relação à constelação de bases militares.

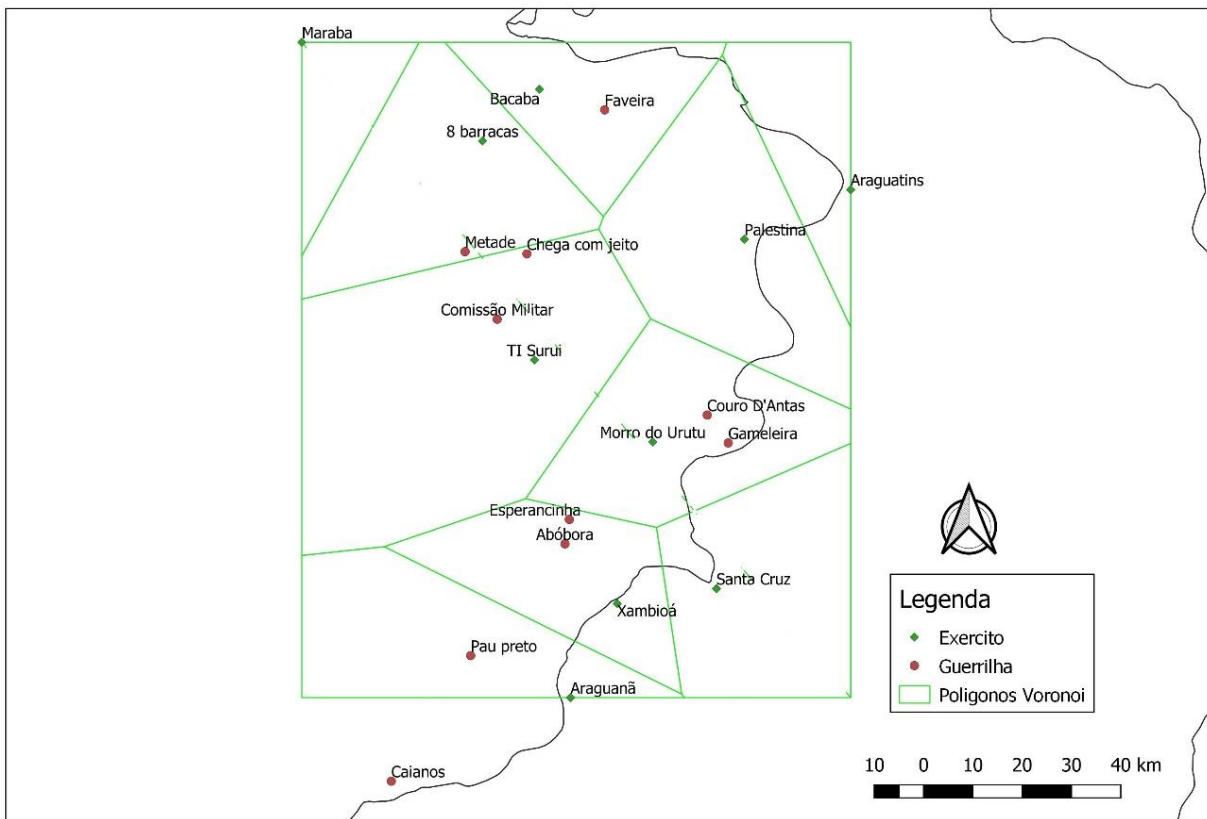


Figura 52. Polígonos de Voronoi para representar áreas de influência das bases militares em relação aos guerrilheiros (feito no QGIS).

Este aspecto permite sugerir a seguinte relação de influência/controlé entre base militar –guerrilheiros – destacamentos:



Figura 53. Diagrama com a proposta de relação entre área de influência de bases militares, guerrilha e destacamentos guerrilheiros.

Fora do diagrama acima, ficaram Palestina, Araguatins, Marabá e Santa Cruz. O fato pode estar ligado, novamente, a funções diferenciais em relação a seu posicionamento no espaço e a relação com os guerrilheiros, sendo talvez menos operacionais e mais estratégicas. Interessa perceber também como a região sul, onde estavam Pau Preto e Caianos parece desprovida de fechamentos a oeste. Pode ser que ou outra base, não registrada até o momento, esteja faltando ali ou que a área tenha mesmo ficado relativamente desprotegida. Resta saber, na modulação desta paisagem pela repressão, como os eventos que ali ocorreram (morte, sequestro, detenção, encarceramento, enterramento dos guerrilheiros) estão relacionados aos destacamentos e às áreas de influência (polígonos de Voronoi) dos militares. Não abordarei este ponto na tese.

A sobreposição dos polígonos Voronoi criados para a guerrilha com os correspondentes aos militares possibilita pensar áreas de ação e influencia que se intersectam. Percebe-se que as áreas de influência de cada base militar justapõem-se de modo perpendicular ou oblíquo, mas nunca paralelo – afinal, a ideia do Exército era interceptar movimentos – à guerrilha. Esta junção também sugere que a responsabilidade da repressão a uma mesma área guerrilheira era compartilhada por bases distintas.

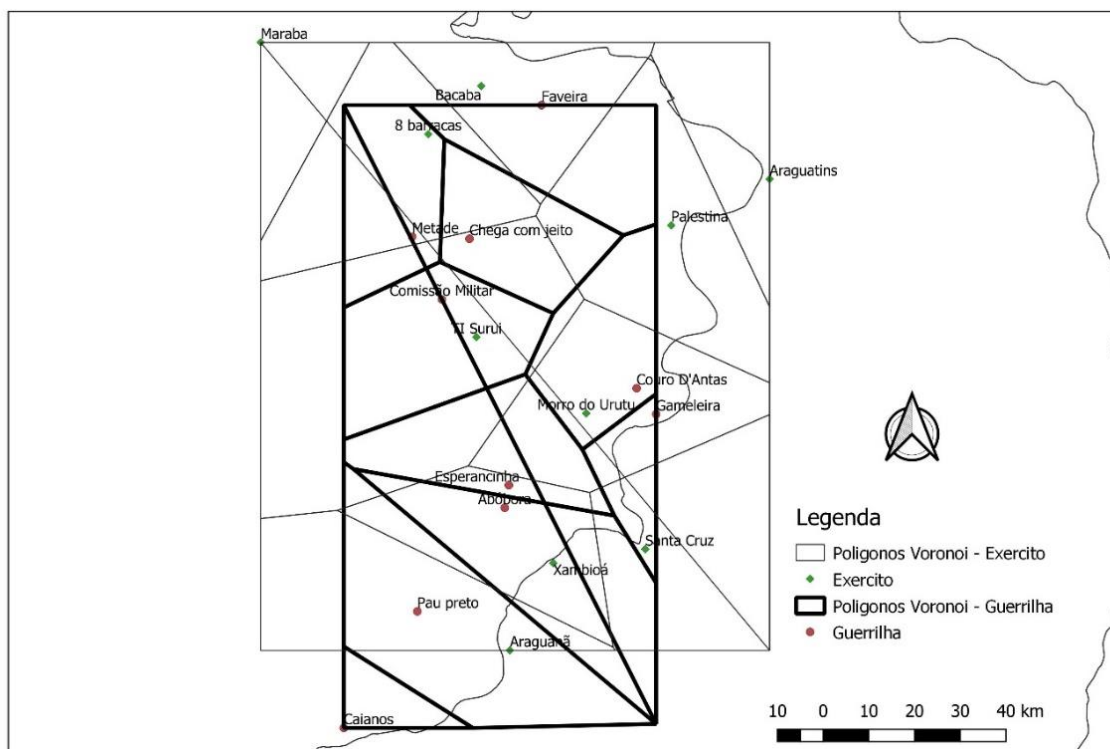


Figura 54. Sobreposição das áreas de influência estabelecidas a partir dos polígonos de Voronoi para militares e guerrilha (feito no QGIS).

O diagrama da figura 55 indica como as áreas (polígonos) se interceptam. Ele sugere que os extremos deste cenário eram compostos por mais bases militares enquanto o centro por menos. A trama montada para encapsular os guerrilheiros parece fundamentada em um cerco formado por camadas, como numa rede na qual a fuga da presa seria quase sempre malfadada por ter de enfrentar sucessivas camadas de contenção. Nota-se que quanto mais para Norte mais frequente é o nome da base de São Raimundo e quanto mais para Sul, a do Morro do Urutu. Novamente, ressalta-se que isso se deve às funções diferenciais destes locais em relação às das demais bases.

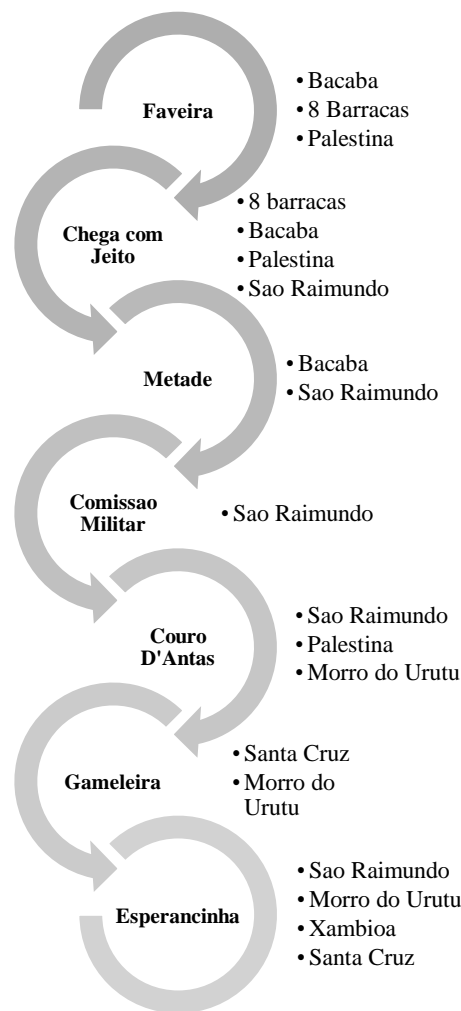


Figura 55. Diagrama com áreas de influência e responsabilidade do controle e vigilância por pontos ocupados pela guerrilha.






4.3.2. Base e cidade

Considerando o papel diferencial da base de Xambioá estabelecido através de toda uma convergência de fontes e coadunado por análises espaciais anteriores, e considerando que

foi uma das bases escavadas arqueologicamente, exploro dimensões materiais da repressão nesta paisagem – foco na relação entre base e cidade e nos usos dos arruamentos pela repressão no âmbito de seu plano urbano. Privilegiando o sensoriamento remoto, consultas a bases de dados permitiram encontrar 19 imagens com resolução suficiente para inferências diacrônicas entre 1967 e 2017. Este longo espectro temporal serve para perceber, no âmbito da arqueologia urbana, quais os efeitos (se algum) materiais da repressão na dinâmica de crescimento da própria cidade com seus habitantes. As imagens encontradas constam da tabela abaixo:

Data	Fonte	Imagem
22.06.1967	AST – 10, USAF, 1964-1967	
1984	Google Earth Engine	
1991	Google Earth Engine	

<p>1994</p>	<p>Google Earth Engine</p>	
<p>1999</p>	<p>Google Earth Engine</p>	
<p>2003</p>	<p>Google Earth Engine</p>	
<p>22.04.2004</p>	<p>Google Earth Pro</p>	

2007	Google Earth Engine	
29.01.2007	Google Earth Pro	
25.10.2009	Unavco Sar Archive	
2010	Google Earth Engine	
02.08.2013	Google Earth Pro	

2014	Google Earth Engine	
2016	Google Earth Engine	
27.06.2016	Google Earth Pro	
20.06.2017	Landsat Explorer	
24.08.2017	Google Earth Pro	

Tabela 100. Imagens de satélite da cidade de Xambioá e adjacências (incluindo a pista de pouso).

A área da base militar localiza-se a oeste da atual cidade de Xambioá e a esta conecta-se tanto pelas margens do rio Araguaia como por uma pista de pouso, utilizada como estrada, à qual tem como ponto de emenda uma passagem estreita ligada a área portuária e a porção da cidade conhecida outrora como Vietnã. Observar os padrões de crescimento da vegetação e exposição do solo, baseando-se na mudança de texturas e cores, marcas regulares e manchas para a área da base militar também permite atentar para um micro história do terreno. A imagem de 1967, tirada ao redor de cinco anos antes da montagem da base no terreno, mostra a área completamente florestada, com cobertura vegetal relativamente mais rala à leste que a oeste, já com a pista de pouso bem demarcada. Há, todavia, o que parece ser uma passagem limpa ligando a pista de pouso à margem do rio Araguaia, onde a vegetação aparece mais rala e onde é possível ver praias fluviais. Esta primeira imagem sugere que a área obviamente já era utilizada anteriormente, ao menos pela praia, mas também pela importância da pista de pouso que certamente fora fator determinante para a instalação da base militar futuramente entre ela e o rio.

Com uma lacuna de 23 anos de imagens de satélites (mesmo com a busca em plataformas gratuitas e em empresas privadas de fotogrametria), a qual não parece estar de acordo com o interesse na área e na Amazônia em geral e, com a base desativada, há pelo menos 10 anos, o que a imagem de 1984 nos oferece é a continuidade da pista de pouso e sua conexão com a área portuária, de onde agora parte uma rodovia. Está clara a diferença de cobertura vegetal a esquerda da passagem que conecta a pista ao rio (baixa) da direita (densa). Também é possível perceber que a partir da pista de pouso terraplanagens são realizadas contiguamente a ela, ao menos no lado oposto ao rio. A vegetação é menos densa onde a base militar fora instalada. Em 1994, aparentemente toda a cobertura vegetal entre a pista de pouso e a base militar foi alterada, ficando menos densa e mais baixa, e em 1999 a porção final da pista e parte da área da base passou a apresentar solo bastante exposto, sugerindo erosão ou terraplanagens por toda esta área. Em 2003, algumas alterações podem ser vistas na porção do terreno mais próxima da pista de pouso, talvez relacionada a alterações na cobertura vegetal.

Em 2004, já com a maior parte da cobertura vegetal baixa, a área da base apresenta algumas superfícies expostas, poucas árvores e uma porção retangular limpa a direita, sobrepondo-se a uma árvore (uma mangueira que ainda está de pé, mas muito maior quando das etapas de campo em 2012). Também se observa vestígios de um caminho que parte desta porção retangular e segue a direita até outra árvore. A imagem ainda sugere que toda a margem do rio Araguaia avançou ao menos 100 m devido à uma enchente. Em 2009, a

mesma mangueira persiste, e metade do terreno, latitudinalmente, tem sua vegetação suprimida.

Em 2013, a mesma mangueira é visível e a boa resolução da imagem permite ver alinhamentos de cerca perpendiculares ao rio, com ao menos três áreas com cobertura vegetal distinta: uma a margem do rio, com vegetação densa e alta, uma segunda onde a vegetação torna-se rala, mas ainda com arbustos e algumas árvores, e uma terceira onde há uma área mais clara, seguida por zona mais escurecida e novamente por área mais clara. Podendo estar relacionada a topografia do terreno e ao caminho da água pluvial, também pode estar ligada a antigas atividades humanas que mudaram a composição orgânica do solo. Em comparação a imagem de 2010, a imagem de 2013 assiste à construção de uma casa e a proliferação de alinhamentos de cerca que sugerem divisões de terreno e, portanto, intensificação de ocupação.

Em 2014, toda porção à direita da base sofre alteração em sua cobertura vegetal, com exposição de solo, enquanto a área específica da base aparece com diversos pontos com novas texturas e colorações (que na verdade sugerem que a fotografia foi tirada durante uma das etapas de busca do GTA e que os retângulos brancos são barracas). Em 2016, as imagens indicam uma nova construção ao lado da mangueira, que é na verdade um poço que, apesar de aparecer nas imagens apenas neste ano, está presente nas memórias sobre a base desde sua abertura e tem sido utilizado como ponto de referência. O poço existia coberto pela vegetação, ao menos desde a primeira etapa de campo em 2012, sugerindo que talvez não apareça nas imagens devido a esta cobertura. Sem dúvida, no entanto, deve ter sofrido alterações em 2016 (quando já não voltamos mais ao terreno).

Em 2016, também ficam visíveis mais caminhos cortando paralelamente o terreno e um retângulo com vegetação totalmente suprimida, além de outras áreas de atividades específicas. O mesmo percebe-se nas imagens de junho e agosto de 2017, quando substancial quantidade de alterações é registrada, com novas subdivisões, grande proliferação de caminhos (de gado ou humanos), macas regulares que lembram plantio e terraplanagens que parecem indicar as fundações de uma casa sobrepondo-se completamente à área da antiga base.

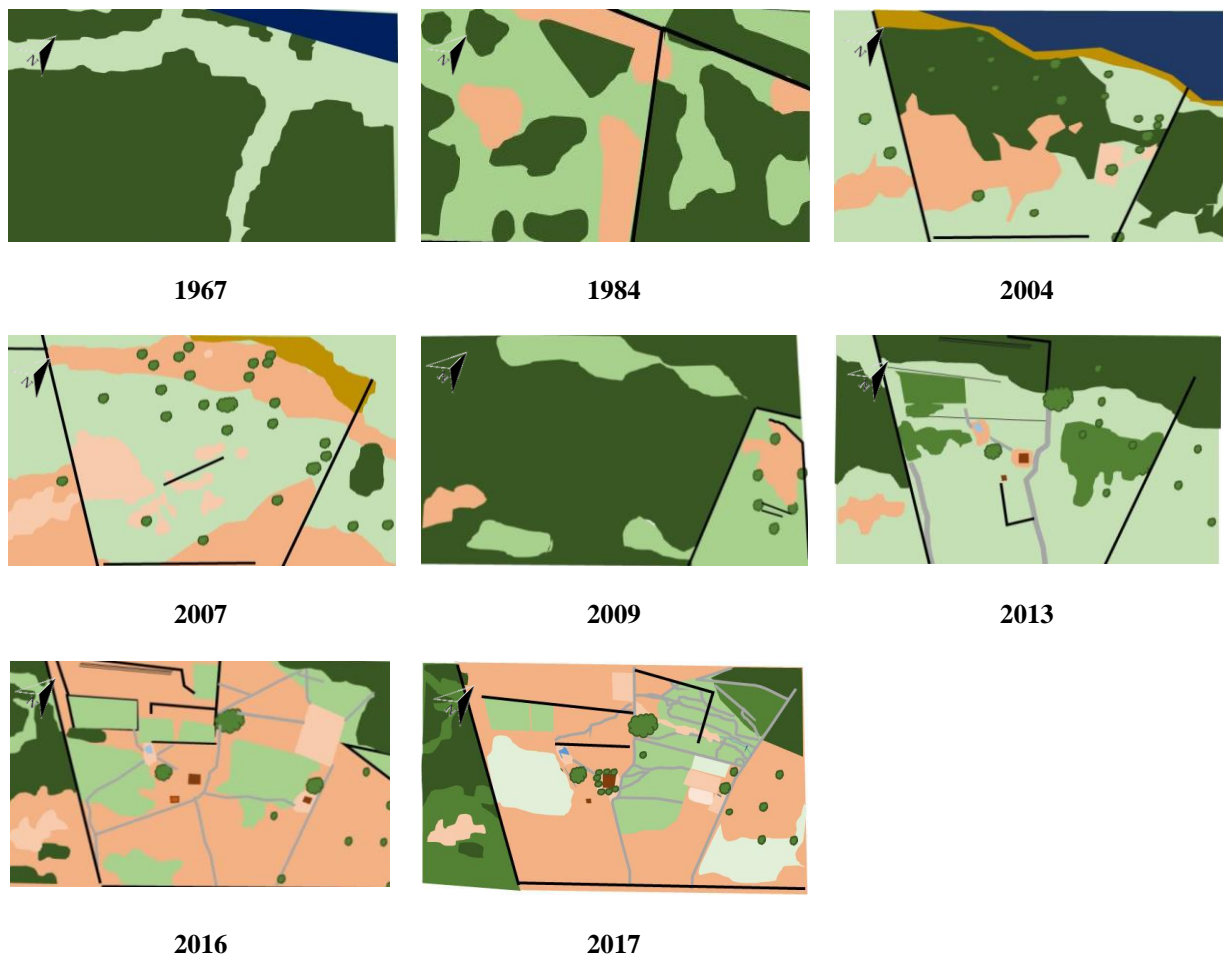


Tabela 101. Mudanças na ocupação e uso do terreno da base de Xambioá em desenhos produzidos a partir das imagens de satélites da tabela 100.

Entre as imagens de 1967 e 1984 ficam visíveis diferenças físicas marcantes: enquanto na primeira observam-se apenas alguns corredores de acesso ao rio, na segunda, a regularidade expressa por linhas retas e áreas de solo exposto dá o tom da intensidade do uso da área. Desde então, ao menos dois alinhamentos recorrem em todas as imagens, uma relacionada a pista de pouso (que já existia em 1967) e outra perpendicular a mesma (talvez uma divisa de lote). A linha perpendicular que é vista em 1984 parece sobrepor-se ao corredor de acesso ao rio presente em 1967, o que não fica claro para as demais imagens (talvez apenas na de 2009). Ao menos desde 1999, o solo exposto no canto inferior esquerdo das imagens indica processos erosivos e/ou de terraplanagem que se repetiram, retraindo e expandindo, tornando-os bons referenciais para a análise. Também é visível que as margens do rio Araguaia avançaram um pouco em 2004 acarretando padrões mais ou menos regulares no canto superior direito das imagens.

O ano de 2013 marca uma mudança radical na ocupação do terreno com a proliferação de linhas e polígonos, caminhos e áreas ligados a agricultura e pecuária. Em 2004, a área retangular (com 33x66 m, círculo amarelo) alinhada a porção central esquerda do canto da imagem, ao redor de uma mangueira, pode estar relacionada a intervenções das próprias etapas de busca do GTA. Contudo, não elimina um possível crescimento diferencial de vegetação acarretado por alterações no terreno feitas na época da base militar.

As marcas na imagem de 2009 lembram as de 1984, mas não a de 2004. Em 2009, há um crescimento diferencial da vegetação e exposição de solo entre duas marcas lineares (distando 160m uma da outra) formando uma área trapezoidal e uma mancha (com cerca de 125m em sua porção latitudinal). Ao longo do tempo também é possível perceber um padrão de crescimento da vegetação específico, sempre no mesmo local. Tais áreas incidem sobre porções do terreno prospectadas e escavadas e podem indicar ocupação humana prévia. Finalmente, com a intensidade da ocupação no terreno a partir de 2017, com terraplanagens, plantações e o início de um alicerce de casa (retângulo com 27x54m), o terreno finalmente deixa sua relativa latência em termos de uso. No entanto, se esta latência de certo modo não alterou contextos em subsuperfície, a construção da casa provavelmente impactou possíveis contextos enterrados. Certamente, os vestígios em superfície sofreram brusca modificação, como nunca anteriormente, enquanto que para os enterrados dependerá de quão profundas ocorreram as intervenções da nova construção.

De qualquer modo, a área de interesse com cerca de 400 m² deveria ter sido submetida a prospecções arqueológicas, geofísicas e geoquímicas regulares e sistemáticas (a exemplo das buscas por Che Guevara em 1995 [Rodriguez, 2008]) após densa pesquisa preliminar, o que nunca ocorreu.

Em termos de ocupação, está claro o papel de destaque da pista de pouso orientando a ocupação local, com manutenção e uso constante que a transformaram em uma das mais fixas marcas na paisagem, desde antes da instalação da base militar em suas margens. Por outro lado, fica também claro que, apesar de algumas mudanças no terreno ao longo dos anos, alterações substanciais ocorrem apenas a partir de 2013, provável ano em que a fazenda em que a área se insere foi finalmente loteada, e recentemente em 2017, quando a primeira casa foi construída ali.

O uso de fito indicadores relacionados a eventos na base de Xambioá deve ser usado com parcimônia e necessita de pesquisas de maior detalhe. Se está claro que alterações antrópicas no terreno alteraram o crescimento da vegetação e podem ser guias para entender a base e suas dinâmicas, inclusive contextos enterramentos, também é verdade que a paisagem

que atualmente se encontra é fruto de uma série de interações ecossistêmicas e que muitas das árvores ali presentes, e que aparecem em inúmeros relatos, nem mesmo existiam à época da guerrilha e tem crescimento muito mais recente para serem utilizadas como guias. Somada ao trauma da repressão e as dinâmicas dos fluxos memória, esquecimento e de construções de narrativa, estas árvores passam a compor a paisagem da base enquanto materialidades do presente que reverberam acontecimentos passados. Se isso é válido do ponto de vista da memória, parcimônia deve ser dada quando este dado entra na esfera forense e guia a buscas por pessoas desaparecidas.

Alguns mapas produzidos pela repressão são bastante representativos, parte dos acervos que existem sobre a guerrilha do Araguaia:

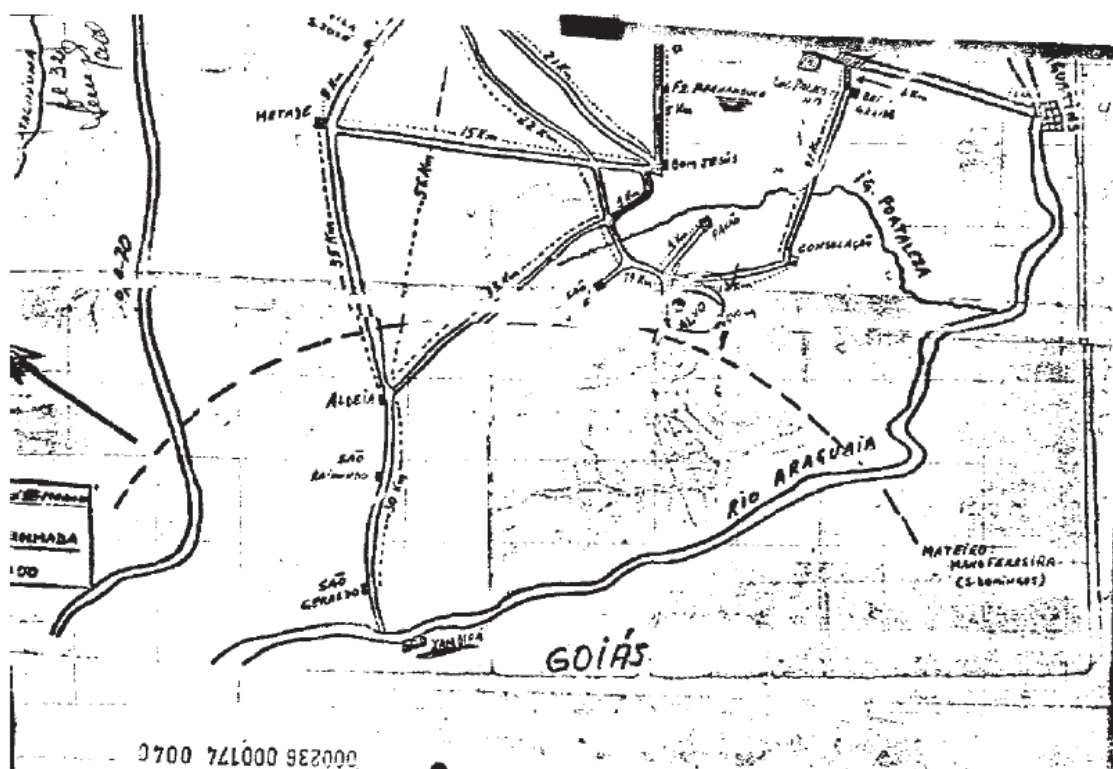


Figura 56. Croqui dos arquivos militares da repressão sobre a guerrilha do Araguaia (AMI, 2013)

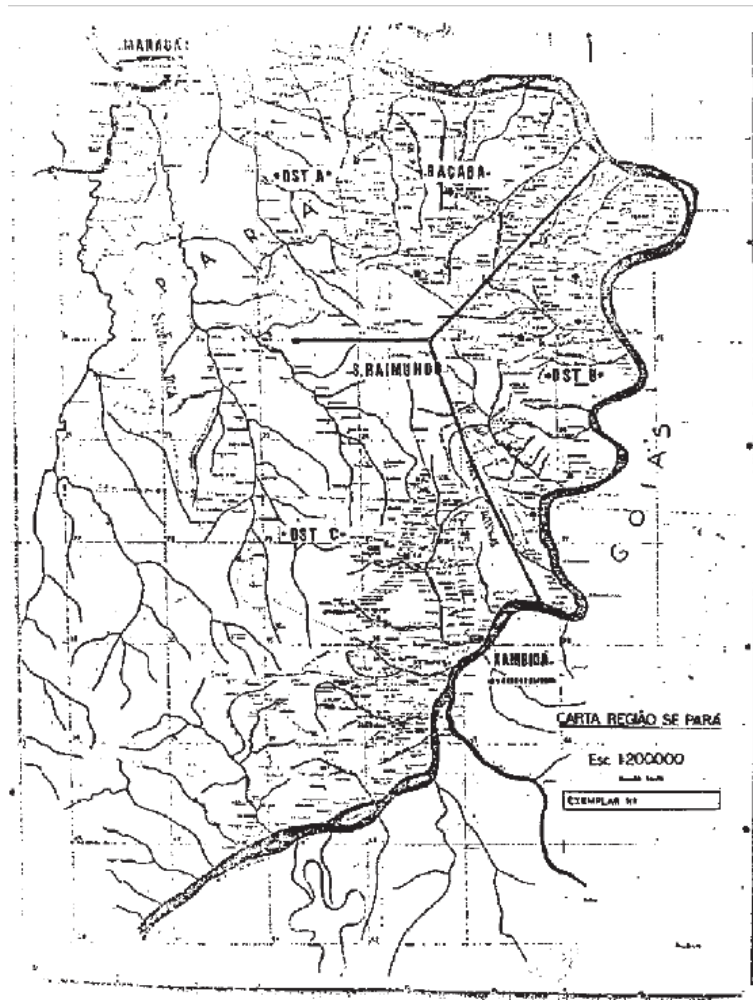


Figura 57. Planta dos arquivos militares da repressão sobre a guerrilha do Araguaia (AMI, 2013)

O mais relevante do croqui e da planta acima, para além de importantes marcos paisagísticos (e seus topônimos), são as conexões, representadas por rios, estradas e outras vias, ou por linhas retas como as que centralizam a base de São Raimundo nesta paisagem. Nota-se o papel convergente de Araguatins e representação esquadrihada com seu plano urbano completamente regular no canto direito superior da primeira imagem (AMI, 2013).

As cartas topográficas (disponíveis no Banco de Dados Geográficos do Exército) também são uma fonte interessante de informação, ausente da maior parte da bibliografia. Elas permitem não apenas o acesso a topônimos antigos e referências na paisagem que já não são mais encontradas entre os relatos orais, como nomes de antigas fazendas associadas a presença militar, guerrilheira ou locais de enterramento. Elas também permitem ver a relação entre sedes de fazenda, pistas de pouso, rios e a cobertura vegetal (campo aberto ou florestado).



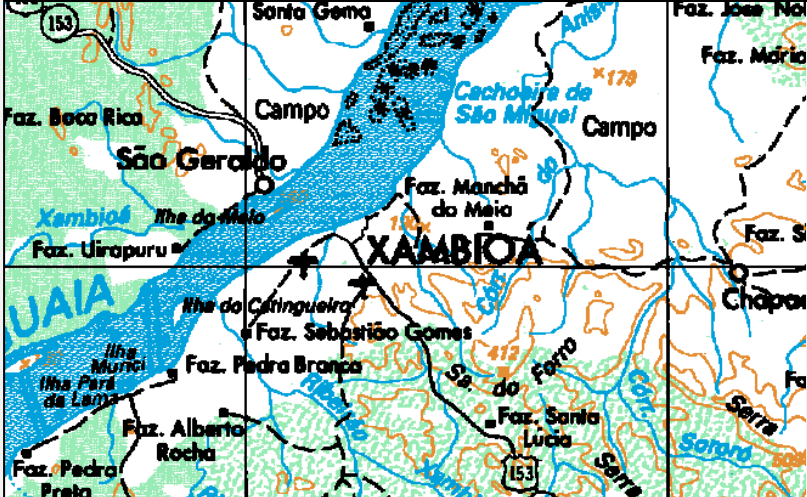
Data	Fonte	Detalhe da carta
1978	Levantamento esferofotogramétrico topográfico regular (AHEX)	
1985	Mapa Magnético do Brasil (AHEX)	
1987	Topografia (AHEX)	

Tabela 102. Cartas topográficas da região de Xambioá, com destaque para a dupla pista de pouso.

A carta de 1978 teve como base as aerofotogrametrias de 1967 e um levantamento topográfico realizado em 1975, isto é, pouco tempo depois que a base deixou de existir. Nada óbvio, portanto, concluir que representantes da Diretoria de Geodésica e Cartografia do IBGE estiveram na área recém-finda da base de Xambioá. Percebe-se que, na época, a área da base e adjacências relacionam-se a campo no qual a vegetação havia sido suprimida anteriormente. Sugere, novamente, que a cobertura vegetal que aparece em fotos de satélite é secundária.

Também é possível ver que Xambioá tem um lugar especial não apenas como entroncamento, mas contando com duas pistas de pouso há aproximadamente 1.5 km de distância uma da outra, a primeira paralela ao rio Araguaia, bastante próxima da base, e que ainda está em uso, e a segunda, de menor dimensão, e que hoje parece sobrepor-se ao que seria a Rua N. Sr. Aparecida. A carta também indica outros marcos urbanos como o cemitério, os hospitais, a Igreja de São Miguel, o grupo escolar e o ginásio.

A pista de pouso que se relaciona diretamente a base militar conecta o plano urbano bastante regular de Xambioá com a fazenda de Sebastião Gomes. Ela liga a base ao núcleo urbano, ao porto e a rodovia (BR-153). Seu constante uso permitiu sua existência física e manutenção por ao menos 40 anos, enquanto que a segunda pista de pouso foi, aparentemente, fagocitada pelo crescimento urbano e apagada da paisagem. A presença desta dupla pista de pouso é única na região e somada a presença do rio Araguaia deu a Xambioá características específicas que convergiram distintos meios de transporte e vias de circulação, incluindo alguns pouco comuns na região, como a tecnologia aérea, certamente orientando a instalação da base militar no local.

As pistas de pouso recorrem na paisagem associadas as fazendas: duas expressões materiais do poder local. Graças às cartas topográficas foi possível encontrar 21 pistas de pouso no âmbito do território da guerrilha, com maior incidência sobre a porção sul, área do Destacamento C, e a porção sul do território do Destacamento B. A região, a bem da verdade, parece circundada por pistas de pouso que facilitariam o acesso. É interessante notar que todo o território do destacamento A não tem pistas de pousos, a mais próxima sendo Marabá. No entanto, nele há maior incidência de estradas.

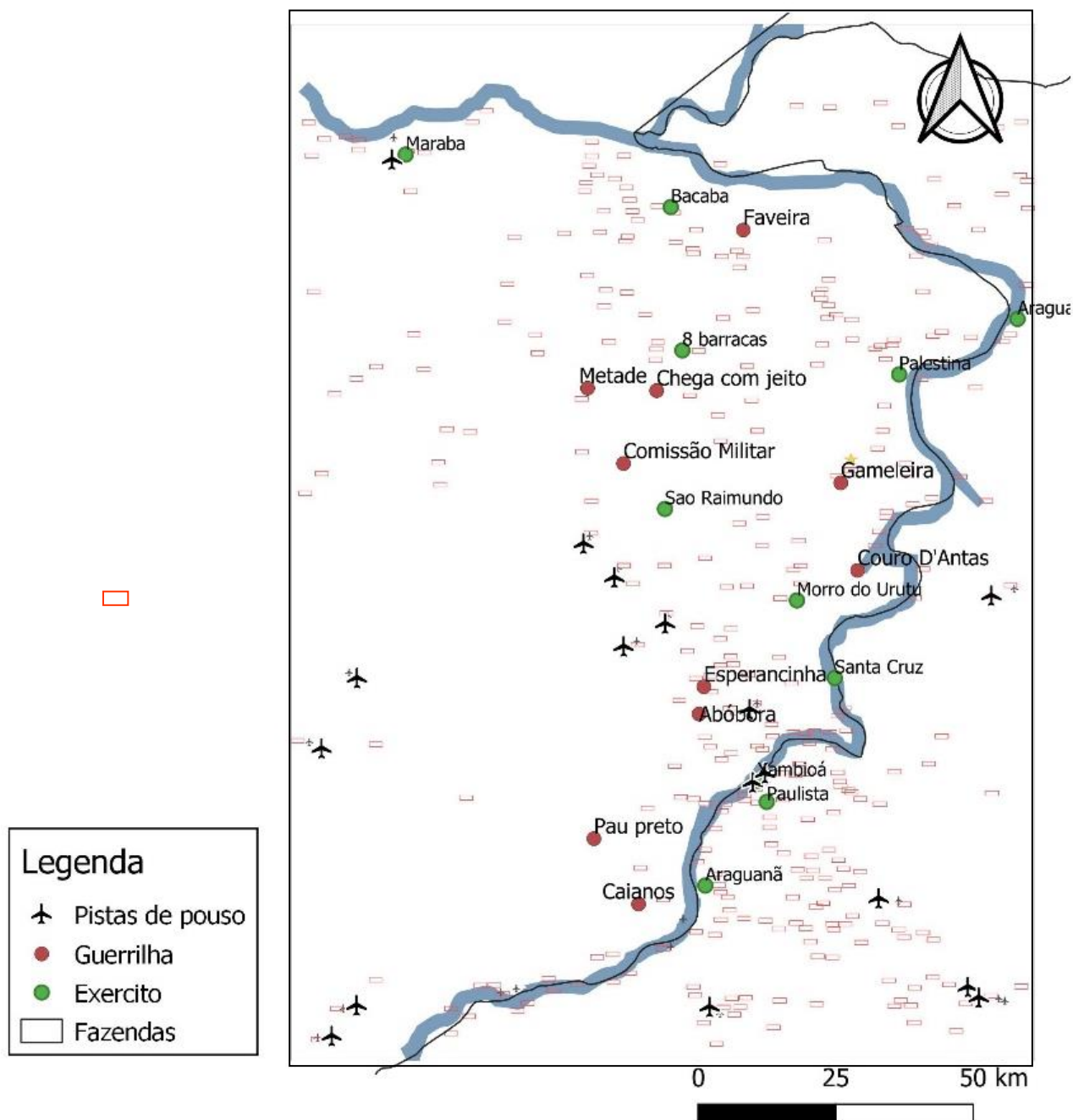


Tabela 103. Guerrilheiros e militares em relação às sedes de fazenda presentes na carta topográfica de 1978 (feito no QGIS).

A guerrilha ocupa área onde as fazendas são muitas e mais próximas, indicando áreas com parcelamento do solo mais intenso e onde estão as populações camponesas em sua luta pela terra. O polígono acima conta 314 fazendas a partir das notações nas cartas topográficas. Percebem-se dois vazios de fazendas: a área onde está a TI Suruí, na qual foi estabelecida a base de São Raimundo, e a área a NO e SO de Pau Preto e Caianos.

A fazenda de Sebastião Gomes foi ocupada pelas Forças Armadas para montagem da base militar de Xambioá. Sebastião Gomes da Silva fora o primeiro prefeito da cidade e sua fazenda e sede eram certamente marco importante na paisagem. A ausência de ocupação na área da base também se relaciona ao terror dos donos da fazenda, que tiveram sua casa utilizada para tiro ao alvo pela base. A porção do terreno da fazenda que a base militar ocupou passou a ser conhecido localmente como “casa da judiaria” e ainda assim é referenciado na memória dos vários moradores. A ausência-presente dos feitos da antiga base levou os donos da fazenda a negociarem a porção onde a base fora montada, mas alguns bons anos, contados em décadas, tiveram que passar até que algo fosse construído nesta “terra maldita”⁸.

A estratégia militar e a implantação de uma base nas proximidades de Xambioá entabulam diálogo direto com seu plano urbano. Não apenas a materialização do terror parece ter influenciado os padrões de crescimento da cidade como o próprio plano urbano facilitou, de alguma maneira, a implantação da estratégia que a repressão quis para o local. É interessante notar que uma história social de Xambioá ainda está por ser feita; destarte certa recorrência nas narrativas jornalísticas, Xambioá é alvo mais frequente de estudos geológicos e geomorfológicos (Lima, Oliveira, & Aquino, 2000), poucos etnográficos (Rocha, 2011), mas nenhum histórico ou sociológico e certamente nenhum debruçando-se sobre genealogias da repressão.

A atual cidade de Xambioá foi criada como distrito em 1956, subordinada a Araguaia e conhecida como povoado de Xambioazinho. Separou-se e tornou-se município apenas em 1958. A cidade instalou-se a partir de um entroncamento às margens da BR-153 (Belém-Brasília), grande impulsionador do crescimento de núcleos urbanos e expansão da atividade agropastoril (Bessa 2015: 19) e teve como primeiros ocupantes camponeses maranhenses e a fundação de uma escola isolada (D. Pedro II) a qual ocupou terras doadas para um futuro loteamento urbano (IBGE, 2018). Assim, quando da imagem de satélite de 1967 e quando da chegada de Osvaldão em 1966, Xambioá havia sido criada oficialmente há aproximadamente oito anos. À beira do Araguaia, a cidade está localizada entre dois córregos, o Sororó (também chamado Poção nas cartas topográficas), a Leste, e o Grota da Lontra, a Oeste, além do ribeirão Xambica e o Ribeirão Xambioazinho a sul. Ocupando terras planas da planície de inundação do rio Araguaia, a cidade localiza-se entre este e uma área elevada a

⁸ . Violência da repressão no período da Guerrilha do Araguaia ainda afeta população local 15/09/2014. <http://cemdp.sdh.gov.br/modules/news/article.php?storyid=32>

SO. Xambioá também está no meio da triangulação formada por três fazendas: a Fazenda de Sebastiao Gomes (SO), a Fazenda Santa Lúcia (S) e a Fazenda Manchão do Meio (NE).

Para mergulhar na diacronia do crescimento de Xambioá, e devido à ausência de plantas específicas, conjuguei as imagens de satélite, as cartas topográficas, a similaridade hodonímica, as distinções entre conjuntos de traçados de ruas e as formas e dimensões das quadras para propor conformidades, detectar regiões morfológicas e incongruências na trama que permitissem entender áreas de expansão e franjas urbanas (Rego, Meneguetti, 2011: 125). Ao olhar para Xambioá a partir das categoriais mencionadas, foi possível determinar seis quadrantes distintos, cujo conteúdo está expresso na tabela 102:

Quadrante	Ruas	Limites	Bairro	Hodonímia	Traçado
1	1967 Rua Vietnã (Open Street e USGS), Avenida Araguaia, 12 de Maio, 7 de Setembro, Presidente Vargas, João Saraiva dos Santos/Pedro Ludovico, Rui Barbosa, Treze de Maio, Primeiro de Janeiro, 21 de Abril, 15 de novembro, Afonso Pena, Benjamim Azevedo, Jose Ludovico, Juscelino Kubistchek	Araguaia a Jose Bonifácio Afonso Pena a 21 de Abril	Cidade Velha	Datas históricas, Personagens	Regular
2	1978 Benjamim Azevedo, São Jose, Jose Bonifácio, Antônio Monteiro, Prudente de Moraes, Afonso Dutra de Carvalho, Darcy Marinho, Paulo Freire, Joaquim Vitorino de Assunção, Bernardo Sayão	21 de Abril a Paulo Freire Araguaia a Ludugerio Santana	-	Personagens	Regular
3	Avenida A, B, C, D, E, F, G, H, Rua Um, Dois, Três, Quatro, Cinco	Avenida H a Avenida D Avenida A a Rua Dois	Setor Oeste	Letras e números	Regular
4	Avenida Mato Grosso, Tocantins, Goiás, Ceara, Para, Maranhão	Rua Dois a Rua 3 Avenida Para a Avenida Mato Grosso	Setor Curicão	Estados brasileiros	Irregular
5	Rua Girassol I, Vereador Napoleão, Jandir Malinsk, Rua Quatro, Rua Cinco		-	Personagens e números	Irregular

6	Rua Um B, Dois B, Três B, Quatro B, Um, Dois, Três, Seis, Dez, Onze	Rua Juarez Forte e Estrada para Araguaianã Estrada pra Votorantim	Setor Trecho Seco	Letras e números	Irregular
----------	--	---	-------------------------	---------------------	-----------

Tabela 104. Quadrantes formados por conjuntos de ruas e traçados que indica momentos de crescimento da cidade.

Ao espacializar estes elementos, gerou-se o mapa da figura 58:

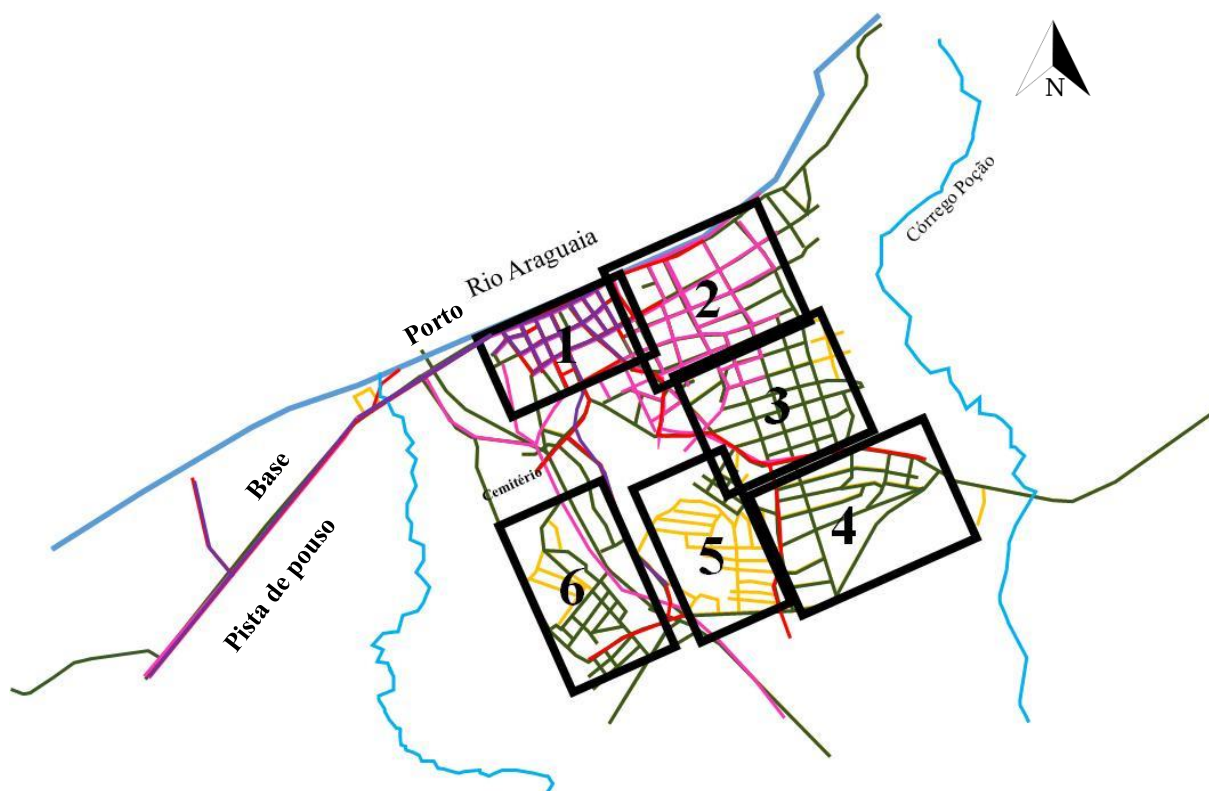


Figura 58. Momentos de crescimento da cidade de Xambioá (roxo – primeiro momento; rosa – segundo momento; amarelo – quarto momento; verde – quinto momento).

O mapa e a tabela permitem sugerem movimentos de expansão do tecido urbano, os quais basicamente se dão no sentido NE, SE e L. Isto indica que os primeiros movimentos de expansão de Xambioá (anos 1960-1980), a partir de um núcleo urbano já estabelecido (a Cidade Velha ou Quadrante 1) dá-se na direção oposta à pista de pouso/base militar. Após crescer para NE paralela ao rio Araguaia, a cidade segue para SSE. Esta direção de crescimento ocorre quando a cidade encontra uma topografia mais elevada a NE. Apenas nos anos 2000 Xambioá tem seu primeiro crescimento para oeste, em direção à base militar e pista de pouso. A cidade cresceu na direção das áreas elevadas (NE e S), mas não em direção a

única área plana a seu redor, a SO, onde estavam os militares. O crescimento de Xambioá não segue necessariamente a lógica da topografia, já que a cidade se expande para as áreas mais irregulares do relevo e não para as mais planas.

A análise de coordenada principal expressa no gráfico da figura 59 também indica que apenas em 2017 a cidade cresce para oeste (OSO) em direção à base e a pista de pouso. Na maior parte do tempo, o crescimento dá-se para leste (SSE e ENE). Esses dados apontam para uma mesma direção: a de que a cidade cresce para longe do terreno da área da base, em fuga do lugar de trauma ligado a repressão, o qual impactou até mesmo a expansão urbana da cidade. Soma-se o fato de que o terreno da base ficou “abandonado” por décadas, seus donos sem interesse de vendê-lo, loteá-lo, trocá-lo e pensar nele.

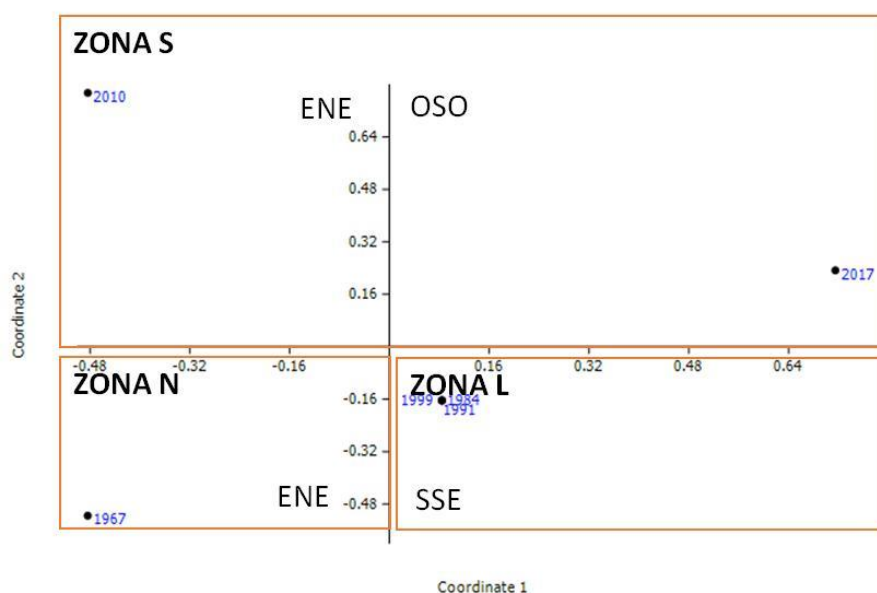


Figura 59. Análise da coordenada principal de crescimento da cidade de Xambioá (feito no PAST).

O quadrante 1 ou Centro Velho é a área mais antiga da cidade e que se conecta através da pista de pouso a base militar. Os quadrantes 1 é aquele concomitante ao período da repressão contra a guerrilha e, portanto, a Xambioá com a qual os guerrilheiros coexistiram e que foi ocupada pelos militares. Já o quadrante 2 provavelmente começou a ser formado durante e pouco após à repressão, sendo um crescimento a SE. Os mapas axiais das figuras 60 a 63 estão baseados na cidade de Xambioá enquanto quadrantes 1 e/ou 2.

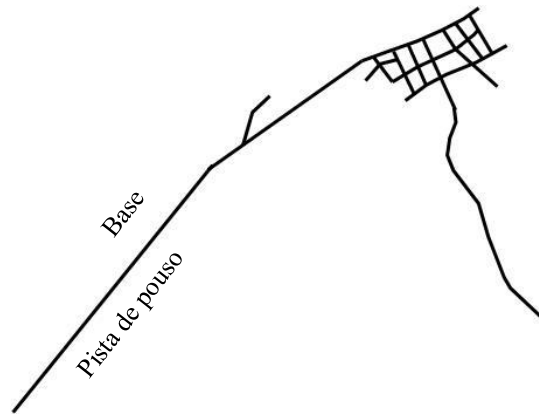


Figura 60. Trama urbana da cidade de Xambioá, 1967.

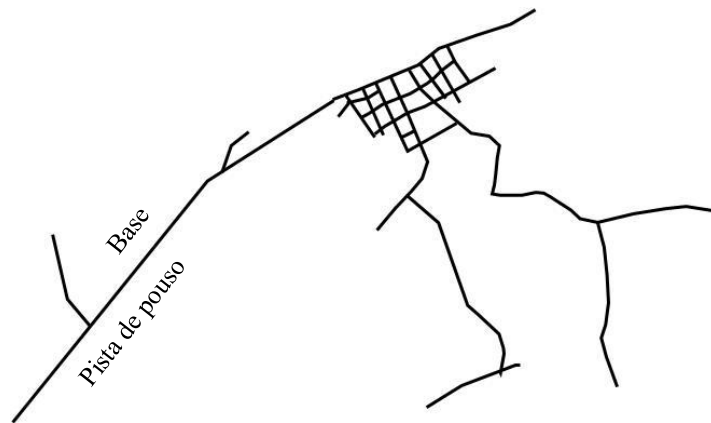


Figura 61. Trama urbana da cidade de Xambioá, 1978.

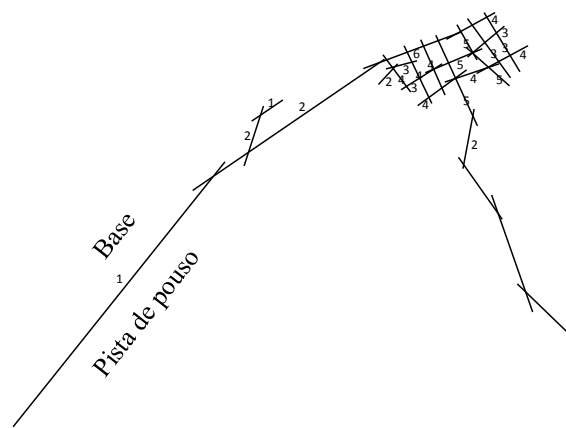


Figura 62. Mapa axial da cidade de Xambioá, 1967.

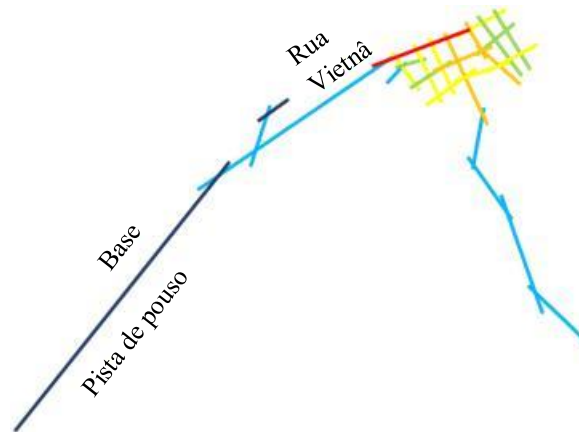


Figura 63. Mapa de integração da cidade de Xambioá, 1967 (cores frias menos integrado, cores quentes mais integrado).

As tramas urbanas de 1967 e 1978 indicam que pouco mudou no traçado para além de algum crescimento no sentido sul ligado a uma saída alternativa da cidade. O mapa de integração, que permite pensar o movimento na cidade (cores frias - menos integrado, cores quentes - mais integrado) em relação à repressão em voga, mostra que a pista de pouso é a via menos integrada no escopo do plano urbano, enquanto que a avenida Araguaia é a mais. Ambas se encontram na área portuária e no entroncamento que deu origem posteriormente a continuação da BR-153. A escolha da base deu-se, portanto, selecionando o local menos integrado do plano, mas que dava acesso direto ao mais integrado. Isto faz sentido no âmbito do estabelecimento de relações de ver-não ver ou saber-mas-não-ver que dão o tom da estratégia estabelecida pelo Exército na região. Implantar a base militar ali também permitiria um melhor controle do fluxo de movimentos e de acesso à própria base que poderia se dar pelo rio, mas que em relação ao plano urbano estavam claramente orientados pela pista de pouso. A conexão entre base e cidade feita pela pista de pouso e tendo como intermédio a zona portuária de Xambioá ganhou a alcunha de rua Vietnã (como no Open Streetmap). Este é um hodônimo importante uma vez que nomeia o famoso “buraco do Vietnã”, vala que teria sido utilizada como cativoeiro, mas também para o enterramento de corpos (CEMDP, 2018), assim como a região onde está a base, muitas vezes referida apenas como “Vietnã”.

Ao considerar o plano urbano de Xambioá como uma matriz, tendo em mente sua trama viária e o modelo gama, o programa Harris Matrix Composer pode ser adaptado para mostrar inferências importantes para pensar a relação da cidade com o movimento (modelos gama) e com a repressão (as setas consideram a base como ponto de partida). Fica claro, nas matrizes das figuras 64 e 65, por exemplo, o gargalo posto pela relação da pista de pouso com o acesso ao restante da malha urbana de Xambioá (1967). Também fica claro os gargalos na

avenida Araguaia, avenida Presidente Kubistchek e a BR-153, em 1978, indicando não só que Xambioá era uma cidade com poucas opções de saída e entrada e, portanto, de fácil controle de movimentação, como poderia ser facilmente policiada por controle fluvial já que o rio Araguaia atua como via, mas também como barreira. Mesmo com o crescimento da cidade entre 1967 e 1978, passando (em termos axiais) de 12 para 21 linhas, as possibilidades de chegada e partida eram basicamente as mesmas, a não ser que se tomassem caminhos pela mata. Tão perto e tão inacessível, a base militar estava bem posicionada.

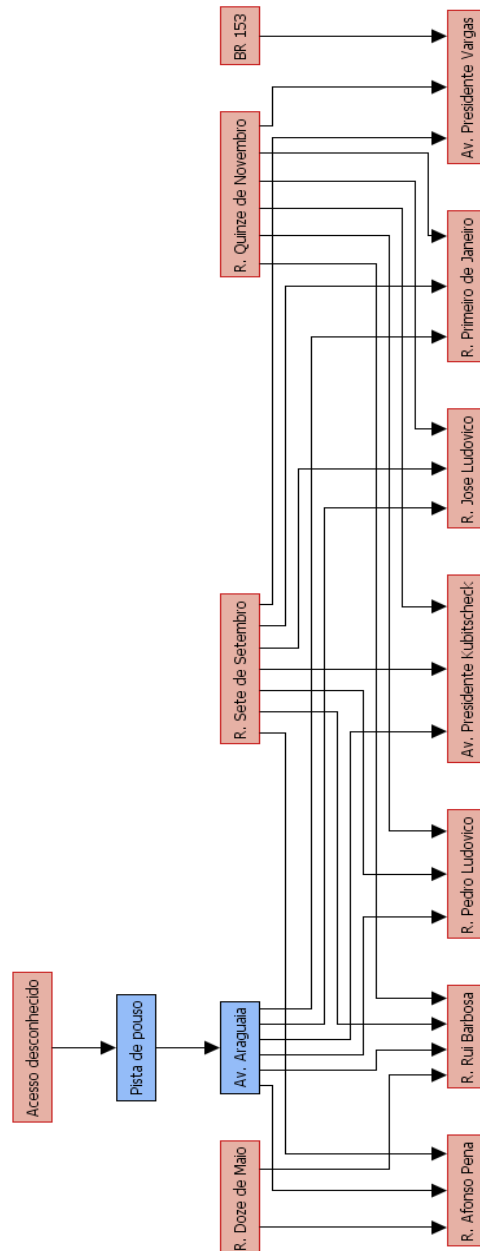


Figura 64. Matriz de ruas da cidade de Xambioá em 1967 (Harris Matrix Composer).

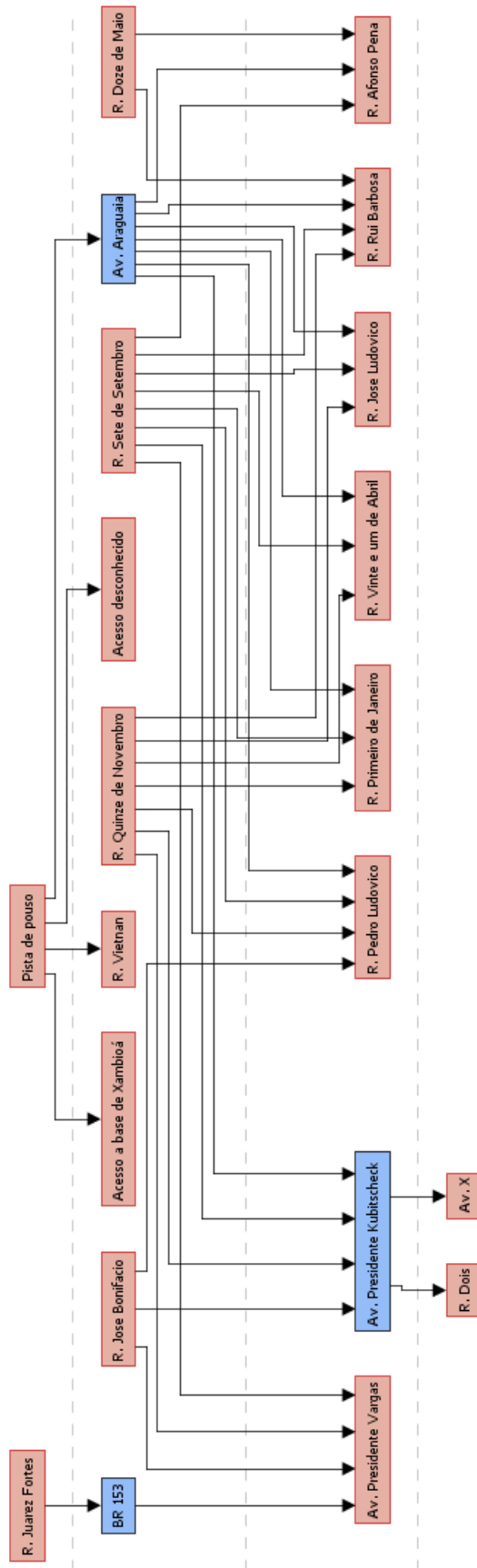


Figura 65. Matriz de ruas da cidade de Xambioá em 1978 (Harris Matrix Composer).

Os fluxos e as possibilidades de movimento convergem para uma mesma região separando, ou conectando, base e cidade: a rua Vietnã. Como área portuária, entroncamento rodoviário, limite entre a base militar e a cidade, o Vietnã era o gargalo e a ponte que ligava cidade e base. O Vietnã tinha, portanto, um papel e uma posição estratégica, pois era espacialmente uma “porta de entrada”, acolhendo porto e rodovia e conectando base e cidade, que deveria ser mantido, por isso, sob controle e ordem (Corbin, 1989: 210).

Este controle e esta ligação teriam sido facilitados pelo próprio traçado regular da cidade de Xambioá, que o facilita ao aumentar a visibilidade devido às paralelas e perpendiculares (um ladrilhado). A única forma de esconder-se, portanto, sendo nas esquinas ou dentro de edificações, do contrário, movimentos poderiam ser facilmente detectados.

Como zona portuária em contexto de conflito armado com alto contingente militar que alterou a demografia da região subitamente, o Vietnã é a expressão material na paisagem da chamada “econômica sexual da guerra” (Byers, 2012: iv). O conjunto Porto-Vietnã é um dos elementos relacionados ao crescimento da prostituição que durante o conflito tomou diversas formas, as mais comuns sendo aquelas da rua e do uso dos bordéis. De fato, alguns materiais parecem indicar a presença feminina na base, seja fragmentos de sapato de salto ou vieses e fragmentos de tecido que lembram telas de roupa íntima feminina, mas é difícil fazer qualquer relação direta. Não é objetivo de esta tese mergulhar em um muito necessário estudo sobre o tema na região, mas vale lembrar que muitas vezes em relatos e narrativas que proliferam pela literatura (por exemplo, em Amorim, 2014: 260), o Vietnã é o espaço que conjuga prostituição, crime e eventos da repressão. É nome de bordel, também de técnica (o buraco do Vietnã), e, portanto, parte de uma paisagem na qual violência física e de gênero, conflito social e crime corriam juntos e ganhavam expressão palpável.

O Vietnã liga-se não apenas à construção da identidade masculina dos soldados pelas Forças Armadas como também às formas de repressão ligadas ao corpo feminino e suas formas de dominação (Tournier, 2008: 6). A economia sexual da guerra em geral baseia-se na crença de que necessidades sexuais de soldados não podem ser controladas permitindo relações sexuais com mulheres locais, muitas das quais trabalhavam como prostitutas (Byers, 2012: 421).

Finalmente, é interessante olharmos para Xambioá comparando-a com seu vizinho mais próximo, São Geraldo do Araguaia (PA), do outro lado do rio. De um pequeno alinhamento de casas à beira do Araguaia nos anos de 1960, São Geraldo ultrapassou em tamanho, população e dinamismo a cidade de Xambioá. Comparando a área dos planos urbanos em km², calculadas a partir das estimativas aproximadas dos polígonos representados

pelas manchas urbanas nas imagens e cartas entre 1967 e 2018, é possível dizer que os anos de 1960 e 1970 assistem a expansão de São Geraldo do Araguaia ultrapassando Xambioá. O gráfico da figura 66 representando o crescimento, em km², das manchas urbanas de ambas as cidades e expressa o momento da “ultrapassagem”, visível a partir das linhas de tendência (logarítmicas).

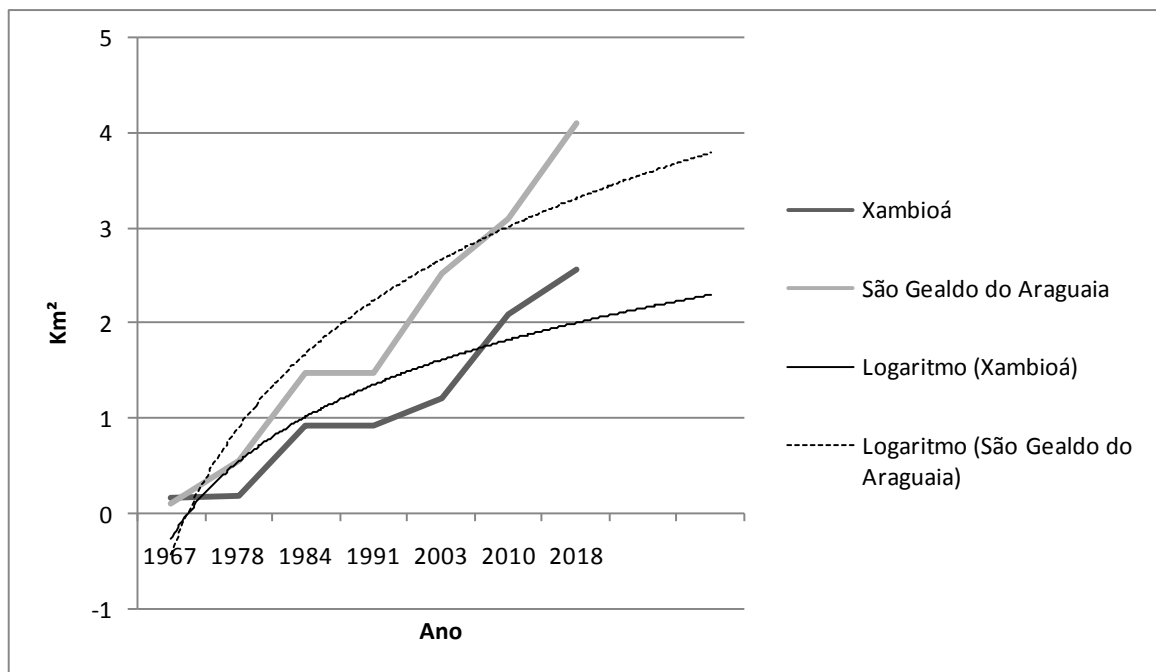


Figura 66. Gráfico de linha indicando a comparação entre o crescimento das áreas urbanas de Xambioá e São Geraldo do Araguaia (1967-2018).

Diferença significativa aparece quando se distinguem as taxas percentuais de crescimento para os intervalos de tempo disponíveis entre Xambioá e São Geraldo do Araguaia, obtidas a partir de um cálculo aproximado das áreas nas imagens de satélite e aéreas disponíveis. A distinção mais óbvia pode ser observada, novamente, entre os anos de 1960 e 1980. Enquanto Xambioá cresce em área urbana 12,5% entre 1967 e 1978, São Geraldo do Araguaia tem um *boom* de crescimento de 450% para o mesmo período. Xambioá volta a crescer mais do que São Geraldo apenas entre os anos de 1984-1991, seguida de certa estagnação na década de 1990 e regularização de sua taxa de crescimento no século XXI. As linhas de tendência (logarítmicas) mostram o lento crescimento de Xambioá contra o rápido crescimento de São Geraldo. Isso acontece por quê? Uma das razões pode ter sido o efeito estagnador da repressão sobre a cidade.

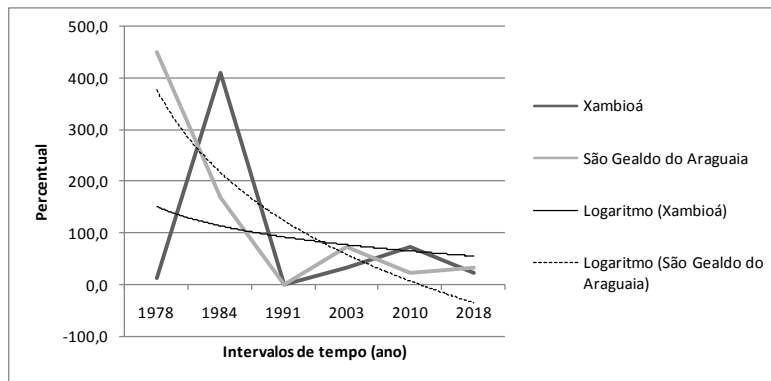


Figura 67. Gráfico de linha com a comparação das taxas percentuais de crescimento entre as áreas urbanas de Xambioá e São Geraldo do Araguaia (1967-2018).

4.3.2. Nomes e eventos

Finalmente, para a análise desta paisagem de terror e repressão, e de resistência, é preciso somar mais alguns elementos. Os episódios ocorridos ali e a materialidade dos desaparecimentos presentifica a ausência do “povo da mata”. A repressão tem dimensão crono-espacial e suas estratégias tem dimensão material, seja pela presença seja pela ausência: a) a tática guerrilheira de ocultar identidades somadas à mobilidade que lhe era inerente e b) os procedimentos postos em ação para desaparecer com as pessoas da região usando o espaço para apagar e ocultar traços. Assim, vale enveredar por alguns aspectos que tornam complexo acompanhar o trajeto dos guerrilheiros e entender as circunstâncias e eventos dos planos militares no espaço-tempo, os quais auxiliariam na compreensão da construção desta paisagem. Afinal, a dimensão material da paisagem da repressão e da resistência que se orquestrou no Araguaia não pode estar desvinculada do que ocorreu e do destino das pessoas foco da ofensiva militar.

Primeiramente, vale lembrar que nomes e codinomes são parte imprescindível de táticas de guerrilha. Eles denotam as histórias das mudanças de identidades através da adoção de nomes de guerra que servem não apenas para oculta identidades como para estabelecer e criar novas (Pfukwa & Barnes, 2009). O caso das Forças Armadas Rebeldes na Guatemala é interessante, pois os codinomes, apelidos e pseudônimos adotados por essa guerrilha produziram o que Silvia Posocco (2014: 178) chamou de “efeitos holográficos”: a partir dos nomes e identidades adotados pelos guerrilheiros, uma série de possibilidades abria-se no que concerne ao entendimento de quem era esta pessoa, a qual ganhava tonalidades distintas, sempre gerando necessidade por informações complementares. Os guerrilheiros estão, mas não estão, são, mas não são, como num holograma. Segundo Posocco, os nomes adotados pela guerrilha na Guatemala indicam uma “holografia nominal”, a qual contém informações

relevantes sobre relações de gênero, etnicidade, solidariedade e sobrevivência em ambientes hostis, alguns se referindo à qualidade da pessoa ou a animais e insetos da floresta.

Para o caso da guerrilha do Araguaia, um estudo linguístico e sócio-antropológico dos nomes dos guerrilheiros ainda está por ser feito, mas é importante tê-los em mente, pois estão ligados às táticas guerrilheiras com vistas à proteção de suas identidades (e assim, daqueles a eles relacionados, como suas famílias e amigos) e têm impacto direto não só no burlar a repressão como também em como estas pessoas aparecem nos relatos orais e podem ser espacializadas na paisagem do Bico do Papagaio. Esta dinâmica adiciona mais desafios a serem considerados nos processos de busca e identificação.

Para pensar espacialmente a relação ente nomes, codinomes, desaparecimentos e a paisagem, comparei nomes e codinomes conhecidos na literatura (Corrêa, 2018; SEDH/CEMDP, 2007) para cada guerrilho e membro do PCdoB que esteve relacionado ao movimento, e destes entre si. Os recentes estudos em torno da mitificação dos guerrilheiros no âmbito de abordagens da história cultural (Teles, 2014) têm levantado inúmeras narrativas que relacionam a história de vida durante a repressão com o mover-se: alguns guerrilheiros aparecerem em diversos lugares ao mesmo tempo ou são capazes de deslocarem-se de modo rápido e quase sobrenatural. Esta mítica ganha suporte também porque os nomes adotados pelos guerrilheiros formam uma trama imbricada na qual se repetem, se assemelham e se sobrepõem com frequência, em claras semelhanças fonéticas e fonológicas.

Os diagramas radiais das figuras 68 a 71 ilustram os componentes de cada um dos destacamentos e da Comissão Militar de acordo com alguns de seus codinomes, de acordo com a literatura (Campos Filho, 1997; Moraes, Silva, 2005; Corrêa, 2018). Comparando a literatura existente sobre a guerrilha, estas informações também variam, como é de se esperar em contextos de desaparecimento. Nos primeiros meses da formação dos destacamentos, algumas pessoas passaram de um destacamento a outro, até que, com a repressão, alguns destacamentos se fundiram devido às baixas de pessoal e às mudanças nas táticas de resistência.

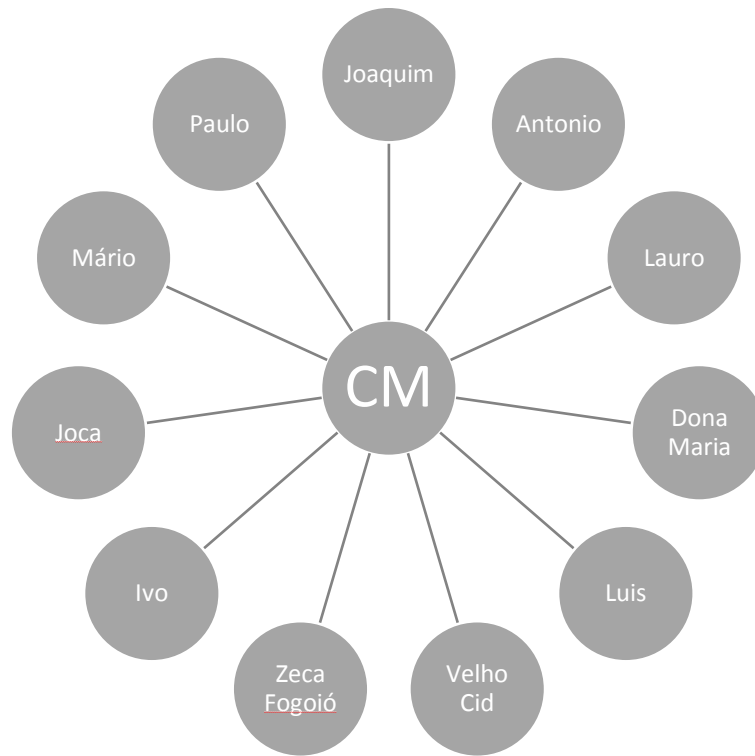


Figura 68. Base radial com a composição da Comissão Militar.

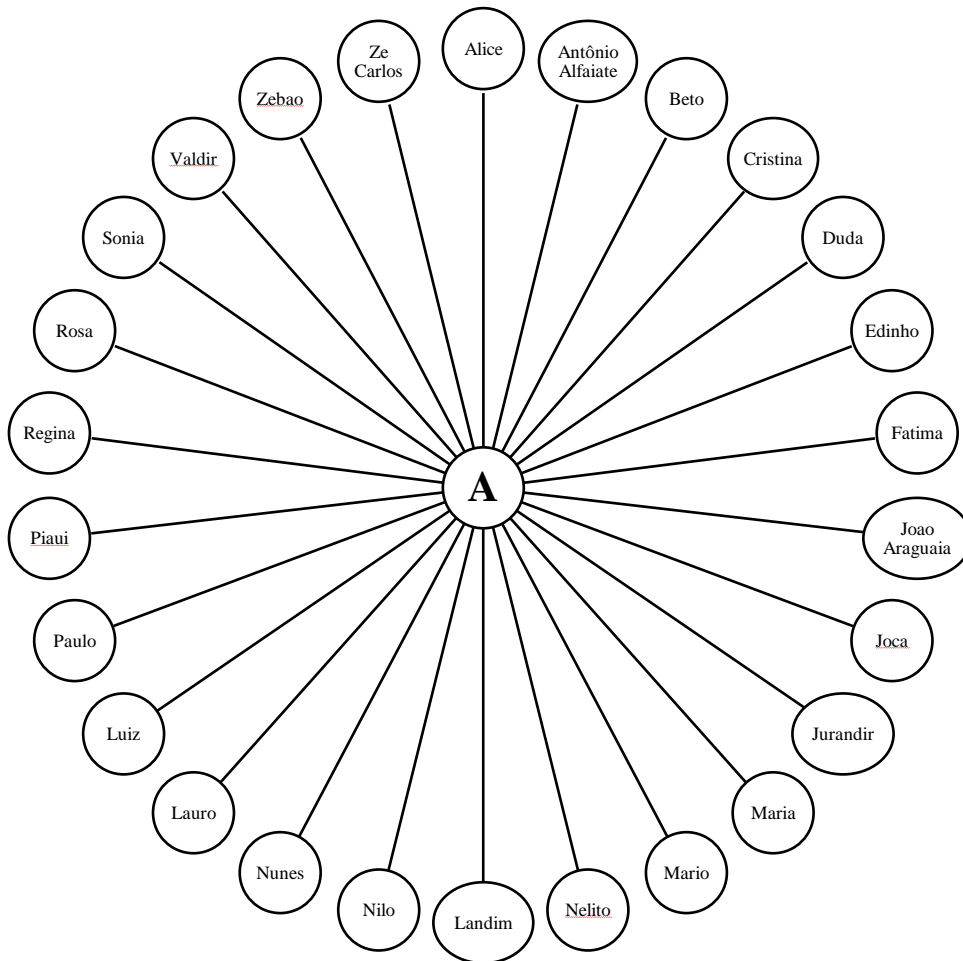


Figura 69. Base radial com a composição do destacamento A.

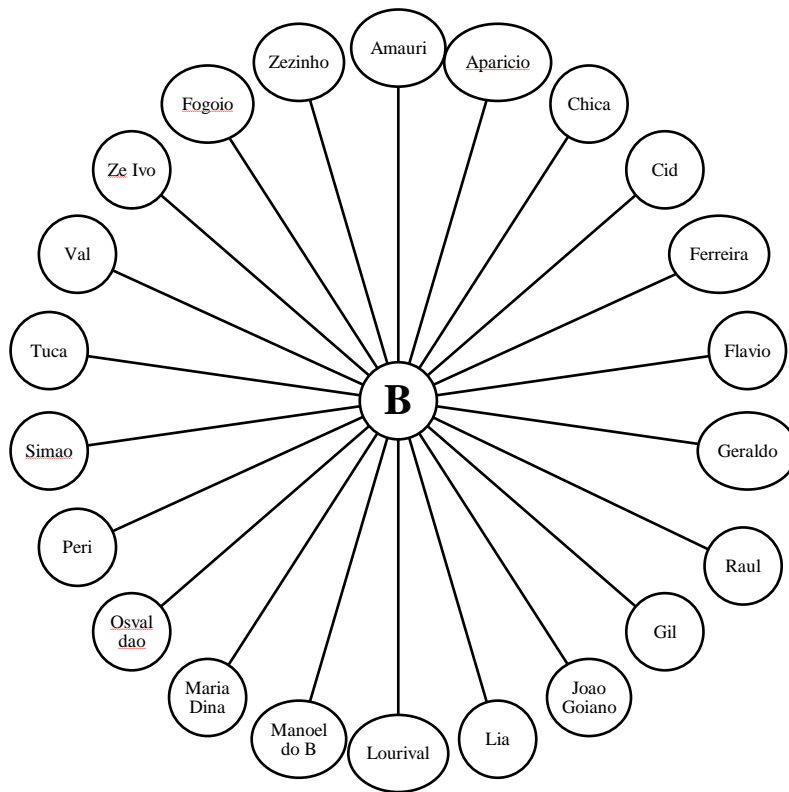


Figura 70. Base radial com a composição do destacamento B.

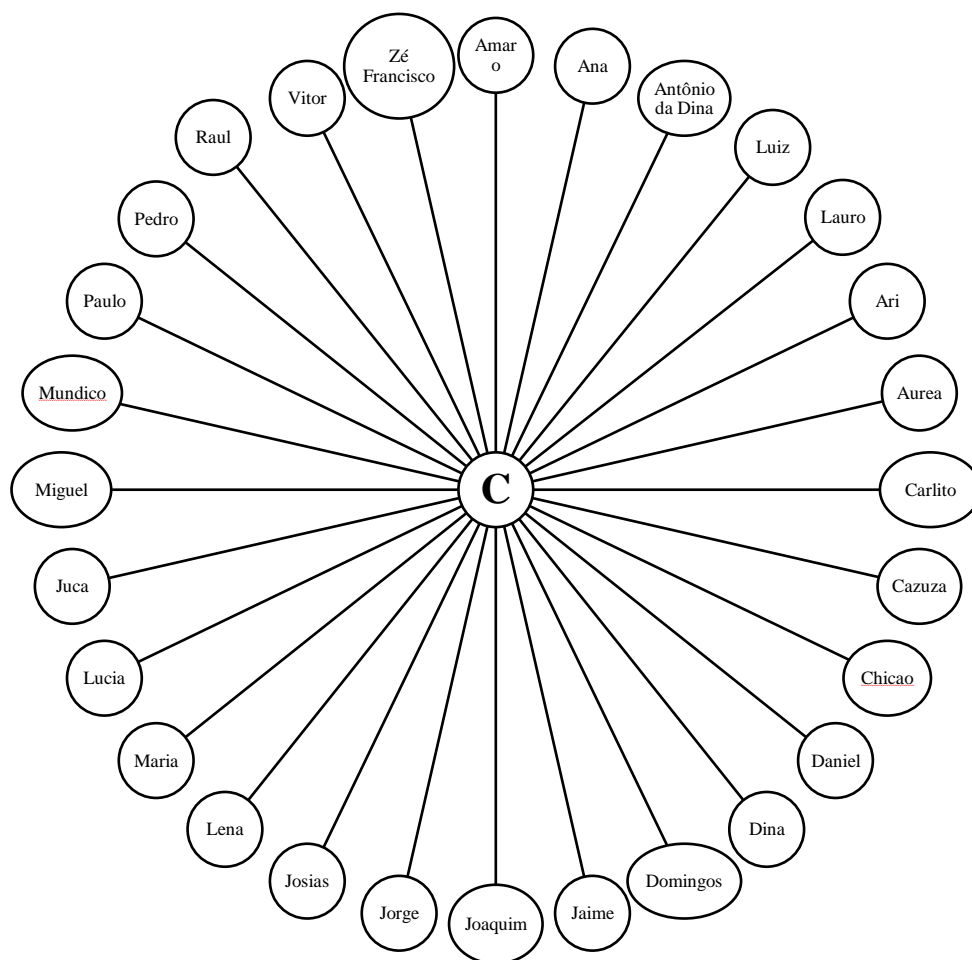


Figura 71. Base radial com a composição do destacamento C

Muitos guerrilheiros têm nomes que são similares aos primeiros nomes próprios e até aos sobrenomes de companheiros. Isso ocorre não apenas com nomes, mas também com codinomes. O diário de Maurício Grabois, que ainda merece uma análise linguística aprofundada, deve ser lido com muita atenção porque constantemente nomes verdadeiros e codinomes são utilizados, e é fácil confundir ou mesmo não saber com clareza a quem o diário se refere. A tabela 103 contém uma síntese de nomes e codinomes encontrados (Campos Filho, 1997; Morais, Silva, 2005; SEDH/CEMDP, 2007; Corrêa, 2018).

Nome completo oficial	Codinomes					
	Adriano Fonseca Filho	Chico	Queixada	Alberto	Felipe	Alemão
André Grabois	José Vieira da Silva Junior	José Carlos Ferreira da Silva	Zé Carlos	Zeco		
Ângelo Arroyo	Aluizio	Joaquim	Noé	Carlos Haroldo Martins de Souza		

Antônio Alfredo de Lima	Alfredo								
Antônio Carlos Monteiro Teixeira	Heitor Sales	Antônio	Antônio da Dina	João Goiano					
Antônio de Pádua Costa	Luís Correia	Piauí	Lino						
Antônio Ferreira Pinto	Antônio Alfaiate	José Antônio Botelho							
Antônio Guilherme Ribeiro Ribas	Ferreira	José Ferreira	José Ferreira da Silva	Gordo	Frei Chico	Zé	Zé Ferreira		
Antônio Teodoro de Castro	Raul	Ceará	Téo						
Arildo Airton Valadão	Ari	Ari do C	Ivan						
Áurea Eliza Pereira Valadão	Áurea	Elisa							
Bérgson Gurjão Farias	Jorge	Edmilson							
Carlos Nicolau Danielli	Carlos Antônio Soares Brandt	Pontes	Cláudio	Antônio					
Cilon da Cunha Brum	Alexandre	Simão	Compri do	Gaúcho	Edu	Guedes	Guido	Leo	
Ciro Flávio Salazar de Oliveira	Gilberto	Ciro	Flávio	Sílvio					
Crimeia Schmidt de Almeida	Alice								
Custódio Saraiva Neto	Lauro								
Dagoberto Alves da Costa	Miguel								
Daniel Ribeiro da Costa Callado	Doca	Daniel							
Danilo Carneiro	Nilo								
Dinaelza Soares Santana Coqueiro	Dinorá	Maria Dina							
Dinalva Conceição Oliveira Teixeira	Dina								
Divino Ferreira de Souza	Nunes								
Dower Moraes Cavalcanti	Domingos								
Elmo Corrêa	Lourival								
Elza Monnerat	Dona Maria								
Gilberto Olímpio Maria	Pedro								
Glênio Sá	Glenio								
Guilherme Gomes Lund	Luis								

Nelson Lima Piauhy Dourado	Nelito	Alexandre	Salvador			
Oswaldo Orlando da Costa	Armando Borges	Armando Pinto	Jorge Ferreira	Oswaldão	Mineiro	Zé Mineiro
Paulo Mendes Rodrigues	Paulo	Mauro Rodrigues	Paulo Rodrigues	Paulão	Comandante	
Paulo Roberto Pereira Marques	Amauri					
Pedro Albuquerque Neto	Pedro					
Pedro Alexandrino de Oliveira Filho	Peri	Moisés	Chico			
Pedro Matias de Oliveira	Pedro Carretel					
Regilena da Silva Carvalho	Lena					
Rioko Kayano						
Rodolfo de Carvalho Troiano	Mané	Manoel do A	Manoel	Carlos		
Rosalindo de Sousa	Mundico					
Suely Yomiko Kanayama	Chica	Suely	Cabocla	Vera	Tuca	
Telma Regina Cordeiro Corrêa	Lia	Maria	Bolinha			
Tereza Cristina Siquiera Cavalcanti	Ana					
Tobias Pereira Barroso Junior	Josias	Sérgio	Isaias	Jonas	Marcos	
Uirassu de Assis Batista	Valdir	André	Sassu			
Vandick Reidner Pereira Coqueiro	João	Miguel	João Goiano			
Walkíria Afonso Costa	Walkiria	Vera				

Tabela 105. Nomes e codinomes de guerrilheiros e membros do PCdoB relacionados à guerrilha.

Há pelo menos seis “Antônio” na guerrilha, três “Pedro”, quatro “João”, cinco “José”, duas “Lúcia”, duas “Maria” e dois “Paulo”. Um dos codinomes de Antônio Guilherme Ribeiro Ribas era Ferreira ou José Ferreira, que se aproxima do sobrenome verdadeiro de outro guerrilheiro, Antônio *Ferreira* Pinto. Antônio *Carlos* Monteiro Teixeira, o Antônio da Dina, tinha nome similar ao codinome de André Grabois, *Zé Carlos*, assim como ao primeiro nome de *Carlos* Nicolau Danielle (que nunca esteve presente no Araguaia, vale ressaltar, mas em São Paulo). Aliás, *Carlos* é o segundo nome próprio de dois outros guerrilheiros, João *Carlos* Haas Sobrinho e João *Carlos* Wisnesky, este último com codinome Paulo Paquetá.

Elmo Corrêa tinha como codinome *Lourival*, nome próprio de outro guerrilheiro, *Lourival* Moura Paulino. Vandick Reinder Pereira Coqueiro tinha como codinome *João*, semelhante ao primeiro nome de quatro outros guerrilheiros já mencionados. *José* Maurílio Patricio tinha como codinome *Manoel*, igual ao nome do guerrilheiro *Manuel* José Nurchis. Antônio de Pádua Costa tinha como codinome *Piauí*, cuja pronúncia é a mesma do sobrenome de dois guerrilheiros, os irmãos Nelson e José Lima *Piauhy* Dourado.

Muitos guerrilheiros compartilharam codinomes utilizados na clandestinidade: *Carlos* era usado por Rodolfo de Carvalho Troiano, Ângelo Arroyo e Carlos Nicolau Danielli, além de ser parte do nome próprio de alguns guerrilheiros, como mencionados. É o caso de *Maria*, utilizado por Dinaelza Soares Santana Coqueiro, Elza Monnerat, Luiza Augusta Garlippe, Maria Lúcia Petit da Silva e Telma Regina Cordeiro Corrêa. *Maria* também era parte do nome de algumas outras guerrilheiras (Lúcia *Maria* de Souza, *Maria* Célia Correa e *Maria* Lúcia Petit da Silva), incluindo um sobrenome masculino (Gilberto Olímpio *Maria*).

Os codinomes também tinham grande proximidade entre si em termos de pronúncia e escrita: Lia, Dina, Bula, Duda, Juca, Tuca, Doca e Joca são bastante parecidos. Ciro, Nilo, Dino e Lino ou Lauro e Mauro. Como a variação é grande, cruzei 77 nomes de guerrilheiros/membros do partido com 215 codinomes (nome x codinome e codinome x codinome) partindo da distância de Levenshtein analisada por meio de análise principal de componentes. O que fica claro é que, para além dos nomes e codinomes inconfundíveis (Figura 72, grupo 5), há uma série de nomes e codinomes muito próximos e que se sobrepõem (Figura 73, grupos 1, 2, 3, 4 e 6). O mesmo pode ser dito entre os codinomes (Figura 72, grupos 2, 3, 4 e 5).

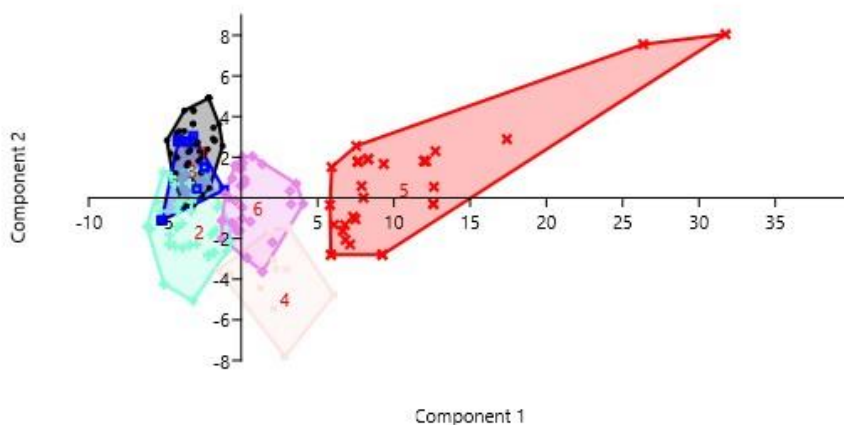


Figura 72. Análise de componente principal comparando nomes e codinomes a partir da distância de Levenshtein. Grupo 1 - preto, 2 - verde, 3 - azul, 4 - rosa, 5 - vermelho e 6 - roxo (PAST).

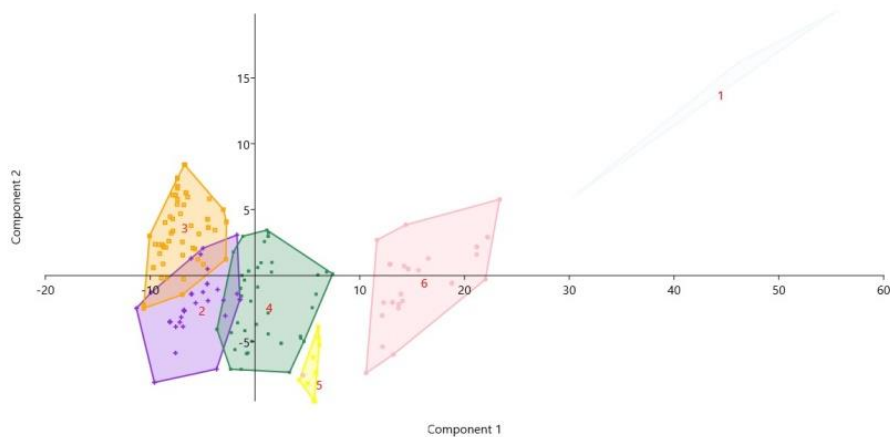


Figura 73. Análise de componente principal comparando codinomes a partir da distância de Levenshtein. Grupo 1 - cinza, 2 - roxo, 3 - laranja, 4 – verde, 5 - amarelo e 6 – rosa (PAST)

Com a adição dos efeitos da fonética e da fonologia semelhantes, seria de se esperar que por erro humano, trauma ou propositalmente, as narrativas orais sobre a guerrilha também mesclam nomes e codinomes. Afinal este era o objetivo da própria guerrilha: ocultar suas verdadeiras identidades para escapar da repressão e proteger suas famílias e companheiros. Sem dizer que o foram de modo consciente e claro, esta seria certamente uma das táticas da guerrilha utilizadas para causar confusão e despistar. Os militares, por seu lado, utilizaram-se da contrainformação e dos dados falsos para criar identidades (Dr. Luchini para Sebastiao Curió, por exemplo), em seu próprio tempo histórico, o que dificulta, atualmente, o rastreo de perpetradores pela justiça.

Essa onomástica abre três caminhos para pensarmos a guerrilha e considerarmos as informações disponíveis sobre ela: 1) que a narrativa de uma testemunha pode mesclar nomes e codinomes e querendo dizer um se refere ao outro, o que terá impacto direto em qualquer processo de busca, pois aumenta as hipóteses de identificação por evento, 2) que os guerrilheiros se apresentavam utilizando mais de um codinome para distintas pessoas, o que aumentaria a nebulosidade da detecção progressiva e linear de seus movimentos, e 3) que as práticas de identificação utilizadas pelas Forças Armadas, baseadas no clássico e pouco aceito reconhecimento facial, ao vivo ou por imagens, podem ter induzido a alguns erros, como ocorre com o uso deste tipo de técnica (Dror & Cole, 2010).

Sabendo que identidade e aparência física não eram necessariamente conhecidas pelas Forças Armadas, a tática de utilizar codinomes e nomes semelhantes complicaria o trabalho da inteligência militar, tornando bastante complexo seguir os movimentos dos guerrilheiros no espaço. Ela teria, assim, atingido seus objetivos de despistar e confundir. É ilustrativo o

episódio relatado em *A Ditadura Escancarada*, de Élio Gaspari, no qual um dos guerrilheiros joga com seu nome e codinome: “Sabe-se também como foi capturado Zeca Fogoió, o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro ele se acercou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para repousar (...) identificou-se como José Huberto Bronca. Quando o helicóptero chegou, trazendo sargentos do CIE, um deles esclareceu: ‘Que Bronca coisa nenhuma, esse é o Fogoió’ (Gaspari, 2002: 545). Também recorrem na literatura pessoas que teriam participado da guerrilha e sobre as quais só se sabe o codinome, mas não o rosto nem a real identidade.

A questão dos nomes e codinomes está obviamente ligada à identificação e à identidade. Em um momento no qual a medicina legal era usada como parte fulcral das estratégias de desaparecimento, a identificação e o conhecimento forense eram utilizados para criminalística e inteligência. As formas de identificação possíveis e mais frequentes na época eram maciçamente as visuais, com base no reconhecimento das feições faciais por um familiar ou representante, *in situ*, ou por meio de fotos, os conhecidos álbuns de fotografias de desconhecidos ainda correntes em vários institutos médico legais Brasil afora. Dados associados à identidade e à identificação serviriam para rastreamento de famílias, organizações, áreas de origem e grupos sociais, no âmbito de operações de inteligência que orquestravam medidas preventivas para mitigar ações de contra insurgência ou aquelas consideradas hostis ao poder hegemônico estabelecido.

Provavelmente porque poucos iriam identificar os próprios parentes ou amigos por espontânea vontade para entregá-los aos militares, muitos guerrilheiros capturados foram submetidos à processos de “identificações forçadas” ao serem obrigados a reagir frente à corpos ou fotografias de corpos, obrigados a relacionar uma identidade social (o nome) a um ente biocultural (o corpo). Os sobreviventes à repressão trazem diversos exemplos de momentos de identificação forçada e é, portanto, de se acreditar que outros guerrilheiros capturados, hoje desaparecidos, foram submetidos ao mesmo procedimento.

O guerrilheiro Domingos (Dower Cavalcanti), quando preso no Pará, foi obrigado a reconhecer fotos em um álbum e levado pessoalmente à base de Xambioá para identificar guerrilheiros (SEDH/CEMDP, 2007: 374). Lena (Regilena Carvalho) também relembra que foram a ela mostradas fotos de guerrilheiros mortos (SEDH/CEMDP, 2007: 375). Nilo (Danilo Carneiro) afirmou, na prisão, ter visto diapositivos de corpos mutilados e álbuns de fotografias para identificação de guerrilheiros (SEDH/CEMDP, 2007: 376). Alice (Criméia Alice Schmidt de Almeida), quando presa no PIC de Brasília (DF) também foi submetida a identificação de corpos por fotografias (SEDH/CEMDP, 2007: 380).

O relatório do Ministério da Marinha, encaminhado ao ministro da Justiça em 1993, informa que, em dezembro de 1972, fora identificado, por fotografia, o professor Antônio, da Escola dos Padres de São Félix, em Terra Nova, um dos nomes usados pelo guerrilheiro Antônio Carlos Monteiro Teixeira (SEDH/CEMDP: 212). Ex-guias do Exército, como Luiz Garimpeiro, também foram chamados para dar suporte a práticas de reconhecimento visual por meio de fotografias ou dos corpos, associando a eles codinomes (SEDH/CEMDP, 2007: 552). Isto também levanta suspeitas sobre a quantidade de desconhecidos representados, já que a ideia de álbuns indica certa quantidade de fotos.

Finalmente, implementadas no país desde o final do século XIX (Garrido & Giovanelli, 2008), as impressões digitais também foram utilizadas para identificação dos guerrilheiros, a exemplo da história da morte de Cazuzza seguida da amputação de sua mão direita para que, em uma das bases instaladas na região, fosse identificado seu corpo (SEDH/CEMDP, 2007: 372) - indicando, por outro lado, que o Exército estava em dúvida e precisava confirmar a identidade por método primário de identificação positiva.

É largamente sabido que reconhecimentos faciais são questionáveis, pois tendem ao erro, como a literatura internacional vem mostrando largamente ao menos desde os anos de 1980, em especial para contextos de morte violenta (Bindemann, Avetisyan, & Rakow, 2012). Não são recomendadas pelo perigo que oferecem ao se desconsiderar as mudanças físicas que o corpo sofre *post-mortem* somados às circunstâncias da morte (alteração das feições devido a traumas), aos traumas psicológicos daquele que identifica e o tempo decorrente entre a última vez que a pessoa foi vista e o momento em que seu suposto corpo foi encontrado (se não esqueletizado).

Assim, há que se considerar que as identificações forçadas a que foram submetidos os guerrilheiros, dando nomes à corpos de amigos, podem não só ter resultado em identificações equivocadas, em especial por meio de fotografias e sem evidências associadas e outros métodos, mas fez com que as Forças Armadas jogassem nas próprias vítimas a responsabilidade pelas identificações e, assim, por qualquer erro subsequente. Ao mesmo tempo, o procedimento era também forma de incutir ansiedade (de ser o próximo), preocupação (pelo possível companheiro morto), medo (da morte) e insegurança (poderia ocorrer a qualquer momento) ao expor corpos ligados às mortes violentas em diferentes estados de preservação e decomposição. Se identificações em casos de mortes violentas são traumáticas para as famílias, tudo é piorado quando os responsáveis pelas identificações são também vítimas, num perverso jogo de terror retroalimentado.

Finalmente, um último ponto a ser enumerado para esta análise é uma somatória de todas as variantes anteriores, mas também uma proposta de encarar os relatos sobre o destino dos guerrilheiros não com base apenas no binômio mentira x verdade, mas nas nuances de memória e nas representações que estão ao redor destas narrativas e que impactam sobremaneira as investigações preliminares e as prospecções para a localização dos possíveis locais de enterramento destes desaparecidos. Ele se relaciona às consequências diversas da repressão cuja estratégia de detenção, encarceramento, morte, avistamento do corpo morto, mutilações, torturas, enterramentos, enterramento de partes de corpos, exumações, traslado de corpos exumados e reconhecimento visual por fotografia, utilizava, dentre outros aspectos, o espaço para confundir e gerar contrainformação, como formas silenciar e apagar rastros que permitissem a localização e a identificação de pessoas desaparecidas. A técnica é utilizada em diversos locais e foi extremamente popular em outros países da América Latina, envolvendo múltiplas instituições do Estado, como cemitérios, serviços médicos e médico-legais, hospitais psiquiátricos, delegacias, centros de detenção e mesmo universidades para criar clandestinidade no interior do próprio sistema.

Todavia, o deslocamento de pessoas detidas pela repressão e seu desaparecimento também fortalece a ligação entre guerrilheiros, eventos e seus destinos incertos com a paisagem. Se, de um lado, materializa um horror que é difícil de apagar da memória, por outro colabora com a aura de desconhecimento que cerca os desaparecimentos e que dá espaço às dúvidas eternas que ligam histórias e lugares (como através de alguns dos mitos mencionados anteriormente). Os relatos que proliferam na literatura e aqueles facilmente ouvidos na região convergem para uma paisagem na qual um mesmo guerrilheiro aparece em distintos locais dentro da área estrangulada pelo Exército em sua ação de repressão à guerrilha.

Estes aparecimentos múltiplos ligados a prováveis deslocamentos característicos da mobilidade guerrilheira, mas também parte da própria estratégia da repressão após capturas, somada a influência da semelhança fonética e fonológica entre nomes e codinomes, acarretam na coexistência de diversos espaços de detenção, captura e morte e, portanto, de diversos possíveis locais de enterramento e destino finais relacionados a uma mesma pessoa. Estes deslocamentos, em espaços relativamente curtos de tempo, causaram um difícil cruzamento entre narrativas, tempo e espaço. As cronologias tecidas em torno do destino e do desaparecimento das pessoas na região é pouco ou nada linear.

Dispersão e deslocamento são formas comuns que sistemas punitivos e repressivos utilizam, mudando as pessoas sequestradas, detidas e encarceradas rapidamente, muitas vezes

à noite, sem aviso prévio, tornando difícil encontrá-las. Dispersão e deslocamento levam a separação e frequentemente à desaparecimento e ajudam o Estado a ocultar identidades. A estratégia da repressão em cercar a área ocupada pela guerrilha foi também ela uma estratégia que usava da geografia para negar o acesso a direitos, isolando para melhor controlar, como observado em outros contextos (Mountz, 2012: 93-94).

Considerando suas especificidades, o desaparecimento dos guerrilheiros faz parte de uma estratégia e, como tal, sua sistemática acarreta padrões que permitem agrupar, por semelhança, casos, indivíduos, lugares, movimentos e eventos. Para esta tese, foi possível perceber: a) pessoas que estavam em determinados lugares ou em movimento e simplesmente jamais foram vistas; b) pessoas envolvidas em enfrentamentos, captura, submetidas a torturas (como nas bases militares) e cujos corpos foram vistos ou enterrado em cemitérios, e não mais encontrados; e c) pessoas que, após escaparem, foram surpreendidas em outros locais (como o massacre da Lapa em São Paulo), seus corpos enviados aos institutos médico-legais como desconhecidos, com nomes falsos ou nomes verdadeiros, de lá desaparecendo e/ou daí sendo enviados a cemitérios nos quais não é possível localizar seus corpos.

Importa ressaltar a diferença entre estratégias repressivas contra guerrilhas no ambiente rural e a infraestrutura para desaparecimento de pessoas nos contextos urbanos. Neste último caso, o uso de cemitérios ganha destaque como local no qual é alta a possibilidade de encontrar corpos, mas baixa a probabilidade de encontrar o correto, o que os torna locais fundamentais para desaparecimentos, somando-se as possibilidades ainda ligadas a misturas de peças ósseas de diferentes indivíduos, a sobreposições de enterros e a falta de dados em relação à traceabilidade dos casos ao entrarem no próprio cemitério – uma agulha no palheiro.

O diagrama da figura 74 propõe caminhos para o dispositivo de desaparecimento pensando espacialmente: os pontos de interrogação indicam o momento dos desaparecimentos (ainda vivos ou de corpos):

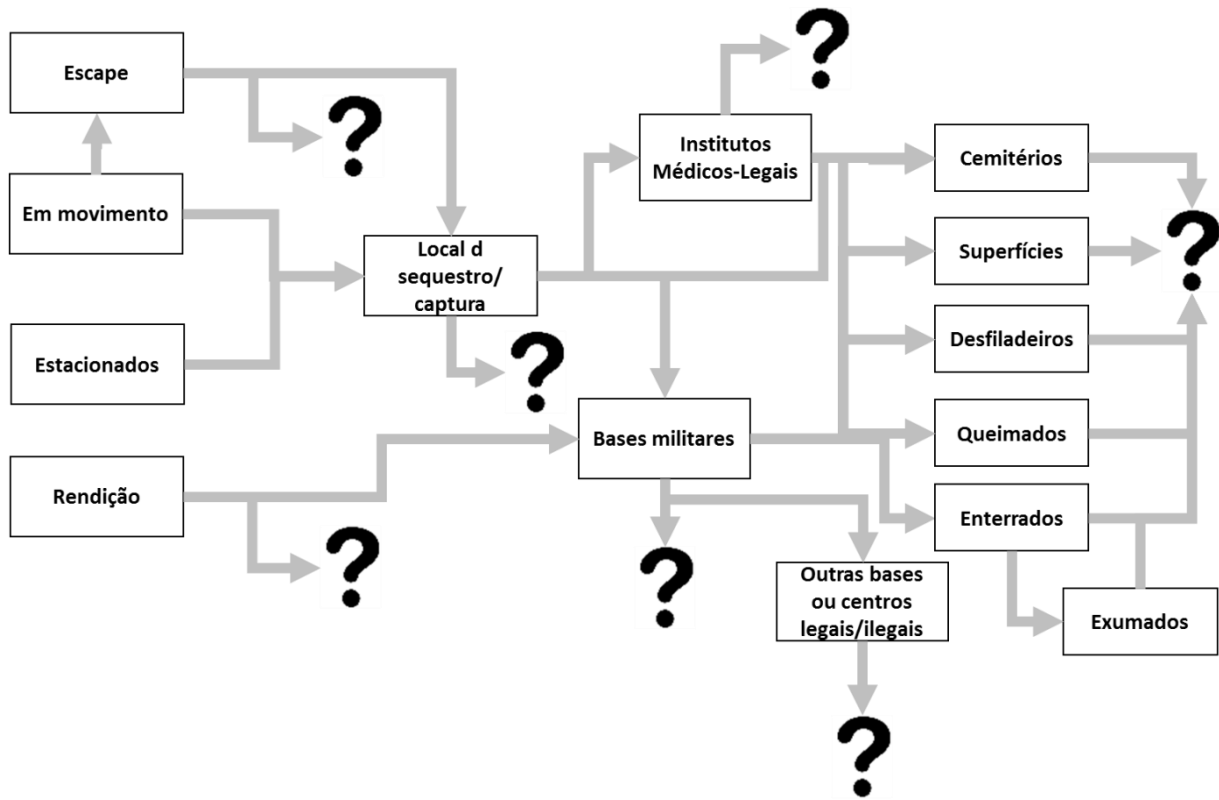


Figura 74. Diagrama com proposta dos padrões de desaparecimento relacionados à guerrilha do Araguaia.

Já o diagrama da figura 75 considera a cadeia mais longa de passos utilizados no Araguaia para desaparecer, ocultar e destruir, englobando esferas da vida e da morte. Ele é importante, pois a compreensão da dimensão material dos dispositivos de desaparecimento no âmbito da paisagem repressiva permite considerar o que esperar em termos concretos (fenomenológicos), e por olhares profissionalmente aptos, das buscas.

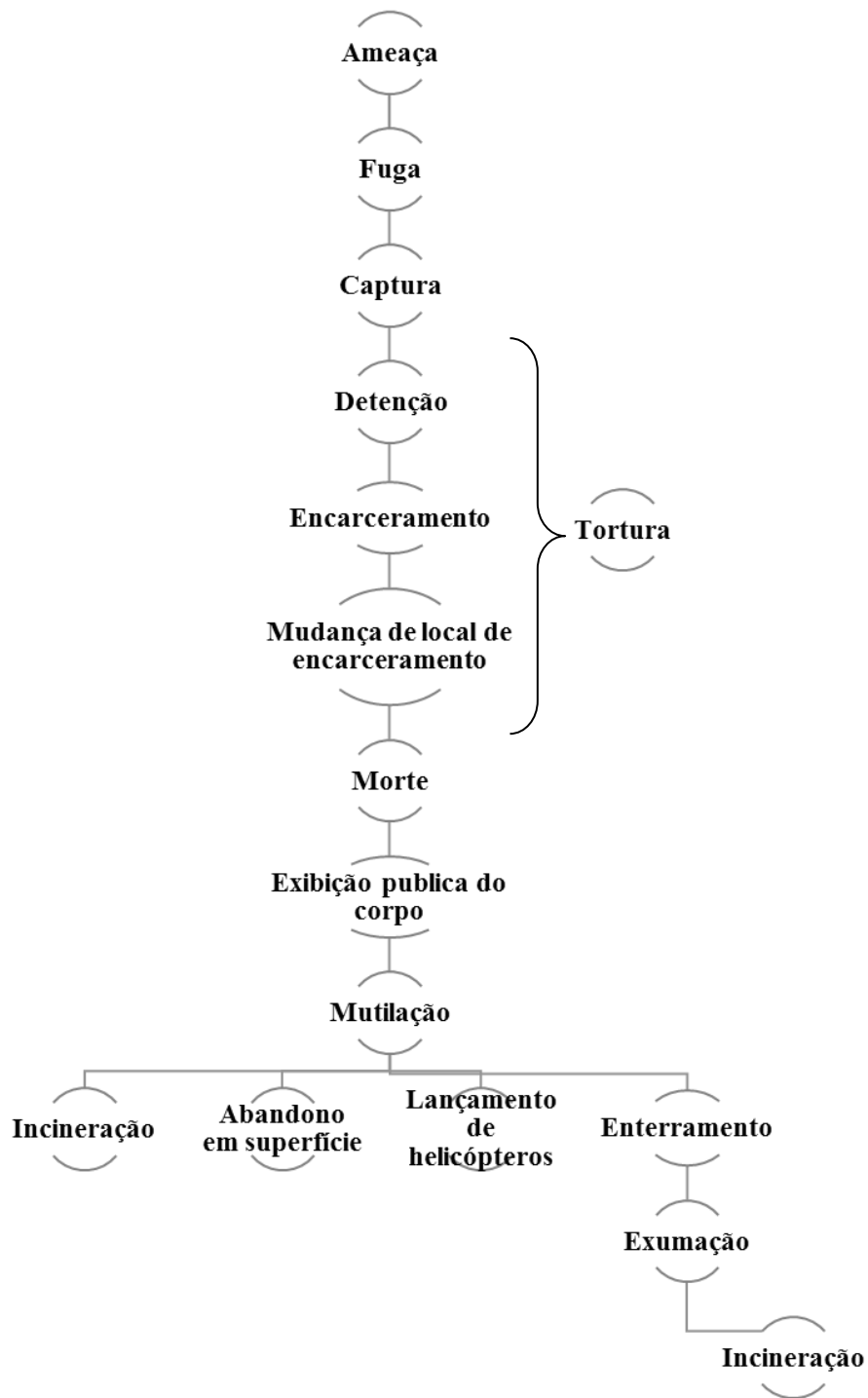


Figura 75. Organograma com os passos em sua dimensão espacial da estratégia para desaparecer usada contra a guerrilha do Araguaia.

Compilei, nesta análise, a maior quantidade de variáveis possíveis encontradas na literatura consultada, sabendo que sempre há mais. Estas são suficientes, contudo, para o que se quer destacar. Vejamos o exemplo de Antônio de Pádua Costa, o Piauí. Os dados sobre Piauí compilam informações sobre dois locais de detenção, três locais de encarceramento, um último local de alistamento vivo e três locais de morte, em espaços que envolvem as

localidades da Gameleira, Bacaba e a TI Suruí, e os municípios de Palestina, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São Joao do Araguaia e Brasília. Maria Lúcia Petit, a Maria, possui indicação para um local de último avistamento viva, um local de enterramento e dois locais de morte, incluindo ao menos a localidade de Pau Preto e os municípios de Piçarra e Xambioá. Dinalva Conceição Oliveira Teixeira, a Dina, possui um local de detenção, cinco de encarceramento, dois de morte, um de enterramento, um de exumação e um de traslado por exumação.

O gráfico da figura 76 sintetiza a quantidade de vezes que os diferentes momentos ligados a repressão, *ante e post-mortem*, aparecem nos relatos sobre a morte e o desaparecimento dos guerrilheiros. Fica claro que “morte” ocorre mais vezes e, como exemplificado acima, em mais de uma variante espaço-tempo para uma mesma pessoa. Dados sobre o encarceramento são os segundos mais frequentes, seguidos pela última vez que alguém foi visto com vida antes de desaparecer, ser detido ou morto, e, então, por informações sobre detenções. Há também um significativo número de regiões apontadas como locais de enterramentos, mais para uns que para outros casos. A partir daí há uma brusca diminuição dos dados em relação a corpos que foram vistos diretamente acompanhados de relatos de exumações, de mutilações, do enterro de partes de corpos e destinação de corpos após exumação.

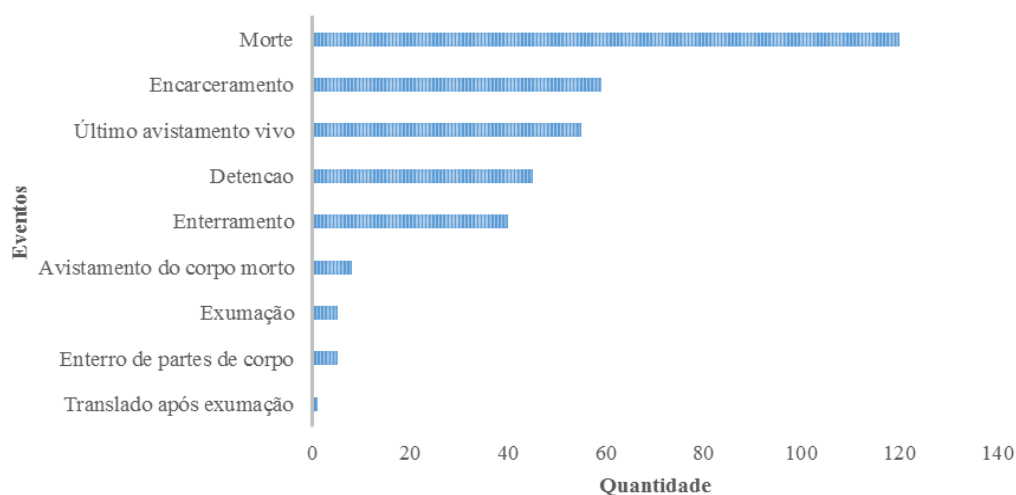


Figura 76. Gráfico de barras com a recorrência de eventos levando ao desaparecimento no âmbito da estratégia repressiva no Araguaia.

“A morte e a morte” de diversos guerrilheiros materializa, nesta paisagem, diversos locais de terror, já que estes eventos aparecem ligados ao espaço. Deslocando detidos e mortos, as estratégias militares acabaram por materializar diferentes eventos, histórias e

circunstâncias por todas as partes na região. Constituíram lugares diretamente associados à detenção, encarceramento e morte dos vivos, e enterramento, mutilação e exumação dos mortos, consolidando ainda mais os longos efeitos do desaparecimento que são parte da genealogia da paisagem de terror que ainda é viva no Bico do Papagaio.

A estratégia, somada ao próprio fato de que para os guerrilheiros sua identificação, à época, tinha propósitos criminais, fizeram com que os próprios guerrilheiros tomassem medidas para não serem identificados, igualmente na tentativa de proteger da inteligência e da repressão seus entes queridos - mais um passo em relação aos desafios para a localização das pessoas desaparecidas e a clarificação de seus destinos às suas famílias. A repetição de diversas possibilidades de eventos somada a não resolução dos desaparecimentos, implica na incerteza do eterno retorno e, logo, no prolongamento da impossibilidade do luto frente a um cenário formado pelas múltiplas mortes de uma mesma ou de várias pessoas.

Tomemos alguns casos como exemplos, considerando que a plotagem de alguns eventos é aproximada e só faz sentido nesta escala e no interior dos polígonos delimitados (isto é, poderíamos estar locadas em qualquer local do polígono). O guerrilheiro Duda, originalmente no destacamento A, possui três informações sobre seu encarceramento, três mortes, um local de enterramento, dois avistamentos do corpo, um local de detenção e um último avistamento vivo. Nem todos os locais são conhecidos com exatidão pela literatura que congrega as narrativas sobre ele. Aqueles que são locáveis estão no mapa da figura 77. Fica visível que as mortes estão sobre a área de influência da base de Xambioá, Palestina ou Bacaba, enquanto os avistamento do corpo na área de 8 Barracas e do Morro do Urutu/Palestina, os encarceramentos na Bacaba e Faveira e a detenção em 8 barracas. Se isso é resultado de contrainformação, fluxos de memória ou de movimentação destes guerrilheiros no espaço pela repressão, o fato é que isso marca a paisagem com diversos eventos e episódios violentos.

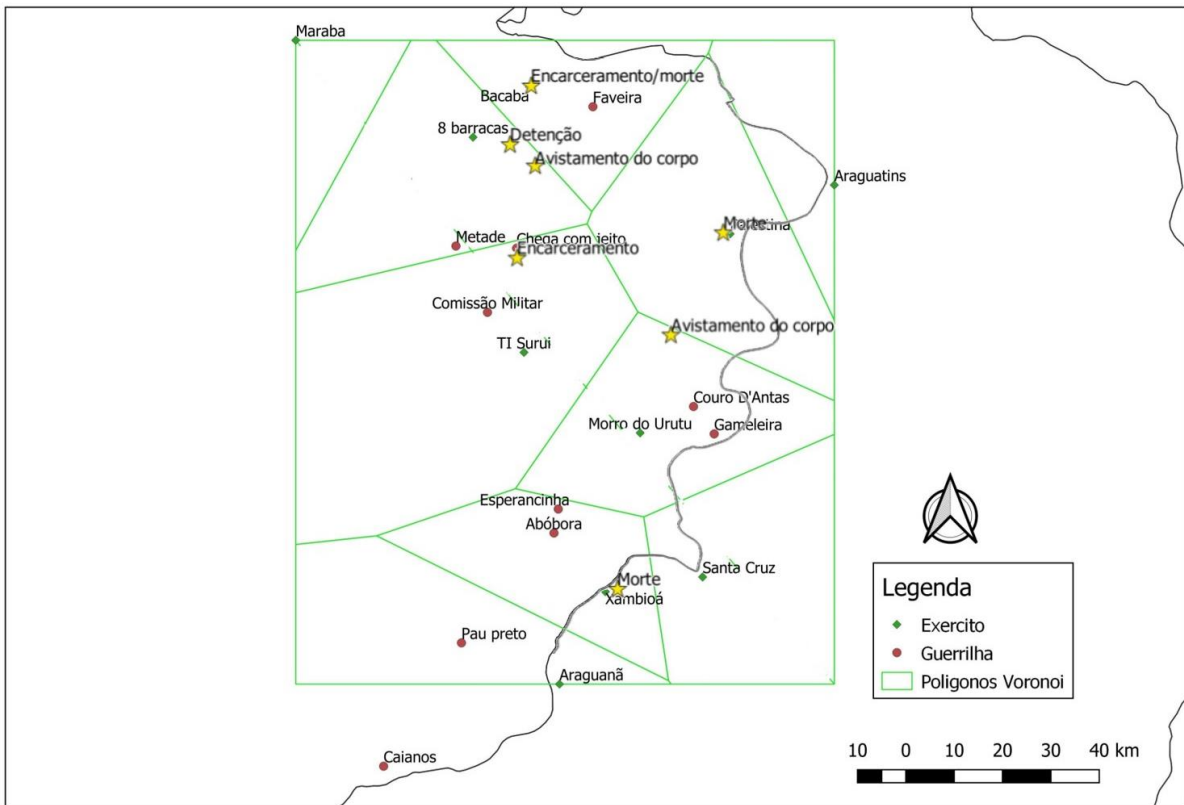


Figura 77. Espacialização de eventos relacionados ao guerrilheiro Duda (estrela amarela) sobrepondo as hipotéticas áreas de influência de casa base militar (polígonos Voronoi). (Produzido no QGIS)

No caso do guerrilheiro Simão, originalmente no destacamento B, os dados presentes na literatura são mais lineares, com um último avistamento vivo e um encarceramento, mas duas mortes, como no mapa da figura 78. Aqui, os eventos locais relacionados à morte caem na área de influência de Morro do Urutu e Palestina, com encarceramento na área de influência da base de Xambioá e de Marabá. Com exceção de áreas contíguas relacionadas à morte, entre as bases de Palestina e do Morro do Urutu, a distância entre os dois encarceramentos é relativamente extensa.

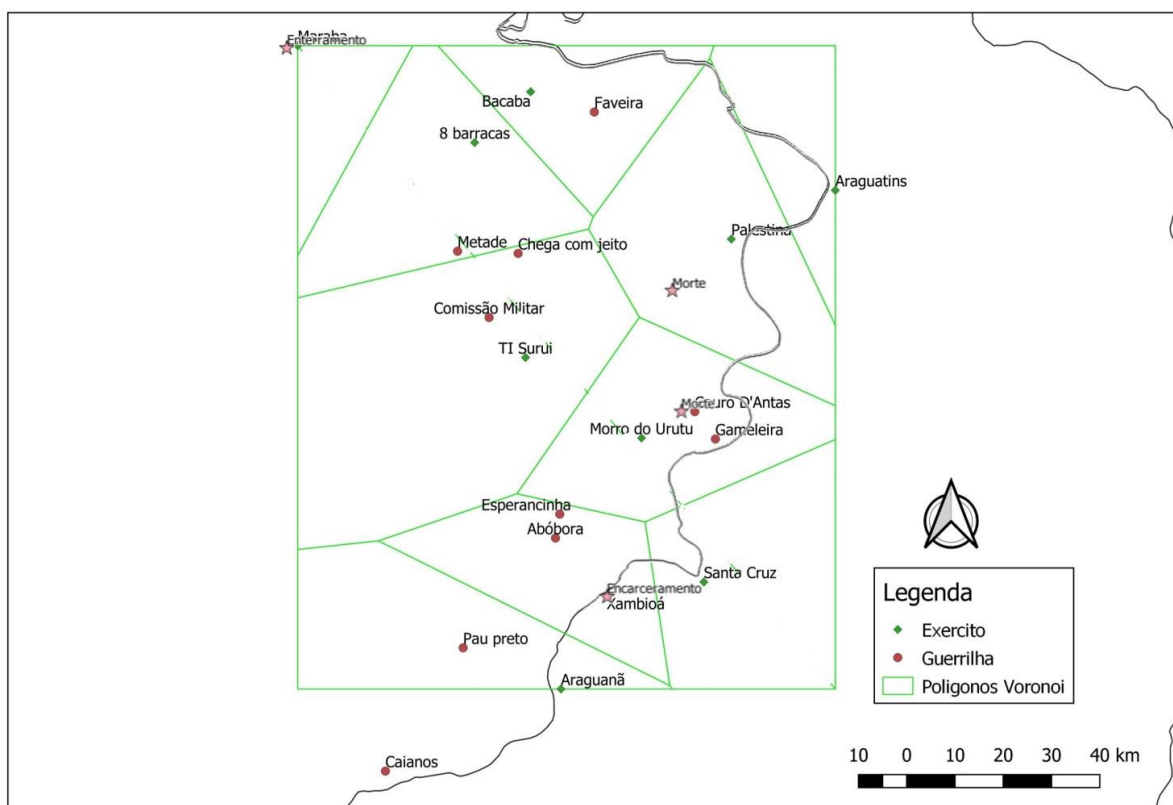


Figura 78. Espacialização de eventos relacionados ao guerrilheiro Simão (estrela rosa) sobrepondo as hipotéticas áreas de influência de casa base militar (polígonos Voronoi). (Produzido no QGIS)

Finalmente, a guerrilheira Elisa, originalmente no destacamento C, possui dois locais de detenção, três de encarceramento, dois de morte e dois de enterramento. No seu caso, há encarceramento e enterramento tanto na área de influência da base de Marabá como na de Xambioá, novamente espaços com distâncias consideráveis entre eles (Figura 79).

Dos três casos ilustrados acima, o guerrilheiro do destacamento A tem mais episódios ligados às bases que cercaram o território de ação do destacamento, apesar de que Xambioá também aparece como parte da trajetória de seu desaparecimento. No caso do guerrilheiro do B, os eventos estão mais localizados ao sul, também acompanhando o território do destacamento, apesar das informações sobre Marabá como parte do percurso de seu desaparecimento. E para a guerrilheira do C, assim como no caso anterior, os episódios concentram-se a sul da região, apesar de Marabá aparecer como ligado a eventos de seu desaparecimento. Se existem padrões como estes, é preciso espacializar todos os relatos, quando possível, já que esta escala permite a inferência de outros dados.

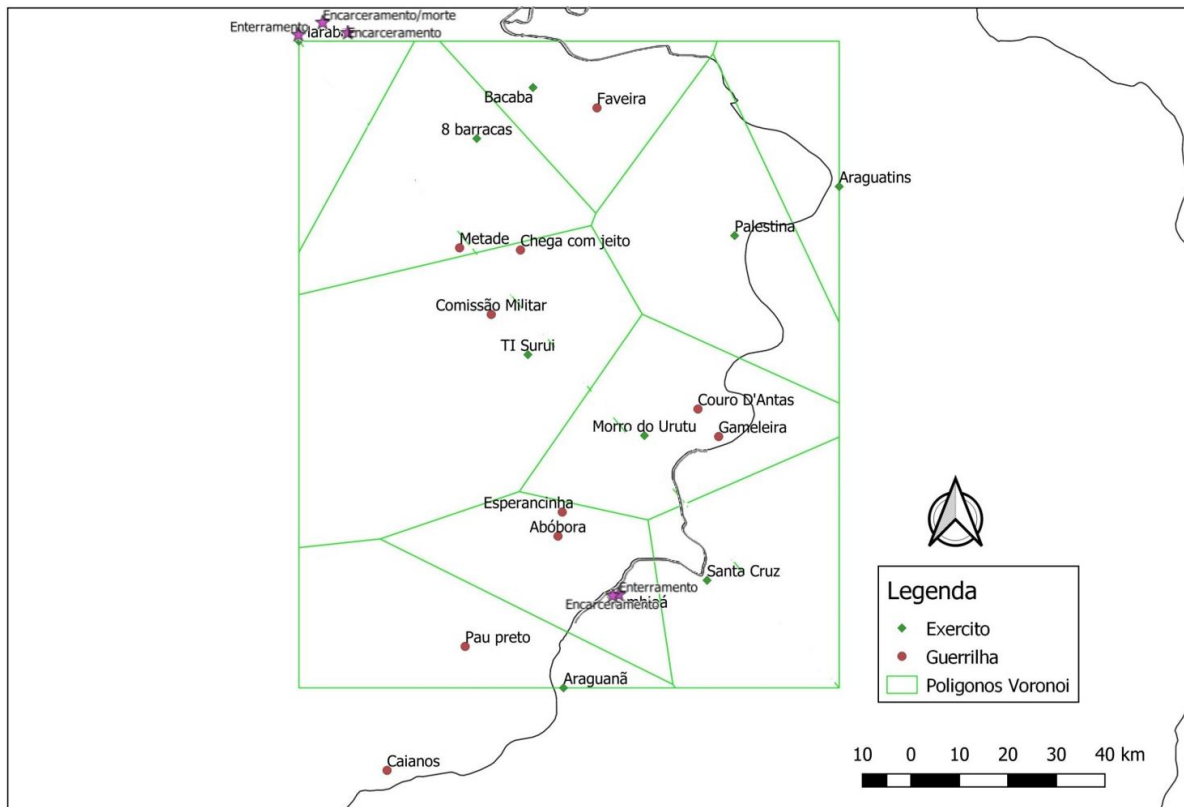


Figura 79. Espacialização de eventos relacionados à guerrilha Elisa (estrela roxa) sobrepondo as hipotéticas áreas de influência de casa base militar (polígonos Voronoi). (Produzido no QGIS)

A produção de mapas que sobreponham todos os eventos conhecidos em suas localizações aproximadas, mas relacionados aos polígonos de influência da cada base militar merecem um estudo específico específico que não será seguido para esta tese. Isto permitiria perceber possíveis padrões de distribuição espaciais de eventos (por exemplo, onde incidem, mas reatos de encarceramento, onde mais relatos de morte, etc., por polígono). Mesmo sem isto, parece ser importante considerar que a repressão utilizou o deslocar dos guerrilheiros para confundi-los e confundir quem quer que viesse depois procurando por eles. As diversas aparições dos guerrilheiros e de suas histórias na paisagem, mesmo que repetidas, devem ser consideradas sempre, porque não é possível saber claramente que dados são contrainformação, relacionados a deslocamento ou parte das dinâmicas de memória e esquecimento de cada um, além da dinâmica de nomes e codinomes, como mencionado anteriormente. Sempre é melhor incluir que excluir.

Por fim, somando-se todos os episódios e circunstâncias dos desaparecimentos e como se materializam neste espaço em diferentes escalas de exatidão, tem-se uma primeira ideia do que é a paisagem de terror do Bico do Papagaio, cheia de eventos violentos, de sofrimento e

de situações irresolutas por todas as partes. Uma vez que chamar a pessoa pelo nome narra o aparecimento (Borges, 2009: 14), a reativação da memória dos guerrilheiros e do contexto da repressão pela dimensão material dos eventos no espaço é o tiro pela culatra das estratégias de desaparecimento, já que, devido a permanente ausência daqueles que não estão, o que aconteceu ali não é esquecido, mesmo que se tente enterrar tudo.

5. Discussão

Com base no resultado das análises, as discussões serão orientadas para cinco pontos distintos, e inter-relacionados, que derivam do potencial da arqueologia para entender o contexto estudado assim como das consequências de sua ausência. A análise da cultura material encontrada nas bases militares possibilitou o mergulho em questões relacionadas à mobilidade espacial da guerrilha e às estratégias repressivas afetando seu abastecimento, marcado por diferenças tecnológicas que deram às Forças Armadas vantagens sobre os guerrilheiros na construção de uma infraestrutura repressiva que se sobrepôs à infraestrutura da resistência. Isto construiu uma paisagem de terror no Bico do Papagaio que é componente importante do entendimento de como os desaparecimentos ocorreram na região, da permanência material das consequências desta destruição e de “outras armas” que o regime usou para combater a guerra revolucionária (Guimarães, 2015).

5.1. Mobilidade espacial

Sem dúvida, a mobilidade é uma das características mais determinantes de uma guerrilha, junto de aspectos como a flexibilidade, os recursos humanos, a surpresa, o apelo moral, a adesão popular e o fato de que o tempo trabalha a seu favor, pois quanto mais lenta a repressão, mais força a guerrilha terá para angariar participantes, fortalecer-se no terreno e engajar-se com o ambiente (Ingold, 2004; Johnson, 1962; Taber, 2002; Thayer, 1963). Em *Guerra de guerrilhas*, de 1961 (Guevara, 2014), Che Guevara indica que a tática da guerrilha deve estar baseada no alerta, na mobilidade e no ataque, movendo-se rapidamente para evitar a detecção, associada à flexibilidade e à surpresa. Carlos Marighela, em *Manual do Guerrilheiro Urbano* (Marighela, 1969), também ressalta a importância da mobilidade e sua dependência dos objetos leves a serem carregados para permitir velocidade no deslocamento.

As implicações arqueológicas da alta mobilidade espacial são diversas: a baixa visibilidade e detectabilidade dos vestígios de grupos extremamente móveis, a dificuldade de entender seus padrões de deslocamento e, assim, de fazer predição sobre suas posições (as lógicas do movimento), sobre a construção de territórios e paisagens, e os desafios em entender detalhes sobre seu engajamento com o ambiente. Não são de hoje as reflexões sobre o impacto material do uso contínuo de espaços ou dos constantes retornos a um mesmo local (Binford, 1982; Politis, 1996; David, Lamb, & Kaiwari, 2014). No entanto, só recentemente estas reflexões adentraram a arqueologia histórica e do mundo contemporâneo, muito a partir do diálogo com a etnoarqueologia e a geografia urbana (Beaudry & Parno, 2013).

No caso em estudo, a mobilidade é a possibilidade que os guerrilheiros possuíam de ir de um local a outro no âmbito de uma lógica em que mover-se é resistir, é contra hegemônico e é um meio de garantir a existência, pela subsistência, pelo abastecimento, pela sociabilidade e pela manutenção de redes de apoio mútuo, ligados à liberdade de ir e vir e ao acesso à informação e comunicação. A mobilidade guerrilheira materializa lugares, hierarquizados e representados de acordo com suas táticas e em resposta às estratégias militares, concomitante ao experimento e ao engajamento com a paisagem, criando fluxos de conectividade (David, Lamb, & Kaiwari, 2014: 1179). As estratégias das Forças Armadas na região foram pensadas justamente para interromper as conectividades criadas no e pelo movimento, entendendo que a implosão das chances de abastecimento, comunicação e sociabilidade traria impactos diretos à resistência física da própria guerrilha, forçando-os a uma imobilidade perigosa e/ou a um extremo de movimento que também teve impacto no próprio imaginário sobre os eventos na região, com a construção de narrativas nas quais algumas pessoas começaram a aparecer em diversos lugares, rapidamente e, às vezes, concomitantemente.

Pensar a mobilidade espacial dos guerrilheiros na região demanda abordagens transescalares e a consideração dos desafios em torno da visibilidade, proporcionalidade e representatividade da materialidade de sua presença na paisagem (Beaudry, 2004, p. 256; Lima, 2014). Requer, portanto, o uso de métodos voltados à localização de vestígios de baixa visibilidade que permitem entender a diversidade das formas de ocupação. Um primeiro ponto, mais óbvio, é que as bases militares, em tese, têm uma visibilidade comparativamente muito mais alta do que as ocupações guerrilheiras, que tenderiam cada vez mais, ao longo da repressão, a expressarem-se como pontos (de abrigo, apoio, ocupação) em locais de mais difícil acesso e protegidos (como grutas e cavernas). Também porque, neste caso, os vestígios materiais estavam sendo utilizados pelas Forças Armadas como parte da investigação para localização de paradeiros e identificações. Era necessário desmaterializar os acampamentos para que não fossem deixados vestígios facilmente lidos pelos perseguidores.

As narrativas colhidas sobre a guerrilha na literatura indicam uma intensificação da mobilidade na região devido à repressão, com uma frequência cada vez mais alta de deslocamentos. Estes movimentos seguiram certa lógica e orientação, primeiro quanto à direção tomada, com a escolha de pontos seguros, e depois para fora destes espaços, considerando-se distâncias a serem percorridas, mais longas e/ou mais curtas e intensos trajetos, com mais limitações causadas pelo esgotamento físico e também pelo terror e medo, à medida que os fluxos de conectividade eram interceptados pelas Forças Armadas. As razões dos movimentos também se alteraram ao longo do tempo: se no começo estavam ligados ao

“convencimento das massas”, ao angariamento de participantes e à interação com a comunidade, em um segundo momento estiveram relacionadas ao resistir e, então, ao fugir e sobreviver (Close, 2000). Sem dúvida, a mobilidade foi parte fulcral da construção da identidade da guerrilha como grupo e em sua representação como “povo da mata”, ocupando as áreas menos habitadas, mais florestadas e deslocando-se de modo discreto e silencioso (Pooley, Turnbull, Adams, 2005: 4; Beaudry, Parno, 2013).

É de fato bastante complicado cartografar o espaço da guerrilha e o movimento dos guerrilheiros de modo linear, em especial pela hipermobilidade necessária frente ao estrangulamento pela repressão, o que tem profundo impacto na obtenção de informações que relacionam tempo-espaço e paradeiro. Ocupando mais e mais o interior das áreas florestadas, longe da visão de muitos, dando a impressão de serem vistos em vários lugares ao mesmo tempo, lado a lado à prática de uso de codinomes para confundir a repressão e preservar suas identidades, somando-se o simbolismo dos eventos ali ocorridos, relacionados às incertezas do desaparecer e a grandes tabus como o da morte e da dessacralização de corpos, tudo isso se expressou nas formas como os moradores locais entenderam e reagiram à violência que os assolou.

O uso dos polígonos Voronoi para pensar a construção da paisagem militar e da paisagem guerrilheira no Bico do Papagaio e o estudo das conectividades entre as áreas ocupadas por ambos indica a tentativa das Forças Armadas em interceptar o movimento dos guerrilheiros, cientes que deveriam reduzir as possibilidades de mobilidade da guerrilha para frear o crescente aprofundamento de seu conhecimento sobre o ambiente e a intensificação dos laços com o campesinato. As Forças Armadas tinham ciência de que a interceptação dos movimentos serviria não apenas para a captura, mas também para criar toda uma teia que afetaria diretamente a mobilidade espacial não apenas em sua dimensão física, mas no que tem de informacional, no sentido de que se deslocar é comunicar. A mobilidade da guerrilha estava associada à comunicação como forma de mover informação de um local a outro, produzindo sentido, subjetividade e espacialização (Lemos, 2009).

A mobilidade guerrilheira era imprescindível para o estabelecimento e manutenção de relações sociais e de amizade as quais permitiam a troca e o acesso à certa quantidade de informação e bens, entre habitantes e guerrilheiros e entre os destacamentos guerrilheiros, funcionando como uma rede segura a ser acionada em momentos de escassez, necessidade e estresse (Whallon, 2006: 1-3). No âmbito de guerrilhas, os laços sociais criam redes de contatos e abrem possibilidade a maiores chances de sobrevivência em momentos críticos, inclusive dando suporte a movimentos limitados por razões de segurança, como o

deslocamento por vias de circulação perigosas entre duas áreas relativamente seguras. O diário de Maurício Grabois traz inúmeros exemplos condizentes com essa tática, como quando descreve que “qualquer tentativa de se aproximar das casas de elementos das massas [áreas seguras] esbarrava com a vigilância dos milicos que estavam emboscados nas estradas, piques e capoeiras [áreas inseguras]” (Grabois, 1979: 69).

Quando saindo de locais inseguros para locais seguros, as pessoas precisam ter certeza de que serão recebidas positivamente, já que encontrar hostilidade ou recusa de acesso seria o mesmo que ter permanecido no local de origem ou decidir mover-se a uma área insegura. São correntes exemplos de como as Forças Armadas investiram na quebra de laços e na incerteza como parte da estratégia de repressão, tornando locais seguros inseguros e atraindo os guerrilheiros para armadilhas utilizando sua própria rede de apoio.

Recorrem os relatos que relacionam o mover-se à obtenção de víveres em locais antes conhecidos, mas que se tornaram pontos de possível captura e de insegurança constante para os guerrilheiros, frente às campanhas militares que buscaram estratégias de destruição da confiança estabelecida. Estas se baseavam na organização de ações de caráter assistencialista para ganhar a simpatia da população e, como contrapartida, isolar os guerrilheiros, quebrando e danificando a ligação entre militantes e comunidades e afetando, assim, toda a rede de apoio e afeto local (Amorim, 2014: 24).

A obtenção da simpatia também se baseava no suporte forçado frente ao terror e ao medo, já que o governo investia em algumas ações de infraestrutura, as ACISO, ao mesmo tempo em que ocupada, expulsava, queimava, prendia, torturava e matava os moradores locais. A implantação das bases militares correu paralela à infiltração de agentes que difamavam os guerrilheiros em conversas cotidianas ou oficialmente, à distribuição de panfletos e cartas difamatórias, às ameaças de morte e violência física, introduzindo a noção de “terrorista” e invertendo a real fonte do terror (Campos Filho, 2012: 61).

Proliferam também exemplos de como as áreas seguras foram utilizadas pela estratégia militar para prever os locais de paragem e destino dos guerrilheiros. Assassinatos e capturas de combatentes em “casas de pessoas da massa que os entregaram à reação” (Grabois, 1979: 34) durante a tentativa de obtenção de viveres básicos, como comida e remédio, foram comuns. Uma vez mapeada a rede de apoio dos guerrilheiros, o Exército utilizava os lugares seguros como armadilhas. A captura de Beto (Lúcio Petit da Silva), Antônio (Antônio Ferreira Pinto) e Valdir (Uirassu de Assis Batista), em abril de 1974, por exemplo, está relacionada à tentativa de conseguir um pouco de sal na casa de Manezinho das Duas (SEDH/CEMDP, 2007: 252).

Fica claro, na análise dessa paisagem, que os usos do espaço pela guerrilha eram bastante complexos, incluindo assentamentos com função residencial e logística, em locais de curto período de ocupação, mas reincidentes (os pontos de apoio), além daqueles de uso único e exótico (os esconderijos durante a repressão, como as cavernas), e dos de uso prolongado e cotidiano (suas casas, sítios e bases). Quanto mais a repressão se intensificava, mais se intensificava a mobilidade da guerrilha, organizados em grandes grupos no começo e gradualmente reduzidos até que algumas pessoas ficaram completamente sós. A exemplo, o relato no qual Jaime “estava todo doente, esbagaçado, sofrido, magro, velho, acabado, barbudo, com as pernas feridas de ‘lecho’. Estava vivendo numa cabaninha. Tinha um foguinho, com uma lata m cima dos gravetos. Estava cozinhando milho com sal” (Nossa, 2012: 180). Ou de Osvaldão, que em alguns relatos foi encontrado, magro e com fome, sentado sozinho na entrada de uma caverna por um mateiro que, antes de qualquer reação do guerrilheiro, atirou (SEDH/CEMDP, 2007: 250; Morais, Silva, 2005).

A repressão pressionou a guerrilha a alcançar extremos de hipermobilidade e de imobilidade, sendo a primeira forçada e relacionada, cada vez mais, à fuga e a tentativa de sobrevivência, enquanto a segunda, às prisões, mortes e à completa cessação do movimento. Apesar da mobilidade ser parte do que é uma guerrilha, como no relato que descreve o processo de aprendizado do guerrilheiro Flávio a deslocar-se na floresta, conhecedor exímio, depois de algum tempo, da Serra das Andorinhas, seus rios, grotas e trilhas, cruzando trechos de 20 quilômetros sem se perder (Morais, Silva, 2005: 98), os extremos de intensidade de movimento que tiveram que ser adotados não vieram sem tensões, estresses e consequências. À guerrilheira Chica é associado o relato que conta que mesmo com os treinamentos de tiro, deslocamentos através do campo e sobrevivência, “era péssima nos deslocamentos, onde perdia noção de orientação” (SEDH/CEMDP, 2007).

No caso da guerrilha do Araguaia, a hipermobilidade não pode ser vista como normalidade, como o apego ao lugar como exceção (Salazaar & Smart, 2012: 2), pois a intensificação do movimento esteve diretamente ligada às estratégias de repressão das Forças Armadas. A repressão descomunal também foi parte dos fatores que impulsionaram os membros do PCdoB a formarem a guerrilha naquele momento e, assim, a moverem-se cada vez mais, obrigando-os à exaustão física e psicológica (Perlman, 1985). São claros os benefícios da mobilidade, mas os custos da hipermobilidade forçada foram bastante altos, como a falta de comida e as maiores chances de interceptações a qualquer momento, expondo os guerrilheiros à constantes perigos, doenças, à fauna amazônica, ao clima, quebrados os

vínculos de apoio das comunidades envoltórias e dificultando o estabelecimento de novos, acarretando na falta de informações, em insegurança, incerteza, medo e terror.

Aprender a cartografia da resistência guerrilheira foi imprescindível para que as Forças Armadas controlassem a paisagem, interceptando os vetores de movimento e, logo, bloqueando fisicamente o deslocamento dos guerrilheiros junto das possibilidades de abastecimento e acesso à informação. A interceptação da guerrilha requeria que sua paisagem fosse cartografada na tentativa de prever seus movimentos, destruindo os pontos de apoio e os laços de sociabilidade e, com sorte, encontrando os próprios guerrilheiros. O estabelecimento da paisagem repressiva foi baseado nesta cartografia, como também indicam relatos como o da prisão de Paulo Paquetá (Antônio de Pádua Costa), ocorrida na casa do morador Antônio Almeida (um antigo lugar seguro). Paulo Paquetá teria sido obrigado a andar com o Exército diversas vezes pela mata, em busca dos depósitos de suprimentos (Morais, Silva, 2005), em uma dinâmica de mapeamento forçado.

Certamente, o uso dos guias e a captura de combatentes e membros das redes de apoio davam também foco a trilhas, caminhos e estradas. Sem dúvida, estes são um dos maiores vestígios materiais da mobilidade, negativos do movimento, vias de circulação reincidentemente utilizadas e por isso de mais fácil detecção. Obviamente, estradas e ruas têm maior visibilidade que caminhos e picadas, compondo duas cartografias sobrepostas – a oficial e a alternativa. Se as estradas e rodovias são os vestígios materiais com mais alta visibilidade e que denotam a necessidade de movimento das forças repressivas, rasgando o território guerrilheiro com novas, largas e projetadas vias (haja visto a Transamazônica e a BR-153, por exemplo), a contra-cartografia guerrilheira é marcada pela baixa visibilidade da materialidade do movimento camponês, utilizando caminhos e picadas, alguns mais conhecidos que outros, mais em geral bastante discretos. A obtenção da informação sobre estas rotas demandaria grande minúcia na escala local e ações por parte da repressão que resultassem na obtenção de dados (pelas mais diversas e nefastas técnicas para interrogatórios) de pessoas que faziam parte da rede de segurança dos militantes e que, portanto, teriam acesso a este conhecimento, a fim de produzir predições acuradas.

Neste sentido, o caminhar a pé pelos caminhos, trilhas e picadas, fora das estradas oficiais ou reconhecidas, não mapeados e longe do jugo do Estado, caracterizou formas, indiretas e inconscientes, de resistência ao domínio e ao controle do movimento no Bico do Papagaio. Qualquer um que consulta a cartografia contemporânea da região percebe que a grande maioria das vias de circulação, na micro e média escala, não está registrada. Mapas e mapeamentos entram, aqui, como parte dos discursos de poder que marginalizam e ignoram

toda uma rede de circulação ativa e dinâmica que burla as vias oficiais e que, portanto, permite uma série de movimentos que passam despercebidos, desconhecidos e ubíquos. Recentemente, alguns dos mapas produzidos pelas Forças Armadas, exemplo de sua preocupação espacial, foram publicados (Corrêa, 2013: 254). Sabe-se igualmente das práticas guerrilheiras de “pesquisas de terreno e elaboração de ‘croquis’” (Grabois, 1979), mas estes nunca foram vistos.

Os efeitos dos trabalhos de inteligência do Exército (as operações) para o mapeamento de paisagem e movimentos podem ser observados nos grafos do capítulo 4.3., os quais mostram como a paisagem militar se sobrepôs à paisagem guerrilheira de modo que as ligações entre as bases militares interceptavam as ligações entre os lugares guerrilheiros, seja de modo paralelo, correndo junto, ou oblíquo e transversal. Interceptavam-se, assim, fluxos de movimento.

A interceptação de fluxos de movimento cortou acesso à destinos conhecidos e a lugares com os quais relações foram estabelecidas, inclusive afetivas, resultando no enfraquecimento dos laços de apoio mútuo e, assim, das possibilidades de abastecimento e de obtenção de viveres para subsistência. A repressão empurrava os guerrilheiros para destinos incertos, nos quais todo local era arriscado, gerando incertezas que aterrorizavam pelo medo ao instigarem a desconfiança dos laços pessoais, o temor das rotas conhecidas, a dúvida quanto às rotas desconhecidas, e o não-saber e predizer de operadores lógicos à mobilidade, como suas consequências, condições, finalidades e tempo.

5.2. Sistemas de abastecimento

O diário de Maurício Grabois reafirma que a tática da guerrilha deveria consistir, dentre outros aspectos, na garantia de auto-abastecimento, uma contrapartida do angariamento de apoiadores da causa que implicava em uma grande mobilidade a fim prestar visitas “a todas as casas de camponeses” (1979). O resultado da tática seria o de desenvolver um sistema de depósitos de abastecimento que permitiria suprimento de mercadorias (Guevara, 2014: 105-106) (que incluía os pontos de apoio ou PAs) e criar uma rede de fornecedores (camponeses e sítios com quem se poderia contar: “camponeses amigos” como chamou Che Guevara em *Guerra de Guerrilha*), considerando-se que o inimigo, em áreas “selvagens”, poderia facilmente encapsular e ferir o fluxo de abastecimento da guerrilha. O abastecimento foi um dos fatores chave na preparação das bases guerrilheiras, planejando-se a provisão de

mantimentos através de variados pontos na mata e nas grotas (Campos Filho, 2012: 129). O próprio Grabois, no Diário (1979), chamou este aspecto de “problema do abastecimento”.

Vale lembrar que o conhecimento estratégico está intimamente ligado à questão do abastecimento militar: seja para a manutenção diária dos combatentes seja como parte do conhecimento necessário para derrotá-los. Criar dificuldades de abastecimento e desbalanços em termos de superioridade entre as partes são manobras cruciais para reprimir e vencer o inimigo por enfraquecimento, físico e psicológico (Passmore, Harrison, Tunwell, 2014: 1281). Para os guerrilheiros, este sistema dependeria de alimentos por eles mesmos obtidos (caça e coleta), de alimentos produzidos por outros (adquiridos pelos camponeses) e daqueles produzidos industrialmente (mais raros). Poucos, todavia, abordaram a importância da compreensão da logística e dos sistemas de abastecimento que compõem a paisagem repressiva no Bico do Papagaio como parte do olhar que as pesquisas preliminares podem dar à detecção dos locais de ocupação guerrilheira, provavelmente diferentes, em termos materiais, daqueles do Exército (Passmore, Tunwell, Harrison, 2013: 167).

Sem dúvida, os vestígios encontrados nas bases militares analisadas aqui materializam o sistema de abastecimento das Forças Armadas e seu acesso a mercadorias substanciais, como alimentos e medicamentos (e algumas mais supérfluas), que são evidências do desbalanço em termos de acesso a viveres básicos para subsistência se comparado ao que se sabe para a guerrilha. A questão do abastecimento no âmbito da repressão à guerrilha do Araguaia é ampla: relaciona-se à liberdade de seus movimentos que, além de trazerem informações e permitirem o encontro físico de pessoas, traziam coisas.

O investimento pesado em estradas e em outras vias de circulação, como o transporte aéreo, permitia às Forças Armadas o acesso a bens que os guerrilheiros não obteriam com facilidade. Somada à necessidade de mover-se cada vez mais e com maior frequência, o que demandaria aparatos leves o suficiente para serem carregados sem prejudicar o deslocamento, a robustez das bases militares e da cultura material nelas presente demonstra que os planos militares de cortar o cordão que permitia a alimentação e a saúde básica daqueles que se opuseram ao sistema era estrategicamente importante para a captura, o desaparecimento e o extermínio da guerrilha. A mudança demográfica acarretada pela presença dos militares e dos guerrilheiros (estes em muito menor escala) gerou uma demanda antes desconhecida por produção e consumo para seu abastecimento. A necessidade de outros bens, forâneos à região, também influenciou a abertura da rede de estradas e o uso de meios de transportes que permitiriam trazer até os soldados o que lhes era necessário.

Recorrem na literatura exemplos de como as cidades e povoados da região entraram em crises de abastecimento, como os relatos de quando em Xambioá faltou pão e carne para a população devido à alta demanda por víveres por parte dos militares, já que o Bico do Papagaio não possuía estrutura para sustentar grandes contingentes populacionais como o das tropas (Morais, Silva, 2005: 319). Enquanto o Exército certamente obteria com maior rapidez e facilidade o que necessitava, como armamentos, roupas, remédios, alimentos não perecíveis e serviços, como os médicos, dado o controle das vias de circulação oficiais e a possibilidade do uso de meios de transporte como carros, caminhões, helicópteros e lanchas, os guerrilheiros enfrentavam constantes dificuldades de abastecimento, sofrendo com a insuficiência de armamentos e munições, remédios e comidas (Morais, Silva, 2005: 82), o que os deixava cada vez mais vulneráveis ao controle e repressão do Estado.

Como já mencionado, existe uma grande relação entre repressão, abastecimento e quebra de confiança que impacta trocas, incluindo as comerciais (Rohner, Thoenig, & Zilibotti, 2013; Ajdukovic & Corkalo, 2004). São comuns os relatos de operações conjuntas entre Exército, Aeronáutica, Marinha e Polícia Militar do Pará que resultaram no ataque surpresa à antigos moradores da região os quais, além de presos, tiveram suas casas queimadas e seus depósitos de arroz e cereais destruídos, ou na captura de moradores e combatentes que foram obrigados a guiar as Forças Armadas pela mata em busca dos depósitos de suprimento guerrilheiro (Grabois, 1979; Moraes, Silva, 2005). Muitos camponeses foram presos sob acusação de fornecer arroz, carne ou farinha ao “povo da mata”. A recorrência de ações semelhantes minava a guerrilha e aterrorizavam a população (Nossa, 2012: 125). A operação Marajoara, por exemplo, teria resultado na destruição de mais de 70% dos estoques de suprimento da resistência (Morais, Silva, 2005: 476).

O acervo resultante das escavações nas bases militares é obviamente ligado as possibilidades de abastecimento das Forças Armadas e seu acesso a determinadas mercadorias. A estratégia de interceptação militar esteve baseada no estrangulamento da guerrilha, forçando os guerrilheiros a extremos de movimento, imobilidade, fome e falta generalizada de víveres.

Como era de se esperar e como já demonstrado para outros contextos de presença militar durante conflito armado e estratégias repressivas, como o franquista na Espanha (Gonzalez-Ruibal, 2008), a maioria dos materiais encontrados pertencem aos universos da higiene e farmácia, da alimentação e dos armamentos e materiais bélicos, considerando que é bastante comum que estruturas sejam feitas de terra e outros materiais orgânicos, ou reaproveitando estruturas pré-existentes, o que adiciona outras camadas aos graus de

clandestinidade. A diferença entre a cultura material da repressão e a dos guerrilheiros certamente baseia-se na diversidade ao acesso a certas coisas, sua frequência, recorrência e quantidade em relação à capacidade dos sistemas estabelecidos em ter acesso à bens que sustentam a eficiência do desempenho da repressão e da resistência, ligado às possibilidades de um fluxo de abastecimento constante e da introdução de itens de vanguarda, inovações tecnológicas difíceis de serem acessadas sem o suporte do Estado. Isto fica claro em itens contendo marcas da moda, como os tênis Bamba, utilizados pelo Exército à paisana em estratégia para mimetizar a população civil (Morais, Silva, 2005: 450), os diversos objetos plásticos recém introduzidos no país, como as seringas para injeção, e as armas como o FN FAL.

O Diário de Maurício Grabois indica, com frequência, a dificuldade dos guerrilheiros em obter comida à medida que se intensificava a repressão, separavam-se os membros dos destacamentos e aumentava-se a mobilidade. Acima, comentei como isto estava ligado às interceptações de movimento que cortaram o ir e vir necessário à obtenção de determinados bens. A literatura mostra exemplos de como comida e alguns outros bens eram encontrados nas casas dos camponeses amigos, deixando claro que durante os deslocamentos e isolamento na mata, os alimentos não-perecíveis, quando disponíveis, eram coletados nos pontos de apoio, além de carregados nas mochilas. No relatório de Ângelo Arroyo (1980), o guerrilheiro Aparício “saiu para caçar e se perdeu. Procurou a casa de um morador chamado Peri, por onde sabia que os demais iam passar. Lá ficou à espera. O dono da casa onde se refugiou levou-o para um barranco no mato, próximo à casa. Ali lhe serviam a comida. Dias depois, apareceu o Exército e travou tiroteio com Aparício”.

A tabela 104 sintetiza dados retirados do Diário referente a alimentos, organizados com base em uma tabela nutricional (Philippi, Latterza, Cruz, & Ribeiro, 1999). Há uma frequência mais alta de carne de caça, em especial de macacos e jabutis, seguida de menções a milho, farinha e castanhas, transportados em sacos e latas (de querosene), além de sal, café e canela em menor frequência: uma dieta baseada em carnes, frutas e legumes. Vale lembrar que a ausência de registros escritos sobre determinada coisa não indica que não foi usada e talvez se refira a vazios necessários relacionados a tornar certas informações secretas (Geselowitz, 1993: 234).

Energéticos	Reguladores		Construtores			Energéticos extras	
Arroz, pão, massa, mandioca, batata	Verduras e legumes	Frutas	Leite, queijo, Iogurte	Carnes, peixes e ovos	Feijões e oleaginosas	Óleos e gorduras	Açúcares e doces
Arroz, milho, farinha, aveia, puba	Abobora, pepino, alho, cebola, pimenta	Banana (da terra, maçã), mamão, bacaba, caju, cajá	Requeijão, leite em pó, leite	Ovos (galinha, cobra, jabuti), jabuti (jabotas e carumbés), macacos (prego, guariba, tona, gorgo), porcos selvagens (caititu, porcão), cotia, veado, anta, aves (mutum), paca, tatu, cobra (surucucu), peixes (filhote e sardinha em lata)	Feijão, fava, castanha, nozes, amêndoa	Óleo de soja	Melaço, leite condensado, rapadura, marmelada

Tabela 106. Alimentos dos guerrilheiros mencionados no Diário de Maurício Graboís

São comuns os relatos que ressaltam a falta e a escassez, seja de comida seja de outros bens: “acabou-se o milho e restam 7 litros de farinha. O que vem salvando a situação é a castanha e o jabuti. Na última etapa da viagem catamos duas latas de amêndoas, e durante o deslocamento da área do DC [Destacamento C] para a área do DA [Destacamento A], onde nos encontramos, no curso de 24 dias, apanhamos cerca de 150 jabutis” (Graboís, 1979: 150). Ou “acabaram-se as balas calibre .22 trazidas pelo Zezinho. Não podemos caçar com .20. Deste modo, entraremos no regime de abstinência forçada de carne. Ari acaba de construir uma arapuca. Vamos ver se pega alguma coisa” (Graboís, 1979: 54). Ou, ainda, “nosso estoque de comida está quase reduzido a nada. Acabou-se a farinha, o milho (do qual se faz fubá) e o arroz. Dispomos unicamente de carne para alguns dias, três latas pequenas de leite em pó e dois pacotes de maizena. Para o guerrilheiro, carente de frutas, o caju de janeiro e o cajá são um achado” (Graboís, 1979: 86).

A tabela 105 sintetiza os artefatos encontrados nas bases militares, que indicam que os militares tinham acesso à diversos produtos industrializados, não perecíveis e de maior durabilidade (como os enlatados e ensacados). Uma vez que sistemas de abastecimento militar tendem à estandardização (Kehne, 2011), parte da meta das Forças Armadas de disciplinarização dos soldados, certamente as mercadorias que formam a cultura material de repressores e resistentes se distinguia com base no acesso diferencia dos guerrilheiros a produtos industrializados e a inovações típicas do período, que demandariam a compra em áreas mais urbanizadas ou melhor conectadas com vias de circulação, muitos originados dos

parques industriais da região Sudeste do país e inexistentes no Bico do Papagaio. Enquanto os guerrilheiros mantinham uma subsistência baseada na troca, caça e coleta, os militares obtinham sua dieta básica através do próprio sistema de abastecimento do Exército (além de compras em Xambioá e de extorsões). Por outro lado, a presença dos enlatados e produtos industrializados na base do morro do Urutu não só a conecta à base de Xambioá como sugere o investimento das Forças Armadas na manutenção do seu efetivo pela recorrência e presença de artefatos semelhantes (vale acrescentar as baterias) como extensão de seu sistema de abastecimento a locais mais distantes.

Minimamente processados	Processados	Ultra processados
Açúcar, sal, mate, farinhas (semolina, amido de milho), mel	Frutas secas, óleos vegetais, geleia, conservas finas, sardinha em lata, carne em lata, extrato de tomate, café solúvel,	Biscoitos recheados, bolachas água e sal, bala, refrigerantes, sopas de saquinho, suco em pó, margarina, maionese, molho de pimenta

Tabela 107. Alimentos das bases militares escavadas segundo os vestígios coletados.

Poucos resíduos de alimentação que sugeririam comida feita na própria base foram encontrados, conhecida a decomposição de materiais orgânicos, já que arroz, feijão e carnes enlatadas deixariam poucos resíduos para além de suas embalagens. Poucos ossos foram localizados, todos relacionados à fauna⁹: 73 peças, concentradas nas cavidades 1 (44 fragmentos) e 12 (18 fragmentos), com presença bastante reduzida em outras (2, 3, 10 e 11). As tabelas acima sugerem que uma parte da comida nas bases militares chegava pronta ou semi-pronta, como os molhos de tomate (Peixe, Hero e Cica nas cavidades 1, 3, 10 e 12 da base de Xambioá e na cavidade 4 na base do Morro do Urutu).

Esta produção de comida liga-se às referências ao regime de servidão a que eram submetidos camponeses detidos, os quais tomavam conta do rancho (cozinha) e da limpeza. Os relatos sobre a base de Xambioá também indicam a presença do álcool, apesar de sua proibição oficial pelas Forças Armadas (Morais, Silva, 2005: 494). De fato, foram encontrados fragmentos de latas de cerveja (cavidades 8, 9, 10, 11, 12 e 13) que parecem corresponder ao menos a 54 latas, e de garrafas de vinho e uísque (cavidades 1, 8, 10 e 13), tanto em superfície como nas cavidades. Quanto aos últimos, ao menos duas garrafas têm inscrição relacionada a vinho Argentino (no fundo da base com a inscrição “BOT INDÚSTRIA ARGENTINA; 9; C; 1000 ml”), apesar de que 88 fragmentos são de coloração

⁹ Analisados pelo zoológico Anderson Rogério de Oliveira Tognoli.

verde como em tons de garrafa de vinho tinto (cavidades 1, 2, 8, 10, 12, 13). Quanto aos whiskies, ao menos 6 garrafas (cavidades 8 e 13) com inscrições como “Whisky com malte escocês, cereais nacionais, envelhecido por; Drury's; Rua Diniz Tavares nº 87, São Paulo... 1000 ml Indústria Brasileira”, “100% Whisky”, “White Horse (whisky) ” ou “Drury's” e ao menos 19 fragmentos de dosadores que se assemelham aos de garrafas de cachaça (cavidades 8 e sobretudo 10).

Também é clara a presença de alimentos de maior durabilidade, como grãos, sal, açúcar e produtos enlatados, o que oferece vantagem já que a comida que não se degrada permite o sustento por mais tempo. É evidente que mesmo com a existência de um sistema de abastecimento com a obtenção de suprimentos determinada por alguns princípios oficiais gerais, como é comum em instituições militares (Funari & Garrafoli, 2006), havia liberdade para comprar algumas coisas na cidade como indicam alguns dos produtos únicos que fogem aos padrões (como uma embalagem de sabonete Phebo, por exemplo). Muitas inovações em termos de mercadorias devem ter sido introduzidas pelo sistema de abastecimento, todavia, já que impunha aos soldados alguns produtos (como deve ter sido o caso das latas de sardinha e outros enlatados).

No que concerne ao universo da higiene e farmácia, é difícil saber quais eram os remédios utilizados pela guerrilha e o Diário não apresenta maiores especificações do que “remédios” e “medicamentos”. As possibilidades de cura e de atendimento médico são primordiais em qualquer situação de conflito e uma das formas e estratégias mais comuns de combate ao inimigo é a restrição (e até eliminação) das possibilidades de manter-se saudável e de curar-se.

Os conflitos e repressões modernos têm cada vez mais atacado estruturas e pessoal da área da saúde já que o impacto é grande, duradouro e afeta todo um grupo de modo indireto e sem o uso de armas (Ghobarah, Huth, & Russet, 2004). No contexto estudado, a repressão conseguiria não apenas debilitar os guerrilheiros através da alimentação à uma dieta mínima, mas do prolongamento das enfermidades decorrentes da falta de remédios, medicamentos e médicos. Ao mesmo tempo, a restrição de sua mobilidade espacial e o estrangulamento das possibilidades de movimento traziam a impossibilidade de acesso a farmácias e aos poucos postos de saúde e hospitais da região, parte da estrutura do Estado e que contavam com a presença de agentes infiltrados. Isto foi acompanhado pela apreensão e destruição de muitos pontos de apoio que continham medicamentos (Morais, Silva, 2005: 68).

A tabela 106 enumera os medicamentos encontrados na base de Xambioá e do morro do Urutu com base nos fragmentos das embalagens que continham informações sobre seus

nomes de mercado, composição e classificação farmacoterapêutica (MS, 2009). Fica clara a recorrência de remédios para malária, alergias, dores, problemas gastrointestinais e complementos nutricionais.

Nome de mercado	Composição	Classificação farmacoterapêutica
...pilac		Antiácido e antiulcerosos
Trissil		Antibacteriano
Alergistamine		Anti-histamínico
Amprosyl		Antiflatulentos e absorventes
Anador		Anestésico
		Antiviral
Aralen		Antiviral
Aniria		Antianêmico
Baralgin		Anestésico
	Cloranfenicol levogira tetraciclina	Antibacteriano
	Complexo B	Vitaminais e sais minerais
Dorflex		Anestésico
Euroflex		Relaxante muscular
Fansidar		Antiviral
Funcidal		Antifúngico
Furilden		
Kolantyl		Antiácido e antiulcerosos
Lisador		Anestésico
Metiocolin B12		Vitaminais e sais minerais
Morfina		Anestésico
Nasaer	Solução de cloreto de sódio nasal	Afecções otorrinolaringológicas
Novalgina		Anestésico
Ornitargin		Nutrição parentérica
Oto-xilodase		Anti-inflamatório
Parenzyme		Anestésico
	Penicilina	Antibacteriano
Tetrex		Antibacteriano
Tromazin		Antibacteriano
	Vitamina B1	Vitaminais e sais minerais
	Vitamina C	Vitaminais e sais minerais
Glicose 25%		Vitaminais e sais minerais
Alka Seltzer		Corretivo de equilíbrio ácido-base
Clinador		Anti-inflamatório
Pantelmin Mebendazol		Anti-parasitário
Eno		Antiácido
Lacto-purga		Laxante
Atensina		Anti-hipertensores
Lepeal		

Magnezia Bisurada		Antiácido e antiulcerosos
Plasil		Procinéticos
Polaronil		Anti-histamínico
Sonrisal		Corretivo de equilíbrio ácido-base
Lisador		Anestésico
Lipeman		
Pasuma		Anti-fadiga
Penti...		Antiácido e antiulcerosos

Tabela 108. Nome de mercado, composição e classificação farmacoterapêutica dos remédios das bases militares escavadas segundo os vestígios coletados.

A literatura traz inúmeras referências a enfermidades endêmicas na região, como a malária e a leishmaniose (o “leicho”), a qual atacava severamente os combatentes das FF GG: “Grande é o número de infectados e o nosso estoque de Glucantine é pequeno” (Grabois, 1979: 76). Estão relacionadas a elas as narrativas dos guerrilheiros cada vez mais doentes e com cada vez menos acesso aos remédios. Proliferam os vetores como mosquitos, carrapatos, moscas varejeiras, contra os quais o Exército não só usava telas de nylon (cavidade 1) como repelentes (“insect repellent type 114, Airosol Company Inc”, nas cavidades 2 e 8) que podem estar associados a alguns dos aerossóis encontrados (27 peças).

Muitos dos remédios, como antigripais, glicose à 25%, nasaer, vitaminas C, B1 e B12 eram produzidos pelo Centro de Medicamentos do Exército (CEME) através tanto do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFE) como da Aeronáutica (LAQFA). Os laboratórios abasteciam os efetivos com medicamentos e materiais de uso hospitalar necessários (as gazes, por exemplo) para uso das unidades de saúde e corpos de tropa (MD, 2018) como importante componente desse sistema de abastecimento.

Vale ressaltar, ainda, a presença das amostras grátis dentre os remédios na base de Xambioá, mais um indicador da desproporcionalidade entre os sistemas de abastecimento militar e os modos como guerrilheiros e camponeses obtinham os recursos diários mínimos para seu cotidiano, subsistência e sobrevivência. As amostras grátis são medicamentos fornecidos pelos laboratórios aos médicos com a finalidade de propaganda, para incentivar que sejam prescritos, e estão diretamente relacionadas, no período, ao panorama industrial brasileiro que se ampliou com o processo de acumulação de capital durante a ditadura que privilegiou o tripé empresas estatais-capitais estrangeiros-capitais nacionais, com reflexos diretos na impulsão de indústrias químicas e farmacêuticas no país (Netto, 2014). O crescente uso do termo “ditadura empresarial-militar” tem ressaltado a relação entre os principais setores industriais como o químico, o plástico e o farmacêutico no apoio ao golpe de 1964,

dependente dos capitais estrangeiros (Bortone, 2018). Esta relação manifesta-se materialmente nas bases e indicam um fluxo intenso de abastecimento de medicamentos e remédios e nas Forças Armadas como um grande e lucrativo consumidor potencial para o crescimento vertiginoso farmacêutico dos anos de 1960 e 1970 e valia divulgar medicamentos para uso entre os soldados. Isso dava a estes acessos gratuitos à medicamentos que faltavam aos guerrilheiros.

Por fim, esta discussão não poderia deixar de fora o abastecimento ligado ao universo bélico que é indicador explícito do desbalanço, em termos de armamento, se comparamos guerrilha e Forças Armadas e exemplo de como o uso da força e da violência para alcançar um objetivo militar não respeitou os limites dos prejuízos civis e números de vítimas para ganhos militares em uma determinada ação, ao que o direito internacional humanitário chamou de princípio da proporcionalidade (Cinelli, 2016: 73). Do ponto de vista arqueológico, 7 mm, .38 SWL, .38, 7.62 mm, 5.56 mm, 44W, .45, .30, .45-48, 9 mm, .22, .12, 40 mm enquanto no que concerne as fontes escritas revólveres, pistolas, espingardas, metralhadoras, mosquetões, beretas e fuzis, .16, .20, .30, .36, .38, .44 e os fuzis FAL, pistola Browning, submetralhadora MP5 HK, metralhadora Thompson. Diversas imagens da guerrilha também publicam o uso de grandes veículos usados ou adaptados para combate. Metralhadoras e granadas (como a 40 mm) sugerem a desproporcionalidade no que concerne ao uso de certas armas e a aplicação de certos métodos de ataque, somada ao efetivo militar conhecido e os relatos que indicam o desaparecimento como estratégia repressiva.

Diferente do sistema de abastecimento guerrilheiro, cuja aquisição de armas dependia ou da posse prévia das mesmas pelos camponeses, com suas velhas espingardas, ou das ações que as tomavam do inimigo (Grabois, 1979), o sistema de abastecimento das Forças Armadas estava ligado ao próprio desenvolvimento da indústria armamentícia e bélica no país, assim como da importação, adquirindo munições e armas das fabricas brasileiras como a CBC, a FR e a fábrica de Itajubá. As armas eram produziam em larga escala e eram dadas aos militares como parte de seu equipamento básico, à diferença dos guerrilheiros que necessitavam comprá-las ou adquiri-las com base na troca, ou mesmo fabricá-las a mão, como ocorreu.

Vale lembrar que os anos de 1960 e 1970 marcam a expansão da indústria armamentícia no Brasil, resultado de políticas de fomento, com o início da inserção externa da indústria bélica brasileira fortemente na segunda metade dos anos 70. Este movimento faz parte do papel empresarial que os militares assumem em atividades estratégicas como o aço, petróleo, química e petroquímica aproveitando do fechamento dos mercados internacionais

pós a I^a e II^a guerra mundiais (Asano, Nascimento, 2015: 42; Moraes, 2012: 7; Acuña, Smith, 1994: 10; Dias, 2005: 39).

Este quadro tem relações cotidianas com as narrativas no Araguaia similares a do “milico [que] pressentiu a Fátima e disparou o FAL em sua direção. Esta, com sua arma de caça (calibre) 16, o fuzilou. Em seguida, correu e se entrincheirou mais adiante. Um soldado, que pesquisava o local à sua procura, foi por ela abatido mortalmente com tiros de revólver 38. Ferida nas pernas, foi presa. Perguntaram-lhe onde estavam seus companheiros. Respondeu que poderiam matá-la, pois nada diria” (Grabois, 1979: 51). O FAL foi introduzido no Brasil para uso primeiro pela Brigada de Infantaria Paraquedista (daí ser chamado Para-FAL), força militar maciça na base de Xambioá. Posteriormente, o FAL passou a ser utilizado pelo Comando Militar da Amazônia (Freire, 2015).

Todo o aparato descrito acima, trazido, apresentado e implementado por sistemas, estratégias e táticas de abastecimento, carregavam consigo a vantagem que produtos novos traziam, aliados à surpresa de algumas inovações tecnológicas que marcaram a repressão como parte da modernização encabeçada pelas Forças Armadas e, portanto, no âmbito de uma tecnologia do poder no seio de estratégias repressivas: serviam, assim, para combater, exterminar, torturar e desaparecer. Não há como negar que o acesso às inovações tecnológicas criou uma assimetria entre militares, de um lado, e camponeses e guerrilheiros, de outro, na manutenção material do que a modernidade tem de cruel (Franco, 2016), destruidora (Giddens, 1991) e tirana (Margato, 2008).

5.3. Inovações tecnológicas

Alguns estudos, em especial aqueles abordando conflitos e guerras, têm olhado para sistemas tecnológicos de forma sincrônica, ressaltando os fatores sociopolíticos e ideológicos do uso das tecnologias e seu impacto social (Kim, 2001; González-Ruibal, 2013) considerando-os como sistema sociotécnicos, a ligação entre técnicas e cultura material para a coordenação social do trabalho, enquanto um espectro de atividades distintas manifestas por um sistema ativo com objetivo de ação orientado que ganha importância no âmbito da comunicação não verbal e do silêncio (Pfaffenberger, 1992). De fato, a questão das inovações e escolhas tecnológicas faz parte das estratégias repressivas para destruição da guerrilha e do movimento que crescia no Bico do Papagaio, e são frequentes os exemplos trazidos pela bibliografia chamando atenção a estas inovações na escala cotidiana, desde enlatados (as latas

de salsicha e doce trazidas pelos militares, por exemplo [Nossa, 2012: 114]) até veículos e novas armas.

A cultura material das bases escavadas e sua comparação com outras fontes relacionadas ao abastecimento da guerrilha indica claramente o investimento do Estado à aquisição de coisas novas, de novas tecnologias que permitiriam operações mais eficientes e rápidas, assim, repressões mais efetivas: seringas de plásticos, fios de sutura esterilizados, enlatados, objetos plásticos, eletricidade, armas semiautomáticas, são parte de uma ampla gama de espectro de modernizações ocorridas no Brasil dos anos 1970, junto do enorme programa de ampliação das estradas, da introdução de aeronaves, lanchas, e outros objetos que substituíram outros em um momento de crescimento industrial chamado de “milagre econômico” (Fausto & Devoto, 2004: 405; Nascimento, 2013: 1661).

Muitos dos objetos das bases localizadas no meio da Amazônia eram lançamentos cuja fabricação teve início nos anos de 1960 e 1970, aos quais as forças militares tiveram privilegiado acesso. Para além dos medicamentos recentes, os tipos de latas de cerveja tiveram origem em 1971. Isto em definitivo não seguiu a lógica de outros contextos contemporâneos do Brasil rural e do campesinato, no qual algumas inovações tecnológicas tardavam ou jamais chegavam, seja pelas próprias práticas de uso e preferências específicas, seja por falta de poder aquisitivo e acesso.

A chegada de novos objetos fazia parte de um novo sistema que teria ocorrido no âmbito do que a sociologia cunhou para o período como “modernização conservadora”, para explicar o que ocorreu no país entre 1964 e 1985 quando mudanças nas atividades agropecuárias, urbanização e industrialização do Brasil não transformaram as estruturas fundiárias devido ao pacto entre as elites dominantes que condicionaram o capitalismo industrial do momento e impulsionaram um regime autocrático e totalitário (Pires & Ramos, 2009: 411).

As Forças Armadas, nesse momento, foram pensadas, concebidas e viam-se como agentes de modernização, em um momento de consolidação do modelo industrial por substituição de importações e do anticomunismo do período da Guerra Fria, agressivamente propondo uma reestruturação da sociedade segundo seus próprios interesses e estratégia para a segurança nacional – e eliminando aqueles que fossem percebidos como obstáculos e ameaças à paz social, aos valores nacionais e ao desenvolvimento econômico (Acuña, Smith, 1994: 11; D’Araújo, 2010: 54). Os objetos introduzidos no Araguaia via sistema de abastecimento militar trouxeram consigo uma ideia latente de ruptura com tempos históricos e, portanto, com populações e pessoas, acenando para o novo e materializando o moderno

(Margato, 2008: 52). Neste contexto, a tecnologia militar deve ter sido precursora do que viria a ocorrer nos âmbitos civis (Moelker & Schenk, 2018), usando objetos novos para a maioria e usufruindo os benefícios da modernidade de modo completamente assimétrico.

O modelo econômico da ditadura militar correu vis-à-vis ao modelo de modernização autoritária do capitalismo brasileiro que teria sido estabelecido com base em duas lógicas pendulares: ao mesmo tempo em que eram suprimidas as liberdades democráticas, eram estabelecidos mecanismos para a modernização do Estado e do capitalismo brasileiro, impulsionando um novo momento do capitalismo nacional concomitante a um sistema associado, sob o jugo estadunidense, no que ficou conhecido como “teoria da dependência” (Ianni, 1979: 289). A internacionalização econômica brasileira fomentou um novo ambiente social construído pela chegada e troca de novos materiais e tecnologias nas cidades e no campo, muitas das quais chegando junto das frentes de expansão e da infraestrutura estatal e privada, incluindo, nesse momento, aquela destinada à repressão.

De fato, o século XX fora marcado pelo crescimento exponencial de inovações tecnológicas ligadas às Guerras Mundiais e a Guerra Fria, muitas das quais impulsionando o desenvolvimento e aplicação de tecnologias para a superioridade militar (Beck, 2002, p. 65; Hacker 1994: 784). Todos os envolvidos no Araguaia e todo o funcionamento das Forças Armadas (operações, estratégicas, logística, inteligência, comando, controle e comunicação, organização), foram afetados pelo uso de (novas) tecnologias. Para muito além das armas (como o FAL), as inovações tecnológicas se relacionaram com a abertura de estradas de rodagens, com o uso da engenharia como suporte ao combate e à mobilidade (Marques, 2007: 86), ao uso de meios de transportes e sistemas de comunicação (a rádio), mapas e cartografias (Creveld, 1991: 2) que asseguraram estratégia mais efetiva de repressão.

Característica definitiva deste século, a proliferação e reorientação da função de artefatos com propósito de trazer destruição em maior escala e à civis, como suporte contra movimentos que se queria exterminar (González-Ruibal, 2012b: 7). Esta destruição deve ser entendida não apenas como certos e repentinos episódios de morte imediata, mas como processos destrutivos graduais (González-Ruibal 2010: 247). No Araguaia, a repressão usou as dimensões materiais da vida, privando ou excedendo, afetando sobremaneira o sistema imunológico dos guerrilheiros pelo estrangulamento de seu acesso a alguns bens de consumo e alimentos e das possibilidades de deslocamento ou pressão para um excesso de movimento sem fim, usando armas novas automáticas como parte de uma infraestrutura na paisagem, somados a um cenário de conflitos fundiários, a mineração, as milícias de fazendeiros, os assassinatos.

Sem dúvida, uma das mais sensíveis relações entre repressão e inovações tecnológicas fruto da modernidade capitalista utilizada em sua profunda relação com o terror está na chegada e no uso da eletricidade, que dá, a quem a controla (um pouco como o poder sobre o fogo) – neste caso, o Estado e os poderes hegemônicos –, significativa vantagem e efetividade em suas ações (Winther, Wilhite, 2015). Impressiona o relato do camponês que, preso junto de Genoíno, perguntou ao mesmo “O que é esse negócio que eles põem na minha orelha e que faz o meu corpo todo tremer?” (Amorim, 2014: 45). Referindo-se a eletricidade e seu uso durante sessões de tortura e, conseqüentemente, ao completo desconhecimento da luz elétrica, este relato expõe o sentido de algumas das inovações introduzidas pelas Forças Armadas e as formas de controle possibilitadas pelas mesmas. Esta inovação vinha acompanhada de novas palavras e vocabulários: “guerrilha”, “guerrilheiro”, “guerra”, “terroristas”, “judiaria”, assim como muitos dos objetos. De fato, a eletricidade recorre como referência fundamental em diversos relatos de tortura durante a ditadura, como aquele de Dulce Maia, da VPR, presa em 1969, em que relata que enquanto seu torturador lhe dava choques na vagina, dizia “você vai parir eletricidade” (Merlino & Ojeda, 2010: 70).

A partir de repressões como a do Araguaia e das ditaduras latino-americanas, a Anistia Internacional (AI, 1997: 3) passou a chamar atenção para o uso do eletrochoque por forças de segurança como forma de tortura, utilizado devido as poucas marcas de fácil ocultação que deixa, atrativo por seus efeitos incapacitantes e dolorosos. Foi a América Latina, desafortunadamente, quem abriu os olhos da Anistia Internacional, impulsionando suas campanhas contra o uso da eletricidade como tortura nos anos de 1970. Novamente, aqui, tem-se exemplo de como os benefícios da modernidade, como a eletricidade que alterou sobremaneira os modos de morar, transportar-se, trabalhar, curar-se, divertir-se e estudar (Lamarão, 1997: 39), também foram usados para destruir, machucar e punir. O período marca, portanto, uma mudança na tecnologia da tortura do país, que passa a incluir não apenas a eletricidade, mas a paisagem e técnicas (como o buraco do Vietnã e outros) para privação sensorial, e a água, parte da tortura moderna que raramente é vista em público e tem difícil percepção (Rejali, 2003: 153).

Lanternas e lâmpadas (das marcas Phillips, Osram, Sadokin, especialmente recorrentes nas cavidades 8, 13 e 11, nesta ordem) são também parte da dimensão material que a impulsão do uso da eletricidade ganhou no período e na região, competindo com a iluminação de velas e candeieiros, na pequena escala, e relacionada às grandes obras desenvolvimentistas, como as hidroelétricas, na grande escala, em uma época da qual poucas pessoas na cidade deveriam contar com luz e energia elétrica em suas casas. Nos anos de 1970, dentre os

domicílios das áreas rurais do Brasil apenas 8.4% possuía iluminação elétrica, contra 21.4% nos anos de 1980 e 49.4% nos 1990. O censo de 2000 aponta que os estados do Tocantins e Pará possuíam entre 26.9% e 40.3% domicílios rurais com energia elétrica (IBGE, 2002), o que faz crer que nos anos de 1970 no Bico do Papagaio praticamente não havia luz e sua população contava com uma significativa restrição de acesso à energia elétrica.

A eletricidade, as novas armas, o uso de comunidades modernas que trazem agilidade e facilidade, como os enlatados e alimentos não perecíveis, fazem parte de todo um pacote tecnológico que parte do abastecimento limitado e dos benefícios deste planejamento, tiveram produtos consumidos pelas Forças Armadas com impacto direto na moral e saúde das tropas e consequências aos guerrilheiros e ao universo camponês da região (Winner, 2002: 4; Kim, 2001: 443). Os resultados esperados, a destruição da guerrilha e seu desaparecimento, só criaram maiores incentivos e desejo pela perpetuação do uso dessas novas tecnologias, facilitando sua aceitação pelas tropas. O consumo destes bens seguiu o aumento das práticas de tortura e a violenta ação militar contra os últimos guerrilheiros a serem capturados, assim como permaneceram na guerra que veio depois, sejam materialidades como meios de transporte ou pequenos artefatos, como os enlatados, que permitem a sobrevivência do soldado na floresta. Estes aparecem em referências a tortura no Araguaia, como a prática de fazer os guerrilheiros ficarem prostrados de pé, descalços, em cima de latas de leite condensado, apoiando-se somente com um dedo na parede (Jimenez, 2007: 56).

O uso de helicópteros, cuja concretude é bastante visível, para mostrar corpos e partes de corpos mortos, como o teatro de horror associado a narrativa sobre a pós-morte de Osvaldo: “Estava no acampamento da Comissão Militar quando ocorreu o ataque das Forças Armadas no dia de Natal de 1973, conseguindo escapar. Segundo depoimentos de moradores da região, foi morto em abril de 1974, próximo à Semana Santa, perto de São Domingos. Seu corpo foi dependurado por cordas em um helicóptero que o levou de Saranzal, local onde foi morto, até o acampamento militar de Bacaba e de lá para Xambioá. Na primeira vez em que o cadáver foi içado pelo helicóptero, caiu e fraturou ossos da perna. Posteriormente, sua cabeça foi decepada e exposta em público. Na base militar de Xambioá, seu cadáver foi violado por chutes, pedradas e pauladas dadas pelos militares, sendo finalmente queimado e jogado no buraco conhecido como ‘Vietnã’ (...) onde eram lançados os mortos e moribundos” (SEDH/CEMDP, 2007).

As assimetrias materiais criadas tiveram papel importante nas casualidades e fatalidades da guerrilha do Araguaia, entendidas, portanto, no escopo do desbalanço e nas assimetrias entre pessoas e coisas (Thomas, 1991: 8; González-Ruibal 2008: 254). Primeiro,

com o uso de objetos inteligentes de consequências nefastas (napalm, FAL, eletricidade, etc.) (CNV, 2014) e segundo, no abuso de sua tecnologia para a violência, chocando tecnologia industrial e automatizada (das Forças Armadas) com a cultura material de uma economia não-industrial de provisionamento (dos camponeses e da guerrilha) acumulando excedentes para a troca por produtos inexistentes no mercado local, com estoques e reservas (Sahlins, 1970). Tais estratégias foram usadas em contextos semelhantes, como no Vietnã e na Etiópia (Gonzalez-Ruibal 2006; González-Ruibal 2008).

No âmbito da superioridade material e tecnológica, e do relativamente bem estabelecido sistema de abastecimento das Forças Armadas, o acesso aos armamentos e munições às quais os guerrilheiros não obteriam facilmente marcaria fortemente o desequilíbrio de forças. Como mencionado anteriormente, os fuzis são uma referência corrente e importante no âmbito da repressão à guerrilha. O regime militar firmou com a Fabrique Nacional da Bélgica a possibilidade de um fluxo constante de importação de fuzis de assalto leve e seus projéteis (7.62mm). O impacto e os frutos da introdução desse armamento foram tão grandes que o Brasil não apenas comprou o projeto do FAL para produção pela IMBEL como mantém sua produção até os dias atuais, enquanto que o modelo já nem é mais produzido no país de origem. O rifle FAL, oficialmente assim denominado em 1954, ganhou alcunha de “braço direito do mundo livre”, tamanha a dimensão de sua adoção pelos países da OTAN durante a Guerra Fria. Só entre 1972 e 1974 foram produzidos 3.156.764 de rifles do tipo pela Fabrique Nacional na Bélgica, espalhados pelo mundo (Slpeeters, 2013).

O FAL permitiu rapidez e acurácia, reduzindo o tempo de reação e possibilitando os ataques certos correntes nas narrativas sobre a repressão à guerrilha. A relação de disparidade material e a violência do FAL estão presentes nos relatos sobre a morte da guerrilheira Fátima, que recebeu disparos de FAL de um militar contra o qual ela revidou com uma arma de caça .16 e um revólver .38, antes de ser presa (SEDH/CEMDP, 2007: 213). Também são exemplos a narrativa sobre o encontro do corpo do guerrilheiro Jaime, sem camisa e com calça esfarrapadas, magro e com feridas de leishmaniose nas pernas, atingido por muitas balas de FAL (SEDH/CEMDP, 2007: 225) ou a morte de Maurício Grabois, com suposto tiro de FAL na cabeça (SEDH/CEMDP, 2007: 230) e a da guerrilheira Chica, cujo corpo teria sido “perfurado por mais de 100 balas de grosso calibre” (SEDH/CEMDP, 2007: 261).

Tempo e tecnologia relacionam-se fundamentalmente na repressão à guerrilha, seja na possibilidade de aquisição de comida com larga validade que implica em menos paradas, na adoção de armas velozes e automáticas, na introdução de carros de guerra, nas possibilidades

de comunicação cada vez mais em tempo real, com o investimento nos rádios cujas baterias proliferaram-se intensamente dentre os vestígios das bases militares e que construíram uma rede de comunicação a qual a guerrilha não dispunha e que materializava o cerdo de censura sobre o que ocorria ali. A inovação que esta cultura material trouxe refere-se ao que o filósofo Paul Virilio, base dos estudos de arqueologia do conflito recente de John Schoefield, caracterizou como definindo o conflito e a guerra no século XX: velocidade, técnica, tecnologia, acurácia, escala, alianças e representação (Schoefield, 2009: 7).

Neste sentido, similar ao que constatou José de Souza Martins (1996: 32), a bala da repressão não atravessa somente o espaço físico entre o militar e o camponês/indígena/guerrilheiro, mas a distância histórica entre mundos, contemporâneos em seus tempos históricos e tecnologias que, neste caso, resultaram em destruição. Tempo e inovações também se relacionam, aqui, como expressão material da multitemporalidade, a sobreposição de tempos históricos contemporâneos e, assim, de visões de mundo: a dos camponeses migrando em busca de condições melhores, trabalhando a terra e lutando por ela, os guerrilheiros no sonho de um país livre e mais igualitário que só mudaria por meio de uma revolução, os militares reprimindo os inimigos e os criminosos que ameaçavam à segurança nacional e os indígenas, lutando para continuarem os mesmos em seus territórios tradicionais, enquanto recebiam as últimas notícias sobre a destruição do mundo, tamanha a violência sofrida e a catástrofe ambiental irreversível que se seguiria (Viveiro de Castro, 2013).

Vale ressaltar também os limites entre a praticidade e o simbolismo das inovações (Restall, 2006: 167) trazidas ao Araguaia. Há diversos episódios em que a tecnologia do FAL teria saído do controle do próprio soldado, misturando medo e introdução de novas tecnologias. De fato, há uma “vantagem tática” (Todorov, 1982: 238) em torno dos novos armamentos, mas muitas vezes eles foram principalmente símbolo do moderno, da repressão e da possibilidade da morte, dada sua limitada sua aplicabilidade. No caso do FAL, a própria floresta restringia o uso desta tecnologia, já que seu longo alcance era bloqueado pela densidade das árvores, elas também funcionando como uma barreira. A maioria dos relatos de morte não se deu por tiros cuja origem era difícil definir, pois os atiradores estavam muito longe para serem notados (atiradores), mas em encontros próximos o suficiente para que o dano do FAL ao corpo fosse potencializado, morte que ocorreria do mesmo modo, mas com mais dignidade, se outra arma fosse utilizada. Era sabido, pelas considerações doutrinárias básicas sobre operações de selva que, nos campos de tiro, há perda significativa do desempenho de armas de tiro tenso, visto que as distâncias livres são extremamente curtas. Uma das influências do meio nas operações era, justamente, a escassez de pontos dominantes

(daí a geoestratégia do Morro do Urutu) e do impacto sobre os dispositivos óticos em geral (MD, 1997).

As armas não são os únicos objetos com impacto material direto nas possibilidades da repressão. A introdução dos enlatados (novidades como carne, sardinha e salsicha em lata) (Nossa, 2012: 114) como anteriormente mencionado, traz um impacto considerável no sustento das tropas, facilitando velocidade e movimento, sem a necessidade de aquisição e preparo de alimento, que poderiam ser comidos enquanto deslocava-se, e de maior durabilidade. Também vinham em recipientes pequenos e resistentes à corrosão. A padronização, estandardização e frequência dos enlatados no registro das bases militares são dialógicas dos sistemas de abastecimento mencionados anteriormente e parte das estratégias que criavam disparidade entre tropas e guerrilheiros e tinha subsequente impacto na sustentabilidade dos atores da repressão. Afinal, enquanto os guerrilheiros tinham que gastar energia caçando, os soldados tinham acesso a alimentos prontos e de algum modo supérfluos, como biscoitos Bauducco, sucos ki-suco e sorvetes Kibon, refrigerantes e até álcool.

Os remédios e item hospitalares são outra dimensão cujo impacto na durabilidade e sustentação das forças repressivas é imperativo, relacionado estratégias de repressão e biopoder. A negação do acesso à saúde e a limitação do acesso medicamentos, abalando as possibilidades de movimento e abastecimento, foi prática do Estado para obter a submissão dos corpos dos guerrilheiros e o controle das populações camponesas na região. Sob esta luz, a repressão no Araguaia também foi uma guerra biológica, não no sentido de trazer doenças (que certamente ocorreu), mas de negar possibilidades de cura às mesmas e utiliza-las para debilitar o inimigo, enfraquecendo suas capacidades de movimentação e resistência, ao mesmo tempo em que uma rede de abastecimento (que contrapunha fartura à fome) trazia os últimos lançamentos farmacêuticos aos soldados, contra diarreia e dor muscular, malária, leishmaniose e escorbuto. Vale ressaltar que o direito à saúde é básico e consta da Declaração Universal dos Direitos Humanos, cujo Brasil é signatário desde 1948.

5.3. Paisagens de terror

A potencialidade da paisagem e seus simbióticos dialógicos, espaço e arquitetura, em orquestrarem materialidades relacionadas a ordem, poder, disciplina e controle (Pearson & C., 1994; Ayán, 2008) e de constituírem-se como não-lugares, no sentido de serem capazes de destruir identidades, transformando os que para lá iam em desaparecidos através da privação da visão, limitação da mobilidade, aplicação de tormentas, falta de alimentos, condições climáticas extremas e proibição de comunicação (Zarankin, Niro, 2010: 20), têm sido alvo de

estudos arqueológicos nos últimos anos. Tais abordagens têm explorado a relação entre paisagem, espaço e arquitetura como materialidades potencialmente destruidoras de identidades sociais quando a opressão do não-lugar leva a não-existência, ao não-nome, a não-presença, ao nada, ao extermínio e ao desaparecer.

As paisagens que se construíram no Bico do Papagaio, para e a partir da repressão militar, caracterizam-se pela transformação de sua ecologia por meio de uma série de materializações que se estabeleceram de forma coercitiva e geraram violência, pelos efeitos continuados do medo, entendida e representada de formas distintas por indígenas, camponeses, guerrilheiros e militares (Criado-Boado, 1997; Zedeño, 2008). O estabelecimento da constelação de bases, estrategicamente locadas, e o posicionamento do contingente militar somaram insegurança e intolerância fundamentalmente embrenhadas no espaço. Afinal, a circulação por alguns locais já não era segura; grotas e cavernas tornaram-se esconderijos; estradas cortaram áreas de floresta; helicópteros e pontos altos na topografia materializavam o vigiar e o punir; quem era detido era “judiado”; quem saía de casa nem sempre voltava. O familiar foi tornado estranho e a vida já não poderia seguir como antes.

A repressão instituiu uma ruptura material de larga escala nesta paisagem, estabelecendo novos lugares, invertendo lógicas e materializando o medo no melhor exemplo da aplicação das estratégias da “Noite e Nevoeiro”: detenção daqueles suspeitos de pôr em risco a segurança interna através de uma intimidação efetiva viabilizada por penas capitais e medidas por meio das quais nem familiares e nem comunidades saberiam o destino de quem fora detido (Stover, Ryan, 2001: 8; Baraybar, 2012: 135). Na escala cotidiana, o que significou o estabelecimento das bases militares próximas a moradia das pessoas, em suas terras? Como as bases militares afetaram a dinâmica de consumo, acesso e produção de bens em Xambioá e outras localidades próximas? Como o aparato repressivo utilizou-se do medo para construir paisagens de terror que se transformaram, hoje, em redes de lugares de trauma?

Frente aos desafios em controlar uma área tão dinamizada por mudanças, sem bem estabelecidas estruturas estatais de poder e longe das capitais, a ditadura, no contexto da doutrina de segurança nacional, encarou a região como sendo de alta periculosidade. Afinal, confluíam ali atores não-estatais, atores transnacionais não públicos e transnacionais públicos não-estatais (como ONGs, missões religiosas e guerrilhas), cercados por populações que não compartilhariam, com um Estado Nacional que os excluía, as mesmas preocupações de suposta perda de soberania nacional (Marques, 2007: 86).

Um clima de insegurança e instabilidade já existia, em certa medida na região, parte do que novo e das mudanças que chegam e acontecem em fronteira e frentes de expansão,

opondo posseiros e grandes latifúndios. Os conflitos em torno da posse da terra no Bico do Papagaio só aumentaram com as migrações e é comum que os posseiros relatem, para a época, que o “medo esta[va] por toda a parte” (Sader, 1990: 116). A paisagem que ali se impunha era marcada por mudanças e, como mudança e novidade, era incerto seu caráter transitório, o que contribuía ainda mais para o crescimento de sentimentos de ansiedade. Ora, quando da montagem das diversas bases militares na região, era incerto se sua duração seria curta ou não, como o foi para a base de Xambioá entre 1972 e 1974. Esta afirmação é, todavia, tautológica. A sensação de permanência da repressão ali é longa e o terreno da base é persistente na manutenção de suas memórias: a terra maldita onde se enterraram pessoas, onde castigos e torturas aconteceram, parte do aparato do estado para destruir, permaneceu inabitada por décadas.

A noção de “capital paisagístico”, em geral tida como positiva pela ecologia histórica, no sentido de que gerações posteriores se beneficiaram do trabalho e do conhecimento dos ascendentes acumulados na paisagem, serve aqui para conceituar os efeitos prolongados da repressão e as noções de tempo em relação a ela. O capital do terreno da base contém memórias do território que ativam lembranças dolorosas (Erikson, 2008: 161). Basta uma simples conversa com qualquer morador, familiares ou ex-guerrilheiros.

Apesar de a presença militar ter sido muito mais longa do que a ocupação concreta das bases, o capital paisagístico do Bico do Papagaio se alimentou das incertezas que cercaram os porquês do que estava acontecendo, associando bases à locais para onde se ia e não se voltava ou dos quais não se voltava o mesmo. Este capital impactou toda mobilidade espacial da região, verticalizou o tempo e permitiu a longa duração dos efeitos e da sensação da repressão. A violência dessa repressão se materializou de forma a espalhar o pressentimento do perigo também pelas dificuldades que a estratégia dos militares impunha em demonstrar evidências claras sobre esse perigo – afinal o desaparecimento e a eletricidade deixam poucas marcas materiais e a maioria das bases, como hoje, tem localização aproximada, mas não exata. Esta paisagem topológica e nebulosa conteve muito agir e estimulou muito silêncio.

A mobilidade foi drasticamente alterada não apenas pelas novas rotas (as rodovias e novas estradas) e pela forma das novas rotas (o número de morte de pessoas e animais tende a aumentar com atropelamentos no cruzamento de rodovias, que, além disso, aumentam o campo de visão de postos de controle por sua linearidade), mas igualmente pela lógica arbitrária de divisão do espaço imposto pelos militares (se considerarmos os polígonos Voronoi, por exemplo). Cada base estabeleceu novas fronteiras que se manifestaram como áreas de influência, nem sempre claras em contextos de pouca densidade de ocupação,

contrariamente aqueles mais urbanos, a exemplo da delimitação de outros espaços em Xambioá, como o Vietnã e o porto. Este novo recorte eram parte das formas de dominação do espaço para a repressão no Bico do Papagaio, e caminhou junto da exploração dos recursos naturais locais por mineradoras, hidroelétricas, latifundiários e madeireiras. Esta confluência de poderes acarretou o binômio genocídio-ecocídio no Araguaia, característica recorrente do sul geopolítico (Mbembé & Rendall, 2000: 259).

É interessante notar que a sobrevivência da floresta após o desmatamento desenfreado que marcou a região na época só não ocorreu em um lugar: a TI Suruí, local próximo ou sobreposto à antiga base de São Raimundo. As imagens de satélite da figura 80 falam por si. A comparação entre a densidade da floresta em 1984 e 2017 aponta para um único e solitário bastião: a terra indígena. Enquanto os Aikewara-Suruí do Pará (ocupando a oficialmente denominada TI Sororó à direita) lograram manter a cobertura vegetal nativa, os Aikewara-Suruí de Rondônia (ocupando a oficialmente denominada TI Tuwa Apekuokawera), não, já que a área foi excluída da demarcação de terras ocorrida durante a ditadura. Isto não apenas leva a crer que a base de São Raimundo possa estar relativamente melhor preservada já que se imagina que houvera pouca movimentação de terra por ali, mas que de fato a visão de mundo que chegou com a repressão, a do capitalismo-controle-tecnologia-autoritarismo, contrapôs tempos históricos cuja expressão material, hoje, é a própria floresta.



Figura 80. Comparação entre imagem de 1984 e de 2017 ressaltando a preservação da floresta na TI Suruí (polígono amarelo) (Google Earth; delimitação oficial da FUNAI).

As bases militares foram representadas e são continuamente lembradas como espaços da morte, crucial para a sedimentação do medo, em especial em contextos de tortura. Elas permitem o progredir, portanto, de uma cultura de terror baseada no silêncio, nos rumores e no não-saber como estratégia de controle (Taussig, 1984: 467, 469). A distribuição das bases

militares no Bico do Papagaio formou uma teia que se sobrepôs aos lugares da vida cotidiana e intensificou a existência de medos que se sabia de onde viriam materialmente, medos concretos (a delegacia em Xambioá, postos de controle conhecidos), com aqueles que não se tinha ideia onde apareceriam medos líquidos. Estes medos cresceram com a desconfiança estimulada pelas estratégias militares e pela quebra dos laços sociais pautada pela destruição de estruturas sólidas nas quais se podia confiar (Bauman, 2008) – até as casas dos amigos tornou-se ponto de emboscada. Manifestações de apoio mútuo, afeto e amizade poderiam resultar em punição. São inúmeros os exemplos: José Madalena, camponês desaparecido em 1974, teria sido “preso e obrigado a ser guia do Exército (...) [e] fora assassinado porque, dias antes, tinha dado comida ao guerrilheiro Osvaldão” (CCV, 2014: 261).

A paisagem da repressão, cujos pontos de força eram as bases militares, formou uma “topografia de terror” (Gonzalez-Ruibal, 2011: 107) sobreposta à paisagem familiar e cotidiana. Esta topografia foi ativada continuamente pelas materialidades ali existentes (as micro topografias que indicavam buracos de conteúdo desconhecido ou o lixo em superfície, evidência da presença militar desacreditada constantemente pelo discurso oficial) ou ausentes (os buracos de conteúdo desconhecido, negativos do que foi, os corpos que não estão, história e evidência que nem sempre se correspondem, estruturas cujo material orgânico se desfez ou estão abaixo da superfície, mas destruídas pela falta de olhar arqueológico). Este jogo impediu o caráter terapêutico das buscas, ou ao menos o abrandamento dos traumas passados (González-Ruibal, 2009: 65).

A floresta e sua ecologia tiveram papel fundamental no que ocorreu. Muito se modelou pela floresta, como os treinamentos de combate e operações de selva. A durabilidade de materiais produzidos para ambientes distintos (qual a duração de seringas e agulhas produzidas na Irlanda e no Japão?), foi uma preocupação que deve ter impulsionado as Forças Armadas a adotar alimentos processados e ultra processados, incluídos em seu sistema de abastecimento, junto da transição à objetos mais industrializados com maior durabilidade e validade (como os plásticos), indisponíveis à guerrilha e à maior parte da população civil.

A densidade do dossel e do sub-bosque oferecia proteção aos guerrilheiros e militares, ao mesmo tempo em que demandava modos específicos de movimentação, com seus próprios imaginários e representações (Telles, 2014: 465). O conhecimento sobre a floresta era imprescindível e foi utilizado como tática de resistência e também estratégia de repressão (Almeida, 2015: 37): era chave conhecer sua fitogeografia, sucumbir a ela ou destruí-la. Os próprios mecanismos para o desaparecimento de corpos se utilizaram das rápidas taxas de decomposição de materiais orgânicos em superfície como parte das estratégias de destruição

de corpos, abandonando os mesmos nos próprios locais de morte, supostamente largados em superfície. São vários os exemplos de guerrilheiros mortos e seus corpos deixados assim. Como um dos métodos de destruição, a prática usava a seu favor os processos tafonômicos da floresta tropical úmida.

No ambiente do Bico do Papagaio, se o enterramento oculta, ele também aumenta (em tese) as possibilidades de preservação dos remanescentes humanos. Por outro lado, se a superfície torna mais óbvia sua presença, deixa o corpo à mercê das intempéries, da umidade, da temperatura e da fauna, acelerando tanto a decomposição macroscópica como a bioquímica e microscópica (Mendonça de Souza, 2010: 432). Somando-se às contrainformações, flutuações dos referenciais de memória, falta de testemunhos e amplitude das áreas a serem prospectadas, a floresta é outro desafio às buscas.

Do lado da estratégia militar, a repressão orquestrada foi parte de preocupações mais ampla das Forças Armadas em reprimir guerrilhas em áreas de floresta. Isto ficou conhecido na língua inglesa, sob influência do que ocorreu com os EUA no Vietnã, como *jungle* ou *forest warfare*: quando operações, treinamentos e logísticas têm que ser modificados, basicamente, devido à paisagem, e sua ecologia, à densidade e à altura das árvores. Há uma grande limitação de visibilidade tanto por ar como por terra, em especial em contextos de escassez de veículos automotivos e vias de acesso, dificuldade de mobilidade, necessidade de abertura de caminhos e ocorrência de doenças endêmicas, em um ambiente quase noturno durante o dia, dependendo da possibilidade de entrada de luz pelo dossel. Tal universo tinha impactos físicos e psicológicos reais nos combatentes, acompanhados pelo medo da floresta e do desconhecido – vale lembrar que nem guerrilheiros nem soldados eram da região (MD, 1997: 29; Cross, 2008: 11; Moreman, 2005; Foard, 2003).

Combinados os conhecimentos franceses da aplicação de estratégias de repressão, com desaparecimento de pessoas no ambiente árido da Argélia, à lição que os EUA levaram nas florestas úmidas do Vietnã, ao Araguaia convergiram ofensivas contra dois inimigos: o ser humano e a floresta. Foi óbvia a importância das rotas para comunicação e logística, e, portanto, a necessidade do uso da engenharia, para transformar as áreas florestadas da região em estradas, de modo que se permitisse a passagem de veículos motorizados e se reduzissem cansativos e vagarosos movimentos, em especial devido à densidade vegetal. Isso foi acompanhado pelo estabelecimento de um sistema próprio de abastecimento, com comida e munição que resistissem ao ecossistema e que fossem leves, duráveis e transportáveis (War Department, 1941). Como, portanto, usar tudo isto a favor da repressão e contra a guerrilha? Poupar forças, precaver-se contra problemas psicológicos, cuidar dos pés, proteger olhos e

ouvidos, evitar infecções cutâneas e doenças transmissíveis, abrandar o pânico mantendo a orientação (MD, 1999: 30) – estas eram as regras básicas das operações de selva e justamente o que foi indeferido à guerrilha.

O processo de destruição da floresta para facilitar o acesso, reduzir as possibilidades de esconderijo e proteção pela limitação da visibilidade, e de deixar a floresta afetar à saúde e o estado físico e emocional dos guerrilheiros, foi, assim, parte da materialização das estratégias de repressão. O ecocídio resultante dessa estratégia teve efeitos permanentes na região, em especial com as alterações decorrentes da aceleração do desmatamento a partir das estradas e do uso das inovações tecnológicas para destruição (Ab’Saber 1992: 1; Pfaff, 1999, 1997; Gonzalez-Ruibal, 2006: 171). Destruir e ocupar eram os nortes das estratégias geopolíticas de “guerra total” contra a subversão (Hecht & Cookburn, 1989: 115). Como declarou à revista *Realidade* o comandante do 5º Batalhão de Engenharia e Construção, instalado na Amazônia em 1971, “quando se quer fazer alguma coisa na Amazônia, não se deve pedir licença: faz-se” (Brum, 2014).

Nesta realidade, Xambioá e outros núcleos urbanos desta paisagem, como Palestina, Araguaína, Santa Cruz, Carajás, etc., instalam-se de modo a romper com antigos padrões de organização espacial. Orientavam-se, agora, por lógicas urbanas voltadas às políticas desenvolvimentistas, de ressocialização de populações imigrantes focadas no trabalho e de implantação guiada pelas rodovias (Trindade Junior, 2011: 135). Estas cidades fizeram parte do esquema de colonização do regime militar que montou ali um conjunto hierarquizado de núcleos urbanos planejados, conectados ao campo e regularmente espaçados em um traçado racionalista e padronizado (Rego, 2016). O cenário foi ideal aos propósitos panópticos da repressão, facilitando o vigiar para reprimir por meio de tramas urbanas que ofereciam poucos pontos para esconder-se no espaço público.

Tais configurações não apenas permitiram que a disciplina e o controle estabelecidos pelas base militar aos moradores embrenhassem-se pela região com maior eficácia, utilizando a própria trama urbana para criar um universo autocontido com suas regras próprias e relativo isolamento do mundo exterior (as primeiras notícias da violência no Araguaia vieram à tona na imprensa apenas em 1978 [(Teles, 2014)]), como opôs-se violentamente às formas tradicionais de morar existentes na região, seja das populações indígenas, como a dos Aikewara, seja a dos camponeses nas áreas rurais (González-Ruibal, 2016). O relato de uma moradora é testemunho dos autoritarismos desta autocontenção imposta à cidade, quando explica que “tivemos toda uma infância marcada pela guerrilha do Araguaia, tudo era coordenado pelo Exército, posto de saúde, minha escola, todas as relações. Saíam caravanas

para receber o major Curió, éramos obrigados a balançar umas bandeirinhas do Brasil. Toda noite tinha toque de recolher, tinham noites que dormíamos no buraco feito em nossa casa, sentíamos medo” (Bardella, 2016).

Todas estas mudanças e inovações dão o tom da paisagem de incertezas que ali se estabeleceu, contando com o impacto material direto da presença das unidades militares próximas à certas localidades, como Xambioá (Marques, 2007: 19). As novidades, algumas fundamentalmente estruturais, e a incerteza que elas trouxeram, expressaram-se na relação entre a cidade de Xambioá, sua franja urbana e áreas rurais do município, com a base militar.

No âmbito destas relações, um primeiro ponto a ser considerado está na memória dos espaços que compuseram esta base durante os específicos períodos de tempo nos quais os soldados e prisioneiros coexistiram ali e a plasticidade de seus elementos, construções de material orgânico e modificações topográficas representadas por intervenções no solo (os buracos, por exemplo). Esta plasticidade teria possibilitado adaptações em sua planta baixa e acarretado em mudanças na localização de áreas especializadas (a farmácia, por exemplo). Isto explicaria também as variações entre as plantas produzidas pela espacialização das memórias de testemunhas, servindo para chocar suas narrativas, em especial quanto aos referenciais espaciais, perversamente criando contradição, desconfiança do outro, frustração por não encontrar e mais incerteza. Se isto constituiu ou não parte da estratégia direta ou indireta utilizada pelas Forças Armadas para dificultar a reconstrução da planta das bases militares não é claro. O fato é que isso tem impacto direto na seleção de áreas a serem prospectadas e aumenta a dificuldade de localização de possíveis locais de enterramento. Estudos em torno das representações espaciais e dos métodos de tortura que afetam capacidades sensoriais das vítimas têm mostrado a escala de uma repressão que atua sobre corpo e mente e cujos efeitos prolongados confundem para melhor ocultar (Zarankin, Niro, 2010). Ficar preso na base de Xambioá deve ter servido a similar propósito.

Quanto a representações sobre a base, uma das expressões recorrentes para descrevê-la é “casa de judiaria”, denotando a existência física de um local (o substantivo “casa”) de punição (a adjetivação “de judiaria”) e violência inserido em um jogo de proximidade/distância e ver/não-ver. A implantação da base próxima ao núcleo urbano de Xambioá, um local que não se frequentava livremente, cujas visitas eram forçadas, para onde se ia, mas não se voltava, abalou a cidadezinha, e são elementos comuns nos relatos de moradores que já não saíam à noite, assombrados a todo o momento, espancados e torturados sem saber o porquê, cujo movimento pelas ruas de traçado regular estava sob constante vigilância: era um “clima tenso” (Silva, 2008: 45). Neste momento de mudanças impostas e

de novidades suspeitas, a própria palavra “judiar” ganhou novo sentido, utilizada entre os moradores como sinônimo das torturas impingidas pelo Exército (Silva, 2008: 83).

Outra referência à base de Xambioá é como “base dos buracos” (Felipe, 1993: 157) e buracos não faltam ali. De fato, os manuais de campanha recomendam que detritos de qualquer origem sejam enterrados para evitar insetos, animais e doenças intestinais. Os locais destinados a isto deveriam ficar afastados e daí a planta da base sugerir que algumas das cavidades encontradas estivessem ao redor das áreas de circulação, mais ou menos atrás de estruturas específicas, que mudaram de lugar com o tempo (MD, 1999: 118). Como parte de uma memória traumática, os buracos que se veem ou as alterações topográficas sentidas ao andar pelo lugar (as “cavidades”), relacionam-se com o uso do trabalho forçado como castigo. Neste caso, o cavar buracos em solo “duro”, seja para serem usados para descarte de lixo seja para enterramentos e prisões, envolvia os prisioneiros na cadeia operatória dos objetos de seu próprio tormento.

Narrando suas cinco prisões, o camponês João Crisóstomo explica que em Xambioá “chegou um cara com pá, picareta e enxada e botou a gente para cavar buraco. Chegou outro com duas carteiras de cigarro e fósforo. Fiquei mais aliviado. ‘Cava direitinho, porque vocês vão ficar aí dentro’, disse um soldado. Às onze horas, o buraco estava pronto. Não era para a gente” (Campos Filho, 2012: 180). O lixo dos buracos, cavar buracos como castigo, o enterro em buracos, a tortura em buracos, a prisão no buraco, esconder-se em buracos e a ameaça velada que o cavar ganhou no contexto da base alteraram a topografia local. A gramática que estes buracos produziram carrega grande potencial informativo enquanto fonte que permitiria entender melhor o funcionamento da base e o uso de seus espaços, atuando como concretização de marcos e referenciais espaciais (como a cavidade 10, o poço), para além do óbvio potencial de serem indicadores da presença de remanescentes humanos.

Por isso a importância da abertura sistemática de todas estas feições, em qualquer base militar às quais convergem relatos de morte, enterramento e desaparecimentos de pessoas, já que:

1. Qualquer intervenção que os militares tenham feito será semelhante a partir da superfície, comportando-se, na área, como depressões acarretadas pela compactação do solo removido e devolvido ao interior da cavidade (buraco) após a deposição do conteúdo que se queria ocultar/enterrar. Só uma intervenção cientificamente orientada pode trazer respostas precisas em termos de seus conteúdos e suas possíveis e prováveis interpretações;
2. O conhecimento sobre seu conteúdo permite a exclusão de possibilidades, necessária a precisão de delimitações espaciais, já que podem servir como marcos

orientadores concretos e gatilhos de lembrança e a respostas concretas sobre a presença ou não de remanescentes ósseos, e;

3. Permite materializar presenças e ausências, dado que a não abertura destas feições deixará dúvidas eternas se contém remanescentes humanos ou não e servirá apenas à perpetuação das próprias estratégias de desaparecimento que se quer combater, adensando brumas de incerteza. Por exemplo: as etapas de campo jamais intervêm em um dos poços presentes na área da base sendo, portanto, impossível excluir a possibilidade da presença de remanescentes ósseos em seu interior. Há que se considerar que o poço está em uma base para a qual confluem relatos de morte e enterramento, nenhum especificamente sobre ele – mas antropólogos e arqueólogos com experiência sabem que estruturas semelhantes, como poços e cisternas, são áreas clássicas de descarte de lixo/evidências e ocultação de corpos (Wheeler, 2000; Ceker & Stevens, 2015).

Estas feições também materializam todo um sistema punitivo que incluía o aprisionamento e a tortura sistemática a partir do uso de buracos cavados, ao que se associam relatos de pessoas pendurados de cabeças para baixo, amarradas com cordas em estacas afiadas à beira dos mesmos, onde recebiam empurrões, socos e choques elétricos. Estes elementos são os que, nestas narrativas, dão dimensão material ao “clima de medo” e menção à “condenação ao inferno” àqueles que sabiam que seu destino seria a base de Xambioá, lugar longe dos olhos dos moradores, mas perto o suficiente da cidade para que soubesse o que se passava ali (Felipe 1993: 201). São várias as referências a prisões em larga e pequena escala nas bases de Bacaba e Xambioá e o encarceramento de pessoas em buracos (valas) fechadas com grades de ferro (Corrêa, 2013: 352; Mechi: 2012, 328). Tudo isto dá fisicalidade à existência de espaços e estratégias negadas por muito tempo pelos militares enquanto “invenção da esquerda” (Mechi: 2012, 336).

Cada uma destas bases militares, portanto, era um elemento sólido da paisagem e carregava seu próprio microuniverso de terror – a da base de Xambioá com os buracos. A conexão entre as bases militares e suas áreas de influência espalhavam medo e ansiedade por uma rede dendrítica que seguia estradas e caminhos. Os objetivos, possibilidades, estratégias e táticas utilizadas pelas Forças Armadas e pela guerrilha permitiram elaborar um quadro de simples, porém didáticas, oposições binárias que ilustram os passos da repressão rumo à destruição de guerrilha e floresta.

Paisagem da guerrilha sob o jugo da repressão	Paisagem das Forças Armadas em suas estratégias repressivas
Auto abastecimento	Compra e venda
Escassez	Abundância
Produtos locais	Produtos externos
Manufatura	Industrializado
Acampamentos	Bases
Invisíveis	Visíveis/invisíveis
Desconhecidos	Sabidos
Longe de curso d'água	Próximos a cursos d'água
Picadas e estradas tropeiras	Estradas de rodagem e operacionais

Tabela 109. Comparação entre elementos que compunham a paisagem da guerrilha e a paisagem repressiva

Os elementos apontados acima permitem dizer que não apenas as bases militares, mas toda a paisagem da repressão, incluindo todas as bases militares, guerrilheiras e todas as povoações, formam uma paisagem de terror (*terrorscape*), lugar de memória para o qual converge a violência política perpetrada pelo Estado (Mazucchelli, van der Laarse, & Reijnen, 2014: 4). Enquanto no Norte geopolítico, especialmente na Europa, as paisagens de terror tendem a ser lugares históricos de alta densidade material e monumentalizados, semelhante ao que se encontra em alguns contextos urbanos no Brasil (como é o caso dos prédios do DOPS), os locais que assistiram a estratégias de silenciamento, ocultação e destruição de evidências no Bico do Papagaio expressam-se de modo discreto, mas não menos significativo, com ausência intencional de testemunhos materiais da violência que ali ocorreu.

A paisagem das estratégias de terrorismo de Estado que gestaram a repressão ocorrida no Araguaia solidificou-se, assim, através da incerteza carregada pelas mudanças e pelas novidades introduzidas, parte de novos sistemas que discreta (eletricidade) ou obviamente (granadas e armas automáticas) causaram receio e medo (Darnton, 2015; Martins, 1993). Os novos objetos trazidos pelo sistema de abastecimento militar, carregados e descartados por soldados por toda a região, no âmbito da modernidade autoritária, chegavam com o receio comum das inovações tecnológicas, enquanto elemento que vem de fora. Aqui, essas inovações foram potencializadas pelas frentes de expansão e pela repressão, que correram juntas, impondo novos objetos (enlatados), vocabulários (terroristas) e pessoas (militares) (Sader, 1990: 118).

São estas manifestações o lado mais obscuro e nefasto da modernidade dos anos de 1960 e 1980 no Brasil. O regime militar estimulou a vinda e estabelecimento de novidades que compunham sistemas tecnológicos que destruíram, controlaram e desapareceram, forçadamente ou de modo indireto, com a floresta que se erguia intransponível entre o Estado e a resistência, com modos de vida considerados atrasados e primitivos, e com pessoas de

repente consideradas perigosas ou indesejadas, em seus tempos históricos distintos (Gonzalez-Ruibal, 2012b: 159).

Os rumores, a propaganda antiguerrilha, as torturas, desaparecimentos e os atos indizíveis e inexplicáveis que eram parte da repressão talharam direitos mínimos de liberdade: o medo de não ter o que comer, de não obter bens básicos a saúde, frente à desigualdade dos efetivos militares que tinham acesso a bens supérfluos e de lazer e à itens considerados de tecnologia de ponta para a época; o medo do amigo e do conhecido, a desconfiança e a quebra dos laços de amizade que sustentavam tramas de apoio mútuo, material e emocional; o medo dos buracos onde se era jogado o lixo (ou como lixo), descartado o que não tinha valor, associados às punições iminentes, se não de si, daqueles a quem se queria bem, uma forma de disciplina enfiada goela abaixo que determinava onde caminhar, o que falar, com quem falar, como se portar, onde ir, o que comer e inclusive quando e como morrer. A paisagem e os elementos materiais da repressão transmitiam uma série de mensagens: não ultrapasse, não descumpra as regras, não desobedeça, não passe, não tenha, não minta, não fale e não sinta. A incerteza desse não-saber fica muito clara na carta dos Aikewara à Comissão Nacional da Verdade, quando ressaltaram como seu povo havia “sofrido violência dentro e fora de casa sem saber o porquê da presença dos homens da aldeia na 'caçada' de pessoas” (CNV, 2014).

No escopo de uma política de terror implementada como mecanismo que materializou uma paisagem que era a própria premissa da doutrina de segurança nacional (Padrós, 2005: 16), o medo e o silêncio imperaram inseparáveis, seja enquanto defesa às ameaças a vida, seja como recurso utilizado pelas Forças Armadas para isolar a população dos guerrilheiros. As estratégias que impunham medo, mencionadas acima, culminaram em um estado de constante alerta, no qual todos eram suspeitos, todos, portanto, passíveis de serem levados às bases em Marabá, Bacaba ou Xambioá, de serem mortos, terem seus corpos profanados ou desaparecerem (Silva, 2008: 82). A paisagem no Araguaia é, portanto, tanatopolítica, articulando morte, destruição e ocultamento, expressos em narrativas e nos complexos arranjos materiais associados à violência do autoritarismo (Vecchi, 2014: 137).

5.4. Infraestruturas de repressão

O não-saber e a incerteza acarretados pelos desaparecimentos são parte das próprias ferramentas que tornam esta estratégia possível e de efeito prolongado, reativada, intergeracionalmente, pela ambiguidade da perda que perpetua um silêncio incômodo cujas proporções sociais ainda estão para serem exploradas no Brasil. Nesta tese, utilizei o termo “desaparecimento” de forma um pouco mais ampla, como prática cujos tentáculos espalham-

se e permitem o desaparecer de documentos escritos, fotos, falas e outras evidências materiais, definidas e definidoras de culturas de terror e medo e de um Estado que não cuida de seus cidadãos.

Uma das narrativas sobre a guerrilheira Chica é interessante quanto a isso. Reportagem publicada no jornal *Diário Nippak*, em julho de 1979, diz que “tudo o que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado, nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar, além dos pedidos de matrícula (...) o espaço para fotografia está em branco” (SEDH/CEMDP, 2007: 261). Como prática, o desaparecimento prescinde de uma série de métodos, sistemáticos, desenhados para reprimir ao mesmo tempo em que esconde e mascara a violência política (Mazz, 2015: 83). Ele é, portanto, um dispositivo de “necrogovernabilidade” à medida que maximiza condições mortíferas para governar, reprimindo, ocupando-se da administração do corpo, dos rituais fúnebres, das rotinas burocráticas e da gestão do luto para atingir seus objetivos (Franco, 2018: 95). Esta é mais uma das razões da importância de abordagens bioculturais trazidas pela arqueologia para lidar com as consequências da ditadura, afinal, desaparecer é tem dimensão *biofísica* e *sociocultural*.

As desapareições forçadas de pessoas estão inseridas em mecanismos que apagam e ocultam por meio de estruturas que possibilitam que a existência civil de uma pessoa seja perdida dentro de um sistema que separa, do corpo, sua identidade social. Estes sistemas são possíveis em Estados autoritários extremamente burocráticos. A existência de alguém como cidadão ou de algo se liga a sua traceabilidade, do contrário sua localização é facilmente ou propositalmente perdida: não se sabe onde está, nem como está (Peirano, 1986). Outra condição para os desaparecimentos são sociedades em que a impunidade opera largamente, com uma profunda ausência de responsabilização perante a lei, tornando os perpetradores ainda mais irresponsáveis em seus atos, abrindo espaço para a proliferação de crimes clandestinos em contextos repressivos (Linghammar, 2008: 10; Aguiar, Kovras, 2018). Com as altas taxas de obscurecimento da história do passado contemporâneo (Harrison, Schoefield, 2010: 7), tem-se um quadro perfeito para os excessos.

Pensar na genealogia das desapareições, sua ascendência, o estabelecimento da sequência de eventos (inversos) pelos arqueólogos e antropólogos, permite melhor compreensão dos métodos e procedimentos que produziram as condições para as destruições que se assistiram e a exploração de instituições, documentos, atores e saberes envolvidos para que fosse bem-sucedida (Tamboukou, 2003; Franco, 2018: 95). Esta pesquisa é, ela mesma, uma tentativa de tecer uma genealogia de atos políticos repressivos, dependentes de forças de

inteligência e segurança do Estado, ações premeditadas visando a retirada de pessoas de suas famílias e o esforço de apagar traços e detalhes de suas vidas e das circunstâncias de suas mortes (Vigo, 2015).

A palavra "desaparecimento" ganhou peso a partir das estratégias repressivas que tiveram como objetivo eliminar não só os críticos aos regimes autoritários, mas tudo aquilo que poderia ser categorizado como subversivo, desviante e anormal, pessoas e coisas odiadas e temidas pelo processo de construção cultural do mal (Taussig, 1984: 470). Esta eliminação, ao menos no Brasil, recorreu ao chamado "desaparecimento forçado", mas também resultou de um enorme mecanismo que incluiu diversas instituições, envolvendo legalidade e extra-judicialidade, para métodos, técnicas e procedimentos cujos pequenos passos resultaram no apagamento de trajetórias e, assim, em desaparecimentos administrativos no interior de sistemas onde fica difícil responsabilizar alguém ("a culpa é do sistema"). Isto abriu espaço para um mundo de impunidade.

O sistema que desaparece administrativamente é aquele cujas brechas facilitam o desaparecimento forçado, formado no interior da arquitetura da segurança pública desenvolvida pela ditadura civil-militar brasileira no âmbito da doutrina de segurança nacional. Em seu lado mais ubíquo, este sistema faz com que erros, faltas e incoerências em documentos, dados e na rastreabilidade de informações alimente e reproduza continuamente os efeitos do desaparecer. Nos processos de buscas, a falta constante de comunicação com familiares tem paralelo em diversas práticas em voga: as incertezas, na perda de documentos, na destruição e fechamento de arquivos, na não utilização de abordagens científicas precisas para cada etapa de um processo de busca e identificação, em especial com contextos enterrados que necessitam de processos fundamentalmente destrutivos para serem abordados (como a escavação), na ocultação e destruição de evidências e na contínua perda de informações sobre eventos sobre os quais já se sabe pouco. Exclui-se, desmaterializa-se e marginalizam-se pessoas, coisas e lugares de novo, de novo e de novo.

O estudo das diferentes escalas de materialidade relacionadas à guerrilha do Araguaia possibilita não só um debruçar mais atento sobre a dimensão fenomenológica de elementos presentes em narrativas, como também abre possibilidade para que se proponham modelos explicativos para os desaparecimentos na região. Fica claro que no Araguaia não estamos lidando com modelos lineares (detenção-execução), mas sim não-lineares (detenção 1, detenção 2, execução, enterramento, exumação), como aqueles já observados para outros contextos do Cone Sul (Padrós, 2007a) e que envolvem diferentes e, muitas vezes, desconhecidos espaços.

As aparições dos desaparecidos em narrativas que os fazem emergir em distintos pontos da paisagem podem se referir a deslocamentos, ainda mais difíceis de linearizar devido ao pouco controle cronológicos das lembranças para reconstituir sequências de eventos. Relatos tratados como opostos podem estar se referindo a complexos percursos que trasladavam os detidos, capturados e sequestrados, justamente para que se reduzissem as possibilidades de reconstrução de trajetos através de ações que afetavam a orientação espacial dos prisioneiros, também para que eles não soubessem onde estavam (mesmo estando em locais de referência conhecida).

A estratégia do desaparecer com corpos dependia de passos concretos que geravam amarradas a lugares na paisagem, como as bases, demandando organizações burocratizadas (que se manifestam nas funções, posições e papéis de cada uma das bases, além dos arquivos presentes nelas para controle da informação e rápida comunicação, a rádio, para agilidade de ações e compartilhamento de dados), pessoal abundante, armas, meios de transporte (e abertura de estradas e ligações entre as bases) e lugares nos quais fossem detidos e torturados os inimigos. Isso só foi possível a partir da montagem de uma paisagem que incluía pessoal com capacidade e treinamento para operações de larga escala implementadas em curtos períodos de tempo (Aguilar & Kovras, 2018).

No Araguaia, as bases compunham parte de um repertório de procedimentos (Ranalletti, 2014) com dimensão fundamentalmente espacial, cujo método envolvia locais, iguais ou distintos, de sequestro, detenções (que poderiam ser duas bases distintas), tortura, execução e enterro e, em alguns casos, exumação. Uma vez mortos, os corpos poderiam entrar no domínio legal, sendo trazidos para os canais regulares burocráticos e forenses, como os enterrados em cemitérios municipais, sem registro ou como “desconhecidos”, ou seguir por vias clandestinas, deixados em superfície, enterrados em instalações militares, exumados, queimados, lançados do ar em desfiladeiros, e mutilados, com enterramentos das partes do corpo em locais separados: isto a partir de relatos conhecidos e das poucas investigações realizadas. Uma tipologia fina dos mecanismos para desaparecimento de corpos no Brasil ainda está por ser feita.

Um dos relatos sobre a morte e o desaparecimento do guerrilheiro Osvaldão (SEDH/CEMDP, 2007) indica a seguinte sequência:

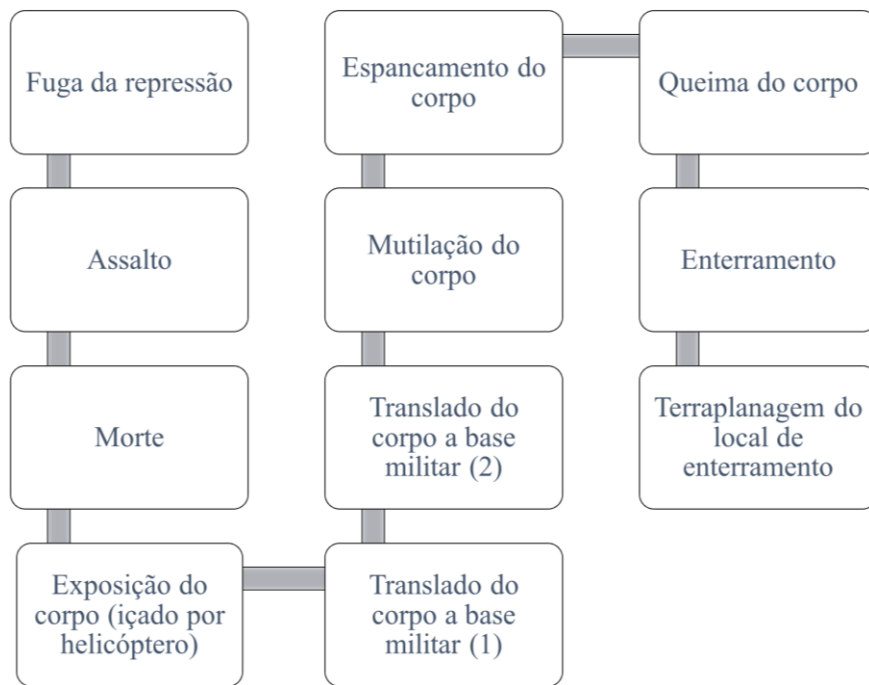


Figura 81. Sequência de eventos relacionados a relato sobre morte e desaparecimento do guerrilheiro Osvaldão.

Para sustentação destas estratégias, foi necessário que se construísse, no Araguaia, uma paisagem que materializasse o medo e a ansiedade constante frente as possibilidades de um porvir incerto. Estudando a mobilidade da guerrilha e seus pontos seguros, as Forças Armadas investiram pesado na construção de uma paisagem baseada em pontos de força que limitaram, ou exacerbaram à exaustão, o movimento dos guerrilheiros, fragmentando seus sistemas de abastecimento e enfraquecendo laços de amizade, de forma a afetar o acesso à medicamentos, saúde e comida e, assim, a integridade física das vítimas. Esta paisagem fora marcada pela introdução de novas tecnologias pelos agentes do Estado, em zonas submetidas a políticas de assentamento e colonização, de alimentos ultra processados até armas de calibre alto e de fragmentação cujas consequências à população local foram profundas e contínuas, demarcando a diferença material da assimetria de poder. Tudo isto fora também parte do estabelecimento do medo no âmbito do terror do Estado contra seus cidadãos, para tornar possível a morte, extermínio e desaparecimento das pessoas e tentar controlar ações de resistência e suas resiliências.

O enterramento dos vestígios na base de Xambioá, e o não enterramento dos vestígios na base do morro do Urutu, também é parte desse desaparecer, uma vez que tais práticas de descarte estão diretamente relacionadas a ocultar e esconder da visão aquilo que não se quer, por uma razão ou por outra: se isso melhoraria as condições de higiene das bases, premeditou o desmonte das estruturas, o abandono da área e a decomposição das construções basicamente

em madeira e tecido, para que, com o fim da operacionalidade do local, ela pudesse aparentar que ali nunca esteve, como se a base jamais tivesse existido. A presença de buracos retangulares (como a cavidade 8) de preenchimento rápido e resíduos das mais variadas funcionalidades (como na cavidade 10) sugerem, ainda, ações de limpeza que teriam ocorrido em período pós-abandono.

Tal preocupação não foi observada na base do morro do Urutu, longe dos centros urbanos e de difícil acesso, em um topo de morro meio a uma cadeia de montanhas, na qual os artefatos estavam todos em superfície, aos olhos de qualquer um – ou a de ninguém, já que quem ali vai, vai com o propósito de visitar a área, que não é de passagem, mas um canto sem saída que termina em um desfiladeiro. Isto se expressa claramente na distribuição estratigráfica do material: enquanto na base de Xambioá apenas 13% do total de peças foi encontrado em superfície, no morro do Urutu a superfície representa 79% do total. O mesmo pode ser dito sobre a presença de etiquetas rotuladoras na base de Xambioá, as quais contêm referências a importantes arquivos sobre os quais não se sabe nem o paradeiro, nem se ainda existem. Desapareceram. Onde estão os arquivos da base de Xambioá?

É palpável, na região, que a desapareção e as tentativas de apagamento desta história engenharam raízes na paisagem, criando incertezas que materializam a ausência a todo o momento: nas histórias sobre os guerrilheiros, no medo imediato de punição, no silêncio e na relação entre paisagem e “guerra”, segundo a memória camponesa. Esta complexidade torna o pensamento espacial sobre o destino dos guerrilheiros ainda mais difícil de apreender. Desaparecimento não é apenas sinônimo de ausência de tipos específicos de vestígio (já que as ações humanas sempre deixam alguma marca), mas da construção da incerteza por meio de informações fragmentárias e muitas vezes contraditórias, cuja evidência material é difícil de interpretar e de relacionar com os poucos relatos orais.

Todo o repertório de procedimentos necessários para reprimir e ocultar as marcas da violência política prescinde de uma dimensão material, a qual se manifesta nas diversas obras de engenharia e em toda uma infraestrutura que são parte dos passos que o Estado deu rumo a uma “economia dos desaparecimentos” (Lamont, 2017). No Araguaia, ela foi instalada para promover incremento material de um lado e escassez do outro. A infraestrutura cujos resíduos materiais são explorados nesta tese é a própria assimetria de poder que no Araguaia correu junto e possibilitou a implantação das estratégias repressivas e seus métodos. Como outras formas de terrorismo, o de Estado também tem relação bastante próxima com infraestruturas, - sistemas viários, de abastecimento, de saúde, etc. -, impulsionados pelas Forças Armadas,

destruindo a estrutura guerrilheira que permitia a existência física e reprodução da resistência (Kornfeld, 2003: 442).

É evidente, portanto, que a construção da paisagem repressiva no Araguaia e a cultura material que é seu conteúdo mantiveram o Exército ativo ao mesmo tempo em que impingiu terror à população e estrangulou o movimento guerrilheiro pela fragmentação da estrutura da paisagem da resistência. A enorme transformação que a repressão causou na região deve ser entendida como ruptura material, tanto na paisagem como no dia a dia cotidiano da população, cujas expressões materializam-se nos enlatados que nunca se viram, das bases militares como centros de terror e nos corpos ainda por descobrir (Gonzalez-Ruibal, 2016: 40).

Comida, remédios, estradas, armas, alojamentos conformam um quadro que dava suporte a estruturas com propósitos distintos, em tempos históricos distintos: uma para reprimir e a outra para resistir. A infraestrutura de repressão também precisou de meios legais para se estabelecer, a exemplo da declaração dos municípios paraenses perigosos, à luz do AI-5, criminalizando os movimentos sociais. Também se utilizou da comparação, a todo o momento, como forma de acirrar o poderio do Estado, no qual uma infraestrutura crescia em assimetria à outra, atingindo o controle social por meio da negação da mobilidade, do acesso à saúde e da aquisição de alimentos básicos, quebrando laços de apoio mútuo e gerando medo. Ela organizou-se de modo distinto daquele da repressão no meio urbano, com a proliferação de estruturas policiais e punitivas, como delegacias e centros de detenção (apesar da delegacia de Xambioá ter feito parte dos métodos utilizados), mas utilizou, sobremaneira, estruturas de assistência, como hospitais e pontos de saúde, para obter informações que poderiam ser utilizadas pela inteligência.

O recrutamento e treinamento de torturadores, a manutenção de sistemas de sigilo e outras operações logísticas são outros componentes do investimento das Forças Armadas em destruir as pessoas que eles temiam (United States. Congress. House. Committe, 2011: 29). A infraestrutura da resistência (Shantz, 2009: 102), os recursos acumulados disponíveis aos guerrilheiros para consolidar mobilizações e um movimento sustentável no Araguaia, teve sua concretização violentamente afetada pela repressão. Hoje, muito da infraestrutura da repressão utilizada na região ainda está de pé, seja física ou simbolicamente, e seu desmonte necessário ainda está pendente.

5.5. A falta que a arqueologia faz

A importância da arqueologia para a busca por pessoas desaparecidas tem sido parte das boas práticas empregadas pelo Estado em países como o Chile, o México e a Colômbia, e tem atingindo importante dimensão como parte de organizações não-governamentais como na Argentina, Peru, Guatemala e Uruguai. O Brasil resiste a esta contribuição, por um lado mantendo abordagens antropológicas e das ciências sociais longe das práticas forenses, restritas a seu papel denunciatório, mas não investigativo, domínio das ciências médicas. O afastamento dos arqueólogos dos temas contemporâneos e a pouca abertura das estruturas médico-legais do Estado às demais áreas do conhecimento que não a medica-odontológica também acirra o problema. O desconhecimento dos gestores sobre processos de identificação e busca por desaparecidos também.

Do nosso lado, o crescente interesse da arqueologia esbarra na falta de clareza do que é ou não arqueologia forense e qual a contribuição arqueológica aos estudos sobre repressão militar. Esbarra também nos problemas do meio acadêmico arqueológico, e das universidades em geral, com o manejo do capital simbólico por professores e o uso do poder e do prestígio em detrimento do que está fora do meio (González-Ruibal, 2011b: 99) que não facilita mudanças nem novas abordagens, que se autopromove, que não reconhece a falta de determinados saberes e nem a ocorrência de alguns deles fora do meio universitário, como foi o caso da antropologia forense latino-americana.

A arqueologia traz contribuições não apenas à escavação, recuperação e análise de remanescentes humanos, mapeamento e localização de valas, adensamento de pesquisas preliminares que auxiliam no norteamento de buscas, compondo as etapas necessárias para os processos de identificação, mas constrói melhores pontes entre os temas da memória e da história, consolidando narrativas sobre fatos silenciados e as estratégias de repressão que os escondem: seja como evidência seja como “memória material” (Zarankin, Salerno, 2008; Zarankin, Niro, 2010), a sequência de eventos e vários dos paradigmas arqueológicos mais básicos, como as escavações estratigráficas, permitem materializar memórias que preenchem o vácuo da incerteza infundável e retroalimentada do desaparecer através da habilidade que a arqueologia tem para olhar o não-dito e o que muitas vezes está para além do discurso (Gonzalez-Ruibal, 2014: 12).

A cisão da antropologia no Brasil e a apropriação do termo pela medicina forense não tornou as coisas mais fáceis. A literatura sobre o tema reflete a mega ausência da arqueologia, seja de estudos mais específicos de tafonomia ou validação de métodos em amostras populacionais até a definição de políticas nacionais sobre a busca de desaparecidos,

esclarecimento e desmonte das infraestruturas repressivas militares e contribuição para pautas sobre memória, verdade e justiça. Mesmo com o crescimento de publicações que usam o termo “antropologia forense”, em especial a partir de 2008, para as teses e dissertação, e 2010, para os periódicos científicos, nem antropólogos tão pouco arqueólogos estão representados. A apropriação do campo é ainda mais particular no Brasil se comparado a nossos vizinhos, uma vez que são maciçamente os odontólogos os que mais recorrem a ele, ecoando antigas práticas que sobrepujam identificação a métodos de identificação positiva com base em documentação odontológica.

Isto sugere, portanto, que a multidisciplinaridade não é o forte do país e que a antropologia forense que se monta é fortemente orientada para a identificação como técnica e não como processo ligado ao como, porque e quando pessoas desapareceram e seguem desaparecendo no Brasil – processos complexos que uma única área do conhecimento não consegue abordar. Os interesses e valores da produção bibliográfica analisada aqui desvelaram relações de poder e o vazio deixado pela ausência da antropologia e das ciências sociais ao debate (digo por meio de áreas afins que compartilham abordagens bioculturais). Este põe em xeque qualquer advogar em prol da neutralidade da ciência, como muitas vezes é afirmado no campo pericial, dado que o “universo da mais pura ciência é um campo como qualquer outro, com suas relações de força e monopólios, suas lutas, estratégias, interesses e lucros” (Bourdieu, 1983: 123). Os arqueólogos e os antropólogos, com a formação correta e conhecedores das boas práticas do campo forense, precisam reivindicar este espaço.

Ao pensarmos nas redes sociais que se estabelecem entre os autores dessa literatura quanto às instituições a que pertencem, o que se verifica é a manutenção de nichos científicos. Apesar das múltiplas autorias, a maioria pertence à mesma instituição. Quando não, são pessoas que trocaram de instituição, mas que mantiveram os laços com seus antigos departamentos, os coautores sendo ex-colegas e conhecidos. O aumento no número de autores nas publicações não aumentou a multidisciplinaridade, mas o reforço de nichos de conhecimento. Por fim, este é um conhecimento que tem sido produzido hegemonicamente pela região Sudeste do país, mais especificamente pelo eixo São Paulo-Piracicaba.

Há um viés bastante forte que resiste à inclusão da antropologia e da arqueologia como ferramentas utilizadas pelo Estado no escopo da implementação efetiva dos direitos da justiça de transição (o direito à memória, à verdade, à justiça, à reparação e à reforma institucional). Diversos destes aspectos têm sido criticados por grupos da sociedade civil ligados aos temas e ainda estamos longe de um serviço médico-legal que esteja no cerne dos mecanismos que dão resposta às famílias de pessoas desaparecidas. É grande a relação entre o serviço médico-legal

e a universidade (a mencionar o Serviço de Verificação de Óbito, por exemplo), expresso no organograma que o torna uma das forças policiais (a polícia científica) e refletindo a falta de autonomia de nosso sistema judicial. Também exemplifica como os dispositivos de desaparecimento são não apenas complexos mais dependem da infraestrutura do Estado.

Um dos fatores que também pesa à ausência da arqueologia, trazendo novas abordagens e possibilidades, forenses ou não, é o que se convencionou chamar de “medicalização”. A medicalização, grosso modo a incorporação de outros saberes como conhecimento, necessidade e até ato médico, relaciona-se ao uso da medicina como ferramenta hegemônica de poder e estratégia de controle social (Conrad, 1992).

Em especial no âmbito dos movimentos ligados ao parto humanizado e ao acolhimento na saúde pública, a perspectiva baseada na doença-indivíduo dentro da medicina tem sido alvo de constantes críticas (Thébaud, 2002). Esta perspectiva recorre no âmbito forense no Brasil, quando os casos de desaparecimento são tratados individualmente, sem abordagens holísticas que deem voz e protagonismos as famílias assim como as histórias de cada pessoa sendo buscada. A medicalização reflete-se, aqui, na ausência de multidisciplinaridade e na construção do médico como um “super-cientista” que domina diversas áreas do conhecimento, inclusive a antropologia. Se é verdade que os serviços médico-legais deveriam estar no cerne dos mecanismos governamentais que dão suporte às famílias que buscam por pessoas desaparecidas, também é verdade que diversos conhecimentos precisariam estar ali presentes e que, portanto, arqueologia e antropologia deveriam ser incorporadas aos institutos.

É claro que, em regiões como a América Latina, onde o Estado é, com frequência, o próprio perpetrador, seus serviços muitas vezes não dão conta do cuidado que os cidadãos têm direito ou necessidade, não há interesse na melhora e as instituições públicas frequentemente estão ou estiveram comprometidas com os crimes. A ausência de diálogos com outras áreas do conhecimento também anula possibilidades, de distintas naturezas, trazidas pela arqueologia forense ou pela contemporânea, cujo olhar pode esgueirar-se por frestas não percebidas pela visão monolítica da medicina forense às buscas – como, por exemplo, analisar os materiais não associados diretamente a enterramentos e ao contexto em si como fonte de informação para compreender plantas de bases militares cujos marcos ligam-se às memórias e narrativas de enterramentos, contribuindo para a materialização da repressão descomunal e colaborando para escrever a história da ditadura no país.

Há falta de preocupação clara com a osteobiografia, contexto, história e circunstância que está relacionada ao que ocorreu e ao direito de saber nas buscas do país. O predomínio da identificação como um fim e não como um processo mostra o peso da criminalística no Brasil

e a predominância de perspectivas orientadas à resolução de crimes e identificação do criminoso e não ao encontro de pessoas para retorná-las a suas famílias, realidade de um país com uma enorme e crescente quantidade de pessoas desaparecidas e de corpos desconhecidos que não se casam. O desaparecimento de pessoas e seus efeitos tem recebido pouca atenção pública no país. Se 82.684 casos de desaparecimentos foram registrados em 2017 segundo levantamento realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, só nos resta imaginar a quantidade de desaparecimentos e os efeitos do desaparecer desde 1964 até hoje, em uma realidade que não desmontou a infraestrutura repressiva instalada pela ditadura. Entre 2007 e 2017, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha no Brasil estima um total de 786.071 pessoas desaparecidas no país (CICV, 2018).

O peso das informações contextuais e circunstanciais também é pequeno nesta realidade, assim como o estabelecimento sistemático de abordagens que permitam o refinamento dos locais de busca acompanhados por compreensões mais acuradas dos espaços de repressão, como as bases, em sua relação com relatos orais. Faltam mecanismos que concentrem propostas específicas para prospecções intensivas e extensivas de áreas potenciais, concomitantes ao navegar pelas narrativas, histórias e memórias dos sobreviventes, sistematizações de dados sob crivos específicos, inclusive dando base material a relatos que negam a existência de determinados espaços, como as bases militares que compuseram a paisagem de repressão no Araguaia.

Os impactos da nova antropologia física, com os anos pós-IIª Guerra, não parecem ter surtido efeito considerável nas abordagens forenses no Brasil, que ainda focam na compreensão anátomo-fisiológica de um corpo fora de contexto ao invés de no entendimento biocultural favorecendo uma compreensão mais holística do processo de desaparecimento (Khongsdier, 2007: 40). Isto também favoreceu para o quadro atual de ausência completa da arqueologia e do conhecimento antropológico contemporâneo nas investigações sobre a ditadura militar. Quando a arqueologia aparece, se é que ela aparece, é como exumação, técnica de cavar bem. A arqueologia, para além das contribuições às análises de remanescentes humanos em contexto, tem contribuições bastante específicas, por exemplo, na obtenção de dados cronológicos que podem somar-se às evidências que reforçam os locais investigados enquanto militares ou ligados a períodos da repressão, frente a possíveis dúvidas ou negativas sobre a existência de assentamentos de Forças Armadas em áreas para as quais convergem relatos, como ocorre no Araguaia.

Abordagens comparativas que o conhecimento arqueológico traz, permitem dizer que grande quantidade de artefatos com considerável repetição e frequência de morfologias e

funções presumidas, associados a detalhes de sua distribuição espacial, além de relatos orais e documentais, se existentes, sugerem locais que não correspondem a papéis residenciais ou nos quais atividades expeditas ocorreram. Estes aspectos lembram aqueles de locais de intensa atividade específica, funcionalidade orientada, estruturas hierarquizadas e organizadas para produção (de bens ou ações) (Rice, 1981).

Um olhar para as características do registro arqueológico na base de Xambioá põe por terra questionamentos de que o que se encontra ali é fruto de práticas fortuitas ligadas a passagem de pessoas ou a alguma antiga residência. No presente caso, é clara a repetição (consideradas, aqui, como números mínimos de recipientes) de ampolas (324 peças) e frascos de remédio (317 peças), seringas (64 peças) e suas embalagens (102), e diversas latas (1131 peças). Também há um número de objetos cuja frequência é baixa em comparação aos anteriores, mas cuja significância é grande e difere daquela de contextos de unidades domésticas, como munições (69 peças) e materiais militares, como uma insígnia (1 peça), para não mencionar as baterias. Estes números não correspondem a um fortuito uso do espaço, como demonstrado pelas estruturas em contexto e as associações de seus conteúdos, indicando que as práticas de descarte encontradas ali não são aleatórias, mas frutos de escolhas conscientes que tinham o enterrar como prerrogativa (que não estava presente no Morro do Urutu).

Muitos artefatos contêm referências a objetos destinados ou produzidos especificamente para e pelas Forças Armadas brasileiras, como os que literalmente contêm escrito “Exército brasileiro” nos sacos de gaze (“farmacêutico curativo estéril”) e nas capas das baterias, a “FR” da Fábrica de Cartuchos de Realengo (na base dos estojos de cartuchos 7mm), “LAQFA” (laboratório químico farmacêutico da Aeronáutica) ou “LQFE” (laboratório químico farmacêutico do Exército”) na superfície de ampolas e remédios. Igualmente relevantes são as etiquetas rotuladoras que carregam expressões de cunho militar, como “efetivo” e “operações”. “Operação Gorro Preto” não apenas é uma expressão que raramente será encontrada fora de um contexto de Forças Armadas, como o próprio termo “gorro preto” pode remeter tanto aos comandos, forças especiais e aos paraquedistas (PQD) do Exército brasileiro (Morais, Silva, 2005: 450) como a imagens figurativizadas de guerrilheiros e estereótipos de combate (Funaleti, 2010: 197). De modo indireto, a recorrência da cor verde em fragmentos de tecido também se soma aos demais dados do contexto como um indicador, já que é a cor clássica dos uniformes militares. O mesmo pode-se dizer da presença dos cartuchos para o FN FAL, arma adotada pelo Exército brasileiro e produzida localmente desde 1964 graças a um acordo do regime com a Bélgica.

A arqueologia contribui sobremaneira com a obtenção de cronologias históricas relativas, se utilizados alguns dos modos de representar e utilizar as barras cronológicas. Elas permitem inferir intervalos de tempo que ligam o contexto ao período em apreço e dão suporte ao mapeamento de locais associados à repressão: ao buscarem-se locais entre, por exemplo, 1972 e 1975, com base em fontes escritas e relatos orais, podem ser reduzidas as possibilidades espaciais de onde intervir, prospectando através do uso da inspeção visual as quais fornecem dados topográficos e ecológicos que sugerem alterações humanas pontuais.

O gráfico da figura 80 constrói barras cronológicas com base nos períodos de produção dos objetos encontrados segundo seus tipos, marcas e inscrições. A tabela 108 contém datas exatas ou aproximadas de início de períodos de produção com o ano dos intervalos referentes a sua existência por indicador cronológico. Considerando-se o período de tempo com a mais alta incidência de intervalos de produção e aquele não anterior aos cartuchos FN FAL produzidos em 1964 e não posterior ao início da produção da Ceralit, em 1978, para os materiais da base de Xambioá. É claro que a vida dos objetos pode ser longa em contextos campestres como o estudado, com descartes posteriores ao final de sua produção (Adams, 2003). Mas a indicação, se somada aos demais marcadores, é sugestiva do período. Objetos com produção mais tardia, isto é, pós-1975, também levantam dúvidas sobre os processos que ocorreram pós-abandono da base.

INDICADORES CRONOLÓGICOS	ANO DE INÍCIO DA PRODUÇÃO	INTERVALO
MERRELL	1828	191
DILUENTE ÁGUA CARLO ERBA	1853	166
WHITE HORSE	1861	158
LABORATÓRIO MILES	1884	111
FABRICA SINGER CGC: 61.432.506/1	1889	130
LÂMPADA PHILIPS 60 WATTS	1891	128
ROCHE	1896	123
LÂMPADA OSRAM 100 WATTS	1906	113
HELLMANS	1912	107
PLASIL - SANOFI-AVENTIS LAB	1919	100
RHODIA	1921	73
BARALGIN - HOESCH	1922	97
NOVALGINA	1923	96
HOEGHST	1925	74
PEIXE EXTRATO DE TOMATE	1928	70
ENO - LABORATÓRIO BEECHAM	1928	62
KOLYNOS SÃO BERNARDO LABORATÓRIOS NEW YORK	1929	68
PNEU, PIRELLI, INS CCCMF 61150751-02	1929	90

EUROFLEX - LABORATÓRIO SAVAL	1930	89
ALKA SELTZER - MILLES LABORATORY	1931	47
JOHNSON & JOHNSON	1933	86
LABORATÓRIO MILLET ROUX	1933	86
AMPROSYL - ABBOT LAB. DO BRASIL	1937	82
PORCELANA MAUÁ	1937	31
MATTE LEÃO CONCENTRADO	1938	81
M. AGOSTINI COM. IND. S.A.	1938	77
FABRICA CARTUCHOS REALENGO - FR	1939	38
COLGATE - CREME DENTAL	1940	79
CICA	1941	62
COCA-COLA	1941	78
COPO YAYA - PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	1941	63
BIS LACTA, RUA BARÃO TRIUNFO	1942	77
ALERGISTAMINE - DARROW LABORATORY	1942	64
AIRSOL COMPANY INC INSECT REPELLANT TYPE 114	1943	76
LQFE	1943	76
PENICILINA G. SQUIBB	1944	61
ÁGUA RADIO ATIVA NA FONTE - FONTANA, DECRETO LAVRA 1948	1948	43
BOMBRIL	1948	71
LEITE DE COLÔNIA STUDART SA	1948	71
FONTOURA WYETH	1949	70
HERO EXTRATO DE TOMATE	1950	47
BOLACHINHA BAUDUCCO, RUA CAPITÃO FRANCISCO DE PAULA, CAMPINAS,	1952	67
WHEATON	1952	67
FN OXYLESS	1953	66
COLA PLÁSTICA POLAR - CIA COMPACTOR	1954	65
CASCOLA - HENKEL	1955	64
STARRETTI - ÓLEO ANTICORROSIVO	1956	63
TETREX - BRISTOL	1956	63
CIV	1958	61
ROTULADOR DE LETRAS	1958	61
GARRAFA TÉRMICA TERMOLAR PORTO ALEGRE	1958	61
DRURY'S WHISKY SPECIAL	1959	60
ETTI CONSERVAS FINAS CAJAMAR	1959	60
ANADOR - BOEHRINGER INGELHEIM DO BRASIL QUÍMICA E FARMACÊUTICA	1937	60
CCPAAESP	1959	52
L'ORÉAL PARIS, PRESIDENTE DUTRA, DESODORANTE	1960	59
FABRICANTE RICHARDSON-MERRELL-MOURA, SUPRA SUMO	1960	20
BD PLASTI PACK	1961	58
KI-SUCO	1961	14
NESCAFÉ	1961	58
BAMBA	1961	31
LANCHE MIRABEL	1962	39

SANDÁLIA TIPO HAVAIANA	1962	32
SERINGA - JITAN TERUMO, TÓQUIO, JAPÃO (DISPOSIBLE SERINGES)	1963	56
FANTA	1964	55
FERTICAMPS	1964	1
FN 64	1964	1
KI COCO - KIBON	1965	20
FN 65	1965	1
AVANÇO DESODORANTE, HYPERMARCAS	1966	53
ÁGUA E SAL SÃO LUIZ EXTRA	1967	33
ATENSINA - BOEHRINGER INGELHEIM	1969	50
OTO-XILODASE- LABORATÓRIO APSEN	1969	50
XERETA CREAM CRACKER	1969	33
50 CENTAVOS CRUZEIRO 1970	1970	16
LAB BALDACCI - ORNITARGIN	1970	49
20 CENTAVOS 1970	1970	16
CEME CENTRAL DE MEDICAMENTOS	1971	48
LAQFA	1971	48
PLASTICO GRANDENE, FARROUPILHA, RS	1971	48
CERVEJA LEVANTE E PUXE LIFT RING-PULL	1971	21
POLARONIL - SCHERING-PLOUGH	1971	38
MONOFILAMENTO LABORATORIO BRUNEAU S.A. 27/12/1972	1972	47
COPO AMERICANO NADIR FIGUEIREDO	1972	47
IBAP, FORTE CE (17 SETEMBRO 1973)	1973	46
FUMO SUPERBOM - INCOFUSBOM (09.05.1073)	1973	46
INDS HELLER SP	1974	45
DORFLEX - LABORATÓRIO SANOFI-AVENTIS	1970	4
CRISTALCUCAR - UNIAO	1975	44
CERALIT	1978	41

Tabela 110. Indicadores cronológicos para a base de Xambioá com intervalos de produção.

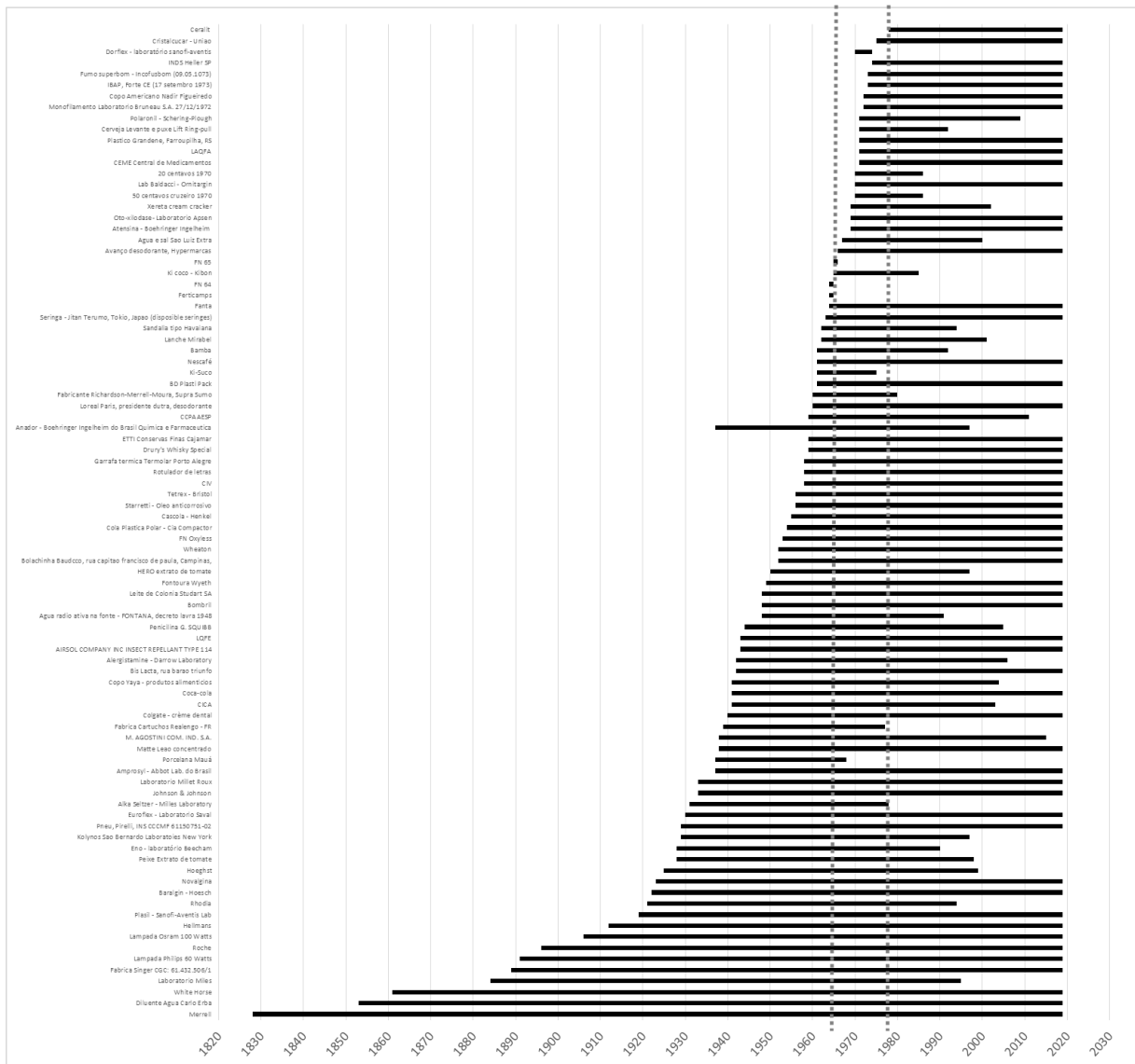


Figura 82. Barra cronológica com base nas marcas, inscrições, tecnologia e tipos de vestígios encontrados nas bases militares escavadas (intervalo cronológico entre as linhas verticais pontilhadas).

Datas ainda mais específicas permitem indicar outros aspectos crono-espaciais: a presença de remédios dos Laboratórios Bruneau S.A., fundado no dia 27/12/1972 indicam, ao menos, que a cavidade 8 não pode ser anterior a esta data. Todavia, a presença de plástico da INDS Heller que passou a existir a partir de 1974 sugere que o preenchimento da cavidade 8 pode ter sido longo, permanecendo aberta durante todo o período da base. A presença do copo americano da Nadir Figueiredo nas cavidades 1, 2, 8, 9, 10, 11, 1 e 14 indica que elas não poderiam ter sido formadas antes de 1972, ao menos. A cavidade 10 que conta com fragmento de plástico IBAP, indústria fundada em 17/09/1973, indica, em parte, que sua formação não pode ser anterior ao período e, portanto, pode indicar que seu preenchimento teria ocorrido posteriormente a algumas outras cavidades.

A presença de embalagem da Cristalçúcar, produto dos Açúcar União criado em 1975, indica que a cavidade 12 pode ser mais tardia ou que permaneceu aberta por mais tempo. Indica também que alguma atividade na base pode ainda ter ocorrido em datas mais tardias como 1975. A presença de ampolas LAQFA na cavidade 09 indica, por exemplo, que ela não pode ter sido formada antes de 21/05/1971, data de estabelecimento deste laboratório no interior das Forças Armadas. Uma série de moedas de cruzeiro foi também encontrada, com valores de 5, 10, 20 e 50 centavos, todas (as possíveis de terem suas inscrições lidas) cunhadas em 1970 e todas na cavidade 8 da base de Xambioá. O mínimo de informação que se retira é a impossibilidade desta cavidade ter sido formada antes de 1970, já que nenhuma destas moedas existia.

Por meio de um leque de conhecimentos, procedimentos e a compreensão das lógicas de seu uso e aplicação como escolhas científicas (Sigler-Eisenberg, 1985: 651), um arqueólogo não apenas observará a significância e a associação de uma série de dados, incluindo os não-esqueléticos, por meio de técnicas de exposição *in situ* que permitem preservar e observar a evidências/cultural material, feições e estratigrafias de modo mais integral e contextual, causando mínimo dano a possíveis remanescentes humanos e evidências associadas, reduzindo as chances de perda de objetos difíceis de detectar a olhos nus,

Os arqueólogos têm tido papel fundamental nas pesquisas preliminares, ouvindo testemunhas, familiares e vítimas, ao terem a habilidade de propor correspondências entre informações orais, representações êmicas e sua dimensão material e fenomenológica. O mais óbvio se dá nas entrevistas para coleta de dados antemortem, mas também tem crescido quanto à dados relacionados a locais de enterramento e paisagens forenses. Se há informações sobre buracos, o conhecimento do comportamento de ações antrópicas em determinados tipos de solo, somada à experiência profissional, facilitara o diagnóstico de feições na forma de depressões circulares acarretadas por compactação de solos. Isto é, que tipo de marcas buracos utilizados para enterrar (o que seja) deixam em superfície? O que pode ser encontrado, em termos materiais, dos relatos sobre a repressão e os desaparecidos? Como os dispositivos para desaparecimento se manifestam materialmente?

Para além da óbvia e solida contribuição às prospecções, escavações e análises, a interpretação arqueológica, a proposição de sequências de eventos e a construção de narrativas são causas e consequências da quebra de regimes de verdade e histórias únicas que excluem importantes expressões da memória coletiva (Carvalho, Funari, 2009), como a da repressão e a dos desaparecimentos no Brasil.

Conclusão

Esta tese parte dos remanescentes materiais da repressão: as bases, as munições, as latas, os remédios, a paisagem dos que reprimiram e a ausência dos corpos dos que desapareceram, e que compõem a “história material de um passado traumático” (Gonzalez-Ruibal, 2016: 24). Esta materialidade opunha-se ao que as Forças Armadas chamaram constantemente de “material subversivo” (Grabois, 1979), espingardas de caça, facas, facões, foices, diário, livros e todo um conjunto que dava existência à resistência e que ainda está por ser explorado no Brasil, no âmbito não só de uma arqueologia da resistência, mas também de uma arqueologia do subverter.

Guiada por perguntas ligadas ao potencial dos materiais não esqueléticos em contextos de repressão que contaram com prospecções para a localização de possíveis enterramentos clandestinos, aos quais convergem relatos orais, no escopo de investigações de caráter forense, a tese também deu foco à dimensão dos mecanismos postos em prática para que as pessoas morressem ou fossem mortas, aterrorizadas e torturadas (Gonzalez-Ruibal, 2016: 24). Também buscou trazer dados que somassem informações às circunstâncias nas quais pessoas desapareceram e a base material necessária para o estabelecimento do terror no Bico do Papagaio com o fim de exterminar a resistência organizada pela guerrilha do Araguaia contra o regime militar: uma infraestrutura que arquitetava a destruição em seus mínimos detalhes.

Foram estudadas as pouco visíveis bases militares que compuseram a paisagem da repressão no Araguaia, ocultadas conscientemente e esquecidas oficialmente, através de uma arqueologia da memória e do “fora da memória” (Gonzalez-Ruibal, 2016: 29-35). Buscou-se usar a arqueologia para somar dados à literatura existente sobre episódios desconhecidos (o que foi a operação gorro preto?) ou pouco conhecidos, em uma realidade de narrativas e documentos escritos escassos, ausentes, contendo informações divergentes com dados errôneos os quais tem também relação com desejos de ocultar a verdade. Para isso, a tese abordou o problema de modo transescalar, dando foco à uma escala macro, a paisagem e a geografia dessa violência, e a uma micro, na qual estão os objetos e as feições (Gonzalez-Ruibal, 2016: 45).

Para isso, foi preciso navegar entre o mundo da arqueologia forense, em sua dimensão latino-americana, a qual conta com pressupostos das ciências sociais em seu cerne, e a arqueologia do passado contemporâneo. As duas nem sempre se encontram, a primeira prescindindo em muito a segunda, a segunda tentando incluir a primeira. Nesta confluência, a tese também buscou oferecer exemplos de como tratar o mundo contemporâneo arqueologicamente e como manejar a cultura material dita recente (Schofield, 2005: 10). A

arqueologia é parte importante de como se estruturou a antropologia forense latino-americana e pode possibilitar a construção de pontes importantes com os estudos de arqueologias do passado contemporâneo.

Mais do que abordar o problema a partir da ótica do “conflito” segundo os moldes europeus, que ressaltam com frequência a guerra e a cultura material bélica, prenda-me à perspectiva do Sul geopolítico na qual estratégias repressivas manifestam-se de diversos modos no dia a dia, acarretando transformações e rítmicas violentas que destroem e fragmentam diversas esferas de nossas vidas. Estas estratégias, no caso do Araguaia, embrenharam-se pela paisagem, pela ecologia da floresta, nas coisas cotidianas, pelas estradas, farmácias e meios de transportes aéreos, terrestres e aquáticos, usando armas e diversas estratégias para minarem a infraestrutura da resistência, montando uma infraestrutura de repressão que, baseada em campanhas assistencialistas (veja-se as ACISO), camuflou toda uma rede usada para aquisição de informações para a inteligência com fins de destruir a guerrilha. Esta estratégia investiu contra suas possibilidades de abastecimento, bens e mobilidade para, tendo-a enfraquecido, atacar seus corpos. Sequestrando, enterrando, coisas ou corpos, a repressão eliminava seus inimigos, espalhava uma forma única de terror (a da perda ambígua que paralisa) e evitava as consequências criminais negando o que aconteceu (Aguilar & Kouvras, 2018).

Fica claro que, apesar de militares utilizarem disfarces para misturarem-se à população local, buscando camuflar e deixar rastros incólumes de suas ações, a materialidade de uma ocupação militar dispõe de elementos que a singularizariam em relação às guerrilheiras, e projetos que se debruçassem sistematicamente em procurar e entender esta diversidade abririam caminhos à produção do que o arqueólogo espanhol Xurxo Ayán chamou de “cartografias profundas” (Ayán, 2008). Estas cartografias mapeariam pontos da paisagem de modo mais ou menos acurado, incluindo os diversos outros locais que ainda passam despercebidos, clandestinos e ocultos à maioria, em um conjugar entre produção e consumo, lembrança e esquecimento, desaparecer e encerrar, presença e ausência (Harrison & Schofield 2010: 10). As bases possuíam distintas funções manifestam em seu posicionamento relativo na paisagem e as bases de Xambioá e Bacaba papéis específicos, compartilhando algumas funções.

É interessante pensar que guerrilheiros e militares partiam de pressupostos semelhantes aos da arqueologia: o de que toda ação humana deixa algum tipo vestígio que transmite informação e que pode ser interpretado para a construção de uma narrativa. Por isso a cultura material foi tão importante dentro dos próprios planos estratégicos militares na

região e também por isso os guerrilheiros criavam esconderijos para guardar os poucos víveres que dispunham, obtidos através de uma complexa rede de abastecimento local baseada em relações de reciprocidade que a repressão tentou cortar a golpes cegos de facão, no começo, mas depois de forma cirúrgica, desde a raiz. Se a cultura material tem importante papel em fazer táticas de resistência duráveis e efetivas, seu oposto é igualmente verdadeiro (Gonzalez-Ruibal, 2012: 80).

O olhar arqueológico nota materialidades onde outros reafirmam não haver nada. É preciso, no entanto, saber ler algumas marcas, já mostravam guerrilheiros e militares: a leitura de vestígios e obtenção de sequências de eventos no contexto repressivo contava com guias, mateiros e “rastreadores”; a literatura também traz imagens da apreensão de objetos da guerrilha como evidência de sua presença e como parte das estratégias de privação de bens básicos, acompanhadas pela destruição dos pontos de apoio e de sua infraestrutura. A dimensão material de fenômenos como o da repressão permite a inferência de variadas (e valiosas) informações passíveis de apreensão apenas por olhares criados por problemáticas e metodologias específicas, que respeitam as particularidades do registro arqueológico e suas ambiguidades (Gonzalez-Ruibal, 2016: 34).

As razões para o estabelecimento dos guerrilheiros na região do Bico do Papagaio são diversas: o histórico de opressão e marginalização em que se encontravam os moradores, escravizados nos castanhais, sofrendo grilagens em sangrentos conflitos fundiários também relacionados à garimpagem; a densa floresta oferecendo esconderijo e barreira; os rios como vias de circulação e estradas fluidas naturais para um interior desconhecido e, aparentemente, não controlado; a possibilidade de criar paisagens oníricas baseadas na revolução; o entroncamento da rodovia Belém-Brasília (Oliveira, 2010; Homma, Carvalho, Ferreira, & Nascimento Júnior, 2000; Mechi, 2011; Fortes., 2015).

O discurso da floresta amazônica como *terra nullis*, vazío demográfico (Balée, 2008), fronteira distante, camuflou planos geoestratégicos para a área, os quais incluíam o uso de aspectos da topografia, hidrografia e cobertura vegetal, com seus trechos de mata densa, difíceis de caminhar e visualizar, com cerrado sobre cascalheiras de quartzo. Muitas das bases militares montadas ali se orientaram pela presença de cursos d'água, relevo, vegetação, estradas, disponibilidade de contingente de pessoas à coerção para desestabilizar laços de amizade e reciprocidade. Os militares utilizaram esta mesma geoestratégia para a construção da paisagem repressiva permeada de inovações tecnológicas às quais geraram assimetrias de poder (Diamond, 2001) que causaram medo, terror e ansiedade.

A escolha da Amazônia para reprodução e refinamento do que foi a noite e o nevoeiro nazista deve ser entendida pelas permeabilidades de uma fronteira que, a partir de 1964, transformou-se em cenário de ocupação massiva, violenta e rápida. Para lá convergiram destruição e resistência, revolta e sonhos, protestos e esperanças (Souza, 1996: 26). Como frente de expansão, o conflito social era inerente ao Bico do Papagaio e as descobertas e desencontros foram acirrados com a repressão militar que assolou a região entre 1972 e 1974. Ali, o novo da modernidade foi usado como uma forma cruel de destruir e excluir.

A base militar de Xambioá e a do Morro do Urutu foram montadas pelo Exército como parte da constelação de locais que compuseram o aparato repressivo, por cerca de dois anos, para controle, vigia e punição do movimento e, sobretudo, dos moradores. Construída basicamente com material orgânico (palha, madeira), a base de Xambioá, hoje, corresponde a um pasto, tendo ocupado originalmente área florestada e clareira (fitoindicadores fazem parte da memória dos testemunhos dos que por lá passaram). Utilizou afloramentos do rio Araguaia como porto e, portanto, controlava travessias. Sua organização espacial respeitava a topografia local, com porções secas (com predomínio de cangas) e planície de inundação (com espessa camada siltosa). Arquitetou-se composta por construções destinadas a prisão ("curral") e tortura, cozinha ("rancho"), alojamentos, farmácia e área de circulação, de fácil modificação, com assepsia que seguia rígida ordenação militar, inclusive na forma de descarte dos resíduos, enterrados. Teria sido desmontada após morte e prisão dos últimos guerrilheiros (Morais, Silva, 2005).

Deixou, todavia, marca indelével na memória (espacial) do local, uma vez que se situava a poucos quilômetros do pequeno núcleo urbano de Xambioá, cujos habitantes sofreram (e ainda sofrem) a violência da repressão e do Estado. O trauma do terror que a paisagem carrega expressou-se na completa ausência de ocupação do terreno e mesmo no crescimento do tecido urbano de Xambioá para o lado oposto ao da antiga base. A morfologia urbana ortogonal da cidade, ela mesma também usada pela repressão em sua capacidade de reduzir os locais para esconder-se, escorre para longe de um lugar maldito, a “casa de judiaria”, sem reocupação até 2017 e, portanto, com pouca sobreposição de ocupações. Isto levanta a possibilidade de que lugares de trauma como este pouco sofreram reocupações que alterariam seus solos, estando, portanto, prontos para pesquisas acuradas e sistemáticas focadas na busca de enterramentos, mas também na compreensão das circunstâncias e contextos para entender a materialidade de suas ausências e a localização de informações mil sobre a paisagem de terror e os dispositivos, mecanismos, procedimentos, técnicas, métodos e infraestruturas dos desaparecimentos e da repressão.

O mesmo se pode dizer da base no morro do Urutu, cercado por uma aura de desconhecimento e distância que só impingia mais medo e terror. Uma base no meio de uma cadeia de montanhas, de difícil acesso, longe de tudo, de qualquer possibilidade de julgamento e olhar externo, à beira de um desfiladeiro. O que ocorresse ali não necessitaria de nenhuma prática de ocultação: a impunidade na superfície.

Toda esta materialidade abriu espaço para o entendimento de que, à implementação dos desaparecimentos não-lineares na região, seguiram estratégias mais amplas que incutiam medo e terror pela privação de certos direitos e liberdades ligados a necessidades básicas: as fisiológicas, como saúde, comida e repouso, meio a um mover e não-mover eterno, destruídas as redes de abastecimento e dificultado o acesso a remédios; de segurança, ao privar os guerrilheiros de abrigo seguro e de estabilidade; sociais, ao aumentar a desconfiança quebrando os laços de amizade que os faziam se sentir queridos e incluídos; e de estima, minando um futuro de reconhecimento, mudança e tomada de poder.

A paisagem da repressão funcionava em um jogo de presença/ausência, mas também de negação/acesso e ter/não-ter, privando os guerrilheiros daquilo a que as Forças Armadas tinham e conseguiam. Também utilizava estratégias diversos, como promover inovações tecnológicas para aumentar as vantagens táticas dos militares, mas que não necessariamente tinham o fim esperado ou funcionavam melhor que outras já implementadas.

Vale lembrar que o final oficial da repressão à guerrilha do Araguaia significou, para a região, a continuidade institucionalizada da violência (Peixoto, 2013; Mechi, 2011), quando às consequências das execuções e às tentativas de eliminação de vestígios e torturas, seguiram operações “limpeza” (Mattos & Swensson, 2003). A infraestrutura da repressão iniciada ali deu bases materiais sólidas para a manutenção do controle político associado às fazendas de gado que seguiram a devastação da floresta e às hidrelétricas que alteraram drasticamente a paisagem, suprimindo materialidades e aumentando os silêncios das não-narrativas. Por isso, em contextos de fechamento, destruição e desaparecimento de arquivos e documentos escritos, de silêncio epidêmico e medo, a arqueologia e o olhar arqueológico podem alcançar grandes proporções. Quem segue esta via, na América Latina e em especial no Brasil atual, deve estar preparado para as reações adversas e as ameaças, em um mundo no qual também os arqueólogos, cidadãos do Estado perpetrador, estão à mercê de suas violências.

De fato, esta tese tem mais de arqueologia do passado contemporâneo que de forense estritamente. Contudo, sua existência só foi possível como fruto de um trabalho forense cujas práticas envolveram metodologias, abordagens e paradigmas arqueológicos e antropológicos típicos de um modo de fazer forense, o modelo latino-americano, em especial para dar

relevância a materiais e dados que, do contrário, passariam em branco. Isto permitiu abrir um corredor a partir de uma brecha: a dos objetos não associados a remanescentes humanos, mas pertencentes aos contextos de desaparecimento e violência política frutos de investigações de caráter forense.

A tese pode ser entendida como parte de uma pesquisa preliminar densa, mas vai além. Tentou ultrapassar o lugar clássico dos arqueólogos e dos antropólogos nos processos de localização e identificação de remanescentes ósseos e a prevenção da destruição e perda de evidências importantes, móveis ou *in situ* (Dupras, Schultz, Wheeler, & Williams, 2012: 197, 200) focando-se em categorias constantemente negligenciadas pelas próprias investigações e pouco acessadas pela maioria dos arqueólogos, não-forenses. O papel dos arqueólogos na localização e na escavação de remanescentes humanos relacionados aos desaparecidos, assim como no auxílio à reconstituição da chamada “sequência de eventos”, dados do histórico de vida (*peri* ou *post-mortem*) é óbvia, reafirmada pela literatura internacional (Haglund, Sorg, 2002). No entanto, ainda está por se concretizar no país.

Por outro lado, o caminho trilhado por esta tese, um pouco alternativo, também é uma possibilidade. Isto se deu a partir do diálogo entre a arqueologia forense, que respeita os processos destrutivos e entende seu privilégio no acesso a determinados conteúdos, e a arqueologia do passado contemporâneo, que conhece seus limites e sabe que não é necessariamente forense (apesar de incluir esta em seu amplo entendimento), nem está submetida a seu regime evidenciário.

As pesquisas preliminares são parte fundamental das investigações forenses, mas elas raramente ocorrem. Elas são etapas focadas na compreensão das circunstâncias dos desaparecimentos, na produção dos universos de vítimas e suas famílias, na coleta de dados *antemortem* dos desaparecidos. Sua potencialização permite o aprofundamento das especializações de bases e hierarquizações de áreas potenciais, salvando energia e reduzindo as frustrações resultantes das intervenções assistemáticas. Ela serve ao entendimento dos locais de desaparecimento e dos possíveis locais de enterramento e padrões dos perpetradores em seu objetivo de ocultamento e maximização da clandestinidade, expressos materialmente por suas decisões conscientes e inconscientes, guias para uma dada paisagem (Congram, Kenyhercz, 2016).

Não negligenciar as coisas do dia a dia dos contextos de violência, quer submetidos a intervenções forenses ou não, permite a erupção de novas fontes e dados, em geral obscuros ou obscurecidos (Burström, Gustafsson, & Karlsson, 2006: 9), que se somam à luta contra o esquecimento, fragmentação e descontinuidade (Pétursdóttir, 2012: 577) provocados pelas

estratégias de repressão e seus efeitos duradouros que, justamente, se quer, em teoria, combater. Elas podem auxiliar na construção de narrativas que conformam memórias críticas da repressão à guerrilha do Araguaia, mas que também materializam contra memórias ao legado do regime, socializando suas práticas de terror e sofrimento, assumindo que uma “sociedade sã não pode se basear no esquecimento de seus erros” (Gonzalez-Ruibal, 2011: 105). Estes erros são a própria destruição trazida pela modernização do período, que justificou a violência de morte e desmaterialização como parte do florescer moderno no Bico do Papagaio. Quem não o quisesse que desaparecesse.

O aparato orquestrado pelo Estado para o combate à guerrilha do Araguaia foi dotado de intrínseca materialidade no espectro de estratégias cujos efeitos estão vivos nas ausências e nos medos encravados na paisagem. O não-saber sobre eles perpetua os efeitos da repressão através de suas incertezas: onde estão bases militares e locais de morte onde ocorreram eventos, sabidos, mas nem sempre confirmados, materializando o horror e a repressão que pretende ser esquecida? Toda a parafernália material introduzida com os militares no Araguaia fez parte de relações assimétricas de um poder de destruição descomunal, com tecnologias para aumentar a acurácia dos repressores e reduzir o tempo de reação da resistência, com impactos profundos e longos para todos (Schofield, 2005: 25).

Paisagens e lugares foram utilizados como parte do terror organizado pelos aparelhos repressores. O desaparecimento afetava diretamente a presença do corpo enquanto evidência física de uma série de crimes. Foram montadas bases militares, bases de comunicação, acampamentos, abertas estradas, suprimidas florestas nativas. A repressão não era apenas física, mas psicológica, econômica, cultural, social e cognitiva. Se a fome era uma das formas de privação impingida pelas Forças Armadas brasileiras para enfraquecer a guerrilha e os guerrilheiros, imagino que as lixeiras de descarte e buracos nas bases militares podem ter tido papel crucial na tortura psicológica de pessoas capturadas e com fome, indicadores materiais associados a possibilidades de privação, tortura física, medo e castigos. Mas também são, os buracos, prova cabal de que as Forças Armadas tinham acesso a bens, inclusive alguns supérfluos, enquanto à guerrilha era negado o acesso a itens mínimos para sua sobrevivência.

Entender a paisagem, as coisas e as coisas na paisagem permite espacializar eventos com maior precisão e compreender como a repressão carregou os guerrilheiros vivos e mortos para diferentes locações, sequestrando, detendo, torturando, matando e mutilando. Quem sabe refinamentos futuros alicerçados no pensamento espacial e que considerem a materialidade dos fenômenos em questão permitirão melhores inferências e resultados possibilitando um

melhor planejamento de buscas por desaparecidos e pelas coisas que desapareceram com eles, revelando e trazendo à tona os horrores da repressão do período militar.

Bibliografia

- Ab'Sáber, A. (1992). Amazônia: um rol de propostas. *Revista Brasileira de Energia, Volume especial*, 83-88.
- Adams, W. H. (2003). Dating Historical Sites: The Importance of Understanding Time Lag in the Acquisition, Curation, Use, and Disposal of Artifacts. *Historical Archaeology*, 37(2), 38-64.
- Adichie, C. N. (2009). *The danger of a single history*. Acesso em 2 de February de 2012, disponível em TED: africa.harvard.edu/chimamanda-adichie-the-danger-of-a-single-story
- AdvocacyNet. (2009). Forensic evidence helps to win Fujomori conviction in Peru. *News Bulletin*, 1-2. Acesso em 17 de Agosto de 2018, disponível em <http://www.advocacynet.org/wp-content/uploads/2012/12/PR-196-Peru-forensic-evidence.pdf>.
- Aguilar, P., & Kovras, I. (2018). Explaining disappearances as a tool of political terror. *International Political Science Review*. Acesso em 10 de Janeiro de 2019, disponível em <http://openaccess.city.ac.uk/20263/>
- AI. Anistia Internacional. (1997). *Arming the Torturers: Electro-shock Torture and the Spread of Stun Technology*. Anistia Internacional. Acesso em 27 de Março de 2018, disponível em <https://www.amnesty.org/download/Documents/156000/act400011997en.pdf>
- Ajdukovic, D., & Corkalo, D. (2004). War, trust and betrayal. Em E. Stover, & H. M. Weinstein, *My neighbor, my enemy: justice and community in the aftermath of mass atrocity* (pp. 287-302). New York: Cambridge University Press.
- ALAF. Asociación Latinoamericana de Antropología Forense. (2013). *Guía latinoamericana de buenas prácticas para la aplicación en antropología forense*. Bogotá: CICV.
- Alcântara, A. A. (2007). *Paulo Duarte entre sítios e trincheiras em defesa da sua dama-a Pré-história*. Universidade de São Paulo. São Paulo: Dissertação de mestrado.
- Almeida, T. F. (2015). *Araguaia: Maoist uprising and military counterinsurgency in the Brazilian Amazon, 1967-1975*. Dissertação de mestrado, Universidade de Massachusetts-Amherst.
- Alvarenga, L. (1998). Bibliometria e arqueologia do saber de Michel Foucault: traços de identidade teórico-metodológica. *Ciência da informação*, 27(3). Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19651998000300002&script=sci_abstract&tlng=pt
- Alves, M. H. (1987). *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes.

- Ambiel, V. C. (2013). *Estudos de Arqueologia Forense aplicados aos remanescentes humanos dos primeiros imperadores do Brasil depositados no monumento à Independência*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo.
- AMI. Arquivo Marxista na Internet. (7 de Julho de 2013). *Operação Araguaia. Os Arquivos Secretos da Guerrilha do Araguaia*. Fonte: Arquivo Marxista na Internet: https://www.marxists.org/portugues/tematica/livros/diversos/araguaia_02.pdf
- Amorim, C. (2014). *Araguaia: histórias de amor e de guerra*. São Paulo: Record.
- AN. Arquivo Nacional. Ministério da Justiça. (18 de Abril de 2018). *Série a guerrilha do Araguaia*. Fonte: <http://arquivonacional.gov.br/br/arquivo-na-historia/969-serie-a-guerrilha-do-araguaia-parte-1-2.html>
- Appadurai, A. (2001). Introdução: mercadorias e a política de valor. Em A. Appadurai, *A vida material das coisas* (pp. 15-88). Niterói: Eduff.
- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em Questão*, 12(1).
- Araújo, F. A. (2014). *Das "técnicas" de fazer desaparecer corpos: desaparecimentos, violência, sofrimento e político*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- Arbenz, G. O. (1988). *Medicina Legal e Antropologia Forense*. São Paulo: Atheneu.
- Arbex, D. (2013). *Holocausto brasileiro: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil*. São Paulo: Geração Editorial.
- Arroyo, A. (1980). Relatório sobre a luta no Araguaia. Em W. Pomar, *Araguaia: o partido e a guerrilha* (pp. 249-274). São Paulo: Debates.
- ATGA. Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. (2010). *Sinvaldo, o campesino*. Acesso em 20 de Abril de 2018, disponível em Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia - ATGA: <http://camponesesdoaraguaia.blogspot.com/2010/08/>
- Ayán, X. (2008). El paisaje ausente: por una arqueología de la guerrilla antifranquista en Galicia. *Complutum*, 19(2), 213-237.
- Azevedo Netto, C. X. (2008). Preservação do patrimônio arqueológico - reflexões através do registro e transfência da informação. *Ciências Informação*, 37(3), 7-17.
- Bagwell, M. (2009). After the Storm, Destruction and Reconstruction: The Potential for an Archaeology of Hurricane Katrina. *Archaeologies*, 5(2), 280–292.
- Balée, W. (2008). Sobre a Indigeneidade das Paisagens. *Revista de Arqueologia*, 21(2), 9-23.
- Balme, J., & Paterson, A. (2006). *Archaeology in practice*. Oxford: Blackwell.
- Baraybar, J. P. (2008). When DNA is not available, can we still identify people? *Journal of Forensic Sciences*, 53(3), 533-540.

- Baraybar, J. P. (2012). Desaparições e desaparecimentos na América Latina. Em Í. Cardoso, & L. Bernardes, *Vala clandestina de Perus. Desaparecidos políticos: um capítulo não encerrado da história brasileira* (pp. 134-144). São Paulo: do Autor.
- Baraybar, J. P. (2015). Variation of gunshot injury patterns in mortality associated with human rights abuses and armed conflict: an exploratory study. *Sci Justice*, 55(5), 355-362.
- Baraybar, J. P. (2017). A potential contribution to human identification using peri-mortem trauma: an example from Peru. *Forensic Science International*, 280.
- Baraybar, J. P., & Blackwell, R. (2014). Where Are They? Missing, Forensics, and Memory. *Annals of Anthropological Practice*, 38, 22-42.
- Baraybar, J. P., Brasey, V., & Zadei, A. (2007). The need for a centralized and humanitarian-based approach to missing persons in Iraq: an example from Kosovo. *The International Journal of Human Rights*, 11(3), 265-274.
- Barbosa, J. H. (2016). *A Guerrilha do Araguaia: memória, esquecimento e ensino de História na região do conflito*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína.
- Barcellos, C. (2003). *Rota 66*. São Paulo: Record.
- Bardella, F. (16 de Abril de 2016). *Nos 20 anos do massacre de Carajás, "Osvaldão" reencontra o Araguaia*. Fonte: UNE. União Nacional dos Estudantes: <https://une.org.br/noticias/nos-20-anos-do-massacre-de-carajas-osvaldao-reencontra-o-araguaia/>
- Baretta, J. (2014). Arqueologia da repressão e da resistência e suas contribuições na construção de memórias. *Revista de Arqueologia Pública*, 8(2), 76-89.
- Baretta, J. (2015). *Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre/RS (1964/1985)*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.
- Baretta, J. (2017). Por uma Arqueologia Feminista da ditadura no Brasil (1964-1985). *Revista de Arqueologia*, 30(2), 8-34.
- Barreto, C. (1999). Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento 3*, 201-212.
- Barrett, J. C. (2005). Habitus. Em C. Renfrew, & P. Bahn, *Archaeology: key concepts* (pp. 100-103). Londres, Nova York: Routledge.
- Barros, F. L., & Tavolaro, L. (2017). Latino-americanismos, campos de produção e difusão de conhecimento e informação sobre a 'América Latina' e mapeamento preliminar do caso brasileiro. *REALIS, Revista de Estudos AntiUtilitaristas e Poscoloniais*, 7, 42-76.

- Bauer, C. S. (2005). Terrorismo de Estado e repressão política na ditadura cívico-militar de segurança nacional brasileira (1964-1988). *Anais ANPUH XXIII Simpósio Nacional de História*.
- Bauer, C. S. (2006). *Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do departamento de ordem política e social do Rio Grande do Sul (1964-1982)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado (dissertação em História), Porto Alegre.
- Bauer, C. S. (2007). Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): terrorismo de Estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. *Revista Ágora*, 5, 1-31.
- Bauer, C. S. (2011). *Um estudo comparativo das práticas de desaparecimento nas ditaduras civil-militares argentina e brasileira e a elaboração de políticas de memória em ambos os países*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Tese (doutorado em História), Porto Alegre.
- Bauer, C. S. (2014). Quanta verdade o Brasil suportará: uma análise das políticas de memória e de reparação implementadas no Brasil em relação à ditadura civil-militar. *Dimensões*, 32, 148-168.
- Bear, L. (2014). Doubt, conflict, mediation: the anthropology of modern time. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, 3-30.
- Beaudry, M. C. (2004). Doing the household: new approaches in the archaeology of households. Em K. S. Barile, & J. C. Barile, *Household cores and household choices: theorizing the domestic sphere in Historical Archaeology* (pp. 254-262). Alabama University Press.
- Beaudry, M. C., & Parno, T. G. (2013). Introduction: mobilities in contemporary and historical archaeology. Em M. C. Beaudry, & T. G. Parno, *Archaeologies of mobility and movement* (pp. 1-14). Springer.
- Bernardi, P., & Fondebrider, L. (2007). Forensic archaeology and the scientific documentation of human rights violation: an Argentinean example from the early 1980s. Em R. Ferllini, *Forensic archaeology and human rights violations* (pp. 205-232). Springfield: Charles C. Thomas Pub Ltd.
- Bethell, L. (2009). O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*, 22(44), 289-321.
- Bille, M., Hastrup, F., & Sorensen, T. F. (2010). Introduction: an anthropology of absence. Em M. Bille, F. Hastrup, & T. F. Sorensen, *An anthropology of absence: materialization of transcendence and loss* (pp. 3-22). Nova York: Springer-Verlag.

- Bindemann, M., Avetisyan, M., & Rakow, T. (2012). Who can recognize unfamiliar faces? Individual differences and observer consistency in person identification. *Journal of Experimental Psychology: Applied*, 18(3), 277-291.
- Binford, L. (1982). The archaeology of place. *Journal of Anthropological Archaeology*, 1, 5-31.
- Biocca, E. (1975). *Estratégia do terror*. Lisboa: Iniciativas editoriais.
- Biocca, E., Hoge, A., & Schreiber, G. (1947). Contribuições ao estudo de alguns sambaquis da Iha de Santo Amaro (Estado de São Paulo). *Revista do Museu Paulista*, 153-171.
- Blau, S. (2005). One chance only: advocating the use of archaeology in search, location and recovery at disaster scenes. *The Australian Journal of Emergency Management*, 20, 19-24.
- Blau, S. (2009). More than Just Bare Bones: Ethical Considerations for Forensic Anthropologists. Em S. Blau, & D. Uberlaker, *Handbook of Forensic Anthropology and Archaeology* (pp. 457–467). Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- Blau, S. (2015). Working as a forensic archaeologist and/or anthropologist in post-conflict contexts: a consideration of professional responsibilities to the missing, the dead and their relatives. Em A. Gonzalez-Ruibal, & G. Moshenska, *Ethics and the Archaeology of Violence* (pp. 215-228). New York : Springer.
- Blau, S., & Skinner, M. (2005). The use of forensic archaeology in the investigation of human rights abuse: unearthing the past in East Timor. *The International Journal of Human Rights*, 9(4), 449-463.
- Borges, R. S. (2009). *Sueli Carneiro*. Sao Paulo: Selo Negro.
- Bortone, E. A. (2018). *Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a ditadura empresarial-militar: os casos das empresas estatais federais e das indústrias farmacêuticas (1964-1967)*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Boss, P. (1999). *Ambiguous Loss: learning to live with unresolved grief*. Harvard University Press.
- Bourdieu, P. (1983). O campo científico. Em R. Ortiz, *Pierre Bourdieu: sociologia* (pp. 122-155). São Paulo: Ática.
- Bourdieu, P. (1996). *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus.
- Brasil, K., & Farias, E. (11 de Dezembro de 2014). *Comissão da Verdade: Ao menos 8,3 mil índios foram mortos na ditadura militar*. Fonte: Amazônia Real: <https://amazoniareal.com.br/comissao-da-verdade-ao-menos-83-mil-indios-foram-mortos-na-ditadura-militar/>

- Brasil. Exército. Estado-Maior. (1997). *IP 72-1 - Operações de selva*. Fonte: www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/97/1/IP-72-1.pdf
- Brasil. Exército. Estado-Maior. (1999). *IP 21-80. Sobrevivência na selva*. . Fonte: <http://www.bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/321/1/IP-21-80.pdf>.
- Breithoff, E. (2013). Fortín Boquerón: a conflict landscape past and present. *Cadernos do CEOM - Patrimônio, Memória e Identidade*, 26(38), 66-84.
- Brockmeier, J. (2002). Remembering and Forgetting: Narrative as Cultural Memory. *Culture & Psychology*, 8 , 15-43.
- Brum, E. (2 de Abril de 2014). *A ditadura enraizou a visão de que a floresta amazônica é um território-corpo para exploração*. Acesso em 28 de Março de 2017, disponível em Ecodebate: <https://www.ecodebate.com.br/2014/04/02/a-ditadura-enraizou-a-visao-de-que-a-floresta-amazonica-e-um-territorio-co>
- Buchli, V. (2002). Towards an archaeology of the contemporary past. *Archaeological Journal*, 12(1), 132-134.
- Buchli, V., & Lucas, G. (2001). *Archaeologies of contemporary past*. Londres: Routledge.
- Buikstra, J. E., & Ubelaker, D. H. (1994). *Standards for data collection from human skeletal remains*. Fayetteville: Arkansas Archeological Survey Research Series.
- Burström, M. (2009). elective remembrance: memories of a Second World War refugee camp in Sweden. *Norwegian Archaeological Review*, 42(2), 159-172.
- Burström, M., Gustafsson, A., & Karlsson, H. (2006). The air torpedo of Bäckebo. Local incident and world history. *Current Swedish Archaeology*, 14, 7-24.
- Byers, A. (2012). *The sexual economy of war: regulations of sexuality and the US Army, 1898-1940*. Tese de doutorado, Universidade de Duke.
- Byers, S. N. (2017). *Introduction to forensic anthropology*. Nova York: Routledge.
- Cabral, P. C. (1993). *Xambioá: guerrilha no Araguaia*. Record: São Paulo.
- CAFCA. Centro de Análisis Forenses y Ciencias Aplicadas. (2018). *entro de Análisis Forenses y Ciencias Aplicadas*. Fonte: <http://www.cafcaguatemala.org>
- Café, M. A., & Bräscher, M. (2008). Organização da informação e bibliometria. *Encontros Bibli*.
- Calheiros, O. (2015). No tempo da guerra: algumas notas sobre as violações dos direitos dos povos indígenas e os limites da justiça de transição no Brasil? *Verdade, Justiça e Memória Re-vista*, 9(1).
- Camargo Júnior, K. R., & Coeli, C. M. (2012). Múltipla autoria: crescimento ou bolha inflacionária? *Revista Saúde Pública*, 46(5), 894-900.

- Campos Filho, R. P. (1997). *Guerrilha do Araguaia: a esquerda em armas*. Goiânia: UFG.
- Campos Filho, R. P. (2013). *Araguaia – depois da guerrilha uma outra guerra: A luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia de Segurança Nacional (1975-2000)*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais, Goiânia.
- Campos, D. L. (2012). *A Ditadura das Empreiteiras no Regime Militar*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- Cardoso, F. H., & Müller, G. H. (2008). *Amazônia: expansão do capitalismo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Carmo, C. L., Raia, A. A., & Nogueira, A. D. (2012). A teoria da sintaxe espacial e suas aplicações na área de circulação e transportes. . *PLURIS - Anais do V Congresso Luso-Brasileiro para o Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável*, 1-12.
- Caruso, G., Hilal, M., & Thomas, I. (2017). Measuring urban forms from inter-building distances: combining MST graphs with a Local Index of Spatial Association. . *Landscape and Urban Planning*, 163, 80–89.
- Carvalho, S. d. (2012). *O “mito” da destruição total de documentos : um estudo dos arquivos relacionados à Guerrilha do Araguaia à luz de princípios e noções arquivísticas*. Universidade de Brasília, Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Brasília.
- Carvalho, A. V., & Funari, P. P. (2009). Arqueologia forense como arqueologia pública: estado da arte e perspectivas para o futuro no Brasil. Em A. V. Carvalho, P. P. Funari, I. S. Prado, & S. F. Silva, *Arqueologia, democracia e direito* (pp. 31-50). Erichim: Habilis.
- Carvalho, L. M. (2004). *O coronel rompe o silêncio*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Castillejo-Cuéllar, A. (2015). La localización del daño: etnografía, espacio, y confesión en el escenario transicional colombiano. *Horizontes Antropológicos*, 20(42), 213-236.
- Cavalcante, K. (2006). *O Nome da Morte: A História Real de Júlio Santana*. Planeta do Brasil.
- CCV. Comissão Camponesa da Verdade. (2014). *Relatório Final. Violações de direitos no campo, 1946 a 1988*. Brasília: CPT.
- Ceker, D., & Stevens, W. (2015). Recovery of missing persons in Cyprus: heavy equipment methods and techniques for complex well excavations. *Journal of Forensic Science* , 60(6), 1529-1533.
- CEV-AP. Comissão Estadual da Verdade do Amapá. (2017). *Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade do Amapá*. Acesso em 2 de Maio de 2018, disponível em <http://www.cev.ap.gov.br/det2.php?id=3455>

- CEVBA. Comissão Estadual da Verdade da Bahia. (2014). *Relatório final da Comissão Estadual da Verdade da Bahia*. Salvador. Acesso em 06 de Junho de 2017, disponível em http://www.secom.ba.gov.br/arquivos/File/Relatorio_da_Comissao_Estadual_da_Verdade_Bahia.pdf
- CEVRP, C. E. (2014). *Relatório Final da CEVRP. Tomo I. Ditadura e saúde mental*. São Paulo: ALESP. Fonte: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>
- CEVRP, C. E. (2014). *Relatório Final da CEVRP. Tomo I. Repressão política: origens e consequências do Esquadrão da Morte*. São Paulo. Fonte: <http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/>
- Chapetón, M. C. (2015). *Antropología forense integral como instrumento eficaz en la investigación de violaciones a los derechos humanos e infracciones al derecho internacional humanitario en Colombia*. Dissertação de mestrado, Universidade Santo Tomas, Derechos Humanos y el DIH ante Organismos, Tribunales y Cortes Internacionales.
- Chapman, L. (24 de Março de 2016). *Claudia Bernardi, la artista que apuesta a la vida, a 40 años del golpe en Argentina*. Fonte: Radio Canadá Internacional : <http://www.rcinet.ca/es/2016/03/24/claudia-bernardi-la-artista-que-apuesta-a-la-vida-a-40-anos-del-golpe-en-argentina/>
- Cheetham, P., & Hanson, I. (2008). Excavation and recovery in forensic archaeology investigations . Em D. H. Uberlaker, & J. Blau, *Handbook of forensic anthropology and archaeology*. California: Left Coast Press.
- Chesson, L. A., Brett, J. T., Ehleringer, J. R., Park, T., & Bartelink, E. J. (2018). Forensic applications of isotope landscapes (“isoscares”). A tool for predicting region-of-origin in forensic anthropology cases. Em C. C. Boyd, *Forensic anthropology: theoretical framework and scientific basis*. Wiley.
- Chmyz, I. (2003). Response to Funari. *International Journal of Historical Archaeology*, 7(3), 224-227.
- CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. (2016). *Protecting people deprived of their liberty*. Genebra: CICV.
- CICV. Comitê Internacional da Cruz Vermelha. (29 de Agosto de 2018). *Brasil: embora grave, problemática de desaparecidos continua pouco visível*. Fonte: Comitê Internacional da Cruz Vermelha: www.icrc.org/pt/
- Cidade, G. d. (21 de Janeiro de 2017). *Insurgência e contrainsurgência na Guerrilha do Araguaia*. Fonte: Forças terrestres: <https://www.forte.jor.br/wp-content/uploads/2017/01/Guerrilha-do-Araguaia-1.jpg>

- CIDH. Corte Interamericana de Derechos Humanos. (2014). *Resolución de la Corte Interamericana de Derechos Humanos de 17 de Octubre de 2014. Caso Julia Gomes Lund e outros (Guerrilha do Araguaia) vs. Brasil*. Acesso em 16 de June de 2013, disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/supervisiones/gomes_17_10_14_por.pdf.
- Cinelli, C. F. (2016). *Direito Internacional Humanitário - Ética e Legitimidade no Uso da Força em Conflitos Armados*. Curitiba: Juruá.
- Clastres, P. (2011). *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify.
- Clóvis, M. (1979). Apresentação. Em M. Grabois, *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega.
- CNV, C. N. (2014). *Relatório da Comissão Nacional da Verdade, v. II. Texto 5 - Violações de direitos humanos dos povos indígenas*.
- CNV. Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Capítulo 14 - A guerrilha do Araguaia*. Acesso em 12 de Julho de 2017, disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/documentos/Capitulo14/Capitulo%2014.pdf>
- CNV. Comissão Nacional da Verdade. (2014). *Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade. Volume II. Texto 3 - Violações de direitos humanos dos camponeses*. Brasília. Acesso em 20 de April de 2019, disponível em <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/images/pdf/relatorio/Volume%202%20-%20Texto%203.pdf>
- Coimbra, C. M. (2012). Doutrinas de segurança nacional: banalizando a violência. *Psicologia em Estudo*, 5 (2), 1-22.
- Colls, C. S. (2015). *Holocaust archaeologies: approaches and future directions*. Routledge.
- Conglilio, C. R., & Ikeda, J. C. (2014). A ditadura militar, expansão do capital e as lutas sociais no sudeste paraense. *Lutas Sociais*, 18 (32), 79-90.
- Congram, D. (2008). A Clandestine Burial in Costa Rica: Prospection and Excavation. *Journal of Forensic Sciences*, 53(4), 793-796.
- Congram, D. (2015). Cognitive dissonance and the military-archaeology complex. Em A. González-Ruibal, & G. Moshenska, *Ethics and the archaeology of violence* (pp. 199-214). Nova York: Springer.
- Congram, D., & Sterenberg, J. (2009). Grave Challenges in Iraq. Em J. Blau, & D. H. Ubelaker, *Handbook of Forensic Anthropology and Archaeology* (pp. 441-453). Routledge.

- Congram, D., & Tuller, H. H. (2015). Finding the graves of the missing: a study of geanthropological techniques in Bosnia-Herzegovina. Em *Forensic Anthropology and Geospatial Technology*. New York: Association of American Geographers.
- Congram, D., Kenyhercz, M., & Green, A. G. (2017). Grave mapping in support of the search for missing persons in conflict context. *Forensic Science International*, 278, 260-268.
- Conrad, P. (1992). Medicalization and social control. *Annual Review of Sociology*, 18, 209-302.
- Corbin, A. (1989). *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Cia das Letras.
- Cordner, S., & Tidball-Binz, M. (2017). Humanitarian forensic action - Its origins and future. *Forensic Science International*, 279, 65-71.
- Correa, C. H. (2005). *O Imaginário dos Militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Correa, C. H. (2006). *A Lei da Selva? Estratégias, discurso e imaginário dos militares na Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial.
- Corrêa, C. H. (2013). *Em algum lugar das selvas amazônicas: as memórias dos guerrilheiros do Araguaia (1966-1974)*. Universidade de Brasília, Tese (Doutorado em História), Brasília.
- Corrêa, C. H. (2018). *Borboletas e lobisomens: vidas, sonhos e mortes dos guerrilheiros do Araguaia*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Corrêa, M. (2013). *As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Costa, D. A. (2018). *Memórias do Araguaia: depoimento de um ex-guerrilheiro*. Recife: CEPE.
- Costa, S. M., & Rosa, N. C. (2017). O processo de urbanização na Amazônia e suas peculiaridades: uma análise do delta do rio Amazonas. *Políticas públicas e cidades*, 5(2), 81-105.
- Cozen, M. R., & Conzen, M. P. (2004). *Thinking about urban form: Papers on urban morphology, 1932-1998*. Oxford: Peter Lang.
- CPT. Comissão Pastoral da Terra. (2012). *Assassinatos e Processos: Pará - 1985-2011*. Acesso em 4 de Janeiro de 2019, disponível em <https://www.cptnacional.org.br/downloads/download/26-documentos/296-cpt-para-assassinatos-e-processos-para-1985-2011>
- Creveld, M. v. (1991). *Technology and war: from 2000 B.C. to the present*. Nova York: Free Press.

- Criado-Boado, F. (1997). Introduction: combining different dimensions of cultural space - is a total archaeology of landscape possible? Em F. Criado-Boado, & C. Parcero, *Landscape, archaeology, heritage* (pp. 5-9). Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Cross, J.-P. (2008). *Jungle warfare: experiences and encounters*. Pen & Sword Military.
- Crossland, Z. (2000). Buried lives: forensic archaeology and Argentina's disappeared. *Archaeological Dialogues*, 7(2), 146-159.
- Crossland, Z. (2011). The archaeology of contemporary conflict. Em T. Insoll, *The Oxford Handbook of the archaeology of ritual and religion* (pp. 285-306). Oxford: Oxford University Press.
- Crossland, Z. (2013). Evidencial regimes in forensic anthropology. *Annual review of anthropology*, 42, 121-137.
- CVVERJ - Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro. (2015). *Relatório final da Comissão da Verdade do Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Acesso em 15 de Junho de 2017, disponível em <https://www.documentosrevelados.com.br/wp-content/.../12/cev-rio-relatorio-final.pdf>
- D'Araújo, M. C. (2007). Memória da ditadura military no Brasil: fontes e métodos. Em A. M. Gomes, *Direitos e cidadania: memória, política e cultura* (pp. 115-136). Rio de Janeiro: FGV.
- D'Araújo, M. C. (2010). *Militares, democracia e desenvolvimento: Brasil e América do Sul*. Rio de Janeiro: FGV.
- Darnton, R. (2015). *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Darvill, T. (2015). Observation, analogy, experimentation and rehabilitation during archaeological excavations. Em D. Gheorghiu, & P. Bouissac, *On metaphorical: how do we imagine the past?* (pp. 93-110). Newcastle Upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing.
- Davenport, A., & Harrison, K. (2011). Swinging the blue lamp: The forensic archaeology of contemporary child and animal burial in the UK. *Mortality*, 16(2), 176-190.
- David, B., Lamb, L., & Kaiwari, J. (2014). Landscapes of mobility: the flow of place. Em V. Cummings, P. Jordan, & M. Zvelebil, *The Oxford Handbook of the Archaeology and Anthropology of Hunter-Gatherers*. Oxford University Press.
- Deetz, J. (1996). *Small things forgotten: an archaeology of early American life*. Anchor.
- Delle, J. A. (2003). On Collaboration, Class Conflict, and Archaeology in Brazil. *International Journal of Historical Archaeology*, 7, 223-237 .

- deMeritt, J. H. (2016). The strategic use of State repression and political violence. *Contentious Politics and Political Violence*, 1-21. doi:10.1093/acrefore/9780190228637.013.32
- Dent, B., Forbes, S. L., & Start, B. (2004). Review of Human Decomposition Processes in Soil. *Environmental Geology*, 45(4), 576-585.
- Denys, C. (2002). Taphonomy and Experimentation. *Archaeometry*, 44(3), 469-484.
- Depaepe, F., Verschaffel, L., & Kelchtermans, G. (2013). Pedagogical content knowledge: A systematic review of the way in which the concept has pervaded. *Teaching and Teacher Education*, 34, 12-25.
- Di Maggio, R. M., & Ferrara, C. (. (2015). Forensic geo-archaeology in Italy: materials for standardization . *International Journal of Archaeology*, 3(1-1), 45-56.
- Diamond, J. (2001). *Armas, germes e aço: os destinos das sociedades humanas*. Rio de Janeiro: Humanas.
- Dias, O. (1987). Pesquisas Arqueológicas no Brasil. Alguns aspectos. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, 2, 3-21.
- Dias, O. (2003). Response to Funari. *International Journal of Historical Archaeology*, 7(3), 227-229.
- Dirkmaat, D. C., Cabo, L. L., Ousley, S. D., & Symes, S. A. (2008). New perspectives in forensic anthropology. *American Journal of Physical Anthropology*, 51, 33-52.
- Doretto, M., & Burrell, J. (2007). Gray spaces and endless negotiations: forensic anthropology and human rights. Em L. W. Field, & R. G. Fox, *Anthropology put to work*. Berg Publishers.
- Doretto, M., & Burrell, J. (2008). Forensic anthropology in peace support operation. Em R. Arnold, *Law enforcement within the framework of peace support operations*. Leiden: Martinus Nijhoff Publishers / Brill Academic Public.
- DOSP. (20 de Outubro de 1971). *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 2.
- Douglas, L. (2014). Mass graves gone missing: producing knowledge in a world of absence. *Culture and History Digital Journal*, 3(2), 1-12 .
- Douglas, M., & Isherwood, B. (2004). *O mundo dos bens; para um antropologia do consumo*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Drawdy, S., & Katzmarzyk, C. (2016). The missing files: experience of the International Committee of the Red Cross. Em D. Congram, *Missing person: multidisciplinary perspectives on the disappeared* (pp. 60-73). Canadian Scholars' Press.

- Dror, I. E., & Cole, S. A. (2010). The vision in “blind” justice: Expert perception, judgment, and visual cognition in forensic pattern recognition. *Psychonomic Bulletin & Review*, *17*(2), 161–167.
- Duarte, L. F. (2000). Dois regimes históricos das relações da antropologia com a psicanálise no Brasil: um estudo de regulamentação moral da pessoa. Em P. Amarante, *Ensaio: subjetividade, saúde mental, sociedade* (pp. 107-139). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Duday, H., Cipriani, A. M., & Pearce, J. (2009). *The archaeology of the dead: lectures in archaeoethnology*. Oxbow Books .
- Dulitzky, A. E. (2019). The Latin-American flavor of enforced disappearances. *Chicago Journal of International Law*, *19*(2), 423-489.
- Dunnell, R. (2006). *Classificação em arqueologia*. São Paulo: Edusp.
- Dupras, T. L., Schultz, J. J., Wheeler, S. M., & Williams, L. T. (2012). *Forensic recovery of human remains: archaeological approaches*. Nova York: CRC Press, Taylor and Francis.
- Dutrénit, S. (2012). Los equipos de antropología forense en América Latina: coadyuvantes en el camino de la verdad y la justicia. *Democracia y derechos*, *2*, 25-53.
- EAAF. Equipe Argentina de Antropologia Forense. (1991-1992). *Brasil - Annual Report*. Buenos Aires: EAAF.
- EAAF. Equipe Argentina de Antropologia Forense. (1994). *Etiopia - Annual Report*. Buenos Aires: EAAF.
- EAAF. Equipe Argentina de Antropologia Forense. (1996). *Brasil - Annual Report*. Buenos Aires: EAAF.
- EAAF. Equipe Argentina de Antropologia Forenses. (2001). *Brasil - Annual Report*. Buenos Aires: EAAF.
- EAAF. Equipe Argentino de Antropologia Forense. (2002). *Etiopia: Annual Report*. Buenos Aires: EAAF.
- Eckert, C., & Rocha, A. L. (2008). Etnografias: saberes e práticas. *Illuminuras*, *9*(21), 1-23.
- Ellis, L. (2006). Ceramics. Em J. Balme, & A. Paterson, *Archaeology in practice* (pp. 235-258). Oxford: Blackwell.
- Erikson, C. L. (2008). Amazonia: the historical ecology of a domesticated landscape. Em H. Silverman, & W. H. Isbell, *The handbook of South American archaeology* (pp. 157-181). Nova York: Springer.
- Evis, L. H. (2016). *Forensic Archaeology: the Application of Comparative Excavation Methods and Recording Systems*. Oxford: Archaeopress.

- Evis, L. H., Hanson, I., & Cheetham, P. (2016). An experimental study of two grave excavation methods: Arbitrary Level Excavation and Stratigraphic Excavation. *STAR: Science & Technology Of Archaeological Research*, 2(2), 177-191.
- Fahlander, F. (2017). Ontology matters in archaeology and anthropology. People, things and posthumanism. Em J. D. Englehardt, & I. A. Rieger, *These "Thin Partitions": Bridging the Growing Divide between Cultural Anthropology and Archaeology* (pp. 69-86). Boulder: University Press of Colorado.
- Fam, B. (2012). Ausência da presença, presença da ausência: vestígios que não se pode apagar. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo - Dossiê Imagem e Memória*, 38-48.
- Fausto, B., & Devoto, F. J. (2004). *Brasil e Argentina: um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo: Editora 34.
- Feldman-Bianco, B. (2011). A antropologia hoje. *Ciência e cultura*, 4-5.
- Felipe, G. (1993). *A guerrilha do Araguaia (Brasil: 1966-1975)*. Tese de doutorado, Universidade Paris III.
- Ferreira, L. C. (2011). *Uma Etnografia para Muitas Ausências: O Desaparecimento de Pessoas como Ocorrência Policial e Problema Social*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro.
- FGN. Fiscalía General de la Nación. (2015). *Guia para búsqueda, ubicación, identificación y entrega de restos de personas desaparecidas*. Bogotá: FGN.
- Fico, C. (2004). Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, 24(47), 29-60.
- Fico, C. (2013). Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. *Topoi*, 14(27), 239-261.
- Fico, C. (2017). Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo e argumento*, 9 (29), 5-74.
- Finucane, B. (2010). Enforced Disappearance as a Crime Under International Law: A Neglected Origin in the Laws of War. *Yale Journal of International Law*, 35.
- Flavel, A., & Barker, C. (2009). Forensic anthropology and archaeology in Guatemala. Em S. Blau, & D. H. Ubelaker, *Handbook of Forensic Anthropology and Archaeology* (pp. 426-440). Nova York: Routledge.
- Foard, G. (2003). Historic terrain: applying the techniques of landscape archaeology to military history. *Landscapes*, 4(2), 1-8.
- Fondebrider, L. (2002). Reflections on scientific documentaion of human rights violations. *IRRC*(84), 885-891.

- Fondebrider, L. (2004). Uncovering evidence: the forensic sciences in human rights. Em L. Mohany, *New tactics in human right* (pp. 6-18). Center for Victims of Torture.
- Fondebrider, L. (2005). Notas para una historia de la antropología forense en Latinoamérica. *Eres*, 13, 127-136.
- Fondebrider, L. (2008). Arqueologia e antropologia forense: um breve balanço. Em P. P. Funari, A. Zarankin, & J. A. Reis, *Arqueologia da Repressão e da Resistência. América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. (pp. 151-160). São Paulo: Annablume.
- Fondebrider, L. (2009). The application of forensic anthropology to the investigation of 67 cases of political violence: perspectives from South America. Em D. H. Ubelaker, & S. Blau, *Handbook of forensic anthropology and archaeology* (pp. 67-70). Walnut Creek: Left Coast Press.
- Fondebrider, L. (2015a). Anthropology and the investigation of political violence. Lessons learned from Latin America and the Balkans. Em F. Ferrándiz, & A. C. Robben, *Necropolitics: mass graves and exhumations in the age of human rights* (pp. 41-52). University of Pennsylvania Press.
- Fondebrider, L. (2017). South-South cooperation in building local forensic capacity. *69th Annual Scientific Meeting. The AAFS Humanitarian and Human Rights Resource Center: Year Two*. New Orleans: AAFS. Acesso em 18 de August de 2018, disponível em https://www.aafs.org/wp-content/uploads/2017AdvanceProgram_Online.pdf.
- Fonteles Filho, P. (16 de Abril de 2017). *Museu do Araguaia incendiado: Resposta ao tráfico de drogas ou a tentativa de apagar os crimes da ditadura militar?* Fonte: Blog do Paulo Fonteles Filho: verdade, memória e justiça na Amazônia: <http://paulofontelesfilho.blogspot.com/2017/04/museu-do-araguaia-incendiado-resposta.html#!/2017/04/museu-do-araguaia-incendiado-resposta.html>
- Fortes, J. A. (2015). *A influência da BR-153 no crescimento e desenvolvimento econômico de Araguaína*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Faculdade de Tecnologia.
- Fortes, L. (2009). Memória afogada. *Carta Capital*, 534. Acesso em 27 de Março de 2013, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/revista/534>
- Foucault, M. (1987). *Arqueologia do Saber*. Petrópolis: Vozes.
- Foucault, M. (2010). *Os anormais. Curso no College de France (1974-1975)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Francisco, R. A., Velloso, A. P., Silveira, T. C., Secchier, J. M., & Guimarães, M. A. (2011). Antropologia forense no Centro de Medicina Legal da FMRP/USP, estudo comparativo de casos de 1999-2009. *Medicina*, 44(3), 241-248.

- Franco, F. L. (2018). *Da biopolítica à necrogovernabilidade: um estudo sobre os dispositivos de desaparecimento no Brasil*. Universidade de São Paulo, Tese (doutorado em Filosofia), São Paulo.
- Franco, J. (2016). *Una modernidad cruel*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica.
- Freire, V. (2015). *Os Projetos Estratégicos do Exército Brasileiro e seus reflexos para a Política Externa Brasileira: a importância do incremento do poder militar para a projeção do poder do Brasil em sua área de poder estratégico*. Monografia de especialização, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro. Acesso em 9 de Agosto de 2016, disponível em bdex.eb.mil.br
- Funaleti, O. N. (2010). *Utopias em rotação: análise do discurso da esquerda armada brasileira*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.
- Funari, P. P. (2001). *Arqueologia*. São Paulo: Contexto.
- Funari, P. P. (2002). Class Interests in Brazilian Archaeology. *International Journal of Historical Archaeology*, 6(3), 209-216.
- Funari, P. P. (2003). Dictatorship, democracy, and freedom of expression. *International Journal of Historical Archaeology*, 7(3), 233-237.
- Funari, P. P. (2013). Arqueologia no Brasil e no mundo: origens, problemáticas e tendências. *Ciência e cultura*, 65(2), 23-25.
- Funari, P. P., & Carvalho, A. V. (2012). Universidades, arqueologia e Paulo Duarte. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 22, 89-96.
- Funari, P. P., & Garraffoni, R. (2006). Economia romana no início do Principado. Em N. M. Mendes, & G. V. Silva, *Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural* (pp. 53-64). Rio de Janeiro: Mauad.
- Funari, P. P., & Oliveira, N. V. (2008). A Arqueologia do conflito no Brasil. Em P. P. Funari, A. Zarankin, & J. A. Reis, *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume.
- Funari, P. P., & Robrahn-González, E. (2008). Ética, capitalismo e arqueologia pública no Brasil. *História*, 27(2), 13-30.
- Fuzinato, D. V., Fontes, L. R., & Silva, S. F. (2009). O papel do médico legista e outros profissionais forenses para a preservação do patrimônio arqueológico brasileiro. Em A. V. Carvalho, I. V. Soares, P. P. Funari, & S. F. Silva, *Arqueologia, Direito e Democracia* (pp. 75-89). Erichim: Habilis.
- Garg, K. C., & Padhi, P. A. (2001). A study of collaboration in laser science and technology. *Scientometrics*, 2, 415-427.

- Garrido, R. G., & Giovanelli, A. (2008). Criminalística: origem, desenvolvimento e decadência. *Scientiarum Historia*, 1-6. Fonte: <http://www.hcte.ufrj.br/downloads/sh/RISK/sh1/Artigos/56.pdf>
- Gaspar Neto, V. (2012). *A Outra Face do Crânio: Antropologia Biológica no Brasil Hoje*. Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense.
- Gaspar Neto, V. V. (2017). Antropologia biológica no Brasil: um esboço para um retrato. *Vibrant*, 14(3), 1-24.
- Gaspari, E. (2002). *As ilusões armadas: a ditadura escancarada*, v. 2. São Paulo: Cia das Letras.
- Gassiot, E. (2010). No son los huesos. El rol de la arqueología forense y la lucha contra la impunidad. *Entramados*, 106-121.
- Geselowitz, M. N. (1993). Archaeology and the Social Study of Technological Innovation. *Science, Technology, and Human Values*, 18(2), 231-246.
- GESP. Governo do Estado de São Paulo. Universidade de São Paulo. (1972). *Decreto N° 52.906, de 27 de Março de 1972*. São Paulo: Diário Oficial do Estado.
- Ghobarah, H. A., Huth, P., & Russet, B. (2004). The post-war public health effects of civil conflict. *Social Science & Medicine*, 59(4), 869-884.
- Giddens, A. (1991). *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP.
- Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gilead, I., Haimi, Y., & Mazurek, W. (2010). Excavating Nazi Extermination Centres. *Present Pasts*, 1(1).
- Gnecco, C. (2009). Caminos de la arqueología: de la violencia epistémica a a racionalidad. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, 4(1), pp. 15-26.
- Golda, S. D. (2010). A Look at the History of Forensic Anthropology: tracing my academic genealogy. *Journal of Contemporary Anthropology*, 1(1).
- Gomes, A. C. (2012). A emergência da biotipologia no Brasil: medir e classificar a morfologia, a fisiologia e o temperamento do brasileiro na década de 1930. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, 7(3), 705-719.
- Gonçalves, N. G., & Silva, V. C. (2015). Extensão Universitária no período da ditadura: concepções e relações com a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. *Antíteses*, 8(15), 269-291.
- Gonzalez, L. (1988). A categoria político-cultural de amefricanidade. *Tempo Brasileiro*, 92-93, 69-82.

- González-Ruibal, A. (2006). The dream of reasons. An archaeology of the failures of modernity in Ethiopia. *Journal of Social Archaeology*, 6(2), 175-201.
- González-Ruibal, A. (2006b). The past is tomorrow. Towards an Archaeology of the vanishing past. *Norwegian Archaeological Review*, 39 (2), 110-125.
- González-Ruibal, A. (2008). Arqueología de la guerra civil Española. *Complutum*, 19(2), 11-20.
- González-Ruibal, A. (2009). Topography of terror or cultural heritage? The monuments of Franco's Spain. Em N. Forbes, R. Pageand, & G. Pérez, *Europe's deadly century: perspectives on 20th century conflict heritage* (pp. 65-72). Londres: Heritage.
- González-Ruibal, A. (2011). Arqueología y memoria histórica. *PCE I*, 102-122.
- Gonzalez-Ruibal, A. (2011b). El desastre académico de la arqueología. Em J. Almansa Sanchez, *El futuro de la arqueología en España* (pp. 99-104). Madrid: JAS Arqueología.
- González-Ruibal, A. (2012a). Hacia otra arqueología: diez propuestas. *Complutum*, 23(2), 103-116.
- González-Ruibal, A. (2012b). Generation of free men: resistance and material culture in Western Ethiopia. Em T. Kienlin, & A. Zimmerman, *Beyond elites. Alternatives to hierarchical systems in modelling social formations* (pp. 67-82). R. Habelt.
- González-Ruibal, A. (2013). Modernism. Em P. Graves-Brown, R. Harrison, & A. Piccini, *The Oxford handbook of the Archaeology of the Contemporary World* (pp. 596-619). Oxford:: Oxford University Press.
- González-Ruibal, A. (2014). *An Archaeology of resistance: materiality and time in African borderland*. Londres: Rowen & Littlefield.
- González-Ruibal, A. (2016). *An Archaeology of the Contemporary Era: The Age of Destruction*. Londres: Routledge.
- González-Ruibal, A., & Hernando, A. (2010). Genealogies of destruction: An archaeology of the contemporary past in the Amazon forest . *Archaeologies*, 6(1), 5-28,.
- González-Ruibal, A., Ayán, X. V., & Caesar, R. (2015). Ethics, archaeology, and civil conflict: the case of Spain. Em A. González-Ruibal, & G. Moshenska, *Ethics and the archaeology of violence* (pp. 113-136). Nova York: Springer.
- González-Ruibal, A., Fernández, V. M., Ayán, X., & Paz, A. R. (2010). Arqueología del fascismo en Etiopía (1936-1941). *EBRE* 38, 233-254 .
- González-Ruibal, A., Sahle, Y., & Ayán, X. (2011). A social archaeology of colonial war in Ethiopia. *World Archaeology*, 43, 40-65.

- Gorender, J. (1987). *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática.
- Gould, R., & Schiffer, M. B. (1981). *Modern material culture. The archaeology of us*. New York.
- Grabois, M. (1979). *Diário da guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Omega.
- Grabois, V. (2010). A verdade sob os refletores. *Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais*, 24(72). Acesso em 30 de Outubro de 2015, disponível em A verdade sob os refletores: http://www.torturanuncamais-rj.org.br/jornal/gtnm_72/artigo.html
- Graesch, A. P. (2009). Fieldworker experience and single-episode screening as sources of data recovery bias in archaeology: a case study from the Central Pacific Northwest Coast. *American Antiquity*, 74(4), 759-779.
- Groen, M., Marquez-Grant, N., & Janaway, R. C. (2016). *Forensic archaeology: a global perspective*. Londres: Routledge.
- Guerra, F. P. (2006). *Araguaia: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha)*. Monografia de graduação, Universidade Federal de Uberlândia, Instituto de História, Uberlândia.
- Guerra, F. P. (2008). *Luta Armada em Foco: a guerrilha do Araguaia nas telas do cinema*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia.
- Guevara, E. C. (2014). *La Guerra de Guerrilhas*. Ocean Sur .
- Guimarães, P. F. (2015). Outras armas para enfrentar a ameaça comunista: o Exército brasileiro e a assistência social no combate à guerra revolucionária. Em R. P. Motta, *Ditaduras Militares: Brasil, Argentina, Chile e Uruguai* (pp. 143-166). Belo Horizonte: UFMG.
- Haglund, W. D. (2002). Recent mass graves, an introduction. Em W. D. Haglund, & M. H. Sorg, *Advances in forensic taphonomy* (pp. 263-281). CRC Press LLC.
- Halbwachs, M. (2004). *Memória coletiva*. São Paulo: Centaurus.
- Hamaina, R., Leduc, T., & Moreau, G. (2011). *A structure analysis of the streets' network to urban fabric characterization*. Acesso em 16 de Maio de 2018, disponível em icaci.org/icc2011
- Hamilakis, Y. (2007). From ethics to politics. Em Y. Hamilakis, & P. Duke, *Archaeology and capitalism: From ethics to politics*: (pp. 15-40). Walnut Creek: Left Coast Press.
- Hanson, I. (2006). The concept of the forensic landscape: recognition of patterns of evidence in mass death scenarios. *Proceedings of the American Academy of Forensic Sciences*, XII, p. 166. AAFS.

- Hanson, I. (2007b). Psycho-Social issues in Forensic Archaeology in the disturbing past: does your research give you nightmares? *Archaeological Review*, 22(2), 69–76.
- Hanson, I. (2008). Forensic Archaeology: Approaches to International Investigations. Em M. Oxenham, *Forensic Approaches to Death, Disaster and Abuse* (pp. 17-28). Bowen Hills: Australian Academic Press.
- Harande, Y. I. (2011). Visibilidade de acadêmicos africanos na literatura de bibliometria. *Brazilian Journal of Information Science*, 33-46.
- Harrison, R. (2011). Surface assemblages: towards an archaeology in and of the past. *Archaeological dialogues*, 18(2), 141-161.
- Harrison, R., & Schofield, J. (2010). *After Modernity: Archaeological Approaches to the Contemporary Past*. Oxford/New York: Oxford University Press.
- Hawkes, M. (2014). Exhibiting loss and salvaging the everyday. *Cultural studies review*, 20(2), 66-89.
- Hecht, S. B., & Cookburn, A. (1989). *The fate of the forest: developers, destroyers, and defenders of the Amazon*. Chicago: University of Chicago Press.
- Heitor, T. V. (s.d.). A teoria da sintaxe espacial. Acesso em 12 de Setembro de 2017, disponível em [https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779578819643/texto_apoio\(SINTAXE%20ESPACIAL\).pdf](https://fenix.tecnico.ulisboa.pt/downloadFile/3779578819643/texto_apoio(SINTAXE%20ESPACIAL).pdf).
- Herold, M., Goldstein, N. C., & Clarke, K. C. (2003). The spatiotemporal form of urban growth: measurement analysis and modeling. *Remote sensing of environment*, 86, 286-302.
- Hicks, D. (2013). Four-Field Anthropology: Charter Myths and Time Warps from St. Louis to Oxford. *Current Anthropology*, 54(6), 753-763.
- Hillier, B. (2001). A theory of the city as object. Or, low spatial laws mediate the social construction of urban space. *Proceeding 3rd ISSSA 2*, (pp. 3-30).
- Hillier, B., & Vaughan, L. (2007). The city as one thing. *Progress in Planning*, 67(3), 205–230.
- Hochrein, M., Dirkmaar, D. C., & Adovasio, J. M. (2000). Beyond the grave: applied archaeology for forensic sciences. *Proceeding of the American Academy of Forensic Science*, 6.
- Hodder, I. (1987). *The archaeology of contextual things*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Homma, A. K., Carvalho, R. D., Ferreira, C. A., & Nascimento Júnior, J. (2000). *A destruição de recursos naturais: o caso da castanha-do-pará no sudeste paraense*. Embrapa

Amazônia Oriental-Documentos (INFOTECA-E). Acesso em 7 de Janeiro de 2019, disponível em infoteca.cnptia.embrapa.br

- Hoshower, L. M. (1998). Forensic archeology and the need for flexible excavation strategies: a case study. *Journal of Forensic Sciences*, 43(1), 53–56.
- Hume, I. N. (1970). *A guide to the artifacts of colonial america*. University of Pennsylvania Press .
- Hunter, J. (2002). Foreword: a pilgrim in forensic archaeology - a personal view. Em W. Hanglund, & M. H. Sorg, *Advances in taphonomy* (pp. xxv-xxxii). Boca Raton: CRC Press.
- Hunter, J. R., & Dockrill, S. (1996). Recovering buried remains. Em C. Heron, J. Hunter, G. Knupfer, A. Martin, C. Roberts, & M. Polland, *Studies in crime: an introduction to forensic archaeology* (pp. 41-59). Londres: Routledge.
- Hunter, J., & Cox, M. (2005). *Forensic anthropology: advances in theory and practice*. Londres: Routledge.
- Hunter, J., Simpson, B., & Colls, C. S. (2013). *Forensic approaches to buried remains*. Wiley-Blackwell.
- Huntington, R. T. (1978). *Small-caliber ammunition identification guide, volume 1. Small-arms up to 15 mm*. US Army, Department of Defense Intelligence.
- Hur, D. U. (2009). *Discursos de trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: estratopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Hurst, C. C., Soler, A., & Fenton, T. W. (2017). Personal identity in forensic anthropology. Em M. M. Houck, *Forensic Anthropology* (pp. 277-286). Elsevier.
- Ianni, O. (1979). *Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IBGE, I. B. (1970). *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE. Acesso em 22 de Fevereiro de 2019, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?view=detalhes&id=769>
- IBGE, I. B. (1980). *Censo demográfico*. Rio de Janeiro: IBGE. Acesso em 22 de Fevereiro de 2019, disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=772>
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2002). *IBGE Censo 2000*. Rio Janeiro. Fonte: <https://ww2.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/20122002censo.shtm>
- Ingold, T. (2004). Two reflections on ecological knowledge. Em G. Sanga, & G. Ortalli, *Nature knowledge* (pp. 301-311). Noa York: Berhahn.

- ISER. (2011). *Cartografias da Ditadura*. Acesso em 4 de Abril de 2018, disponível em Instituto de Estudos da Religião: <http://www.cartografiasdaditadura.org.br/>
- Jaeger, L. H., Mendonça de Souza, S., Dias, O., & Iñiques, A. M. (2013). Mycobacterium tuberculosis Complex in Remains of 18th–19th Century Slaves, Brazil. *Emerging Infectious Diseases*, 19(5), 837–838.
- Jimenez, J. V. (2007). *Bacaba: Memórias de um Guerreiro de Selva da Guerrilha do Araguaia*. José Vargas.
- Jimeno, M. (2004). La vocación crítica de la antropología latinoamericana. *Maguaré*, 18, 33-58.
- Joffily, B. (2008). *Osvaldão e a Saga do Araguaia*. Expressão Popular.
- Joffily, O. R. (2010). O corpo como campo de batalha. Em C. S. Wolff, J. G. Silva, & N. A. Oliveira, *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. Ilha de Santa Catarina: Mulheres.
- Johnson, C. A. (1962). Civilian loyalties and guerrilla conflict. *World Politics*, 14, 646-661.
- Juhl, K., & Olsen, O. E. (2006). Societal safety, archaeology and the investigation of contemporary mass graves. *Journal of Genocide Research*, 8(4), 411-435.
- Justamand, M., & Mechi, P. S. (2015). Arqueologia, história e direitos humanos: um estudo da guerrilha do Araguaia. *Revista de Arqueologia Pública*, 9(3), 122-133.
- Kallás, A. L. (2017). A repressão aos trabalhadores na ditadura a partir das contribuições da história social do trabalho: uma leitura do relatório final da CNV. *Tempos Históricos*, 21(2), 525-557.
- Kappes, J. (2017). *A guerrilha do Araguaia: a luta armada no campo e suas consequências históricas*. Monografia de graduação, Universidade Federal da Fronteira Sul. Acesso em 17 de Março de 2018, disponível em <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/1152>
- Keenan, T., & Weizman, E. (2012). *Mengele's Skull: The Advent of a Forensic Aesthetics*. Sternberg Press.
- Kehne, P. (2011). War-and peacetime logistics: supplying imperial armies in East and West. Em P. Erdkamp, *A companion to the roman army* (pp. 323-337). Blackwell.
- Khongsdier, R. (2007). Bio-cultural Approach: The Essence of Anthropological Study in the 21st Century. *Anthropologist*, 39-50.
- Kim, L. (2001). The Dynamics of Technological Learning in Industrialisation. *International Social Science Journal*, 53(168), 297-308.
- Kimmerle, E. H., & Baraybar, J. P. (2011). *Skeletal Trauma: Identification of Injuries Resulting from Human Rights Abuse and Armed Conflict*. CRC Press Book.

- Knappett, C. (2014). Materiality in archaeological theory. Em C. Smith, *Encyclopedia of global archaeology* (pp. 4700-4708). Nova York: Springer.
- Kobashi, N. Y., & Santos, R. N. (2008). Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses. *Encontro Bibli.*
- Kojan, D., & Angelo, D. (2005). Dominant Narratives, Social Violence and the Practice of Bolivian Archaeology. *Journal of Social Archaeology*, (5)3, pp. 383-408.
- Kornfeld, I. E. (2003). Terror in the water: threats to drinking water and infrastructure. *Widener Law Symposium Journal*, 9, 439-483.
- La Voz. (26 de Novembro de 2015). *Un equipo que busca la verdad aplicando la antropología forense*. Fonte: La Voz: <https://www.lavoz.com.ar/temas/un-equipo-que-busca-la-verdad-aplicando-la-antropologia-forense>
- Lamont, M. (2017). Ruin, or Repair? Infrastructural Sociality and an Economy of Disappearances along a Rural Road in Kenya. Em K. Beck, G. Klaeger, & M. Stasik, *The Making of the African Road* (pp. 171-196). Leiden, Boston: Brill.
- Landim, P. M. (2003). *Análise estatística de dados geológicos*. São Paulo: Unesp.
- Langridge, D. (1977). *Classificação: abordagem para estudantes de biblioteconomia*. Rio de Janeiro: Interciência.
- Lawless, C. (2016). *Forensic science: a sociological introduction*. Londres: Routledge.
- Le Breton, D. (2016). *Antropologia do corpo*. Petrópolis: Vozes.
- Lemos, A. (2009). Cultura da mobilidade. *Comunicação e cultura*, 40(1), 28-35.
- Lessa, A. (2005). *Avaliação da demanda de peritos em Antropologia Forense para aprimoramento e modernização das instituições periciais*. Brasília: SENASP/MJ. Acesso em 17 de Fevereiro de 2017, disponível em www.periciaoficial.al.gov.br/legislacao/artigos...e.../aval_deman_per_andrea.pdf
- Lessa, A. (2009). Violência e impunidade em pauta: problemas e perspectivas sob a ótica da antropologia forense no Brasil. *Ciência e saúde coletiva*, 14(5), 1855-1863.
- Lessa, A. (2010). Perícias forenses e justiça criminal sob a ótica da antropologia forense no Brasil. *Segurança, Justiça e cidadania*, 44, 153-172.
- Levi-Strauss, C. (1983). *O olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70.
- Lima, A., Oliveira, F., & Aquino, A. (2000). *Solos e aptidão agrícola das terras do estado do Tocantins*. Fortaleza: Embrapa, Documentos, 31.
- Lima, T. A. (1985). Arqueologia histórica: algumas considerações teóricas. *III Reunião científica da Sociedade Brasileira de Arqueologia*, Datilog.

- Lima, T. A. (1997). Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. *Anais do museu paulista, história e cultura material*, 5, 93-129.
- Lima, T. A. (1999/2000). Em busca dos frutos do mar: os pescadores-coletores do litoral centro-sul do Brasil. *Revista Usp*, 44, 270-327.
- Lima, T. A. (2011). Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, 6 (1), 11-23.
- Lima, T. A. (2013). Unscientific and unethical criticisms: a reply to Pedro Paulo Funari. *International Journal of Historical Archaeology*, 7(3), 227-229.
- Linghammar, P. (2008). Time for enforced disappearances to disappear. *Human Rights Studies, 2nd Term Paper*.
- Lino, J. T. (2012). A cultura material da Guerra do Contestado como documento histórico. *Cadernos do CEOM*, 25(36).
- Lino, J. T., Symonds, J., & Funari, P. P. (2018). Post-Conflict Archaeology and Cultural Heritage. Em P. Newson, & R. Young, *Conflict, memory and material culture: the archaeology of the Contestado War in Brazil (1912-1916)* (pp. 72-90). Nova York e Londres: Routledge.
- Lucas, G. (2001). *Critical Framework to Historical Archaeology*. Londres: Routledge.
- Lucas, G. (2004). Modern disturbances: on the ambiguities of archaeology. *Modernism/modernity*, 11(1), 109-120.
- Lucas, G. (2012). *Understanding the archaeological record*. Cambridge : Cambridge University Press.
- Luiz, J. M. (2017). “Minha irmandade, vamos se reunir”: o terecô e a guerrilha do Araguaia. *Anais XXIX Simpósio nacional de História*, 1-15. Acesso em 18 de Novembro de 2017, disponível em https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502838282_ARQUIVO_Artigo_OTerecoeaGuerrilha.pdf
- Lumbreras, L. G. (1974). *La arqueología como ciencia social*. Lima: Hístar.
- Luna, F. C. (2013). *Relatos de guerrilheiros do Araguaia: movimentos da memória e efeitos de sentido*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Rio Grande, Pau dos Ferros.
- Machado, L. C. (2006). Tafonomia Humana: alguns problemas e interpretações em arqueologia funerária. *Boletim do Instituto de Arqueologia Brasileira*, 12, 82-92.
- Maciel, L. A. (2011). *Guerrilha do Araguaia: relato de um combatente*. Salto: Schoba.

- Madry, S. (2006). Evaluation of google earth fir archaeological exploration and survey. *CAA*, 27, 303-311.
- Maestri, M. (2004). A pedagogia do medo: disciplina, aprendizado e trabalho na escravidão brasileira. Em M. Stephanou, & M. H. Bastos, *Histórias e memórias da educação no Brasil, séculos XVI-XVIII. v. 1*. Petrópolis, RS: Vozes.
- Maguire, P. F., & Carvalho, A. V. (2013). Campos de concentração na Guerra Civil Espanhola: novas possibilidades para a arqueologia da repressão. Em J. T. Lino, & P. P. Funari, *Arqueologia da Guerra e do Conflito* (pp. 231-254). Erixim: Habilis.
- Maia, I. F., Dantas, R., & Savignano, V. (2005). *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes*. Monografia de graduação, Pontifícia Universidade Católica, Campinas.
- Maia, M. d., & Caregnato, S. E. (2008). Co-autoria como indicador de redes de colaboração científica. *Perspectiva ciência informação*, 13(2), 18-31. Acesso em 21 de April de 2019, disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-99362008000200003&lng=en&nrm=iso. ISSN 1981-5344. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-99362008000200003>
- Majewski, T., & O'Brien, M. (1987). The use and misuse of nineteenth-century English and American ceramics in archaeological analysis. *Advances in Archaeological Method and Theory*, 11, 97-209.
- Majewski, T., & Schiffer, M. (2001). Beyond consumption: towards an archaeology of consumerism. Em V. Buchli, & G. Lucas, *Archaeologies of the contemporary past*. Londres: Routledge.
- Malgosa, A., Armentano, N., Galtés, I., Jordana, X., Subirana, M., Gassiot, E., . . . Solé, Q. (2010). La antropología forense al servicio de la justicia y la historia: las fosas de la Guerra Civil. *Cuadernos de Medicina Forense*, 16(1), 65-79.
- Margato, I. (2008). *Tirantias da modernidade*. Rio de Janeiro: 7Letras.
- Marighella, C. (1969). *Manual Do Guerrilheiro Urbano*. Clube de Autores.
- Mark, S., Alempijevic, D.-S., & Alempijevic, M. (2003). Guidelines for international forensic bio-archaeology monitors of mass grave exhumations. *Forensic Scince International*, 134(2-3), 81-92.
- Marques, A. A. (2007). *Amazônia: pensamento e presença militar*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- Marques, J. A., B, B. G., Musse, J. C., Cardoso, P. E., & Silva, M. (2005). Estudo da distância intercanina no processo de identificação de marcas de mordidas. *Revista Associação Paulista de Cirurgiões Dentistas*, 59, 363-366.

- Martins Filho, J. R. (2012). A conexão francesa: da Argélia ao Araguaia. *Varia historia*, 28 (48), 519-536.
- Martins, J. S. (1993). A aparição do demônio na fábrica, no meio da produção. *Tempo Social*, 5(1-2), 1-29.
- Martins, J. S. (1996). O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social*, 8(1), 25-70.
- Mattos, M. A., & Swensson, W. C. (2003). *Contra os inimigos da ordem: a repressão política do regime militar brasileiro (1964-1985)*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Mattos, M. V. (2004). Os prefeitos nomeados no período ditatorial em Marabá (1970-1985). *Boletim Técnico. Fundação Casa da Cultura de Marabá*, 3, 134-143.
- Mazucchelli, F., van der Laarse, R., & Reijnen, C. (2014). Introduction: Traces of Terror, Signs of Trauma. Em R. van der Laarse, C. Reijnen, & F. Mazucchelli, *Traces of Terror, Signs of Trauma. Practices of (Re-)Presentation of Collective Memories in Space in Contemporary Europe* (pp. 1-19). Bologna: Bompiani.
- Mazz, J. L. (2008). Uma mirada arqueológica sobre a repressão política no Uruguai (1971-1985). Em P. P. Funari, A. Zarankin, & J. A. REIS, *Arqueologia da Repressão e da Resistência. América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume.
- Mazz, J. L. (2015). The concealment of bodies during the military dictatorship in Uruguay (1973-84). Em E. Anstett, & J.-M. Dreyfus, *Human remains and identification: mass violence, genocide, and the "forensic turn"* (pp. 83-97). Manchester: Manchester University Press.
- Mazz, J. M., & Luisardo, A. (2015). The development of forensic archaeology and anthropology by the Uruguayan Forensic Anthropology Team. Em W. J. Groen, N. Márquez-Grant, & R. Janaway, *Forensic archaeology: a global perspective*. Wiley-Blackwell.
- Mbembé, J.-A., & Rendall, S. (2000). At the edge of the world: Boundaries, Territoriality, and Sovereignty in Africa. *Public Culture*, 12(1), 259-284.
- McGuire, R. (2008). Archaeology as political action. *California series in public anthropology*, 17, 11-50.
- MD. Ministério da Defesa. (20 de Setembro de 2010). *Quem tiver desaparecidos do araguaia já pode ligar gratuitamente para o Ministério da Defesa*. Fonte: Notícias: <http://www.defesa.gov.br/noticias/3517-20-09-2010-defesa-quem-tiver-informacao-sobre-desaparecidos-do-araguaia-ja-pode-ligar-gratuitamente-para-o-ministerio-da-defesa>

- MD. Ministério da Defesa. (11 de Setembro de 2018). *Laboratório Químico Farmacêutico do Exército*. Fonte: <http://www.lqfex.eb.mil.br/>
- MD. Ministério da Defesa. (11 de Março de 2011). *Grupo de Trabalho Tocantins reinicia buscas por desaparecidos da guerrilha do Araguaia*. Acesso em 11 de Julho de 2015, disponível em <http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/3671-11032011-defesa-grupo-de-trabalho-do-tocantins-reinicia-buscas-de-desaparecidos-da-guerrilha-do-araguaia>
- MEC. Ministério da Educação e Cultura. (1980). *Uma visão do camus avançado pelo Conselho de Reitores das universidades brasileiras e Fundação Projeto Rondon*. Brasília: MED/DDD.
- Mechi, P. S. (2011). Da Guerrilha à Luta dos Posseiros: a permanência da violência na repressão aos trabalhadores rurais na região do Araguaia. *Anais I Simpósio Trabalhadores e a produção social*, 1-8. Acesso em 22 de Novembro de 2018, disponível em www.simposioproducaosocial.org.br/Trabalhos/101.pdf
- Mechi, P. S. (2012). *Os protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica.
- Mechi, P. S., & Justamand, M. (2014). Arqueologia em contextos de repressão e resistência: a guerrilha do Araguaia. *Revista de Arqueologia Pública*, 8(2), 108-120.
- Medeiros, F. (2012). *"Matar o morto": A construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.
- Mendonça de Souza, S. (2009). Bioarqueologia e Antropologia Forense. *Anais do I Encontro de Arqueologia de Mato Grosso*. Acesso em 29 de January de 2017, disponível em www.seer.ufms.br/index.php/AlbRHIS/article/download/3927/3133
- Mendonça de Souza, S. (2010). O silêncio bioarqueológico da Amazônia. Entre o mito da diluição demográfica e o da diluição biológica na floresta tropical. Em E. Pereira, & V. Guapindaia, *Arqueologia amazônica* (pp. 425-446). Belém: MPEG/IPHAN/SECULT.
- Mendonça de Souza, S. (2011). A paleopatologia no Brasil: crânios, parasitos e doenças no passado. Em L. F. Ferreira, K. K. Reinhard, & A. Araújo, *Fundamentos da paleoparasitologia no Brasil* (pp. 53-67). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Mendonça de Souza, S., & Rodrigues-Carvalho, C. (2013). Ossos no chão: para uma abordagem dos remanescentes humanos em campo. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, 8(3), 551-566.
- Mendonça de Souza, S., Wesolowski, V., Lessa, A., & Rodrigues-Carvalho, C. (2013). Escavar e interpretar lugares de deposição de mortos. Em S. Mendonça de Souza, &

- M. D. Gaspar, *Abordagens estratégicas em sambaquis* (pp. 127-154). Erichim: Habilis.
- Menezes, F. C. (2007). *Enunciados sobre o futuro : ditadura militar, Transamazônica e a construção do “Brasil grande”*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília.
- Menezes, V. H., & Oliveira, J. N. (2014). A arqueologia da repressão e da resistência: uma conversa com Andrés Zarankin. *Revista de Arqueologia Pública*, 8(10).
- Mérida, C. B. (2009). *O Cérebro Criminógeno na Antropologia Criminal do Século XIX: Um Estudo sobre a Etiologia do Crime a partir da Medicalização da Sociedade*. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
- Merlino, T., & Ojeda, I. (2010). *Direito à memória e à verdade: Luta substantivo feminino*. São Paulo: Caros Amigos.
- Mikellide, M. (2017). Recovery and identification of human remains in post-conflict environments: A comparative study of the humanitarian forensic programs in Cyprus and Kosovo. *Forensic Science International*, 279, 33-40.
- Miller, D. (2005). *Trecos, troços e coisas: estudos antropológicos sobre a cultural material*. São Paulo: Zahar.
- Miller, G. (1980). Classification and Economic Scaling of 19th-century Ceramics. *Historical Archaeology*, 14, 1-40.
- Moelker, R., & Schenk, N. (2018). Mixing up human and military technology. Em G. Caforio, & M. Nuciari, *Handbook of sociology of the military* (pp. 443-462). Springer.
- Möller, F. M. (1994). Antropología forense: resultado de sua aplicación en Guatemala. Em J. P. Laporte, & H. Escobedo, *VIII Simposio de investigaciones arqueológicas en Guatemala* (pp. 327-337).
- Monks, G. G. (1999). On rejecting the concept of socio-economic status in historical archaeology. Em P. P. Funari, M. Hall, & S. Jones, *Historical archaeology: back from the edge* (pp. 204-216). Londres: Routledge.
- Moon, C. (2017). Human rights, human remains: forensic humanitarianism and the human rights of the dead. *International Social Science Journal*, 215-216.
- Moraes, J. Q. (2001). *Liberalismo e ditadura no Cone Sul*. Campinas: Unicamp.
- Morais, T. (2008). *Sem vestígios: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira*. São Paulo: Geração Editorial.
- Morais, T., & Silva, E. (2005). *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial.

- Moreira, J. M. (2015). *Arquitetura que enlouquece: poder e arqueologia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte.
- Moreman, T. (2005). *The jungle, the Japanese and the British Commonwealth armies at war 1941-1945: fighting Methods, Doctrine and Training for Jungle Warfare*. Nova York: Routledge.
- Moschovich, M., & Almeida, A. M. (2015). Desigualdade de gênero na carreira acadêmica no Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 58(3), 749-789.
- Moshenka, G., & González-Ruibal, A. (2015). Introduction: The Only Way is Ethics. Em A. M. González-Ruibal, *Ethics and the Archaeology of Violence* (pp. 1-17). Springer.
- Mountz, A. (2012). Mapping remote detention: Dis/location through isolation. Em J. Loyd, M. Mitchelson, & A. Burridge, *Beyond Walls and Cages: Prisons, borders, and global crisis* (pp. 91-104). Athens: University of Georgia Press.
- Mourão, M. (2007). Palavra de luta: a ação armada no órgão central do PCdoB, a Classe Operária, de 1969 a 1976. *Anais do XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*, 1-13. Acesso em 18 de October de 2018, disponível em https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/17661472/monica_mourao.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1555739215&Signature=NwtUzl5evu CZ88ehiuWJH9ufivE%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPalavras_de_luta_a_acao_armada_n
- Mourão, M. (2009). Comunicação clandestina Redes de comunicação política durante a ditadura militar brasileira. *Anais do VII Encontro Nacional de História da mídia-mídia*, 1-13. Acesso em 1 de June de 2014, disponível em <http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/7o-encontro-2009-1/Comunicacao%20clandestina.pdf>
- MPF. Ministério Público Federal. (2013). *Crimes da ditadura militar: relatório sobre as atividades de perseguição penas desenvolvidas pelo MPF em matéria de graves violações a DH cometidas por agentes do Estado durante o regime de exceção (2008-2012)*. Procuradoria Geral da República, Brasília. Acesso em 8 de Agosto de 2016, disponível em http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr2/coordenacao/comissoes-e-grupos-de-trabalho/justica-transicao/relatorios-1/Relatorio%20GT%20Revisado%20FinalMarco2012_1_Pagina.pdf.
- MS. Ministério da Saúde. Direção Geral de Farmácia. (2009). *Lista nacional de medicamentos*. Acesso em 30 de Outubro de 2017, disponível em https://www.who.int/selection_medicines/country_lists/CaboVerde2009.pdf
- Mugnaini, R. (2003). A bibliometria na exploração de bases de dados: a importância da Linguística. *Transinformação*, 15(1), 45-52.

- Mullins, P. (2011). The archaeology of consumption. *Annual Anthropological Review*, 40, 133-144.
- Mullins, P. (2012). *Archaeologies of Prosaic Materiality and Traumatic Heritage*. Acesso em 02 de July de 2017, disponível em Archaeology and material culture: <https://paulmullins.wordpress.com/tag/terrorscapes/>
- Myers, A. (2010). Camp Delta, Google Earth and the ethics of remote sensing in archaeology. *World Archaeology*, 12(3), 455-467.
- Nascimento, E. C., Mundoco, R. O., & Santos, V. G. (2017). Guerrilha do Araguaia: resquícios do movimento no século XXI. *Anais do II Congresso Internacional de política social e serviço social*, 1-10. Acesso em 16 de 2017 de December, disponível em <https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/132311.pdf>.
- Nascimento, J. B. (2013). Processo de emancipação dos municípios do Tocantins. *Revista Geonorte*, 7(1), 1648-1662.
- Nascimento, R. M. (2000). *A guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Pará, Belém.
- Navarrete, R., & López, A. M. (2008). Riscando atrás dos muros: grafite e imaginário político-simbólico no Quartel San Carlos (Caracas/Venezuela). Em P. P. Funari, A. Zarankin, & J. A. Reis, *Arqueologia da Repressão e da Resistência. América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume.
- Nawrocki, S. P. (1991). Human Taphonomy and Historic cemeteries: factors influencing the loss and subsequent recovery of human remains. *Cemetery Taphonomy*, 1-7.
- Netto, J. P. (2014). *Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)*. São Paulo: Cortez.
- Neves, K. R. (2011). *A potencialidade dos lugares de memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São Paulo*. Mestrado. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, Faculdade de Ciências Sociais, Lisboa.
- Nossa, L. (2012). *Mata! O Major Curió e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Cia das Letras.
- O'Donnell, G. (1982). Tensões do Estado Burocrático-Autoritário e a questão da democracia. Em D. Collier, *O Novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Ocariz, M. C., Trindade, P. S., & Gonçalves, T. C. (2015). Atendimento psicológico aos peritos do Grupo de Trabalho Perus. Em M. C. Ocariz, *Violência de Estado na ditadura civil-militar brasileira (1964-1985). Efeitos psíquicos e testemunhos clínicos* (pp. 115-126). São Paulo: Escuta.

- Oliveira, E. K., & Boente, D. R. (2012). Análise bibliométrica da produção científica recente sobre contabilidade gerencial. *Revista Organizações em Contexto*, 8(15), 199-212.
- Oliveira, G. A. (2010). *Os posseiros e a luta pela terra na região do Bico do Papagaio, 1964-1985: modernização e tradição*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências.
- Oliveira, L. (2011). Ditadura militar, tortura e história. A vitória simbólica dos vencidos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 29 (75), 7-27.
- Oliveira, R. C., & Silva Filho, J. C. (2014). Os testemunhos das vítimas e o diálogo transgeracional: o lugar do testemunho na transição pós-ditadura civil-militar brasileira. Em E. P. Meyer, & M. A. Oliveira, *Justiça de transição nos 25 anos da constituição de 1988* (pp. 303-352). Belo Horizonte: Initia Via.
- Oliveira, V. (2015). Introdução. Em V. Oliveira, T. Marat-Mendes, & P. Pinho, *O estudo da forma urbana em Portugal* (pp. 17-19). Porto: Universidade do Porto.
- Olsen, B. (2003). Material culture after text: re-membering things. *Norwegian Archaeological Review*, 36(2), 87-104.
- Olsen, B., Shanks, M., Webmoor, T., & Witmore, C. (2012). *Archaeology: The Discipline of Things*. California: University of California Press.
- Padrós, E. S. (2005). *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e segurança nacional. Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. Tomo I*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande .
- Padrós, E. S. (2007a). A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional. *Tempos Históricos* , 10, 1-25. Acesso em 23 de Setembro de 2013, disponível em <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/1229>.
- Padrós, E. S. (2007b). América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *Revista História & Luta de Classes*, 4, 43-49.
- Padrós, E. S. (2010). Conexão repressiva internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. Em E. S. Padrós, V. M. Barbosa, V. A. Lopez, & A. S. Fernandes, *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul* (pp. 49-82). Porto Alegre: Corag.
- Padrós, E. S., Barbosa, V. M., Lopez, V. A., Fernandes, A. S., Barbosa, V. M., Lopez, V. A., & Fernandes, A. S. (2010). Prefácio. Em E. S. Padrós, V. M. Barbosa, V. A. Lopez, & A. S. Fernandes, *A ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória. Volume 3: Conexão repressiva e operação Condor* (pp. 23-34). Porto Alegre: Corag.

- Palmar, A. (2011). *Câmara Municipal prestava conta ao SNI*. Acesso em 18 de Outubro de 2017, disponível em Documentos revelados: <https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/servico-nacional-de-informacoes/camara-municipal-prestava-conta-ao-sni/>
- Panizo, L. (2016). Among bodies: reflections on ethnographic work and the repercussions of exhumations and identifications of the disappeared of the last military dictatorship in Argentina. *Human Remains and Violence: An Interdisciplinary Journal*, 2(2), 21-38.
- Parcak, S. H. (2015). GIS, remote sensing and landscape archaeology. *Oxford handbooks online*. Acesso em 05 de Maio de 2018, disponível em www.oxfordhandbooks.com
- Parra, R. C., & Palma, M. (2005). Desde el rincón de los muertos y la memoria de sus familias. Aportes forenses de la antropología a los derechos humanos. *AIBR Revista de Antropología Iberoamericana*, 39.
- Passmore, D. G., Tunwell, D. C., & Harrison, S. (2013). Landscapes of Logistics: The Archaeology and Geography of WWII German Military Supply Depots in Central Normandy, North-west France. *Journal of conflict archaeology*, 8(3), 165-192.
- Paz, L. R. (2006). *Hidrelétricas e terras indígenas na Amazônia: Desenvolvimento sustentável?* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Planejamento Energético.
- Pearson, M. P., & C., R. (1994). Architecture and order: social representation and archaeology. Em M. P. Pearson, & R. C., *Architecture and order: approaches to social space* (pp. 38-72). Nova York: Routledge.
- Peirano, M. (1986). Sem lenco, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil. *Sociedade e estado*, 1(1), 49-64.
- Peixoto, R. C. (2011). Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi*, 6(3), 479-499.
- Peixoto, R. C. (2013). Memória, verdade e justiça: reconhecendo abusos do passado e do presente no Bico do papagaio. *Novos Caderno NAEA*, 16(2), 225-253.
- Perlman, S. M. (1985). Group size and mobility costs. Em S. W. Green, & S. M. Perlman, *Archaeology of Frontiers & Boundaries* (pp. 33-50). Londres: Academic Press.
- Perruso, C. A. (2010). *O desaparecimento forçado de pessoas no sistema interamericano de direitos humanos. Direitos humanos e memória*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito.
- Petta, R. L. (2011). *A memória dos moradores do Araguaia sobre Osvaldão: liderança, luta e resistêncial*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Escola de Comunicação e Artes, São Paulo.

- Pétursdóttir, P. (2012). Small things forgotten now included, or what else do things desire. *International Journal of Historic Archaeology*, 16, 577-603.
- Pfaff, A. S. (1999). What drives deforestation in the Brazilian Amazon?: Evidence from Satellite and Socioeconomic Data. *Journal of Environmental Economics and Management*, 37(1), 26-43.
- Pfaffenberger, B. (1992). Social Anthropology of Technology. *Annual Review of Anthropology*, 21, 491-516.
- Pfukwa, C., & Barnes, L. (2009). Negotiating identities in guerrilla war names in the Zimbabwean war of liberation. *African identities*, 8, 209-219.
- Philippi, S. T., Latterza, A. R., Cruz, A. T., & Ribeiro, L. C. (1999). Pirâmide alimentar adaptada: guia para escolha dos alimentos. *Revista Nutrição*, 12(1), 65-80.
- Pinheiro, P. S. (2010). Prefácio. Em P. S. Pinheiro, & R. P. Pinto, *Acesso aos direitos sociais: infância, saúde, educação, trabalho* (pp. 21-28). São Paulo: Contexto.
- Pinto, J. K. (2011). *O direito à memória e à verdade e os direitos humanos: o caso "guerrilha do Araguaia"*. Monografia de especialização, Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito.
- Pires, M. J., & Ramos, P. (2009). O termo modernidade conservadora: sua origem e utilização no Brasil. *REN*, 40(3), 411-426.
- Piteri, M. A., Meneguette Junior, M., Santos, A. G., & Oliveira, F. F. (2007). Triangulação de Delaunay e o princípio de inserção randomizado. *Anais II Simpósio Brasileiro de Geomática/V Colóquio Brasileiro de Ciências Geodésicas*. Acesso em 10 de Maio de 2016, disponível em http://www2.fct.unesp.br/departamentos/cartografia/eventos/2007_II_SBG/artigos/A_094.pdf
- Politis, G. (1996). *Nukak: ethnoarchaeology of an Amazon people*. California: Left Coast Press.
- Politis, G. G. (1999). Latin American archaeology: an inside review. Em G. G. Politis, & B. Alberti, *Archaeology in Latin America*. Londres: Routledge.
- Politis, G. G. (2003). The theoretical landscape and the methodological development of archaeology in Latin America. *American Antiquity*, 68 (2), 245-272.
- Poloni, R. J. (2014). Arqueologia da repressão e da resistência: as contribuições da ciência na justiça de transição e na sociedade democrática. *Projeto História*, 50, 247-273.
- Pomar, W. (1980). *Araguaia: o partido e a guerrilha*. São Paulo: Debates.
- Portal Brasil. (1 de Dezembro de 2014). *Ideli Salvatti anuncia o resultado final da perícia de Jango*. Fonte: Portal Brasil - Governo Federal:

<http://www.brasil.gov.br/governo/2014/12/ideli-salvatti-anuncia-o-resultado-final-da-pericia-de-jango>

- Portela, F. (1979). *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. São Paulo: Global Editora.
- Posocco, S. (2014). *Secrecy, subjectivity and sociality: an ethnography of conflict in Petén, Guatemala (1999-2000)*. Tese de doutorado, Universidade de Londres.
- Prado, M. (2014). Arqueologia: o pioneirismo em Marabá e o Projeto Jacundá. *O Penta. Edição Comemorativa 30 anos Fundação Casa de Cultura de Marabá 1984-2014*, 16-17.
- Prado, M., & Mesquita, R. N. (2012). Vinte e sete anos de pesquisa arqueológica. *Boletim Técnico, Fundação Casa da Cultura da Marabá*, 6, 31-51.
- Presidência da República. (1968). *Lei Nº 5.449, de 4 de Junho de 1968. Declara de interêsse da segurança nacional, nos termos do art. 16, § 1º, alínea b, da Constituição os Municípios que especifica, e dá outras providências*. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Acesso em 11 de Abril de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5449.htm
- Presidência da República. (1969). *Decreto-Lei Nº 866, de 12 de Setembro de 1969. Declara de interêsse da Segurança Nacional, nos termos do artigo 16, § 1º, alínea b, da Constituição, o Município que especifica, e dá outras providências*. Subchefia de assuntos jurídicos. Acesso em 11 de Abril de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0866.htm
- Presidência da República. (1970). *Decreto-Lei Nº 1.131, de 30 de Outubro de 1970. Declara de interêsse da Segurança Nacional, nos termos do Art. 15, § 1º, alínea b, da Constituição, os Municípios que especifica, e dá outras providências*. Subchefia de assuntos jurídicos. Acesso em 11 de April de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1131.htm
- Presidência da República. (1984). *Decreto-Lei Nº 2.183, de 19 de Dezembro de 1984. Descaracteriza como de interesse da Segurança Nacional os municípios que especifica*. Subchefia de Assuntos Jurídicos. Acesso em 11 de Abril de 2018, disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del2183.htm#art1vii
- Quinalha, R. H. (2012). *Justiça de transição: contornos do conceito*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Direito, São Paulo.
- Quinn, A. M. (2014). *Identifying desaparecidos: the development of forensic anthropology in Chile*. Tese de doutorado, Universidade de Syracuse.
- Rabello, A. C. (2013). Amazônia: uma fronteira volátil. *Estudos Avançados*, 27(78), 213-237.

- Rago, M. L. (2010). Memórias da Clandestinidade: Criméia Alice de Almeida Schimidt e a Guerrilha do Araguaia. Em C. S. Wolff, J. G. Silva, & N. A. Oliveira, *Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul*. . Ilha de Santa Catarina: Mulheres.
- Ranalletti, M. (2014). When death is not the end: towards a typology of the treatment of corpses of “disappeared detainees” in Argentina from 1975 to 1983. Em E. Anstett, & J.-M. Dreyfus, *Human remains and identification: mass violence* (pp. 146-180). Manchester University Press.
- Ranzani, G. (1978). Alguns solos da Transamazônica na região de Marabá. *Acta Amazônica*, 8(3), 333-355.
- Rathje, W. (1996). The archaeology of us. Em C. Ciegelski, *Encyclopedia Britannica's yearbook of science and the future* (pp. 158-177). Nova York: Encyclopaedia Britannica.
- Raymond, N., Card, B., & Baker, I. (2014). A new forensics: developing standard remote sensing methodologies to detect and document mass atrocities. 8 (3), pp. *Genocide studies and prevention*, 8(3), 33-48.
- Rego, R. L. (2016). Comunidades planejadas na Amazônia: o urbanismo rural e a utopia de uma nova civilização. *Anais XIV Colóquio Internacional de Geocrítica, Barcelona*. Acesso em 19 de Janeiro de 2018, disponível em www.ub.edu/geocrit/xiv_renatorego.pdf
- Rego, R. L., & Meneguetti, K. S. (2011). A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade. *Acta Scientiarum. Technology*, 33 (2), 123-127.
- Reiher, C. B., & Neves, P. S. (2011). A guerrilha do Araguaia sob o ponto de vista da população da região do Bico do Papagaio. *Anais eletrônicos I Encontro de Pesquisadores Iniciantes das Humanidades*, 1-8. Acesso em 27 de May de 2015, disponível em <https://pt.slideshare.net/slidesdoip/anais-eletronicosih2011>
- Renshaw, L. (2011). *Exhuming loss: memory, materiality and mass graves of the Spanish Civil War*. Walnut Creek, CA: Left Coast Press.
- Renshaw, L. (2013). The archaeology and material cultural of modern military death. Em S. Tarlow, & L. N. Stutz, *The oxford handbook of the archaeology of death and burial*. Oxford: Oxford University Press.
- Restall, M. (2006). *Sete mitos da conquista espanhola*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Reyes, E. (2010). La participación de antropólogos forenses colombianos en la investigación de los crímenes de guerra en la antigua Yugoslavia. *Maguaré*, 24, 313-326.
- Rezende, M. J. (2001). *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade, 1964-1984*. Londrina: Editora UEL.

- Reznik, L. (2004). *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. São Paulo: FGV.
- Ribeiro, A. B. (2015). *Relampejos do passado: inscrição da morte no espaço público através da exumação de corpos de desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.
- Ribeiro, B. (2007). *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia*. Expressão Popular.
- Rice, P. (1981). Evolution of specialized pottery production. *Current Anthropology*, 22(3), 219-240.
- Rocha Junior, D. A. (1995). *A guerrilha do Araguaia / 1972-1974*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Rocha, M. R. (2011). *A rede sociotécnica do babaçu no Bico do Papagaio (TO) : dinâmicas da relação sociedade-natureza e estratégias de reprodução social agroextrativista*. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Rodriguez, R. (2008). Arqueologia de uma procura e de uma busca arqueológica: a história do achado dos restos de Che Guevara. Em P. P. Funari, A. Zarankin, & J. A. Reis, *Arqueologia da Repressão e da Resistência. América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)* (pp. 151-160). São Paulo: Annablume.
- Rohner, D., Thoenig, M., & Zilibotti, F. (2013). War signals: A theory of trade, trust and conflict. *The Review of Economic Studies*, 80(3), 1114-1147.
- Rojas, K. (2 de Abril de 2017). *Miles marcharon en repudio al robo y las amenazas al GIAF*. Fonte: Laizquierda DIario: <https://www.laizquierdadiario.com.uy/Miles-marcharon-en-repudio-al-robo-y-las-amenazas-al-GIAF>
- Rojas-Perez, I. (2008). Para comprender Putis y Cabitos: sueño con serpientes. *Derechos Humanos*(187), 77-82.
- Rosaneli, A. F. (2011). A morfologia urbana como abordagem metodológica para o estudo da forma e da paisagem de assentamentos urbanos. . *Anais VI Quapá-Se*. Acesso em 11 de Novembro de 2018, disponível em <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/A-morfologia-urbanos-pdf>
- Rufell, A., & McKinley, J. (2008). *Geoforensics*. Londres, Nova York: Wiley Interscience.
- Sá, G. (1990). *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi.
- Sá, I. (2011). *Da repressão à abertura política: processos de espetacularização do discurso político*. Universidade de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, São Carlos.
- Sader, R. (1990). Lutas e imaginário camponês. *Tempo Social*, 2(1), 115-125.

- Sahlins, M. (1970). *Sociedades Tribais*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Sahlins, M. (1997). O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção (parte I). *Mana*, 3(1), 41-73.
- Said, E. (2007). *Orientalismos: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras.
- Sakaguchi, D. S., & Marcolan, J. F. (2016). A história desvelada no Juquery: assistência psiquiátrica intramuros na ditadura cívico-militar. *Acta Paul Enferm*, 29(4), 476-481.
- Salazaar, N. B., & Smart, A. (2012). Anthropological Takes on (Im)Mobility. *Identities*, 18, i-ix.
- Salerno, M. (2009). A construção da categoria 'subversivo' e os processo de remodelação de subjetividade através do corpo e do vestido (Argentina, 1976-1983). Em A. V. Carvalho, P. P. Funari, I. S. Prado, & S. F. Silva, *Arqueologia, democracia e direito* (pp. 103-140). Erichim: Erichim.
- Salerno, M., & Zarankin, A. (2012). Arqueologías de la clandestinidad. Una revisión de los trabajos efectuados en los centros de detención clandestinos de la última dictadura militar Argentina. *RUHM* (2), 49-84.
- Sales, J. R. (2007). Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985). *História*, 26(2), 340-365.
- Salzano, F. M. (2009). A Antropologia no Brasil: é a interdisciplinaridade possível? *Amazônica: Revista de Antropologia*, 12-27.
- Santos, B. d. (2010). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. Em M. P. Meneses, & B. d. Santos, *Epistemologias do sul*. São Paulo: Cortez.
- Santos, L. A. (2014). Crítica aos atuais comitês de ética na pesquisa no Brasil. *História, ciência e saúde-Manguinhos*, 21(1), 364-366. Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702014000100364&lng=en&nrm=iso. ISSN 0104-5970. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702014000100011>.
- Santos, L. F. (2014). *Paul Aussaresses: um general francês na ditadura brasileira (um estudo de caso)*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.
- Santos, M. (2012). *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp.
- Santos, R. V. (2011). Intelectualmente "impuros e maculados": reflexões sobre a formação em antropologia biológica no diálogo com outros campos da antropologia. *Amazônica*, 3(1), 10-31.

- Saul, T., & Tuller, H. (2015). Theory in the applied field: the forensic anthropologist as a technician or translator. *2nd Annual Conference The disaster, displacement and human rights program* (p. 21). Knoxville: University of Tennessee. Fonte: <https://anthropology.utk.edu/wp-content/uploads/2016/03/ddhr.abstracts15.pdf>
- Schávelzon, D. (2001). Catálogo de cerâmica históricas del río de la Plara, Buenos Aires. CD-Rom. Buenos Aires.
- Schiffer, M. (1987). *Formation process of the archaeological record*. Albuquerque: University of New Mexico Press.
- Schofield, J. (2005). *Combat archaeology: Material Culture and Modern Conflict*. Bristol Classical Press.
- Schofield, J. (2009). *Aftermath: readings in the archaeology of recent conflict*. Springer Science & Business Media.
- Schofield, J. (2010). Archaeology and contemporary society: an introduction. *World Archaeology*, 42(3), 325-327.
- Schofield, J. (2010). Archaeology and contemporary society: introduction. *World Archaeology*, 42(3), 325-327.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras.
- Scott, D., & Connor, M. (2001). The role and future of Archaeology in Forensic Science. *Historical Archaeology*, 35(1), 101-104.
- SEDH. Secretaria Especial de Direitos Humanos. (2013). *Camponeses e indígenas*.
- SEDH/CEMDP. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. (2007). *Direito à verdade e à memória: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Brasília: SEDH/CEMDP.
- SGRP. Study Group of Roman Pottery. (October de 2015). *A standard for pottery analysis archaeology*. Fonte: https://www.archaeologists.net/sites/default/files/Standard_for_Pottery_Analysis_Full_Draft_v4.pdf
- Shanks, M., & Tilley, C. (1992). *Re-constructing Archaeology: Theory and Practice*. Londres: Routledge.
- Shantz, J. (2009). Re-Building Infrastructures of Resistance. *Socialism and democracy*, 23(2), 102-109.
- Shimada, I., & Vega-Centeno, R. (2011). Peruvian archaeology: its growth, characteristics, practices, and challenges. Em L. R. Lozny, *Comparative archaeologies* (pp. 569-612). Nova York: Spring.

- SHRP. Science and Human Rights Program. (2009). *High-resolution satellite imagery and the conflict in Sri Lanka*. Fonte: American Academy for the Advancement of Science (AAAS): shr.aaas.org
- Sigler-Eisenberg, B. (1985). Forensic Research: Expanding the Concept of Applied Archaeology. *American Antiquity*, 50(3), 650-655.
- Silva, D. I. (2002). *Memórias da guerrilha do Araguaia: relatos de moradores de Palestina do Pará*. Tese de doutorado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- Silva, G. J. (2005). *Antigüidade, arqueologia e a França de Vichy: usos do passado*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Silva, S. F., Souza, C. C., Fuzinato, D. V., Fontes, L. R., & Yamashita, P. A. (2009). Estudo de problemas preliminares vinculados à existência da arqueologia forense e da antropologia forense no Brasil. *Clio Arqueológica*, 27(1), 1-50.
- Silva, W. S. (2008). *A guerra silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a guerrilha do Araguaia*. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Silveira, D. T., & Córdova, F. P. (2009). A pesquisa científica. Em T. E. Gerhardt, & S. D. Tolfo, *Métodos de pesquisa* (pp. 31-42). Porto Alegre: UFRGS.
- Simões, M. (1977). Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas na Bacia Amazônica. *Acta Amazônica*, 7(3), 297-300.
- Sinfield, L. W. (2014). *The use of usefulness of forensic archaeology and forensic anthropology in Great Britain*. Tese de doutorado, Universidade de Edinburgh.
- Skinner, M. (2007). Hapless in Afghanistan: forensic archaeology in political maelstrom. . Em R. Ferlini, *Forensic archaeology and human rights violations* (pp. 233-265). Springfield: Charles C. Thomas.
- Sledzik, P. S., & Kauffman, P. J. (2008). The mass fatality incident morgue. Em M. W. Warren, H. Walsh-Haney, & L. Freas, *The forensic anthropological laboratory*. CRC Press.
- Slpeeters, D. (2013). FAL rifles in Libya: a guide to data gathering. *Security Assessment in North Africa*, 1.
- Smith, M. E. (2011). Empirical urban theory for archaeologists. *Journal of archaeological method and theory*, 18, 167-192.
- Snow, C. C., Peccerelli, F. A., Susanávar, J. S., RObinson, A. G., & Ochoa, J. M. (2008). Hidden in plain sight: xx burials and the desaparecidos in the Department of Guatemala, 1977–1986. Em A. J., & B. D. J., *Statistical Methods for Human Rights* (pp. 89-116). New York: Springer.

- Soares, A. T. (2008). *Perfil antropológico das ossadas analisadas no Centro de Medicina Legal (CEMEL) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto – USP*. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto.
- Soares, A. T., & Guimarães, M. A. (2008). Dois anos de Antropologia Forense no centro de Medicina Legal (CEMEL) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto-USP. *Medicina*, 41(1), 7-11.
- Soares, F., & Moreira, J. (2015). Muralhas que comunicam: fortificações catarinenses como portais de acesso ao Brasil Meridional. Em F. Soares, *Arqueologia das fortificações: perspectivas* (pp. 101-148). Florianópolis: Editora Lagoa.
- Soares, I. V. (2014). Novas perspectivas para a arqueologia da repressão e da resistência no Brasil depois da comissão da verdade. *Revista de Arqueologia Pública*, 10.
- Sorrentino, W. (25 de Agosto de 2015). *Comissão de Anistia julga 187 processos da guerrilha do Araguaia*. Fonte: Sorrentino Projetos para o Brasil: <https://waltersorrentino.com.br/2015/08/25/comissao-de-anistia-julga-187-processos-da-guerrilha-do-araguaia/>
- Sousa, D. M. (2008). *Jose Humberto Bronca da Luta Sindical ao Araguaia*. Expressão Popular.
- Sousa, D. M. (2011). *Lágrimas e lutas: a reconstrução do mundo de familiares de desaparecidos políticos no Araguaia*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Sousa, P. P. (2014). Memória, objetos e edifícios uma análise arqueológica sobre o edifício que sediou o Deops/SP. *Revista de Arqueologia Pública*, 8(2), 177-194.
- South, S. (1971). Evolution and horizon as revealed in ceramic analysis in historical archaeology. *Research Manuscript Series* 15.
- South, S. (1977). *Method and theory in Historical Archaeology*. Nova York: Academic Press.
- South, S. (1994). Method and theory in Historical archaeology. *Historical archaeology of Latin America*, 2, 79-84.
- Stelle, L. J. (2001). *An archaeological guide to historical to historic artifacts of upper Sangamon Basin, Central Illinois, USA*. Fonte: Center for Social Research, Parkland College, Illinois: virtual.parkland.edu
- Steyn, M. (2017). Sexing. Em M. M. Houck, *Forensic Anthropology*. Elsevier.
- Stover, E., & Ryan, M. (2001). Breaking bread with the dead. *Historical Archaeology*, 35, 7-25.
- Symanski, L. C. (1998). *Espaço privado e vida material em Porto Alegre*. Porto Alegre: Edipucrs.

- Taber, R. (2002). *War of the Flea: A Study of Guerrilla Warfare Theory and Practice*. Potomac Books.
- Tamboukou, M. (2003). Genealogy/Ethnography: Finding the Rhythm. Em M. Tamboukou, & B. Stephen, *Dangerous Encounters: Genealogy and Ethnography* (pp. 195-216). Nova York: Peter Lang.
- Taussig, M. (1984). Culture of terror – space of death. Roger casement’s Putumayo report and the explanation of torture. *Comparative studies in society and history*, 26(3), 467-497.
- Teixeira, M. C. (2015). *As formas da cidade de origem portuguesa*. São Paulo: Imprensa Oficial.
- Teles, J. A. (2010). A disputa pela interpretação da lei de Anistia de 1979. *Ideias*, 1, 71-93.
- Teles, J. A. (2011). *Memórias dos cárceres da ditadura: os testemunhos e as lutas dos presos políticos no Brasil*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo.
- Teles, J. A. (2014). As denúncias de torturas e torturadores a partir dos cárceres políticos brasileiros. *Interseções*, 16(1), 31-68.
- Teles, J. A. (2014). Os segredo e os mitos sobre a guerrilha Araguaia (1972-1974). *História Unisinos*, 18(3), 464-480.
- Teles, M. A., & Lisboa, S. K. (2012). A vala de Perus: um marco histórico na busca da verdade e da justiça. Em Í. Cardoso, & L. Berdades, *Vala clandestina de Perus. Desaparecidos políticos: um capítulo não encerrado da história Brasileira* (pp. 51-102). São Paulo: do Autor.
- Tencer, T. (2016). Space syntax and/in archaeology. *CST: DAJ1 Odborná jazyková příprava pro DSP - Academic Writing in English*. Acesso em 16 de Março de 2017, disponível em https://is.muni.cz/el/1490/podzim2016/DAJ1/um/Tencer_chapter.pdf
- Thayer, C. W. (1963). *Guerrilla*. New York: Harper & Row.
- Thébaud, F. A. (2002). Medicalização Do Parto E Suas Conseqüências: O Exemplo Da França No Período Entre As Duas Guerras. *Estudos Feministas*, 2, 415-427.
- Therrien, M. (2004). Contextos de reflexión sobre las cerámicas arqueológicas de períodos históricos. *Arqueologia Histórica*, 4.
- Thiesen, I., & Cabral, P. (2015). Lugares de Memória e a Patrimonialização da Experiência Política. *Museologia & Interdisciplinaridade*, 4(8), 15-30.
- Thomas, N. (1991). *Entangled Objects: Exchange, Material Culture, and Colonialism in the Pacific*. Londres: Harvard University Press.

- Thompson, E. P. (2001). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp.
- Tibbett, M., & Carter, D. O. (2008). *Soil Analysis in Forensic Taphonomy: Chemical and Biological Effects of Buried Human Remains*. CRC Press .
- Tocchetto, F., Symanski, L. C., Ozório, S. R., Oliveira, A. T., & Cappelletti, A. M. (2001). *A faiança fina em Porto Alegre: vestígios arqueológicos de uma cidade*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura.
- Todorov, T. (1982). *A Conquista da América. A Questão do Outro*. São Paulo: Martins Fontes.
- Tournier, T. (2008). *Gender relationships between American soldiers and Vietnamese women during the Vietnam War. Mestrado (dissertação)*. Dissertação de mestrado, Universidade Grenoble-Standhal.
- Trindade Junior, S.-C. C. (2011). Cidades médias na Amazônia oriental. Das novas centralidade à fragmentação do território. *Revista Brasileira estudos urbanos e regionais*, 13(2), 135-151.
- Trindade Junior, S.-C. C. (2011). Cidades médias na Amazônia oriental. Das novas centralidade à fragmentação do território . *Revista Brasileira estudos urbanos e regionais*, 2, pp. 135-151.
- Troncoso, A. d. (2017). *Fotografía y memoria en Argentina (1976-2016). L'Ordinaire des Amériques*. Acesso em 20 de Abril de 2019, disponível em <https://journals.openedition.org/orca/3548#quotation>
- Tuller, H. H. (2012). Mass Graves and Human Rights: Latest Developments, Methods, and Lessons Learned. Em D. C. Dirkmaat, *A companion to Forensic Anthropology* (pp. 157-174). Blackwell.
- Tuller, H., & Hofmester, U. (2014). Spatial Analysis of Mass Grave Mapping Data to Assist in the Reassociation of Disarticulated and Commingled Human Remains. Em B. J. Adams, & J. E. Byrd, *Commingled human remains: methods in recovery, analysis, and identification* (pp. 7-32). Academic Press.
- Turner, S., & Aslan, A. (s.d.). *Fotografías*. Acesso em 12 de Dezembro de 2018, disponível em EAAF. Equipe Argentina de Antropologia Forense: eaaf.typepad.com/CatalogoEspanol.ppt
- Ubelaker, D. H. (2016). The dynamic interface of bioarchaeology and forensic anthropology. *Foro discusión - Intersecciones en Antropología*, 17, 137-156.
- United States. Congress. House. Committe. (2011). *Victims of torture: hearing before the Subcommittee on International Operations and Human Rights of the Committee on*

- International Relations, House of Representatives, One Hundred Fourth Congress, second session, May 8, 1996.* Nabu Press .
- Vecchi, R. (2014). O passado subtraído da desapareição forçado: Araguaia como palimpsesto. *Estudo de literatura brasileira contemporânea*, 43, 133-149.
- Vega, M. d., & Mora, F. (2008). Los recuerdos que se van: coincidencias y contradicciones entre informantes en fichas de datos antemortem. *IV Congress of the Latin American Association of Forensic Anthropology*. Lima.
- Velho, O. G. (2009). *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.
- Veyne, P. M. (1998). *Como se escreve a história*. Brasília: Unb.
- Viana, C. G. (2016). A Fábrica de cartuchos de Realengo (1898-1977). *Revista Digital Simonsen*, 4. Fonte: www.simonsen.br/revistasimonsen
- Viglione, G. A. (2016). Historia del Fusil de Asalto. *Skopein: La justicia en manos de la Ciencia*, 12, 44-54. Acesso em 22 de Abril de 2018, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5559748.pdf>
- Vigo, J. (23 de Novembro de 2015). *A brief genealogy of disappearance and murder*. Fonte: Counterpunch: <https://www.counterpunch.org/2015/11/23/a-brief-genealogy-of-disappearance-and-murder/>
- Viveiro de Castro, E. (2013). Últimas notícias sobre o fim do mundo. *III Conferência Curt Nimuendajú*. Acesso em 22 de Janeiro de 2019, disponível em <https://vimeo.com/81488754>
- Vosgerau, D. S., & Romanowski, J. P. (2014). Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. *Revista Diálogo Educacional*, 14(41), 165-189.
- Voss, B. L., & Allen, R. (2010). Guide to Ceramic MNV Calculation Qualitative and Quantitative Analysis. *Technical briefs in Historical Archaeology*, 5, 1-9.
- War Department. (1941). *FM 31-20. Basic field manual. Jungle warfare*. Acesso em 11 de Agosto de 2018, disponível em <https://archive.org/details/FM31-20>
- Weizman, E. (2017). *Forensic Architecture. Violence on the Threshold of Detectability*. Zone Books.
- Weizman, E., & Snow, C. C. (2011). Osteobiography: An Interview with Clyde Snow. *Cabinet*, 43, 68-74, .
- Wels, W. (2016). *Dead body management in armed conflict: paradoxes in trying to do justice to the dead*. Tese. Universidade de Leiden, Law School, Leiden.

- Whallon, R. (2006). Social networks and information: Non-“utilitarian” mobility among hunter-gatherers. *Journal of Anthropological Archaeology*, 2(2), 259-270.
- Wheeler, K. (2000). Theoretical and methodological considerations for excavating privies. *Historical archaeology*, 34(1), 3-19.
- Winner, L. (2002). Complexity, trust and terror. *Techknowledge Revue*, 3(1). Acesso em 12 de Junho de 2017, disponível em www.netfuture.org/2002/Oct2202_137.htm
- Winther, T.; Wilhite, H. (2015). Tentacles of modernity: why electricity needs anthropology. *Cultural Anthropology* 30 (4), 569-577.
- Woelfert, A. J. (2003). *Introdução à medicina legal*. Canoas: Ulbra.
- Wolf, E. (2005). *A Europa e os povos sem história*. São Paulo: Edusp.
- Wu, S.-T. (2006). Conceitos elementares de topologia. *IA841 notas de aula FEEC*, 119-142. Acesso em 4 de Fevereiro de 2017, disponível em <http://www.dca.fee.unicamp.br/courses/IA841/2s2006/notas/cap6.pdf>
- Wylie, A. (2007). Doing Archaeology as a Feminist: Introduction. *Journal of Archaeological Method and Theory*, 14(3), 209-216.
- Zanettini, P. E. (1986). Pequeno roteiro para classificação de louças. *Arqueologia*, 5, 117-30.
- Zanettini, P. E. (2005). *Maloqueiros e seus palácios de barro: o cotidiano doméstico da casa bandeirista*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Zappa, J. E. (1994). *Por que as exumações?: estudo crítico*. Tese de doutorado, Univesidade Estadual de Campinas.
- Zarankin, A. (2002). *Paredes que domesticam : arqueologia da arquitetura escolar capitalista : o caso de Buenos Aires*. Campinas: Edunicamp .
- Zarankin, A., & Niro, C. (2010). A materialização do sadismo: a arqueologia da arquitetura dos centros clandestinos de detenção da ditadura militar argentina (1976-1983). *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, 6, 17-32.
- Zarankin, A., & Salerno, M. (2008). Después de la tormenta. Arqueología de la represión en América Latina. *Complutum*, 19(2), 21-32.
- Zarankin, A., Funari, P. P., & Alberioni, J. R. (2008). *Arqueologia da repressão e da resistência na América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)*. São Paulo: Annablume.
- Zedeño, M. N. (2008). The archaeology of territory and territoriality. Em J. Thomas, & B. David, *The handbook of landscape archaeology* (pp. 210-217). California: Left Coast Press.

Zedeño, M. N., & Bowser, B. J. (2009). The archaeology of meaningful places. Em M. N. Zedeño, & B. J. Bowser, *The archaeology of meaningful places* (pp. 1-14). Salt Lake city: Utah University Press.

Zimmerman, L., & Welch, J. (2006). Toward an archaeology of homeless. *Anthropology News*, 54.